SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS

DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

FEMURN
FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

Rio Grande do Norte , 20 de Outubro de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte • ANO XVIII | Nº 3901

Expediente:
Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte – FEMURN

DIRETORIA
BIÊNIO 2025-2027.

PRESIDENTE:JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO – Prefeito de Portalegre/ RN

1º Vice-Presidente:VAGO

2º Vice-Presidente: FERNANDO ANTÔNIO BEZERRA - Prefeito de Acari/ RN

3º Vice-Presidente: JUSSARA SALES DE SOUZA – Prefeita Municipal de Extremoz/ RN

4º Vice-Presidente: AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES - Prefeito de Tangará/ RN

5º Vice-Presidente: LEONARDO TEIXEIRA DA CUNHA - Prefeito de São Miguel do Gostoso/ RN

Secretário Geral: ARTHUR RODRIGUES DO VALE - Prefeito de Governador Dix-Sept Rosado/ RN

2ª Secretária: MARINA TEODORO DA TRINDADE- Prefeita de Pedro Avelino/ RN
Tesoureiro Geral (1º Tesoureiro): CLEITOM JÁCOME DA COSTA – Prefeito de Venha Ver/RN

2º Tesoureiro: FRANCISCO ANDRÉ REGIS JÚNIOR- Prefeito de Itaú/ RN

1º Conselheira Fiscal: MARIA ELCI MAFALDO DE PAIVA FERNANDES - Prefeita de Major Sales/ RN

2º Conselheira Fiscal: MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA- Prefeita de Maxaranguape/ RN

3º Conselheiro Fiscal: JOSÉ NILDO GALDINO- Prefeito de Lagoa de Velhos/RN

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SERIDÓ ORIENTAL E TRAIRI(AMSO-TR)

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO SERIDÓ ORIENTAL EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 12/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA GUILHERME KRIEGER SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO DE NATUREZA PREDOMINANTEMENTE INTELECTUAL, CONSISTENTE NA REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO INTEGRADA A VISITA TÉCNICA, INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS E ACOMPANHAMENTO/ORIENTAÇÃO ESPECIALIZADA SOBRE CONSÓRCIOS PÚBLICOS DE SAÚDE, A SER REALIZADA NO ESTADO DE SANTA CATATINA.

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO SERIDÓ; CNPJ 12.397.803/0001-00
CONTRATADO: GUILHERME KRIEGER SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA; CNPJ N° 35.301.364/0001-96
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 74, INCISO III, DA LEI FEDERAL N.º 14.133/2021
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10.122.0001.2001.339035
VALOR GLOBAL: R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)

Publicado por:
Verônica Juliana Garcia Geraldo
Código Identificador:933F66BC

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO SERIDÓ ORIENTAL RESOLUÇÃO Nº 15/2026, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Seridó, e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Seridó – CIS/SERIDÓ, no uso de suas atribuições que lhe conferem o Estatuto Social do CIS/SERIDÓ

R E S O L V E:

Art. 1º Abrir crédito adicional suplementar no orçamento geral do CIS/SERIDÓ, para o exercício financeiro de 2026, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:
0101 CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO SERIDÓ
2001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIBAS
339014 DIÁRIAS - CIVIL - **R$ 10.000,00**

Art. 2º Para fazer face ao crédito adicional suplementar será utilizada a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:
0101 CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO SERIDÓ
2001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIBAS
339037 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA - **R$ 10.000,00**

Art. 3º Esta Resolução, com todos os efeitos jurídicos e financeiros pertinentes, entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas expressa e tacitamente as disposições em contrário.

Registre-se. Cumpra-se. Publique-se. Dê-se ciência.

[Documento Assinado Eletronicamente]
FERNANDO ANTONIO BEZERRA
Presidente do CIS Seridó

Publicado por:
Verônica Juliana Garcia Geraldo
Código Identificador:1AB45CF8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN

DIRETORIA
1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 0043/2025

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RIO GRANDE DO NORTE - COPIRN

PROCESSO: 362/2025.

MODALIDADE: Inexigibilidade.

INSTRUMENTO: Contrato nº 0043/2025.

PARTES: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN – COPIRN E A CLINICA DE MAMA DE NATAL S/S LTDA.

CLÁSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente termo tem por objetivo retificar a CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO, onde LÊ-SE:
"a) O valor total estimado para a execução do presente contrato é de R$ 1.500.000,00, conforme detalhado na planilha orçamentária anexa e com base no estudo técnico preliminar e na pesquisa de preços realizada, nos termos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021."
LEIA-SE:
"O valor total estimado para a execução do presente contrato é de R$ 52.000,00, conforme detalhado na planilha orçamentária anexa e com base no estudo técnico preliminar e na pesquisa de preços realizada, nos termos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021."

CLÁUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS: Permanecem inauteradas as demais cláusulas do referido Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL: Com fundamento no artigo 136 da Lei n.º 14.133/2021.

Natal (RN), 28/05/2025.

Contratante
Consórcio Público Intermunicipal do RN - COPIRN
CNPJ/MF 12.120.272/0001-04
ANTONIO MARCOS FREIRE
Presidente

Contratada
Clínica de Mama de NatalS/S LTDA
CNPJ/MF: 02.424.355/0001-33
FRANCISCO FIGUEIREDO DE ANDRADE
Representante Legal

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:08BA24BB

DIRETORIA
1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 0044/2025

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RIO GRANDE DO NORTE - COPIRN

PROCESSO: 363/2025.

MODALIDADE: Inexigibilidade.

INSTRUMENTO: Contrato nº 0044/2025.

PARTES: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN – COPIRN E A CLINICA DE RADIOLOGIA E ULTRASSONOGRAFIA LTDA.

CLÁSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente termo tem por objetivo retificar a CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO, onde LÊ-SE:
"a) O valor total estimado para a execução do presente contrato é de R$ 1.500.000,00, conforme detalhado na planilha orçamentária anexa e com base no estudo técnico preliminar e na pesquisa de preços realizada, nos termos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021."
LEIA-SE:
"O valor total estimado para a execução do presente contrato é de R$ 240.000,00, conforme detalhado na planilha orçamentária anexa e com base no estudo técnico preliminar e na pesquisa de preços realizada, nos termos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021."

CLÁUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS: Permanecem inauteradas as demais cláusulas do referido Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL: Com fundamento no artigo 136 da Lei n.º 14.133/2021.

Natal (RN), 28/05/2025.

Contratante
Consórcio Público Intermunicipal do RN - COPIRN
CNPJ/MF 12.120.272/0001-04
ANTONIO MARCOS FREIRE
Presidente

Contratada
Clinica de Radiologia e Ultrassonografia LTDA
CNPJ/MF: 08.506.545/0001-86
EMERSON VLADIMIR GURGEL DE MEDEIROS
Representante Legal

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:7E3DCC81

DIRETORIA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 001/2026

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RIO GRANDE DO NORTE – COPIRN
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 001/2026
RESULTADO DA ETAPA DE ENTREVISTAS, DESCLASSIFICAÇÃO DE CANDIDATOS, CONVOCAÇÃO COMPLEMENTAR E ABERTURA DE PRAZO RECURSAL
O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RIO GRANDE DO NORTE – COPIRN, por intermédio da Comissão responsável pelo Processo Seletivo Simplificado, constituída pela Portaria nº 029/2026, torna público o **RESULTADO DA ETAPA DE ENTREVISTAS, A RELAÇÃO DOS CANDIDATOS DESCLASSIFICADOS POR AUSÊNCIA, A CONVOCAÇÃO COMPLEMENTAR PARA ENTREVISTAS E A ABERTURA DE PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS**, referentes ao Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital nº 001/2026, conforme as disposições a seguir.

1. DO RESULTADO DA ETAPA DE ENTREVISTAS – CONTADOR
Após a realização das entrevistas, a Comissão procedeu à apuração das pontuações atribuídas aos candidatos presentes, considerando os critérios de avaliação estabelecidos no instrumento convocatório. A pontuação total corresponde à soma dos pontos obtidos na análise curricular com aqueles atribuídos na etapa de entrevista.

1.1. Resultado dos candidatos avaliados
Classificação | Candidato(a) | Análise curricular | Entrevista | Total | Situação
1º | Ricardo Regis Lopes Galvão | 70,00 | 20,00 | 90,00 | Classificado
2º | Francisca Dilma Ambrosio | 50,00 | 28,00 | 78,00 | Classificada
Os candidatos acima relacionados compareceram à etapa de entrevista e tiveram suas respectivas pontuações apuradas pela Comissão, permanecendo classificados para a função de Contador.

2. DA DESCLASSIFICAÇÃO POR AUSÊNCIA À ETAPA DE ENTREVISTAS
Considerando as convocações anteriormente publicadas para as entrevistas dos dias 13 e 14 de outubro de 2026, bem como os registros de comparecimento da Comissão, ficam DESCLASSIFICADOS POR AUSÊNCIA os candidatos abaixo relacionados, observadas as disposições do Edital nº 001/2026.

2.1. Assistente Administrativo
Classificação anterior | Candidato(a) | Pontuação curricular | Situação
1º | Marlielson Soares da Silva | 50,00 | Desclassificado por ausência
2º | Ana Maria Alves Dantas | 50,00 | Desclassificada por ausência
3º | Maria Daiane Rocha Paiva | 45,00 | Desclassificada por ausência
4º | Thales Bruno Oliveira de Melo | 40,00 | Desclassificado por ausência
5º | Ana Waleska Araujo Fonseca | 25,00 | Desclassificada por ausência

2.2. Contador

Classificação anterior | Candidato(a) | Pontuação curricular | Situação
2º | Jailson Trindade da Silva | 50,00 | Desclassificado por ausência
4º | Caio César Medeiros Fernandes | 30,00 | Desclassificado por ausência
5º | Laryssa Marcelino da Silva | 10,00 | Desclassificada por ausência

A desclassificação decorre do não comparecimento à etapa de entrevista, independentemente da pontuação anteriormente obtida na análise curricular, observadas as regras editalícias e ressalvado o direito à interposição de recurso administrativo.

3. DO CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO MÍNIMA APLICÁVEL AOS CANDIDATOS CONVOCADOS PARA AS ENTREVISTAS COMPLEMENTARES

O critério de pontuação mínima previsto neste item aplica-se **exclusivamente aos candidatos à função de Assistente Administrativo convocados para as entrevistas complementares, relacionados no item 4.1 deste ato.**

A pontuação total desses candidatos será apurada mediante a soma dos pontos obtidos na **Análise Curricular** e na **Etapa de Entrevista.**

Para fins de classificação, desde que observado o disposto no Edital nº 001/2026:

I – CLASSIFICADOS: serão considerados classificados os candidatos relacionados no item 4.1 que obtiverem pontuação total superior a **30,00 (trinta) pontos;**

II – DESCLASSIFICADOS POR PONTUAÇÃO: serão desclassificados os candidatos relacionados no item 4.1 que obtiverem pontuação total **igual ou inferior a 30,00 (trinta) pontos;**

III – DESCLASSIFICADOS POR AUSÊNCIA: serão desclassificados os candidatos relacionados no item 4.1 que não comparecerem à entrevista para a qual foram regularmente convocados, observadas as disposições editalícias.

A apuração da pontuação e a aplicação do critério de desclassificação ocorrerão somente após a realização das entrevistas complementares previstas para o dia **21 de outubro de 2026.**

O disposto neste item refere-se exclusivamente aos candidatos convocados no item 4.1, não alterando o resultado das entrevistas dos candidatos à função de Contador nem as decisões de desclassificação por ausência já divulgadas neste ato.

4. DA CONVOCAÇÃO COMPLEMENTAR PARA ENTREVISTAS – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Em razão da desclassificação por ausência dos cinco primeiros candidatos anteriormente convocados, a Comissão determina o prosseguimento do Processo Seletivo Simplificado, mediante **CONVOCAÇÃO COMPLEMENTAR DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS DA 6ª À 11ª COLOCAÇÃO**, observada a classificação anteriormente publicada. As entrevistas serão realizadas **PRESENCIALMENTE, NO DIA 21 DE OUTUBRO DE 2026 (QUARTA-FEIRA), A PARTIR DAS 14H00**, conforme o cronograma a seguir.

4.1. Cronograma das entrevistas complementares

Horário | Classificação anterior | Candidato(a) | Pontuação curricular
14h00 | 6º | Sterfferson Victor Fagundes da Silva | 20,00
14h30 | 7º | Élida Maria Gurgel Batista Souza | 20,00
15h00 | 8º | Elysson Manoel Anulino Diniz | 0,00
15h30 | 9º | Gabriela Medeiros Santos | 0,00
16h00 | 10º | Erica Fernanda Silva do Nascimento | 0,00
16h30 | 11º | José Edson Cavalcante da Silva | 0,00

A convocação dos candidatos com pontuação curricular inferior ou igual a 30,00 pontos não implica desclassificação antecipada, uma vez que a avaliação deverá considerar a soma das pontuações das duas etapas.

A classificação dos candidatos convocados será estabelecida após a realização das entrevistas, observados os critérios de avaliação e as demais disposições do Edital nº 001/2026.

5. DAS CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS COMPLEMENTARES

As entrevistas serão realizadas presencialmente, no dia 21 de outubro de 2026, nos horários estabelecidos no item 4.1 deste ato.

Os candidatos deverão comparecer ao local indicado pela Comissão com antecedência mínima de 10 (dez) minutos, munidos de documento oficial de identificação com fotografia.

Para fins de registro, transparência e documentação da etapa avaliativa, as entrevistas poderão ser gravadas pela Comissão, ficando os registros vinculados ao procedimento administrativo do Processo Seletivo Simplificado.

A avaliação observará os critérios de pontuação e os procedimentos estabelecidos no Edital nº 001/2026.

O não comparecimento à entrevista será tratado conforme as disposições editalícias.

O local de realização das entrevistas será divulgado pela Comissão, por meio dos canais oficiais do Processo Seletivo Simplificado.

6. DO PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Fica assegurado aos candidatos interessados o prazo de **24 (vinte e quatro) horas, contado a partir da publicação deste ato**, para interposição de recurso administrativo contra os resultados das entrevistas e as decisões de desclassificação ora divulgados.

Os recursos deverão ser apresentados **exclusivamente por meio de formulário eletrônico**, disponibilizado no endereço abaixo, observadas as disposições do Edital nº 001/2026.

LINK PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS: https://forms.gle/bAi12rgntu8JwfYh7

O candidato deverá apresentar suas razões de forma objetiva e fundamentada, identificando a decisão questionada e os motivos que justifiquem o pedido de revisão.

Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo estabelecido ou por meio diverso daquele indicado neste ato, observadas as disposições do Edital nº 001/2026.

A Comissão procederá à análise dos recursos tempestivamente apresentados, divulgando as respectivas decisões e promovendo, quando necessário, as retificações pertinentes.

Eventual provimento de recurso poderá ensejar a revisão da situação do candidato e dos atos subsequentes diretamente afetados.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente ato consolida:

I – O resultado da etapa de entrevistas dos candidatos presentes à avaliação para a função de Contador;

II – A desclassificação por ausência dos cinco candidatos inicialmente convocados para a função de Assistente Administrativo;

III – A desclassificação por ausência dos três candidatos relacionados no item 2.2, referentes à função de Contador;

IV – A convocação complementar dos candidatos anteriormente classificados da 6ª à 11ª colocação para a função de Assistente Administrativo;

V – A realização das entrevistas complementares em 21 de outubro de 2026, a partir das 14h00, na modalidade presencial;

VI – A abertura do prazo de 24 (vinte e quatro) horas para interposição de recursos administrativos, por meio do formulário eletrônico indicado no item 6.

Permanecem inalteradas as pontuações da análise curricular anteriormente publicadas, ressalvadas as modificações expressamente estabelecidas em atos oficiais do Processo Seletivo.

A classificação final do Processo Seletivo Simplificado será consolidada após a conclusão das entrevistas complementares e a apreciação dos recursos eventualmente apresentados, observadas as regras do Edital nº 001/2026.

É de responsabilidade dos candidatos acompanhar as publicações e comunicações oficiais referentes ao Processo Seletivo Simplificado.

Publique-se e dê-se ciência aos interessados.

WERBERT BENIGNO DE OLIVEIRA MOURA
Presidente da Comissão

POLYANA DELGADO GUARÁ
Membro da Comissão

KAMILA MAYARA DOS SANTOS MARINHO GRILO
Membro da Comissão

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:4BCD74B2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO CONTRATUAL – CONTRATO Nº 095/2022 - TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2022 (REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

MUNICÍPIO DE ACARI/RN
EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO CONTRATUAL – CONTRATO Nº 095/2022
TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2022
(REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ACARI/RN
CNPJ Nº 08.097.008/0001-20
CONTRATADO: CONSTRUTORA NOVOLAR.MT LTDA-ME
CNPJ Nº 05.074.774/0001-80
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM SUPERFICIAL DE VIAS URBANAS NAS RUAS BEATRIZ MIRTES DE ARAÚJO BEZERRA, EDITE DE OLIVEIRA MEDEIROS, JOAQUINA MARIA DE ARAÚJO, MANOEL LÚCIO NETO, JOANA DANTAS DE MEDEIROS E SEVERINO SÉRGIO DE ARAÚJO), NO BAIRRO ARI DE PINHO, EM ACARI/RN.
VIGÊNCIA: PRORROGADO ATÉ 19 DE JUNHO DE 2025.
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 57, §1º, II DA LEI Nº 8.666/93
VALOR ACRESCIDO: FICA ACRESCIDO O VALOR DE R$ 192.358,30 (CENTO E NOVENTA E DOIS MIL, TREZENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS E TRINTA CENTAVOS) AO CONTRATO Nº 095/2022, NOS TERMOS DO ARTIGO 65 DA LEI Nº 8.666/93, POR OCASIÃO DE AMPLIAÇÃO DE META E ALTERAÇÃO DO CONVÊNIO Nº 016/2022. O VALOR DO CONTRATO ATUALIZADO PASSA PARA R$ 682.848,79 (SEISCENTOS E OITENTA E DOIS MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E OITO REAIS E SETENTA E NOVE CENTAVOS).
ACARI/RN, EM 30 DE SETEMBRO DE 2026.

MATHEUS ALVES GOMES OTHON -
Secretário Municipal de Infraestrutura - Contratante

ANTÔNIO FELIPE DA COSTA -
CPF Nº ***.122.804-** -
Sócio Administrador – Contratado

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:C36F4D53

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 155/2026

O Prefeito do Município de Afonso Bezerra/RN, Haroldo José Bezerra da Paz, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º- Exonerar **JOSÉ MARTINS DA SILVA JÚNIOR AVELINO,** portador do CPF n° 130.xxx.xxx-23, do cargo de DIRETOR DE TRANSPORTES, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as demais disposições em contrário.

Afonso Bezerra/RN, 19 de outubro de 2026

HAROLDO JOSÉ BEZERRA DA PAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Railson Monaé Sá Faustino da Silva
Código Identificador:0FC16241

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICOS

SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 029/2026 – INEX. NLLC PROCESSO N° 1014002/2026

O Agente de Contratação do Município de ANGICOS, através da PREFEITURA MUNICIPAL, em cumprimento da ratificação procedida pelo Gestor da PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICOS, faz publicar o extrato resumido do processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** a seguir:

OBJETO.....,.....: Contratação da empresa KÁTIA E ADUÍLLIO PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA especializada em show artístico, para a prestação do serviço da atração KÁTIA E ADUÍLLIO para apresentação na Festividades de Emancipação Política de Angicos/RN – 90 anos, realizado no dia 31 de outubro de 2026, na Praça Jaime Batista, município de Angicos/RN, sob supervisão e organização da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico. Esta contratação é viabilizada por meio dos recursos do Convênio Nº. 7AAHOQ/2026 MTUR, firmado para o fomento de eventos de potencial turístico e cultural.

FAVORECIDO.....: KÁTIA E ADUÍLLIO PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA CNPJ: 65.651.940/0001-96

VALOR GLOBAL.....: R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....:
Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: 02.008 - SEC. MUN.CULT.ESP.LAZER,TURISMO/DESEN.ECO
Função: 13 - CULTURA
Subfunção: 392 – DIFUSÃO CULTURAL
Programa: 0001- GESTÃO COM RESPONSABILIDADE, EFICIENTE E TRANSPARENTE
Projeto/Atividade: 2061- Manutenção dos Serviços da Secretaria
Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ
Fontes de Recursos: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL....: Art. 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/21.

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE..: emitida pelo Agente de Contratação e Ratificada pelo Sr. MIGUEL PINHEIRO NETO, na qualidade de ordenador de despesas.

Angicos/RN, 19 de outubro de 2026.

DIEGO ALAX PINHEIRO ALEXANDRE
CPF: 059.***.***-07
Agente de Contratação

Publicado por:
Diego Alax Pinheiro Alexandre
Código Identificador:1C31F443

SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 030/2026 – INEX. NLLC PROCESSO N° 1014003/2026

O Agente de Contratação do Município de ANGICOS, através da PREFEITURA MUNICIPAL, em cumprimento da ratificação procedida pelo Gestor da PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICOS, faz publicar o extrato resumido do processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** a seguir:

OBJETO.....,.....: Contratação da empresa GM MUSIC PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA especializada em show artístico, para a prestação do serviço da atração DUQUINHA para apresentação na Festividades de Emancipação Política de Angicos/RN – 90 anos, realizado no dia 31 de outubro de 2026, na Praça Jaime Batista, município de Angicos/RN, sob supervisão e organização da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico. Esta contratação é viabilizada por meio dos recursos do Convênio Nº. 7AAHOQ/2026 MTUR, firmado para o fomento de eventos de potencial turístico e cultural.

FAVORECIDO.....: GM MUSIC PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA CNPJ: 47.274.456/0001-03

VALOR GLOBAL.....: R$ 100.000,00 (cento mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....:
Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: 02.008 - SEC. MUN.CULT.ESP.LAZER,TURISMO/DESEN.ECO
Função: 13 - CULTURA
Subfunção: 392 – DIFUSÃO CULTURAL
Programa: 0001- GESTÃO COM RESPONSABILIDADE, EFICIENTE E TRANSPARENTE
Projeto/Atividade: 2061- Manutenção dos Serviços da Secretaria
Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ
Fontes de Recursos: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL....: Art. 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/21.

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE..: emitida pelo Agente de Contratação e Ratificada pelo Sr. MIGUEL PINHEIRO NETO, na qualidade de ordenador de despesas.

Angicos/RN, 19 de outubro de 2026.

DIEGO ALAX PINHEIRO ALEXANDRE
CPF: 059.***.***-07
Agente de Contratação

Publicado por:
Diego Alax Pinheiro Alexandre
Código Identificador:4990727E

SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 031/2026 – INEX. NLLC PROCESSO N° 1014004/2026

O Agente de Contratação do Município de ANGICOS, através da PREFEITURA MUNICIPAL, em cumprimento da ratificação procedida pelo Gestor da PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICOS, faz publicar o extrato resumido do processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** a seguir:

OBJETO.....,.....: Contratação da empresa THULLIO MILIONÁRIO SHOWS E EVENTOS LTDA especializada em show artístico, para a prestação do serviço da atração THULLIO MILIONÁRIO para apresentação na Festividades de Emancipação Política de Angicos/RN – 90 anos, realizado no dia 31 de outubro de 2026, na Praça Jaime Batista, município de Angicos/RN, sob supervisão e organização da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico. Esta contratação é viabilizada por meio dos recursos do Convênio Nº. 7AAHOQ/2026 MTUR, firmado para o fomento de eventos de potencial turístico e cultural.

FAVORECIDO.....: THULLIO MILIONÁRIO SHOWS E EVENTOS LTDA CNPJ: 30.960.316/0001-96

VALOR GLOBAL.....: R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....:
Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: 02.008 - SEC. MUN.CULT.ESP.LAZER,TURISMO/DESEN.ECO
Função: 13 - CULTURA
Subfunção: 392 – DIFUSÃO CULTURAL
Programa: 0001- GESTÃO COM RESPONSABILIDADE, EFICIENTE E TRANSPARENTE
Projeto/Atividade: 2061- Manutenção dos Serviços da Secretaria
Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ
Fontes de Recursos: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL....: Art. 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/21.

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE..: emitida pelo Agente de Contratação e Ratificada pelo Sr. MIGUEL PINHEIRO NETO, na qualidade de ordenador de despesas.

Angicos/RN, 19 de outubro de 2026.

DIEGO ALAX PINHEIRO ALEXANDRE
CPF: 059.***.***-07
Agente de Contratação

Publicado por:
Diego Alax Pinheiro Alexandre
Código Identificador:C6165753

SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE
PROCESSO Nº 1014002/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 029/2026 – INEX. NLLC

O Ordenador de Despesas da PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICOS/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o que determina o art. 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/21, e considerando o que consta do processo administrativo que trata da contratação da empresa KÁTIA E ADUÍLLIO PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA, vem RATIFICAR a declaração de inexigibilidade de licitação para a contratação da referida empresa, conforme informações abaixo:

OBJETO: Contratação da empresa KÁTIA E ADUÍLLIO PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA especializada em show artístico, para a prestação do serviço da atração KÁTIA E ADUÍLLIO para apresentação na Festividades de Emancipação Política de Angicos/RN – 90 anos, realizado no dia 31 de outubro de 2026, na Praça Jaime Batista, município de Angicos/RN, sob supervisão e organização da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico. Esta contratação é viabilizada por meio dos recursos do Convênio Nº. 7AAHOQ/2026 MTUR, firmado para o fomento de eventos de potencial turístico e cultural.

FAVORECIDO: KÁTIA E ADUÍLLIO PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA
CNPJ: 65.651.940/0001-96

VALOR: R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/21.

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE: emitida pelo agente de contratação do município e ratificada pelo Sr. MIGUEL PINHEIRO NETO, na qualidade de ordenador de despesas.

Angicos/RN, 19 de outubro de 2026.

MIGUEL PINHEIRO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Alax Pinheiro Alexandre
Código Identificador:E7FC2784

SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE
PROCESSO Nº 1014003/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 030/2026 – INEX. NLLC

O Ordenador de Despesas da PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICOS/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o que determina o art. 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/21, e considerando o que consta do processo administrativo que trata da contratação da empresa GM MUSIC PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA, vem RATIFICAR a declaração de inexigibilidade de licitação para a contratação da referida empresa, conforme informações abaixo:

OBJETO: Contratação da empresa GM MUSIC PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA especializada em show artístico, para a prestação do serviço da atração DUQUINHA para apresentação na Festividades de Emancipação Política de Angicos/RN – 90 anos, realizado no dia 31 de outubro de 2026, na Praça Jaime Batista, município de Angicos/RN, sob supervisão e organização da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico. Esta contratação é viabilizada por meio dos recursos do Convênio Nº. 7AAHOQ/2026 MTUR, firmado para o fomento de eventos de potencial turístico e cultural.

FAVORECIDO: GM MUSIC PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA
CNPJ: 47.274.456/0001-03

VALOR: R$ 100.000,00 (cento mil reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/21.

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE: emitida pelo agente de contratação do município e ratificada pelo Sr. MIGUEL PINHEIRO NETO, na qualidade de ordenador de despesas.

Angicos/RN, 19 de outubro de 2026.

MIGUEL PINHEIRO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Alax Pinheiro Alexandre
Código Identificador:379B48E2

SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE
PROCESSO Nº 1014004/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 031/2026 – INEX. NLLC

O Ordenador de Despesas da PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICOS/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o que determina o art. 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/21, e considerando o que consta do processo administrativo que trata da contratação da empresa THULLIO MILIONÁRIO SHOWS E EVENTOS LTDA, vem RATIFICAR a declaração de inexigibilidade de licitação para a contratação da referida empresa, conforme informações abaixo:

OBJETO: Contratação da empresa THULLIO MILIONÁRIO SHOWS E EVENTOS LTDA especializada em show artístico, para a prestação do serviço da atração THULLIO MILIONÁRIO para apresentação na Festividades de Emancipação Política de Angicos/RN – 90 anos, realizado no dia 31 de outubro de 2026, na Praça Jaime Batista, município de Angicos/RN, sob supervisão e organização da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico. Esta contratação é viabilizada por meio dos recursos do Convênio Nº. 7AAHOQ/2026 MTUR, firmado para o fomento de eventos de potencial turístico e cultural.

FAVORECIDO: THULLIO MILIONÁRIO SHOWS E EVENTOS LTDA
CNPJ: 30.960.316/0001-96

VALOR: R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/21.

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE: emitida pelo agente de contratação do município e ratificada pelo Sr. MIGUEL PINHEIRO NETO, na qualidade de ordenador de despesas.

Angicos/RN, 19 de outubro de 2026.

MIGUEL PINHEIRO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Alax Pinheiro Alexandre
Código Identificador:3AE8C706

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO MARTINS

GABINETE DA PREFEITA
LEI Nº.638/2026– GC, DE 19 OUTUBRO DE 2026

Institui a Política Municipal de Alfabetização de Crianças no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Antônio Martins/RN, em regime de colaboração, alinhada ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA e à Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN, e dá outras providências.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ANTONIO MARTINS-RN, no uso de suas atribuições, Constitucionais que lhe são conferidas no caput do Art.57 da Lei Orgânica Municipal, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Vereadores do Município de Antônio Martins, Estado do Rio Grande do Norte, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS EM REGIME DE COLABORAÇÃO

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização de Crianças de Antônio Martins/RN, destinada ao fortalecimento das ações de alfabetização, à garantia do direito à aprendizagem e ao desenvolvimento das crianças matriculadas na Rede Municipal de Ensino.
§ 1º A Política Municipal de Alfabetização será implementada em regime de colaboração com a União e o Estado do Rio Grande do Norte, observadas as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA, instituído pelo Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, e posteriormente disciplinado pela legislação federal pertinente, bem como da Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN, instituída pelo Decreto Estadual nº 33.990, de setembro de 2024.
§ 2º A Política Municipal terá como finalidade assegurar que todas as crianças sejam alfabetizadas na idade adequada, prioritariamente até o

final do 2º (segundo) ano do Ensino Fundamental, bem como promover ações de recomposição das aprendizagens para os estudantes do 3º (terceiro) ao 5º (quinto) ano do Ensino Fundamental que apresentem defasagens relacionadas à alfabetização, à leitura, à escrita e aos conhecimentos matemáticos.

§ 3º As ações previstas nesta Lei serão desenvolvidas de forma articulada pela Secretaria Municipal de Educação de Antônio Martins/RN, pelas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino e pelos demais órgãos e instituições envolvidos na garantia do direito à educação.

Art. 2º A Política Municipal de Alfabetização de Crianças de Antônio Martins/RN, fundamenta-se na garantia do direito de aprender, na equidade educacional, na valorização dos profissionais da educação, no acompanhamento contínuo das aprendizagens e na cooperação entre os entes federados, respeitando as especificidades e necessidades educacionais dos estudantes da Rede Municipal de Ensino.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º São princípios da Política Municipal de Alfabetização de Crianças de Antônio Martins/RN:

I – A transparência institucional na formulação, implementação, acompanhamento e avaliação das ações voltadas à alfabetização das crianças;

II – O protagonismo do Município, em regime de colaboração com a União e o Estado do Rio Grande do Norte, no planejamento, na implementação e no acompanhamento de ações destinadas à garantia do direito à alfabetização das crianças da Rede Municipal de Ensino;

III – A garantia do direito à alfabetização como elemento estruturante para a construção de trajetórias escolares bem-sucedidas, assegurando às crianças condições adequadas para aprender, desenvolver-se e prosseguir em seu percurso educacional;

IV – A concepção de educação integral, considerando o estudante em suas diferentes dimensões: intelectual, física, emocional, social e cultural, no âmbito de um projeto educativo coletivo que envolva escola, família, comunidade e demais instituições parceiras;

V – A mobilização e o engajamento da comunidade escolar e da sociedade, mediante estratégias de comunicação, participação, acompanhamento e controle social das ações destinadas à alfabetização;

VI – O enfrentamento das desigualdades educacionais, buscando assegurar, na perspectiva da equidade, o acesso, a permanência, a participação e o sucesso das crianças no processo de alfabetização, considerando suas diferentes condições sociais, econômicas, territoriais, culturais, raciais, de gênero e demais especificidades;

VII – O planejamento estratégico e pedagógico orientado pelas necessidades das unidades escolares, das salas de aula, dos profissionais da educação e dos estudantes, com respeito à liberdade, promoção da convivência democrática, reconhecimento e valorização da diversidade;

VIII – A formação continuada dos profissionais da educação como elemento essencial ao desenvolvimento profissional e à melhoria da qualidade das práticas pedagógicas, valorizando seus conhecimentos, experiências e saberes e reconhecendo-os como protagonistas dos processos formativos;

IX – A perspectiva discursiva da alfabetização, articulada aos processos de letramento, reconhecendo a importância das interações, da mediação pedagógica e da ludicidade nos processos de aprendizagem e compreendendo a alfabetização como processo de apropriação da linguagem escrita, que envolve, entre outras dimensões, a cultura escrita, o sistema de escrita alfabética, a leitura, a produção de textos escritos e a oralidade; e

X – O fortalecimento da cultura de avaliação e acompanhamento das aprendizagens, ampliando a compreensão dos profissionais da educação acerca dos processos, instrumentos e resultados das avaliações, de modo a subsidiar o planejamento, a intervenção pedagógica e a tomada de decisões destinadas à garantia da aprendizagem de todos os estudantes.

CAPÍTULO III
DA IMPLEMENTAÇÃO

Art. 4º Constituem diretrizes para a implementação da Política Municipal de Alfabetização de Crianças de Antônio Martins/RN:

I – O reconhecimento da autonomia do Município de Antônio Martins/RN na organização, no planejamento e na execução de suas ações educacionais, em articulação com a União e o Estado do Rio Grande do Norte, no âmbito do regime de colaboração;

II – O reconhecimento do protagonismo do Município na oferta da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente no planejamento, na implementação e no acompanhamento das ações destinadas à alfabetização das crianças e à recomposição das aprendizagens;

III – O fortalecimento do regime de colaboração entre o Município, o Estado do Rio Grande do Norte e a União, com vistas à articulação de políticas, programas, ações, recursos e estratégias que contribuam para a melhoria da alfabetização e para a promoção da equidade educacional;

IV – O enfrentamento das desigualdades educacionais, assegurando, na perspectiva da equidade, condições de acesso, permanência, participação, aprendizagem e sucesso escolar, considerando as especificidades socioeconômicas, territoriais, raciais, culturais, de gênero e as necessidades educacionais específicas dos estudantes;

V – A centralidade dos processos de ensino e aprendizagem, considerando as necessidades pedagógicas das unidades escolares, das turmas, dos professores e dos estudantes, com base em evidências, diagnósticos e resultados de aprendizagem;

VI – A promoção de ações permanentes de formação continuada destinadas aos professores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares, técnicos da Secretaria Municipal de Educação e demais profissionais envolvidos nos processos de alfabetização e recomposição das aprendizagens;

VII – O acompanhamento sistemático das aprendizagens, por meio de avaliações diagnósticas, formativas e de resultados, com utilização pedagógica dos dados para o planejamento, a definição de intervenções e o monitoramento da evolução dos estudantes;

VIII – A adoção de estratégias de recomposição das aprendizagens, especialmente para os estudantes do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental que apresentem defasagens em leitura, escrita e matemática;

IX – A disponibilização e a utilização de materiais didáticos, pedagógicos e complementares adequados às necessidades dos estudantes e alinhados às orientações curriculares e às ações de alfabetização desenvolvidas pelo Município; e

X – A articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares, as famílias e a comunidade, fortalecendo a corresponsabilidade pela garantia do direito à alfabetização e à aprendizagem.

Art. 5º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização de Crianças de Antônio Martins/RN:

I – Instituir e fortalecer programas, projetos, estratégias e ações destinados à promoção da alfabetização das crianças, considerando as especificidades do desenvolvimento e das aprendizagens na Educação Infantil e assegurando a consolidação do processo de alfabetização, prioritariamente, até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;

II – Estabelecer uma estrutura de gestão, governança, acompanhamento e monitoramento da Política Municipal de Alfabetização, definindo responsabilidades, estratégias de articulação, mecanismos de acompanhamento e processos de avaliação de sua implementação e de seus resultados;

III – Garantir, em regime de colaboração, a formação continuada dos profissionais da educação que atuam na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com foco na garantia da alfabetização das crianças até o 2º ano e na recomposição das aprendizagens dos estudantes matriculados no 3º, 4º e 5º anos que ainda apresentem defasagens em leitura, escrita e matemática;

IV – Assegurar, de acordo com as possibilidades e competências do Município, infraestrutura adequada, serviços, recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos e de acessibilidade necessários ao desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem relacionados à alfabetização, considerando a faixa etária, as necessidades específicas dos estudantes e as práticas pedagógicas planejadas pelos profissionais da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental;

V – Promover estratégias para a identificação, valorização, reconhecimento, divulgação e compartilhamento de práticas pedagógicas e de gestão exitosas relacionadas à alfabetização e à recomposição das aprendizagens, desenvolvidas por profissionais e

unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, podendo ser instituídas formas de reconhecimento e premiação, observada a legislação vigente;
VI – Implementar e fortalecer processos sistemáticos de avaliação diagnóstica, formativa e somativa nos anos iniciais do Ensino Fundamental, articulados às avaliações municipais, estaduais e nacionais e alinhados, quando aplicável, aos parâmetros definidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP;
VII – Utilizar os resultados das avaliações como instrumentos para o planejamento pedagógico, a definição de intervenções, a recomposição das aprendizagens e o acompanhamento individual e coletivo dos estudantes, evitando sua utilização exclusivamente para fins classificatórios;
VIII – Assegurar ações específicas de acompanhamento aos estudantes que apresentem dificuldades no processo de alfabetização, com definição de estratégias pedagógicas diferenciadas e intervenções adequadas às necessidades identificadas; e
IX – Fortalecer a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, unidades escolares, profissionais da educação, famílias e comunidade, promovendo a corresponsabilidade pela garantia do direito à alfabetização e à aprendizagem de todas as crianças.
Art. 6º A Política Municipal de Alfabetização de Crianças de Antônio Martins/RN será implementada pela Secretaria Municipal de Educação, em articulação com as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino e em regime de colaboração com a União e o Estado do Rio Grande do Norte, por meio de estratégias destinadas à melhoria da qualidade da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, à garantia do direito à alfabetização e ao enfrentamento das desigualdades de aprendizagem, respeitadas as especificidades de cada etapa da Educação Básica e as necessidades dos estudantes.
Art. 7º As estratégias de implementação da Política Municipal de Alfabetização serão operacionalizadas por meio de programas, projetos e ações integradas, em consonância com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA e com a Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN, considerando os seguintes eixos estruturantes:
I – Gestão e Governança;
II – Formação Continuada dos Profissionais da Educação;
III – Materiais Didáticos e Pedagógicos Complementares;
IV – Avaliação e Monitoramento das Aprendizagens; e
V – Reconhecimento Educacional, Valorização de Boas Práticas e Incentivos.
Parágrafo único. Os eixos estruturantes previstos neste artigo deverão orientar o planejamento, a execução, o acompanhamento e a avaliação das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação e pelas unidades escolares, de forma articulada às políticas educacionais estadual e nacional.
Art. 8º Para a gestão, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação das estratégias necessárias à consecução dos objetivos da Política Municipal de Alfabetização, será instituído o Comitê Municipal de Gestão e Governança da Política de Alfabetização de Crianças de Antônio Martins/RN.
§ 1º O Comitê Municipal terá caráter consultivo, propositivo, articulador e de acompanhamento, competindo-lhe contribuir para o planejamento, a implementação, o monitoramento e a avaliação das ações da Política Municipal de Alfabetização.
§ 2º O Comitê Municipal será composto, preferencialmente, por representantes:
I – Da Secretaria Municipal de Educação;
II – Da equipe técnica e pedagógica responsável pela Educação Infantil e pelos anos iniciais do Ensino Fundamental;
III – Das equipes gestoras das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino;
IV – Dos professores que atuam na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental; e
V – Do Conselho Municipal de Educação.
§ 3º A composição, as atribuições específicas e o funcionamento do Comitê Municipal serão regulamentados por ato próprio do Poder Executivo Municipal.
§ 4º A participação no Comitê Municipal será considerada serviço público relevante, não remunerado.
Art. 9º Caberá à Secretaria Municipal de Educação assegurar a articulação do Comitê Municipal com as instâncias de governança do Pró-Alfa RN e do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA, observadas as competências do Município e as orientações estabelecidas no âmbito do regime de colaboração.
Art. 10. Para a implementação da Política Municipal de Alfabetização de Crianças de Antônio Martins/RN, a Secretaria Municipal de Educação adotará, entre outras, as seguintes estratégias:
I – Promover a articulação entre os diferentes processos e sistemas de avaliação da aprendizagem, utilizando seus resultados como subsídio para a tomada de decisões no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, das unidades escolares e do planejamento pedagógico, com foco na melhoria dos processos de ensino e aprendizagem;
II – Assegurar apoio técnico e pedagógico para a formação continuada de professores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares e demais profissionais envolvidos com a alfabetização e a recomposição das aprendizagens;
III – Disponibilizar, de acordo com as possibilidades administrativas e orçamentárias do Município, materiais didáticos complementares, recursos pedagógicos, tecnologias educacionais e instrumentos de apoio às práticas de alfabetização;
IV – Promover ações destinadas à melhoria da infraestrutura física, pedagógica e tecnológica das unidades escolares, observadas as condições de acessibilidade e as necessidades específicas dos estudantes;
V – Fortalecer o acompanhamento pedagógico das unidades escolares e das turmas, com especial atenção aos estudantes que apresentem dificuldades no processo de alfabetização ou defasagens de aprendizagem; e
VI – Articular as ações municipais às estratégias de assistência técnica, formação, avaliação, materiais pedagógicos e demais iniciativas ofertadas pela União e pelo Estado do Rio Grande do Norte no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA e da Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN.
Art. 11. Para fins de reconhecimento educacional e valorização das boas práticas, o Município poderá instituir mecanismos próprios de reconhecimento destinados às unidades escolares, aos profissionais da educação, às equipes pedagógicas e a outros atores da Rede Municipal de Ensino que apresentem experiências exitosas relacionadas à alfabetização e à recomposição das aprendizagens.
§ 1º Os mecanismos de reconhecimento de que trata o caput poderão considerar, entre outros aspectos:
I – A evolução dos resultados de aprendizagem dos estudantes;
II – A redução das desigualdades educacionais;
III – O desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas;
IV – A efetividade das ações de recomposição das aprendizagens;
V – O acompanhamento e a permanência dos estudantes;
VI – A participação dos profissionais em ações de formação continuada; e
VII – O desenvolvimento de práticas de gestão pedagógica voltadas à garantia do direito à alfabetização.
§ 2º Os critérios, categorias, formas de reconhecimento, procedimentos de seleção e demais aspectos relacionados às iniciativas municipais previstas neste artigo serão definidos em regulamento próprio, observadas a legislação vigente e a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.
Art. 12. As unidades escolares da Rede Municipal de Ensino com matrículas no 2º ano do Ensino Fundamental poderão participar do Prêmio Potiguar Escola Alfabetizadora, instituído no âmbito da Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN, observados os critérios, indicadores, resultados de alfabetização e demais requisitos definidos pela Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer – SEEC.
Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Educação deverá apoiar, acompanhar e orientar as unidades escolares quanto aos procedimentos necessários à participação no Prêmio Potiguar Escola Alfabetizadora e em outras iniciativas de reconhecimento instituídas no âmbito municipal, estadual ou federal.
Art. 13. O Município de Antônio Martins/RN poderá receber, aplicar e acompanhar recursos financeiros, materiais, premiações, incentivos ou outras formas de apoio provenientes da União, do Estado do Rio Grande do Norte ou de outros instrumentos de cooperação destinados

ao fortalecimento das ações de alfabetização e recomposição das aprendizagens, observada a legislação aplicável.
§ 1º Os recursos eventualmente destinados às unidades escolares em decorrência de premiações, programas ou incentivos vinculados à alfabetização deverão ser aplicados conforme as normas específicas do programa ou instrumento que os originou.
§ 2º A utilização dos recursos deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência e interesse público, bem como as normas de prestação de contas aplicáveis.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. A Secretaria Municipal de Educação de Antônio Martins/RN será o órgão responsável pela coordenação, articulação, acompanhamento e execução da Política Municipal de Alfabetização, no âmbito da Rede Municipal de Ensino, em consonância com as diretrizes do regime de colaboração estabelecido com a União e o Estado do Rio Grande do Norte.
Parágrafo único. Compete à Secretaria Municipal de Educação promover a articulação necessária com as unidades escolares, os profissionais da educação, os conselhos municipais, as famílias, a comunidade escolar e as instâncias estaduais e federais responsáveis pelas políticas de alfabetização.
Art. 15. O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de sua publicação.
Art. 16. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas à Secretaria Municipal de Educação, podendo ser suplementadas, se necessário, observadas a legislação vigente e a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.
Parágrafo único. Para a execução das ações previstas nesta Lei, poderão ser utilizados recursos provenientes de transferências constitucionais e legais, programas e políticas educacionais da União e do Estado do Rio Grande do Norte, convênios, termos de cooperação, parcerias e outras fontes legalmente admitidas.
Art. 17. A implementação da Política Municipal de Alfabetização deverá observar as metas e estratégias previstas no Plano Municipal de Educação, no planejamento da Secretaria Municipal de Educação e nos demais instrumentos de planejamento educacional do Município.
Art. 18. Os casos omissos e as situações necessárias à operacionalização desta Política poderão ser disciplinados por atos normativos próprios do Poder Executivo Municipal e da Secretaria Municipal de Educação, respeitadas as disposições desta Lei e a legislação educacional vigente.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Prefeitura Municipal de Antônio Martins, em 19 de outubro de 2026.

JÉSSICA IRIS FERREIRA DE OLIVEIRA
Prefeita

Publicado por:
Francisco Lucinaldo da Silva
Código Identificador:514A79AD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇO N°. 030/2026.

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Apodi, CNPJ: 08.349.011/0001-93, no uso de suas atribuições legais, torna público que às **08:00 horas do dia 05 de novembro de 2026**, fará realizar a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 030/2026 – Tem como objeto PREGÃO ELETRÔNICO SRP PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE SEGURAMÇA PRIVADA DESARMADA PARA EVENTOD, PRESTADA POR EMPRESA DETENTORA DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO VÁLIDA EXPEDIDA PELA POLÍCIA FEDERAL E POR PROFISSIONAIS HABILITADOS NOS TERMOS DA LEI 14.967/2024. PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE APODI/RN. Conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus** Anexos. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site: www.portaldecompraspublicas.com.br.; https://licitafacil.tce.rn.gov.br/. https://pncp.gov.br/app/editais e no link: https://apodi.rn.gov.br/licitacaolista.php. Informações e esclarecimentos: na sala da Comissão de Licitação, localizada na Praça Francisco Pinto, nº 56 – Centro – Apodi/RN, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 13h00min, Solicitar através do Email: cpl.pmapodi@gmail.com ou na página do pregão no www.portaldecompraspublicas.com.br.

Apodi/RN, 19 de outubro de 2026.

LAZARO BANDEIRA E SOUSA
Pregoeiro
Portaria 1075/2026

Publicado por:
Sonaly Cinthya de Lima Souza
Código Identificador:DA2C0FF8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
DECRETO MUNICIPAL Nº 0306/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

Decreta ponto facultativo nas repartições públicas do Município, em alusão ao DIA DO SERVIDOR PÚBLICO e dá outras providências.

O Sr. LUIS SABINO DA COSTA NETO, PREFEITO MUNICIPAL DE APODI, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e em conformidade com o que dispõe o § 2º, inciso XI, do art. 167, da Constituição da República Federativa do Brasil.

CONSIDERANDO que o dia 28 DE OUTUBRO é dedicado nacionalmente ao SERVIDOR PÚBLICO;

CONSIDERANDO a necessidade de reconhecimento da importância do trabalho fundamental desenvolvido pelos servidores públicos municipais e o compromisso do Município em proporcionar o bem-estar e as condições necessárias para o desempenho de suas funções;

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas do Município de Apodi, o expediente do dia **28 DE OUTUBRO DE 2026**, (quarta-feira, em razão da comemoração do Dia do Servidor Público, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais.

Art. 2º - Ficam excluídas do ponto facultativo de que trata o artigo anterior, as repartições públicas municipais cujos serviços sejam inadiáveis e/ou essenciais, em especial os serviços emergenciais de saúde, coleta de lixo domiciliar, vigilância, cemitério, varrição de ruas.

Parágrafo Único. As demais unidades, conforme necessidade, cabe aos dirigentes dos órgãos definirem o funcionamento dos serviços das respectivas áreas de competência.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

Palácio Francisco Pinto,
em Apodi/RN, 19 de outubro de 2026.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:3DF512C2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Torna-se público que a Secretaria Municipal de Educação, por intermédio do Setor de Compras e Complementos, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, na hipótese do art. 75, Inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 71/2023 e demais normas aplicáveis.
Informa-se que serão recebidas propostas adicionais para seleção da proposta mais vantajosa, as quais poderão ser apresentadas presencialmente na sede da Prefeitura Municipal ou enviadas por e-mail, conforme orientações a seguir:

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de organização e operacionalização de evento esportivo, compreendendo a gestão das inscrições em plataforma eletrônica e a execução dos serviços de cronometragem eletrônica, destinados à realização de corrida promovida pelo fundo municipal de saúde do município de Baraúna/RN.

Data Limite para Recebimento das Propostas: 3 (três) dias úteis, conforme o §1º do art. 183 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021. Ou seja, a contagem dar-se-á do primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet.

E-mail: comprasbaraunarn@gmail.com

Endereço e Horário: Rua Hermenegildo Montenegro, nº 126, Centro, Baraúna/RN, no horário das 07h00 às 13h00, de segunda a sexta-feira,

Os interessados poderão, caso desejem, solicitar o Termo de Referência correspondente, o qual estará disponível para envio mediante requisição formal, seja presencialmente no Setor de Compras e Complementos ou por correspondência eletrônica encaminhada ao e-mail institucional informado, garantindo pleno acesso às especificações, condições e demais elementos necessários à formulação das propostas.

Baraúna/RN, 19 de outubro de 2026.

GILDEON CARVALHO BEZERRA
Gerente de Compras e Complementos

- ANEXO ÚNICO –

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

[RAZÃO SOCIAL]
[CNPJ]
[ENDEREÇO]
[CONTATOS]

LOTE ÚNICO					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QTD.**	**UND.**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
1	Serviços de organização e operacionalização de evento esportivo, compreendendo a gestão das inscrições em plataforma eletrônica e a execução dos serviços de cronometragem eletrônica com uso de chips RFID de largada/chegada, garantindo o registro do tempo e classificação de todos os atletas regularmente inscritos no evento. E ainda: • Emissões de relatórios de classificação durante e após o evento; • Filmagem de chegada para verificação pós-prova (backup de cronometragem); • Divulgação dos resultados através do nosso site com certificado finisher; • Relógio de led dupla face para pórtico; • 1 ponto de controle no percurso incluso. • 400 Kits Atleta: número de peito, chip, alfinetes e envelope identificado. • Plataforma para inscrições, painel do organizador, emissão de relatórios e total gerenciamento das inscrições com time de suporte. Total de 400 inscrições.	1	Serviço		

O prazo de validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias** contados a partir da data da entrega do orçamento.

Declaro de que todos os elementos (tributos, seguros, mão de obra, combustível, depreciação do veículo etc.) que incidam ou venham a incidir sobre os preços ofertados, estão inclusos no preço ora ofertados.

[Cidade]/[UF], [Dia] de [Mês] de [Ano].

Assinatura do Representante Legal
CPF:

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:5F36CA4A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BODÓ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 369 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

Revogação de Portaria e dá outras providencias.

O **Prefeito Municipal de Bodó/RN**, no uso das atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;
RESOLVE:
Art. 1º. Revogar a Portaria de nº 355/2026, de 15 de outubro de 2026.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 15/10/2026, revogando-se as disposições ao contrário.
Registre-se, Dê Ciência, Publique-se e Cumpra-se.

Bodó/RN, 19 de outubro de 2026.

HORISON JOSÉ DA SILVA
Prefeito Município de Bodó

Publicado por:
Dayane Guedes Miranda de Assunção
Código Identificador:AB6CB02A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 370 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

Concessão de diária ao servidor que se especifica e dá outras providencias.

O Prefeito Municipal de Bodó, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais e de conformidade com o Decreto n°. 02/2025.
Resolve:
Art.1° – Conceder, ¹/2 (meia) diária no valor unitário de R$ 300,00 (trezentos reais), para a capital do estado e cidades com distância superior a 100 km da sede do município de Bodó/RN, totalizando o valor a ser pago de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), para custear despesas do(a) servidor(a) IRIMAR SOARES DA SILVA, CPF: 736.###.###-72, na função de Professora, para participar do IV Encontro Formativo do Programa de Leitura e Escrita na Educação

Infantil, no dia 21 de outubro de 2026, na cidade de Natal/RN, conforme documentações em anexo.
Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, revogando-se as disposições ao contrário.
Publique-se:
Cumpra-se:
Bodó RN, 19 de outubro de 2026

HORISON JOSÉ DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Guedes Miranda de Assunção
Código Identificador:12B79927

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 371 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

Revogação de Portaria e dá outras providencias.

O **Prefeito Municipal de Bodó/RN**, no uso das atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;
RESOLVE:
Art. 1º. Revogar a Portaria de nº 361/2026, de 15 de outubro de 2026.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 15/10/2026, revogando-se as disposições ao contrário.
Registre-se, Dê Ciência, Publique-se e Cumpra-se.

Bodó/RN, 19 de outubro de 2026.

HORISON JOSÉ DA SILVA
Prefeito Município de Bodó

Publicado por:
Dayane Guedes Miranda de Assunção
Código Identificador:E12DC966

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 372 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

O Prefeito Municipal de Bodó/RN, no uso das atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;
RESOLVE:

Art. 1 – Nomear, o(a) Sr.(a) **ANTONIO FRANCISCO DE MACEDO NETO,** inscrito(a) no CPF/MF sob nº. 638.###.###-72, para exercer o Cargo em Comissão de CC-3 – Coordenador de Fiscalização e Preservação do Meio Ambinete, lotado(a) na Secretaria de Municipal de Meio Ambiente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições ao contrário.
Registre-se, Dê Ciência, Publique-se e Cumpra-se.
Bodó/RN, 19 de outubro de 2026.

HORISON JOSÉ DA SILVA
Prefeito Município de Bodó

Publicado por:
Dayane Guedes Miranda de Assunção
Código Identificador:9449C9A2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 373 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

O Prefeito Municipal de Bodó/RN, no uso das atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;
RESOLVE:

Art. 1 – Nomear, o(a) Sr.(a) **ANTONIA IRANILMA DE ARAÚJO,** inscrito(a) no CPF/MF sob nº. 096.###.###-30, para exercer o Cargo em Comissão de CC-4 – Sub-Coordenadora de Controle de Mudas, lotado(a) na Secretaria de Municipal de Agricultura, Abastecimento e Minério.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições ao contrário.
Registre-se, Dê Ciência, Publique-se e Cumpra-se.
Bodó/RN, 19 de outubro de 2026.

HORISON JOSÉ DA SILVA
Prefeito Município de Bodó

Publicado por:
Dayane Guedes Miranda de Assunção
Código Identificador:864B08AD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 374 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

O Prefeito Municipal de Bodó/RN, no uso das atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;
RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, o(a) Sr.(a) ELVIRA JACIARA GALVÃO inscrito(a) no CPF/MF sob nº. ###.433.364-##, para exercer o Cargo em Comissão de CC-4 – Sub-Coordenadora de Almoxarifado, lotado(a) na Secretaria de Municipal de Administração.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeito legais à 15/10/2026, revogando-se as disposições ao contrário.
Registre-se, Dê Ciência, Publique-se e Cumpra-se.
Bodó/RN, 19 de outubro de 2026.

HORISON JOSÉ DA SILVA
Prefeito Município de Bodó

Publicado por:
Dayane Guedes Miranda de Assunção
Código Identificador:2DD2607C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 375 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

O Prefeito Municipal de Bodó/RN, no uso das atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;
RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, o(a) Sr.(a) CHIRLANE MEDEIROS DE SOUZA inscrito(a) no CPF/MF sob nº. ###.938.804-##, para exercer o Cargo em Comissão de CC-4 - Sub-Coordenadoria de Vigilância Sanitária, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições ao contrário.
Registre-se, Dê Ciência, Publique-se e Cumpra-se.

Bodó/RN, 19 de outubro de 2026.

HORISON JOSÉ DA SILVA
Prefeito Município de Bodó

Publicado por:
Dayane Guedes Miranda de Assunção
Código Identificador:28A63534

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 376/2026 – GP DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

DECLARA A VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO EFETIVO EM DECORRÊNCIA DO FALECIMENTO DE SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BODÓ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO o disposto no art. 47, inciso VII, da Lei Complementar Municipal nº 001, de 30 de dezembro de 2009 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Bodó), que estabelece o falecimento como hipótese de vacância de cargo público;

CONSIDERANDO a documentação constante do Processo Administrativo nº 03001.000684/2026, especialmente a comunicação de falecimento do servidor LUIZ LUPERCIO DA SILVA, ocorrido em 10 de outubro de 2026, e o parecer jurídico emitido no referido processo;

RESOLVE:

Art. 1º Fica DECLARADA A VACÂNCIA, por motivo de falecimento, do cargo público de provimento efetivo de MOTORISTA, anteriormente ocupado pelo servidor LUIZ LUPERCIO DA SILVA, matrícula funcional nº 206, CPF nº 106.930.334-87, nomeado pela Portaria nº 031/2000, com efeitos declaratórios a partir de 10 de outubro de 2026.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Administração, por meio do setor competente de Recursos Humanos, adotará as providências para registro da vacância, encerramento do vínculo funcional, atualização dos assentamentos e cadastros de pessoal e retificação de eventuais certidões que indiquem período de serviço posterior à data do óbito.

Art. 3º A apuração de eventuais verbas funcionais remanescentes e as orientações relativas a benefício previdenciário de pensão por morte deverão observar procedimentos próprios, a legislação pertinente e a comprovação da legitimidade dos interessados, não constituindo objeto desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, reconhecidos os efeitos da vacância desde 10 de outubro de 2026.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Bodó/RN, 19 de outubro de 2026.

HORISON JOSÉ DA SILVA
Prefeito Municipal de Bodó/RN

Publicado por:
Dayane Guedes Miranda de Assunção
Código Identificador:0D5A5C9A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Em conformidade com o **Parecer da Assessoria Jurídica**, o qual opinou pela possibilidade jurídica da contratação direta por **Inexigibilidade de Licitação**, o Ordenador de Despesa da **Prefeitura Municipal de Bom Jesus/RN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis, e em conformidade com as determinações do **art. 74, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021**, considerando os elementos constantes do **Processo Administrativo nº 4.096/2026**, resolve **DECLARAR A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** para a contratação da empresa **FREIRE & MOURA COMERCIO E SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **15.230.289/0001-02**.

A presente contratação tem por objeto a **prestação de serviços especializados em Business Intelligence (BI) e Inteligência Artificial (IA) aplicadas à saúde**, incluindo pacote tecnológico, capacitação, apoio ao SUSDIGITAL, auditoria e consultoria das informações da Atenção Primária à Saúde, pesquisa e produção de informações técnico-científicas para apoio à gestão e à tomada de decisões no Município de Bom Jesus/RN.

O valor total da contratação é de **R$ 423.200,00 (Quatrocentos e vinte e três mil e duzentos reais)**, conforme proposta apresentada e demais documentos constantes dos autos.

A contratação direta fundamenta-se no **art. 74, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021**, em razão da natureza técnica especializada e predominantemente intelectual dos serviços, observados os requisitos legais relativos à notória especialização, à inviabilidade de competição, à razão da escolha do contratado e à justificativa do preço, devidamente analisados no curso da instrução processual.

Diante do exposto, **DECLARO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 017/2026**, autorizando a contratação da empresa **FREIRE & MOURA COMERCIO E SERVICOS LTDA**, CNPJ nº **15.230.289/0001-02**, pelo valor total de **R$ 423.200,00 (Quatrocentos e vinte e três mil e duzentos reais)**, para execução do objeto acima descrito.

Determino, ainda, que se proceda à **formalização do respectivo instrumento contratual**, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como à adoção das providências necessárias à **publicidade do ato**, mediante sua divulgação no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP** e demais meios oficiais legalmente exigidos.

Bom Jesus/RN, 10 de setembro de 2026.

JOSÉ NILSON PEREIRA DA SILVA
CPF: XXX.811.XXX-49
Prefeito Municipal
Bom Jesus/RN

Publicado por:
Francisco Claudio Gomes de Souza
Código Identificador:2F997AF5

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS - BJPREV
CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DOS CONSELHOS DELIBERATIVO E FISCAL - BJPREV.

CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DOS CONSELHOS DELIBERATIVO E FISCAL

O Gerente do Fundo de Previdência do Município de Bom Jesus/RN – BJPREV, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70 da Lei Municipal nº 364, de 25 de maio de 2017, convoca os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal para participarem da Reunião Ordinária, a ser realizada no dia **21 de outubro de 2026 (quarta-feira), às 9h**, na sede do BJPREV, localizada na Rua Manoel Andrade, s/n, Centro, CEP 59.270-000, Bom Jesus/RN.

Ficam os conselheiros cientes de que a ausência injustificada à reunião, seja na modalidade presencial ou remota, poderá implicar a extinção do mandato, nos termos do art. 66, § 5º, da Lei Municipal nº 364/2017.

Bom Jesus/RN, 19 de outubro de 2026.

DANIEL SILVA PINHEIRO
Gerente de Previdência
Portaria nº 038/2025 – SMG

Publicado por:
Francisco Lindson Abdias de Lima
Código Identificador:29F03B29

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 292/2026 – SMG DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDOR QUE ESPECIFICA ROGÉRIO DAMIÃO DE SOUZA JÚNIOR.

PORTARIA Nº 292/2026 – SMG

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O Prefeito do Município de Bom Jesus, estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o que dispõe a Lei Municipal 380/2018, Seção I – da elevação por titulação

RESOLVE:

Art. 1º. Ratificar a Progressão Vertical do Servidor **ROGÉRIO DAMIÃO DE SOUZA JÚNIOR, matrícula 0564397,** que exerce o cargo de Professora P-2, **até o Nível IV**, conforme Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal regido pela Lei Municipal 380/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 25 de setembro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpre-se.

Secretaria Municipal de Governo do Município de Bom Jesus/RN, em 14 de outubro de 2026.

JOSÉ NILSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Lindson Abdias de Lima
Código Identificador:B29B5E7C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 305/2026 - SMG INSTITUI COMISSÃO DE ANÁLISE, CONFERÊNCIA E VALIDAÇÃO DOS DADOS DO CENSO PREVIDENCIÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS VINCULADOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 305/2026 - SMG

Institui Comissão de Análise, Conferência e Validação dos Dados do Censo Previdenciário dos servidores públicos vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Bom Jesus/RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO a realização do Censo Previdenciário 2026 dos servidores públicos municipais ativos, aposentados, pensionistas e respectivos dependentes vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município de Bom Jesus/RN;
CONSIDERANDO a apresentação do Relatório Final do Censo Previdenciário, elaborado pela empresa 3IT Consultoria LTDA ME, em outubro de 2026;
CONSIDERANDO a necessidade de analisar, conferir e validar os dados cadastrais, funcionais e previdenciários coletados, assegurando a consistência e a confiabilidade das informações;
CONSIDERANDO a importância da integração das informações mantidas pelo Município e pelo Fundo de Previdência do Município de Bom Jesus/RN – BJPREV, bem como da identificação e regularização de eventuais inconsistências cadastrais;
RESOLVE:
Art. 1º Fica instituída a Comissão de Análise, Conferência e Validação dos Dados do Censo Previdenciário 2026 do Município de Bom Jesus/RN, com a finalidade de examinar os dados coletados dos servidores ativos, aposentados, pensionistas e respectivos dependentes vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS municipal.
Art. 2º A Comissão será composta por 05 (cinco) membros, sendo 02 (dois) representantes do Fundo de Previdência do Município de Bom Jesus/RN – BJPREV e 03 (três) representantes da Prefeitura Municipal de Bom Jesus/RN, assim designados:
I – Representantes do BJPREV:
MARIA ZILDA OLIVIERA FERNANDES;
LUCINEIDE PEREIRA DA SILVA ALVES.

II – Representantes da Prefeitura Municipal:
HYKKINEN LOPES DE MEDEIROS;
JOÃO VICTOR TEIXEIRA BASTO;
ROSIVALDO ABDIAS LINS.
Parágrafo único. A Comissão escolherá, entre seus membros, um coordenador responsável pela organização e condução dos trabalhos.
Art. 3º Compete à Comissão:
I – analisar o Relatório Final do Censo Previdenciário 2026 e as respectivas bases cadastrais;
II – conferir a consistência dos dados cadastrais, funcionais e previdenciários dos servidores ativos, aposentados, pensionistas e respectivos dependentes;
III – promover o cruzamento das informações do Censo com os registros funcionais e financeiros da Prefeitura Municipal e do BJPREV;
IV – identificar inconsistências, duplicidades, omissões e divergências nas informações coletadas;
V – examinar os cadastros pendentes de conclusão ou regularização, propondo as providências necessárias;
VI – solicitar aos setores competentes documentos, informações e esclarecimentos necessários à análise;
VII – propor a correção e atualização dos dados, indicando os setores responsáveis pelas providências cabíveis;
VIII – elaborar relatório conclusivo contendo os resultados da análise, as inconsistências identificadas, as providências adotadas e as recomendações pertinentes;
IX – encaminhar o relatório conclusivo ao Prefeito Municipal e à gestão do BJPREV para conhecimento e adoção das medidas cabíveis.
Art. 4º A Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas e Diretoria do BJPREV, deverão prestar o apoio necessário aos trabalhos da Comissão, disponibilizando as informações e os documentos pertinentes, observadas as normas de proteção de dados pessoais.
Art. 5º Os membros da Comissão deverão resguardar o sigilo das informações pessoais, funcionais e previdenciárias a que tiverem acesso, utilizando-as exclusivamente para o cumprimento das atribuições previstas nesta Portaria, em observância à Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
Art. 6º A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Portaria, para concluir os trabalhos e apresentar o relatório conclusivo, podendo esse prazo ser prorrogado mediante justificativa fundamentada e autorização do Prefeito Municipal.
Art. 7º A participação na Comissão será considerada serviço público relevante, não ensejando o pagamento de remuneração adicional, ressalvada eventual disposição legal em contrário.
Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Bom Jesus/RN, 19 de outubro de 2026.

JOSÉ NILSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal de Bom Jesus/RN

Publicado por:
Francisco Lindson Abdias de Lima
Código Identificador:CA920F75

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 162/2026-GP

PORTARIA Nº 162/2026-GP

CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR(A) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BREJINHO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER, nos termos da Lei Municipal nº 13/1997, que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora **VANDA INÁCIO FERREIRA DOS SANTOS SILVA**, Mat. 0429-4, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município, com o período de gozo de 15/10/2026 a 15/01/2027.

Art. 2º.–Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,
Registre-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Brejinho/RN, em 19 de outubro de 2026.

JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:A665B268

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 163/2026-GP

PORTARIA Nº 163/2026-GP

DISPÕE SOBRE A RENOVAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BREJINHO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,

Considerando a Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;

Considerando a Lei Municipal nº 802/2023, que institui o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando a necessidade de renovação da composição do Conselho, garantindo a representatividade e a continuidade das ações voltadas à promoção, defesa e garantia dos direitos de crianças e adolescentes;

RESOLVE:

Art. 1º. RENOVAR a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), conforme relação de membros abaixo:

Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social
MARCUS ANTÔNIO FRANÇA DE AMORIM(Titular)
DANIELE DE SOUZA ALVES SENA (Suplente)

Representante da Secretaria Municipal de Saúde
JULLIET DA SILVA GOMES (Titular)
MARIA RANIELY RIBEIRO GOMES (Suplente)

Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura
GICARLA MACEDO DE LIMA (Titular)
WILLIANE WANESSA DE LIMA (Suplente)

Representante da Secretaria Municipal de Esportes
KLEBSON SILVA CUSTÓDIO (Titular)
JOÃO MARIA DA SILVA INÁCIO (Suplente)

Art. 2º. DESIGNAR os seguintes representantes para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, representando a Sociedade Civil:

Representante de Entidade Religiosa com Atuação nas Políticas de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
ANA APARECIDA DE OLIVEIRA NASCIMENTO (Titular)
PEDRO VINICIUS CRUZ DA ROCHA (Suplente)

Representante de Entidade Religiosa com Atuação nas Políticas de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
ANDRESSA DA COSTA LIMA DOS SANTOS (Titular)
MOACIR BEZERRA HONÓRIO (Suplente)

Representante de Organizações da Sociedade Civil
MARIA IRANETE DOS PRAZERES VIEGAS (Titular)
EMMANOEL PHELLIPE VIEGAS SILVA (Suplente)

Representante de Famílias de Usuários das Políticas de Promoção, Proteção e Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes
ANDRIELY DA SILVA (Titular)
MARIA APARECIDA ANTERO DA SILVA (Suplente)

Art. 3º. A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Brejinho/RN, 19 de outubro de 2026.

JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:EC449BBD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 219/2026-GP-PMCN

Conceder pagamento de diária à Servidor Pública do município de Caiçara do Norte, estado do Rio Grande do Norte.

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 46 da Lei Orgânica Municipal 07 de novembro de 1997, e,

CONSIDERANDO *a Lei Municipal nº 291/2025, que dispõe sobre a regulamentação das concessões de diárias e dá outras providências;*

CONSIDERANDO *a Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de dezembro de 2020, na sua subseção V, que dispõem da composição do processo de realização das despesas de Diárias.*

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder o pagamento de 1/2 (meia) diária ao servidor JOÃO PAULO DA SILVA BEZERRA, CPF: 055.129.374-80, Secretário da Secretaria de Saúde Pública, Matrícula nº 01580-6, ao preço unitário de R$: 300,00 (trezentos reais), totalizando um valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para custear despesas com alimentação e transporte em Natal/RN, no dia 22 de outubro do corrente ano.

Justificativa: • Participar e representar Caiçara do Norte/RN na 274ª Reunião Ordinária do Cosems/RN, que acontecerá no Auditório do Centro Administrativo Federal, na cidade e data supracitada, , conforme programação em anexo.

Art. 2º - Os valores deverão ser depositados em conta bancária do titular de acordo com os dados cadastrais.

Art. 3°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Caiçara do Norte/RN, em 19 de outubro de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:8961DB0A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2026

A Prefeita Constitucional do Município de Caiçara do Rio do Vento/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal declara **DISPENSADO** o procedimento licitatório, nos termos do Artigo 75, inciso II, Lei Federal nº 14.133/2021, para custear despesa relativa a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica em Gestão da Política Municipal de Assistência Social, destinados ao assessoramento da gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS e do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no município de Caiçara do Rio do Vento/RN, no valor total de R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais) em favor da empresa MÁXIMA CONSULTORIA E ASSOCIADOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 24.498.029/0001-03, processo administrativo nº 172/2026.
Publique-se.

Caiçara do Rio do Vento/RN, 16 de Outubro de 2026.

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA
Prefeita

Publicado por:
Conceicao de Maria Gomes Lisboa Rocha
Código Identificador:CEE2009F

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 27/2026

A Prefeita Constitucional do Município de Caiçara do Rio do Vento/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal declara **INEXIGÍVEL** o procedimento licitatório nos termos do Art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, para custear despesa relativa a realização de **revisão e manutenção preventiva, incluindo os serviços e materiais necessários**, nos veículos SCUDO CARGO 1.5L DS STT MT6**, placa** RQA7J91**, e** FIAT SCUDO CARGO 2.2L DS MT6**, placa** TSW4G00, pertencentes à frota municipal, no valor total de R$ 5.210,25 **(cinco mil, duzentos e dez reais e vinte e cinco centavos),** em favor de AUTOBRAZ COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 70.166.350/0001-08, processo administrativo nº 206/2026.
Publique-se.
Caiçara do Rio do Vento/RN, 19 de Outubro de 2026.

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA
Prefeita

Publicado por:
Conceicao de Maria Gomes Lisboa Rocha
Código Identificador:C14CB9CA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 159/2025

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 159/2025
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 058/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 2025.08.13.0134

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE CAICÓ/RN; **FORNECEDOR REGISTRADO:** S M DANTAS SANTOS, inscrita no CNPJ n ° 22.842.879/0001-51; **OBJETO:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 159/2025, bem como a renovação dos quantitativos registrados; **DA VIGÊNCIA**; por mais 12 (doze) meses, a partir de 08 de outubro de 2026 até 07 de outubro de 2027, dando-se a Ata o prazo total de 24 (vinte e quatro) meses, observada a vigência máxima permitida, nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme previsto no item 4.1 da referida ARP; **SUBSCRITORES**: Judas Tadeu Alves dos Santos – pelo Órgão Gerenciador e Sandra Maria Dantas Santos– pela Fornecedora Registrada.

Caicó/RN, 28 de setembro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tiago Glaydson da Silva Santos
Código Identificador:4E248B00

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 043/2022

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 043/2022
DISPENSA Nº 037/2022 – PROCESSO ADMINISTRATIVO. Nº 2022.08.29.0020

CONTRATANTE: Município de Caicó/RN; **CONTRATADA:** MARIA FÁTIMA DANTAS PEREIRA**,** portador do CPF XXX.130.624-XX; **OBJETO**: RENOVAÇÃO do Contrato Administrativo nº 043/2022, nos termos do item 5.1 da Cláusula Quinta, destinado a Contratação dos serviços de Locação de Imóvel destinado a compor a sede do Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS**; VIGÊNCIA**: 01 de setembro de 2026 e termo final em 30 de outubro de 2026, dando-se ao contrato o prazo total de 49 (quarenta e nove) meses e 30 (trinta) dias; **SUBSCRITORES:** José Tadeu Alves dos Santos – pelo **CONTRATANTE** e – Maria Fátima Dantas Pereira pela **CONTRATADA**.

Caicó/RN, 01 de setembro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tiago Glaydson da Silva Santos
Código Identificador:61B4789B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 001/2026 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 048/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 001/2026
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 048/2025

CONCORRÊNCIA N° 002/2025 – PROC. ADMINIST. MC/RN N° 2025.05.20.0094

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAICÓ/RN; **CONTRATADA:** COPAGEL EMPREENDIMENTOS LTDA-EPP, inscrita no Cadastro de Pessoa Jurídica sob o nº 16.731.373/0001-72; **OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento a PRORROGAÇÃO DE PRAZO do Contrato Administrativo nº 048/2025, relativo à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA DESTINADA À CONSTRUÇÃO DE **ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL - PADRÃO FNDE, COM 13 SALAS**, NO BAIRRO SERROTE BRANCO, SN, ZONA URBANA DO

MUNICÍPIO DE CAICÓ/RN, com fundamento na Lei 14.133/2021; **VIGÊNCIA**: 09 de setembro de 2026 e termo final em 09 de setembro de 2027; **SUBSCRITORES**: JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS – pelo Contratante e **SEVERINO BATISTA DE LIMA NETO** – pela Contratada.

Caicó/RN, 02 de setembro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dênis Fernandes de Medeiros
Código Identificador:3B2EDC58

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 610 / 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 57, inciso V e de conformidade com Termo de Convênio firmado entre o Município de Caicó/RN e a Prefeitura Municipal do Natal/RN,

R E S O L V E:

Art. 1° - **PRORROGA A CESSÃO,** da servidora **GILVANETE DA SILVA MEDEIROS,** matrícula nº 1.0403/1, Assistente Administrativo, com lotação na Secretaria Municipal de Finanças, para prestar serviços na Prefeitura Municipal do Natal/RN, com vigência de 02(dois) anos, com ônus para o órgão cessionário.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 19 de outubro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CINTHIA DE LELIS ARAÚJO SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:6468AFB4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 609 / 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V e de conformidade com o Ofício nº 494/2026 – SEMED/GS;

R E S O L V E:

Art. 1° - DECLARAR a*vacância decargo em comissão*de Diretora da Escola Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora do Rosário, em decorrência do*falecimento*da Servidora **MARIA FLÓRIDA DE OLIVEIRA MEDEIROS**, inscrita no CPF nº XXX.006.964-XX, matricula nº 0001075/1.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos, a contar de 02 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 19 de outubro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CINTHIA DE LELIS ARAÚJO SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:2520D4D9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 611 / 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 57, inciso V e de conformidade com o Ofício nº 245/2026 – GAB/PREF.

R E S O L V E:

Art. 1° - **PRORROGA A CESSÃO**, **COM ÔNUS PARA O ÓRGÃO CEDENTE**, para prestar serviços no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, a funcionária **JANICE BEZERRA DA SILVA,** Matrícula n° 1.2344/1, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação, com efeitos, a contar de 02 de janeiro de 2027 a 01 de janeiro de 2029, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 19 de outubro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CINTHIA DE LELIS ARAÚJO SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:C8FEF65A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 612 / 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V e de conformidade com o Termo de Cooperação entre a Prefeitura Municipal de Caicó/RN e PCI/RN;

R E S O L V E:

Art. 1° - **PRORROGA A CESSÃO**, do funcionário **FRANCISCO FILADELFO DE FIGUEIREDO**, matrícula nº 1.0329, Professor PEM-LP/EII, conforme Termo de Cessão entre a Prefeitura Municipal de Caicó/RN e PCI/RN, atualmente lotado na Unidade Regional do Seridó (PCI/Caicó-RN), no setor de Identificação Civil, no Box da PCI na central do Cidadão/Caicó, com vigência de 02(dois) anos, com ônus para o órgão cessionário.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 19 de outubro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CINTHIA DE LELIS ARAÚJO SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:109B07D7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
P O R T A R I A Nº 613 / 2026

Designa os membros para compor a Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação para conduzir o processo de elaboração e implementação das ações da Política Municipal de Alfabetização, alinhada à Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte e ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, no período de 1º de setembro a 20 de outubro de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,
CONSIDERANDO que aderiu ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada-CNCA, instituído pelo Decreto Federal nº 11.556 em 12 de junho de 2023 e posteriormente, pela Lei nº 15.247 em outubro de 2025.
CONSIDERANDO que aderiu à Política Territorial de alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte- Pró-Alfa RN, instituída pelo Decreto nº 33.990, de setembro de 2024.
CONSIDERANDO a necessidade de promover ações voltadas à promoção da alfabetização das crianças do 1º e 2º ano e da recomposição de aprendizagem das crianças dos 3º ao 5º ano, em conformidade com os fundamentos do CNCA, do Governo Federal, nos termos da Portaria n. 1.774, de 1º de setembro de 2023, que instituiu a Rede Nacional de Articuladores de Gestão, Formação e Mobilização – RENALFA do referido Compromisso.
CONSIDERANDO a necessidade de elaborar o Documento da Política Municipal de Alfabetização, alinhada à Política de Alfabetização do Território Estadual e ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.
RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados(as) os seguintes membros para compor a **Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação** para, sob a presidência do primeiro, com a finalidade de conduzir o processo de elaboração da primeira versão do Documento **da Política Municipal de Alfabetização**, alinhada à Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte e ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, no período de 01 de setembro a 20 de outubro de 2026.
Sérgio André de Araújo – DME – Presidente, matrícula nº 1126750;
Fabiana Erica de Brito – Articuladora Municipal da RENALFA, matrícula nº 15254/1;
Maísa Maria dos Santos Guilherme – Subcoordenadora de Ensino Fundamental da SEMED, matrícula nº 864277/2;

Onofre Laurindo da Silva Júnior - Coordenador Pedagógico da SEMED, matrícula nº 14801/1;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação com efeitos retroativos a 1º de setembro de 2026.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 19 de outubro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:D053FEF1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 614 / 2026

Dispõe sobre o deferimento de adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V e de conformidade com o Processo nº 2026.06.12.0104;

R E S O L V E:

Art.1º - DEFERIR o requerimento de adesão da servidora **FRANCISCA DA CONCEIÇÃO CIRNE DANTAS**, matricula nº 1.1580/1, Professora PEM-LP/EII, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI, instituído pela Lei nº 5.417, de 01 de setembro de 2022.

Art.2º - O valor da indenização é no montante de R$ 2.971,00 (Dois mil, novecentos e setenta e um reais).

Art. 3º - O valor da indenização tem como data de encerramento dos proventos proporcionais ao tempo de contribuição, ou seja, até a servidora atingir a idade de 75 (setenta e cinco) anos, conforme a redação dada pelo Art. 40 §1, inc. II, da Constituição Federal de 1988.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos, a contar de 12 de setembro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Gabinete do Prefeito, 19 de outubro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:2C7145E1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 615 / 2026

Dispõe sobre o deferimento de adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V e de conformidade com o Processo nº 2026.07.27.0048;

R E S O L V E:

Art.1º - DEFERIR o requerimento de adesão da servidora **ANA SANTANA DA CONCEIÇÃO**, matricula nº 1.0049/1, Professora PEM-LP/I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI, instituído pela Lei nº 5.417, de 01 de setembro de 2022.

Art.2º - O valor da indenização é no montante de R$ 2.598,76 (Dois mil, quinhentos e noventa e oito reais e setenta e seis centavos).

Art. 3º - O valor da indenização tem como data de encerramento dos proventos proporcionais ao tempo de contribuição, ou seja, até a servidora atingir a idade de 75 (setenta e cinco) anos, conforme a redação dada pelo Art. 40 §1, inc. II, da Constituição Federal de 1988.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos, a contar de 19 de setembro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 19 de outubro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:C4EBF568

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 616 / 2026

Dispõe sobre o deferimento de adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V e de conformidade com o Processo nº 2026.06.15.0057;

R E S O L V E:

Art.1º - DEFERIR o requerimento de adesão da servidora **ANAILDE BATISTA DOS SANTOS**, matricula nº 1.1907/1, Professora PEM-LP/I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI, instituído pela Lei nº 5.417, de 01 de setembro de 2022.

Art.2º - O valor da indenização é no montante de R$ 3.127,68 (Três mil, cento e vinte e sete reais e sessenta e oito centavos).

Art. 3º - O valor da indenização tem como data de encerramento dos proventos proporcionais ao tempo de contribuição, ou seja, até a servidora atingir a idade de 75 (setenta e cinco) anos, conforme a redação dada pelo Art. 40 §1, inc. II, da Constituição Federal de 1988.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos, a contar de 06 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 19 de outubro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:84358827

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 617 / 2026

Dispõe sobre o deferimento de adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V e de conformidade com o Processo nº 2026.06.29.0031;

R E S O L V E:

Art.1º - DEFERIR o requerimento de adesão da servidora **ELIETE ARAÚJO DE BARROS**, matricula nº 1.3300/1, Auxiliar de Serviços Gerais - ASG, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI, instituído pela Lei nº 5.417, de 01 de setembro de 2022.

Art.2º - O valor da indenização é no montante de R$ 528,79 (Quinhentos e vinte e oito reais e setenta e nove centavos).

Art. 3º - O valor da indenização tem como data de encerramento dos proventos proporcionais ao tempo de contribuição, ou seja, até a servidora atingir a idade de 75 (setenta e cinco) anos, conforme a redação dada pelo Art. 40 §1, inc. II, da Constituição Federal de 1988.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos, a contar de 26 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 19 de outubro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:811DB101

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 618 / 2026

Dispõe sobre o deferimento de adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V e de conformidade com o Processo nº 2026.07.09.0039;

R E S O L V E:

Art.1º - DEFERIR o requerimento de adesão da servidora **MARIA DO ROSÁRIO DA SILVA**, matricula nº 1.1718/1, Auxiliar de Serviços Gerais - ASG, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI, instituído pela Lei nº 5.417, de 01 de setembro de 2022.

Art.2º - O valor da indenização é no montante de R$ 776,91 (Setecentos e setenta e seis reais e noventa e um centavos).

Art. 3º - O valor da indenização tem como data de encerramento dos proventos proporcionais ao tempo de contribuição, ou seja, até a servidora atingir a idade de 75 (setenta e cinco) anos, conforme a redação dada pelo Art. 40 §1, inc. II, da Constituição Federal de 1988.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos, a contar de 14 de setembro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Gabinete do Prefeito, 19 de outubro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:00AF6A77

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 619 / 2026

Dispõe sobre o deferimento de adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V e de conformidade com o Processo nº 2026.08.07.0032;

R E S O L V E:
Art.1º - DEFERIR o requerimento de adesão da servidora **MARIA DAS GRAÇAS MEDEIROS GERMANO**, matricula nº 1.1892/1, Professora PEM-LP/EII, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI, instituído pela Lei nº 5.417, de 01 de setembro de 2022.

Art.2º - O valor da indenização é no montante de R$ 3.073,70 (Três mil, setenta e três reais e setenta centavos).

Art. 3º - O valor da indenização tem como data de encerramento dos proventos proporcionais ao tempo de contribuição, ou seja, até a servidora atingir a idade de 75 (setenta e cinco) anos, conforme a redação dada pelo Art. 40 §1, inc. II, da Constituição Federal de 1988.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos, a contar de 19 de setembro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 19 de outubro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:D39713A8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 620 / 2026

Dispõe sobre o deferimento de adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V e de conformidade com o Processo nº 2026.06.09.0121;

R E S O L V E:

Art.1º - DEFERIR o requerimento de adesão da servidora **FRANCISCA MEDEIROS DE ARAÚJO**, matricula nº 1.0268/1, Auxiliar de Serviços Gerais - ASG, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI, instituído pela Lei nº 5.417, de 01 de setembro de 2022.

Art.2º - O valor da indenização é no montante de R$ 721,79 (Setecentos e vinte e um reais e setenta e nove centavos).

Art. 3º - O valor da indenização tem como data de encerramento dos proventos proporcionais ao tempo de contribuição, ou seja, até a servidora atingir a idade de 75 (setenta e cinco) anos, conforme a redação dada pelo Art. 40 §1, inc. II, da Constituição Federal de 1988.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos, a contar de 23 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 19 de outubro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:F0AB0CB6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO

COMISSÃO PERMANETE DE LICITAÇÃO
AVISO RESUMIDO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000035/2026

AVISO RESUMIDO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000035/2026
(Art. 75, inciso II da Lei nº. 14.133/2021)

O **MUNICÍPIO DE CAMPO REDONDO/RN**, inscrito no CNPJ/MF nº. 08.358.723/0001-79, em conformidade com art. 75, inciso II da Lei Federal nº. 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS**, podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços e Documentação de Habilitação no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa, conforme segue abaixo:

Endereço Eletrônico para Envio da Documentação e Proposta: setordelicitacao@camporedondo.rn.gov.br
Endereço Físico para Protocolo da Documentação e Proposta: Prédio Sede da Prefeitura (José Francisco de Souza, 04, Centro, Campo Redondo/RN CEP: 59.230-000)
Prazo para Envio das Propostas e da Documentação de Habilitação: 20 de outubro de 2026 a 22 de outubro de 2026, no horário das 08:00h até as 13:00h no formato presencial e até as 23:59h no formato digital por meio eletrônico.

Campo Redondo/RN, 19 de outubro de 2026.

WHASTERVAL RAMIRO COELHO
Agente de Contratação

Publicado por:
Aluisio Eloi Rodrigues Junior
Código Identificador:04CB4069

COMISSÃO PERMANETE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000009/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 049/2026
CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE CAMPO REDONDO/RN, inscrito no CNPJ/MF nº.08.358.723/0001-79. CONTRATADA: CASA DE APOIO KAKS MINHA CASA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 23.113.752/0001-64. OBJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE HOSPEDAGENS EM CASA DE APOIO. VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES. VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 586.800,00 (QUINHENTOS E OITENTA E SEIS MIL E OITOCENTOS REAIS). DATA DA ASSINATURA: 19 de outubro de 2026.

Município de Campo Redondo/RN -
RENAM LUIZ DE ALENCAR CARVALHO -
Prefeito Municipal /

Casa de Apoio Kaks Minha Casa LTDA -
ANTÔNIO BENTO BEZERRA -
Representante Legal

Publicado por:
Priscila Mabel Araujo Braz
Código Identificador:350FA841

COMISSÃO PERMANETE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000012/2026

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO
Aos quatorze dias do mês de outubro de 2026, depois de cumpridas as exigências e condições estipuladas pelo ato convocatório do **PREGÃO ELETRÔNICONº. 000012/2026**, referente ao **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 429001/2026**, **ADJUDICO**, o objeto do certame, no valor total de **R$ 2.649.999,96 (DOIS MILHÕES SEISCENTOS E QUARENTA E NOVE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS)** a empresa **A C O BRILHANTE LTDA** (CNPJ: 19.258.427/0001-12), conforme lance apresentado.

RENAM LUIZ DE ALENCAR CARVALHO -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscila Mabel Araujo Braz
Código Identificador:947B83AF

COMISSÃO PERMANETE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000012/2026

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, com fundamento legal na Lei nº. 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº. 001/2024, a autoridade competente, **RENAM LUIZ DE ALENCAR CARVALHO**, **HOMOLOGA** todo o **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 429001/2026** (**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000012/2026),** cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR,** sendo a empresa **A C O BRILHANTE LTDA** (CNPJ: 19.258.427/0001-12), vencedora do certame, com valor total de **R$ 2.649.999,96 (DOIS MILHÕES SEISCENTOS E QUARENTA E NOVE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS)**.

Campo Redondo/RN, 14 de outubro de 2026.

RENAM LUIZ DE ALENCAR CARVALHO -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscila Mabel Araujo Braz
Código Identificador:CD83AF03

COMISSÃO PERMANETE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000012/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 050/2026
CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE CAMPO REDONDO/RN, inscrito no CNPJ/MF nº.08.358.723/0001-79. CONTRATANTE: A C O BRILHANTE LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 19.258.427/0001-12. OBJETO: CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR. VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 (DOZE) MESES. VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 2.649.999,96 (DOIS MILHÕES SEISCENTOS E QUARENTA E NOVE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS). DATA DA ASSINATURA: 19 de outubro de 2026. MUNICÍPIO DE CAMPO REDONDO/RN - RENAM LUIZ DE ALENCAR CARVALHO - Prefeito Municipal / A C O BRILHANTE LTDA - ANDERSON CRISTIANO OLINTO BRILHANTE - Representante Legal

Publicado por:
Priscila Mabel Araujo Braz
Código Identificador:DE11C528

COMISSÃO PERMANETE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000013/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
O**MUNICÍPIO DE CAMPO REDONDO/RN**, inscrito no CNPJ/MF nº.08.358.723/0001-79, por intermédio do seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº. 129/2026, torna público que realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA,** destinado a **AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, ELETRÔNICOS E UTENSÍLIOS**, conforme especificações contidas no Edital.A sessão pública, para abertura das propostas de preços e realização da sessão de lances, será às **09:30h (Horário de Brasília)** do dia **29 DE OUTUBRO DE 2026,** no endereço https://localcontratacoespublicas.com.br/.

Campo Redondo/RN, 16 de outubro de 2026.

WHASTERVAL RAMIRO COELHO -
Pregoeiro do Município

Publicado por:
Priscila Mabel Araujo Braz
Código Identificador:FA941507

COMISSÃO PERMANETE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000014/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
O**MUNICÍPIO DE CAMPO REDONDO/RN**, inscrito no CNPJ/MF nº.08.358.723/0001-79, por intermédio do seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº. 129/2026 – GP, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento de **"MENOR PREÇO POR ITEM"** destinado a **AQUISIÇÃO DE GRADE DE ARRASTO ARADORA DE TERRA**, conforme especificações contidas no Edital.A sessão pública, para abertura das propostas de preços e realização da sessão de lances, será às **11:00h (Horário de Brasília)** do dia **29 DE OUTUBRO DE 2026,** no endereço https://localcontratacoespublicas.com.br/. Campo Redondo/RN, 19 de outubro de 2026.

WHASTERVAL RAMIRO COELHO -
Pregoeiro do Município

Publicado por:
Priscila Mabel Araujo Braz
Código Identificador:3C6167AD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

SECRETARIA DE GOVERNO
LEI ORDINÁRIA Nº 1.615 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 291.979,00 (duzentos e noventa e um mil, novecentos e setenta e nove reais) e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS-RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, submete à Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, nos termos do art. 41, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, no valor de R$ 291.979,00 (duzentos e noventa e um mil, novecentos e setenta e nove reais), destinados a inclusão de dotações orçamentárias para atender as despesas do Fundo Municipal de Saúde, conforme a seguir:

Anexo I - Acréscimo

UNIDADE GESTORA	3 - Fundo Municipal de Saúde	
ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO	9000 - Fundo Municipal de Saúde	
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	9001 - Fundo Municipal de Saúde	
FUNÇÃO	10 – Saúde	
SUB-FUNÇÃO	302 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
PROGRAMA	0007 - MODERNIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA	
AÇÃO	2224 Incremento Temporário ao Custeio dos Serv. de Assis Hosp Amb - EMENDA 50410001/COMISSÃO	
	3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA Fonte de recurso – 16003130 Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Emendas Parlamentares de Comissão	291.979,00
Total R$		**291.979,00**

Total R$	**291.979,00**

Art. 2º - Art. 2º - Constitui recurso ao crédito adicional suplementar, autorizado no artigo 1º, o excesso de arrecadação, de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso II e § 3º, da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964, provenientes da Fonte de Recurso: 16003130 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Emendas Parlamentares de Comissão
Art. 3º - As despesas do art. 1º desta lei, passam a integrar a relação de ações contidas no PPA (Plano Plurianual) – 2025 a 2029, bem como no Anexo de Metas de Prioridades Administrativas Municipal, contido na LDO 2026 (Lei de Diretrizes Orçamentária), Lei Orçamentaria Anual - LOA para o Exercício de 2026.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caraúbas/RN, em 19 de outubro de 2026.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:3BEF1DC6

SECRETARIA DE GOVERNO
LEI ORDINÁRIA Nº 1.617 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 126.422,85 (cento e vinte e seis mil, quatrocentos e vinte e dois reais e oitenta e cinco centavos) e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS-RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, submete à Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, nos termos do art. 41, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, no valor de R$ 126.422,85 (cento e vinte e seis mil, quatrocentos e vinte e dois reais e oitenta e cinco centavos), destinados a inclusão de dotações orçamentárias para atender as despesas do Fundo Municipal de Saúde, conforme a seguir:

Anexo I – Acréscimo

UNIDADE GESTORA	3 - Fundo Municipal de Saúde	
ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO	9000 - Fundo Municipal de Saúde	
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	9001 - Fundo Municipal de Saúde	
FUNÇÃO	10 – Saúde	
SUB-FUNÇÃO	301 – ATENÇÃO BÁSICA	
PROGRAMA	0007 - MODERNIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA	
AÇÃO	2159 Ações de Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde	
	3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO Fonte de recurso – 26003120 Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada	65.390,69
	3.3.90.32.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA Fonte de recurso – 26003120 Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada	3.475,27
	3.3.90.32.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA Fonte de recurso – 26003120 Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individual	57.556,89
Total R$		**126.422,85**
Total R$		**126.422,85**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o Art. 1º desta Lei são provenientes de Superávit Financeiro, nos termos do art. 43, §1º, inciso I da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964.
Art. 3º - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caraúbas/RN, em 19 de outubro de 2026.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:64A74BF8

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA SEG Nº 253/2026-GP

EMENTA: *Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de doença em pessoa da família a servidor público municipal e dá outras providências.*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CARAUBAS**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município – LOM e outras disposições legais,

CONSIDERANDO a existência de requerimento formulado por servidor público municipal, **solicitando a concessão de licença para tratamento de doença em pessoa da família** em face as condições de terceiros;
CONSIDERANDO que a Procuradoria Geral do Município pugnou em seu parecer pela procedência do pedido, opinando pela concessão do benefício pleiteado, em face do que aduz a legislação que rege a categoria;
CONSIDERANDO o pleito em tela, consistente em direito subjetivo do requerente, e por ser de caráter potestativo, inexiste discricionariedade por parte do administrador quando da análise de matérias como essa.
CONSIDERANDO que os atos administrativos devem ser respaldados pela legalidade, motivação e finalidade pública,

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER a servidora **MARIA DAS NEVES DE FREITAS,** professora, com matrícula funcional sob o nº 382, nos termos aduzidos no Art. 74, §1º e §2ª da Lei Municipal n° 333/93, **licença para tratamento de saúde de pessoa da família,** por período de **360 (trezentos e sessenta) dias**, pelo período compreendido entre **20 de outubro de 2026** e **14 de março de 2027**.

Art. 2º Fica facultado a(o) servidor(a), em situação justificada de permanência da necessidade, que esta ingresse com solicitação de prorrogação do benefício, através de requerimento à Secretaria Municipal de Administração, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do prazo de término da vigência atual.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Jonas Gurgel, Gabinete do Prefeito, Em Caraúbas, 19 de outubro de 2026;

Registre-se, Publique-se e Comunique-se.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:25FFBBCC

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA SEG Nº 254/2026-GP

EMENTA: *Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal e dá outras providências.*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CARAUBAS**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município – LOM e outras disposições legais,

CONSIDERANDO a existência de requerimento formulado por servidor público municipal, **solicitando a concessão de licença para tratamento de saúde** em face as suas condições atuais de saúde;
CONSIDERANDO que a Procuradoria Geral do Município pugnou em seu parecer pela procedência do pedido, opinando pela concessão do benefício pleiteado, em face do que aduz a legislação que rege a categoria;
CONSIDERANDO o pleito em tela, consistente em direito subjetivo do requerente, e por ser de caráter potestativo, inexiste discricionariedade por parte do administrador quando da análise de matérias como essa.
CONSIDERANDO que os atos administrativos devem ser respaldados pela legalidade, motivação e finalidade pública,

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER a servidora **SILVANIR PEREIRA DA SILVA,** professora, com matrícula funcional sob o nº 439, nos termos aduzidos no Art. 64, Inciso I, da Lei Municipal n° 333/93, **licença para tratamento de saúde,** pelo período de **180 (cento e oitenta) dias**, contadas a partir de **20 de outubro de 2026** a **17 de abril de 2027**.

Art. 2º Fica facultado a(o) servidor(a), em situação justificada de permanência da necessidade, que esta ingresse com solicitação de prorrogação do benefício, através de requerimento à Secretaria Municipal de Administração, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do prazo de término da vigência atual.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua expedição, revogando as disposições em contrário.

Palácio Jonas Gurgel, Gabinete do Prefeito, Em Caraúbas, 19 de outubro de 2026;

Registre-se, Publique-se e Comunique-se.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:A40C4A5F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS

GABINETE DO PREFEITO
DECISÃO ADMINSTRATIVA

O Prefeito Municipal de Carnaúba dos Dantas/RN, no uso de suas atribuições legais, com fulcro nos artigos 57 e 58 da lei Orgânica Municipal e:
CONSIDERANDO a inexecução contratual por parte da empresa contratada;
CONSIDERANDO o risco de dano ao erário;
CONSIDERANDO a reiterada notificação emitida pela autoridade responsável, sem que houvesse saneamento das irregularidades por parte da contratada;
CONSIDERANDO os relatórios emitidos pela Comissão de Licitação;
CONSIDERANDO o parecer jurídico.
RESOLVE:
Art. 1º RECONHECER o descumprimento das obrigações assumidas pela empresa **INOVA LASER E COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 28.480.081/0001-93, no âmbito do Pregão Eletrônico nº 04/2025 e da Ordem de Fornecimento nº 903/2026, diante da inexecução das obrigações assumidas e da ausência de providências para o recolhimento dos equipamentos fornecidos em desconformidade**;**
Parágrafo Único. Em atenção ao disposto no Art. 165, I, "e", a Empresa INOVA LASER E COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 28.480.081/0001-93, poderá apresentar recurso administrativo no prazo de 03 (três) dias úteis .
Art. 2º Determinar a notificação da empresa **INOVA LASER E COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA.** acerca desta decisão, para ciência e, querendo, apresentação do recurso administrativo cabível no prazo legal.
Art. 3º Decorrido o prazo recursal, ou após o julgamento de eventual recurso, proceda-se ao registro das providências administrativas necessárias.
Art. 4º Ficará o Município de Carnaúba dos Dantas/RN autorizado a adotar as providências administrativas que entender mais adequadas para a destinação dos equipamentos, observados o interesse público e a legislação aplicável, podendo, inclusive, promover sua incorporação ao patrimônio público, doação, leilão, alienação ou outra forma de destinação legalmente admitida, conforme a conveniência e oportunidade da Administração Pública, não podendo a empresa reclamar, posteriormente, qualquer direito, indenização ou ressarcimento decorrente da permanência ou da destinação dos referidos bens nas dependências municipais.
Art. 5º Cumpridas às providências previstas nesta decisão determino o encerramento definitivo do Processo Administrativo nº 5366/2026, com o consequente arquivamento dos autos.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN,
19 de outubro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:38435AC4

GABINETE DO PREFEITO
DECISÃO ADMINSTRATIVA

O Prefeito Municipal de Carnaúba dos Dantas/RN, no uso de suas atribuições legais, com fulcro nos artigos 57 e 58 da lei Orgânica Municipal e:
CONSIDERANDO a inexecução contratual por parte da empresa contratada;
CONSIDERANDO o risco de dano ao erário;
CONSIDERANDO a reiterada notificação emitida pela autoridade responsável, sem que houvesse saneamento das irregularidades por parte da contratada;
CONSIDERANDO os relatórios emitidos pela Comissão de Licitação;
CONSIDERANDO o parecer jurídico.
RESOLVE:
Art. 1º RESCINDIR na forma da cláusula 5.7, item 5.7.1 da ata de registro de preços 139/2026, celebrada com a Empresa **DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGRESTE MERIDIONAL LTDA,** inscrito(a) no CNPJ sob o nº 40.876.269/0001-50, oriundo da licitação nº 33/2026, na modalidade Pregão Eletrônico**;**
Parágrafo Único. Em atenção ao disposto no Art. 165, I, "e", a Empresa **DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGRESTE MERIDIONAL LTDA,** inscrito(a) no CNPJ sob o nº 40.876.269/0001-50, poderá apresentar recurso administrativo no prazo de 03 (três) dias úteis da rescisão unilateral do contrato.
Art. 2° CONVOCAR para assumir os itens da ata de registro de preços 139/2026 as empresas seguintes, conforme documentado no pregão eletrônico 33/2026**;**
Art. 3° Aplicar, nos moldes do artigo 156, inciso III, § 4º, as penalidades de suspensão temporária de participação em licitação e o impedimento de contratar com a administração, por um prazo de 3 (três) anos a empresa **DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGRESTE MERIDIONAL LTDA,** inscrito(a) no CNPJ sob o nº 40.876.269/0001-50.
Art. 4° Notificar a empresa para que possa tomar conhecimento do curso do presente procedimento de responsabilização e aplicação de infrações administrativas, de modo a exercer os sagrados corolários do contraditório e ampla defesa, por garantia constitucional do devido processo legal, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação. Providencie-se a publicação na imprensa oficial e as demais providências legais.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN,
19 de outubro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:F475DA92

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 02/2026 – SEMED

SELEÇÃO, RECONHECIMENTO E PREMIAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS EXITOSAS DESENVOLVIDAS NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN

A Secretaria Municipal de Educação de Carnaúba dos Dantas/RN, no exercício de suas atribuições, torna pública a abertura do processo de seleção destinado ao reconhecimento e à premiação de experiências educacionais desenvolvidas por profissionais do Ensino Fundamental – Anos Iniciais da Rede Municipal de Ensino que tenham contribuído de maneira significativa para a aprendizagem, a inclusão, a inovação pedagógica e a melhoria dos processos educacionais.

A iniciativa busca valorizar o trabalho desenvolvido nas unidades escolares, promover a socialização de experiências que apresentem resultados positivos e incentivar a disseminação de estratégias capazes de contribuir para o fortalecimento da educação pública municipal.

1. DA FINALIDADE

1.1. O presente Edital tem por finalidade selecionar e reconhecer experiências educacionais que demonstrem resultados relevantes no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes do Ensino Fundamental – Anos Iniciais da Rede Municipal de Ensino.

1.2. A iniciativa pretende, ainda:

I – Valorizar o trabalho desenvolvido pelos profissionais da educação;

II – Estimular práticas pedagógicas criativas, inclusivas e contextualizadas;

III – Incentivar ações voltadas à alfabetização e à recomposição das aprendizagens;

IV – Promover o acompanhamento sistemático da aprendizagem dos estudantes;

V – Fortalecer o planejamento, a gestão pedagógica e a gestão escolar;

VI – Ampliar a circulação de experiências exitosas entre as unidades de ensino;

VII – Reconhecer iniciativas que promovam equidade e assegurem melhores condições de aprendizagem aos estudantes;

VIII – Incentivar a melhoria contínua dos resultados educacionais;

IX – Ampliar a participação dos profissionais da educação em formações continuadas, visando ao aperfeiçoamento das práticas pedagógicas, à atualização dos conhecimentos e ao fortalecimento das competências profissionais, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem dos estudantes.

2. DO PÚBLICO PARTICIPANTE

2.1. Poderão participar deste processo seletivo professores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares, efetivos ou contratados, que estejam atuando na Rede Municipal de Ensino durante o ano letivo de 2026.

2.2. A participação será individual, devendo cada candidato apresentar apenas uma experiência.

2.3. O profissional que atuar em mais de uma função ou possuir mais de um vínculo na Rede Municipal deverá escolher apenas uma categoria para participação.

2.4. A prática inscrita deverá ter sido efetivamente realizada no contexto da Rede Municipal de Ensino durante o período do ano letivo de 2026.

2.5. Não serão consideradas propostas que estejam apenas em fase de planejamento ou que não apresentem evidências mínimas de sua execução.

3. DAS MODALIDADES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. As experiências serão organizadas nas seguintes categorias:

I – Alfabetização – 1º e 2º anos do Ensino Fundamental

Destinada a professores que tenham desenvolvido práticas relacionadas ao processo de alfabetização, leitura, escrita, oralidade, letramento e desenvolvimento das aprendizagens matemáticas.

II – Recomposição das Aprendizagens – 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental

Destinada a professores que tenham desenvolvido estratégias voltadas à recuperação, consolidação ou ampliação de habilidades ainda não plenamente desenvolvidas pelos estudantes.

III – Coordenação Pedagógica

Destinada a experiências relacionadas ao acompanhamento docente, análise de dados educacionais, planejamento, formação pedagógica, intervenções, devolutivas e acompanhamento do processo de aprendizagem.

IV – Gestão Escolar

Destinada a ações desenvolvidas no âmbito da gestão da escola, envolvendo organização institucional, mobilização da comunidade escolar, acompanhamento da frequência e da aprendizagem, fortalecimento da participação das famílias e criação de condições favoráveis ao trabalho pedagógico.

4. DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO

4.1. As inscrições serão realizadas no período de 30/10/2026 a 19/11/2026, por meio de formulário eletrônico disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação.

4.2. A inscrição será gratuita e deverá ser realizada pelo próprio participante através do link https://forms.gle/8Ftsk5J4scuSPjcR8

4.3. No momento da inscrição, deverá ser anexado o relato da experiência, em formato PDF, seguindo o template disponibilizado no link https://docs.google.com/document/d/1ruqgv-NQh_7NrjqjnWOAueKShKeqC0PE/edit?usp=sharing&ouid=104606461237173707298&rtpof=true&sd=true

4.4. O documento deverá apresentar, no mínimo:

I – Nome da experiência;

II – Identificação do participante;

III – Unidade escolar, turma e público envolvido;

IV – Período de realização;

V – Situação ou necessidade que motivou a intervenção;

VI – Objetivos pretendidos;

VII – Descrição das ações realizadas;

VIII – Metodologia utilizada;

IX – Recursos empregados;

X – Formas de acompanhamento;

XI – Resultados observados; e

XII – Registros que comprovem a realização da experiência.

5. DA COMPROVAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS

5.1. O relato deverá ser acompanhado de documentos ou registros capazes de demonstrar que a prática foi realizada e que produziu efeitos no contexto em que foi desenvolvida.

5.2. Poderão ser utilizados como comprovação:

I – Registros fotográficos;

II – Produções dos estudantes;

III – Registros de avaliações do CNCA;

IV – Resultados de fluência leitora – CNCA;

V – Fichas ou instrumentos de acompanhamento;

VI – Gráficos e planilhas;

VII – Atas e registros de reuniões;

VIII – Materiais produzidos; e

IX – Outros documentos que evidenciem a execução e os resultados alcançados.

5.3. A ausência de elementos que comprovem a execução da experiência poderá interferir na avaliação do trabalho, especialmente no critério relacionado aos resultados alcançados.

6. DA AVALIAÇÃO

6.1. As experiências inscritas serão analisadas por Comissão Avaliadora designada pela Secretaria Municipal de Educação.

6.2. A avaliação observará a qualidade da proposta, a coerência entre os objetivos e as ações desenvolvidas, a possibilidade de aplicação em outros contextos e os resultados apresentados.

6.3. Cada experiência apresentada pelos **professores** poderá alcançar até 100 pontos, distribuídos da seguinte forma:

Aspecto avaliado para experiências de professores	**Pontuação máxima**
Contribuição para a aprendizagem dos estudantes	20 pontos
Criatividade e inovação na prática desenvolvida	20 pontos
Possibilidade de continuidade e uso da prática por outros profissionais ou escolas	20 pontos
Promoção da inclusão e da equidade	20 pontos
Evidências de melhoria na aprendizagem e nos resultados alcançados	20 pontos
Total	**100 pontos**

6.4. Da descrição dos aspectos avaliados

Para fins de atribuição da pontuação prevista no item 6.3, a Comissão Avaliadora observará os seguintes aspectos:

I – Contribuição para a aprendizagem dos estudantes – até 20 pontos

Será considerada a capacidade da prática de responder a necessidades reais de aprendizagem identificadas na turma ou na escola, contribuindo para o desenvolvimento das habilidades e competências dos estudantes. Serão valorizadas experiências que demonstrem intencionalidade pedagógica, relação clara entre os objetivos propostos e as ações realizadas, bem como contribuição efetiva para o avanço da aprendizagem, especialmente nos processos de alfabetização, leitura, escrita, matemática e recomposição das aprendizagens.

II – Criatividade e inovação na prática desenvolvida – até 20 pontos

Será avaliada a capacidade do profissional de desenvolver estratégias diferenciadas, adequadas à realidade dos estudantes e ao contexto

escolar, utilizando metodologias, recursos, materiais, tecnologias, formas de organização ou intervenções que tornem o processo de ensino e aprendizagem mais significativo. A inovação poderá estar presente tanto na criação de novas estratégias quanto na adaptação criativa de práticas já conhecidas, desde que apresentem pertinência pedagógica e contribuam para a melhoria do trabalho desenvolvido.

III – Possibilidade de continuidade e uso da prática por outros profissionais ou escolas – até 20 pontos

Será analisado se a prática apresenta condições de permanecer sendo desenvolvida ao longo do tempo e se suas estratégias podem ser adaptadas ou utilizadas por outros professores, profissionais ou unidades escolares da Rede Municipal de Ensino. Serão consideradas a clareza das etapas, a utilização de recursos acessíveis, a viabilidade de execução e a possibilidade de aplicação da experiência em diferentes turmas e contextos educacionais.

IV – Promoção da inclusão e da equidade – até 20 pontos

Será avaliado se a prática considera as diferentes características, ritmos, necessidades e formas de aprendizagem dos estudantes, garantindo oportunidades de participação e aprendizagem para todos. Serão valorizadas as experiências que apresentem estratégias de atendimento às diferenças existentes na turma, incluindo estudantes com dificuldades de aprendizagem, deficiência, defasagem escolar, baixa frequência ou outras necessidades específicas, buscando reduzir barreiras e ampliar as condições de acesso, participação e aprendizagem.

V – Evidências de melhoria na aprendizagem e nos resultados alcançados – até 20 pontos

Será considerada a apresentação de resultados concretos decorrentes da prática desenvolvida, demonstrados por meio de registros, avaliações, produções dos estudantes, gráficos, frequência, participação ou outros instrumentos de acompanhamento. A avaliação observará se as evidências apresentadas demonstram avanços relacionados aos objetivos inicialmente estabelecidos e permitem identificar mudanças positivas na aprendizagem, no desenvolvimento, na participação ou em outros aspectos educacionais relacionados à prática.

6.5. A pontuação atribuída em cada aspecto deverá considerar a coerência entre o relato apresentado, as ações efetivamente desenvolvidas e as evidências anexadas pelo participante, não sendo suficiente apenas a descrição da intenção ou dos objetivos da prática.

6.6. Cada experiência apresentada pelos coordenadores ou gestores poderá alcançar até 100 pontos, distribuídos da seguinte forma:

Aspecto avaliado para experiências de coordenadores e gestores	Pontuação máxima
Planejamento e organização do trabalho pedagógico	20 pontos
Orientação e acompanhamento do trabalho docente	20 pontos
Monitoramento da aprendizagem e uso de dados educacionais	15 pontos
Avaliação das ações e replanejamento das intervenções	15 pontos
Articulação da equipe escolar e apoio às condições de aprendizagem	15 pontos
Evidências de resultados alcançados	15 pontos
Total	**100 pontos**

6.7. Da descrição dos aspectos avaliados

Para fins de atribuição da pontuação prevista no item 6.6, a Comissão Avaliadora observará os seguintes aspectos:

I – Planejamento e organização do trabalho pedagógico – até 20 pontos

Será avaliada a capacidade do coordenador pedagógico ou gestor escolar de organizar ações a partir das necessidades identificadas na escola, estabelecendo objetivos, prioridades, estratégias, responsabilidades e formas de acompanhamento. Serão consideradas experiências que demonstrem planejamento intencional e articulado com as necessidades de aprendizagem dos estudantes, com o currículo, com os resultados das avaliações e com as metas definidas pela escola e pela Rede Municipal. Também será observado se o planejamento apresentado não se limita a ações pontuais, mas integra uma sequência organizada de intervenções, acompanhamento e avaliação.

II – Orientação e acompanhamento do trabalho docente – até 20 pontos

Será analisada a atuação do coordenador ou gestor na orientação e no acompanhamento dos professores durante o desenvolvimento da prática. Serão valorizadas experiências que demonstrem:

- Acompanhamento do planejamento dos professores;
- Realização de orientações pedagógicas;
- Discussão de estratégias de ensino;
- Apoio na elaboração de intervenções;
- Acompanhamento da execução das ações planejadas;
- Realização de devolutivas aos professores;
- Promoção de momentos de estudo, formação e reflexão sobre a prática; e
- Apoio na adequação das estratégias às diferentes necessidades dos estudantes.

A pontuação deverá considerar principalmente a existência de um acompanhamento sistemático, e não apenas a realização de reuniões ou orientações isoladas.

III – Monitoramento da aprendizagem e uso de dados educacionais – até 15 pontos

Será avaliado se a experiência utilizou informações sobre a aprendizagem dos estudantes para orientar decisões pedagógicas. Poderão ser considerados dados provenientes de avaliações diagnósticas, avaliações internas ou externas, registros de fluência leitora, produções dos estudantes, frequência escolar, fichas de acompanhamento, resultados por habilidade encontrados no CNCA. Será valorizada a experiência que demonstre que esses dados foram efetivamente analisados e utilizados para:

- Identificar dificuldades;
- Definir estudantes ou turmas que necessitavam de maior acompanhamento;
- Estabelecer prioridades;
- Orientar o planejamento dos professores;
- Propor intervenções; e
- Acompanhar a evolução dos resultados.

IV – Avaliação das ações e replanejamento das intervenções – até 15 pontos

Será analisado se o coordenador ou gestor acompanhou os efeitos das ações implementadas e utilizou os resultados desse acompanhamento para rever, ajustar ou ampliar as estratégias inicialmente planejadas. Serão consideradas experiências que apresentem um processo contínuo de: planejamento → execução → acompanhamento → avaliação → replanejamento.

A avaliação deverá observar se foram identificados avanços, dificuldades e necessidades de ajustes ao longo da execução da prática e se essas informações resultaram em novas decisões pedagógicas. Esse critério é importante para diferenciar uma experiência de gestão pedagógica de uma simples execução de atividades, pois demonstra que houve acompanhamento do processo e tomada de decisões com base nos resultados obtidos.

V – Articulação da equipe escolar e apoio às condições de aprendizagem – até 15 pontos

Será avaliada a capacidade do coordenador ou gestor de mobilizar e articular os diferentes profissionais envolvidos no processo educativo, criando condições para o desenvolvimento do trabalho pedagógico. Serão consideradas ações relacionadas à:

- Organização dos tempos e espaços escolares;
- Articulação entre professores, coordenação e gestão;
- Envolvimento das famílias, quando necessário;
- Garantia de materiais e recursos pedagógicos;
- Organização de estratégias de atendimento aos estudantes com maiores dificuldades;
- Ampliação da participação dos professores nas formações continuadas;
- Fortalecimento do trabalho coletivo; e
- Encaminhamento de necessidades identificadas durante o acompanhamento.

Para a gestão escolar, poderá ser considerada também a capacidade de organizar institucionalmente a escola para assegurar a execução das ações pedagógicas.

VI – Evidências de resultados alcançados – até 15 pontos

Será avaliado se a experiência apresenta evidências que permitam identificar os resultados das ações de acompanhamento, orientação e gestão realizadas. Poderão ser considerados:

- Evolução dos resultados de aprendizagem;
- Avanços nas avaliações CNCA;
- Melhoria da frequência dos estudantes;
- Ampliação da participação dos estudantes;
- Melhoria na organização do planejamento docente;
- Cumprimento das intervenções planejadas;
- Registros de acompanhamento;

- Ampliação da participação dos professores nas formações continuadas;
- Devolutivas realizadas aos professores;
- Mudanças identificadas nas práticas pedagógicas; e
- Melhoria de indicadores acompanhados pela escola.

As evidências poderão ser apresentadas por meio de atas, relatórios, planilhas, instrumentos de acompanhamento, avaliações, gráficos, registros de reuniões pedagógicas, planos de intervenção, devolutivas, registros de frequência ou outros documentos que demonstrem o desenvolvimento e os resultados da experiência.

6.8. Nas categorias Coordenação Pedagógica e Gestão Escolar, a avaliação considerará prioritariamente a atuação do profissional no planejamento, orientação, acompanhamento, monitoramento, participação de formações coontinuadas e avaliação do processo pedagógico desenvolvido na unidade escolar, não sendo suficiente a apresentação de atividades realizadas diretamente pelos professores em sala de aula.

6.9. A experiência deverá demonstrar de que forma a atuação da coordenação pedagógica ou da gestão escolar contribuiu para organizar o trabalho pedagógico, orientar os profissionais, acompanhar a execução das ações, analisar os resultados de aprendizagem e promover intervenções e replanejamentos necessários à melhoria do processo educacional.

7. DA CLASSIFICAÇÃO

7.1. Os participantes serão classificados de acordo com a pontuação obtida na respectiva categoria.

7.2. Serão reconhecidas as três experiências que alcançarem as maiores pontuações em cada categoria.

7.3. Em caso de empate, serão utilizados, nesta ordem:

I – Maior participação do candidato em formações continuadas;

II – Maior nota no critério de evidências de melhoria na aprendizagem e nos resultados alcançados (Professores) e Planejamento e organização do trabalho pedagógico (Coordenação Pedagógica ou Gestão Escolar);

III – Maior nota no critério de promoção da inclusão e da equidade (Professores) e Orientação e acompanhamento do trabalho docente (Coordenação Pedagógica ou Gestão Escolar) ;

VI – Permanecendo empate, realização de sorteio público, devidamente registrado.

8. DA PREMIAÇÃO

8.1. Os profissionais classificados em primeiro, segundo e terceiro lugares de cada categoria receberão premiação, de acordo com a seguinte distribuição:

1º lugar – 01 Notebook + Certificado de Reconhecimento de Boas Práticas

2º lugar – 01 Impressora Multifuncional + Certificado de Reconhecimento de Boas Práticas

3º lugar – 01 Tablet + Certificado de Reconhecimento de Boas Práticas

8.2. Os equipamentos serão destinados individualmente aos profissionais premiados.

8.3. As especificações técnicas dos equipamentos serão definidas pela Administração Municipal, observando o procedimento de aquisição correspondente.

8.4. Não haverá escolha de marca, modelo ou fabricante pelo participante contemplado.

8.5. A entrega dos equipamentos ocorrerá após a conclusão do processo de aquisição e observância dos procedimentos administrativos, orçamentários e financeiros pertinentes.

8.6. A Secretaria Municipal de Educação poderá conceder menção honrosa ou certificação especial a outras experiências consideradas relevantes pela Comissão Avaliadora.

9. DA DIVULGAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS

9.1. As experiências selecionadas poderão integrar ações de divulgação e socialização promovidas pela Secretaria Municipal de Educação.

9.2. Os participantes poderão ser convidados a compartilhar suas experiências em:

I – Encontros formativos;

II – Seminários;

III – Jornadas pedagógicas;

IV – Reuniões de planejamento;

V – Eventos educacionais promovidos pelo Município; ou

VI – Publicações institucionais.

9.3. As experiências poderão compor um banco municipal de boas práticas, publicação digital, caderno pedagógico ou outro material destinado à disseminação das ações realizadas na Rede Municipal.

10. DOS RECURSOS

10.1. Após a divulgação do resultado preliminar, o participante poderá apresentar recurso dentro do prazo previsto no cronograma.

10.2. O recurso deverá indicar de maneira clara e fundamentada o ponto da avaliação que está sendo questionado.

10.3. Não será permitida, durante a fase recursal:

I – Apresentação de uma nova experiência;

II – Substituição do trabalho inscrito;

III – Inclusão de novas evidências;

IV – Complementação de documentos; ou

V – Alteração do conteúdo apresentado originalmente.

10.4. A decisão sobre o recurso será emitida pela Comissão responsável pela análise.

11. DO CRONOGRAMA

Etapa	Período/Data
Publicação do Edital	20/10/2026
Inscrições	30/10 a 19/11/2026
Avaliação das experiências	20 a 30/11/2026
Divulgação do resultado preliminar	02/12/2026
Apresentação de recursos	03 e 04/12/2026
Análise dos recursos	07 e 08/12/2026
Publicação do resultado final	10/12/2026
Cerimônia de reconhecimento e premiação	18/12/2026

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. A inscrição representa a concordância do participante com todas as condições estabelecidas neste Edital.

12.2. As informações prestadas e os materiais apresentados são de inteira responsabilidade do participante.

12.3. A identificação de plágio, informações falsas ou irregularidades poderá resultar na desclassificação da experiência, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4. A Comissão de Avaliação poderá solicitar esclarecimentos necessários à compreensão das informações apresentadas, desde que não impliquem alteração do conteúdo originalmente inscrito.

12.5. A classificação no processo não gera qualquer vínculo funcional adicional com a Administração Municipal.

12.6. As situações não previstas neste Edital serão analisadas e decididas pela Comissão de Avaliação junto à Secretaria Municipal de Educação.

12.7. Este Edital passa a produzir efeitos a partir da data de sua publicação.

Carnaúba dos Dantas/RN, 19 de outubro de 2026.

RÚBIA RAQUEL DANTAS ROQUE
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:F5A497A5

GABINETE DO PREFEITO
INEXIGIBILIDADE Nº 35/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 35/2026

O Prefeito Municipal encaminha Inexigibilidade para CONTRATAÇÃO DIRETA, POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, PARA PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DA EQUIPE BOCA JUNIORS CARNAUBENSE NA COPA SABUGI DE FUTSAL 2026, A SER REALIZADA NA CIDADE DE JUNCO DO SERIDÓ/PB

I - DOS FATOS:

O Parecer Jurídico, emitido pela Digníssima Assessora Jurídica Municipal, já discorre sobre a total legalidade da contratação com

fulcro no seguinte art. e inciso da Lei nº 14.133/21, na qual aqui transcrevo:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;
A escolha recaiu sobre CONTRATAÇÃO DIRETA, POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, PARA PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DA EQUIPE BOCA JUNIORS CARNAUBENSE NA COPA SABUGI DE FUTSAL 2026, A SER REALIZADA NA CIDADE DE JUNCO DO SERIDÓ/PB, para a LIGA DESPORTIVA PATOENSE - LDP, inscrita no CNPJ 32.343.191/0001-80, domiciliado no Logradouro DEZOITO DO FORTE, SANTO ANTONIO, PATOS-PARAÍBA, que comprovou sua habilitação para o serviço objeto desta inexigibilidade. Ademais, como se vê no currículo anexo ao processo, presta tal serviço mencionado acima. Pelos serviços aqui prestados, o contratante pagará ao Contratado o valor global de R$ 640,00.

II – DA CONCLUSÃO
Diante do exposto, à luz dos fatos descritos na documentação trazida para exame, considerando o que foi solicitado, resta apenas afirmar que, em nosso entendimento, estão efetivamente presentes os requisitos que autorizam e determinam a contratação direta, sem licitação, para já referidos neste processo, com base no disposto no art. e inciso transcritos no item "I - DOS FATOS" deste documento, da Lei nº 14.133/2021.

É o nosso entendimento, sem embargo a posicionamentos em sentido contrário, que respeitamos.

RATIFICAÇÃO DE ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo 8385/2026. Inexigibilidade nº 35/2026. Tendo em vista a solicitação feita pelo(s) setor(es) listado(s) a seguir, ratifico, nos termos do artigo e inciso, transcritos no item "I - DOS FATOS" deste documento, e suas alterações, o ato de Inexigibilidade de Licitação, destinado a CONTRATAÇÃO DIRETA, POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, PARA PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DA EQUIPE BOCA JUNIORS CARNAUBENSE NA COPA SABUGI DE FUTSAL 2026, A SER REALIZADA NA CIDADE DE JUNCO DO SERIDÓ/PB, inscrita no CNPJ 32.343.191/0001-80. O contratante pagará ao contratado o valor global de R$ 640,00.

SOLICITANTES:

•1.02.010.1 - SEC. MUN. ESPORTE E LAZER

Carnaúba Dos Dantas/RN, Segunda-feira, 19 de Outubro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:53EEBCDA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 115/2026 – GP

Carnaúba dos Dantas/RN, 19 de outubro de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, no uso de suas atribuições legais e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder a Sra. MAYARA JESSICA DANTAS, lotada na Secretaria Municipal de Tributação e Fiscalização, exercendo o cargo de Coordenadora de Tributação, **meia diária**, na importância de R$ 100,00 (cem reais), no valor unitário de R$ 200,00 (duzentos reais), ficando a servidora autorizada a viajar para a cidade de Natal/RN, no dia 29 de outubro de 2026, para participar do JORNADA CTAT/CNM, REFORMA TRIBUTÁRIA PELOS MUNÍCIPIOS.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:22C49DBD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 116/2026 – GP

Carnaúba dos Dantas/RN, 19 de outubro de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, no uso de suas atribuições legais e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder a Sra. ANA FABÍOLA DE MEDEIROS SILVA, lotada na Secretaria Municipal de Tributação e Fiscalização, exercendo o cargo de Coordenadora de Fiscalização, **meia diária**, na importância de R$ 100,00 (cem reais), no valor unitário de R$ 200,00 (duzentos reais), ficando a servidora autorizada a viajar para a cidade de Natal/RN, no dia 29 de outubro de 2026, para participar do JORNADA CTAT/CNM, REFORMA TRIBUTÁRIA PELOS MUNÍCIPIOS.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:901E895A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 117/2026 – GP

Carnaúba dos Dantas/RN, 19 de outubro de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, no uso de suas atribuições legais e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder a Sra. RÊNIA DA COSTA DANTAS, lotada na Secretaria Municipal de Tributação e Fiscalização, exercendo o cargo de Secretária de Tributação e Fiscalização, **meia diária**, na importância de R$ 100,00 (cem reais), no valor unitário de R$ 200,00 (duzentos reais), ficando a servidora autorizada a viajar para a cidade de Natal/RN, no dia 29 de outubro de 2026, para participar do JORNADA CTAT/CNM, REFORMA TRIBUTÁRIA PELOS MUNÍCIPIOS.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:18BCFE26

GABINETE DO PREFEITO
***REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO* DECRETO 016/2026-GP, 25 DE AGOSTO DE 2026.**

"Dispõe sobre a instituição do plano de adequação da despesa com pessoal do Município de Carnaúba dos Dantas – RN, estabelece medidas de contenção de gastos, metas fiscais e mecanismos de monitoramento e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e:
CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), especialmente os arts. 19, 20, 21, 22, 23 e 59, que disciplinam os limites e a gestão das despesas com pessoal no setor público;
CONSIDERANDO o disposto no art. 169 da Constituição Federal, que condiciona a despesa com pessoal ativo e inativo aos limites estabelecidos em lei complementar;
CONSIDERANDO que o Relatório de Gestão Fiscal – RGF do 1º semestre de 2026 e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO do 3º bimestre de 2026 registram Despesa Total com Pessoal – DTP do Poder Executivo de R$ 23.538.640,79, equivalente a 54,82% da Receita Corrente Líquida – RCL ajustada, em extrapolação ao limite máximo de 54,00% previsto no art. 20, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar nº 101/2000, correspondente a excesso de R$ 352.347,90;
CONSIDERANDO a necessidade imperativa de reconduzir a despesa com pessoal a patamares de segurança fiscal, visando evitar o descumprimento dos limites legais, a rejeição de contas e as sanções administrativas e penais decorrentes;
CONSIDERANDO o Plano de Ação para Adequação da Despesa com Pessoal elaborado tecnicamente pela Controladoria Interna, Contabilidade e pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
DECRETA:
Art. 1º Fica instituído o Plano de Adequação da Despesa com Pessoal do Município de Carnaúba dos Dantas/RN, com o objetivo de promover a recondução da Despesa Total com Pessoal (DTP) ao limite máximo de 54,00% da Receita Corrente Líquida (RCL**)** ajustada, em conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000, estabelecendo-se, como meta de segurança fiscal, a redução da DTP para patamar inferior ao Limite Prudencial de 51,30%, de modo a restabelecer a regularidade fiscal e ampliar a margem de segurança para a gestão das despesas com pessoal.

Art. 2º Para fins deste Decreto adotam-se as seguintes definições e parâmetros fiscais baseados na RCL ajustada de R$ 42.937.579,43:

• **Despesa Total com Pessoal (DTP):** somatório dos gastos do ente com os ativos, inativos e pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias;
• **Receita Corrente Líquida (RCL) ajustada:** somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidas as transferências obrigatórias;
• **Limite Máximo (54,00%):** R$ 23.186.292,89 *(atualmente ultrapassado)*;
• **Limite Prudencial (51,30%):** R$ 22.026.978,25;
• **Limite de Alerta (48,60%):** R$ 20.867.663,60.

Art. 3º - Fica suspensa, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável por igual período, a realização de novas contratações, nomeações, designações e convocações de servidores, ressalvadas as hipóteses de reposição decorrentes de aposentadoria, falecimento ou exoneração de servidores, mediante autorização expressa do Chefe do Executivo e parecer favorável da Procuradoria Jurídica.
Art. 4° - Fica vedada a concessão de vantagens, aumentos, reajustes ou adequações de remuneração a qualquer título, bem como a criação de cargos, funções ou alteração de estruturas de carreira que impliquem aumento de despesa, em estrita observância aos arts. 21 e 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal, ressalvada a progressão por antiguidade.
Art. 5° - Fica instituído o controle rigoroso da jornada de trabalho em todos os órgãos da administração, com vedação ao pagamento de horas extras, salvo situações excepcionais e de extrema necessidade nas áreas de saúde, educação e limpeza urbana, devidamente justificadas e autorizadas pelo Prefeito Municipal.
Parágrafo único: Fica autorizada a realização de banco de horas para diluir as horas extraordinárias a critério da Administração Pública.
Art. 6º - Fica determinada a revisão imediata dos contratos por tempo determinado, das gratificações de função e dos cargos em comissão, com o objetivo de reduzir em, no mínimo, 20% (vinte por cento) as despesas do total das despesas no prazo de 120 (cento e vinte) dias.
Art. 7° - Fica determinada a intensificação das ações de arrecadação própria, mediante a realização de fiscalizações intensivas de ISS, IPTU e taxas, além do fortalecimento da cobrança administrativa e judicial da dívida ativa.
Art. 8° - A Secretaria de Tributação e Fiscalização deverá promover o recadastramento imobiliário e lançar campanha de regularização e parcelamento de débitos tributários, visando elevar a arrecadação e, consequentemente, a base de cálculo da RCL.
Art. 9° - Fica instituído o Comitê Gestor de Acompanhamento da Despesa com Pessoal (CGDP), composto pelos titulares das seguintes pastas:
1. Controladoria Geral do Município;
2. Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
3. Secretaria Municipal de Finanças;
Art. 10 - O CGDP reunir-se-á mensalmente para elaborar relatório de acompanhamento da DTP, devendo emitir alertas formais ao Gabinete do Prefeito caso o índice atinja os patamares críticos de 48,60%, 51,30% e 54,00% da RCL ajustada.
Art. 11 - Fica determinada a realização de auditoria interna integral na folha de pagamento, no prazo de 60 (sessenta) dias, para identificação e saneamento de eventuais pagamentos indevidos, duplicidades ou acúmulos ilícitos de cargos.
Art. 12 - Os casos omissos e as situações de excepcionalidade serão resolvidos pelo Prefeito Municipal, após manifestação técnica da Controladoria e parecer da Procuradoria Jurídica.
Art. 13 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN,
25 de Agosto de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:F606427D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5.133 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

DECRETO Nº 5.133 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO FERIADO DO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO, FIXADO EM 28 DE OUTUBRO, PARA O DIA 30 DE OUTUBRO DE 2026 (SEXTA-FEIRA), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 39, incisos IV e VI, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica transferido o feriado do Dia do Servidor Público, originalmente celebrado em 28 de outubro, para o dia 30 de outubro de 2026 (sexta-feira), nas repartições públicas municipais.

Parágrafo único. O disposto neste Decreto não se aplica aos órgãos ou entidades responsáveis por atividades ou serviços considerados essenciais, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º Compete às autoridades competentes de cada órgão fiscalizar o cumprimento deste Decreto, garantindo a manutenção dos serviços essenciais.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará Mirim/RN, em 19 de outubro de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:6AEEDCFA

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO - PORTARIA N. º 2122 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026.

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO - PORTARIA N. º 2122 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026.

O SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINSTRAÇÃO DE CEARA-MIRIM-RN, no uso das suas atribuições que lhes são conferidas na legislação local vigente, em especial na Lei Municipal nº 2.369 de 10 de dezembro de 2025e Decreto nº 4.842 de 23 DE DEZEMBRO DE 2025.
RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, o(a) Sr.(a) **Eldis Lino Guilherme**, para exercer a função de **Tesoureiro**, respondendo pelo expediente da administração financeira da Secretaria Municipal desta Secretaria Municipal de Administração tendo os poderes abaixo relacionados:

Abertura e movimentação das contas de depósito;
Autorizar cobranças;
Autorizar débitos em conta relativo a operações;
Consultas e emissões de extratos, saldos e comprovantes;
Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
Efetuar pagamentos por meios eletrônicos;
Efetuar transferências por meios eletrônicos;
Efetuar movimentações financeiras no RPF;
Consultar contas/aplicações programas, repasses e recursos federais;
Liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro;
Emitir comprovantes;
Efetuar transferência para mesma titularidade;
Encerrar contas de depósitos;
Efetuar resgates/aplicações financeiras;
Encerrar contas correntes.
Art.3º A administração financeira, de que trata a presente Portaria, será realizada de forma conjunta com este Secretário Municipal.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ceara-Mirim/RN, em 03 de setembro de 2026.
.

MARCO ANTÔNIO MEDEIROS
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:A4132F11

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE ALTERAÇÃO DA ORDEM CRONOLOGICA DE PAGAMENTOS

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE ALTERAÇÃO DA ORDEM CRONOLOGICA DE PAGAMENTOS

O Prefeito Municipal de Ceará-Mirim/RN, Antônio Henrique Câmara Bezerra, no uso de suas atribuições legais juntamente com o Secretário Municipal de Serviços Urbanos, o Senhor Carlos Magno da Rocha Ramalho e o Secretário Municipal de Finanças e o Senhor, Ciro Davi da Cruz Azevedo, em atendimento a legislação vigente, vem a público de forma prévia, justificar a alteração da Ordem Cronológica de Pagamentos, a fim de garantir o interesse público e a continuidade de serviços públicos essenciais, pelas razões a seguir:

CONSIDERANDO o comando do Art. 5º da Lei n° 8.666/1993, que estabelece que cada Unidade Gestora, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, realizações de obras e prestações de serviços, obedeça para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presente relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;
CONSIDERANDO o teor do Art. 6°, inciso V, da Resolução n° 011/2024 – TCE, de 16 de maio de 2024, bem como o Art. 18, inciso V, do Decreto Municipal nº 4.355/2024, de 10 de julho de 2024, disciplinando, igualmente a obrigatoriedade de observância da ordem cronológica, com a possibilidade de alteração, especialmente para manter o funcionamento de atividades finalísticas do órgão;

CONSIDERANDO o Contrato Administrativo n° 085/2024, celebrado entre o Município e a Empresa M. Construções & Serviços LTDA – CNPJ n° 02.823.335/0001-35, oriundo do Processo Administrativo Eletrônico 1DOC nº 7.632/2023, cujo o**objeto**é a contratação de empresa especializada para realizar o serviço de limpeza pública no município de Ceará Mirim/RN, e enquadra-se perfeitamente na exceção legal;

CONSIDERANDO que os serviços objeto do contrato, são serviços essenciais, contínuos e indispensáveis, por trata-se de atividades finalísticas da Administração, as quais não podem sofrer soluções de descontinuidade ou mesmo terem sua execução prejudicada sob pena de ocasionar danos e prejuízos irreversíveis aos munícipes que dependem dos serviços ofertados;

CONSIDERANDO a necessidade da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, motivo fático que justifica a modificação da ordem cronológica para a quitação dos pagamentos, possibilitando que o credor mantenha os compromissos com os seus funcionários e fornecedores, possibilitando assim a garantia da execução contratual;

CONSIDERANDO que se faz necessário a manutenção do normal funcionamento das atividades finalísticas da Administração Pública, para o cumprimento da missão institucional do Município, garantindo o bem-estar social, a saúde pública e a qualidade de vida da população;

CONSIDERANDO que a paralização dos serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos, que são atividade finalísticas da administração pública no âmbito municipal, acarretará o acúmulos de lixo, sujeiras e consequentemente, proliferação de insetos e roedores transmissores de doenças, podendo causar danos à saúde dos munícipes e ao meio ambiente;

CONSIDERANDO que a alteração da ordem de cronológica de pagamentos de forma excepcional, visa garantir a quitação do pagamento com o credor, a continuidade de serviços públicos essenciais, afastar o risco de paralisação do objeto contratual, mantem as atividades finalísticas no Município e preserva o cumprimento da missão institucional;

CONSIDERANDO as limitações financeiras que passa o Município, provocada pelas constantes quedas nas receitas, gerando um desequilíbrio no planejamento de quitação das despesas constantes na ordem cronológica de pagamentos, ocasionando a necessidade excepcional de alteração da ordem estabelecida, visando evitar prejuízo ao interesse público;

CONSIDERANDO que os referidos pagamentos se amoldam num caso de relevante interesse público, situação excepcional e extraordinária, sendo estes estritamente necessários para que não venha ocorrer danos à coletividade, tratando-se de despesas inadiáveis e imprescindíveis para o prosseguimento das ações estratégicas da Administração Pública Direta;

CONSIDERANDO que no presente caso, a manutenção da ordem cronológica atual, pode gerar a suspensão dos serviços e comprometer serviços essenciais de limpeza pública prestados à população e o fato que não se identificou no momento outra alternativa viável, que permita respeito à ordem cronológica, sem causar prejuízo ao interesse público, e;

CONSIDERANDO que a presente justificativa será encaminhada posteriormente pela Secretaria Municipal de Finanças, para ciência da Controladoria Geral do Município e para Tribunal de Contas do Estado – TCE-RN, conforme determinação da legislação vigente.

E, por fim, considerando as razões apresentas e a relevância do interesse público envolvido, **fica justificada** a alteração da ordem cronológica de pagamentos, em caráter excepcional, em favor do Credor: **M CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA - ME**, inscrito no CNPJ nº **02.823.335/0001-35**, referente ao Empenho n° 102.015/2026, datado em 02/01/2026, NFE-e N° 2600000000446 datada de 10/06/2026, correspondente a parte do pagamento do mês de maio de 2026, no valor de R$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais), Processo de Despesa nº **6.270/2026**, de acordo com o Contrato nº 085/2024, decorrente da Concorrência Pública n° 001/2023 - Fonte de Recursos: 15000000 - Recursos Não Vinculados de Impostos.

Ceará Mirim/RN, 19 de outubro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal de Ceará-Mirim/RN

CARLOS MAGNO DA ROCHA RAMALHO
Secretário Municipal de Serviços Urbanos,

CIRO DAVI DA CRUZ AZEVEDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:9B5F15BA

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE ALTERAÇÃO DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE ALTERAÇÃO DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

O Prefeito Municipal de Ceará-Mirim/RN, Antônio Henrique Câmara Bezerra, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Secretária Municipal de Planejamento Interina, Emanuelly Malty Ribeiro de Paiva, e o Secretário Municipal de Finanças, Ciro Davi da Cruz Azevedo, em atendimento à legislação vigente, vem a público, de forma prévia, justificar a alteração da ordem cronológica de pagamentos, a fim de garantir o interesse público e a continuidade dos serviços, pelas razões a seguir:

CONSIDERANDO o art. 141, § 1º, incisos II e V, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que admite a alteração excepcional da ordem cronológica, mediante justificativa prévia da autoridade competente e posterior comunicação aos órgãos de controle, nas hipóteses legais e com demonstração do risco de descontinuidade;

CONSIDERANDO o art. 6º, incisos II e V, da Resolução nº 011/2024 do TCE/RN, de 16 de maio de 2024, a disciplina municipal da ordem cronológica de pagamentos contida no Decreto nº 4.355/2024, de 10 de julho de 2024, e o enquadramento da contratada como microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, informado nas notas fiscais;

CONSIDERANDO a contratação da empresa CONTAMAX CONSULTORIA E SERVIÇOS TÉCNICOS CONTÁBEIS LTDA, CNPJ nº 24.527.707/0001-19, decorrente do Processo Licitatório nº 11.216/2025, Inexigibilidade nº 87/2025, oriunda do Registro de Despesa nº 140/2025, cujo objeto é a prestação de serviços especializados de consultoria técnica contábil e jurídico-administrativa à gestão pública municipal;

CONSIDERANDO que os serviços contratados são contínuos e necessários à regularidade da contabilidade pública municipal, à manutenção dos registros contábeis, à assessoria financeira e ao cumprimento das obrigações perante os órgãos de fiscalização e controle, com repercussão no funcionamento das atividades da Administração;

CONSIDERANDO que a permanência do inadimplemento compromete a capacidade da contratada de honrar os compromissos necessários à execução contratual, elevando o risco de interrupção dos serviços, conforme as razões registradas no Memorando nº 7.013/2026;

CONSIDERANDO a necessidade de preservar a missão institucional do Município, especialmente a regularidade das rotinas de execução orçamentária, financeira e patrimonial, a elaboração de demonstrativos contábeis e fiscais e a prestação de contas perante o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte;

CONSIDERANDO a informação da unidade demandante de que o Município não dispõe de estrutura técnica própria suficiente para absorver integralmente e de imediato as atividades da contratada, de modo que sua descontinuidade poderá comprometer prazos legais, registros contábeis e informações dos sistemas de controle e transparência;

CONSIDERANDO que a medida excepcional ora justificada se restringe às competências de março, abril e maio de 2026, indicadas para pagamento, no valor de R$ 25.000,00 por competência, totalizando R$ 75.000,00, todas vinculadas ao Empenho nº 102.007/2026;

CONSIDERANDO os atestos da fiscalização e as Notas de Liquidação nº 25/2026, de 17/04/2026, nº 34/2026, de 18/05/2026, e nº 45/2026, de 18/06/2026, correspondentes, respectivamente, aos serviços de março, abril e maio de 2026;

CONSIDERANDO as manifestações jurídica e de controle interno registradas no Memorando nº 7.013/2026, que admitem a medida excepcional mediante motivação, identificação dos créditos, comprovação de empenho, atesto e liquidação, publicidade e comunicação aos órgãos de controle;

CONSIDERANDO que a regularização desses créditos busca reduzir o risco de descontinuidade dos serviços relevantes à gestão municipal, limitando-se ao estritamente necessário à preservação do interesse público, cabendo à Secretaria Municipal de Finanças confirmar a pendência dos valores e a disponibilidade financeira antes dos pagamentos;

CONSIDERANDO que a presente justificativa deverá ser publicada na imprensa oficial do Município antes dos pagamentos prioritários e, posteriormente, comunicada à Controladoria Geral do Município e ao TCE/RN, neste último caso pelo Portal do Gestor, mediante o Anexo 14 do SIAI, na forma do art. 6º, parágrafo único, da Resolução nº 011/2024 do TCE/RN;

Por essas razões, fica justificada a alteração excepcional da ordem cronológica de pagamentos em favor da CONTAMAX CONSULTORIA E SERVIÇOS TÉCNICOS CONTÁBEIS LTDA, CNPJ nº 24.527.707/0001-19, referente ao Empenho nº 102.007/2026, para quitação dos seguintes créditos: NFS-e nº 2.569, emitida em 30/03/2026, competência março de 2026, Processo de Despesa nº 3.217/2026, Liquidação nº 25/2026, no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais); NFS-e nº 2.579, emitida em 28/04/2026, competência abril de 2026, Processo de Despesa nº 5.027/2026, Liquidação nº 34/2026, no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais); e NFS-e nº 5, emitida em 26/05/2026, competência maio de 2026, Processo de Despesa nº 6.787/2026, Liquidação nº 45/2026, no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), perfazendo o total de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais). As despesas decorrem da Inexigibilidade nº 87/2025, Registro de Despesa nº 140/2025, à conta da Fonte de Recursos 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos, observadas as condições acima e a ordem cronológica dos demais pagamentos.

Ceará-Mirim/RN, na data da assinatura eletrônica.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal de Ceará-Mirim/RN

EMANUELLY MALTY RIBEIRO DE PAIVA
Secretária Municipal de Planejamento Interina

CIRO DAVI DA CRUZ AZEVEDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:13C9A539

SAAE
PORTARIA Nº 038/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

Portaria Nº 038/2026 de 19 de Outubro de 2026.

O Diretor Geral do Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Ceará Mirim no uso de suas atribuições legais e especialmente com fundamento no inciso VI do Art. 7º da Lei Municipal nº 1.986/2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor **Luis Carlos Elizeu do Nascimento** matrícula nº 10.177, Operador de Bombas, 02 (duas) diárias e meia, para atender às despesas de viagem à cidade de São Paulo/SP, onde participará da FENASAN 2026, compreendendo o deslocamento no período de 20 a 23 de outubro de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Geral do SAAE de Ceará Mirim-RN, em 19 de Outubro de 2026.

WILLI LOPES DO NASCIMENTO JUNIOR
Diretor Geral

Publicado por:
Elmano Campos Tito
Código Identificador:96E3951B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO-CORÁ

GABINETE DO PREFEITO
ATO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA – PROCESSO ADMINISTRATIVO 02010.000008/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO 027/2026.

Com fundamento no Inciso II, do art. 75, da Lei nº 14.133/2021, estando presentes os requisitos para tanto, conforme o que consta no Processo Administrativo nº 02010.000008/2026, AUTORIZO a contratação direta, Dispensa de Licitação nº 027/2026, cujo objeto é o fornecimento de equipamentos de sistema de som, visando atender às atividades, projetos e eventos realizados pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, com apoio da Secretaria Municipal de Educação, no âmbito da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), instituída pela Lei nº 14.399, de 08 de julho de 2022 com a empresa IMPERIUM SANTOS DISTRIBUIDOR LTDA, CNPJ 52.890.773/0001-94 no valor total de R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais).

Cerro Corá/RN, 19 de outubro de 2026.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:ED8297B6

GABINETE DO PREFEITO
ATO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA – PROCESSO ADMINISTRATIVO 02013.000023/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO 026/2026.

Com fundamento no Inciso II, do art. 75, da Lei nº 14.133/2021, estando presentes os requisitos para tanto, conforme o que consta no Processo Administrativo nº 02013.000023/2026, AUTORIZO a contratação direta, Dispensa de Licitação nº 026/2026, cujo objeto é o registro de preços para fornecimento de aviamentos e materiais de armarinho, destinados a atender às necessidades dos serviços, programas, projetos, oficinas e demais atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Cerro Corá/RN com a empresa JULIANY DOS SANTOS MEDEIROS SILVA, CNPJ 54.055.890/0001-68 no valor total de R$ 21.953,85 (vinte e um mil, novecentos e cinquenta e três reais e oitenta e cinco centavos).

Cerro Corá/RN, 19 de outubro de 2026.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:5DE1D4B3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 783/2026 – GP

PORTARIA Nº 783/2026 – GP Cerro Corá / RN, 19 de outubro de 2026.

"Concede Férias ao servidor em Cargo Comissionado que especifica e dá outras providencias."

MACIEL DOS SANTOS FREIRE, Prefeito do Município de Cerro Corá, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal e Estatuto do Servidor Público Municipal de Cerro Corá/RN.

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder férias ao Senhor **MARIA LUCIANE BATISTA,** matrícula nº: **19747**; Cargo de **Coordenadora**, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, do Município de Cerro Corá/RN, de acordo com a Lei complementar nº 477/2003, de 24 de julho de 2003, que dispões sobre o Estatuto do Servidor Municipal de Cerro Corá/RN.

Art. 2º - O período aquisitivo de Férias é **01.04.2025 a 31.03.2026** com período de gozo de: **01.11.2026 a 30.11.2026.**

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua assinatura e publicação.

Cientifique-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Klinton Kennendy Ramos da Silva
Código Identificador:E5CF097A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº25/2026- INSTITUI O PLANO DE COMUNICAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

DECRETO nº 25/2026.

Institui o Plano de Comunicação da Política Municipal de Alfabetização no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Coronel Ezequiel/RN e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL**, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 205 e 211 da Constituição Federal, que estabelecem a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, bem como o regime de colaboração entre os entes federativos;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
CONSIDERANDO a Política Municipal de Alfabetização, o Plano Municipal de Educação e a necessidade de fortalecer a transparência, a participação social e a mobilização da comunidade escolar;
CONSIDERANDO a importância de estabelecer mecanismos sistemáticos de comunicação institucional, acompanhamento de resultados e divulgação das ações voltadas à alfabetização das crianças na idade adequada;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Coronel Ezequiel/RN, o Plano de Comunicação da Política Municipal de Alfabetização, constante do Anexo Único deste Decreto, como instrumento de planejamento, divulgação, mobilização, acompanhamento e transparência das ações relacionadas à alfabetização.

Art. 2º O Plano de Comunicação tem como objetivo geral promover a comunicação sistemática, transparente, acessível e participativa sobre a implementação da Política Municipal de Alfabetização, fortalecendo o envolvimento dos profissionais da educação, das famílias, dos estudantes e da comunidade.

Art. 3º São objetivos específicos do Plano de Comunicação:
I – divulgar os princípios, objetivos, ações e metas da Política Municipal de Alfabetização;
II – mobilizar a comunidade escolar para a garantia da alfabetização das crianças na idade adequada;
III – incentivar a participação das famílias no processo de aprendizagem;
IV – promover a divulgação dos resultados educacionais e das avaliações de aprendizagem, respeitando a privacidade dos estudantes;
V – valorizar as boas práticas pedagógicas desenvolvidas nas unidades escolares;
VI – fortalecer a comunicação entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares e a comunidade;
VII – assegurar a transparência e o acompanhamento das ações executadas no âmbito da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 4º A execução do Plano de Comunicação será coordenada pela Secretaria Municipal de Educação, em articulação com o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização, os gestores escolares, coordenadores pedagógicos e professores da Rede Municipal de Ensino.

Art. 5º As ações de comunicação e mobilização previstas no Plano compreenderão, entre outras:
I – divulgação institucional das ações, programas, projetos e resultados da alfabetização;
II – realização de reuniões pedagógicas, encontros formativos e atividades de mobilização com as famílias;
III – elaboração e divulgação de boletins informativos, relatórios e materiais orientadores;
IV – utilização dos canais oficiais de comunicação do Município;
V – realização de campanhas de incentivo à leitura e à participação familiar;
VI – promoção de seminários, feiras literárias, mostras pedagógicas e demais atividades de valorização da alfabetização;
VII – divulgação periódica dos indicadores educacionais e dos resultados das avaliações, observada a legislação de proteção de dados pessoais.

Art. 6º Compete à Secretaria Municipal de Educação:
I – coordenar, orientar e supervisionar a implementação do Plano de Comunicação;
II – promover a produção e divulgação de materiais institucionais;
III – assegurar a divulgação periódica das ações e dos resultados da Política Municipal de Alfabetização;
IV – incentivar a participação da comunidade escolar nas estratégias de comunicação e mobilização;
V – acompanhar a execução do cronograma anual previsto no Plano.

Art. 7º Compete ao Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização acompanhar e avaliar a implementação do Plano de Comunicação, analisar os indicadores de execução e propor medidas de aperfeiçoamento das estratégias adotadas.

Art. 8º As unidades escolares da Rede Municipal de Ensino deverão participar da implementação do Plano de Comunicação, observadas suas respectivas atribuições e especificidades, promovendo ações de comunicação com as famílias e de divulgação dos projetos e resultados pedagógicos.

Art. 9º O monitoramento e a avaliação do Plano de Comunicação serão realizados periodicamente pela Secretaria Municipal de Educação, com acompanhamento do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização, mediante análise dos indicadores e das ações estabelecidas no Anexo Único.

Parágrafo único. Será elaborado relatório anual de avaliação da execução do Plano, contendo os resultados alcançados, as dificuldades

identificadas e as recomendações para o aperfeiçoamento das estratégias de comunicação.

Art. 10. A divulgação dos resultados educacionais deverá observar os princípios da transparência, da finalidade pedagógica e da proteção integral das crianças, assegurando-se o cumprimento da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Art. 11. A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir orientações complementares necessárias à execução do Plano de Comunicação, respeitadas as disposições deste Decreto e a legislação vigente.

Art. 12. As ações previstas neste Decreto serão executadas observadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município, sem prejuízo das demais ações educacionais regularmente desenvolvidas.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CORONEL EZEQUIEL/RN, 19 de outubro de 2026.

THALES WATSON FARIAS DE AZEVEDO
Prefeito

ANEXO ÚNICO
PLANO DE COMUNICAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 1º - Das Disposições Gerais
O Plano de Comunicação da Política Municipal de Alfabetização constitui instrumento estratégico para garantir a ampla divulgação das ações, metas, resultados e boas práticas desenvolvidas no âmbito da Política Municipal de Alfabetização. Fundamenta-se nos princípios da gestão democrática, da transparência, da participação social e da corresponsabilidade entre escola, família, poder público e comunidade.
Este plano está alinhado à Política Municipal de Alfabetização instituída pelo Decreto Municipal nº 23/2026, ao Plano Municipal de Educação, ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) e às demais diretrizes nacionais e estaduais voltadas à garantia do direito de todas as crianças à alfabetização na idade adequada.

Art. 2º - Dos Objetivos
Objetivo Geral
Promover uma comunicação sistemática, transparente e participativa sobre a implementação da Política Municipal de Alfabetização, fortalecendo o engajamento dos profissionais da educação, das famílias, dos estudantes e da comunidade na garantia da aprendizagem de todas as crianças.
Objetivos Específicos
divulgar amplamente os objetivos, princípios e metas da Política Municipal deAlfabetização;
mobilizar toda a comunidade escolar em torno do compromisso com a alfabetização na idade certa;
incentivar a participação ativa das famílias no processo de alfabetização;
fortalecer a cultura do acompanhamento pedagógico baseado em evidências;
divulgar os resultados das avaliações diagnósticas, de fluência leitora e das avaliações externas de forma ética e pedagógica;
dar visibilidade às boas práticas desenvolvidas pelas unidades escolares;
promover a valorização dos professores alfabetizadores e das equipes gestoras;
assegurar transparência na execução das ações previstas na política municipal.

Art. 2º - Do Público
Público Interno
Secretaria Municipal de Educação;
Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização;
Coordenador Municipal de Alfabetização;
Diretores escolares;
Coordenadores pedagógicos;
Professores da Educação Infantil;
Professores do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental;
Professores do Atendimento Educacional Especializado;
Equipe técnica da Secretaria;
Conselhos escolares.
Fórum Municipal de Educação.

Público Externo

estudantes;
pais e responsáveis;
Conselho Municipal de Educação;
Conselho do FUNDEB;
Poder Executivo e Poder Legislativo;
Ministério Público;
instituições parceiras;
comunidade em geral;
meios de comunicação locais.

Art. 4º - Das Mensagens
A comunicação institucional deverá reforçar continuamente as seguintes mensagens:
Toda criança tem direito de aprender a ler e escrever na idade adequada.
A alfabetização é responsabilidade compartilhada entre escola, família e poder público.
O acompanhamento sistemático das aprendizagens permite intervenções pedagógicas mais eficazes.
Os resultados das avaliações são instrumentos para orientar o planejamento pedagógico e promover a melhoria contínua.
O compromisso com a alfabetização requer formação permanente, colaboração e monitoramento.
O reconhecimento das boas práticas fortalece a qualidade da educação municipal.

Art. 5º - Das Estratégias de Comunicação e Mobilização

Comunicação Institucional

divulgação permanente das ações da Política Municipal de Alfabetização;
publicação de notícias e informativos sobre programas, projetos e ações;
elaboração de boletins informativos trimestrais;
produção de materiais orientadores para escolas e famílias;
divulgação do calendário anual da política.

Comunicação com Gestores e Professores

reuniões técnicas mensais;
encontros de formação continuada;
boletins pedagógicos;
painéis de indicadores educacionais;
devolutivas das avaliações diagnósticas;
socialização de práticas exitosas entre escolas.

Comunicação com as Famílias

reuniões pedagógicas por turma;
oficinas para pais sobre apoio à alfabetização no ambiente familiar;
envio de orientações de leitura e escrita para casa;
campanhas de incentivo à leitura em família;
divulgação dos avanços das turmas de forma coletiva, preservando a identidade dos estudantes.

Mobilização Comunitária

Dia Municipal da Leitura;
Feiras Literárias;
Mostras de Produção Textual;
Saraus;
concursos literários;
campanhas de valorização da alfabetização;

encontros com a comunidade.
Seminário de boas práticas

Comunicação Digital
Serão utilizados:
site oficial da Prefeitura;
redes sociais institucionais;
e-mail institucional;
aplicativos oficiais;
vídeos educativos;
podcasts e conteúdos digitais voltados às famílias.

Art. 6º - ESTRATÉGIAS ESPECIFICAS DE MOBILIZAÇÃO

Mobilização das Famílias

campanha "Família que Lê, Criança que Aprende";
envio semanal de desafios de leitura;
rodas de leitura com familiares;
orientações para criação de rotina de leitura em casa;
participação das famílias nas ações escolares.

Mobilização das Escolas

divulgação das metas da escola;
reuniões periódicas com pais;
exposição dos projetos de leitura;
murais de acompanhamento das ações;
socialização dos resultados pedagógicos.

Mobilização dos Professores

reconhecimento das boas práticas;
compartilhamento de experiências exitosas;
seminário anual de alfabetização;
grupos colaborativos de estudo;
divulgação de projetos inovadores.

Art. 7º - Mecanismos de Divulgação dos Resultados
A divulgação dos resultados ocorrerá de forma periódica, transparente e com finalidade pedagógica, assegurando o respeito à privacidade dos estudantes.
Serão divulgados:
percentual de crianças alfabetizadas;
evolução da fluência leitora;
resultados das avaliações diagnósticas por escola e por rede (de forma agregada);
indicadores de frequência escolar;
participação nas formações continuadas;
ações executadas pela Política Municipal de Alfabetização;
projetos desenvolvidos pelas unidades escolares;
boas práticas de alfabetização;
cumprimento das metas municipais;
evolução dos indicadores do CNCA e das avaliações externas.

Instrumentos de Divulgação

boletins trimestrais de alfabetização;
painéis de indicadores da rede;
relatórios semestrais;
relatório anual da Política Municipal de Alfabetização;
audiências públicas;
reuniões do Comitê Estratégico Municipal;
reuniões do Conselho Municipal de Educação;
Reuniões com o Fórum Municipal de Educação;
reuniões com gestores escolares;
apresentações para pais e responsáveis;
publicações em mídias institucionais.

Art. 8º - CRONOGRAMA ANUAL

PERÍODO	AÇÃO
JANEIRO	Divulgação do Plano Anual de Alfabetização
FEVEREIRO	Campanha de mobilização das famílias
MARÇO	Divulgação das metas municipais
ABRIL	Devolutiva da avaliação diagnóstica inicial
MAIO	Boletim de acompanhamento
JUNHO	Mostra de boas práticas
JULHO	Relatório semestral
AGOSTO	Campanha "Família que Lê, Criança que Aprende"
SETEMBRO	Seminário Municipal de Alfabetização
OUTUBRO	Divulgação dos avanços da aprendizagem
NOVEMBRO	Socialização das experiências exitosas
DEZEMBRO	Relatório anual e prestação pública de resultados

Art. 9º - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO
O Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização acompanhará a execução deste Plano de Comunicação por meio dos seguintes indicadores:
percentual de ações de comunicação executadas;
número de campanhas realizadas;
participação das famílias nas reuniões e eventos;
alcance das publicações institucionais;
participação dos profissionais nas ações formativas;
quantidade de materiais produzidos;
nível de conhecimento da comunidade sobre a Política Municipal de Alfabetização;
cumprimento do cronograma anual;
divulgação tempestiva dos resultados das avaliações.
Anualmente será elaborado relatório avaliativo contendo recomendações para aperfeiçoamento das estratégias de comunicação.
Art.10. – Das Responsabilidades
Secretaria Municipal de Educação
coordenar e supervisionar a execução do Plano;
produzir materiais institucionais;
divulgar resultados e indicadores;
promover campanhas municipais.

Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização

acompanhar a implementação do plano;
analisar os indicadores;
propor melhorias;
apoiar as ações de mobilização.

Diretores Escolares

implementar o Plano Local de Comunicação;
promover reuniões com famílias;
divulgar os resultados da unidade escolar;
estimular a participação da comunidade.

Coordenadores Pedagógicos

organizar devolutivas pedagógicas;
orientar professores quanto ao uso dos dados das avaliações;
apoiar ações de comunicação com as famílias.

Professores

manter diálogo permanente com as famílias;
compartilhar orientações para o acompanhamento das aprendizagens;
participar das ações de mobilização e divulgação das práticas pedagógicas.

Art. 11º — Disposições Finais

Este Plano de Comunicação integra a Política Municipal de Alfabetização e deverá ser implementado por todas as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino. As estratégias previstas deverão fortalecer o compromisso coletivo com a alfabetização de todas as crianças, ampliar a participação das famílias, promover a transparência dos resultados e consolidar uma cultura de monitoramento, colaboração e melhoria contínua, assegurando que as evidências produzidas pelas avaliações orientem decisões pedagógicas e contribuam para a elevação dos indicadores de aprendizagem do município.

ELIZETE DANTAS DA SILVA FARIAS
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Alexsandro da Silva
Código Identificador:B130B887

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA AVISO DE LICITAÇÃO – CREDENCIAMENTO Nº 049-004/2026

O **MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO PESSOA/RN**, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E CONTROLE INTERNO,** torna público que realizará CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas para o fornecimento parcelado de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE HIGIENE PESSOAL, MATERIAIS DE LIMPEZA E DESCARTÁVEIS, destinados a atender às demandas das Secretarias Municipais do Município de Coronel João Pessoa/RN, mediante preços previamente definidos pela Administração, conforme especificações, quantitativos estimados e condições constantes neste Edital e em seus Anexos.
Os interessados poderão realizar o credenciamento a partir da publicação deste Edital que ficará aberto pelo período de (12) doze meses, ou até que se esgote o saldo orçamentário definido.
O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site www.coronelljoaopessoa.rn.gov.br ou https://bbmnet.com.br/. Maiores informações pelo e-mail: licitacao@coronelljoaopessoa.rn.gov.br.

Coronel João Pessoa/RN, 19 de outubro de 2026.

MIGUEL FERREIRA DE AQUINO
Agente de Contratação

Publicado por:
Miguel Ferreira de Aquino
Código Identificador:C8CC6EDD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90038/2026 – SRP COMPRASGOV – PREGÃO ELETRÔNICO 981661 - 22/2026

O MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS/RN, código UASG 981661, através de sua Agente de Contratação/Pregoeira instituído pela Portaria nº 0795, de 02 de junho de 2026, comunica aos interessados que realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO por ITEM, que tem como objeto o **registro de preço para futura e eventual contratação de serviços de locação de máquinas pesadas,** conforme especificações constantes no Anexo I do Edital – Termo de Referência. A sessão se dará às 08:30 horas (horário local) do dia 09 de novembro de 2026, através do sítio **www.gov.br/compras**, conforme Lei nº 14.133/21 e decreto federal n° 11.462/23.

Currais Novos/RN, 19 de outubro de 2026.

KARLA PATRÍCIA DA SILVA DANTAS
Agente de Contratação/Pregoeira
Port. nº 0795/2026 – PMCN

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:CFB5C5EC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL EXTRATO – TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90032/2026

ADJUDICO E HOMOLOGO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento da Comissão Permanente de Licitação - CPL, referente ao Pregão Eletrônico nº 90032/2026, que tem por objeto o **registro de preço para futura e eventual aquisição de ração para os animais alojados no Centro de Controle de Zoonoses**, realizado em 26 de agosto de 2026 (quarta-feira), nos termos do artigo 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores.

MARIANA MOREIRA ANDRASCHKO LTDA - CNPJ nº 19.588.170/0001-67, vencedora nos itens:
Item 01 pelo valor unitário de R$ 104,50 (cento e quatro reais e cinquenta centavos) e a quantidade de 1.000 pacotes;
Item 03 pelo valor unitário de R$ 72,93 (setenta e dois reais e noventa e três centavos) e a quantidade de 1.000 pacotes.

MIA VITTA NUTRICAO ANIMAL LTDA - CNPJ nº 61.972.818/0001-60, vencedora nos itens:
Item 02 pelo valor unitário de R$ 138,32 (cento e trinta e oito reais e trinta e dois centavos) e a quantidade de 1.000 pacotes.

JV RACOES LTDA - CNPJ nº 54.770.141/0001-12, vencedora nos itens:
Item 04 pelo valor unitário de R$ 157,73 (cento e cinquenta e sete reais e setenta e três centavos) e a quantidade de 1.000 pacotes.

Currais Novos/RN, 19 de outubro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:FD4BD9B7

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6.259, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a transferência do ponto facultativo do Dia do Servidor Público para o dia 30 de outubro de 2026, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e
CONSIDERANDO que o dia 28 de outubro é consagrado ao Servidor Público;
CONSIDERANDO que se trata de um ponto facultativo, podendo ser mutável, assim vez que em 2026, a referida data recai em uma quarta-feira, sendo conveniente à Administração transferi-la para a sexta-feira, dia 30 de outubro;
DECRETA:
Art. 1º. Fica transferido, no âmbito da Administração Pública Municipal de Currais Novos/RN, o ponto facultativo alusivo ao **Dia do Servidor Público**, comemorado em 28 de outubro de 2026 (quarta-feira), para o dia 30 de outubro de 2026 (sexta-feira).
Art. 2º. Em decorrência do disposto no artigo anterior, haverá expediente normal nas repartições públicas municipais no dia 28 de outubro de 2026.
Art. 3º. Excetuam-se do disposto neste Decreto os serviços essenciais, que funcionarão conforme escala definida pelas respectivas Secretarias Municipais.
Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Currais Novos-RN, Palácio Prefeito "Raul Macêdo", em 19 de outubro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Fernandes Dias de Medeiros
Código Identificador:366DB620

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA PROTOCOLO 22.976/2026 PROCESSO 4.814/2026

O Município de Currais Novos/RN, torna público aos interessados, o presente aviso de contratação direta referente à contratação de empresa para prestação de serviço de execução de rede de distribuição de gases medicinais (oxigênio medicinal, ar comprimido medicinal e vácuo clínico) na nova Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Os interessados poderão solicitar a relação dos itens por meio do endereço eletrônico cotacoespmcn02@gmail.com ou pelo telefone (84) 98759-2255, tendo até **05 dias úteis para responder**, podendo o prazo ser encerrado antes, caso sejam obtidas 03 (três) cotações. A pessoa responsável pelo preenchimento da cotação, devera assiná-la e informar o prazo de validade mínimo de proposta de 60 (sessenta) dias.

Currais Novos/RN, 19 de outubro de 2026.

GERIVALDA ALVES DANTAS
Diretor (a) de Departamento de Compras
Matrícula 2761

Publicado por:
Joyce Karoline da Silva Santos
Código Identificador:55627A29

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA PROTOCOLO 31.171/2026 PROCESSO 6.141/2026

O Município de Currais Novos/RN, torna público aos interessados, o presente aviso de contratação direta referente à aquisição e 18 (dezoito) lonas para cobertura de tendas tipo pirâmide, destinadas às estruturas pertencentes ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN. Os interessados poderão solicitar a relação dos itens por meio do endereço eletrônico cotacoespmcn02@gmail.com ou pelo telefone (84) 98759-2255, tendo até **05 dias úteis para responder**, podendo o prazo ser encerrado antes, caso sejam obtidas 03 (três) cotações. A pessoa responsável pelo preenchimento da cotação, devera assiná-la e informar o prazo de validade mínimo de proposta de 60 (sessenta) dias.

Currais Novos/RN, 19 de outubro de 2026.

GERIVALDA ALVES DANTAS
Diretor (a) de Departamento de Compras
Matrícula 2761

Publicado por:
Joyce Karoline da Silva Santos
Código Identificador:AAD56649

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 609/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN, CNPJ 08.109.126/0001-00.
CONTRATADO(A): RD BENISON EDIÇÕES E PROMOÇÕES LTDA, CNPJ: 05.030.656/0001-70
OBJETO: Apresentação musical do artista Regis Danese, no dia 31 de outubro de 2026, durante a programação do evento "Dia do Evangélico", no Largo do Tungstênio Hotel, em Currais Novos/RN.
VALOR: R$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais).
VIGÊNCIA: 17 de setembro de 2026 a 30 de novembro de 2026.
BASE LEGAL: art. 74, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 17 de setembro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

DAVID NARWITH MARQUES GOMES
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:C17434B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
RESULTADOS OFICIAIS DA I COPA INTEGRAÇÃO DE FUTEBOL DE CAMPO 2026

A Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN, por meio da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SEMEL, torna público o resultado final da I Copa Integração de Futebol de Campo 2026, cuja partida final foi realizada no dia 12 de outubro do corrente ano, conforme a classificação apurada e homologada pela Comissão Organizadora da competição.

CLASSIFICAÇÃO FINAL

Equipe	Colocação
Brejuí Futebol Clube	1º colocado
Londrina Futebol Clube	2º colocado
Fúria Seridó F.C.	3º colocado
Vila Nova F.C.	4º colocado

Currais Novos/RN, 16 de outubro de 2026

Atenciosamente,

JOSÉ NILTON INÁCIO DA SILVA
Secretário Adjunto de Esportes e Lazer – SEMEL
Currais Novos/RN

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:E18A03EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
REGIMENTO INTERNO - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CURRAIS NOVOS/RN

CAPÍTULO I

SEÇÃO I
DA ORGANIZAÇÃO

Art. 1° - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão de natureza deliberativa, consultiva e de composição paritária, objetiva a formulação e controle da execução da política municipal de apoio à criança e ao adolescente. O referido conselho fica vinculado à estrutura da Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social – SEMTHAS.
Art. 2° - O conselho é constituído de 10 (Dez) membros, 05 (Cinco) representantes de entidades governamentais e 05 (Cinco) não governamentais designados por Ato do Poder Executivo Municipal e seus respectivos suplentes.
Art. 3° - O mandato dos Conselheiros será de dois (02) anos, podendo haver uma recondução.
Art. 4° - O Conselheiro que faltar a mais de três (03) reuniões consecutivas sem justificativa, perderá o mandato, por decisão do Conselho.
Parágrafo Único – Em caso de perda do mandato por decisão do conselho previsto neste artigo, assumirá a titularidade do mandato, outro membro indicado pela entidade representada.
Art. 5° - A função do Conselheiro é considerada de interesse público relevante e não será remunerada a qualquer título.

Seção II
DA ESTRUTURA

Art. 6° - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tem a seguinte estrutura:
I – Reuniões plenárias
II – Comissões Especiais ou Setoriais
III – Comissão Executiva
§1° - As reuniões plenárias, ordinárias ou extraordinárias, são a instância de deliberação do Conselho.

§2° - As Comissões Especiais ou Setoriais, destinadas a proceder estudos, avaliações e emitir pareceres sobre matérias específicas em discussão no Conselho, são as seguintes:
I – Comissão de Políticas Públicas e Legislação
II – Comissão de Captação de recursos, Orçamento e finanças
III – Comissão de Articulação e Comunicação
IV – Comissão Disciplinar de Acompanhamento do Conselho Tutelar
V – Comitê de Participação dos Adolescentes - CPA
§3° - Cada comissão compor-se-á de, no mínimo, três membros, sendo um coordenador.
§4° - Os membros de cada Comissão serão designados pelo Presidente do Conselho, ouvido o plenário.
§5° - A Comissão Executiva será composta de 01 (um) Presidente, 01 (um) Vice-Presidente e 01 (um) Secretário, escolhido entre os Conselheiros através de eleições diretas, com funções específicas de encaminhar o fiel cumprimento das decisões do Conselho e coordenar os trabalhos da Secretaria Executiva.
§6° As atribuições de cada comissão estão em anexo a este regimento interno.

CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS

Seção I
DAS REUNIÕES PLENÁRIAS

Art. 7° - Compete aos Conselheiros em reuniões plenárias:
a) Recomendar a substituição de Conselheiro quando for o caso.

SEÇÃO II
DAS COMISSÕES ESPECIAIS OU SETORIAIS
Art. 8° - Compete às comissões especiais ou setoriais, conforme as respectivas especificidades:
I – emitir parecer;
II – responde às consultas encaminhadas pela presidência;
III – tomar iniciativa de medidas ou sugestões pertinentes ao Conselho e encaminhá-las ao plenário;
IV – estimular e promover estudos e pesquisas sobre matérias de competência do Conselho;
V – instruir, devidamente, os processos submetidos à sua apreciação e fazer cumprir as diligências ditadas pelo plenário.

SEÇÃO III
DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE
Art. 9° - Ao presidente do Conselho competem as atribuições previstas na lei n° 3.409, de 02 de janeiro de 2019.
.
Art. 10 - Compete privativamente ao presidente:
I – presidir, supervisionar e coordenar os trabalhos do conselho;
II – promover as medidas administrativas necessárias ao cumprimento das deliberações das reuniões plenárias;
III- exercer o voto de qualidade, em caso de empate;
IV – designar os membros das Comissões Especiais Setoriais e técnicas, ouvido o conselho;
V – expedir as Resoluções baixadas pelo Conselho;
VI – baixar portarias, instruções e ordens de serviços necessárias ao funcionamento do conselho;
VII – resolver os casos omissos “adreferéndum” do Conselho;
VIII – proferir decisões, com observância das normas deste Regimento, nos limites da sua competência, previstas na lei n° 3.409, de 02 de janeiro de 2019.
IX – realizar sessões ordinárias e extraordinárias, dirigidas pelo seu presidente;
X – autorizar o funcionamento das entidades não governamentais de atendimento à criança e ao adolescente observando o cumprimento das exigências do Estatuto da Criança e do Adolescente e os critérios estabelecidos através das Resoluções do Conselho;
XI – Proceder à inscrição de seus programas das entidades governamentais e não governamentais, especificando os regimes de atendimento nos exatos termos do Art. 90, parágrafo único da Lei n° 8069 de 13 de julho de 1990;
XII – Aprovar após a deliberação do pleno do Conselho, o Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, assim como as diretrizes e prioridades para aplicação de recursos do fundo municipal e os demais planos de interesse a Politica de Garantia de Direitos da criança e do Adolescente;
XIII – examinar e aprovar as prestações de contas do Fundo Municipal para a infância e juventude;
XIV – estabelecer critérios para exame e aprovação de convênios.

§1° - As deliberações do Conselho terão caráter decisório no campo da politica assistencial, supletiva e proteção especial e no campo das políticas sociais básicas, as deliberações são de caráter orientador.
§2° - Dar-se-ão, por 2/3 (dois terço) de votos do Conselho, as decisões nas reuniões plenárias especialmente convocadas para:

a) Alterar o regime interno
b) Propor a alteração da na lei n° 3.409, de 02 de janeiro de 2019.

XV – propor ao plenário a reforma do regime interno:
XVI – apresentar à primeira Reunião Plenária de cada ano, relatório das atividades do Conselho, relativo ao exercício anterior;
XVII – publicar, até o dia 20 (vinte) de cada mês, Boletim Financeiro do Fundo Municipal para a Infância e Juventude, referente às atividades de mês anterior.

Art. 11 – Compete ao Vice-Presidente:
I – substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos e sucedê-lo, no caso de vaga, até o preenchimento definitivo do cargo;
II - observar e cumprir as demais atribuições previstas na lei n° 3.409, de 02 de janeiro de 2019.

SEÇÃO IV
DO SECRETÁRIO
Art. 12 – Compete ao Secretário:
I – coordenar os serviços de apoio técnico-administrativo do Conselho;
II – secretarias as reuniões plenárias e redigir as respectivas atas;
III – organizar e submeter ao Presidente a pauta das reuniões plenárias;
IV – formalizar os processos e encaminhar à Presidência para a distribuição;
V – elaborar a correspondência do Conselho;
VI – providenciar a aquisição e a distribuição do material destinado ao funcionamento do Conselho, bem como controlar seu uso e guarda;
VII – abrir, rubricar e encerrar os livros da Secretaria;
VIII – executar os atos autorizados pela presidência;
IX – exercer outras atividades correlatas que lhe sejam atribuídas pelo Conselho.

SEÇÃO V
DOS CONSELHEIROS

Art. 13 – Compete aos Conselheiros:
I – participar das reuniões plenárias e votar nas deliberações;
II – relatar os processos que lhe forem distribuídos;
III – propor questões de ordem;
IV – requerer visitas de processo e adiantamento de discussão ou votação, pelo prazo máximo de 72 (setenta e dois) horas;
V – integrar as Comissões Especiais ou Setoriais Constituídas pela presidência;
VI – fazer indicações e propostas sobre matérias da competência do Conselho;
VII – auxiliar o Presidente no desempenho de suas atribuições;
VIII – cumprir e fazer cumprir o disposto na lei n° 3.409, de 02 de janeiro de 2019 e este Regimento Interno;
IX – eleger a Comissão Executiva do Conselho;
X – propor ao plenário, reforma do Regimento Interno.

CAPÍTULO III
DO FUNCIONAMENTO

Art. 14 – O Conselho realizará, mensalmente o mínimo de 01 (uma) reunião plenária ordinária:
§ 1° - Por iniciativa do Presidente ou de 1/3 (um terço) dos Conselheiros, serão convocadas reuniões extraordinárias, para tratar de matérias urgentes ou relevantes.

§ 2° - Ocorrendo a hipótese prevista no parágrafo anterior, os Conselheiros serão cientificados com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.
§ 3º - As reuniões do Conselho aconteceram com a presença de 50% mais um dos conselheiros.
Art. 15 – As reuniões plenárias decidirão sobre pareceres, indicações e propostas do presidente ou dos conselheiros.
Parágrafo único – As decisões terão força de resolução e serão numeradas e datadas, cujo relatório conterá:

a) Histórico e indicação do processo que lhe deu origem;
b) conclusões
c) assinatura do Presidente, do relator e dos conselheiros votantes.

Art. 16 – A votação será sempre verbal, ressalvados os casos de eleição, declaração de perda de mandato de conselheiros e outros casos que, a critério do presidente, exijam votação secreta.

CAPÍTULO IV
DO FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E A JUVENTUDE

SEÇÃO I
DA CRIANÇA, NATUREZA E COMPETÊNCIA.
Art. 17 – O fundo Municipal para a infância e Juventude, criado pela na lei n° 3.409, de 02 de janeiro de 2019, tem por finalidade promover a captação, mobilização e aplicação de recursos financeiros, destinados ao funcionamento de programas e atividades de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, aprovados pelo Conselho Municipal.

SEÇÃO II
DO FUNCIONAMENTO DO FUNDO
Art. 18 – Para o desenvolvimento de suas atividades, o Fundo terá serviços próprios de administração, contabilidade e finanças, geridos pelo Conselho Municipal.
Parágrafo Único – Os responsáveis pelos serviços a que alude este artigo, serão designados através de Resolução do Conselho Municipal.
Art. 19 – Os recursos financeiros definidos na lei n° 3.409, de 02 de janeiro de 2019, serão depositados em conta única e especial do Conselho, aberta em estabelecimento oficial.
Art. 20 – A aplicação de recursos do Fundo junto às entidades Governamentais e não-governamentais será formalizada através de convênios e contatos aprovados pelo Conselho.
Art. 21 – A liberação de parcelas subsequentes de recursos somente será feita mediante a prévia apresentação de relatórios de execução, acompanhados da correspondente prestação de contas, aprovada pelo Conselho.
Art. 22 – Serão elaborados relatórios e balancetes trimestrais do Fundo, com a devida prestação de contas a serem apreciadas em reuniões plenárias.

SEÇÃO III
DA COMPETÊNCIA DO FUNDO

Art. 23 – Compete ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:
I – registrar os recursos orçamentários próprios, bem como aqueles transferidos pelo Estado e União.
II – registrar os recursos orçamentários captados através de convênios, ou doações.
III – administrar os recursos a serem aplicados em benefício das Crianças e Adolescentes, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

SEÇÃO IV
DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO
Art. 247 – Constitui-se receita do Fundo Municipal:
I – doações voluntárias de pessoas físicas ou jurídicas deduzíveis do Imposto de Renda, conforme o disposto no Art. 260, da Lei 8069 de 13 de Julho de 1990.
II – valores provenientes das multas decorrentes da condenação em ações civis ou de imposição de penalidades administrativas, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente Art. 214 §1° e 2° da Lei n°8069/90.
III – outras transferências, a fundo perdido, de recursos provenientes de entidades nacionais e internacionais.
IV – rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais.
V – receitas provenientes de outras atividades legalmente autorizadas.
§ 1° - Os recursos aludidos no presente artigo serão depositados em conta única e especial, aberta em estabelecimento bancário oficial, cabendo sua movimentação, conjuntamente, ao presidente da Comissão Executiva e ao Secretário Municipal de Finanças.
§ 2° - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará até o dia 30 (trinta) de cada mês, Boletim Financeiro de suas atividades, referente ao mês anterior.
-§ 3° - As pessoas físicas e jurídicas que efetuarem doação ao Fundo, receberão cópia autenticada do boletim aludido no parágrafo anterior.
Art.25 – O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente encaminhará proposta orçamentaria para o poder Executivo Municipal de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentarias e a Lei de Organização Anual até o dia 31 de março de cada exercício quanto às dotações e rubricas necessárias à execução de seus objetivos, 30 (trinta) dias antes do seu envio à Câmara Municipal.
Parágrafo Único – O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente manifestar-se-á sobre a consulta a que se refere o parágrafo anterior, dentro do prazo de 15 (quinze) dias.
Art. 26 – Para o recebimento de subvenção ou auxílio financeiro à municipalidade prevista na rubrica ou destinada à política de atendimento direto ou indiretamente às crianças e aos adolescentes, as entidades civis deverão preencher os requisitos estabelecidos pelos artigos 90 e seguintes do Estatuto da Criança e do Adolescente, e ainda:
I – Tratar-se de entidade civil sem fins lucrativos;
II – Propugnar em seus objetivos sociais, a garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;
III – apresentar projetos detalhados para a destinação das subvenções ou auxílios solicitados, comprometendo-se, por força de convenio, à prestação de contas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sempre que solicitado;
IV – adequar seus projetos às políticas traçadas pelo Conselho Municipal.
§ 1° - Os repasses dos recursos de que trata o presente artigo, terão obrigatoriamente de serem submetidos e aprovados pelo Conselho Municipal.

Art. 31 – O funcionamento do Conselho Tutelar será mantido pela municipalidade e terá previsão dos recursos necessários na Lei Orçamentária Municipal, nos termos do Art. 134, Parágrafo Único da Lei 8069, de 13 de Julho de 1990.
Art. 32 – O Conselho Tutelas funcionará 24 (vinte e quatro) horas por dia e atenderá crianças e adolescentes, pais ou responsáveis, apreciando casos de violação de direitos que não envolvam matéria jurídica controvérsia.
§ 1° - Nos finais de semana e feriados serão realizados plantões no horário das 10:00 às 22:00 horas.
§ 2° - O Conselho Tutelar manterá uma Secretaria Geral destinada ao suporte administrativo necessário ao seu funcionamento, utilizando-se de instalações e funcionários cedidos pela Prefeitura.
§ 3° - Quando houver responsabilidade a apurar a ação pública e promover a garantia dos direitos, será acionado o Ministério Público como titular da garantia dos direitos individuais, difusos e coletivos.
§ 4° - Os casos que envolvam violação de direitos com matéria jurídica controversa, serão acompanhados por entidade de defesa dos direitos da criança e do adolescente, responsável pela sua proteção jurídico-social, nos termos do que dispõe o Art. 87, V, da Lei n°8069 de 13 de Julho de 199.
§5° - O Município é responsável pela prestação de assistência jurídica e social aos que dela necessitem podendo, para tanto, firmar convênios com entidades não governamentais de defesa dos direitos da criança e do adolescente, aprovado pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

SEÇÃO II
DOS MEMBROS E DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO TUTELAR

Art. 33 – Os 05 (Cinco) membros do Conselho Tutelar e seus respectivos suplentes são conselheiros representantes da sociedade e serão eleitos para mandato de 03 (três) anos, permitida uma recondução.
Art. 34 – É competência do Conselho Tutelar apreciar os casos nos termos do que dispõem os Arts. 13, 56, 90, 91, 95, 98, 101 (incisos I a VI), 105, 129 (incisos I a VII e 136, do Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 2° - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente encaminhará à entidade civil interessada de reconhecido apoio à criança e ao adolescente, que não esteja cumprindo as exigências legais no que diz respeito a sua estrutura física, proposta de reforma ou construção, proposta para aquisição de equipamentos de entidade, para que, posteriormente, venha tornar-se apta a inscrever-se no Conselho.
Art. 27 – São beneficiários do Fundo Municipal:
I – as entidades de administração direta ou indireta do município, cadastradas no Conselho, que desenvolvem programas destinados às crianças e adolescentes.

a) de promoção, vigilância e defesa dos direitos;
b) do acompanhamento sócio e educativo;
c) de abrigo, restrição e privação de liberdade;
d) de capacitação de pessoal nessas áreas especificas;

II - as entidades não governamentais, cadastradas no Conselho, que desenvolvem no município programas e atividades similares aos que se referem o inciso anterior.

CAPÍTULO V
DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SEÇÃO I
DA CRIANÇA E NATUREZA DO CONSELHO TUTELAR

Art. 28 – A instalação do Conselho Tutelar prevista no Art. 131 da Lei n° 8.069 de 13 de Julho de 1990, funcionará de acordo com as normas previstas nesta Lei.
Art. 29 – O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo destinado a atender casos de crianças e adolescentes, de forma não jurisdicional, onde haja incidência ou violação de direitos constitucionais, deixando para a justiça somente aqueles casos que envolvam alguma indagação jurídica.
Art. 30 – O Conselho Tutelar tem competência, sede e atribuições típicas de uma política de defesa de âmbito municipal, como órgão executivo e fiscalizador do cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

Parágrafo Único – As atribuições do Conselho Tutelar de atender pais ou responsáveis, de promover a execução de suas decisões, de expedir suas notificações, de encaminhar e representar as autoridades judiciárias, de requisitar serviços e documentos, de assessorar o Poder Executivo e o Ministério Público, definem a sua atuação como representativa da sociedade, colaborando para a eficácia do poder público no atendimento às crianças e adolescentes determinado por Lei e fiscalizando ações governamentais e não governamentais.

SEÇÃO III
DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS
Art. 35 – São requisitos para a candidatura a membro do Conselho Tutelar aqueles conforme o art. 19 e seguintes da lei n° 3.409, de 02 de janeiro de 2019.
I – reconhecida idoneidade moral;
II – idade superior a 21 (vinte e um) anos;
III – residir no município.
Art. 36 – São aspectos componentes de reconhecida idoneidade moral entre outros pertinentes:
I - militância a serviço de defesa da criança e do adolescente;
II – estar em gozo dos direitos políticos;
III – atestado de idoneidade moral expedido pelo poder judiciário, na área da infância e da juventude (Ministério Público ou Juízo de Infância e da Juventude).
Art. 37 – Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direito pelo voto facultativo e secreto dos cidadãos do município.
§ 1° - A candidatura é individual e sem filiação partidária.
§ 2° - Podem participar do processo de escolha os maiores de 16 (dezesseis) anos, inscritos como eleitores no município, até três meses antes da eleição.
Art. 38 – O processo de escolha dos Conselheiros Tutelares será organizado mediante Resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com supervisão do Ministério Público.
Art. 39 – A candidatura deve ser registrada no prazo de trinta dias antes da data de escolha, mediante requerimento ao Presidente do Conselho Municipal, acompanhado de prova do preenchimento dos requisitos estabelecidos na lei n° 3.409, de 02 de janeiro de 2019.
Art. 40 – O pedido de registro será examinado pela comissão do Conselho Municipal designada para esse fim, com eventual impugnação no prazo de cinco dias.
Art. 41 – Terminado o prazo para registro das candidaturas, o Presidente do Conselho mandará publicar edital na imprensa local e afixá-lo em local de costume, informando os nomes dos candidatos registrados e fixando prazo de cinco dias, contado da publicação, para recebimento de impugnação de qualquer candidato.
Parágrafo Único – Oferecida a impugnação, os autos serão encaminhados ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para manifestação, no prazo de cinco dias, decidindo o Ministério Público em igual prazo.
Art. 42 – Vencida a fase de impugnação, o presidente do Conselho Municipal mandará publicar o edital com os nomes dos candidatos habilitados ao pleito.
Art. 43 – O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será convocado pelo Conselho Municipal, mediante edital publicado na imprensa local, 30 (trinta) dias antes do término do mandato dos membros do Conselho Tutelar.
§1° - O conselheiro que quiser reeleger-se não precisa afastar-se do cargo.
§2° - É proibida a propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas fixas, cartazes ou inscrição em qualquer local público ou particular, com exceção dos locais autorizados pela Prefeitura, para utilização em igualdades de condições para todos os candidatos.
§3° - A utilização dos meios de comunicação somente será permitida para a realização de debate e entrevistas com todos os candidatos.
Art. 44 – As cédulas eleitorais serão confeccionadas pela Prefeitura Municipal, com aprovação do Conselho Municipal, ouvido o Ministério Público.
Art. 45 – Aplica-se, no que couber, o disposto na legislação eleitoral em vigor, quanto ao exercício do sufrágio direto, secreto e a apuração do voto.
Art. 46 – À medida que os votos forem sendo apurados, poderão os candidatos apresentarem impugnação que serão decididas pela comissão designada pelo Conselho, sob supervisão do Ministério Público em caráter definitivo.
Art. 47 – Concluída a apuração, o Presidente da comissão proclamará o resultado da eleição, mandando publicar os nomes dos candidatos e o número de sufrágios recebidos.
§1° - Os cinco primeiros mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais, pela ordem de votação, como suplentes.
§2° - Havendo empate na votação será considerado eleito o candidato mais idoso.
§3° - Os escolhidos serão nomeados pelo Presidente do Conselho Municipal, tomando posse no cargo de conselheiro, no dia seguinte ao término do mandato de seus antecessores.
§4° - Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos.
§4° Caso haja disponibilidade pelo tribunal eleitoral, serão utilizadas urnas eletrônicas no pleito eleitoral.
Art. 48 – São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar aqueles alcançados pelo Art. 140 e seu parágrafo Único da Lei 8069, de 13 de Julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

SEÇÃO IV
DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DE CONSELHEIROS

Art. 49 – O exercício da função de conselheiros constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e

assegurará prisão especial em caso de crime comum, até julgamento definitivo.
Art. 50 – A remuneração do Conselheiro Tutelar será igual àquela percebida, a qualquer título, pelo técnico de nível superior do município.
§1° - O membro do Conselho Tutelar poderá fazer opção pela remuneração percebida em sua repartição de origem.
§2° - Ocorrendo opção do conselheiro tutelar pela remuneração de sua repartição de origem, perceberá, a título de gratificação, importância correspondente a 36% daquela referente ao caput deste artigo.

SEÇÃO V
DA PERDA DO MANDATO E DOS IMPEDIMENTOS DOS CONSELHEIROS TUTELARES
Art. 51 – Perderá o mandato, o Conselheiro que se ausentar injustificadamente a três sessões consecutivas ou a cinco alternadas no mesmo mandato, por condenação em sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal.
§1° - A perda do mandato será decretada pelo Conselho Municipal mediante provocação do Ministério Público, do próprio Conselho Tutelar ou de qualquer cidadão, assegurada ampla defesa.
§2° - Perderá o mandato de forma irreversível, o Conselheiro que descumprir as suas atribuições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 52 – Os membros do Conselho Tutelar, eleitos na 1ª eleição a partir da vigência do presente Regimento, assumirão 15 dias após a proclamação dos eleitos.
Art. 53 – A Secretaria Municipal de Assistência Social dotará os recursos humanos e materiais necessários ao funcionamento do Conselho, conforme o disposto no Art. 1° da Lei 1513/99.
Art. 54 – Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Municipal dos Direitos e Defesa da Criança e do Adolescente, revogadas as disposições em contrário.

Currais Novos/RN, 29 de setembro de 2026.

LUZITÉRCIO DA SILVA ALBUQUERQUE
Presidente do CMDCA

ADAILDO BENEDITO DOS SANTOS
Secretária do CMDCA

ANEXO I

ATRIBUIÇÕES DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLAÇÃO

Planejar e coordenar as Conferências Municipais, os Seminários e as outras formas de publicização dos direitos da Criança e do Adolescente; Transformar os indicativos das conferências / seminários em estratégias e propostas de ação; Acompanhar a elaboração e a implementação do Plano Municipal para a Infância e Adolescência; Propor planos para aplicação dos recursos do FIA; Receber os relatórios estatísticos dos Conselhos Tutelares, subsidiando as deliberações do CMDCA; Analisar e elaborar pareceres de projetos para o município considerando a sua inserção na Política da Infância e Juventude.
Analisar as documentações encaminhadas pelas entidades ou programas com o intuito de obter registro das entidades e inscrição dos programas no CMDCA; Proceder às visitas necessárias, a fim de verificar "in loco" as condições de atendimento das instituições; Realizar os pareceres a serem apresentados em plenária, indicando a possibilidade ou não do registro / inscrição no Conselho; Emitir os certificados de registro; Propor resoluções para a normatização dos processos de registro; Estudar e propor ações relativas à normatização do CMDCA.

COMISSÃO DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Discutir e encaminhar assuntos relativos à deliberação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Participar da elaboração e proposição do "orçamento criança" - OCA; Propor campanhas de captação de recursos através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA; analisar junto com a comissão de políticas, um plano de aplicação de recursos para o FIA a ser apresentado pelo Gestor; Analisar a aplicação dos recursos captados pelo Fundo.
Quanto a captação de recursos, esta Comissão de Captação de Recursos tem o propósito de levar esclarecimentos e propostas às empresas e a população em geral (pessoas físicas e jurídicas) sobre a necessidade e importância da destinação de porcentagem do Imposto de Renda para entidades sociais.

COMISSÃO DE ARTICULAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Articular a rede de proteção por meio de cadastro atualizado de mailing list, grupos em redes sociais e lista de contatos telefônicos dos principais atores integrantes da rede. Planejar, promover e coordenar os eventos de responsabilidade do CMDCA. Alimentar a rede de proteção com informações alusivas aos direitos da criança de do adolescente por meio de folderes, cartazes, cartilhas entre outros materiais de suporte. Implantar e implementar uma política de comunicação social do Conselho Municipal de Direitos, dos Conselhos Tutelares e de entidades que atuam na promoção e defesa da criança e do adolescente e fomentar o efetivo controle social da mídia. Incentivar e colaborar para implantação, nas diversas mídias, de um maior número de matérias e programas de caráter educativo, para crianças e adolescentes, visando à divulgação das ações dos Conselhos de Direitos, Tutelares e do Estatuto e assegurando o protagonismo juvenil nas produções.

COMISSÃO DISCIPLINAR DE ACOMPANHAMENTO DO CONSELHO TUTELAR

Receber e encaminhar assuntos relativos aos Conselhos Tutelares; Organizar o processo de escolha dos conselheiros tutelares; Mobilizar os programas governamentais e as organizações não governamentais para processo de escolha; Receber e apurar as denúncias movidas em desfavor dos conselheiros tutelares; Receber e providenciar encaminhamentos para os pleitos do Conselho Tutelar; Viabilizar nomeação, férias, licenças, substituições de conselheiros, através do Poder Executivo.

COMITÊ DE PARTICIPAÇÃO DOS ADOLESCENTES
O Comitê de Participação de Adolescentes (CPA) é um órgão colegiado de caráter consultivo e propositivo que garante a voz e o protagonismo dos jovens na formulação, acompanhamento e controle social de políticas públicas voltadas para a infância e a juventude.
As principais atribuições do CPA incluem:
• Apresentar pautas e propostas: Enviar demandas, temas de interesse juvenil e sugestões de campanhas educativas ou de conscientização para serem analisadas pelo conselho correspondente (como o CMDCA — Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente).
• Participar de reuniões e plenárias: Marcar presença em sessões plenárias e assembleias dos conselhos de direitos, exercendo o direito de manifestação e voz.
• Emitir pareceres consultivos: Manifestar opiniões e pontos de vista sobre o planejamento, o monitoramento e a aplicação de recursos em políticas públicas voltadas à proteção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes.
• Organizar proposições da juventude: Sistematizar e levar para o debate oficial as ideias e propostas coletadas em núcleos locais de cidadania (como os NUCAs — Núcleos de Cidadania de Adolescentes) ou ambientes virtuais de participação.
• Representar a juventude: Atuar como porta-voz da faixa etária em conferências, fóruns, caravanas e outros espaços externos de discussão sobre os direitos da infância e adolescência.

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:AE6FEDEE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 236/2026

PORTARIA Nº 236/2026, Doutor Severiano/RN, 10 de setembro de 2026.

Exposição de Motivos

Considerando, as atribuições inerentes ao cargo de Prefeito Municipal, atribuídas pela Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei Orgânica do Município de Doutor Severiano.

Considerando, que dentre essas atribuições está à competência para organizar o serviço público municipal, sendo, pois, consectário da autonomia administrativa disposta no art. 30, I, da Constituição Federal.

Considerando, que compete privativamente ao chefe do Poder Executivo municipal, como gestor e chefe da administração Municipal, dispor quanto ao tempo de serviço público municipal.

Considerando, o Requerimento da Servidora Maria Adêjanes Fernandes Henrique.

Considerando, que o INSS Certificou, após processo administrativo, a existência de Tempo de Contribuição, de efetivo exercício, correspondente a 06 anos e 06 meses.

Considerando, portanto, todo o exposto **A EXCELENTÍSSIMA SENHORA MARIA DE FÁTIMA LEITE GONÇALVES**, PREFEITA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO/RN, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEFERIR, nos termos das conclusões alcançadas pelo INSS, o pedido de Incorporação de Tempo de Serviço de 06 anos e 06 meses, averbados para fins de aposentadoria voluntária ou compulsória, nos termos da Lei de Previdência do Município, da Servidora Maria Adêjanes Fernandes Henrique, com matrícula nº 167.

Parágrafo Único: A presente Incorporação se aplicará para fins de Aposentadoria e Adicional por Tempo de Serviço, conforme preceitua o I, do Art. 117, do Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais.

Art. 2º - A certidão original, expedida pelo INSS, não poderá ser retirada do presente processo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Doutor Severiano/RN, aos 10 dias do mês de setembro de 2026.

MARIA DE FÁTIMA LEITE GONÇALVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:194BAF60

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 261/2026

Portaria nº 261/2026,

Doutor Severiano/RN, 15 de outubro de 2026.

A Prefeita Municipal de Doutor Severiano, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 42 da Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Art.1° - Nomear o **Sr. Francisco Diógenes Júnior**, brasileiro, divorciado, matrícula nº 460, para exercer o cargo de Chefe de Departamento de Lançamento e Arrecadação de Impostos da Secretaria Municipal de Tributação de Doutor Severiano.

Art. 2° – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de outubro de 2026.

Publique-se. Dê-se ciência. Cumpra-se e Arquive-se.

MARIA DE FÁTIMA LEITE GONÇALVES
Prefeita

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:01B7D3FB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 263/2026

Portaria nº 263/2026, Doutor Severiano, 18 de outubro de 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 84 do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora **MARIA MAXIANE DA SILVA BENTO**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 364, lotada na Unidade Hospitalar José Desílio Fernandes, Secretaria Municipal de Saúde, FÉRIAS ANUAIS REMUNERADAS, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 2023, no período compreendido de 18 de outubro a 16 de novembro de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Dê-se ciência. Cumpra-se e Arquive-se.

MARIA DE FÁTIMA LEITE GONÇALVES
Prefeita

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:55A623CD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ADITIVO PREGÃO PRESENCIAL Nº 00018/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de limpeza de fossas, nas residências da zona Urbana e Rural. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00018/2023. ADITAMENTO: Dar continuidade a execução do objeto contratado. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Equador e: CT Nº 1PP18/2023 - Imunizadora Jardim Ltda - CNPJ: 38.146.499/0001-12 - 3º Aditivo - prorroga o prazo por mais 12 meses. ASSINATURA: 19.10.26

Publicado por:
Danuza Raquel da Silva França
Código Identificador:A7BEE86F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 655/2026-GP

Ementa: *Denomina de "Herneri Viana de Morais Silva" (Mano de Zé Luiz) a ponte sobre o Rio Apodi/Mossoró, localizada no Sitio São Gonçalo, neste Município, e dá outras providências.*

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE FELIPE GUERRA,** Estado do Rio Grande do Norte, com supedâneo na Carta Republicana de 1988 e na Lei Orgânica municipal.
FAÇO SABER, que a Câmara de Vereadores, aprovou e Eu sanciono a seguinte **LEI:**

Art. 1° - Fica denominada de **"Herneri Viana de Morais Silva"** (Mano de Zé Luiz) a ponte sobre o Rio Apodi/Mossoró, localizada no Sitio São Gonçalo, no Município de Felipe Guerra-RN.
§ 1º O cognome **"Mano de Zé Luiz"** deve constar entre parênteses, centralizado abaixo do nome próprio.
Art. 2º A fixação da placa alusiva com a denominação oficial fica por conta do Município de Felipe Guerra/RN, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas.
Art. 3º As despesas decorrentes desta lei, ficarão por conta de dotações orçamentarias próprias e suplementadas se necessário.
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Felipe Guerra-RN, 19 de outubro de 2026

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Layze Soares Barra
Código Identificador:EBC3D670

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 656/2026/GAPRE

Ementa: *Denomina de " ANTONIO CARLOS DE MENEZES" (Antônio da Passagem Funda) a ponte sobre o Rio Apodi/Mossoró, localizada no Sitio Passagem funda, neste Município, e dá outras providências.*

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE FELIPE GUERRA,** Estado do Rio Grande do Norte, com supedâneo na Carta Republicana de 1988 e na Lei Orgânica municipal.
FAÇO SABER, que a Câmara de Vereadores, aprovou e Eu sanciono a seguinte **LEI:**

Art. 1° - Fica denominada de **" *ANTONIO CARLOS DE MENEZES* "** (***Antônio da Passagem Funda***) a ponte sobre o Rio Apodi/Mossoró, localizada no Sitio Passagem Funda, no Município de Felipe Guerra-RN.
§ 1º O cognome **"*Antônio da Passagem Funda*"** deve constar entre parênteses, centralizado abaixo do nome próprio.
Art. 2º A fixação da placa alusiva com a denominação oficial fica por conta do Município de Felipe Guerra/RN, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas.
Art. 3º As despesas decorrentes desta lei, ficarão por conta de dotações orçamentarias próprias e suplementadas se necessário.
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Felipe Guerra-RN, 19 de outubro de 2026

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Layze Soares Barra
Código Identificador:2848EE21

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO N°0177/2026

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FELIPE GUERRA. CNPJ: 12.452.550/0001-20: Contratado: **PAULO HERÔNCIO GUIMARÃES**– CPF:663.575.434-20. Objeto: Prestação de serviços como Condutor de Veículo de Emergência de 40(quarenta) horas semanais, através da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Felipe Guerra – RN. VALOR GLOBAL: R$ 6.159,00 (seis mil, cento cinquenta nove reais), mais insalubridade, LEGALIDADE: Lei Complementar 637/2026 do Município de Felipe Guerra e Lei Federal nº 8.745/1993, e suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas, DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do objeto desta licitação serão custeadas pela Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 13.001 – Fundo Municipal de Saúde PROGRAMA: 10.241.0071.2.079 – Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde - Aplicações Diretas 3.1.90.04-Contratação por tempo determinado Fonte: 16000000; Vigência: O presente contrato vigorará até 31/12/2026. Data da assinatura 01/10/2026, independente de notificação ou aviso judicial/extrajudicial. LOCAL E DATA: Felipe Guerra - RN, 1° de Outubro de 2026.

JACKELINE GURGEL CAMARA
Representante do FMS.

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:6651BDF6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO N°0178/2026

PROCESSO Nº 01100178/26

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FELIPE GUERRA. CNPJ: 12.452.550/0001-20: Contratado: **FABIANO CARLOS DE SOUZA BANDEIRA**, CPF: 008.020.244-67. Objeto: Prestação de serviços como Condutor de Veículo de Emergência de 40(quarenta) horas semanais, através da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Felipe Guerra – RN. VALOR GLOBAL: R$ 6.159,00 (seis mil, cento cinquenta nove reais), mais insalubridade, LEGALIDADE: Lei Complementar 637/2026 do Município de Felipe Guerra e Lei Federal nº 8.745/1993, e suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas, DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do objeto desta licitação serão custeadas pela Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 13.001 – Fundo Municipal de Saúde PROGRAMA: 10.241.0071.2.079 – Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde - Aplicações Diretas 3.1.90.04-Contratação por tempo determinado Fonte: 16000000; Vigência: O presente contrato vigorará até 31/12/2026. Data da assinatura 01/10/2026, independente de notificação ou aviso judicial/extrajudicial. LOCAL E DATA: Felipe Guerra - RN, 1° de Outubro de 2026.

JACKELINE GURGEL CAMARA
Representante do FMS.

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:87CEA497

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 051/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1013197/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 051/2026. **CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de FELIPE GUERRA/RN - CNPJ: 08.349.086/0001-74. **CONTRATADA:** 28.698.335 JULIANA ANGELICA CAVALCANTI DE MORAES – CNPJ: 28.698.335/0001-44. **OBJETO:** Contratação de empresa detentora de representação artística exclusiva da **Banda Doutor Zé,** para a realização de apresentação musical ao vivo, no dia **30 de outubro de 2026,** durante a programação do evento **II Caverna Moto Fest,** mediante atendimento às condições, especificações, obrigações e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência e no instrumento contratual. Dotação Orçamentária: **08 - Secretaria Municipal de Turismo e Eventos.** Programa: 0063 - GESTÃO ADMINISTRATIVA E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO – **AÇÃO:** 2035 Realização de Eventos Histórico e Culturais -

Classificação Econômica: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DETERCEIROS - PESSOA JURÍDICA. **Fonte de Recursos:** 17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021; Valor contratual de R$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais). Termo de Ratificação: 19/10/2026. Felipe Guerra-RN, 19 de outubro de 2026.

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA –
Prefeito.

Publicado por:
Iara Rodrigues Leite
Código Identificador:B927DAB7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE DURAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0162/2026

PROCESSO Nº. 15070162-26. Partes: **Contratante:** Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN. CNPJ: 08.349.086.0001-74- **Contratado: GDEILSON ARAÚJO DA ROCHA** , CPF N° 109.732.514-84, Objeto: primeiro Termo Aditivo de duração de contrato de pessoa na função de Auxiliar de Serviços Diversos (ASD), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas de Felipe Guerra – RN. Vigência: **31/12/2026.** LEGALIDADE: Fundamentação Legal: nos termos do art. 37, inciso IX, da Lei Federal nº 8.745/93 e Lei Complementar 646/2026 do Município de Felipe Guerra. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do objeto desta contratação serão custeadas pela Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 03 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas – PROGRAMA: 04.122.0008.2.026– Manutenção da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas - 3.1.90.04-Contratação por tempo determinado Fonte: 15000000; Local/data: Felipe Guerra RN, 16 de Outubro de 2026.

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:3EDFF2EB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE DURAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0163/2026

PROCESSO Nº. 15070163-26. Partes: **Contratante:** Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN. CNPJ: 08.349.086.0001-74- **Contratado: CASSIANO MARTINS DE MORAIS**, CPF. Nº 138.950.754-85, Objeto: primeiro Termo Aditivo de duração de contrato de pessoa na função de Auxiliar de Serviços Diversos (ASD), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas de Felipe Guerra – RN. Vigência: **31/12/2026.** LEGALIDADE: Fundamentação Legal: nos termos do art. 37, inciso IX, da Lei Federal nº 8.745/93 e Lei Complementar 646/2026 do Município de Felipe Guerra. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do objeto desta contratação serão custeadas pela Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 03 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas – PROGRAMA: 04.122.0008.2.026– Manutenção da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas - 3.1.90.04-Contratação por tempo determinado Fonte: 15000000; Local/data: Felipe Guerra RN, 16 de Outubro de 2026.

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:4D8631C3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE DURAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0164/2026

PROCESSO Nº. 15070164-26. Partes: **Contratante:** Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN. CNPJ: 08.349.086.0001-74- **Contratado: EDNALDO MARQUES DA SILVA**, CPF. Nº 713.510.064-60, Objeto: primeiro Termo Aditivo de duração de contrato de pessoa na função de Auxiliar de Serviços Diversos (ASD), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas de Felipe Guerra – RN. Vigência: **31/12/2026.** LEGALIDADE: Fundamentação Legal: nos termos do art. 37, inciso IX, da Lei Federal nº 8.745/93 e Lei Complementar 646/2026 do Município de Felipe Guerra. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do objeto desta contratação serão custeadas pela Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 03 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas – PROGRAMA: 04.122.0008.2.026– Manutenção da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas - 3.1.90.04-Contratação por tempo determinado Fonte: 1500000; Local/data: Felipe Guerra RN, 16 de Outubro de 2026.

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:C5CBA341

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE DURAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0165/2026

PROCESSO Nº. 20070165-26. Partes: **Contratante:** Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN. CNPJ: 08.349.086.0001-74- **Contratado: HALLISSON VALDEIR DO ROSÁRIO**, portador do CPF. Nº 700.366.304-03, Objeto: primeiro Termo Aditivo de duração de contrato de pessoa na função de Auxiliar de Serviços Diversos (ASD), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas de Felipe Guerra – RN. Vigência: **31/12/2026.** LEGALIDADE: Fundamentação Legal: nos termos do art. 37, inciso IX, da Lei Federal nº 8.745/93 e Lei Complementar 646/2026 do Município de Felipe Guerra. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do objeto desta contratação serão custeadas pela Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 03 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas – PROGRAMA: 04.122.0008.2.026– Manutenção da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas - 3.1.90.04-Contratação por tempo determinado Fonte: 15000000; Local/data: Felipe Guerra RN, 21 de Outubro de 2026.

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:DDCCC136

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE DURAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0166/2026

PROCESSO Nº. 20070166-26. Partes: **Contratante:** Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN. CNPJ: 08.349.086.0001-74- **Contratado: ALCIMAR LEITE DE SOUZA**, CPF. Nº 913.473434-15, Objeto: primeiro Termo Aditivo de duração de contrato de pessoa na função de Auxiliar de Serviços Diversos (ASD), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas de Felipe Guerra – RN. Vigência: **31/12/2026.** LEGALIDADE: Fundamentação Legal: nos termos do art. 37, inciso IX, da Lei Federal nº 8.745/93 e Lei Complementar 646/2026 do Município de Felipe Guerra. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do objeto desta contratação serão custeadas pela Dotação

Orçamentária: Unidade Orçamentária: 03 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas – PROGRAMA: 04.122.0008.2.026– Manutenção da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas - 3.1.90.04-Contratação por tempo determinado Fonte: 15000000; Local/data: Felipe Guerra RN, 21 de Outubro de 2026.

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:408227E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE DURAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0167/2026

PROCESSO Nº. 20070167-26. Partes: **Contratante:** Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN. CNPJ: 08.349.086.0001-74- **Contratado: RAFAEL FELIPE DA SILVA**, CPF N° 707.205.294-85, Objeto: primeiro Termo Aditivo de duração de contrato de pessoa na função de Auxiliar de Serviços Diversos (ASD), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas de Felipe Guerra – RN. Vigência: **31/12/2026.** LEGALIDADE: Fundamentação Legal: nos termos do art. 37, inciso IX, da Lei Federal nº 8.745/93 e Lei Complementar 646/2026 do Município de Felipe Guerra. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do objeto desta contratação serão custeadas pela Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 03 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas – PROGRAMA: 04.122.0008.2.026– Manutenção da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas - 3.1.90.04-Contratação por tempo determinado Fonte: 15000000; Local/data: Felipe Guerra RN, 21 de Outubro de 2026.

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:8F4633B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE DURAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0168/2026

PROCESSO Nº. 22070168-26. Partes: **Contratante:** Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN. CNPJ: 08.349.086.0001-74- **Contratado: FRANCISCO DAS CHAGAS DA SILVA FILHO, portador do CPF. Nº 067.255.314-74**, Objeto: primeiro Termo Aditivo de duração de contrato de pessoa na função de Auxiliar de Serviços Diversos (ASD), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas de Felipe Guerra – RN. Vigência: **31/12/2026.** LEGALIDADE: Fundamentação Legal: nos termos do art. 37, inciso IX, da Lei Federal nº 8.745/93 e Lei Complementar 646/2026 do Município de Felipe Guerra. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do objeto desta contratação serão custeadas pela Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 03 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas – PROGRAMA: 04.122.0008.2.026– Manutenção da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas - 3.1.90.04-Contratação por tempo determinado Fonte: 1500000; Local/data: Felipe Guerra RN, 23 de Outubro de 2026.

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:D021BD26

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE DURAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0169/2026

PROCESSO Nº. 22070169-26. Partes: **Contratante:** Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN. CNPJ: 08.349.086.0001-74- **Contratado: ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA SOBRINHO**, portador do CPF. Nº 876.150.457-20, Objeto: primeiro Termo Aditivo de duração de contrato de pessoa na função de Auxiliar de Serviços Diversos (ASD), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas de Felipe Guerra – RN. Vigência: **31/12/2026.** LEGALIDADE: Fundamentação Legal: nos termos do art. 37, inciso IX, da Lei Federal nº 8.745/93 e Lei Complementar 646/2026 do Município de Felipe Guerra. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do objeto desta contratação serão custeadas pela Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 03 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas – PROGRAMA: 04.122.0008.2.026– Manutenção da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas - 3.1.90.04-Contratação por tempo determinado Fonte: 1500000; Local/data: Felipe Guerra RN, 23 de Outubro de 2026.

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:3F2B4D20

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE DURAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0170/2026

PROCESSO Nº. 15070170-26. Partes: **Contratante:** Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN. CNPJ: 08.349.086.0001-74- **Contratado: FABRÍCIO MARTINS DE OLIVEIRA**, CPF N° 114.580.964-24, Objeto: primeiro Termo Aditivo de duração de contrato de pessoa na função de Auxiliar de Serviços Diversos (ASD), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas de Felipe Guerra – RN. Vigência: **31/12/2026.** LEGALIDADE: Fundamentação Legal: nos termos do art. 37, inciso IX, da Lei Federal nº 8.745/93 e Lei Complementar 646/2026 do Município de Felipe Guerra. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do objeto desta contratação serão custeadas pela Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 03 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas – PROGRAMA: 04.122.0008.2.026– Manutenção da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas - 3.1.90.04-Contratação por tempo determinado Fonte: 1500000; Local/data: Felipe Guerra RN, 16 de Outubro de 2026.

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:F4A98276

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE DURAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0171/2026

PROCESSO Nº. 10080171-26. Partes: **Contratante:** Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN. CNPJ: 08.349.086.0001-74- **Contratado: ADAELSON DE OLIVEIRA TAVARES**, CPF. Nº 702.793.884-70, Objeto: primeiro Termo Aditivo de duração de contrato de pessoa na função de Auxiliar de Serviços Diversos (ASD), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas de Felipe Guerra – RN. Vigência: **31/12/2026.** LEGALIDADE: Fundamentação Legal: nos termos do art. 37, inciso IX, da Lei Federal nº 8.745/93 e Lei Complementar 646/2026 do Município de Felipe Guerra. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do objeto desta contratação serão custeadas pela Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 03 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas – PROGRAMA: 04.122.0008.2.026– Manutenção da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas - 3.1.90.04-Contratação

por tempo determinado Fonte: 1500000; Local/data: Felipe Guerra RN, 11 de Outubro de 2026.

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:43FBD497

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 77/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 77/2025
PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DE CONTRATOS DE SERVIÇOS CONTÍNUOS
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

Processo Nº 31070001/2024.
Pregão Eletrônico Nº 25/2024

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 77/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FELIPE GUERRA-RN, POR INTERMÉDIO DA PRFEITURA MUNICIPAL E A EMPRESA R DE F CARVALHO COMERCIO E SERVICO.

O MUNICÍPIO DE FELIPE GUERRA/RN, pessoa jurídica de direito público interno, órgão da Administração Direta, por intermédio do **PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA**, com sede na **Rua João Batista Gurgel, 97, Centro**, **Felipe Guerra - Estado do Rio Grande do Norte**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **08.349.086/0001-74**, neste ato representado pelo **PREFEITO**, o senhor **SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA**, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **R DE F CARVALHO COMERCIO E SERVICO**, *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **45.141.021/0001-65,** sediado(a) na* **R FRANCISCO JOAQUIM DE SALES, 0 -, SAO SEBASTIAO, Apodi/RN CEP:59700-000**, doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por* **RAFAELA DE FREITAS CARVALHO** (**ADMINISTRADOR**), *conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº **31070001/2024** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo de prorrogação do prazo de vigência contratual**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº **77/2025** a partir de **09/10/2026 até 09/10/2027**, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO
2.1. O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela execução do objeto deste Contrato o valor global de R$ **420.927,09** ***(quatrocentos e vinte mil, novecentos e vinte e sete reais e nove centavos)***, conforme descrito no Contrato nº **77/2025**

2.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente prestados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
3.1. As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão Orçamentário	17 - Fun. Mun. dos Direi. da Crian. e Adolescente
Unidade Orçamentária	17 - Fun. Mun. dos Direito da Criança e Adolescente - Fun. Mun. dos Direitos da Criança e Adolescente.
Programa	0021 – Apoio ao fundo municipal das crianças e dos adolecentes.
Ação	2074 Manutenção do fundo Municipal dos Direitos da criança e do adolecente.
Elemento de despesa	3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO
Fonte	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais. 16690000 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social

Órgão Orçamentário	13 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária	1301 – Fundo Municipal de Saúde
Programa	0009 – Apoio administrativo as atividades inerentes a Saúde do Municipio.
Ação	2049 Manutenção da secretaria municipal de saúde
Elemento de despesa	3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO
Fonte	17040000- Transferencia da união referentes a compensações financeiras pela exploração de recursos naturais. 16000000- Transferencia fundo a fundo de recursos do sus provenientes do Governo Federal. 15000000- Recursos não vinculados de impostos. 15010002- Recursos não vinculados de impostos – despesas com ações e serviços públicos de saúde.

Órgão Orçamentário	12- Sec. Munic. De Educação
Unidade Orçamentária	05.001- Secretaria municipal de Educação
Programa	0007- Apoio as atividades inerentes a educação
Ação	2017 aquisição de merenda escolar.
Elemento de despesa	3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO
Fonte	17040000- Transferencia da união referentes a compensações financeiras pela exploração de recursos naturais. 15000000- Recursos não vinculados de impostos. 15001000- 15520000- Transferencia dos recursos do FNDE referentes ao programa nacional de alimentação escolar. (PNAE)

Órgão Orçamentário	14- Assistência social
Unidade Orçamentária	14.001- Fundo Municipal de Assistência social
Programa	0010- Apoio Administração as atividades do sistema único de assistência social- SUAS
Ação	2058- Gestão Administrativa do fundo de Assistencia social
Elemento de despesa	3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO
Fonte	17040000- Transferencia da união referentes a compensações financeiras pela exploração de recursos naturais. 15000000- Recursos não vinculados de impostos.

3.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – PUBLICAÇÃO

5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

Felipe Guerra/RN, 09 de outubro de 2026.

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Representante Legal Do Contratante

RAFAELA DE FREITAS CARVALHO
Representante Legal Do Contratado

Publicado por:
Iara Rodrigues Leite
Código Identificador:F7E46228

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTUOSO GOMES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026R

A Prefeitura Municipal de Frutuoso Gomes, por intermédio de seu Agente de Contratação, torna público, nos termos da Lei n° 14.133, de 1 de abril de 2021, fará realizar Procedimento Licitatório- Sistema de Registro de Preços -Modalidade: Pregão -Tipo: Menor preço - Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais e insumos médico-hospitalares, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Frutuoso Gomes/RN -Sessão Pública e Início da Abertura da sessão: 09:00 do dia 05/11/2026, Local: http://www.bbmnetlicitacoes.com.br. O Edital e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados nesse mesmo local.

FRUTUOSO GOMES/RN, 19/10/2026

MARCOS PAULO MEDEIROS CARLOS DE AMORIM
Agente de Contratação

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:3E5C56B5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GALINHOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 161006-2026 - VITAL MEDIC

PREFEITURA MUNICIPAL DE GALINHOS /RN
SETOR DE LICITAÇÃO
PC 3 PODERES, S/N, CENTRO ADMINISTRATIVO, GALINHOS/RN
CEP: 59596000 CNPJ: 08.110.991/0001-77
E-mail: comissaolicitacao@galinhos.rn.gov.br
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 161006/2026
Processo nº 30155208/2026 – PMG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026 – PE – SRP
Aos 16 (dezesseis) dias do mês de outubro de 2026, o Município de GALINHOS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.110.991/0001-77, com sede na Praça 3 Poderes, 171, Centro, GALINHOS/RN, CEP nº 59.596-000, neste ato representado por seu PREFEITO o senhor Hudson Matias Cavalcante, inscrita no CPF nº ***.360.***-13, neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa VITAL MEDIC REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, inscrito no CNPJ: 39.256.226/0001-93, nos termos da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal 032/2023 e demais normas aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 019/2026, RESOLVE registrar os preços para fornecimento de material e equipamentos para saúde , tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIARIO E MATERIAL DE INFORMÁTICA PARA SAÚDE DE GALINHOS/RN
EMPRESA: VITAL MEDIC REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
CNPJ: 39.256.226/0001-93
ENDEREÇO: RUA JOAO FRANCISCO VASQUES, 423 - CENTRO- CLEMENTINA/SP, CEP: 16.250-000
REPRESENTANTE: GEOVANA FERREIRA ZANARDELLI CPF 467.264.098-18
CONTATO: (18) 3659-1642 E MAIL: vendas1vitalmedic@outlook.com

Código	Produto	Modelo	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0008	CARRO MACA AVANÇADO: ESPECIFICAÇÕES: MACA DE TRANSPORTE COM ELEVAÇÃO, MACA HIDRÁULICA; MACA, COM RODÍZIOS, QUE APRESENTA RECURSOS AVANÇADOS, UTILIZADA PARA TRANSPORTAR E ACOMODAR O PACIENTE; ESTRUTURA | LEITO | ELEVAÇÃO: AÇO | TERMOPLÁSTICO OU SIMILAR | HIDRÁULICA	MD070B	1 UN	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
Total					R$ 10.000,00

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de Galinhos/RN a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.
Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.
CLÁUSULA TERCEIRA - DA VEDAÇÃO À UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1.Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao contratante, desde que devidamente comprovada à vantagem.
CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO
Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.
Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.
Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.
Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.
Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.
Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:
42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365
A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.
CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
1.não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1.advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N°019/2026 e a proposta da empresa registrada.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 032/2023, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Macau/RN, com exclusão de qualquer outro.

Galinhos/RN, 16 de outubro de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
Município De Galinhos/RN
C.N.P.J. Nº 08.110.991/0001-77
HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito

(Assinado Eletronicamente)
Vital Medic Representações Comerciais LTDA
C.N.P.J. Nº 39.256.226/0001-93
GEOVANA FERREIRA ZANARDELLI
Representante Legal

Publicado por:
Gildazio de Oliveira Vidal
Código Identificador:3C65B904

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE SUSPENSÃO - CONCORRÊNCIA 002/2026

MUNICÍPIO DE GALINHOS/RN
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 31784795/2026.
AVISO DE SUSPENSÃO

O Município de Galinhos/RN por meio de seu Prefeito torna público para conhecimento a suspensão da Concorrência Eletrônica n° 002/2026, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA COLETA, TRANSBORDO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE GALINHOS/RN. Em cumprimento a decisão judicial 0801904-93.2026.8.20.5105, fica suspenso o procedimento supracitado, bem como o contrato 030601/2026 datado em 03 de junho de 2026. Determino a suspensão até a resolução do mérito.

Publique-se
Cumpra-se

Galinhos/RN, em 19 de outubro de 2026.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito

Publicado por:
Gildazio de Oliveira Vidal
Código Identificador:D0FBFA25

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 523/2026 – GP

Nomeia os membros do Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização – CEMA do Município Galinhos/RN.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GALINHOS/RN**, no uso de suas atribuições legais, e atendendo o que dispõe o Decreto Municipal nº 050/2026 de 15 de outubro de 2026.

RESOLVE:
Art. 1º Nomear os membros do Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização – CEMA do Município Galinhos/RN, conforme prevê o Decreto Municipal nº 050/2026 de 15 de outubro de 2026.
Art. 2º Ficam nomeados para compor o Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização – CEMA do Município Galinhos/RN:

I – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação
Representante: Natalia Ferreira Gomes
II – 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação;
Representante: Rosalina da Silva Pereira Rodrigues
III – 1 (um) representante dos gestores escolares;
Representante: Maria da Conceição Soares de Oliveira
IV – 1 (um) representante dos professores da pré-escola;
Representante: Josélia Lima Caetano
V – 1 (um) representante dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
Representante: Maria Rosilene Fonseca de Melo Brito
VI – 1 (um) representante dos pais ou responsáveis, indicado pelos Conselhos Escolares;
Representante: Maria Erivânia de Oliveira Menezes Santos
VII – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social ou da Secretaria Municipal de Saúde.
Representante: Andreyv Rodrigues da Silva

Art. 3º O mandato dos membros do CEMA será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, conforme o art. 10, inciso II, do Decreto Municipal nº 050/2026, de 15 de outubro de 2026.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 19 de outubro de 2026.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diogo Siqueira Tavares
Código Identificador:49C8A625

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 524/2026 – GP

Nomeia os membros do Núcleo Municipal de Alfabetização e Pesquisa – NMAP do Município Galinhos/RN.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GALINHOS/RN**, no uso de suas atribuições legais, e atendendo o que dispõe o Decreto Municipal nº 050/2026 de 15 de outubro de 2026.

RESOLVE:
Art. 1º Nomear os membros do Núcleo Municipal de Alfabetização e Pesquisa – NMAP do Município Galinhos/RN, conforme prevê o Decreto Municipal nº 050/2026 de 15 de outubro de 2026.

Art. 2º Ficam nomeados para compor o Núcleo Municipal de Alfabetização e Pesquisa – NMAP do Município Galinhos/RN:

I – 1 (um) Coordenador(a) Geral: **Representante: Roberto Bezerra Júnior**
II – 1 (um) representante da equipe técnico-pedagógica da Secretaria Municipal de Educação: **Representante: José Alisson Vital da Silva**
III – 1 (um) coordenador(a) pedagógico (a) ou gestor (a) de cada unidade escolar que atenda Educação Infantil ou anos iniciais do Ensino Fundamental;
Representantes:
Francilda da Cruz de Almeida Santos (Coordenadora Pedagógica – Escola Municipal José Afonso Tinôco)
Francisca Eleonora Lopes Barros (Coordenadora Pedagógica – Escola Municipal Lírio do Vale)
Elizangela Avelino da Silva (Coordenadora Pedagógica – Escola Municipal Professor Freitas)
Lidiane Karine Souza da Silva (Coordenadora Pedagógica – Jardim Escola Rosa do Vale)
IV – 1 (um) professor(a) de turma de pré-escola: **Representante: Josélia Lima Caetano**
V – 1 (um) professor(a) alfabetizador(a) dos anos iniciais do Ensino Fundamental: **Representante: Luana Mônica Fernandes Silva**
VI – 1 (um) profissional da Educação Especial ou do Atendimento Educacional Especializado: **Representante: Jeferson Freire Peixoto**

Art. 3º O mandato dos membros do Núcleo Municipal de Alfabetização e Pesquisa – NMAP será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, conforme o art. 5, inciso I, do Decreto Municipal nº 050/2026, de 15 de outubro de 2026.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 19 de outubro de 2026.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diogo Siqueira Tavares
Código Identificador:0176F765

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GOIANINHA-IPREVGOIANINHA
EXTRATO DO 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 20210010

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

Republica-se, por incorreção na numeração do termo aditivo e nos valores contratuais, o extrato publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte em 05/10/2026, edição nº 3891, Código Identificador: 157E8E05.

CONTRATANTE: Instituto de Previdência Social do Município de Goianinha/RN.
CNPJ: 19.649.853/0001-87.
CONTRATADA: AMARILDO E ROCHA CONTABILIDADE LTDA.
CNPJ: 10.552.820/0001-40.
OBJETO: Prorrogação excepcional da vigência do Contrato nº 20210010, referente à prestação de serviços especializados de consultoria nas áreas técnico-contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, para atender às necessidades do Instituto de Previdência Social do Município de Goianinha/RN.
VALOR: R$ 8.109,77 (oito mil, cento e nove reais e setenta e sete centavos) mensais, totalizando R$ 48.658,62 (quarenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e sessenta e dois centavos) para o período de seis meses.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Exercícios 2026/2027; Unidade Orçamentária: 19.007; Ação: 2111, Despesas Administrativas; Natureza da Despesa: 3.3.90.39, Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; Subelemento: 005, Serviços Técnicos Profissionais.
VIGÊNCIA: 02 de outubro de 2026 a 02 de abril de 2027.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 57, inciso II, §§ 2º e 4º, da Lei Federal nº 8.666/1993.
RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais não modificadas pelo presente termo aditivo.
Goianinha/RN, 01 de outubro de 2026.

Pela Contratante:
FÁBIO JOSÉ DE VASCONCELOS UCHÔA.

Pela Contratada:
AMARILDO CAVALCANTE MOREIRA.

Publicado por:
Fabio Jose de Vasconcelos Uchoa
Código Identificador:6A59ACBC

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
DECRETO MUNICIPAL Nº 1.844/2026

Regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública do Município de Goianinha/RN.

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE GOIANINHA**, Estado do Rio Grande do Norte, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 48, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, estabelece normas gerais de licitação e contratação aplicáveis às Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
CONSIDERANDO a necessidade contínua de aquisição de bens e de contratação de serviços indispensáveis ao regular funcionamento dos órgãos e das entidades que integram a Administração Pública Municipal;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar que os procedimentos de contratação pública sejam conduzidos em conformidade com o ordenamento jurídico e com os princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade, planejamento e interesse público;
CONSIDERANDO o dever da Administração Municipal de promover a adequada gestão dos recursos públicos, mediante a adoção de procedimentos que garantam transparência, economicidade, eficiência e segurança jurídica nas contratações;
DECRETA:
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º - Este Decreto regulamenta as normas gerais de licitação e contratação estabelecidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Administração Pública do Município de Goianinha, Estado do Rio Grande do Norte.
CAPÍTULO II
DOS INSTRUMENTOS DE GOVERNANÇA NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
Art. 2º - Este Título regulamenta o parágrafo único do art. 11 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para dispor sobre os instrumentos de governança nas contratações públicas.
Art. 3º - A implementação de instrumentos de governança nas contratações públicas será realizada pela autoridade máxima dos órgãos e entidades da Administração Pública municipal.
Art. 4º - Para os efeitos do disposto neste Decreto, considera-se:
I - autoridade máxima:
a) os Secretários Municipais ou autoridades administrativas a eles equiparadas;
II - governança das contratações públicas: conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão das contratações públicas, visando a contribuir para o alcance de seus objetivos; e
III - projeto da contratação pública: rito integrado pelas fases de planejamento da contratação, seleção do fornecedor e gestão do contrato, servindo como padrão para que os processos específicos de contratação sejam realizados.
Art. 5º - São diretrizes da governança nas contratações públicas:
I - promoção do desenvolvimento sustentável;
II - promoção do tratamento diferenciado e simplificado à microempresa e à empresa de pequeno porte e equiparados;
III - promoção de ambiente negocial íntegro e confiável;
IV - alinhamento das contratações públicas aos planejamentos estratégicos dos órgãos e entidades, bem como às leis orçamentárias;
V - fomento à competitividade nos certames, diminuindo a barreira de entrada a fornecedores em potencial;
VI - aprimoramento da interação com o mercado fornecedor, como forma de se promover a inovação e de se prospectarem soluções que maximizem a efetividade da contratação;
VII - desburocratização, incentivo à participação social, uso de linguagem simples e de tecnologia;
VIII - transparência processual; e
IX - padronização e centralização de procedimentos, sempre que pertinentes.
Art. 6º - São instrumentos de governança nas contratações públicas, dentre outros:
I - Plano de Contratações Anual;
II - política de interação com o mercado fornecedor e com associações empresariais;
III - gestão de riscos e controle preventivo;
IV - diretrizes para a gestão dos contratos; e
V - definição de estrutura da área de contratações públicas.
Parágrafo único. Os instrumentos de que trata este artigo devem estar compatibilizados entre si para atender aos objetivos de governança.
CAPÍTULO III
DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA)
Art. 7º - O Município poderá elaborar Plano de Contratações Anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.
Parágrafo único. Na elaboração do Plano de Contratações Anual do Município, observar-se-á como parâmetro normativo, no que couber, o disposto na Instrução Normativa atualizada, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.
CAPÍTULO IV
DA POLÍTICA DE INTERAÇÃO COM O MERCADO FORNECEDOR
E COM ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS
Art. 8º - Compete a Administração Pública Municipal, quanto à interação com o mercado fornecedor e com associações empresariais:
I - promover o regular e transparente diálogo quando da confecção dos estudos técnicos preliminares, de forma a se obterem insumos para a otimização das especificações dos objetos a serem contratados, dos parâmetros de mercado para melhor técnica e custo das contratações, e das obrigações da futura contratada, nos termos do § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
II - observar a devida transparência acerca dos eventos a serem conduzidos na fase da seleção do fornecedor, respeitados os princípios da isonomia e da publicidade;
III - padronizar os procedimentos para a fiscalização contratual, respeitando-se os princípios do devido processo legal e do

contraditório quando da apuração de descumprimentos junto a fornecedores;
IV - estabelecer exigências sempre proporcionais ao objeto a ser contratado, para assegurar que as oportunidades sejam projetadas de modo a incentivar a ampla participação de concorrentes potenciais, incluindo novos entrantes e pequenas e médias empresas; e
V - praticar tratamento diferenciado e favorecido às microempresas (ME), às empresas de pequeno porte (EPP), aos microempreendedores individuais (MEI) e equiparados, na forma estabelecida pela Lei Federal.

CAPÍTULO V
DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Art. 9º - Em âmbito municipal, a obrigação de elaborar Estudo Técnico Preliminar aplica-se à aquisição de bens e à contratação de serviços e obras, inclusive locação e contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 10 deste Decreto.

Art. 10 - Em âmbito municipal, a elaboração do Estudo Técnico Preliminar será opcional nos seguintes casos:
I - contratação de obras, serviços, compras e locações, cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, independentemente da forma de contratação;
II - dispensas de licitação previstas nos incisos VII, VIII, do art. 75, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
III - contratação de remanescente nos termos dos §§ 2º a 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; e
IV - quaisquer alterações contratuais realizadas por meio de Termo Aditivo ou Apostilamento, inclusive acréscimos quantitativos e prorrogações contratuais relativas a serviços contínuos.

CAPÍTULO VI
DO CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DE COMPRAS

Art. 11 - O processo de padronização promoverá a adequada identificação do bem, serviço e obra, e observará às especificações técnicas comumente utilizadas e disponíveis no mercado, e seguirá as seguintes etapas sucessivas:
I - emissão de parecer técnico sobre o objeto, com as especificações técnicas e estéticas, desempenho, análise de contratações anteriores, custo e condições de manutenção e garantia, se couber;
II - despacho motivado da autoridade superior, com a decisão sobre a adoção do padrão;
III - publicação, no sítio oficial do resultado do processo de padronização, observado os requisitos estabelecidos no inciso III do art. 43 da Lei Federal nº 14.133, de 2021; e
IV - publicação no PNCP do objeto padronizado.
§ 1º - O parecer técnico de que trata o inciso I do caput deverá ser elaborado pelo Setor Demandante ou pelo Setor de Compras, conforme o caso, preferencialmente através de servidores efetivos ou empregados públicos do quadro permanente, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los.
§ 2º - No caso de projeto de obra ou de serviço de engenharia, o parecer técnico é de competência privativa das profissões de engenheiro ou de arquiteto, conforme o caso.
§ 3º - É permitida a padronização com base em processo de outro órgão ou entidade de nível federativo igual ou superior ao do órgão adquirente, devendo o ato que decidir pela adesão a outra padronização ser devidamente motivado, com indicação da necessidade da Administração e dos riscos decorrentes dessa decisão, e divulgado em sítio eletrônico oficial.

Art. 12 - O Catálogo Eletrônico de Padronização - CEP deverá conter os seguintes documentos:
I - especificações padronizadas de bens, serviços ou obras;
II - descrição de requisitos de habilitação de licitantes, conforme o objeto da licitação;
III - modelos padronizados de:
a) instrumentos convocatórios;
b) estudo técnico preliminar;
c) termos de referência, projeto básico e executivo;
d) minutas de editais;
e) minutas de contratos;
f) listas de verificação ou cartilhas; e
g) instruções de trabalho.

Art. 13 - O CEP será estruturado nos seguintes grupos:
I - catálogo de compras, para bens móveis em geral;
II - catálogo de serviços, para serviços em geral; e
III - catálogo de obras e de serviços de engenharia, para projetos em geral ou serviços comuns de engenharia, de menores complexidades técnicas e operacionais.

Art. 14 - A especificação dos bens, serviços e obras deverá:
I - assegurar a adequada identificação do bem, serviço e obra, de forma a subsidiar as demais atividades da aquisição; e
II - corresponder às especificações técnicas comumente utilizadas, fornecedores de bens ou prestadores de serviço disponíveis.

Art. 15 - A escolha do padrão deverá considerar as especificações técnicas, características estéticas, desempenho, custo e benefício, durabilidade, condições de manutenção, garantia, compatibilidade com equipamentos já adquiridos pela Administração Pública Municipal, entre outros critérios de uniformização, eficiência e vantajosidade.
Parágrafo único. A escolha deverá atender ao princípio do julgamento objetivo, com pontuação a quesitos e funções que sejam estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.

Art. 16 - Os itens constantes no CEP estarão divididos hierarquicamente em família e subfamília, com padrões descritivos de materiais e itens, sendo que este último é o produto final da catalogação e possui a descrição completa do item podendo ser acompanhada de um código.

Art. 17 - O órgão catalogador poderá revisar item já padronizado nas seguintes situações:
I - de ofício, sempre que entender conveniente e oportuna a revisão; e
II - a requerimento dos órgãos ou entidades interessados, desde que acompanhado de justificativa devidamente fundamentada, que será submetida à análise de viabilidade pela comissão de padronização.

Art. 18 - Serão adquiridos, preferencialmente, os objetos padronizados e descritos no CEP.

Art. 19 - O CEP será utilizado em licitações cujo critério de julgamento seja o de menor preço ou o de maior desconto e conterá toda a documentação e os procedimentos próprios da fase interna de licitações ou para contratações diretas, assim como as especificações dos respectivos objetos.
Parágrafo único. A não utilização dos itens do CEP é situação excepcional e deverá ser justificada no respectivo processo de contratação.

Art. 20 - No emprego das minutas que compõem o CEP, apenas os campos informacionais indispensáveis à precisa caracterização da contratação poderão ser editados ou complementados, vedada a alteração da especificação do objeto.

Art. 21 - O processo de padronização poderá resultar, excepcionalmente, na indicação de uma ou mais marcas, desde que seja formalmente justificado, nas hipóteses em que as aquisições de bens ou contratações de serviços poderão ser realizadas por exclusão do processo licitatório.

Art. 22 - Os itens que não constarem no CEP deverão estar técnica e pormenorizadamente especificados no Termo de Referência.

Art. 23 - Em se tratando de material assemelhado ou com pequenas alterações em item já padronizado, a catalogação ficará condicionada à demonstração da existência do novo item no mercado ou à comprovação de que o item catalogado não atende à finalidade ou aplicação pretendidas pelo solicitante.
§ 1º - Enquanto não for elaborado o catálogo eletrônico a que se refere o caput, será adotado, nos termos do art. 19, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, os Catálogos CATMAT e CATSER, do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, do Governo Federal, ou o que vier a substituí-los.
§ 2º - O Catálogo Eletrônico de Padronização - CEP deverá ser implementado no prazo de 1 (um) ano, contado da data de publicação deste Decreto, aplicando-se, até a sua implementação, o disposto no § 1º, hipótese em que não será exigível a justificativa de que trata o parágrafo único do art. 19.

CAPÍTULO VII
DA PESQUISA DE PREÇOS

Art. 24 - No procedimento de pesquisa de preços realizado em âmbito municipal, os parâmetros previstos no § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, são autoaplicáveis, no que couber.

Art. 25 - Adotar-se-á, para a obtenção do preço estimado, cálculo que incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de

1º de abril de 2021, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1º - A partir dos preços obtidos a partir dos parâmetros de que trata o § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o valor estimado poderá ser, a critério da Administração, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, podendo ainda ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

§ 2º - Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 3º - A desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, será acompanhada da devida motivação.

§ 4º - Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos.

Art. 26 - Na pesquisa de preço relativa às contratações de prestação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva, observar-se-á como parâmetro normativo, no que couber, o disposto na Instrução Normativa nº 73/2020 ou suas substitutas, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

Art. 27 - Na elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia a serem realizadas em âmbito municipal, quando se tratar de recursos próprios, observar-se-á como parâmetro normativo, no que couber, o disposto no Decreto Federal nº 7.983, de 8 de abril de 2013, e na Portaria Interministerial 13.395, de 5 de junho de 2020, ou os que porventura os substituírem.

CAPÍTULO VIII

DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Art. 28 - Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o edital deverá prever a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, adotando-se como parâmetro normativo para a elaboração do programa e sua implementação, no que couber, o disposto no Capítulo IV do Decreto Federal nº 8.420, de 18 de março de 2015.

Parágrafo único. Decorrido o prazo de 6 (seis) meses indicado no caput sem o início da implantação de programa de integridade, o contrato será rescindido pela Administração, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas em função de inadimplemento de obrigação contratual, observado o contraditório e ampla defesa.

CAPÍTULO IX

DAS POLÍTICAS PÚBLICAS APLICADAS AO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

Art. 29 - Nas licitações para obras, serviços de engenharia ou para a contratação de serviços terceirizados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o edital poderá, a critério da autoridade que o expedir, exigir que até 5% da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por mulheres vítimas de violência doméstica, ou oriundos ou egressos do sistema prisional, permitida a exigência cumulativa no mesmo instrumento convocatório.

Art. 30 - Nas licitações municipais, não se preverá a margem de preferência referida no art. 26 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CAPÍTULO X

DA CONTRATAÇÃO DIRETA

Art. 31 - O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos e elementos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o(a) contratado(a) preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - indicação do dispositivo legal aplicável;

VII - autorização do ordenador de despesa;

VIII - consulta prévia da relação das empresas suspensas ou impedidas de licitar ou contratar com o Município de Goianinha/RN; e

IX - no que couber, declarações exigidas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, neste Decreto e/ou em regramentos específicos editados pelo Município de Goianinha/RN.

Art. 32 - São competentes para autorizar a inexigibilidade e a dispensa de licitação as autoridades máximas dos órgãos e entidades públicas municipais, admitida a delegação por ato próprio do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. Nos processos de contratação direta, aplica-se, no que couber, o disposto no art. 71, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 33 - Na contratação direta por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no art. 23 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o(a) contratado(a) deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes ou de objeto de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, no período de até um (1) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

Art. 34 - Nas hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade, poderá ser utilizado o sistema de registro de preços, na forma do regulamento específico editado pelo Município de Goianinha/RN.

Art. 35 - Fica dispensada a análise jurídica dos processos de contratação direta nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes, previamente padronizados pelo Órgão de Assessoramento Jurídico.

Art. 36 - Na hipótese da realização de contratação direta, a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial, deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura do contrato ou de seus aditamentos, como condição indispensável à eficácia do ato.

§ 1º - Os contratos e eventuais aditivos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir de sua assinatura e deverão ser publicados no prazo e forma previstos no caput deste artigo, sob pena de nulidade.

§ 2º - A divulgação de que trata o caput deste artigo, quando referente à contratação de profissional do setor artístico por inexigibilidade, deverá identificar os custos do cachê do artista, dos músicos ou da banda e, quando houver, do transporte, da hospedagem, da infraestrutura, da logística do evento e demais despesas específicas.

SEÇÃO I

DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Art. 37 - As hipóteses previstas no artigo 74 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, são exemplificativas, mas não exaustivas, sendo inexigível a licitação em todos os casos em que for inviável a competição.

Art. 38 - As hipóteses de inexigibilidade previstas no inciso III do art. 74 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para que fiquem caracterizadas, dependem da comprovação dos requisitos da especialidade e da singularidade do serviço, exceto quando houver previsão em lei específica no sentido contrário, aliados à notória especialização do contratado.

Art. 39 - Compete ao agente público responsável pelo processo de contratação direta, no caso de inexigibilidade de licitação, a adoção de providências que assegurem a veracidade do documento de exclusividade apresentado pela futura contratada, nos termos do § 1º do art. 93 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 40 - É vedada a inexigibilidade de licitação para serviços de publicidade e divulgação, bem como a preferência por marca específica.

Parágrafo único. Excepcionalmente, poderão ser adquiridos bens de marcas específicas ou contratados serviços com prestador específico para cumprimento de ordem judicial, quando a decisão indique a marca ou o prestador a ser contratado pela Administração.

SEÇÃO II

DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Art. 41 - Nas hipóteses de dispensa de licitação em razão do valor, o instrumento do contrato poderá ser substituído por outro instrumento hábil, como carta contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

Parágrafo único. Neste caso, ao instrumento substitutivo ao contrato aplica-se, no que couber, o disposto no art. 92 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Art. 42 - Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, deverão ser observados:

I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora; e

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos às contratações no mesmo ramo de atividade.

§ 1º - Considera-se ramo de atividade a participação econômica do mercado, identificada pelo nível de subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.

§ 2º - Os valores referidos nos incisos I e II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão duplicados para compras, obras e serviços contratados por consórcio público ou por autarquia ou fundação qualificadas como agências executivas, na forma da Lei.

§ 3º - Quando do enquadramento de bens, serviços ou obras, nos termos das hipóteses previstas neste artigo, a autoridade competente pela autorização e a autoridade superior responsável pela adjudicação e pela homologação da contratação devem observar o disposto no art. 73 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no art. 337-E do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Art. 43 - A dispensa de licitação em razão do valor, nas hipóteses previstas nos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, será preferencialmente precedida de divulgação de aviso de contratação direta no Portal da Transparência do Município, sítio eletrônico oficial para os fins do § 3º do referido artigo, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

§ 1º - A divulgação do aviso de que trata o caput somente será realizada quando a autoridade competente entender necessária a obtenção de propostas adicionais, hipótese em que a decisão será registrada nos autos do processo, com a respectiva motivação.

§ 2º - Não havendo o entendimento de que trata o § 1º, a contratação direta será formalizada com base na pesquisa de preços que instruiu o processo e na proposta do fornecedor escolhido, observados os documentos e elementos exigidos pelo art. 31 deste Decreto, dispensada a divulgação do aviso.

§ 3º - O aviso de contratação direta conterá, no mínimo:

I - a especificação do objeto a ser contratado;

II - a manifestação de interesse da Administração Municipal em obter propostas adicionais de eventuais interessados;

III - a indicação de que o Termo de Referência, o Estudo Técnico Preliminar, quando houver, e demais anexos deverão ser solicitados pelos interessados exclusivamente por meio do endereço eletrônico institucional indicado no aviso de contratação direta;

IV - o prazo para solicitação do Termo de Referência e para o envio da proposta, observado o disposto no art. 44 deste Decreto;

V - a data e o horário-limite para recebimento das propostas; e

VI - os demais elementos necessários à instrução do processo, na forma do art. 31 deste Decreto.

§ 4º - Recebida a solicitação de que trata o inciso III do § 3º, o Setor de Licitações e Contratos Municipal disponibilizará ao interessado o Termo de Referência e seus anexos, por meio eletrônico, no prazo de até 1 (um) dia útil.

§ 5º - A ausência de resposta à solicitação de que trata o § 4º dentro do prazo assinalado não prorroga automaticamente o prazo fixado para o envio das propostas, cabendo ao interessado comunicar o fato à Administração Municipal para as providências cabíveis.

§ 6º - Nas contratações custeadas com recursos de transferências da União, deverão ser observadas, ainda, as exigências específicas do instrumento de repasse e da legislação federal aplicável, inclusive quanto à forma de realização da dispensa, quando houver.

Art. 44 - O prazo fixado no aviso de contratação direta entre a data de sua divulgação no Portal da Transparência do Município e a data-limite para o envio das propostas não será inferior a 3 (três) dias úteis, tanto nas contratações de que trata o inciso I quanto nas de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo único. O prazo referido no caput conta-se a partir do primeiro dia útil seguinte ao da divulgação do aviso no Portal da Transparência do Município, podendo a Administração fixar prazo superior quando a complexidade do objeto o justificar.

Art. 45 - Após a obtenção do Termo de Referência, na forma do art. 43, § 4º, deste Decreto, o interessado encaminhará, para o endereço eletrônico indicado no Termo de Referência, dentro do prazo fixado no aviso, sua proposta, contendo a descrição detalhada do objeto ofertado, a marca ou o modelo, quando for o caso, e o preço.

Parágrafo único. Ao encaminhar a proposta, o interessado declarará, por escrito:

I - a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

II - o enquadramento na condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, quando couber;

III - o pleno conhecimento e a integral aceitação das condições estabelecidas no aviso e no Termo de Referência; e

IV - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Art. 46 - Encerrado o prazo para recebimento das propostas, o agente de contratação verificará a conformidade da proposta mais bem classificada quanto à adequação ao objeto e a compatibilidade do preço com a estimativa realizada na forma do art. 24 e seguintes deste Decreto.

§ 1º - Para fins de seleção da proposta mais vantajosa, as propostas recebidas em atendimento ao aviso serão confrontadas com a proposta do fornecedor inicialmente escolhido, quando houver, observados os critérios fixados no aviso.

§ 2º - Caso o preço da proposta mais bem classificada permaneça acima do valor máximo estimado, a Administração Municipal poderá negociar condições mais vantajosas diretamente com o interessado, por meio do endereço eletrônico de que trata o art. 45 deste Decreto.

§ 3º - Frustrada a negociação, ou desclassificada a proposta por outro motivo, poderá ser convocado o interessado subsequente, respeitada a ordem de classificação, para que se manifeste no prazo assinalado pela Administração.

§ 4º - O resultado do julgamento das propostas, emitido pelo Agente de Contratação, com a respectiva motivação, será registrado nos autos do processo de contratação.

Art. 47 - Definida a proposta mais vantajosa, o interessado será convocado para apresentar, no prazo fixado pela Administração Municipal, os documentos de habilitação exigidos exclusivamente nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, os quais deverão ser encaminhados para o endereço eletrônico indicado no Termo de Referência, na forma do art. 43, § 3º, inciso III, deste Decreto.

§ 1º - Compete ao Agente de Contratação a análise da documentação de habilitação apresentada pelo interessado, bem como a emissão do resultado final do julgamento da dispensa de licitação de que trata esta Seção.

§ 2º - Constatado o não atendimento das exigências habilitatórias, o Agente de Contratação examinará a documentação do interessado subsequente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de habilitação que atenda às condições fixadas no aviso.

Art. 48 - Caso não compareçam interessados ou nenhuma proposta atenda às condições fixadas no aviso de contratação direta, a Administração Municipal poderá:

I - divulgar novamente o aviso, com ou sem alteração das condições nele previstas;

II - fixar novo prazo para que eventuais interessados adequem suas propostas ou a sua situação de habilitação; ou

III - valer-se, para a contratação, da proposta do fornecedor inicialmente escolhido ou de proposta obtida na pesquisa de preços que instruiu o processo, se houver, privilegiando-se o menor preço, desde que atendidas as condições de habilitação exigidas.

Art. 49 - Concluída a instrução do processo e, quando houver divulgação de aviso, encerradas as etapas de julgamento e de habilitação, o processo será encaminhado à autoridade competente para emissão do termo autorizativo da contratação direta, observado,

no que couber, o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CAPÍTULO XI

DO LEILÃO

Art. 50 - Nas licitações realizadas na modalidade Leilão, serão observados os seguintes procedimentos operacionais:

I - realização de avaliação prévia dos bens a serem leiloados, que deverá ser feita com base nos seus preços de mercado, a partir da qual serão fixados os valores mínimos para arrematação;

II - designação de um Agente de Contratação para atuar como leiloeiro, o qual contará com o auxílio de Equipe de Apoio, ou, alternativamente, contratação de um leiloeiro oficial para conduzir o certame;

III - elaboração do edital de abertura da licitação contendo informações sobre descrição dos bens, seus valores mínimos, local e prazo para visitação, forma e prazo para pagamento dos bens arrematados, condição para participação, dentre outros; e

IV - realização da sessão pública em que serão recebidos os lances e, ao final, declarados os vencedores dos lotes licitados.

§ 1º - O edital não deverá exigir a comprovação de requisitos de habilitação por parte dos licitantes.

§ 2º - A sessão pública poderá ser realizada eletronicamente, por meio de plataforma que assegure a integridade dos dados e informações e a confiabilidade dos atos nela praticados.

CAPÍTULO XII

DAS DIRETRIZES PARA A GESTÃO DOS CONTRATOS

Art. 51 - Compete à autoridade máxima do órgão ou entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, quanto à gestão dos contratos:

I - avaliar a atuação do contratado no cumprimento das obrigações assumidas, baseando-se em indicadores objetivamente definidos, sempre que aplicáveis;

II - adotar regras procedimentais aos processos de pagamentos dos contratos, incluindo as ordens cronológicas de pagamento, com suas respectivas memórias de cálculos, relatórios circunstanciados, proposições de glosa e ordem bancária;

III - estabelecer diretrizes para a nomeação de gestores e fiscais de contrato, com base no perfil de competências, evitando-se a sobreposição indevida de atribuições;

IV - assegurar a efetividade do processo sancionatório decorrente de contratações públicas, adotando, em especial, critérios objetivos e isonômicos para a determinação das sanções, com fulcro no § 1º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021; e

V - prever a implantação de programas de integridade pelo contratado nas hipóteses de contratações de grande vulto, e para os demais casos, quando aplicável.

CAPÍTULO XIII

DO PLANO DE CONTRATAÇÕES

Art. 52 - Este Título regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual.

Art. 53 - Para os fins deste Título, além das definições de que trata o art. 2º do Decreto Federal nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, considerar-se-á Plano de Contratações Anual do Municipal o documento que consolida os Planos de Contratações Anuais, elaborados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

CAPÍTULO XIV

DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA)

Art. 54 - Caso o Município opte por elaborar Plano de Contratações Anual, na forma do art. 7º deste Decreto, competirá a cada órgão da Administração Pública Municipal elaborar e aprovar seu respectivo PCA.

§ 1º - Ficam dispensadas de registro no PCA as seguintes hipóteses:

I - informações classificadas como sigilosas, nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 2011, ou abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo;

II - contratações realizadas por meio de concessão de suprimento de fundos, nas hipóteses previstas no art. 45 do Decreto Federal nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986;

III - hipóteses previstas nos incisos VI, VII e VIII do caput do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021; e

IV - pequenas compras e a prestação de serviços de pronto pagamento de que trata o § 2º do art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 2º - O PCA deverá estar alinhado com o planejamento estratégico do órgão e subsidiará a elaboração da respectiva proposta orçamentária.

Art. 55 - O Plano de Contratações Anual será elaborado pelo setor de contratações com base no levantamento do histórico das contratações realizadas pelo órgão ou entidade, considerados, no mínimo, os processos de contratação concluídos ou em andamento nos exercícios anteriores, os contratos e as atas de registro de preços vigentes, e as demandas recorrentes identificadas pelas unidades requisitantes.

Art. 56 - Para fins de elaboração do PCA, o setor de contratações poderá solicitar às unidades requisitantes e às áreas técnicas informações complementares sobre as necessidades identificadas no levantamento de que trata o art. 55 deste Decreto, a fim de subsidiar a compilação de demandas e a padronização dos objetos a serem contratados, quando for o caso.

Art. 57 - O setor de contratações submeterá o PCA elaborado à autoridade competente para aprovação das contratações nele previstas.

Parágrafo único. A autoridade de que trata o caput poderá determinar adequações necessárias ao PCA elaborado junto aos requisitantes ou às áreas técnicas.

Art. 58 - Após aprovação de que trata o art. 57 acima, o PCA deverá ser encaminhado ao Setor de Compras Municipal até o último dia útil do mês de julho de cada exercício.

CAPÍTULO XV

DA REVISÃO E ALTERAÇÃO DO PLANO DE CONTRAÇÕES ANUAL

Art. 59 - A autoridade competente poderá solicitar ao Setor de Compras Municipal a revisão do PCA elaborado, mediante a apresentação de justificativa circunstanciada.

Parágrafo único. Solicitada a revisão, o órgão ou entidade requisitante deverá apresentar as respectivas emendas.

Art. 60 - Durante o ano de sua execução, o PCA somente poderá ser alterado por meio de justificativa devidamente aprovada pela autoridade competente, uma vez observada a ocorrência de fato superveniente devidamente comprovado.

CAPÍTULO XVI

DA PUBLICAÇÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL DO MUNICÍPIO (PCAM)

Art. 61 - O PCAM será disponibilizado no PNCP e no sítio eletrônico oficial do município no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data de encerramento das etapas de aprovação, revisão e alteração.

CAPÍTULO XVII

DOS AGENTES PÚBLICOS

Art. 62 - Este Título regulamenta o § 3º do art. 8º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Parágrafo único. Para o fim do disposto no caput, fica estabelecido, nos termos deste Decreto, o funcionamento das estruturas administrativas destinadas às contratações públicas, objetivando dispor das regras de autorização, aumento e revogação das respectivas unidades e a forma de percepção da indenização correspondente.

Art. 63 - Cabe ao chefe do Executivo Municipal a indicação e designação da comissão de contratação, do agente de contratação, dos pregoeiros e dos integrantes das respectivas equipes de apoio para a condução do certame.

Art. 64 - Cabe ao chefe do Executivo Municipal, nos atos de indicação e designação de agente público, observar o princípio da segregação de funções, de modo a prevenir a ocultação de erros e de fraudes nas contratações, assim como os impedimentos especificados no art. 9º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Art. 65 - O agente ou a comissão de contratação e o pregoeiro não se responsabilizará pelas especificações técnicas dos objetos, pela validação da pesquisa de preço e pelas decisões que envolvam discricionariedade da Administração.

CAPÍTULO XVIII

DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Art. 66 - Compete ao agente de contratação:

I - coordenar os trabalhos da equipe de apoio, quando houver;

II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e seus anexos, facultada a requisição de subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances;

V - verificar e julgar as condições de habilitação;

VI - realizar diligências a fim de sanar irregularidades formais;
VII - coordenar e conduzir a fase competitiva dos lances, quando for o caso;
VIII - indicar o detentor da melhor proposta e sua aceitabilidade;
IX - negociar melhores condições com o detentor da melhor proposta;
X - receber os recursos, apreciar sua admissibilidade e, se não reconsiderar sua decisão, encaminhá-los à autoridade competente;
XI - recomendar a adjudicação do objeto, quando não houver recurso;
XII - encaminhar o processo devidamente instruído, depois de encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, à autoridade competente, para adjudicação e homologação;
XIII - instruir e conduzir os procedimentos auxiliares;
XIV - propor à autoridade competente a instauração de procedimento para apuração de responsabilidade, a revogação ou anulação da licitação, quando for o caso; e
XV - divulgar os dados referentes ao procedimento licitatório no PNCP, no sítio oficial da administração pública na internet, e providenciar as publicações previstas em lei, quando não houver setor responsável por estas atribuições.
Parágrafo único. O agente de contratação deverá ser servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública.
Art. 67 - Na modalidade licitatória de concurso, para fins de avaliação dos critérios de melhor técnica ou conteúdo artístico, o agente de contratação contará com apoio de banca especializada nos quesitos de natureza qualitativa.
Parágrafo único. A banca de que trata o caput:
I - terá, no mínimo, 3 (três) membros, facultada a contratação de profissional de notória especialização, nomeado pela autoridade competente;
II - poderá ser composta por servidores efetivos, empregados públicos ou terceiros especialistas com conhecimento técnico necessário; e
III - atribuirá notas apenas às propostas técnicas apresentadas, não se confundindo com a comissão ou com o agente de contratação.
Art. 68 - No exercício de suas atribuições, o agente de contratação poderá contar, sempre que necessário, com o suporte técnico dos órgãos de assessoramento e controle interno, para dirimir dúvidas ou obter subsídios.

CAPÍTULO XIX
DA EQUIPE DE APOIO

Art. 69 - Equipe de apoio: servidores indicados para auxiliar e oferecer suporte aos pregoeiros ou agentes de contratação em atos não decisórios, bem como organização, confecção de atas, elaboração de relatórios e demais documentos que subsidiem a tomada de decisão.

CAPÍTULO XX
DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Art. 70 - Compete à comissão de contratação:
I - substituir o agente de contratação quando a licitação envolver a contratação de bens ou serviços especiais;
II - conduzir a licitação na modalidade diálogo competitivo, observado o disposto no art. 32 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
III - sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação; e
IV - receber, examinar e julgar documentos relativos aos procedimentos auxiliares, previstos no art. 78 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
Parágrafo único. Os membros da comissão de contratação quando substituírem o agente de contratação, consoante previsto no inciso I do caput, responderão pelos atos praticados na forma do § 8º do art. 8º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
Art. 71 - As comissões de contratação ou as estruturas administrativas destinadas às contratações públicas poderão ser constituídas por, no máximo, 5 (cinco) agentes públicos cada.
Parágrafo único. A constituição, renovação e alteração das comissões de contratação ou das estruturas administrativas deverão observar os limites e procedimentos estabelecidos nos arts. 63 e 64 deste Decreto.
Art. 72 - No exercício de suas atribuições, a comissão de contratação poderá contar, sempre que necessário, com o suporte técnico dos órgãos de assessoramento e controle interno, para dirimir dúvidas ou obter subsídios ao exercício de suas funções.

CAPÍTULO XXI
DOS GESTORES E FISCAIS DE CONTRATOS

Art. 73 - Fica determinado que, antes da formalização do ato de designação para o exercício da função de gestor e fiscal de contrato, caberá à autoridade competente notificar pessoalmente o agente público responsável sobre a indicação e respectivas atribuições.
§ 1º - O agente público indicado nos termos do caput terá o prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados a partir da notificação, para apresentar escusa motivada por suspeição, impedimento ou fato superveniente devidamente comprovado, a qual será submetida à autoridade competente.
§ 2º - Fica autorizada a autoridade competente, excepcionalmente, e desde que devidamente motivada, decidir que a gestão e/ou fiscalização do contrato seja exercida por órgão especialmente integrado por agentes públicos com conhecimento técnico compatível com o objeto do contrato, expressamente designados.
Art. 74 - Os fiscais de contratos poderão ser assistidos e subsidiados por terceiros contratados pela Administração.
Art. 75 - No exercício de suas atribuições, os gestores e os fiscais de contrato poderão contar, sempre que necessário, com o suporte técnico dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno dos órgãos e entidades responsáveis pela licitação e contratação.

CAPÍTULO XXII
DO GESTOR DE CONTRATO

Art. 76 - Caberá ao gestor de contrato e, ao seu substituto nas hipóteses de seus afastamentos e impedimentos legais:
I - analisar a documentação que antecede o pagamento;
II - acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada;
III - analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
IV - analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
V - analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
VI - acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
VII - decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
VIII - efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada, no que couber;
IX - ratificar e encaminhar para pagamento as faturas ou notas fiscais previamente conferidas e atestadas pelos fiscais de contrato;
X - coordenar a instrução processual necessária ao encaminhamento e à formalização do procedimento administrativo de aplicação de sanções;
XI - elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato; e
XII - desempenhar outras atividades compatíveis com a função.
Parágrafo único. O gestor de contratos deverá ser, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública.

CAPÍTULO XXIII
DO FISCAL DE CONTRATO

Art. 77 - Além das regras relativas à atuação do fiscal de contrato, previstas no § 3º do art. 8º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, caberá ao fiscal de contrato e, ao seu substituto nas hipóteses de seus afastamentos e impedimentos legais:
I - prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;
II - anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
III - fiscalizar a execução do contrato, para serem cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;
IV - comunicar o gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;
V - exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho, quando for o caso;

VI - manter contato com o preposto da contratada, e caso necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
VII - efetivar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
VIII - sugerir à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;
IX - nas hipóteses de obras e serviços de engenharia, além das atribuições constantes nos incisos I ao VIII, deverá:
a) manter pasta atualizada, com projetos, alvarás, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos órgãos reguladores competentes nos casos exigidos, orçamentos e fiscalização, edital da licitação e respectivo contrato, cronograma físico-financeiro e os demais elementos instrutores;
b) visitar o local de obras, certificando-se de seu correto preenchimento;
c) verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais;
X - notificar formalmente a contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema; e
XI - desempenhar outras atividades compatíveis com a função.
Parágrafo único. O fiscal de contratos deverá ser, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública.
Art. 78 - O fiscal de contrato registrará em documento próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, assim como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos identificados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
§ 1º - A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:
I - os resultados obtidos em relação à contratada, com a conferência dos prazos de execução e da qualidade demandada;
II - os recursos humanos aplicados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
III - a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
IV - a conformidade dos serviços fornecidos à prática de execução determinada;
V - o cumprimento dos demais deveres decorrentes do contrato;
VI - a satisfação do público usuário.
§ 2º - O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço.
§ 3º - Em havendo o subdimensionamento de que trata o § 2º acima, o fiscal do contrato deverá comunicar à autoridade responsável para que promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os requisitos de alteração previstos no Capítulo VII do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
§ 4º - A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da contratada que contenha a relação detalhada deles, conforme o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como:
I - marca;
II - qualidade; e
III - forma de uso.
Art. 79 - O recebimento provisório ficará a cargo do fiscal de contrato e o recebimento definitivo do gestor de contrato ou comissão designada pela autoridade competente.

CAPÍTULO XXIV
DO ENQUADRAMENTO DOS BENS DE CONSUMO NAS CATEGORIAS DE QUALIDADE COMUM E DE LUXO

Art. 80 - Este Título regulamenta o art. 20 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas nas categorias de qualidade comum e de luxo.
Parágrafo único. Aplica-se o disposto no art. 77, parágrafo único do Decreto Estadual 34.449 de 7 de março 2023 nas contratações realizadas pelos municípios com a utilização de recursos do Estado oriundos de transferências voluntárias.
Art. 81 - Os bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública municipal deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam.
Parágrafo único. É vedada a aquisição de bens de luxo nos termos deste Decreto.
Art. 82 - Para os fins do disposto neste Decreto, considera-se:
I - bem de luxo: bem de consumo de preço ou de características excessivamente superiores aos de mesma natureza, extrapolando os requisitos estritamente necessários ao atendimento das demandas do órgão ou da entidade adquirente e não inseridos na relação de bens considerados comuns; e
II - bem de qualidade comum: bem de consumo com preço e qualidade similares aos bens de outras marcas ou de outros fornecedores e que cumprem a finalidade a qual se destinam, especificados na relação de bens considerados comuns.
§ 1º - Na classificação de um bem como sendo de luxo, o órgão ou entidade deverá considerar:
I - o preço do bem;
II - a facilidade ou a dificuldade logística, regional ou local, de acesso ao bem;
III - a existência de bens em características similares que possam substituir o produto ou que tornem a compra desnecessariamente onerosa.
§ 2º - Não será enquadrado como bem de luxo aquele que, mesmo considerado na definição do inciso I do caput, for adquirido a preço equivalente ou inferior ao preço do bem de qualidade comum de mesma natureza, ou tenha as características superiores justificadas em face da estrita atividade do órgão ou da entidade adquirente.
§ 3º - Na hipótese de identificação de demandas por bens de consumo de luxo, o processo de compra retornará ao setor requisitante para supressão ou substituição dos bens.
Art. 83 - Cumpre às autoridades responsáveis pela homologação da contratação atestar que os bens demandados não se enquadram na categoria de bens de luxo, mediante declaração no processo de contratação.

CAPÍTULO XXV
DO CREDENCIAMENTO

Art. 84 - Este Capítulo regulamenta o art. 79 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para dispor sobre o procedimento auxiliar de credenciamento.
Art. 85 - Para os fins deste Decreto, credenciamento é um procedimento auxiliar administrativo precedido de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, credenciem-se por meio de cadastramento no órgão ou na entidade para executar ou fornecer o objeto quando convocados.
Parágrafo único. O procedimento de credenciamento será conduzido por um agente de contratação ou comissão especial de credenciamento designada pela autoridade competente.
Art. 86 - O processo de credenciamento será deflagrado com a publicação de edital de credenciamento, mediante aviso público no PNCP, no Diário Oficial dos Municípios da FEMURN e no sítio eletrônico do órgão ou entidade contratante.
Parágrafo único. Qualquer alteração nas condições de credenciamento será divulgada e publicada no PNCP, no Diário Oficial dos Municípios da FEMURN e no sítio eletrônico do órgão.
Art. 87 - A documentação será analisada no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da entrega da documentação no órgão contratante, prorrogável, se autorizado pela autoridade competente, por igual período por uma única vez.
Parágrafo único. Decorrido o prazo para análise, caso o julgamento do pedido de credenciamento não tenha sido concluído, o agente de contratação ou da comissão especial de credenciamento terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para decidir.
Art. 88 - O agente de contratação ou comissão de credenciamento poderá solicitar esclarecimentos, retificações e complementações da documentação apresentada pelos interessados.
Art. 89 - O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:
I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;
III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação; e
IV - outras hipóteses compatíveis.
§ 1º - A Administração definirá no edital o valor da contratação, que será o mesmo para todos os credenciados.
§ 2º - Quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda, como, por exemplo, a ordem cronológica da necessidade do objeto.
§ 3º - O contratado só poderá prestar serviços ou fornecer bens mediante prévia autorização da Administração Pública Municipal.
§ 4º - A Administração deverá registrar as cotações de mercado vigentes no momento da contratação.
Art. 90 - O processo visando o credenciamento se desenvolverá da seguinte forma:
I - identificação e delimitação da necessidade da Administração Municipal;
II - justificativa para realização de processo de credenciamento em vez da realização de processo licitatório;
III - autorização da autoridade competente para abertura do processo de credenciamento; e
IV - elaboração de edital de chamamento de interessados, que conterá, no mínimo, de acordo com cada hipótese prevista no artigo anterior:
a) a descrição detalhada do objeto;
b) local da prestação do serviço ou fornecimento do bem;
c) valor a ser pago ou porcentagem de desconto;
d) cronograma da execução do objeto;
e) requisitos/documentos para credenciamento;
f) comissão que avaliará os requisitos/documentos para credenciamento;
g) prazo, em dias úteis, a contar da entrega dos documentos pelo interessado, para a Comissão avaliar os requisitos/documentos para credenciamento; e
h) pagamento.
V - análise e emissão de parecer jurídico para controle prévio da legalidade;
VI - publicação/divulgação do edital de chamamento de interessados tanto no PNCP quanto no Diário Oficial dos Municípios, devendo ainda ser mantido à disposição do público; e
VII - ato legal da autoridade competente que credencia o interessado, devendo o ato ser publicado nos mesmos termos do edital.
Parágrafo único. É permanente o cadastramento de novos interessados.
Art. 91 - O credenciamento do interessado não se confunde com a contratação.
Art. 92 - A contratação do credenciado ocorrerá conforme a necessidade da Administração Municipal, devendo a quantidade necessária a ser contratada naquele momento ser dividida entre todos os credenciados.
Art. 93 - A inscrição de interessados no credenciamento implica a aceitação integral e irrestrita de todas as condições estabelecidas neste Regulamento e no edital de credenciamento.
Art. 94 - O interessado deverá apresentar preferencialmente por meio eletrônico a documentação para avaliação pelo agente de contratação ou da comissão especial de credenciamento designada.
Art. 95 - O edital deverá conter as exigências de habilitação, conforme disposto no Capítulo VI do Título II da Lei Federal nº 14.133, de 2021, exigências específicas de qualificação técnica, regras da contratação, valores fixados para remuneração por categoria de atuação, minuta de termo contratual ou instrumento equivalente e modelos de declarações.
Art. 96 - Os interessados que atenderem a todos os requisitos previstos no edital de credenciamento, se habilitados, serão credenciados no órgão ou entidade contratante, encontrando-se apto a ser contratado para executar o objeto quando convocado.
Parágrafo único. O resultado do credenciamento será publicado no Diário Oficial Dos Municípios e divulgado no PNCP.
Art. 97 - A cada 12 (doze) meses ou outro prazo inferior, o órgão contratante poderá realizar chamamento público para novos interessados, republicando o edital.
Parágrafo único. Se houver necessidade de alterações nas regras, condições e minutas, deverá ser providenciado novo credenciamento de todos os interessados.

CAPÍTULO XXVI
DA MANUTENÇÃO DO CREDENCIAMENTO

Art. 98 - É vedada a participação de pessoas físicas ou jurídicas que estejam cumprindo sanção que as impeça de participarem de licitações ou serem contratadas pela Administração Pública.
Art. 99 - Não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração, o que deverá constar do edital.
Art. 100 - Durante a vigência do edital de credenciamento, incluídas as suas republicações, o órgão ou entidade contratante, a seu critério, poderá convocar por ofício os credenciados para nova análise de documentação, quando serão exigidos os documentos que comprovem a manutenção das condições apresentadas quando do cadastramento para o credenciamento do interessado, sob pena de descredenciamento.
§ 1º - A partir da data em que for convocado para apresentar a documentação atualizada, o credenciado terá até 10 (dez) dias úteis.
§ 2º - A análise da documentação deverá ser realizada em prazo igual ao do cadastramento para o credenciamento.
§ 3º - Os credenciados convocados para apresentar a documentação referida no caput participarão normalmente, quando for o caso, dos sorteios de demandas ou das convocações feitas pelo órgão, ou entidade contratante.
Art. 101 - Não há impedimento que um mesmo interessado, quando couber, seja credenciado para executar mais de um objeto, desde que possua os requisitos de habilitação para todos.
Parágrafo único. No caso descrito no caput, o credenciado poderá apresentar de uma só vez a documentação exigida, salvo se as exigências de capacidade técnica forem diferenciadas, devendo, neste caso, apresentar complementação da documentação relativa a este quesito.
Art. 102 - O credenciamento não estabelece a obrigação do órgão ou entidade contratante em efetivar a contratação, por isso, a qualquer momento, o credenciado ou o órgão ou entidade contratante poderá denunciar o credenciamento, inclusive quando for constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas no edital, neste Regulamento e na legislação pertinente, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.
Art. 103 - Após a homologação e finalização do procedimento de credenciamento, os órgãos ou entidades poderão iniciar o processo de contratação, por meio da emissão da ordem de serviço ou instrumento contratual equivalente.
Art. 104 - O credenciamento não assegura a efetiva contratação pelo órgão ou entidade interessada na contratação.
Art. 105 - A contratação do credenciado somente poderá ocorrer por vontade do órgão ou entidade contratante e desde que esteja em situação regular em face das exigências de habilitação para o credenciamento.
Art. 106 - A contratação decorrente do credenciamento obedecerá às regras da Lei Federal nº 14.133, de 2021, deste Decreto e dos termos da minuta do contratual, anexa ao respectivo edital.
Art. 107 - A Administração convocará o credenciado no prazo definido no edital de credenciamento, para assinar ou retirar o instrumento contratual, dentro das condições estabelecidas na legislação e no edital, e dar início à execução do serviço, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação específica.
Parágrafo único. O credenciado contratado deverá indicar e manter preposto, aceito pelo órgão ou entidade contratante, para representá-lo na execução do contrato.
Art. 108 - O instrumento contratual deverá ser assinado pelo representante legal do credenciado, e observará a minuta contemplada no edital de credenciamento.
Art. 109 - A divulgação no PNCP e no Diário Oficial dos Municípios e no sítio do órgão contratante é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias úteis da data de sua assinatura.
Art. 110 - A Administração poderá exigir, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações oriundas do credenciamento.

Art. 111 - O credenciado que deixar de cumprir às exigências deste Decreto, do edital de credenciamento e dos contratos firmados com a Administração será descredenciado para a execução de qualquer objeto, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Art. 112 - O credenciado poderá, a qualquer tempo, solicitar seu descredenciamento mediante o envio de solicitação escrita ao órgão ou entidade contratante.

§ 1º - A resposta ao pedido de descredenciamento deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 2º - O pedido de descredenciamento não desincumbe o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades a eles atreladas.

Art. 113 - O não cumprimento das disposições deste Decreto, do edital e da Lei Federal nº 14.133, de 2021, poderá acarretar o descredenciamento ao credenciado, sem prejuízo da aplicação de eventuais sanções.

§ 1º - O descredenciamento será cabível em função de fatos que ensejem o comprometimento das condições de habilitação e que sejam insanáveis ou não tenham sido sanados no prazo assinalado pelo órgão responsável pela gestão do credenciamento, bem como em razão de desvios de postura profissional ou situações que possam interferir negativamente nos padrões éticos e operacionais de execução dos serviços contratados.

§ 2º - A aplicação da sanção de descredenciamento pode ocasionar a exclusão da entidade pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO XXVII

DO RECURSO NO PROCEDIMENTO DE CREDENCIAMENTO

Art. 114 - Os recursos serão recebidos em conformidade com o edital e serão dirigidos à autoridade competente do órgão ou entidade contratante, por intermédio do agente de contratação ou da comissão especial de credenciamento designada, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 3 (três) dias úteis.

§ 1º - O recurso terá efeito suspensivo do ato até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

§ 2º - Na elaboração da decisão a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

CAPÍTULO XXVIII

DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO

Art. 115 - Este Capítulo regulamenta o art. 80 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para dispor sobre o procedimento auxiliar de pré-qualificação.

Art. 116 - Para os fins deste Decreto, pré-qualificação é procedimento técnico-administrativo prévio à licitação destinado à análise das condições de habilitação, total ou parcial, dos interessados ou do objeto.

Art. 117 - A Administração Pública promoverá a pré-qualificação destinada:

I - aos licitantes que reúnam condições de habilitação para participar de futura licitação ou licitação vinculada a programas de obras, ou serviços objetivamente definidos;

II - aos bens que atendam às exigências técnicas ou de qualidade, estabelecidas pela Administração; e

III - aos bens acompanhados da devida comprovação de qualidade.

Art. 118 - O procedimento auxiliar de pré-qualificação ficará permanentemente aberto para a inscrição de interessados durante seu prazo de vigência.

Art. 119 - Na hipótese em que os pré-qualificados que sejam os fornecedores, as disputas que se seguirem poderão acontecer apenas entre esses, se assim pretender a Administração.

Parágrafo único. No caso de que trata o caput, o edital já deverá sinalizar aos concorrentes a exclusividade.

Art. 120 - O edital deverá conter as informações necessárias para definição do objeto, assim como a previsão de modalidade, forma e critérios de julgamento da licitação.

Art. 121 - A apresentação de documentos será feita perante a Administração Pública, que poderá determinar a correção ou reapresentação pelo interessado com vistas à ampliação da competição.

Parágrafo único. A pré-qualificação poderá ser realizada em grupos ou segmentos, segundo as especialidades dos fornecedores.

Art. 122 - A pré-qualificação poderá ser parcial ou total, com alguns ou todos os requisitos técnicos de habilitação necessários à contratação, assegurada, em qualquer hipótese, a igualdade de condições entre os concorrentes.

Art. 123 - A pré-qualificação terá validade de, no máximo, 1 (um) ano, podendo ser atualizada a qualquer tempo.

§ 1º - A validade da pré-qualificação de fornecedores não será superior ao prazo de validade dos documentos apresentados pelos interessados.

§ 2º - Será fornecido certificado aos pré-qualificados, renovável regularmente quando o registro for atualizado.

Art. 124 - Os interessados ou objetos pré-qualificados serão, obrigatoriamente, divulgados e mantidos à disposição do público.

Art. 125 - Nos casos em que a Administração Pública entender conveniente iniciar procedimento de pré-qualificação de fornecedores ou bens, deverá convocar os interessados para demonstrarem o cumprimento das exigências de qualificação técnica ou de aceitação de bens, conforme o caso.

§ 1º - A convocação de que trata o caput será realizada mediante:

I - publicação de extrato do instrumento convocatório no PNCP, conforme caso;

II - publicação de extrato no Diário Oficial dos Municípios da FEMURN; e

III - divulgação no sítio eletrônico oficial da Administração.

§ 2º - A convocação explicitará as exigências de qualificação técnica ou de aceitação de bens, conforme o caso.

Art. 126 - A Administração Pública Municipal poderá realizar licitação restrita aos pré-qualificados, justificadamente, desde que:

I - a convocação para a pré-qualificação discrimine que as futuras licitações serão restritas aos pré-qualificados;

II - na convocação a que se refere o inciso I do caput conste estimativa de quantitativos que a Administração Pública pretende adquirir ou contratar nos 12 (doze) meses subsequentes e de prazos para publicação do edital; e

III - a pré-qualificação seja total, contendo todos os requisitos de habilitação técnica necessários à contratação.

Art. 127 - O Setor responsável pela pré-qualificação deverá avaliar, dentro do período de 1 (um) ano, a necessidade de atualização ou renovação dos registros existentes, assim como para o ingresso de novos interessados.

Art. 128 - Só poderão participar da licitação restrita aos pré-qualificados os licitantes que, na data da publicação do respectivo instrumento convocatório já tenham apresentado a documentação exigida para a pré-qualificação e estejam regularmente pré-qualificados.

§ 1º No caso de realização de licitação restrita aos pré-qualificados, a Administração Pública Municipal poderá enviar convite por meio eletrônico a todos os pré-qualificados no respectivo segmento, com prazo mínimo de antecedência de 8 (oito) dias úteis.

§ 2º O convite de que trata o § 1º não exclui a obrigação de atendimento aos requisitos de publicidade do instrumento convocatório.

CAPÍTULO XXIX

DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

Art. 129 - Este Capítulo regulamenta o art. 81 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para dispor sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI).

Art. 130 - A Administração Pública Municipal poderá realizar PMI, de acordo com os propósitos previstos no caput do art. 81 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Art. 131 - Caberá ao órgão ou entidade demandante conduzir, por meio de comissão especial de contratação, chamamento público do PMI, elaborar o respectivo termo de referência e edital, conceder as autorizações, receber e analisar os respectivos estudos, investigações, levantamentos e projetos de soluções inovadoras que contribuam com questões de relevância pública.

Art. 132 - O termo de referência e o edital deverão ser publicados no PNCP e no sítio eletrônico do órgão demandante e conterão em cada caso, além de outros requisitos que venham a ser definidos pela autoridade competente:

I - demonstração do interesse público na realização do empreendimento a ser contratado;

II - delimitação do escopo dos estudos, investigações, levantamentos ou projetos;

III - definição de critérios para a qualificação e seleção dos autorizados a realizar os estudos;
IV - exclusividade da autorização, se for o caso;
V - prazo e forma de apresentação do requerimento de autorização;
VI - prazo para análise e eventual formalização de autorização;
VII - prazo para a apresentação dos estudos, estabelecidos no cronograma de execução, compatível com a complexidade e abrangência das atividades a serem desenvolvidas, contado da data da autorização, podendo ser estabelecidos prazos intermediários;
VIII - proposta de cronograma de reuniões técnicas;
IX - valor nominal máximo para eventual ressarcimento, ou critérios para a sua fixação, bem como base de cálculo para fins de reajuste; e
X - definição de critérios para o recebimento e seleção dos estudos realizados, os quais consistirão, ao menos em:
a) consistência das informações que subsidiaram a sua realização;
b) adoção das melhores técnicas de elaboração, segundo normas e procedimentos científicos pertinentes, utilizando, sempre que possível, equipamentos e processos recomendados pela melhor tecnologia aplicada ao setor;
c) compatibilidade com as normas técnicas e legislação aplicável ao setor, bem como com as orientações do órgão ou entidade demandante;
d) atendimento às exigências estabelecidas no edital de chamamento;
e) atendimento de todas as etapas e atividades de elaboração dos estudos estabelecidos no cronograma de execução;
f) demonstração comparativa de custo e benefício do empreendimento em relação a opções funcionalmente equivalentes, se existentes; e
g) critérios para avaliação, seleção e ressarcimento dos estudos.
§ 1º - No caso de serviço que possibilite a resolução do problema por meio de alternativas inovadoras, poder-se-á restringir a indicação do problema que se busca resolver com a parceria, deixando à iniciativa privada a possibilidade de sugerir diferentes meios para sua solução.
§ 2º - O termo de referência e o edital poderão indicar o valor máximo da contraprestação pública admitida para a estruturação do projeto de parceria.
§ 3º - O extrato do edital deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios da FEMURN.
Art. 133 - A autorização para elaboração dos estudos será pessoal e intransferível.
Art. 134 - Será assegurado o sigilo das informações cadastrais dos interessados, quando solicitado.
Art. 135 - A autorização não implica, em hipótese alguma, corresponsabilidade do Município de Goianinha/RN perante terceiros pelos atos praticados pela pessoa autorizada.
Art. 136 - A autorização deverá ser publicada no Diário Oficial dos Municípios da FEMURN e no sítio eletrônico oficial do órgão ou entidade demandante e informará:
I - o empreendimento público objeto dos estudos autorizados; e
II - a indicação de ressarcimento, na hipótese de utilização dos estudos pela Administração no correspondente procedimento licitatório do projeto de parceria.
§ 1º - O ato de autorização exclusiva deve indicar as razões que justificam a opção pelo órgão autorizador, contendo análise comparativa das credenciais técnicas e jurídicas dos interessados, a partir do exercício de discricionariedade técnica da Administração, e de acordo com os critérios e parâmetros definidos no edital de chamamento público.
§ 2º - O autor dos estudos poderá participar da licitação para a execução do contrato de parceria.
§ 3º - O termo de autorização reproduzirá as condições estabelecidas no requerimento de autorização, podendo especificá-las, inclusive quanto às atividades a serem desenvolvidas, ao limite nominal para eventual ressarcimento e aos prazos intermediários para apresentação de informações e relatórios de desenvolvimento de estudos.
Art. 137 - O ato de autorização pressupõe a aferição de idoneidade, da regularidade jurídica e qualificação técnica do interessado, nos termos definidos no edital de chamamento público.
Art. 138 - A idoneidade, a regularidade jurídica e a qualificação técnica dos interessados, para fins de autorização, serão demonstradas mediante documentação atualizada e hábil, que permita a aferição, pela Administração, das credenciais jurídicas e técnicas pertinentes para a execução do projeto.
Art. 139 - Fica permitido ao destinatário da autorização contratar pessoas físicas ou jurídicas para a elaboração de estudos.
Parágrafo único. A contratação de estudos por parte do destinatário da autorização o mantém responsável, perante a Administração Pública, pelo atendimento dos prazos fixados no respectivo termo, bem como pela qualidade e veracidade dos estudos apresentados, mantidas inalteradas as condições de ressarcimento constantes do requerimento de autorização.
Art. 140 - Durante a elaboração dos estudos, os destinatários da autorização poderão, caso permitido no edital de chamamento, reunir-se em consórcios, para a apresentação conjunta dos resultados, hipótese em que deverão ser indicadas:
I - a pessoa física ou jurídica responsável pela interlocução com a Administração Pública; e
II - a proporcionalidade da repartição de eventual ressarcimento, quando possível.
Art. 141 - Na hipótese de participação no PMI por meio de consórcio, a demonstração de qualificação técnica, eventualmente exigida pelo edital de chamamento para fins de autorização, poderá ser provida por quaisquer integrantes do consórcio; ou o interessado poderá indicar pessoa física ou jurídica, titular da qualificação técnica recomendada, para a execução dos estudos, mediante apresentação de vínculo contratual ou de outra natureza que demonstre a sua disponibilidade para execução dos estudos.
Art. 142 - O prazo previamente definido para a entrega dos estudos poderá ser suspenso ou prorrogado, após análise do órgão ou entidade demandante:
I - de ofício, pela comissão especial de contratação, mediante suficiente motivação; e
II - a requerimento do interessado, mediante apresentação de justificativa pertinente e aceita pela comissão especial de contratação.
Art. 143 - O ato de autorização apenas poderá ser cancelado pela comissão especial de contratação mediante a demonstração de razões relevantes para tal, assegurado o ressarcimento indenizatório ao destinatário da autorização somente na hipótese de eventual aproveitamento dos estudos e na exata proporção do que for utilizado.
§ 1º - As autorizações poderão ser anuladas sempre que verificada qualquer ilegalidade no PMI ou quando não atendidos os requisitos estabelecidos em sua outorga.
§ 2º - A comunicação de revogação, anulação ou cassação da autorização será efetuada por escrito à autorizada.
Art. 144 - O proponente poderá desistir, a qualquer tempo, de apresentar ou concluir os estudos, mediante ato formal endereçado ao órgão ou entidade demandante.
Art. 145 - O órgão ou entidade demandante poderá solicitar informações adicionais para retificar ou complementar os estudos, especificando prazo para apresentação das respostas.
Parágrafo único. O órgão ou entidade demandante poderá realizar reuniões com o autorizado ou quaisquer interessados na estruturação, sempre que estes possam contribuir para a melhor compreensão dos estudos por parte da administração.
Art. 146 - A realização, pela iniciativa privada, de estudos, investigações, levantamentos e projetos em decorrência do PMI seguirá as disposições do § 2º do art. 81 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
Art. 147 - Para aceitação dos produtos e serviços do PMI, a comissão especial de contratação deverá elaborar parecer fundamentado com a demonstração de que o produto ou serviço entregue é adequado e suficiente à compreensão do objeto, de que as premissas adotadas são compatíveis com as reais necessidades do órgão e de que a metodologia proposta é a que propicia maior economia e vantagem entre as demais possíveis.
Art. 148 - O edital de chamamento estabelecerá a forma que o órgão ou entidade demandante promoverá a deliberação para a aprovação dos estudos, investigações, levantamentos e projetos de soluções inovadoras oriundos do PMI.

CAPÍTULO XXX
DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

Art. 149 - Este Capítulo regulamenta os arts. 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para dispor sobre o Sistema de Registro de Preços (SRP).
Art. 150 - É permitida a aplicação do SRP para a contratação de bens e serviços comuns, inclusive de obras e serviços de engenharia, e nos casos de contratação direta, observado o disposto nos arts. 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e neste Decreto.

Parágrafo único. Na licitação para registro de preços, não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, sob pena de desclassificação.

Art. 151 - A Administração Pública Municipal deverá, sempre que possível, indicar no edital a definição de quantidades totais a serem adquiridas, vinculando-se à vigência da Ata de Registro de Preços.

Art. 152 - Excepcionalmente, é permitido o registro de preços sem indicação do total a ser adquirido, com indicação do valor máximo da despesa, restrito às seguintes hipóteses:

I - quando for a primeira licitação para o objeto e o órgão ou entidade que não tiver registro de demandas anteriores;

II - no caso de alimento perecível; e

III - no caso em que o serviço estiver integrado ao fornecimento de bens.

Art. 153 - As licitações processadas pelo SRP poderão ser adotadas nas modalidades de licitação, pregão ou concorrência, assim como nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação.

SEÇÃO I

DAS HIPÓTESES E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO SRP

Art. 154 - A Administração Pública Municipal poderá adotar o SRP quando:

I - pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou em diferentes períodos, ou contratação de serviços necessários à Administração para o desempenho de suas atividades;

III - for conveniente à aquisição de bens ou à contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão e entidade; ou

IV - pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado.

Art. 155 - O SRP, no caso de obras e serviços de engenharia, somente poderá ser utilizado se atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - projeto padronizado e sem complexidade técnica e operacional;

II - necessidade permanente ou frequente de obra, ou serviço a ser contratado; e

III - compromisso do órgão participante ou aderente de suportar as despesas das ações necessárias à adequação do projeto padrão às peculiaridades da execução.

Parágrafo único. A ausência de previsão orçamentária, sem a configuração dos demais requisitos dos incisos I ao III do caput, não é motivo para a adoção do SRP.

Art. 156 - A utilização do SRP observará as seguintes condições:

I - realização prévia de ampla pesquisa de mercado, de acordo com norma regulamentadora vigente;

II - seleção consoante os procedimentos previstos neste regulamento;

III - desenvolvimento obrigatório de rotina de controle;

IV - atualização periódica dos preços registrados;

V - definição do período de validade do registro de preços; e

VI - inclusão, em Ata de Registro de Preços, do licitante que aceitar cotar os bens ou serviços em preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação e inclusão do licitante que mantiver sua proposta original.

Art. 157 - Os preços registrados serão obtidos por meio de prévio procedimento licitatório, nas modalidades concorrência ou pregão, com vistas à obtenção do menor preço ou maior desconto, a ser adotado nas aquisições de bens ou nas contratações de serviços definidos em lista própria, estabelecida pelo órgão gerenciador.

§ 1º - Caberá ao órgão gerenciador consolidar a lista de bens ou serviços a serem prestados, que serão objeto do referido registro, por meio de prévia consulta aos demais órgãos e entidades da Administração Pública municipal, considerando-se o volume de aquisição, o consumo frequente por mais de um órgão ou entidade, ou as contratações de serviços mais frequentes com requisitos de padronização e racionalização.

§ 2º - O procedimento licitatório para a seleção dos menores preços ou maiores descontos observará as disposições legais e o regulamento constante deste Decreto.

Art. 158 - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o preço registrado que esteja incompatível com o preço vigente no mercado, mediante petição protocolada junto ao órgão gerenciador, anexando as informações comprobatórias das desproporções detectadas.

Art. 159 - Compete à autoridade máxima do órgão gerenciador, ou a quem as normas de organização administrativa indicar, autorizar a instauração e homologar as licitações para formação dos registros de preços.

Art. 160 - Compete ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, bem como da Ata de Registro de Preços dele decorrente, e, ainda, o seguinte:

I - registrar a intenção para registro de preços por meio do setor responsável pelas compras da Administração Pública municipal.

II - consolidar as informações sobre as estimativas individuais e totais de consumo;

III - realizar pesquisas de preços para procedimentos iniciados no órgão gerenciador, a fim de identificar os valores máximos dos itens da lista ou dos serviços discriminados;

IV - consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação do respectivo projeto, com vistas a atender aos requisitos de padronização e de racionalização;

V - recusar os quantitativos considerados ínfimos;

VI - realizar o procedimento licitatório, bem como todos os atos dele decorrentes, tais como a assinatura da Ata e sua disponibilização aos órgãos participantes;

VII - gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado pelos órgãos e entidades participantes, dos beneficiários, da ordem de classificação e dos quantitativos de contratação;

VIII - conduzir os procedimentos e negociações relativas a eventuais revisões dos preços registrados;

IX - firmar instrumentos de cooperação com entidades públicas ou privadas com vistas a manter controle, acompanhamento e evolução dos preços registrados;

X - decidir acerca da adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da intenção para registro de preços; e

XI - aplicar, garantidas a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, bem como registrar as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores e no PNCP.

SUBSEÇÃO I

DA LICITAÇÃO PARA O REGISTRO DE PREÇOS

Art. 161 - O processo licitatório será precedido de ampla pesquisa de preços para fixação do preço de referência, e o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos parâmetros estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 23 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como por outras técnicas idôneas de formação de preço de referência, dentre elas:

I - os preços registrados em Ata por outros órgãos ou entidades públicas; e

II - preços constantes de banco de preços.

§ 1º - No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, o valor estimado será acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, conforme previsto no § 2º do art. 23 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 2º - Deverá ser observado o intervalo temporal máximo de 6 (seis) meses entre a data das cotações e a divulgação do edital de licitação, e caso seja ultrapassado o referido intervalo temporal máximo, as cotações deverão ser atualizadas.

§ 3º - Para a obtenção do resultado da pesquisa de preços, não poderão ser considerados os preços inexequíveis ou os excessivamente elevados, conforme critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§ 4º - O responsável pela pesquisa deverá elaborar mapa de formação de preços, que refletirá a pesquisa, a metodologia adotada e o resultado obtido.

§ 5º - Na licitação para registro de preços não é necessária a indicação de dotação orçamentária, que somente será exigida para a efetivação da contratação.

§ 6º - O edital deverá informar o quantitativo mínimo previsto para cada contrato oriundo da Ata de Registro de Preços, com vistas a reduzir o grau de incerteza do licitante na elaboração da sua proposta, sem que isso represente ou assegure ao fornecedor direito subjetivo à contratação.

§ 7º - Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores e prestadores de serviços, estes deverão receber solicitação formal para apresentação de cotação, preferencialmente por meio eletrônico.

Art. 162 - Observado o disposto no art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o edital de licitação para registro de preços contemplará, no mínimo, o seguinte:
I - as especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida;
II - a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida;
III - a possibilidade de prever preços diferentes:
a) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;
b) em razão da forma e do local de acondicionamento;
c) quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote; e
d) por outros motivos justificados no processo.
IV - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela;
V - o critério de julgamento da licitação, que será o de menor preço ou o de maior desconto sobre tabela de preços praticada no mercado;
VI - as condições para alteração de preços registrados;
VII - o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação conforme a ordem de classificação;
VIII - a vedação à participação do órgão ou entidade em mais de uma Ata de Registro de Preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de Ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital; e
IX - as hipóteses de cancelamento da Ata de Registro de Preços e suas consequências.
Art. 163 - Quando o edital previr o fornecimento de bens, contratação de obras ou serviços em locais diferentes, é facultada a apresentação de proposta diferenciada por região, de modo que aos preços sejam acrescidos os respectivos custos.
§ 1º - O edital poderá admitir, como critério de julgamento, a oferta de maior desconto linear sobre planilha orçamentária ou tabela referencial de preços, inclusive para contratação de obras e serviços de engenharia, para o qual este critério será o preferencial, elaborada por órgão ou entidade de reconhecimento público, desde que tecnicamente justificado.
§ 2º - O critério de julgamento de menor preço por grupo de itens somente poderá ser adotado quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica, e o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos deverá ser indicado no edital.
§ 3º - A contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade, observado os parâmetros estabelecidos nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 23 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

SEÇÃO II
DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Art. 164 - Homologado o resultado da licitação, será lavrada Ata de Registro de Preços, a ser assinada pela autoridade máxima do órgão gerenciador ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, e pelos interessados, respeitada a ordem de classificação obtida na respectiva licitação e a quantidade de beneficiários que serão registrados.
§ 1º - O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida consoante as disposições nela contidas.
§ 2º - A convocação para assinar a Ata de Registro de Preços obedecerá à ordem de classificação na licitação correspondente.
§ 3º - Será incluído na respectiva Ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.
§ 4º - O registro de que trata o § 3º tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata.
§ 5º - A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.
§ 6º - A recusa do adjudicatário em assinar a Ata no prazo estabelecido no edital permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens ou executar as obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei e no edital da licitação.
§ 7º - A recusa injustificada ou cuja justificativa não seja aceita pelo órgão gerenciador implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de penalidades administrativas, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
§ 8º - Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a Ata de Registro de Preços nos termos do § 6º, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.
§ 9º - É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto no mesmo local, condições mercadológicas e de logística.
§ 10 - O preço registrado e a indicação dos fornecedores serão disponibilizados pelo órgão gerenciador no PNCP.
Art. 165 - Os órgãos e entidades que não compõem o Poder Executivo Municipal, ou outros entes federativos, poderão recorrer à Ata de Registro de Preços, mediante consulta prévia ao órgão gerenciador.
Parágrafo único. O fornecedor beneficiário do registro de preços, após a convocação formal por parte do órgão gerenciador, manifestará interesse em atender ou não à nova solicitação de acréscimo, desde que não comprometa o fornecimento das quantidades já registradas.
Art. 166 - A existência de preços registrados para bens ou serviços não obriga a Administração Pública Municipal a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

SEÇÃO III
DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Art. 167 - Durante a vigência da Ata de Registro de Preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à Ata, desde que:
I - seja justificada a vantagem de sua utilização;
II - a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital; e
III - haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário.
§ 1º - É necessária a apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de risco de desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público.
§ 2º - É necessária a demonstração de que os valores registrados na Ata a que se pretende aderir estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado, na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, mediante pesquisa atualizada de preços.
§ 3º - O órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor da Ata deverão ser consultados previamente e manifestar aceitação sobre o ato.
§ 4º - As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.
§ 5º - O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
§ 6º - Na hipótese de inclusão, na licitação, dos quantitativos indicados pelos participantes na fase da IRP, o edital deverá ser ajustado consoante o quantitativo total a ser licitado.
§ 7º - Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

SEÇÃO IV
DA INSERÇÃO DE NOVOS FORNECEDORES

Art. 168 - O órgão gerenciador poderá admitir a inclusão superveniente de novas empresas para os itens constantes da Ata de Registro de Preços quando:
I - por peculiaridades de mercado, o quantitativo total estimado não for atingido no momento da licitação; ou
II - o quantitativo total estimado sofrer acréscimo decorrente da ocorrência de fato superveniente devidamente justificado pela autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 1º - A inclusão de que trata o caput deverá observar as condições estabelecidas no edital, a ordem de classificação constante da Ata e as condições oferecidas pelo primeiro colocado da licitação.
§ 2º - A inserção de novos fornecedores para o item registrado ocorrerá mediante admissão, submetida à concordância dos demais fornecedores, que deverão se pronunciar, obrigatoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, mediante a apresentação de documento devidamente formalizado por representante legal da empresa com poderes ad negotia.
§ 3º - A admissão de novas empresas deve ser publicada no PNCP e no Diário Oficial dos Municípios da FEMURN.

SEÇÃO V
DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Art. 169 - O edital e a Ata de Registro de Preços deverão conter cláusula que estabeleça a possibilidade de atualização periódica dos preços registrados, consoante a realidade de mercado dos respectivos insumos.
Art. 170 - Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou em decorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarretem modificação significativa e suficiente a alterar o custo de fornecimento dos bens ou da contratação dos serviços e inviabilizem a execução tal como pactuada, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços.
§ 1º - Quando o preço inicialmente registrado, por motivos adversos e imprevistos, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá convocar os fornecedores ou prestadores de serviço registrados, obedecida à ordem de classificação, com vistas a negociar a redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado.
§ 2º - Frustrada a negociação de que trata o § 1º, os fornecedores ou prestadores de serviço registrados serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas, devendo o órgão gerenciador convocar os demais fornecedores ou prestadores de serviço registrados, na ordem de classificação obtida na licitação, com vistas a igual oportunidade de negociação.
§ 3º - Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a empresa beneficiária, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder honrar o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
I - liberar o beneficiário do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e documentos comprobatórios apresentados, desde que a comunicação, devidamente formalizada, ocorra antes do pedido de fornecimento ou da solicitação do serviço; e
II - convocar as demais empresas que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, com vistas a igual oportunidade de negociação.
§ 4º - Não havendo êxito nas negociações de que trata o inciso II do § 3º, o órgão gerenciador procederá à atualização dos preços registrados, de acordo com a realidade dos valores praticados no mercado.
§ 5º - Esgotadas as hipóteses dos §§ 1º ao 4º, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, na forma da Subseção VII, adotando as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
Art. 171 - O fornecedor ou prestador de serviço registrado fica obrigado a fornecer ou prestar o serviço nos casos em que o pedido de revisão for posterior à autorização emitida pelo órgão gerenciador.
Art. 172 - O fornecedor poderá ter seu preço suspenso ou cancelado pelo órgão gerenciador quando:
I - não assinar o contrato de prestação de serviços no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
II - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;
III - for liberado, motivadamente, pela autoridade máxima;
IV - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;
V - na hipótese de o preço se tornar superior àqueles praticados no mercado, não aceitar reduzir o preço registrado;
VI - sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021; ou
VII - não aceitar o preço revisado pela administração.
§ 1º - A suspensão ou cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no inciso I do caput, deverá ser formalizada por comunicação eletrônica ou correspondência com aviso de recebimento, em ambos os casos, acostando-se o comprovante no processo de origem ao registro de preço.
§ 2º - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios da FEMURN, ou no Diário Oficial da União se o recurso for origem federal não voluntária, considerando-se suspenso ou cancelado o preço a partir da publicação.

SEÇÃO VI
DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Art. 173 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador nos seguintes casos:
I - pelo decurso do prazo de vigência;
II - pelo cancelamento de todos os preços registrados;
III - por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na Ata, mediante demonstração suficiente;
IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas; e
V - em razão de substancial alteração das condições de mercado.
Art. 174 - No caso de cancelamento da Ata ou do preço registrado por iniciativa da Administração Pública Municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
Parágrafo único. O fornecedor ou prestadores de serviço registrados serão notificados por meio eletrônico para apresentarem defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.
Art. 175 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que o valor seja compatível com os preços praticados no mercado, devidamente comprovado mediante pesquisa mercadológica atualizada.
Parágrafo único. O prazo de vigência será contado a partir da publicação do extrato da Ata no PNCP e no Diário Oficial dos Municípios da FEMURN.
Art. 176 - No ato de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.
§ 1º - A prorrogação da vigência da Ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, bem como considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.
§ 2º - A prorrogação da vigência da Ata deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
Art. 177 - Esta Subseção regulamenta o art. 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para dispor sobre o procedimento de Intenção de Registro de Preços (IRP).
Art. 178 - Fica instituído o procedimento de IRP, a ser operacionalizado, preferencialmente, por meio de ferramenta digitais online, para registro e divulgação dos itens a serem licitados, devendo ser justificada a adoção de outro meio considerado mais adequado.
Parágrafo único. A publicidade da IRP aos demais órgãos e entidades poderá ser dispensada pelo órgão gerenciador, mediante justificativa, quando o objeto for de interesse restrito a órgãos ou entidades específicas da Administração Pública.
Art. 179 - Caberá ao órgão gerenciador:
I - registrar a IRP e dar publicidade aos demais órgãos e entidades para manifestarem seu interesse na aquisição de bens, contratação de obras ou serviços objetos de licitação para registro de preços;
II - estabelecer, quando for o caso, o número máximo de participantes na IRP conforme a capacidade de gerenciamento;
III - aceitar ou recusar, justificadamente, os quantitativos considerados ínfimos, não devidamente justificados ou que causem embaraços à celeridade e economicidade processuais; e
IV - deliberar quanto à inclusão posterior de participantes que não manifestaram interesse durante o período de divulgação da IRP ou de quantitativos atualizados, desde que seja apresentada justificativa sobre o descumprimento dos prazos.

CAPÍTULO XXXI
DO REGISTRO CADASTRAL

Art. 180 - Este Capítulo regulamenta o art. 87 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para dispor sobre o registro cadastral.
Art. 181 - Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal deverão utilizar o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), disponível no PNCP, para efeito de cadastro de licitantes nos termos do art. 87 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
§ 1º - É proibida a exigência pelo órgão ou entidade licitante de registro cadastral complementar para acesso a edital e anexos.
§ 2º - A Administração poderá realizar licitação restrita a fornecedores cadastrados no SICAF, atendidos os critérios, condições e limites estabelecidos neste Decreto e no edital do certame licitatório, bem como a ampla publicidade dos procedimentos para o cadastramento.
§ 3º - Na hipótese a que se refere o § 2º, será admitido fornecedor que realize seu cadastro dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas.
Art. 182 - A atuação do contratado no cumprimento de obrigações assumidas será avaliada pelo contratante que emitirá, de acordo com cadastro realizado, documento avaliativo comprobatório com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos pelos fiscais e gestores dos respectivos contratos, e a eventuais penalidades aplicadas no SICAF.
Art. 183 - A anotação do cumprimento de obrigações pelo contratado de que trata o artigo anterior será condicionada ao atendimento dos critérios do § 4º do art. 88 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
Art. 184 - O interessado que requerer o cadastro, na forma do art. 88 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou na forma do Pedido de Registro Cadastral (PRC), poderá participar de processo licitatório até a decisão da Administração, e a celebração do contrato ficará condicionada à emissão do certificado referido no § 2º do art. 88 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
Art. 185 - Os registros cadastrais serão de acesso e consulta prévia obrigatória para:
I - celebração de convênios, acordos, ajustes, contratos que envolvam o desembolso, a qualquer título, de recursos financeiros;
II - repasses de valores de convênios ou pagamentos referentes a contratos; e
III - registro das sanções aplicadas às pessoas físicas e jurídicas.
Parágrafo único. A existência de registro de sanções no SICAF poderá constituir impedimento à realização dos atos a que se refere este artigo, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO XXXII
DA NEGOCIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA

Art. 186 - Este Título regulamenta o § 2º do art. 61 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para dispor sobre os critérios de negociação de condições mais vantajosas à Administração.
Art. 187 - Após o encerramento da fase de apresentação de propostas, o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação classificará as propostas por ordem decrescente de vantajosidade.
§ 1º - O agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação poderá negociar com o licitante mais bem colocados condições mais vantajosas para Administração Pública Municipal considerando o resultado alcançado.
§ 2º - A negociação de que trata o § 1º poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, após a negociação, for desclassificado por sua proposta configurar-se acima do preço máximo definido.
§ 3º - Encerrada a etapa competitiva do processo, poderão ser divulgados os custos dos itens ou das etapas do orçamento estimado que estiverem abaixo dos custos ou das etapas ofertados pelo licitante da melhor proposta, para fins de reelaboração da planilha com os valores adequados ao lance vencedor.
Art. 188 - Encerrado o julgamento, será disponibilizada a respectiva Ata, com a ordem de classificação atualizada das propostas.

CAPÍTULO XXXIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 189 - A utilização deste Decreto é obrigatória, no âmbito dos órgãos e entidades de que trata o art. 1º, para licitar ou contratar diretamente, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
Parágrafo único. As licitações e as contratações diretas cujos editais ou termos de dispensa ou inexigibilidade se fundamentem nas leis citadas no inciso II do caput do art. 193 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e tenham sido publicados na Imprensa Oficial antes do início da vigência deste Decreto, permanecerão regidos pela legislação revogada até o final da vigência dos respectivos contratos e eventuais prorrogações, bem como das Atas de Registro de Preços.
Art. 190 - Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente do Decreto Municipal nº 1.822/2026-GP.
Art. 191 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Goianinha/RN, em 19 de outubro de 2026.

WILSON GOMES MACHADO JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Claudia Antonia da Costa Basílio
Código Identificador:70AD13CF

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
PORTARIA N.º 174/2026 - SEMPLAF

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE GOIANINHA/RN, no uso de suas atribuições legais, definida através do Decreto nº 1.564/2024, de 26.04.2024.

RESOLVE:

Conceder duas diárias e meia, no valor unitário de R$ 3.000,00 (três mil reais), referente à concessão das diárias acima especificadas, ao preço unitário de R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) a servidora **GILCÊNIA MARIA DO NASCIMENTO** matrícula de nº 1383205/10, ocupante do cargo de **CONTROLADORA,** para cobrir as despesas com hospedagem, alimentação e deslocamento, na cidade de Foz do Iguaçu/PA no período de 20 a 24 de outubro de 2026, com o objetivo de participar 6º SIMPÓSIO EM GESTÃO PÚBLICA - A Reforma Tributária vai muito além da substituição de tributos.

LIDIANE DE OLIVEIRA BEZERRA SILVA
Secretária Municipal de Planejamento, Administração e Finanças

Publicado por:
Claudia Antonia da Costa Basílio
Código Identificador:13FAF2F9

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
PORTARIA N.º 175/2026 - SEMPLAF

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE GOIANINHA/RN, no uso de suas atribuições legais, definida através do Decreto nº 1.564/2024, de 26.04.2024.

RESOLVE:

Conceder duas diárias e meia, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) referente à concessão da diária acima especificada, ao preço unitário de R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) ao servidor **WESLEY JONATHAN GALVÃO ROCHA** matrícula de nº 1432664/6, ocupante do cargo de **SECRETÁRIO MUNICIPAL,** para cobrir as despesas com hospedagem, alimentação e deslocamento, na cidade de Foz do Iguaçu/PA no período de 20 a 24 de outubro de 2026, com o objetivo de participar 6º SIMPÓSIO EM GESTÃO PÚBLICA - A Reforma Tributária vai muito além da substituição de tributos.

LIDIANE DE OLIVEIRA BEZERRA SILVA
Secretária Municipal de Planejamento, Administração e Finanças

Publicado por:
Claudia Antonia da Costa Basílio
Código Identificador:079BA38D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº 145/2024 AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2024 QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO/RN E A PESSOA JURÍDICA PEDRO BRUNO TARGINO FERREIRA-ME, CNPJ: 28.702.437/00

Pelo presente Termo Aditivo celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE GOV. DIX-SEPT ROSADO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.094/0001-10, sediada na Rua Josué Dias, 234, Centro, CEP: 59.790-000, Governador Dix-Sept Rosado/RN, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 18.588.387/0001-04 neste ato representado por sua Gestora, a **Sra. MONALISA LOPES EVANGELISTA**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade sob nº 1.875.894-ITEP/RN, inscrita no CPF sob nº 055.774.684-18, residente e domiciliado na Rua Manuel Salviano, 308, Centro, CEP: 59790-000, Governador Dix-Sept Rosado/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a Pessoa Jurídica **PEDRO BRUNO TARGINO FERREIRA-ME, CNPJ: 28.702.437/0001-96**, sediada na Rua Coronel Luiz Inacio, 287, Centro, CEP: 59780-000, Caraúbas/RN, neste ato representada pelo **Sr.PEDRO BRUNO TARGINO FERREIRA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade sob n° 2.487.850-ITEP/RN, inscrito no CPF sob nº 088.209.894-25, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente termo de aditamento referente à renovação de prazo com espeque no art. 107 da Lei n° 14.133/2021, e demais normas aplicáveis à espécie, ao qual as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1. O presente termo tem por objeto a renovação do Termo de Contrato nº 145/2024 embasada no art. 107 da Lei n° 14.133/2021 referente à contratação de Pessoa Jurídica destinada ao fornecimento de brinquedos recreativos e correlatos em atendimento às necessidades da Secretaria de Assistência Social do Município de Governador Dix-Sept Rosado/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE PRORROGAÇÃO:
2. O termo aditivo em apreço tem vigência iniciada a partir da data de sua assinatura, e vigerá por 12 (doze) meses, podendo ser renovado, conforme art. 107 da Lei n° 14.133/2021 com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE:
3. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação da proposta.
3.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acumulado em 12 (doze) meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
3.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
3.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
3.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
3.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
3.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
3.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÀUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL:
4. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Mossoró/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
4.1. Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do Termo de Contrato n° 145/2024 ao Pregão Eletrônico nº 011/2024 ao Processo Administrativo n° 076/2024 não alcançadas pelo presente aditivo, o qual é ratificado em todas as suas demais cláusulas e condições, e, do qual o presente instrumento passa a fazer parte integrante e complementar a fim de juntos produzam um único efeito de direito, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, os quais, depois de lidas, são assinados pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, abaixo.

Gov. Dix-Sept Rosado/RN, 16 de outubro de 2026.

Fundo Municipal de Assistência Social de Governador Dix-Sept Rosado/RN	Pedro Bruno Targino Ferreira-ME
MONALISA LOPES EVANGELISTA	***PEDRO BRUNO TARGINO FERREIRA***
Gestora do Fundo Municipal	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Nadja de França Costa
Código Identificador:E92F0D10

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO AUTORIZATIVO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 053/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 084/2026

Trata-se de processo administrativo, fundamentado no art. 74, inciso III, alínea "c" da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA ADMINISTRATIVA EM GESTÃO PÚBLICA NO PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO/RN, *In verbis*:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
(...)
III – contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:
(...)
c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

Ante todo o exposto, diante das manifestações técnicas e jurídicas expedidas pela respectiva unidade administrativa no exercício das competências regulamentares que lhes são conferidas, bem como da documentação carreada aos autos, este Ordenador de Despesas, na qualidade de autoridade competente, não vislumbra óbice à presente contratação direta, razão pela qual **AUTORIZA** a Inexigibilidade de Licitação nº 053/2026 – Processo Administrativo nº 084/2026, nos termos do art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, junto à Pessoa Jurídica: **MFM ASSESSORIA E CONSULTA TECNICA E ADMINISTRATIVA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 21.789.935/0001-79, com sede a Rua Lúcia Viveiros, 255, Condomínio Central Park, torre "4", Apto 901, Neópolis – Natal/RN, CEP: 59.086.005, no valor total de R$ 108.000,00 (cento e oito mil reais).
E, estando todo o processo de Contratação Direta nos moldes legais, determino que seja dada a devida publicidade, em cumprimento ao disposto no parágrafo único, do art. 72, do supracitado diploma legal.

Governador Dix-Sept Rosado/RN, 09 de outubro de 2026.

ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA
Prefeito do Município de Governador Dix-Sept Rosado/RN
Autoridade Competente

Publicado por:
Nadja de França Costa
Código Identificador:BB917767

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE CONTRATO Nº 13100001/2026 A INEXIGIBILIDADE Nº 053/2026, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO/RN E A EMPRESA MFM ASSESSORIA E CONSULTA TECNICA E ADMINISTRATIVA EIRELI, INSCRITO NO CNPJ Nº 21.789.935/0001-79

Pelo presente contrato celebram de um lado a **MUNICÍPIO DE GOV. DIX-SEPT ROSADO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.094/0001-10, com sede na Rua Manoel Joaquim, nº 665, Centro, CEP: 59.790-000, Governador Dix-Sept Rosado/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade de n° 2024141, expedida pelo ITEP/RN, inscrito no CPF: 036.XXX.XXX-30, residente e domiciliado na Rua Maurilio Sales Dias 2, Alto Santa Catarina, 59.790-000, Governador Dix-Sept Rosado/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa: **MFM ASSESSORIA E CONSULTA TECNICA E ADMINISTRATIVA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 21.789.935/0001-79, com sede a Rua Lúcia Viveiros, 255, Condomínio Central Park, torre "4", Apto 901, Neópolis – Natal/RN, CEP: 59.086.005, por intermédio do seu representante legal, Sr. **MADSON FERREIRA DE MELO**, portador da CNH nº 03x.xxx.4xx-x7 – MD/DENATRAN/RN, doravante designado **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta o Processo Administrativo nº 084/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Inexigibilidade nº 053/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA ADMINISTRATIVA EM GESTÃO PÚBLICA NO PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO/RN,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1	Serviços de assessoria e consultoria administrativa em gestão pública no planejamento das contratações públicas em atendimento as necessidades da Prefeitura Municipal de Governador Dix-Sept Rosado/RN.	Mês	12	R$ 9.000,00	R$ 108.000,00

O Termo de Referência;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência do Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia legal após a publicação de seu extrato, podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 106 a 107, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

O valor global estimado para a execução da presente contratação é de R$ 108.000,00 (cento e oito mil reais) para o período de 12 (doze) meses de vigência, o qual será adimplido em 12 (doze) parcelas mensais, fixas e sucessivas de R$ 9.000,00 (nove mil reais) cada, mediante a efetiva prestação dos serviços e aprovação do Relatório Técnico Mensal de Atividades. A valoração decorre da Proposta Comercial formalizada pela empresa MFM ASSESSORIA E CONSULTA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA LTDA (CNPJ nº 21.789.935/0001-79) em 01/10/2026, mostrando-se o preço compatível com a natureza predominantemente intelectual e a alta complexidade do objeto.
A justificativa do preço atende ao Artigo 23, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, em virtude da natureza intelectual e singular do serviço e da notória especialização do fornecedor, constando a proposta e a Documentação da Empresa formalmente anexadas ao processo administrativo (Decreto Municipal nº 03/2024-GP).
O valor mensal pactuado permanecerá fixo e irreajustável pelo interregno anual de 12 (doze) meses, admitindo-se reajuste pelo IPCA/IBGE em caso de prorrogação contratual (Art. 106 e Art. 92, V, da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
Cientificar o setor de representação judicial da Administração Pública para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
Responsabilizar-se, na medida de sua conduta, por reparar os danos causados à Administração quando por decisão transitada e julgada não se confirmar a homologação das compensações.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
der causa à inexecução parcial do contrato;
der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
der causa à inexecução total do contrato;
ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
praticar ato fraudulento na execução do contrato;
comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Multa:
Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 11.1, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 11.1, de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Para infração descrita na alínea "b" do subitem 11.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 11.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.
Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 11.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para o Contratante;
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral Municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

02.003– SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
Função	04 - Administração
Sub função	122 – Administração Geral
Programa	2001 – Gestão Pública Transparente, Eficiente e em Progresso Contínuo
Projeto/Atividade	2008 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração
Elemento de Despesa	3390.39.00 – Serviços de Terceiros - PJ
Fonte de Recursos	Ficha: 260121 - 15000000 – Recursos não vinculados de Impostos
Fonte de Recursos	Ficha: 260122 - 17040000 – Transferências da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural
Fonte de Recursos	Ficha: 260123 - 17050000 – Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante,salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Mossoró/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Governador Dix-Sept Rosado/RN, 13 de outubro de 2026.

Prefeitura Municipal de Governador Dix-Sept Rosado/RN	MFM Assessoria e Consulta Tecnica e Administrativa EIRELI
ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA	***MADSON FERREIRA DE MELO***
Prefeito do Município de Governador Dix-Sept Rosado/RN	Representante Legal
(Contratante)	(Contratada)

ADEMIRTON CARLOS SEGUNDO EVANGELISTA
Gestor do Contrato

FRANSUELDO DE PAULA MEDEIROS
Fiscal do Contrato

Publicado por:
Nadja de França Costa
Código Identificador:A6F1CEA4

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA COMPOSIÇÃO DE CADASTRO RESERVA E CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORES PARA AS ZONAS URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO – RN – EDITAL Nº. 001/2025. EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 077/2026

O Secretário Municipal de Educação de Governador Dix-sept Rosado-RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que conforme o disposto no Decreto Municipal Nº 003/2025 - GP, publicado no Diário Oficial dos Municípios do dia 15 de janeiro de 2025, cabe a Secretaria Municipal de Educação todos os atos relacionados ao Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado – RN.
CONSIDERANDO a publicidade do resultado final do Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado, publicado no dia 14 de fevereiro de 2025, pelo qual foi dada a ciência para todos os interessados da classificação final do citado certame;

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os candidatos relacionados no ANEXO I, classificados no Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado – RN, por ordem rigorosa de pontuação e classificação final, para entrega da documentação necessária.
Art. 2º Os candidatos deverão apresentar todos os documentos exigidos neste Edital, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, sob pena de serem considerados desistentes, sendo automaticamente excluídos do Processo Seletivo Simplificado.
1. RG – Registro Geral/Carteira de Identidade;
2. CPF/MF;
3. PIS/PASEP;
4. Certidão de Nascimento ou Casamento;
5. Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 de anos;
6. Comprovante de Residência;
7. 01 (uma) foto ¾ recente;
8. CTPS / Carteira de Trabalho;
9. Título Eleitoral;
10. Conta Corrente – Banco do Brasil;
11. Comprovante de Grau de Instrução;
12. Comprovante do Registro no Conselho de Classe, quando for o caso.
13. Declaração de Acúmulo de Cargos e Desimpedimento (ANEXO II).
14. Para candidatos que se declararam com deficiência: Atestado de Saúde Ocupacional, assinado por um Médico do Trabalho, que terá decisão terminativa sobre a sua deficiência e o respectivo grau, com a finalidade de verificar se há compatibilidade com as atribuições do cargo.

Art. 3º Os candidatos deverão apresentar todos os documentos exigidos neste Edital das 08h às 12h, nos dias 20 e 21 de outubro de 2026, na Secretaria Municipal de Administração (Centro Administrativo), situada na Rua Manoel Joaquim, 665, Centro, Governador Dix-sept Rosado.
Art. 4º Caso os candidatos não tenham interesse em assumir a vaga, deverão assinar a Declaração de Desistência, conforme modelo em anexo (ANEXO III).
Art. 5º A contratação dos candidatos aprovados ficará condicionada ao disposto no artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal, que veda a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horário e nos casos previstos pelo referido dispositivo constitucional.
Art. 6º A lotação dos professores contratados será feita em conformidade com as carências existentes nas unidades escolares das zonas urbana e rural deste Município.
Para que não se alegue ignorância, o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO será divulgado no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte (www.diariomunicipal.com.br/femurn/) e nas mídias sociais da Prefeitura Municipal de Governador Dix-Sept Rosado.
Governador Dix-Sept Rosado, 19 de outubro de 2026.

JEOACAZ GOMES MARQUES DA SILVEIRA
Secretário Municipal de Educação (interino)
Portaria nº 104/2026-GP

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 077/2026

ANEXO I – RELAÇÃO DOS CONVOCADOS

CARGO: PROFESSOR DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL		
HABILITAÇÃO/REQUISITOS NECESSÁRIOS: LICENCIATURA EM MATEMÁTICA OU CIÊNCIAS DA NATUREZAOU LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO COM HABILITAÇÃO EM CIÊNCIAS DA NATUREZA.		
	Nº DE INSCRIÇÃO	**NOME DO CANDIDATO**
7.	371	**HADASSA NAARA ALMEIDA COSTA**

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGOS E DESIMPEDIMENTO

Eu_____,
RG nº. _____ e CPF nº. _____, DECLARO, com base no que dispõem os incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal em relação ao acúmulo de cargos, que:
( ) **NÃO** exerço acumulação remunerada de qualquer outro Cargo, Emprego ou Função Pública, no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.
( ) **SIM**, exerço acumulação remunerada de outro Cargo, Emprego ou Função Pública, no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.
Se sim, qual a função e carga horária?
_____
Declaro, ainda, não ter impedimento de exercer as atividades docentes, em virtude de alguma condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela.

Governador Dix-sept Rosado – RN, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do Declarante

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, _____, RG nº _____ e CPF nº _____, candidato(a) aprovado(a) no Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado – RN, referente ao Edital nº 01/2025, classificado(a) em _____ lugar para o Cargo de Professor Temporário de _____, conforme Resultado Final homologado em 17 de fevereiro de 2025, declaro formal e definitivamente, **a minha desistência da vaga,** por motivos pessoais.

Governador Dix-sept Rosado – RN, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do Declarante

Publicado por:
Cosme Abrahão Silva Freitas
Código Identificador:27FB0B04

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 789/2026

Conceder Férias o (a) servidor (a) JAIRO ALVES DE OLIVEIRA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias regulamentares ao (à) servidor (a) **JAIRO ALVES DE OLIVEIRA**, matrícula nº 2833, ocupante do cargo efetivo de **GUARDA MUNICIPAL**, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Segurança, Desenvolvimento Social e Patrimonial, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2022/2023, com o gozo a partir de 19/10/2026 a 17/11/2026, conforme Processo Administrativo nº 002501/000441/2026.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 19 de outubro de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Izabelly Rodrigues Moreira
Código Identificador:5BE02031

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 790/2026

Conceder Férias o (a) servidor (a) FRANCINALDO ASSUNCAO LEONEZ.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias regulamentares ao (à) servidor (a) **FRANCINALDO ASSUNCAO LEONEZ**, matrícula nº 2787, ocupante do cargo efetivo de **GUARDA MUNICIPAL**, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Segurança, Desenvolvimento Social e Patrimonial, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2022/2023, com o gozo a partir de 19/10/2026 a 17/11/2026, conforme Processo Administrativo nº 002534/000444/2026.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 19 de outubro de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Izabelly Rodrigues Moreira
Código Identificador:B377C965

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 791/2026

Conceder Férias o (a) servidor (a) IRAJAN MARTINS DE SOUZA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias regulamentares ao (à) servidor (a) **IRAJAN MARTINS DE SOUZA**, matrícula nº 0703, ocupante do cargo efetivo de **GUARDA MUNICIPAL**, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Segurança, Desenvolvimento Social e Patrimonial, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2023/2024, com o gozo a partir de 19/10/2026 a 17/11/2026, conforme Processo Administrativo nº 002443/000434/2026.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 19 de outubro de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Izabelly Rodrigues Moreira
Código Identificador:55A7C6DE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 792/2026

Conceder Férias o (a) servidor (a) GILCELINO DE MORAIS SOUZA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias regulamentares ao (à) servidor (a) **GILCELINO DE MORAIS SOUZA**, matrícula nº 0468, ocupante do cargo efetivo de **GUARDA MUNICIPAL**, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Segurança, Desenvolvimento Social e Patrimonial, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2022/2023, com o gozo a partir de 19/10/2026 a 17/11/2026, conforme Processo Administrativo nº 002499/000440/2026.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 19 de outubro de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Izabelly Rodrigues Moreira
Código Identificador:0AC9DB2E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 043/2026 - CMDCA

Aprova a atualização e consolidação do Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Guamaré/RN - CMDCA e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GUAMARÉ/RN - CMDCA, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 817/2023 e demais normas aplicáveis;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;

CONSIDERANDO o art. 12 da Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas - ONU, que assegura à criança e ao adolescente o direito de expressar livremente suas opiniões sobre os assuntos que lhes digam respeito, devendo tais opiniões ser devidamente consideradas em função de sua idade e maturidade;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 817/2023, que dispõe sobre a Política Municipal de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e disciplina a organização e o funcionamento do CMDCA de Guamaré/RN;

CONSIDERANDO a Resolução CMDCA nº 004/2023, que aprovou o Plano Municipal pela Primeira Infância – PMPI de Guamaré/RN, como instrumento de planejamento e articulação das ações destinadas à promoção e proteção integral dos direitos da criança na primeira infância;

CONSIDERANDO a Resolução CONANDA nº 116/2006, que dispõe sobre parâmetros para criação e funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO as Resoluções CONANDA nº 159/2013, nº 191/2017, nº 224/2021, nº 199/2017, nº 238/2023 e, especialmente, a Resolução CONANDA nº 266, de 17 de julho de 2025, que aprova o documento "Diretrizes para Mobilização, Implementação e Formação com foco na Participação Qualificada de Adolescentes nos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente – por meio do Comitê de Participação de Adolescentes – CPA";

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.211, de 17 de setembro de 2025 – Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (ECA Digital), que estabelece normas de proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, com ênfase no melhor interesse, na privacidade, na proteção de dados, da imagem, da voz e da identidade;

CONSIDERANDO, no que couber, a Resolução CNJ nº 687, de 26 de junho de 2026, que dispõe sobre salvaguardas e autorização judicial para atividade artística de crianças e adolescentes no ambiente digital nas hipóteses nela previstas, reforçando a proteção da imagem, voz, identidade, privacidade e dados pessoais;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.431/2017 e o Decreto Federal nº 9.603/2018, especialmente quanto à articulação da Rede de Proteção e ao Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidados e Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência - CGC;

CONSIDERANDO as Resoluções municipais vigentes que disciplinam as Comissões Permanentes do CMDCA;

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar, sistematizar e compatibilizar o Regimento Interno com a estrutura e as atribuições atualmente exercidas pelo Conselho;

CONSIDERANDO a Resolução CMDCA nº 004/2020, que aprovou o Regimento Interno anteriormente vigente, e a necessidade de preservar, atualizar e compatibilizar suas regras de organização, funcionamento e atuação das Comissões com a legislação e as normativas supervenientes;

CONSIDERANDO as deliberações e encaminhamentos da Comissão Permanente de Normas, em reunião realizada em 22 de setembro de 2026, especialmente quanto à institucionalização do CPA, à participação qualificada de adolescentes e à adoção de linguagem clara e acessível nos instrumentos e processos de participação;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CMDCA em sua 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 de outubro de 2026;

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a atualização e consolidação do Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Guamaré/RN - CMDCA, na forma do Anexo Único desta Resolução.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições regimentais anteriores que contrariem o texto consolidado constante do Anexo Único.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guamaré/RN, 15 de outubro de 2026.

LARISA MAYARA PEREIRA DA SILVA FONSECA
Presidente do CMDCA

ANEXO ÚNICO
REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GUAMARÉ/RN - CMDCA
CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, NATUREZA E FINALIDADE
Art. 1º O presente Regimento Interno disciplina a organização e o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Guamaré/RN - CMDCA, criado e regulamentado pela legislação municipal vigente, especialmente pela Lei Municipal nº 817/2023, sem prejuízo das normas federais e estaduais aplicáveis.

Art. 2º O CMDCA é órgão colegiado de caráter deliberativo, controlador e fiscalizador das ações da política municipal de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, assegurada a participação paritária entre Poder Público e sociedade civil, vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 3º A atuação do CMDCA observará, entre outros, os princípios da proteção integral, prioridade absoluta, interesse superior da criança e do adolescente, participação social, paridade, transparência, controle social, diversidade, não discriminação, participação com proteção, comunicação clara e acessível, escuta qualificada, devolutiva das deliberações e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

CAPÍTULO II - DA COMPOSIÇÃO, MANDATO E PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS

Art. 4º O CMDCA será composto paritariamente por 6 (seis) membros titulares e respectivos suplentes, sendo 3 (três) representantes do Poder Público Municipal e 3 (três) representantes da sociedade civil organizada, na forma da legislação municipal vigente.

I - os representantes do Poder Público serão designados pelo Chefe do Poder Executivo, preferencialmente entre órgãos diretamente relacionados à efetivação dos direitos da criança e do adolescente;

II - os representantes da sociedade civil serão escolhidos mediante processo próprio, observadas as regras previstas na legislação municipal.

§ 1º Os representantes da sociedade civil exercerão mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período, observada a legislação vigente.

§ 2º Os representantes governamentais permanecerão no Conselho enquanto vigorar a respectiva designação, podendo ser substituídos a qualquer tempo pelo órgão que representam.

§ 3º Os suplentes poderão participar das reuniões com direito à voz, assumindo o direito a voto quando estiverem substituindo formalmente o titular.

Art. 5º São deveres dos conselheiros, sem prejuízo de outros previstos em lei:

I - participar, com assiduidade, das reuniões ordinárias e extraordinárias, justificando previamente suas ausências;

II - conhecer e cumprir a legislação relativa aos direitos da criança e do adolescente, as resoluções do Conselho e este Regimento;

III - participar das Comissões Permanentes ou Especiais para as quais forem designados;

IV - apreciar, discutir e votar as matérias submetidas ao Plenário;

V - apresentar proposições, requerimentos, recomendações e questões de ordem;

VI - acompanhar a execução das deliberações do Conselho;

VII - preservar o sigilo de informações legalmente protegidas, especialmente aquelas relativas a crianças, adolescentes e suas famílias;

VIII - comunicar ao respectivo suplente e à Secretaria Executiva a impossibilidade de comparecimento às reuniões.

Art. 6º A suspensão, substituição, vacância ou perda de mandato de conselheiro observará a legislação municipal, o devido processo, o contraditório e a ampla defesa, quando cabíveis.

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS DO CMDCA

Art. 7º Compete ao CMDCA, além das atribuições previstas na Lei Municipal nº 817/2023 e demais normas aplicáveis:

I - deliberar, acompanhar, controlar e fiscalizar a execução da política municipal de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

II - acompanhar a elaboração e avaliar a proposta orçamentária municipal, propondo medidas necessárias à efetivação da política de atendimento;

III - estabelecer prioridades de atuação e contribuir para a definição da aplicação dos recursos públicos destinados à infância e adolescência;

IV - deliberar e acompanhar a utilização dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, aprovando seus planos de ação e aplicação;

V - propor aos Poderes constituídos medidas de aprimoramento das estruturas e políticas destinadas à infância e adolescência;

VI - oferecer subsídios para elaboração e aperfeiçoamento de leis, planos, programas, projetos e serviços relacionados aos direitos da criança e do adolescente;

VII - deliberar sobre a conveniência e oportunidade de implantação de programas, projetos e serviços voltados ao atendimento de crianças e adolescentes;

VIII - proceder ao registro das entidades não governamentais e à inscrição dos programas governamentais e não governamentais, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente e de resolução própria;

IX - incentivar e apoiar eventos, estudos, pesquisas, campanhas e ações de formação no campo dos direitos da criança e do adolescente;

X - promover articulação com órgãos públicos, organizações da sociedade civil, Sistema de Garantia de Direitos e outras instâncias de controle e participação social;

XI - emitir pareceres, recomendações, resoluções, notas e demais manifestações sobre matérias de sua competência;

XII - acompanhar e fomentar a participação de crianças e adolescentes nos espaços de controle social;

XIII - realizar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, na forma da legislação aplicável;

XIV - convocar e organizar as Conferências Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XV - instituir comissões, grupos de trabalho e outras instâncias auxiliares necessárias ao cumprimento de suas atribuições;

XVI - exercer outras competências previstas em lei, regulamento ou resolução.

CAPÍTULO IV - DA ORGANIZAÇÃO DO CMDCA

Art. 8º Integram a estrutura de funcionamento do CMDCA:

I - Plenário;

II - Presidência;

III - Vice-Presidência;

IV - Secretaria Executiva;

V - Comissões Permanentes e Especiais;

VI - Comitê de Participação de Adolescentes - CPA, como instância permanente de participação adolescente vinculada ao Conselho.

Parágrafo único. O Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência - CGC não integra a estrutura interna deliberativa do CMDCA, mantendo com o Conselho relação permanente de articulação institucional, nos termos deste Regimento e do ato municipal que o discipline.

CAPÍTULO V - DO PLENÁRIO E DAS SESSÕES

Art. 9º O Plenário é a instância máxima de deliberação do CMDCA e será composto pelos conselheiros legalmente designados.

Art. 10. As sessões deliberativas serão instaladas com a presença da maioria simples dos membros com direito a voto, ressalvadas as hipóteses em que a legislação ou este Regimento exijam quórum qualificado.

Art. 11. O CMDCA reunir-se-á ordinariamente, conforme calendário anual aprovado pelo Plenário, e extraordinariamente sempre que necessário.

§ 1º As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pela Presidência ou por requerimento de, no mínimo, metade dos membros titulares, preferencialmente com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, ressalvadas situações urgentes devidamente justificadas.

§ 2º As reuniões serão públicas, salvo quando o sigilo for necessário à proteção de direitos ou houver deliberação fundamentada do Plenário.

§ 3º As reuniões ordinárias e extraordinárias poderão ocorrer de forma presencial, virtual ou híbrida, mediante utilização de plataforma que permita a identificação dos participantes, sua manifestação durante os debates e o registro dos votos.

§ 4º A participação remota do conselheiro será considerada presença para todos os fins regimentais, inclusive para composição do quórum de instalação e de deliberação, assegurados os mesmos direitos de voz e voto da participação presencial, observada a condição de titularidade ou substituição formal.

§ 5º A Secretaria Executiva registrará em ata a modalidade da reunião e, quando híbrida, identificará os membros que participaram presencialmente e por meio remoto.

§ 6º Eventual interrupção técnica que impeça a participação efetiva de conselheiro deverá ser registrada, procedendo-se à nova verificação do quórum sempre que necessária.

Art. 12. A pauta será organizada pela Presidência e Secretaria Executiva, podendo os conselheiros solicitar inclusão de matérias, preferencialmente por escrito e com antecedência suficiente para sua instrução.

Parágrafo único. As pautas, informações e materiais referentes a matérias que envolvam diretamente o CPA ou que tenham sido apresentadas pelo Comitê deverão, sempre que possível, ser compartilhados com antecedência compatível, em linguagem clara, acessível e adequada à faixa etária, assegurando condições para participação qualificada dos adolescentes.

Art. 13. As deliberações serão tomadas por maioria simples dos presentes com direito a voto, salvo quórum especial previsto em lei ou neste Regimento, e serão formalizadas, conforme a matéria, por resoluções, recomendações, moções, pareceres ou outros atos do Conselho.
§ 1º Para fins de apuração do quórum e dos votos, será considerada equivalente a participação presencial e a participação remota regularmente registrada.
§ 2º Em caso de empate, a Presidência exercerá voto de qualidade para desempate, além do voto ordinário a que tiver direito como conselheira ou conselheiro, ressalvada disposição legal específica em contrário.

Art. 14. De cada reunião será lavrada ata, submetida à apreciação do Plenário, contendo síntese fiel das discussões, deliberações e encaminhamentos.
§ 1º A redação das atas e demais registros institucionais deverá priorizar linguagem clara, objetiva e compreensível, evitando formalismo excessivo, sem prejuízo da precisão técnica, jurídica e administrativa necessária.
§ 2º Quando houver participação do CPA ou apreciação de matéria por ele apresentada, será assegurada devolutiva aos adolescentes acerca das decisões adotadas e, quando pertinente, de seus fundamentos, podendo ser elaboradas sínteses, versões adaptadas, registros visuais, atas ilustradas ou outros recursos comunicacionais adequados, sem substituição da ata oficial.

CAPÍTULO VI - DA PRESIDÊNCIA E VICE-PRESIDÊNCIA
Art. 15. Compete à Presidência:
I - representar o CMDCA judicial e extrajudicialmente, quando cabível;
II - exercer a representação institucional externa do Conselho;
III - convocar e presidir as reuniões do Plenário;
IV - coordenar as discussões e assegurar o cumprimento das decisões plenárias;
V - decidir questões de ordem, sem prejuízo de recurso ao Plenário;
VI - assinar, juntamente com quem couber, os atos, resoluções, ofícios e demais expedientes do Conselho;
VII - encaminhar matérias às Comissões competentes, observadas as deliberações do Plenário;
VIII - requisitar informações, estudos e pareceres necessários ao exercício das atribuições do CMDCA;
IX - adotar providências administrativas para o regular funcionamento do Conselho, sem inovar nas competências reservadas ao Plenário.

Art. 16. Compete à Vice-Presidência substituir a Presidência em suas ausências e impedimentos e auxiliá-la no exercício de suas atribuições.

Art. 17. A forma de escolha, duração do mandato e substituição da Presidência e Vice-Presidência observarão a legislação municipal e as deliberações do Plenário.

CAPÍTULO VII - DO APOIO ADMINISTRATIVO E DA SECRETARIA EXECUTIVA
Art. 18. O Poder Executivo Municipal assegurará ao CMDCA recursos humanos, estrutura técnica, administrativa, física e material necessários ao seu adequado e ininterrupto funcionamento, nos termos da legislação municipal.

Art. 19. A Secretaria Executiva constitui unidade de apoio técnico-administrativo do CMDCA, responsável por dar suporte ao funcionamento do Plenário, das Comissões e das demais atividades institucionais do Conselho.

Art. 20. Compete à Secretaria Executiva:
I - organizar expedientes, correspondências, arquivos, atas, listas de presença e demais documentos do Conselho;
II - preparar e divulgar convocações, pautas e documentos das reuniões;
III - registrar e acompanhar as deliberações e encaminhamentos do Plenário;
IV - manter atualizados os registros de entidades, programas e demais cadastros de competência do CMDCA;
V - prestar apoio administrativo às Comissões Permanentes e Especiais, ao CPA e às atividades de articulação institucional do CMDCA;
VI - organizar os documentos relativos às Conferências Municipais e demais eventos promovidos pelo Conselho;
VII - manter controle dos atos normativos, resoluções e publicações do CMDCA;
VIII - promover, quando necessário, a adequação ou elaboração de versões, sínteses e materiais em linguagem clara e acessível destinados aos adolescentes do CPA, incluindo pautas, informações preparatórias, devolutivas e demais conteúdos necessários à participação qualificada;
IX - exercer outras atividades administrativas determinadas pelo Plenário ou pela Presidência, dentro das competências do Conselho.

Art. 21. A Secretaria Executiva atuará sob orientação institucional do Plenário e da Presidência, preservadas as atribuições deliberativas exclusivas do colegiado.

CAPÍTULO VIII - DAS COMISSÕES PERMANENTES E ESPECIAIS
Art. 22. As Comissões são instâncias auxiliares de estudo, análise, acompanhamento, fiscalização e proposição, devendo submeter suas conclusões ao Plenário quando a matéria exigir deliberação do Conselho.

Art. 23. As Comissões Permanentes serão paritárias e compostas por conselheiros do Poder Público e da sociedade civil, designados por resolução do CMDCA.
§ 1º Cada integrante terá como suplente o(a) conselheiro(a) formalmente designado(a) pela mesma representação institucional no CMDCA, que o(a) substituirá em suas ausências e impedimentos.
§ 2º As Comissões definirão entre seus integrantes um(a) Coordenador(a) e um(a) Relator(a), podendo solicitar assessoramento técnico e convidar profissionais, órgãos, entidades e adolescentes do CPA, quando a matéria justificar.
§ 3º A participação de convidados ou adolescentes nas Comissões não integra o quórum deliberativo do CMDCA, salvo previsão legal específica.
§ 4º Os integrantes das Comissões serão escolhidos ou indicados pelo Plenário e formalmente designados por resolução do CMDCA.
§ 5º Cada Comissão organizará critérios, diretrizes, cronograma e sistema de funcionamento de seus trabalhos, mantendo os respectivos registros em ajuda-memória, relatório ou instrumento equivalente e submetendo ao Plenário as matérias que demandem deliberação.
§ 6º Os pareceres, relatórios, propostas e demais trabalhos das Comissões que dependam de decisão do Conselho serão apreciados, discutidos e votados pelo Plenário, podendo, quando cabível, resultar em resolução ou outro ato próprio do CMDCA.

Art. 24. São Comissões Permanentes do CMDCA:
I - Comissão Permanente de Normas e de Referência, Acompanhamento e Interlocução Institucional do CPA;
II - Comissão Permanente de Avaliação de Planos, Programas, Projetos e Registro de Entidades;
III - Comissão Permanente de Acompanhamento, Controle e Fiscalização do Fundo da Infância e Adolescência - FIA.

Seção I - Da Comissão Permanente de Normas e de Referência, Acompanhamento e Interlocução Institucional do CPA
Art. 25. Compete à Comissão Permanente de Normas e de Referência, Acompanhamento e Interlocução Institucional do CPA:
I - elaborar, revisar e propor normas, resoluções, diretrizes e demais instrumentos necessários ao funcionamento do CMDCA;
II - analisar e emitir parecer sobre propostas de normas e diretrizes apresentadas por membros do CMDCA ou por órgãos e entidades colaboradoras;
III - acompanhar a implementação das normas e diretrizes aprovadas pelo CMDCA;
IV - recomendar medidas destinadas ao aprimoramento, atualização e efetividade das normativas internas do Conselho;
V - elaborar relatórios e informes periódicos acerca de seus trabalhos;
VI - exercer as funções de referência, acompanhamento e interlocução institucional do Comitê de Participação de Adolescentes - CPA;
VII - acompanhar a implantação, regulamentação, organização e funcionamento do CPA;
VIII - atuar como instância de referência e interlocução institucional entre o CPA e o CMDCA, assegurando que demandas, propostas e manifestações dos adolescentes sejam devidamente apresentadas e consideradas pelo Conselho;
IX - acompanhar e orientar a organização de reuniões, pautas, agenda de atividades, processos formativos e representações do CPA junto às assembleias, comissões, grupos de trabalho, conferências e demais espaços de participação, em articulação com o apoio técnico de referência provido pela SEMAS;
X - acompanhar e orientar procedimentos relativos à participação com proteção, especialmente quanto às autorizações, ao uso de imagem e voz, à proteção de dados pessoais e da identidade, à exposição em ambientes digitais, aos deslocamentos, à comunicação, à acessibilidade e à segurança dos adolescentes, observadas a Resolução CONANDA nº 266/2025, a Lei Federal nº 15.211/2025 – ECA Digital e, quando aplicável, as normas do CNJ;
XI - acompanhar os encaminhamentos e propostas apresentados pelo CPA, promovendo devolutivas ao Comitê;
XII - contribuir para a adequação de pautas, materiais, informações, registros e devolutivas destinados aos adolescentes do CPA, assegurando linguagem clara, acessível, inclusiva e adequada à participação qualificada.
§ 1º O acompanhamento realizado pela Comissão deverá respeitar a autonomia, a livre expressão e o protagonismo dos adolescentes, não podendo substituir a representação própria do CPA.
§ 2º A Comissão indicará, dentre seus integrantes, conselheiro(a) de referência ou ponto focal do CPA, responsável por facilitar a comunicação, os encaminhamentos e a articulação entre o Comitê, a Comissão e o CMDCA.

Seção II - Da Comissão Permanente de Avaliação de Planos, Programas, Projetos e Registro de Entidades
Art. 26. Compete à Comissão Permanente de Avaliação de Planos, Programas, Projetos e Registro de Entidades:
I - analisar pedidos de inscrição de programas governamentais e não governamentais submetidos ao CMDCA;
II - analisar pedidos de registro de entidades não governamentais, observados o ECA e as resoluções aplicáveis;
III - acompanhar e fiscalizar programas, projetos e serviços voltados ao atendimento de crianças e adolescentes, emitindo pareceres quando necessário;
IV - avaliar a documentação apresentada por entidades e programas sujeitos a registro ou inscrição no CMDCA;
V - acompanhar o desenvolvimento de planos municipais voltados ao interesse da criança e do adolescente, quando submetidos à apreciação do Conselho;
VI - propor ao Plenário medidas relativas à concessão, renovação, suspensão ou cancelamento de registros e inscrições, observados o devido processo e a regulamentação específica.

Seção III - Da Comissão Permanente de Acompanhamento, Controle e Fiscalização do Fundo da Infância e Adolescência - FIA
Art. 27. Compete à Comissão Permanente de Acompanhamento, Controle e Fiscalização do Fundo da Infância e Adolescência - FIA:
I - acompanhar a gestão financeira do FIA;
II - analisar e emitir parecer sobre relatórios de execução financeira do Fundo;
III - fiscalizar a aplicação dos recursos do FIA em projetos, programas e ações aprovados pelo CMDCA;
IV - acompanhar a execução do Plano de Aplicação do FIA e recomendar medidas destinadas ao aprimoramento de sua gestão;
V - elaborar relatórios periódicos sobre o desempenho do Fundo e submetê-los ao Plenário;
VI - contribuir para a transparência, publicidade e controle social na aplicação dos recursos, respeitados os limites legais.

Seção IV - Das Comissões Especiais
Art. 28. Poderão ser instituídas Comissões Especiais, de caráter temporário, para estudo, acompanhamento, fiscalização ou emissão de parecer sobre matérias específicas, extinguindo-se com a conclusão de sua finalidade.

CAPÍTULO IX - DO COMITÊ DE PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES - CPA
Art. 29. O Comitê de Participação de Adolescentes - CPA é instância permanente, consultiva e propositiva de participação adolescente vinculada ao CMDCA, destinada a assegurar a escuta, a expressão, o protagonismo e a influência de adolescentes nas políticas públicas que lhes dizem respeito.
Art. 30. Compete ao CPA, observada sua regulamentação específica:
I - acompanhar e contribuir para a formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas voltadas à criança e ao adolescente;
II - apresentar ao CMDCA propostas de pautas, recomendações, campanhas, projetos e outras iniciativas;
III - participar das reuniões, assembleias, comissões, grupos de trabalho e demais espaços do CMDCA, com direito à voz, nos termos da regulamentação específica;
IV - fomentar a participação de outros adolescentes e fortalecer a cultura de participação social;
V - participar da organização e realização das Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente;
VI - indicar seus representantes para atividades internas e externas, observados critérios coletivos, transparência, equidade e rodízio;
VII - realizar devolutivas ao conjunto do Comitê sobre as representações exercidas em seu nome;
VIII - exercer outras atribuições previstas em resolução específica do CMDCA.

Art. 31. A composição, o processo de escolha, o desligamento, as formas de atuação e demais regras de funcionamento do CPA serão disciplinados por resolução específica e por edital ou instrumento equivalente, sendo o mandato de seus integrantes de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução mediante participação em novo processo de escolha e desde que atendidos os requisitos vigentes.

Art. 32. Os adolescentes integrantes do CPA escolherão entre seus pares as representações que participarão das atividades do CMDCA, preservada a autonomia do Comitê e vedada a substituição de sua voz por representação adulta.

Art. 33. O CMDCA deverá assegurar ao CPA apoio técnico, metodológico, administrativo, logístico e financeiro necessário à participação qualificada e protegida dos adolescentes, observadas a legislação vigente, a disponibilidade orçamentária e as deliberações do Conselho.

Art. 34. A Comissão Permanente de Normas e de Referência, Acompanhamento e Interlocução Institucional do CPA indicará, dentre seus integrantes, conselheiro(a) de referência ou ponto focal do CPA, responsável por facilitar a comunicação, os encaminhamentos, a interlocução institucional e o apoio à participação com proteção, sem prejuízo da autonomia do Comitê.
§ 1º A Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS proverá apoio técnico de referência ao CPA, mediante designação formal de profissionais para essa finalidade, em quantitativo compatível com as necessidades de acompanhamento, mobilização e organização das atividades do Comitê.

§ 2º O apoio técnico de referência não integra a composição do CMDCA nem do CPA, não possui direito a voto e exercerá funções de caráter técnico, metodológico, organizacional, administrativo e de apoio à participação protegida dos adolescentes.
§ 3º Compete ao apoio técnico de referência, em articulação com a Comissão Permanente de Normas e de Referência, Acompanhamento e Interlocução Institucional do CPA:
I - apoiar a mobilização dos adolescentes e a organização das atividades do CPA;
II - prestar suporte técnico e metodológico às reuniões, formações, processos de escolha e demais ações do Comitê;
III - facilitar a comunicação com adolescentes, responsáveis e demais atores envolvidos nas atividades do CPA;
IV - apoiar a preparação de pautas, materiais, registros e devolutivas em linguagem clara, acessível e adequada à faixa etária;
V - colaborar com as medidas de participação com proteção, inclusive quanto às autorizações, uso de imagem e voz, proteção de dados, acessibilidade, deslocamento e segurança;
VI - apoiar a organização administrativa e documental das atividades do CPA;
VII - executar outras providências de apoio técnico e operacional definidas pelo CMDCA ou pela Comissão responsável pelo acompanhamento do CPA, respeitada a autonomia e o protagonismo dos adolescentes.
§ 4º A Comissão Permanente de Normas permanece responsável pelo acompanhamento institucional, normativo e de interlocução do CPA, podendo distribuir ao apoio técnico providências de execução e acompanhamento operacional, sem transferência de suas competências regimentais, deliberativas ou de fiscalização.
§ 5º A designação, substituição e organização dos profissionais responsáveis pelo apoio técnico serão realizadas pela SEMAS por instrumento administrativo próprio, sem necessidade de alteração deste Regimento.

Art. 35. A participação dos adolescentes deverá observar as diretrizes de participação qualificada e com proteção previstas na Resolução CONANDA nº 266/2025, bem como as normas de proteção de dados, imagem, voz, identidade, privacidade e segurança aplicáveis, inclusive a Lei Federal nº 15.211/2025 – ECA Digital, sem prejuízo de outras normas de proteção integral.
§ 1º A captação, o uso, a reprodução, a publicação ou o compartilhamento de imagem e voz de adolescente em atividades do CPA dependerão de informação prévia, clara e acessível sobre a finalidade, os meios de divulgação e o período de utilização, com respeito à manifestação de vontade do adolescente e às autorizações legalmente exigíveis.
§ 2º Sempre que houver utilização institucional de imagem ou voz, serão adotados instrumentos específicos e destacados de autorização, preferencialmente com manifestação do próprio adolescente e do responsável legal quando exigida, vedada a utilização da recusa como motivo para impedir sua participação no CPA.
§ 3º Nas hipóteses de exposição em ambiente digital que caracterizem atividade artística, publicitária, monetizada ou impulsionada e estejam submetidas à autorização judicial, deverão ser observadas, no que couber, a Resolução CNJ nº 687/2026, o Decreto Federal nº 12.880/2026 e demais normas aplicáveis, não se confundindo tais hipóteses com o registro institucional ordinário das atividades do CPA.
§ 4º O CMDCA assegurará aos integrantes do CPA acesso prévio e adequado às pautas, informações e materiais necessários à sua participação, em linguagem clara, acessível, inclusiva e compatível com a faixa etária.
§ 5º O CMDCA assegurará devolutiva sobre as matérias, propostas e manifestações apresentadas pelo CPA, informando os encaminhamentos, as deliberações adotadas e, quando cabível, os fundamentos das decisões, em formato compreensível aos adolescentes.

CAPÍTULO X - DA ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL COM O COMITÊ DE GESTÃO COLEGIADA - CGC
Art. 36. O CMDCA manterá articulação permanente com o Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência - CGC, em conformidade com a Lei Federal nº 13.431/2017, o Decreto Federal nº 9.603/2018 e o ato municipal que discipline seu funcionamento.

Art. 37. Para fins deste Regimento, o CGC constitui instância intersetorial de articulação da Rede de Proteção, destinada a articular, mobilizar, planejar, acompanhar e avaliar ações da rede, contribuir para a definição e o aprimoramento dos fluxos de atendimento e fortalecer a integração entre órgãos, serviços, programas e equipamentos do Sistema de Garantia de Direitos.

Art. 38. Poderão ser encaminhados pelo CGC ao CMDCA, para conhecimento, apreciação ou deliberação, conforme a competência do Conselho:
I - propostas de aprimoramento de fluxos, protocolos e estratégias de atendimento;
II - necessidades de formação e capacitação da Rede de Proteção;
III - recomendações relativas à articulação intersetorial e ao aperfeiçoamento das políticas públicas;
IV - informações, relatórios e diagnósticos de caráter geral necessários ao exercício das atribuições de controle e acompanhamento do CMDCA;
V - outras matérias que demandem atuação normativa, deliberativa ou de controle social pelo CMDCA.

Art. 39. O compartilhamento de informações entre CGC e CMDCA observará o sigilo, a proteção de dados pessoais e a preservação da identidade de crianças, adolescentes e suas famílias, especialmente em situações decorrentes do acompanhamento de casos individuais.

Art. 40. A composição, organização interna, periodicidade das reuniões, estudo de casos, fluxos e demais procedimentos próprios do CGC serão disciplinados em instrumento específico, não cabendo a este Regimento substituir a regulamentação própria do Comitê.

CAPÍTULO XI - DOS REGISTROS E DA INSCRIÇÃO DE PROGRAMAS
Art. 41. O registro de entidades não governamentais e a inscrição de programas governamentais e não governamentais serão realizados na forma dos arts. 90 e 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Lei Municipal nº 817/2023 e das resoluções do CONANDA, CONSEC/RN e CMDCA.

Art. 42. Os critérios, documentos, prazos, procedimentos de análise, renovação, fiscalização, suspensão e cancelamento serão disciplinados em resolução própria do CMDCA.

CAPÍTULO XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 43. Os casos omissos e as dúvidas de interpretação deste Regimento serão submetidos à apreciação do Plenário, observadas a legislação vigente e as competências do CMDCA.

Art. 44. Com a entrada em vigor deste Regimento, a Comissão Permanente de Normas passa a denominar-se Comissão Permanente de Normas e de Referência, Acompanhamento e Interlocução Institucional do CPA, mantendo suas competências normativas e incorporando as atribuições específicas relativas ao CPA previstas neste Regimento e em resolução própria.

Art. 45. Este Regimento somente poderá ser alterado mediante aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total dos integrantes do CMDCA, ou outro quórum que venha a ser estabelecido por legislação municipal superveniente.

Art. 46. Alterações legislativas supervenientes que modifiquem a organização, composição ou competências do CMDCA deverão ensejar a revisão e compatibilização deste Regimento.

Art. 47. Este Regimento entra em vigor na data de publicação da Resolução que o aprovar, ficando expressamente revogada a Resolução CMDCA nº 004/2020, bem como as demais disposições regimentais em contrário.

Guamaré/RN, 15 de outubro de 2026.

LARISA MAYARA PEREIRA DA SILVA FONSECA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Louise de Lima Melo
Código Identificador:1BD5C993

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 044/2026 - CMDCA

Dispõe sobre a instituição e regulamentação do Comitê de Participação de Adolescentes – CPA no âmbito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Guamaré/RN – CMDCA, estabelece diretrizes para participação qualificada e protegida e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GUAMARÉ/RN – CMDCA, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 817/2023 e demais normas aplicáveis,

CONSIDERANDO os arts. 204, inciso II, e 227 da Constituição Federal, que asseguram a participação social na formulação e no controle das políticas públicas e estabelecem a proteção integral e a prioridade absoluta dos direitos da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, especialmente os arts. 4º, 15, 16, inciso II, 17 e 18, que asseguram, entre outros direitos, a prioridade absoluta, a liberdade de opinião e expressão, o respeito, a dignidade, a preservação da imagem, da identidade, da autonomia e da integridade moral de crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO o art. 12 da Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas – ONU, que assegura à criança e ao adolescente o direito de expressar livremente suas opiniões sobre os assuntos que lhes digam respeito, devendo tais opiniões ser devidamente consideradas em função da idade e da maturidade;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 817/2023, que dispõe sobre a Política Municipal de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e disciplina a organização e o funcionamento do CMDCA de Guamaré/RN;

CONSIDERANDO a Resolução CONANDA nº 116/2006, que dispõe sobre parâmetros para criação e funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a Resolução CONANDA nº 159/2013, que dispõe sobre o processo de participação de crianças e adolescentes nos espaços de discussão relacionados aos seus direitos;

CONSIDERANDO a Resolução CONANDA nº 191/2017, com suas alterações posteriores, especialmente as Resoluções nº 201/2017 e nº 224/2021, que dispõe sobre a participação de adolescentes no âmbito dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente por meio do Comitê de Participação de Adolescentes – CPA;

CONSIDERANDO a Resolução CONANDA nº 198/2017, relativa ao processo de escolha e indicação de adolescentes para composição do CPA;

CONSIDERANDO a Resolução CONANDA nº 199/2017, alterada pela Resolução CONANDA nº 238/2023, que aprova orientações para a Participação com Proteção do Comitê de Participação de Adolescentes;

CONSIDERANDO a Resolução CONANDA nº 266, de 17 de julho de 2025, que aprova o documento "Diretrizes para Mobilização, Implementação e Formação com foco na Participação Qualificada de Adolescentes nos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente – por meio do Comitê de Participação de Adolescentes – CPA";

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, especialmente as disposições relativas ao tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes segundo o seu melhor interesse;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.211, de 17 de setembro de 2025 – Estatuto Digital da Criança e do Adolescente – ECA Digital, que estabelece medidas de proteção integral, privacidade, segurança, proteção de dados e prevenção de riscos no ambiente digital;

CONSIDERANDO quando aplicável, a Resolução CNJ nº 687, de 26 de junho de 2026, relativa às salvaguardas e aos alvarás para atividade artística de crianças e adolescentes no ambiente digital nas hipóteses sujeitas à autorização judicial;

CONSIDERANDO o Regimento Interno do CMDCA de Guamaré/RN, que reconhece o CPA como instância permanente, consultiva e propositiva de participação adolescente vinculada ao Conselho;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar participação qualificada, representativa, acessível e protegida de adolescentes na formulação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas que lhes dizem respeito, preservando sua autonomia, livre expressão e protagonismo;

RESOLVE:

CAPÍTULO I – DA INSTITUIÇÃO, NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Guamaré/RN – CMDCA, o Comitê de Participação de Adolescentes – CPA, instância permanente, consultiva e propositiva de participação adolescente, vinculada ao Conselho.

Art. 2º O CPA tem por finalidade assegurar a participação qualificada dos adolescentes na formulação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, bem como fortalecer o exercício da cidadania, a educação em direitos humanos e o controle social.

Art. 3º A atuação do CPA observará os princípios da proteção integral, prioridade absoluta, interesse superior, autonomia progressiva, diversidade, equidade, não discriminação, acessibilidade, participação com proteção, escuta qualificada, linguagem clara e acessível, devolutiva das deliberações e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

CAPÍTULO II – DA COMPOSIÇÃO, ESCOLHA E MANDATO

Art. 4º O CPA será composto por 12 (doze) adolescentes titulares e 12 (doze) adolescentes suplentes, totalizando 24 (vinte e quatro) integrantes, selecionados mediante processo público, transparente, participativo e territorialmente representativo, na forma de edital específico aprovado pelo CMDCA.

§ 1º Poderão participar do processo de escolha adolescentes com idade entre 12 (doze) e 16 (dezesseis) anos na data de publicação do edital.

§ 2º A composição deverá buscar diversidade de gênero, raça e etnia, território, condição socioeconômica, deficiência, pertencimento a povos e comunidades tradicionais e outras expressões da diversidade local, vedada qualquer forma de discriminação.

§ 3º Para fins desta Resolução, a organização territorial do CPA será estruturada em 2 (dois) territórios de referência, assim definidos:

I – Território Baixa do Meio: Santa Maria III; Santa Paz; Fazendas; Baixa do Meio; Raimundo Avelino da Silva; Encruzilhada; Nova Jerusalém; Umarizeiro.

II – Território Guamaré Centro: Centro; Vila Maria; Paulo Bento; Salina da Cruz; Nossa Senhora de Aparecida; Ponta de Salina; Morro do Judas; Quilombo; Baixa da Jurema; Lagoa Seca; Lagoa de Baixo; Lagoa Doce; Mangue Seco I; Mangue Seco II.

§ 4º Cada território contará com 6 (seis) adolescentes titulares e 6 (seis) adolescentes suplentes.

§ 5º A distribuição territorial estabelecida nesta Resolução será utilizada para fins de mobilização, inscrição, processo de escolha, composição e representação dos adolescentes no CPA, cabendo ao edital específico disciplinar os procedimentos de inscrição, habilitação, votação, suplência, substituição e demais regras operacionais.

Art. 5º O mandato dos integrantes do CPA será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução mediante novo processo de escolha, observadas as condições previstas nesta Resolução e no edital.

§ 1º O integrante será desligado do CPA ao completar 18 (dezoito) anos.

§ 2º Na vacância de membro titular, o respectivo suplente assumirá a titularidade, observados os critérios de representação definidos no processo de escolha.

§ 3º O desligamento antes do término do mandato poderá ocorrer por solicitação do adolescente, mudança que inviabilize sua participação, descumprimento reiterado das regras de convivência após processo

educativo e dialogado, ou outras hipóteses previstas em regulamentação específica, sempre assegurada escuta do adolescente.

CAPÍTULO III – DAS COMPETÊNCIAS E FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

Art. 6º Compete ao CPA:

I – acompanhar e contribuir para a formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas voltadas à criança e ao adolescente;

II – apresentar ao CMDCA propostas de pautas, recomendações, campanhas, projetos e outras iniciativas;

III – participar das reuniões, assembleias, comissões, grupos de trabalho, conferências e demais espaços do CMDCA, com direito à voz, observadas as regras regimentais;

IV – fomentar a participação de outros adolescentes e fortalecer a cultura de participação social e cidadania;

V – participar da organização e realização das Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VI – indicar, entre seus pares, representantes para atividades internas e externas, observados critérios coletivos, transparência, equidade e rodízio;

VII – realizar devolutivas ao conjunto do Comitê acerca das representações exercidas em seu nome;

VIII – propor ações de comunicação, mobilização e formação voltadas à participação adolescente;

IX – exercer outras atribuições compatíveis com sua natureza previstas em resolução, regimento ou deliberação do CMDCA.

Art. 7º A participação dos adolescentes do CPA nas instâncias do CMDCA será exercida com direito à voz, sem integrar o quórum deliberativo do Conselho e sem direito a voto, salvo disposição legal superveniente.

Art. 8º O CMDCA assegurará devolutiva, em linguagem clara e acessível, sobre as propostas e manifestações apresentadas pelo CPA, informando os encaminhamentos e, quando cabível, os fundamentos das decisões adotadas.

CAPÍTULO IV – DO FUNCIONAMENTO, ACOMPANHAMENTO E APOIO TÉCNICO

Art. 9º O CPA organizará seu calendário de reuniões e atividades de forma participativa, observadas as necessidades do Comitê, o calendário do CMDCA e as condições de participação protegida dos adolescentes.

Art. 10. A Comissão Permanente de Normas e de Referência, Acompanhamento e Interlocução Institucional do CPA será a instância responsável pelo acompanhamento institucional, normativo e pela interlocução entre o CPA e o CMDCA, sem substituir a autonomia e a representação própria dos adolescentes.

Art. 11. A Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS proverá apoio técnico de referência ao CPA, mediante designação formal de profissionais para essa finalidade.

§ 1º O apoio técnico de referência não integra a composição do CMDCA nem do CPA, não possui direito a voto e exercerá funções de caráter técnico, metodológico, organizacional, administrativo e de apoio à participação protegida.

§ 2º O apoio técnico atuará em articulação com a Comissão Permanente responsável pelo acompanhamento do CPA, sem substituí-la em suas competências institucionais, normativas, de acompanhamento, interlocução e fiscalização.

§ 3º Compete ao apoio técnico, entre outras atribuições, apoiar a mobilização dos adolescentes; prestar suporte às reuniões, formações, processos de escolha e demais atividades; facilitar a comunicação com adolescentes e responsáveis; apoiar a elaboração de materiais, registros e devolutivas; colaborar com as medidas de participação com proteção; e apoiar a organização administrativa e documental do Comitê.

Art. 12. O CMDCA assegurará ao CPA apoio técnico, metodológico, administrativo, logístico e financeiro necessário à participação qualificada e protegida dos adolescentes, observadas a legislação vigente, a disponibilidade orçamentária e as deliberações do Conselho.

Parágrafo único. O CMDCA poderá deliberar sobre a destinação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA necessários à implementação e ao funcionamento do CPA, observados o Plano de Aplicação do Fundo, a legislação vigente e as demais fontes legalmente admitidas.

CAPÍTULO V – DA PARTICIPAÇÃO COM PROTEÇÃO, IMAGEM, VOZ E DADOS PESSOAIS

Art. 13. Toda participação de adolescentes no CPA deverá ocorrer em ambiente seguro, acolhedor, acessível e livre de violência, constrangimento, discriminação, exposição indevida ou qualquer forma de exploração, observadas as orientações de participação com proteção do CONANDA.

Art. 14. A coleta, o tratamento, o armazenamento, o compartilhamento e a divulgação de dados pessoais dos integrantes do CPA observarão o ECA, a LGPD, o ECA Digital e demais normas aplicáveis, segundo os princípios da finalidade, adequação, necessidade, segurança, prevenção e melhor interesse do adolescente.

§ 1º Somente poderão ser coletados os dados estritamente necessários à participação, proteção e organização das atividades do CPA.

§ 2º Documentos de circulação pública não deverão conter CPF, RG, endereço residencial, telefone pessoal, dados de saúde, dados escolares individualizados ou outras informações capazes de expor desnecessariamente o adolescente.

Art. 15. O uso institucional de imagem, voz, nome ou outro elemento identificador de adolescente integrante do CPA dependerá de finalidade legítima, informação prévia e adequada e dos termos de autorização aplicáveis.

§ 1º A autorização deverá indicar, de modo claro e específico, a finalidade do uso, os meios de divulgação previstos e, quando aplicável, o período de utilização, devendo ser observadas a manifestação do adolescente e a autorização de seu responsável legal quando exigida.

§ 2º A recusa em autorizar o uso de imagem ou voz não impedirá a participação do adolescente no CPA nem poderá gerar tratamento discriminatório ou limitação de seus direitos de participação.

§ 3º É vedada a utilização de imagem, voz ou dados do adolescente de forma vexatória, estigmatizante, sexualizada, descontextualizada ou incompatível com sua dignidade, segurança e melhor interesse.

§ 4º Na divulgação em ambiente digital deverão ser evitadas informações que permitam identificar rotinas, localização em tempo real, endereço, contatos pessoais ou outros elementos capazes de ampliar riscos à segurança e à privacidade dos adolescentes.

Art. 16. Os registros institucionais ordinários, de caráter informativo e não monetizado, realizados no âmbito das atividades do CPA não se confundem, por si só, com atividade artística em ambiente digital sujeita a alvará judicial.

Parágrafo único. Quando a atividade envolver as hipóteses previstas na legislação para participação artística de criança ou adolescente em conteúdo digital monetizado ou impulsionado com exploração habitual de sua imagem ou rotina, deverão ser observados o ECA Digital, o Decreto Federal nº 12.880/2026, a Resolução CNJ nº 687/2026 e as demais exigências legais aplicáveis.

CAPÍTULO VI – DA FORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO ACESSÍVEL

Art. 17. O CMDCA, por meio da Comissão de referência e do apoio técnico, promoverá percurso formativo contínuo para os integrantes do CPA, contemplando, entre outros temas, direitos humanos, ECA, funcionamento dos Conselhos de Direitos, políticas públicas, participação social, controle social, comunicação segura, cidadania digital e participação com proteção.

Art. 18. As pautas, documentos, informações preparatórias, registros e devolutivas destinadas ao CPA deverão ser apresentados, sempre que possível, em linguagem clara, acessível, inclusiva e adequada à faixa etária, podendo utilizar recursos visuais, audiovisuais e outras metodologias participativas.

CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. A participação no CPA será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 20. Os casos omissos serão apreciados pelo CMDCA, ouvida, quando pertinente, a Comissão Permanente de Normas e de Referência, Acompanhamento e Interlocução Institucional do CPA e assegurada a escuta dos adolescentes sobre matérias que lhes digam respeito.

Art. 21. O processo de escolha e demais procedimentos operacionais necessários à implantação do CPA serão disciplinados por edital, plano de trabalho e outros instrumentos aprovados pelo CMDCA, em consonância com esta Resolução.

Art. 22. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guamaré/RN, 15 de outubro de 2026.

LARISA MAYARA PEREIRA DA SILVA FONSECA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Louise de Lima Melo
Código Identificador:B2182AAF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 045/2026 - CMDCA

Atualiza e altera a denominação da Comissão Permanente de Normas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Guamaré/RN, que passa a denominar-se Comissão Permanente de Normas e de Referência, Acompanhamento e Interlocução Institucional do CPA, e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GUAMARÉ/RN – CMDCA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 817/2023 e demais normas aplicáveis,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, especialmente os princípios da proteção integral, da prioridade absoluta e do direito à participação de crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO o art. 12 da Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas – ONU, que assegura à criança e ao adolescente o direito de expressar livremente suas opiniões sobre os assuntos que lhes digam respeito, devendo tais opiniões ser devidamente consideradas em função da idade e da maturidade;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 817/2023, que dispõe acerca da nova redação da Política Municipal de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Guamaré/RN e disciplina a organização e o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;

CONSIDERANDO a Resolução CONANDA nº 116/2006, que dispõe sobre os parâmetros para criação e funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a Resolução CONANDA nº 159/2013, que orienta a participação de crianças e adolescentes nos espaços de discussão, formulação e controle social das políticas relacionadas aos seus direitos;

CONSIDERANDO a Resolução CONANDA nº 191/2017, alterada pela Resolução nº 224/2021, que estabelece normas e critérios para a participação de adolescentes no âmbito dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do Comitê de Participação de Adolescentes – CPA;

CONSIDERANDO a Resolução CONANDA nº 238/2023, que aperfeiçoa as orientações relativas à participação com proteção de adolescentes integrantes do CPA;

CONSIDERANDO a Resolução CONANDA nº 266, de 17 de julho de 2025, que aprova as Diretrizes para Mobilização, Implementação e Formação com foco na Participação Qualificada de Adolescentes nos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, orientando que o Conselho defina comissão responsável pelo acompanhamento do CPA, podendo essa atribuição ser conferida a comissão já existente;

CONSIDERANDO a Resolução nº 035/2025 – CMDCA, que atualizou a Comissão Permanente de Normas no âmbito deste Conselho;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar acompanhamento contínuo, apoio institucional, participação com proteção, formação, comunicação acessível, devolutiva e interlocução qualificada entre o CPA e o CMDCA, sem prejuízo da autonomia, da livre expressão e do protagonismo dos adolescentes;

CONSIDERANDO as deliberações e encaminhamentos da reunião da Comissão Permanente de Normas realizada em 22 de setembro de 2026, especialmente quanto à atualização de suas atribuições, à institucionalização do CPA e à adoção de linguagem clara e acessível nos processos de participação;

CONSIDERANDO a aprovação pelo Plenário do CMDCA em sua 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 de outubro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º A Comissão Permanente de Normas, de caráter consultivo, propositivo e organizacional do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, passa a denominar-se **Comissão Permanente de Normas e de Referência, Acompanhamento e Interlocução Institucional do CPA**, mantendo suas competências normativas e incorporando, de forma permanente, as atribuições de referência, acompanhamento e interlocução institucional entre o CPA e o CMDCA.

Art. 2º São atribuições da Comissão Permanente de Normas e de Referência, Acompanhamento e Interlocução Institucional do CPA:
I – elaborar, revisar e propor normas, resoluções, diretrizes e demais instrumentos necessários ao funcionamento do CMDCA;
II – analisar e emitir parecer sobre propostas de normas e diretrizes apresentadas por membros do CMDCA ou por órgãos e entidades colaboradoras;
III – acompanhar a implementação das normas e diretrizes aprovadas pelo CMDCA;
IV – recomendar medidas destinadas ao aprimoramento, atualização e efetividade das normativas internas do Conselho;
V – elaborar relatórios e informes periódicos acerca dos trabalhos da Comissão;
VI – acompanhar a implantação, regulamentação, organização e funcionamento do Comitê de Participação de Adolescentes – CPA;
VII – atuar como instância de referência e interlocução institucional entre o CPA e o CMDCA, assegurando que demandas, propostas e manifestações dos adolescentes sejam devidamente apresentadas e consideradas pelo Conselho;
VIII – acompanhar e orientar a organização de reuniões, pautas, agenda de atividades, processos formativos e representações do CPA junto às assembleias, comissões, grupos de trabalho, conferências e demais espaços de participação do CMDCA, em articulação com o apoio técnico de referência provido pela Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS;
IX – acompanhar e orientar, em articulação com o apoio técnico de referência, os procedimentos de participação com proteção, especialmente quanto às autorizações necessárias, uso de imagem e voz, proteção de dados, deslocamentos, comunicação, acessibilidade e demais medidas destinadas à segurança dos adolescentes;
X – promover, em articulação com o CPA, o CMDCA e o apoio técnico de referência, ações de formação, mobilização e fortalecimento do protagonismo e da participação social dos adolescentes;

XI – acompanhar os encaminhamentos e propostas apresentados pelo CPA ao CMDCA, promovendo a necessária devolutiva ao Comitê;
XII – contribuir para a adequação de pautas, materiais, informações, registros e devolutivas destinados aos adolescentes do CPA, assegurando linguagem clara, acessível, inclusiva e adequada à faixa etária e à participação qualificada.

§ 1º A atuação da Comissão em relação ao CPA deverá respeitar a autonomia, a livre expressão, a participação horizontal e o protagonismo dos adolescentes, não podendo substituir a representação própria do Comitê nos espaços de participação do CMDCA.

§ 2º Fica indicada SAMARA GADELHA DE MIRANDA como conselheira de referência ou ponto focal do CPA, responsável por facilitar a comunicação, os encaminhamentos, a interlocução institucional e o apoio à participação com proteção entre o Comitê, a Comissão e o CMDCA.
Art. 3º A Comissão Permanente de Normas e de Referência, Acompanhamento e Interlocução Institucional do CPA será composta pelos seguintes conselheiros, observada a condição de titular ou suplente conforme a respectiva designação no CMDCA:
LARISA MAYARA PEREIRA DA SILVA FONSECA
Representante Titular da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS;
ÉRICA DAMASCENO SEVERIANO
Representante Titular da Secretaria Municipal de Educação – SEMEC;
RAFAELA ROMANA RODRIGUES DE ARAÚJO PEREIRA
Representante Suplente da Secretaria Municipal de Saúde – SMS;
SAMARA GADELHA DE MIRANDA
Representante Suplente da Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais do Nordeste – ADRA.
§ 1º Cada integrante da Comissão terá como suplente o(a) conselheiro(a) formalmente designado(a) pela **mesma representação institucional no CMDCA**, que o(a) substituirá em suas ausências e impedimentos.
§ 2º Eventuais alterações na composição das representações institucionais do CMDCA refletirão automaticamente na suplência desta Comissão, observados os atos oficiais de designação vigentes.
§ 3º Fica designada SAMARA GADELHA DE MIRANDA como Coordenadora da Comissão Permanente de Normas e de Referência, Acompanhamento e Interlocução Institucional do CPA, cabendo aos integrantes da Comissão definir a relatoria e registrar as demais formas de organização interna em instrumento próprio.
Art. 4º A Comissão poderá convidar adolescentes integrantes do CPA, profissionais, órgãos e entidades do Sistema de Garantia de Direitos para participar de reuniões ou atividades relacionadas às matérias de sua competência, sempre que necessário, especialmente quando a matéria demandar escuta, assessoramento técnico ou articulação intersetorial.

Parágrafo único: A participação de convidados terá caráter colaborativo e consultivo, não integrando a composição formal nem o quórum deliberativo da Comissão.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS proverá apoio técnico de referência ao CPA, mediante designação formal de profissionais para essa finalidade, em quantitativo compatível com as necessidades de acompanhamento, mobilização e organização das atividades do Comitê.
§ 1º O apoio técnico de referência não integra a composição do CMDCA nem do CPA, não possui direito a voto e exercerá funções de caráter técnico, metodológico, organizacional, administrativo e de apoio à participação protegida dos adolescentes.
§ 2º O apoio técnico atuará em articulação com esta Comissão, sem substituí-la em suas competências normativas, institucionais, de acompanhamento, interlocução e fiscalização.
§ 3º Compete ao apoio técnico, entre outras atribuições: apoiar a mobilização dos adolescentes; prestar suporte técnico e metodológico às reuniões, formações, processos de escolha e demais atividades do CPA; facilitar a comunicação com adolescentes, responsáveis e demais atores envolvidos; apoiar a preparação de pautas, materiais, registros e devolutivas em linguagem clara e acessível; colaborar com as medidas de participação com proteção; e apoiar a organização administrativa e documental das atividades do Comitê.
§ 4º A designação, substituição e organização dos profissionais responsáveis pelo apoio técnico serão realizadas pela SEMAS por instrumento administrativo próprio.

Art. 6º A Comissão deverá organizar suas ações relativas ao CPA mediante plano de trabalho, com definição de etapas, responsabilidades, prazos e mecanismos de acompanhamento, sem prejuízo da necessária flexibilidade para compatibilização com o calendário e as demais demandas institucionais do CMDCA.

Art. 7º Fica revogada a Resolução nº 035/2025 – CMDCA.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guamaré/RN, 15 de outubro de 2026.

LARISA MAYARA PEREIRA DA SILVA FONSECA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Louise de Lima Melo
Código Identificador:0894E142

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 046/2026 - CMDCA

Atualiza a composição e as atribuições da Comissão Permanente de Avaliação de Planos, Programas, Projetos e Registro de Entidades do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Guamaré/RN, revoga a Resolução CMDCA nº 037/2025 e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE GUAMARÉ/RN, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 817/2023 e demais normas aplicáveis;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 817/2023, que dispõe sobre a Política Municipal de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e disciplina a organização e o funcionamento do CMDCA de Guamaré/RN;
CONSIDERANDO o Regimento Interno do CMDCA de Guamaré/RN, especialmente as disposições relativas às Comissões Permanentes e às competências da Comissão Permanente de Avaliação de Planos, Programas, Projetos e Registro de Entidades;
CONSIDERANDO a necessidade de compatibilizar a regulamentação específica da Comissão com o novo Regimento Interno, assegurando clareza quanto às atribuições, à suplência e ao encaminhamento das matérias ao Plenário;
CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CMDCA em sua 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 de outubro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Atualizar a Comissão Permanente de Avaliação de Planos, Programas, Projetos e Registro de Entidades do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Guamaré/RN.

Art. 2º São atribuições da Comissão:
I – analisar pedidos de inscrição de programas governamentais e não governamentais submetidos ao CMDCA;
II – analisar pedidos de registro de entidades não governamentais, observados o Estatuto da Criança e do Adolescente e as resoluções aplicáveis;
III – acompanhar e fiscalizar programas, projetos e serviços voltados ao atendimento de crianças e adolescentes, emitindo pareceres quando necessário;
IV – avaliar a documentação apresentada por entidades e programas sujeitos a registro ou inscrição no CMDCA;

V – acompanhar o desenvolvimento de planos municipais voltados ao interesse da criança e do adolescente, quando submetidos à apreciação do Conselho;
VI – propor ao Plenário medidas relativas à concessão, renovação, suspensão ou cancelamento de registros e inscrições, observados o devido processo e a regulamentação específica.

Art. 3º A Comissão Permanente será composta pelos seguintes conselheiros:

JULIANA RENATA DE OLIVEIRA BEZERRA
Representante titular da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS
ÉRICA DAMASCENO SEVERIANO
Representante titular da Secretaria Municipal de Educação – SEMEC
HELENA MARIA DOS SANTOS
Representante titular da Igreja Evangélica Assembleia de Deus – Guamaré/RN – IEAD
SAMARA GADELHA DE MIRANDA
Representante titular da Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais do Nordeste – ADRA

§ 1º Cada integrante terá como suplente o(a) conselheiro(a) formalmente designado(a) pela mesma representação institucional no CMDCA, que o(a) substituirá em suas ausências e impedimentos.
§ 2º A Comissão definirá, dentre seus integrantes, um(a) Coordenador(a) e um(a) Relator(a), podendo solicitar assessoramento técnico e convidar profissionais, órgãos, entidades e adolescentes do CPA, quando a matéria justificar. A participação de convidados terá caráter colaborativo e não integrará a composição formal da Comissão nem o quórum deliberativo do CMDCA.

Art. 4º As conclusões, pareceres e proposições da Comissão serão submetidos ao Plenário do CMDCA sempre que a matéria exigir deliberação do Conselho, observadas as competências regimentais do colegiado.

Art. 5º Fica revogada a Resolução CMDCA nº 037/2025.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guamaré/RN, 15 de outubro de 2026.

LARISA MAYARA PEREIRA DA SILVA FONSECA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Louise de Lima Melo
Código Identificador:6BA6FD99

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 047/2026 - CMDCA

Atualiza a composição e as atribuições da Comissão Permanente de Acompanhamento, Controle e Fiscalização do Fundo da Infância e Adolescência – FIA do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Guamaré/RN, incorpora atribuições de acompanhamento relacionadas à Agenda Transversal da Criança e do Adolescente, revoga a Resolução CMDCA nº 036/2025 e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE GUAMARÉ/RN, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 817/2023 e demais normas aplicáveis;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;

CONSIDERANDO a Resolução CONANDA nº 137/2010, que dispõe sobre os parâmetros para criação e funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a Portaria MMFDH nº 2.006/2021, que dispõe sobre o cadastramento de Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente para encaminhamento à Secretaria da Receita Federal do Brasil;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 817/2023, que dispõe sobre a Política Municipal de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e disciplina a organização e o funcionamento do CMDCA de Guamaré/RN;

CONSIDERANDO o Regimento Interno do CMDCA de Guamaré/RN, especialmente as disposições relativas às Comissões Permanentes e às competências da Comissão Permanente de Acompanhamento, Controle e Fiscalização do Fundo da Infância e Adolescência – FIA;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 021/2026, que institui e regulamenta a Agenda Transversal para Crianças e Adolescentes, integrante do Plano Plurianual – PPA 2026–2029 do Município de Guamaré, estabelecendo diretrizes de governança intersetorial, monitoramento e avaliação;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 021/2026 atribui ao CMDCA o acompanhamento, o monitoramento e o controle social da Agenda Transversal da Criança e do Adolescente e determina sua consideração na LOA, na LDO, nos relatórios de gestão e nas prestações de contas, com atualização anual de sua Matriz de Integração;
CONSIDERANDO a necessidade de compatibilizar a regulamentação específica da Comissão com o novo Regimento Interno, assegurando clareza quanto às suas atribuições, à suplência, à organização interna e ao encaminhamento das matérias ao Plenário;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CMDCA em sua 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 de outubro de 2026;

RESOLVE:
Art. 1º Atualizar a Comissão Permanente de Acompanhamento, Controle e Fiscalização do Fundo da Infância e Adolescência – FIA do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Guamaré/RN.

Art. 2º São atribuições da Comissão:
I – acompanhar a gestão financeira do FIA;

II – analisar e emitir parecer sobre os relatórios de execução financeira do Fundo;

III – fiscalizar a aplicação dos recursos do FIA em projetos, programas e ações aprovados pelo CMDCA;

IV – acompanhar a execução do Plano de Aplicação do FIA e recomendar medidas destinadas ao aprimoramento de sua gestão;

V – elaborar relatórios periódicos sobre o desempenho do Fundo e submetê-los ao Plenário;

VI – contribuir para a transparência, publicidade e controle social na aplicação dos recursos, respeitados os limites legais.
VII – acompanhar, quando houver interface com o FIA, a articulação entre o Plano de Aplicação do Fundo, o planejamento orçamentário municipal e as ações previstas na Agenda Transversal da Criança e do Adolescente, especialmente no PPA, na LDO e na LOA;
VIII – analisar informações, indicadores e relatórios orçamentários relacionados à Agenda Transversal da Criança e do Adolescente, subsidiando o Plenário do CMDCA no exercício do acompanhamento, monitoramento e controle social, sem prejuízo das competências de gestão, coordenação e execução atribuídas aos órgãos municipais responsáveis.

Art. 3º A Comissão Permanente será composta pelos seguintes conselheiros:
JULIANA RENATA DE OLIVEIRA BEZERRA

Representante suplente da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS
NATHALIA OLIVEIRA SALVIANO DE BRITTO
Representante titular da Secretaria Municipal de Saúde – SMS
MARIA GILVANEIDE MARINHO BESERRA
Representante suplente da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Guamaré/RN – Pastoral da Criança

SAMARA GADELHA DE MIRANDA
Representante titular da Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais do Nordeste – ADRA

§ 1º Cada integrante terá como suplente o(a) conselheiro(a) formalmente designado(a) pela mesma representação institucional no CMDCA, que o(a) substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º A Comissão definirá, dentre seus integrantes, um(a) Coordenador(a) e um(a) Relator(a), podendo solicitar assessoramento técnico e convidar profissionais, órgãos, entidades e adolescentes do CPA quando a matéria justificar.

§ 3º A participação de convidados ou adolescentes nas atividades da Comissão não integra o quórum deliberativo do CMDCA, salvo previsão legal específica.

Art. 4º As conclusões, pareceres, relatórios e proposições da Comissão serão submetidos ao Plenário do CMDCA sempre que a matéria exigir deliberação do Conselho, observadas as competências regimentais do colegiado.

Art. 5º Fica revogada a Resolução CMDCA nº 036/2025.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guamaré/RN, 15 de outubro de 2026.

LARISA MAYARA PEREIRA DA SILVA FONSECA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Louise de Lima Melo
Código Identificador:82DE1B28

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 048/2026 - CMDCA

Aprova o Edital de Seleção nº 01/2026 – CMDCA, que disciplina o processo de inscrição, habilitação e escolha dos adolescentes para composição do Comitê de Participação de Adolescentes – CPA do Município de Guamaré/RN, e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GUAMARÉ/RN – CMDCA, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 817/2023 e demais normas aplicáveis;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, especialmente os princípios da proteção integral, da prioridade absoluta e do direito à participação;

CONSIDERANDO a Resolução CONANDA nº 266/2025, que aprova diretrizes para mobilização, implementação e formação com foco na participação qualificada de adolescentes nos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente por meio do Comitê de Participação de Adolescentes – CPA;

CONSIDERANDO a Resolução CMDCA/GMR nº 043/2026, que aprova a atualização e consolidação do Regimento Interno do CMDCA de Guamaré/RN;

CONSIDERANDO a Resolução CMDCA/GMR nº 044/2026, que institui e regulamenta o Comitê de Participação de Adolescentes – CPA no âmbito do CMDCA de Guamaré/RN;

CONSIDERANDO a Resolução CMDCA/GMR nº 045/2026, que atualiza a Comissão Permanente de Normas e de Referência, Acompanhamento e Interlocução Institucional do CPA;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar processo público, transparente, territorialmente representativo, acessível e protegido para a composição do CPA, garantindo oportunidade efetiva de participação às diferentes adolescências do Município;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CMDCA em sua 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 de outubro de 2026;

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o Edital de Seleção nº 01/2026 – CMDCA, que disciplina o processo de inscrição, habilitação, eleição entre pares, classificação, homologação, composição e instalação do Comitê de Participação de Adolescentes – CPA do Município de Guamaré/RN, na forma do Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º O processo de escolha observará a Resolução CMDCA/GMR nº 044/2026, o Regimento Interno do CMDCA, as diretrizes nacionais de participação qualificada e protegida de adolescentes e as demais normas aplicáveis.
Art. 3º Integram o Edital seus Anexos I a IV, compreendendo o quadro de distribuição territorial, paridade e vagas; a ficha de inscrição; o termo de autorização e responsabilidade dos pais ou responsável legal; e o modelo de cédula eleitoral.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guamaré/RN, 15 de outubro de 2026.

LARISA MAYARA PEREIRA DA SILVA FONSECA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

ANEXO ÚNICO
EDITAL DE SELEÇÃO Nº 01/2026 – CMDCA
PROCESSO DE ESCOLHA PARA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES – CPA DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GUAMARÉ/RN – CMDCA, no uso de suas atribuições legais, torna público o processo de inscrição, habilitação e escolha dos adolescentes que integrarão o Comitê de Participação de Adolescentes – CPA do Município de Guamaré/RN, observadas a Constituição Federal, a Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, a Convenção sobre os Direitos da Criança, especialmente seu art. 12, a Lei Municipal nº 817/2023, as Resoluções CONANDA nº 159/2013, nº 191/2017, nº 224/2021, nº 238/2023 e nº 266/2025, a Resolução CMDCA/GMR nº 044/2026, que regulamenta o CPA no Município de Guamaré, e demais normas aplicáveis.
O processo observará os princípios da proteção integral, prioridade absoluta, autonomia progressiva, protagonismo adolescente, participação com proteção, transparência, isonomia, territorialidade, diversidade, paridade de gênero, acessibilidade, inclusão, não discriminação, escuta qualificada e participação horizontal.
1. DO OBJETO
1.1. O presente Edital disciplina as regras para inscrição, habilitação, eleição entre pares, classificação, homologação, composição e instalação do Comitê de Participação de Adolescentes – CPA de Guamaré/RN.
1.2. O CPA constitui instância permanente de participação de adolescentes, vinculada ao CMDCA, de caráter consultivo e propositivo, destinada a assegurar a participação qualificada dos adolescentes na discussão, formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas que lhes digam respeito.
1.3. O processo será coordenado pelo CMDCA, por intermédio da Comissão Permanente de Normas e de Referência, Acompanhamento e Interlocução Institucional do CPA, com apoio da Secretaria Executiva do Controle Social, da Coordenação do NUCA e de outros

órgãos, equipamentos e integrantes da Rede de Proteção formalmente convidados.
1.4. A participação dos adultos no processo terá caráter exclusivamente organizativo, orientador, protetivo, administrativo e de garantia das regras estabelecidas neste Edital, sendo vedada qualquer interferência na livre manifestação ou escolha dos adolescentes.
1.5. O mandato dos integrantes do CPA será de 2 (dois) anos, observadas as disposições da Resolução CMDCA/GMR nº 044/2026.
1.6. Poderá ser admitida uma recondução, mediante participação em novo processo de escolha e desde que o adolescente atenda aos requisitos de idade e demais critérios vigentes na data de lançamento do respectivo processo.

2. DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderá inscrever-se no processo o adolescente que, na data de publicação deste Edital:
I – tenha idade entre 12 (doze) e 16 (dezesseis) anos, inclusive;
II – resida no Município de Guamaré/RN;
III – apresente autorização expressa dos pais ou responsável legal para participação no processo de escolha e, caso eleito, nas atividades do CPA;
IV – manifeste, de forma voluntária, interesse em participar do Comitê;
V – comprometa-se com os princípios de convivência, respeito, participação protegida e não discriminação estabelecidos neste Edital e na regulamentação do CPA.
2.2. A matrícula ou frequência escolar não constituirá requisito eliminatório, de modo a não excluir adolescentes em situação de evasão ou abandono escolar, acolhimento, vulnerabilidade social, cumprimento de medida socioeducativa ou outras situações que demandem proteção e participação.
2.3. Quando matriculado, o adolescente poderá informar sua unidade de ensino para fins exclusivos de diagnóstico, mobilização e conhecimento da diversidade das candidaturas.
2.4. A participação não dependerá de vínculo prévio com NUCA, CRAS, SCFV, escola, grêmio estudantil, associação, organização da sociedade civil, projeto, entidade religiosa, esportiva, cultural ou qualquer outro grupo organizado.
2.5. A inscrição e toda a participação no processo serão gratuitas.

3. DAS VAGAS, TERRITORIALIDADE, PARIDADE E DIVERSIDADE

3.1. O CPA será composto por:
I – 12 (doze) adolescentes titulares;
II – 12 (doze) adolescentes suplentes.
3.2. A composição deverá representar, tanto quanto possível, as diferentes adolescências existentes no Município, considerando os dados e informações do diagnóstico territorial e social elaborado para subsidiar a implantação do CPA.
3.3. Para fins deste Edital, a organização territorial do processo de escolha será estruturada em 2 (dois) territórios de referência:
I – Território Baixa do Meio: Santa Maria III; Santa Paz; Fazendas; Baixa do Meio; Raimundo Avelino da Silva; Encruzilhada; Nova Jerusalém; Umarizeiro.
II – Território Guamaré Centro: Centro; Vila Maria; Paulo Bento; Salina da Cruz; Nossa Senhora de Aparecida; Ponta de Salina; Morro do Judas; Quilombo; Baixa da Jurema; Lagoa Seca; Lagoa de Baixo; Lagoa Doce; Mangue Seco I; Mangue Seco II.
3.4. Cada território contará com 6 (seis) adolescentes titulares e 6 (seis) adolescentes suplentes, totalizando 12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes no CPA.
3.5. A definição territorial será utilizada para fins de mobilização, inscrição, habilitação, votação, classificação, suplência, substituição e representação dos adolescentes.
3.6. A distribuição das vagas somente poderá ser alterada antes da votação, mediante decisão fundamentada do CMDCA e ampla divulgação aos adolescentes.
3.7. A composição do CPA observará a paridade de gênero, buscando assegurar distribuição equilibrada das vagas entre meninas e meninos, sem prejuízo do respeito à identidade de gênero, à autodeclaração, à diversidade e ao princípio da não discriminação.
3.8. Em cada território, as 6 (seis) vagas de titulares e as 6 (seis) vagas de suplentes observarão, tanto quanto possível, composição paritária de gênero.
3.9. A aplicação da paridade será compatibilizada com o número e o perfil das candidaturas habilitadas em cada território, evitando exclusões indevidas e preservando a representatividade adolescente.
3.10. A mobilização das candidaturas buscará diversidade quanto:
I – à raça e etnia;
II – à deficiência;
III – aos diferentes territórios e comunidades;
IV – às situações e trajetórias de proteção social;
V – à participação ou não em espaços juvenis organizados;
VI – às diferentes realidades sociais e comunitárias existentes no Município.
3.11. Um mesmo adolescente poderá representar mais de uma dimensão de diversidade, sem que isso lhe atribua pontuação ou vantagem individual automática.
3.12. Nenhum adolescente será obrigado a expor publicamente informação pessoal sensível relacionada à identidade de gênero, deficiência, situação socioassistencial, medida protetiva, medida socioeducativa ou outra condição protegida.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão abertas a partir da publicação deste Edital e permanecerão disponíveis durante todo o período de mobilização territorial, encerrando-se na data estabelecida no cronograma constante do item 16.
4.2. A manutenção simultânea das etapas de mobilização e inscrição tem por finalidade assegurar que adolescentes alcançados pelas ações realizadas nas comunidades, assentamentos, equipamentos públicos, escolas e demais espaços do Município tenham oportunidade efetiva de ingressar no processo de escolha.
4.3. As inscrições serão realizadas presencialmente nos seguintes pontos:
I – CRAS Guamaré, destinado preferencialmente ao atendimento das inscrições do Território Guamaré Centro;
II – CRAS Baixa do Meio – BM, destinado preferencialmente ao atendimento das inscrições do Território Baixa do Meio.
4.4. A utilização preferencial do CRAS correspondente ao território de residência não impedirá o recebimento da inscrição em qualquer dos dois pontos, cabendo à equipe responsável proceder à correta identificação territorial do adolescente.
4.5. As inscrições serão recebidas nos dias e horários regulares de funcionamento dos respectivos equipamentos, durante o período indicado no cronograma.
4.6. O CMDCA poderá disponibilizar formulário eletrônico ou outros meios complementares de inscrição, caso haja viabilidade técnica e operacional, sem prejuízo dos pontos presenciais estabelecidos neste Edital.
4.7. Será assegurado apoio ao preenchimento da ficha de inscrição aos adolescentes que dele necessitem, inclusive mediante recursos de acessibilidade.
4.8. O CMDCA promoverá ampla mobilização nos dois territórios e nos diferentes espaços frequentados por adolescentes, inclusive comunidades rurais, assentamentos e localidades mais distantes dos equipamentos públicos centrais.
4.9. Deverão ser adotadas estratégias específicas para alcançar adolescentes que não participem de espaços juvenis já organizados.
4.10. Além da versão oficial deste Edital, poderá ser produzida versão cidadã, acessível e em linguagem simples, destinada especialmente ao público adolescente.

5. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

5.1. Para inscrição serão exigidos:
I – documento oficial de identificação do adolescente ou Certidão de Nascimento;
II – comprovante de residência do adolescente ou de seu responsável legal, admitida declaração de residência quando necessária;
III – Ficha de Inscrição constante do Anexo II;
IV – Termo de Autorização e Responsabilidade dos Pais ou Responsável Legal constante do Anexo III.
5.2. A inexistência de documento sanável não implicará indeferimento automático da inscrição, podendo a documentação ser regularizada no prazo estabelecido para habilitação.
5.3. A autorização para uso de imagem e voz, caso necessária, deverá constar de instrumento específico e independente.
5.4. A negativa de autorização para utilização da imagem ou voz do adolescente não poderá impedir sua inscrição, candidatura, eleição ou participação no CPA.

5.5. Os dados pessoais coletados serão utilizados exclusivamente para as finalidades relacionadas ao processo de escolha e ao funcionamento do CPA, observados o sigilo, a proteção integral e a legislação de proteção de dados pessoais.

6. DAS ETAPAS DO PROCESSO

6.1. O processo compreenderá:

I – publicação do Edital e início da mobilização territorial;

II – mobilização territorial e período de inscrições;

III – análise documental e regularização de pendências;

IV – divulgação da relação preliminar de candidatos habilitados;

V – prazo para pedido de reconsideração da habilitação;

VI – divulgação da relação definitiva de candidatos habilitados;

VII – encontro de orientação e formação dos adolescentes;

VIII – divulgação da lista oficial de candidatos por território;

IX – período de apresentação, campanha e mobilização das candidaturas;

X – Eleição entre Pares, com votação simultânea nos dois territórios;

XI – apuração dos votos;

XII – divulgação do resultado preliminar;

XIII – prazo para pedido de reconsideração do resultado;

XIV – homologação e publicação do resultado final;

XV – instalação e posse do CPA;

XVI – início do percurso formativo dos integrantes.

6.2. O encontro de orientação e formação não terá caráter classificatório.

6.3. No encontro serão apresentados, em linguagem acessível, o funcionamento do CMDCA, as atribuições do CPA, as regras eleitorais, a participação com proteção, os critérios territoriais, a paridade e as responsabilidades dos integrantes.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. A habilitação verificará exclusivamente o atendimento aos requisitos objetivos estabelecidos neste Edital e a apresentação dos documentos exigidos.

7.2. Não serão realizadas provas, entrevistas classificatórias ou avaliações de capacidade, conhecimento ou desempenho para determinar quem poderá ser candidato.

7.3. A análise será realizada pela Comissão responsável pelo acompanhamento do CPA, com apoio da Secretaria Executiva.

7.4. O adolescente cuja inscrição apresentar pendência será informado de maneira objetiva e terá oportunidade de regularizá-la no prazo previsto no cronograma.

7.5. O indeferimento deverá ser fundamentado.

7.6. Caberá pedido de reconsideração no prazo estabelecido no cronograma.

7.7. A lista definitiva de habilitados somente será divulgada após apreciação dos pedidos de reconsideração.

8. DA ORGANIZAÇÃO DAS CANDIDATURAS E DA CÉDULA

8.1. Todos os adolescentes definitivamente habilitados serão considerados candidatos e eleitores no processo.

8.2. Não haverá formação de chapas concorrentes.

8.3. Será utilizada cédula eleitoral única, contendo todos os candidatos habilitados, organizados em dois blocos territoriais:

I – Território Guamaré Centro;

II – Território Baixa do Meio.

8.4. Dentro de cada território, os candidatos serão apresentados em igualdade de condições, mediante critério de ordenação previamente divulgado pela Comissão, preferencialmente sorteio público ou ordem alfabética.

8.5. Cada candidato receberá número próprio para facilitar sua identificação na cédula.

8.6. Não haverá limite máximo prévio de candidaturas, desde que atendidos os requisitos estabelecidos neste Edital.

9. DA APRESENTAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DAS CANDIDATURAS

9.1. Após a divulgação da relação definitiva de candidatos habilitados, será assegurado período específico para apresentação e mobilização das candidaturas, conforme cronograma.

9.2. Os candidatos poderão apresentar suas ideias, motivações e propostas aos demais adolescentes, observadas condições de igualdade, respeito e participação protegida.

9.3. Será vedada:

I – interferência ou campanha realizada por adulto em favor de candidato determinado;

II – coação, constrangimento ou ameaça;

III – oferecimento de vantagem, benefício, presente ou qualquer contrapartida em troca de voto;

IV – propaganda ofensiva, discriminatória ou que exponha outro adolescente;

V – utilização de recursos financeiros ou materiais capazes de produzir desigualdade entre as candidaturas.

9.4. O CMDCA e os equipamentos envolvidos poderão disponibilizar meios institucionais equivalentes para apresentação das candidaturas.

10. DA ELEIÇÃO ENTRE PARES

10.1. A escolha dos representantes do CPA será realizada exclusivamente pelos adolescentes habilitados, por meio de eleição direta entre pares, organizada pelo CMDCA.

10.2. A votação ocorrerá simultaneamente, das 8h às 15h, nos seguintes locais:

I – Território Baixa do Meio: Escola Municipal Professora Maria Madalena;

II – Território Guamaré Centro: Escola Municipal Benvinda Nunes Teixeira.

10.3. Cada local de votação contará com urna própria e equipe responsável pela organização, identificação dos eleitores e registro da participação, devendo ser adotado controle que impeça duplicidade de voto.

10.4. Encerrada a votação às 15h, será iniciada imediatamente a apuração.

10.5. Cada candidato terá direito a breve apresentação aos demais adolescentes, em igualdade de condições, em momento previamente divulgado, limitada a até 3 (três) minutos.

10.6. A apresentação deverá ser realizada pelo próprio adolescente, sendo vedada manifestação de adulto em favor de determinada candidatura.

10.7. A votação será direta, pessoal e secreta.

10.8. Cada adolescente habilitado poderá votar em candidatos dos dois territórios, independentemente do território onde reside.

10.9. Cada eleitor poderá votar em até 6 (seis) candidatos do Território Guamaré Centro e até 6 (seis) candidatos do Território Baixa do Meio, totalizando até 12 (doze) votos.

10.10. Será permitido apenas 1 (um) voto por candidato.

10.11. O adolescente candidato poderá votar em si próprio.

10.12. A utilização da totalidade dos votos disponíveis não será obrigatória.

10.13. Os votos não utilizados em determinado território não poderão ser transferidos para o outro.

10.14. Caso o eleitor assinale número de candidatos superior ao permitido em determinado território, serão anulados exclusivamente os votos referentes àquele bloco territorial, permanecendo válidos os votos regularmente registrados no outro território.

11. DA APURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

11.1. A apuração ocorrerá imediatamente após o encerramento da votação, com totalização dos votos recebidos nas duas urnas.

11.2. A apuração ocorrerá separadamente por território.

11.3. Será registrada a quantidade total de votos válidos recebidos por cada candidato.

11.4. Os candidatos serão inicialmente classificados em ordem decrescente do número de votos recebidos no respectivo território.

11.5. A definição dos titulares observará cumulativamente:

I – votação obtida;

II – número de vagas destinado ao território;

III – regra de paridade estabelecida neste Edital e no Anexo I.

11.6. Serão considerados titulares:

I – 6 candidatos do Território Guamaré Centro;

II – 6 candidatos do Território Baixa do Meio.

11.7. Após o preenchimento das vagas de titulares, serão classificados os suplentes, respeitados o território, a paridade e a ordem decrescente de votação.

11.8. Serão classificados 6 suplentes de cada território.

11.9. Os demais candidatos habilitados integrarão cadastro de reserva, observada a ordem de votação no respectivo território.

12. DO EMPATE

12.1. Havendo empate que interfira no preenchimento de vaga de titular, suplente ou cadastro de reserva, serão inicialmente observados os critérios de territorialidade e paridade.

12.2. Persistindo empate entre candidatos igualmente aptos à mesma vaga, será realizado sorteio público durante a apuração ou imediatamente após ela.

12.3. O resultado do sorteio será registrado em ata.
12.4. Nenhum critério subjetivo de avaliação pelos adultos poderá ser utilizado para solucionar empate.

13. DA INSUFICIÊNCIA DE CANDIDATURAS EM DETERMINADO TERRITÓRIO

13.1. Caso determinado território não apresente número suficiente de candidatos habilitados para preencher as vagas previstas, o CMDCA promoverá, sempre que possível, mobilização complementar antes da eleição.
13.2. Persistindo insuficiência de candidaturas, a Comissão apresentará proposta fundamentada ao CMDCA.
13.3. Eventual redistribuição de vagas deverá ocorrer antes da eleição, ser formalmente aprovada pelo CMDCA, amplamente comunicada aos adolescentes e preservar, tanto quanto possível, territorialidade, paridade e diversidade.
13.4. Nenhuma vaga será redistribuída após a votação com finalidade de favorecer candidatura determinada.

14. DA SUPLÊNCIA, RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. Os suplentes poderão participar das atividades formativas e demais ações do CPA, conforme regulamentação específica.
14.2. Na ausência definitiva, desligamento ou vacância de membro titular, será convocado suplente do mesmo território, observada a ordem de classificação e, quando necessário, a regra de paridade.
14.3. Esgotada a suplência do território, poderá ser convocado adolescente integrante do cadastro de reserva.
14.4. O resultado preliminar apresentará, por território:
I – titulares;
II – suplentes;
III – cadastro de reserva, quando houver.
14.5. Será assegurado prazo para pedido de reconsideração relacionado à observância das regras eleitorais, contagem de votos, classificação ou aplicação dos critérios estabelecidos neste Edital.
14.6. Após apreciação dos pedidos, o resultado final será homologado pelo CMDCA mediante ato próprio.

15. DA PARTICIPAÇÃO COM PROTEÇÃO

15.1. Todas as etapas observarão as diretrizes de participação com proteção.
15.2. Deverão ser assegurados, conforme a necessidade:
I – acessibilidade;
II – apoio à comunicação;
III – deslocamento seguro;
IV – alimentação quando necessária;
V – ambiente seguro e acolhedor;
VI – proteção dos dados pessoais;
VII – acompanhamento institucional;
VIII – metodologia adequada à faixa etária.
15.3. Informações pessoais e sensíveis dos adolescentes não deverão constar das listas públicas.
15.4. Para fins de transparência eleitoral, serão divulgados somente os dados estritamente necessários à identificação das candidaturas.
15.5. O CMDCA designará profissional ou equipe de referência para comunicação com os adolescentes e seus responsáveis durante o processo.

16. DO CRONOGRAMA

ETAPA	DATA/PERÍODO
Publicação do Edital e início da mobilização	A partir da publicação deste Edital
Mobilização territorial e inscrições	Da publicação deste Edital até 06/11/2026
Análise documental e regularização de pendências	09 a 13/11/2026
Relação preliminar de habilitados	16/11/2026
Pedido de reconsideração da habilitação	17 e 18/11/2026
Relação definitiva de habilitados	19/11/2026
Encontro de orientação/formação	20/11/2026
Divulgação da lista oficial de candidatos	20/11/2026
Apresentação, campanha e mobilização das candidaturas	23 a 30/11/2026
Eleição entre Pares – 8h às 15h e apuração imediata	01/12/2026
Resultado preliminar	01/12/2026
Pedido de reconsideração do resultado	02/12/2026
Homologação e publicação do resultado final	03/12/2026
Instalação e posse do CPA	até 14/12/2026

16.1. O CMDCA poderá ajustar o cronograma mediante decisão fundamentada e divulgação prévia.
16.2. Eventuais alterações não poderão comprometer o direito à informação, à mobilização, à regularização documental, à apresentação de reconsideração ou à participação efetiva dos adolescentes.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. A inscrição implica ciência das regras deste Edital, sem prejuízo do dever do CMDCA de apresentá-las aos adolescentes em linguagem clara e acessível.
17.2. O processo eleitoral será registrado em ata, contendo, no mínimo:
I – número de adolescentes habilitados;
II – número de participantes;
III – número de votantes;
IV – votos obtidos por cada candidato;
V – votos brancos ou anulados por território;
VI – eventual empate e respectivo sorteio;
VII – classificação final;
VIII – eventuais ocorrências registradas durante o processo.
17.3. A ata será assinada pelos responsáveis pela condução do processo, podendo também ser assinada por representantes adolescentes presentes.
17.4. Situações omissas serão apreciadas pelo CMDCA, por intermédio da Comissão responsável, ouvida a Assessoria Jurídica quando necessário, sempre à luz dos princípios da participação com proteção, transparência, protagonismo adolescente e interesse superior da criança e do adolescente.
17.5. Integram este Edital:
I – Anexo I – Quadro de Distribuição Territorial, Paridade e Vagas;
II – Anexo II – Ficha de Inscrição;
III – Anexo III – Termo de Autorização e Responsabilidade dos Pais ou Responsável Legal;
IV – Anexo IV – Modelo de Cédula Eleitoral.
Guamaré/RN, 15 de outubro de 2026.

LARISA MAYARA PEREIRA DA SILVA FONSECA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA
Guamaré/RN

ANEXO I – QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL, PARIDADE E VAGAS

DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DEFINIDA PARA O PROCESSO DE ESCOLHA – 2026

Território	Titulares	Suplentes	Máximo de votos por eleitor
Guamaré Centro	6	6	6
Baixa do Meio	6	6	6
TOTAL	12	12	12 votos no total

Paridade

Cada território contará com 6 (seis) vagas de titulares e 6 (seis) vagas de suplentes, buscando-se composição paritária de gênero, respeitadas a diversidade, a livre autodeclaração e a disponibilidade de candidaturas habilitadas.
A distribuição das vagas será igual entre o Território Guamaré Centro e o Território Baixa do Meio, totalizando 12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes no CPA.

Território	Meninas Titulares	Meninos Titulares	Meninas Suplentes	Meninos Suplentes
Guamaré Centro	3	3	3	3
Baixa do Meio	3	3	3	3
TOTAL	6	6	6	6

Nota: a aplicação da paridade observará os critérios do Edital, sem prejuízo da diversidade, da não discriminação e da disponibilidade de candidaturas habilitadas. A distribuição territorial e os limites de votos não poderão ser modificados após o início da votação.

ANEXO II – FICHA DE INSCRIÇÃO – CPA GUAMARÉ/RN

LOCAL DE INSCRIÇÃO

( ) CRAS Guamaré ( ) CRAS Baixa do Meio – BM

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome do(a) adolescente: _____
Nome social, se desejar informar: _____
Data de nascimento: ____/____/__ Idade na data de publicação do Edital: _____ anos
Território onde reside: ( ) Guamaré Centro ( ) Baixa do Meio
Comunidade/localidade: _____
Telefone/contato: _____
Nome do responsável legal: _____
Telefone do responsável: _____
Está matriculado(a) em unidade de ensino? ( ) Sim ( ) Não
Se sim, qual? _____

Participa de NUCA, grêmio, coletivo, projeto, grupo cultural, esportivo, comunitário ou outro espaço? ( ) Sim ( ) Não
Se desejar informar, qual? _____

2. INFORMAÇÕES VOLUNTÁRIAS PARA DIVERSIDADE, REPRESENTATIVIDADE E ACESSIBILIDADE

As informações desta seção são voluntárias, poderão ser assinaladas em mais de uma opção e serão utilizadas exclusivamente para conhecer a diversidade das candidaturas, orientar a mobilização, promover acessibilidade e favorecer a representatividade das diferentes adolescências do Município. Não possuem caráter classificatório, não geram pontuação ou vantagem individual e serão tratadas com proteção e confidencialidade.

2.1. Raça/cor – autodeclaração (se desejar informar):

☐ Branca ☐ Preta ☐ Parda ☐ Amarela ☐ Indígena ☐ Prefiro não informar ☐ Outra: ____

2.2. Gênero/identidade de gênero (se desejar informar):

☐ Menina ☐ Menino ☐ Outra identidade/autodeclaração: ____ ☐ Prefiro não informar

2.3. Pessoa com deficiência:

☐ Sim ☐ Não ☐ Prefiro não informar
Se sim, necessita de algum recurso de acessibilidade para participar das atividades? ☐ Sim ☐ Não
Qual? _____

2.4. Território, comunidade e pertencimento (pode marcar mais de uma opção):

☐ Área urbana ☐ Área rural ☐ Assentamento ☐ Comunidade tradicional ☐ Comunidade quilombola ☐ Povo/comunidade indígena
☐ Comunidade ligada à pesca artesanal ou atividade tradicional local
☐ Outro pertencimento territorial/comunitário: _____

2.5. Participação em espaços de convivência, organização ou mobilização de adolescentes (pode marcar mais de uma opção):

☐ NUCA ☐ Grêmio estudantil ☐ SCFV ☐ Coletivo juvenil ☐ Projeto social ☐ Grupo cultural ☐ Grupo esportivo
☐ Grupo comunitário ☐ Grupo religioso ☐ Associação/movimento ☐ Não participo atualmente de espaço organizado ☐ Outro: _____

2.6. Situações ou características importantes para uma participação protegida e representativa:

Existe alguma necessidade de deslocamento, comunicação, alimentação, acessibilidade, proteção ou apoio que o CMDCA deva conhecer para garantir sua participação? ☐ Sim ☐ Não ☐ Prefiro não informar
Se desejar, informe: _____
_____

2.7. Se houver alguma característica, vivência, pertencimento ou realidade pessoal/comunitária que você considere importante para que diferentes adolescências estejam representadas no CPA, poderá informar abaixo. Este campo é opcional e será tratado de forma reservada.

_____
_____

3. MOTIVAÇÃO

Por que você deseja participar do Comitê de Participação de Adolescentes – CPA?
_____
_____
_____
_____

Declaro que as informações apresentadas são verdadeiras e que minha participação neste processo é voluntária.
Guamaré/RN, ____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do(a) adolescente

_____
Assinatura do responsável legal

ANEXO III – TERMO DE AUTORIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE DOS PAIS OU RESPONSÁVEL LEGAL

Eu, _____, CPF nº _____, na qualidade de pai, mãe ou responsável legal pelo(a) adolescente _____, autorizo sua inscrição e participação no processo de escolha para composição do Comitê de Participação de Adolescentes – CPA de Guamaré/RN e, caso eleito(a), sua participação nas atividades do Comitê durante o respectivo mandato.

Declaro estar ciente de que a participação do(a) adolescente é voluntária e de que serão observadas as medidas de participação com proteção estabelecidas pelo CMDCA.

Comprometo-me, na condição de responsável legal, a manter atualizados os meios de contato informados, comunicar situações relevantes que possam interferir na participação segura do(a) adolescente e colaborar, quando necessário, com os procedimentos de autorização, deslocamento e acompanhamento das atividades do CPA, respeitada a autonomia progressiva do(a) adolescente.

Declaro, ainda, estar ciente de que eventual autorização para utilização de imagem e voz será apresentada em instrumento específico e independente, não constituindo sua concessão condição para inscrição, candidatura, eleição ou participação no CPA.

Telefone do responsável: _____
Guamaré/RN, ____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do pai, mãe ou responsável legal

ANEXO IV – MODELO DE CÉDULA ELEITORAL – CPA GUAMARÉ/RN

COMITÊ DE PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES – CPA
ELEIÇÃO ENTRE PARES – 2026
INSTRUÇÕES

Você poderá votar em candidatos dos dois territórios, independentemente do território onde mora. Marque os candidatos de sua preferência, observando o limite máximo de até 6 (seis) votos em cada bloco territorial. Você não precisa utilizar todos os votos disponíveis.

TERRITÓRIO GUAMARÉ CENTRO – até 6 candidatos

☐ 01 – _____
☐ 02 – _____
☐ 03 – _____
☐ 04 – _____
☐ 05 – _____
☐ 06 – _____
☐ 07 – _____
☐ 08 – _____
☐ 09 – _____
☐ 10 – _____
☐ 11 – _____
☐ 12 – _____

TERRITÓRIO BAIXA DO MEIO – até 6 candidatos

☐ 13 – _____
☐ 14 – _____
☐ 15 – _____
☐ 16 – _____
☐ 17 – _____
☐ 18 – _____
☐ 19 – _____
☐ 20 – _____
☐ 21 – _____
☐ 22 – _____
☐ 23 – _____
☐ 24 – _____

Observação: o número de linhas e a numeração da cédula definitiva serão ajustados à quantidade de candidaturas habilitadas em cada território.

LEMBRE-SE

• Você pode votar em até 12 candidatos no total;
• Até 6 candidatos do Território Guamaré Centro;
• Até 6 candidatos do Território Baixa do Meio;
• Você não precisa usar todos os votos;
• Você não pode votar duas vezes na mesma pessoa;
• Se você for candidato, poderá votar em si próprio;
• Se você marcar candidatos demais em um território, somente os votos daquele território serão anulados;
• O voto é secreto e pessoal.

PARTICIPE. SUA VOZ TAMBÉM CONSTRÓI AS POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE GUAMARÉ.

Publicado por:
Louise de Lima Melo
Código Identificador:C5CEDA27

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 049/2026 - CMDCA

Institui a Comissão Organizadora da 5ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Guamaré/RN, define sua composição e competências, dispõe sobre a organização dos eixos temáticos e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GUAMARÉ/RN – CMDCA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal vigente, especialmente pela Lei Municipal nº 817/2023, e demais normas aplicáveis;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, especialmente os princípios da proteção integral, da prioridade absoluta, da participação e do respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;
CONSIDERANDO a Resolução CONANDA nº 276, de 12 de novembro de 2025, que dispõe sobre a convocação da 13ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – 13ª CNDCA e estabelece normas gerais para a realização das etapas nacional, estaduais, distrital e municipais;
CONSIDERANDO o Documento Base e o Documento Orientador da 13ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, expedidos pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA;
CONSIDERANDO a Resolução CMDCA nº 042/2026, que convocou a 5ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Guamaré/RN para o dia 11 de novembro de 2026, no Complexo de Proteção Social Especial, nos turnos matutino e vespertino;
CONSIDERANDO que a Resolução CMDCA nº 042/2026 definiu como tema central da 5ª Conferência Municipal: "Fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente – SGDCA e a Democracia Participativa";
CONSIDERANDO os seis eixos temáticos definidos para o processo conferencial municipal, em consonância com as orientações do CONANDA;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar organização democrática, participação intersetorial, acessibilidade, mobilização social, participação qualificada e protegida de crianças e adolescentes, sistematização das propostas e adequado registro do processo conferencial;
CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CMDCA em sua 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 de outubro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão Organizadora da 5ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Guamaré/RN, responsável pelo planejamento, coordenação, acompanhamento e execução das providências necessárias à realização do processo conferencial municipal.

Art. 2º A Comissão Organizadora será composta pelos seguintes representantes:

I – Representantes Governamentais:
Érica Damasceno Severiano
Juliana Renata de Oliveira Bezerra
Larisa Mayara Pereira da Silva Fonseca – Coordenadora
Rafaela Romana Rodrigues de Araújo Pereira
II – Representantes da Sociedade Civil:
Helena Maria dos Santos
Maria Gilvaneide Marinho Beserra
Samara Gadelha de Miranda
III – Representantes de Crianças e/ou Adolescentes:
João Paulo Gomes – adolescente
Sara Ketlin Mendes de Siqueira – criança
IV – Apoio Técnico e Operacional:
Eleonaide Mendes Avelino
Érika Larissa Lima de Melo
Hairton de Oliveira Gomes
Hisnaely Miranda
Karina Brito Guimarães
Louise Lima Melo
Manoela Galvão de Miranda Andrade Nunes
Maria dos Prazeres Pereira da Silva
Mirela Lourenço
§ 1º A composição da Comissão Organizadora observará, sempre que possível, a representação equilibrada entre Poder Público e sociedade civil, assegurada a participação de crianças e/ou adolescentes no processo organizativo.
§ 2º A Comissão poderá convidar colaboradores, profissionais, órgãos, serviços, entidades e instituições integrantes do Sistema de Garantia de Direitos para apoiar atividades específicas, sem que tais convidados integrem sua composição formal ou seu quórum de deliberação.
§ 3º O apoio técnico e operacional terá caráter colaborativo e de suporte às atividades da Comissão Organizadora, especialmente nas áreas de logística, credenciamento, comunicação, registro, sistematização, acessibilidade, recepção e demais providências necessárias à realização da Conferência, não integrando o quórum deliberativo da Comissão, salvo se o(a) colaborador(a) também compuser formalmente uma das representações previstas neste artigo.
§ 4º A Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS prestará o apoio administrativo, logístico e financeiro necessário ao funcionamento da Comissão e à realização da 5ª Conferência, observadas as disponibilidades administrativas e orçamentárias.

Art. 3º Compete à Comissão Organizadora:

I – planejar, organizar, coordenar e acompanhar a realização da 5ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
II – elaborar e submeter ao CMDCA, quando necessário, proposta de Regimento Interno, programação, metodologia, cronograma e demais instrumentos operacionais da Conferência;
III – assegurar a observância do tema central, dos eixos temáticos, das orientações do CONANDA e das deliberações do CMDCA;
IV – coordenar as ações de mobilização e divulgação junto ao Sistema de Garantia de Direitos, órgãos públicos, organizações da sociedade civil, trabalhadores das políticas públicas, Conselhos Tutelares, famílias, crianças e adolescentes;
V – organizar o processo de credenciamento, acolhimento, identificação e orientação dos participantes;
VI – articular e acompanhar a atuação de palestrantes, facilitadores, relatores e demais colaboradores vinculados à programação;
VII – definir e acompanhar a metodologia de trabalho dos grupos temáticos, assegurando participação democrática, acessível, protegida e qualificada;
VIII – zelar pela participação de crianças e adolescentes, observando linguagem acessível, escuta qualificada, proteção integral e respeito ao protagonismo infantojuvenil;
IX – acompanhar as providências de infraestrutura, alimentação, material de apoio, acessibilidade, ambientação, equipamentos e demais necessidades logísticas;
X – coordenar a sistematização das propostas, moções, recomendações, deliberações e demais registros produzidos durante a Conferência;
XI – organizar, quando cabível, o processo de escolha de delegados(as) para a etapa subsequente, conforme orientações do CONANDA e demais normas aplicáveis;
XII – assegurar o registro documental da Conferência, incluindo listas de presença, atas, relatórios, registros fotográficos institucionais, sínteses dos grupos e relatório final;
XIII – encaminhar ao CMDCA o relatório final e os documentos resultantes da Conferência para apreciação, homologação, divulgação e providências posteriores;

XIV – deliberar sobre questões operacionais necessárias ao regular desenvolvimento do processo conferencial, respeitadas as competências do Plenário do CMDCA.

Art. 4º Para fins de organização metodológica, ficam definidos os seguintes eixos temáticos, com os respectivos facilitadores e relatores:

Eixo I – Aprimoramento do Controle Social e Fortalecimento da Participação Social
Facilitadora: Juliana Renata de Oliveira Bezerra
Relatora: Karina Brito Guimarães
Eixo II – Fortalecimento dos Conselhos Tutelares
Facilitadora: Ianca Ribeiro
Relatora: Eleonaide Mendes
Eixo III – Promoção da Convivência Familiar e Comunitária
Facilitadora: Keyla Sabino
Relatora: Mirela Lourenço
Eixo IV – Prevenção e Enfrentamento das Violências
Facilitadora: Stéfany Albuquerque
Relatora: Lorena Maciel
Eixo V – Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção de Adolescentes no Trabalho
Facilitadora: Sayonara Morais
Relatora: Tatiana Gomes
Eixo VI – Aprimoramento da Execução das Medidas Socioeducativas
Facilitadora: Crislayne Crissian
Relator: Leonilson dos Santos

§ 1º Compete aos facilitadores conduzir os trabalhos dos respectivos eixos, estimular a participação dos presentes, assegurar o foco temático e colaborar para a construção coletiva das propostas.
§ 2º Compete aos relatores registrar as discussões, consensos, propostas, recomendações e demais deliberações produzidas em cada eixo, utilizando os instrumentos definidos pela Comissão Organizadora.
§ 3º Facilitadores e relatores atuarão em articulação com a Comissão Organizadora e poderão participar das reuniões preparatórias necessárias ao alinhamento metodológico.

Art. 5º A Comissão Organizadora poderá constituir grupos de apoio ou distribuir responsabilidades internas por áreas, tais como mobilização, comunicação, credenciamento, metodologia, relatoria, logística, acessibilidade e sistematização, sem necessidade de nova resolução, desde que as definições constem em registro próprio.

Art. 6º As decisões da Comissão Organizadora serão registradas em ajuda-memória, ata, relatório ou instrumento equivalente e, quando implicarem alteração de matéria já deliberada pelo CMDCA ou dependerem de competência exclusiva do Conselho, serão submetidas ao Plenário.

Art. 7º A Comissão Organizadora terá caráter temporário, encerrando suas atividades após a conclusão do processo conferencial, entrega do relatório final e cumprimento dos encaminhamentos administrativos e documentais decorrentes da 5ª Conferência.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guamaré/RN, 15 de outubro de 2026.

LARISA MAYARA PEREIRA DA SILVA FONSECA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Louise de Lima Melo
Código Identificador:8F751198

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IELMO MARINHO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 353/2026 - GP

Dispõe sobre a exoneração de cargo comissionado na estrutura administrativa do Poder Executivo de Ielmo Marinho, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE IELMO MARINHO/RN, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o que dispõe o quadro de pessoal do referido Município.

R E S O L V E:
Art. 1º - Exonerar a *pedido*, o(a) Senhor(a) **GUSTAVO DO NASCIMENTO SILVA**, portador(a) do CPF 397.***.***-88, ocupante do cargo comissionado de ASSESSOR TECNICO ADMINISTRATIVO, lotado(a) na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Município de Ielmo Marinho/RN.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN, 19 de outubro de 2026.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:F1875E50

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU

GABINETE DO PREFEITO
DECISÃO DE ANULAÇÃO

Processo Administrativo nº 2767/2026 – OF nº 1172/2026 – Nota de Empenho nº 6190010 – ARP nº 02/2026 – PE nº 08/2025
DECISÃO
Relatório. Trata-se de apurar a inexecução da contratação formalizada pela Ordem de Fornecimento nº 1172/2026 e pela Nota de Empenho nº 6190010 (art. 95 da Lei nº 14.133/2021), firmada com a empresa ESTRELA TRANSPORTES, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., CNPJ nº 26.667.862/0001-66, fornecedora registrada no item 006 da ARP nº 02/2026. O objeto são 5 (cinco) diárias de locação de van, sem motorista, no valor de R$ 10.000,00, para o transporte de pacientes. A certidão de fl. 36, atesta que o veículo não foi disponibilizado e que não houve liquidação nem pagamento. A empresa foi notificada em 09/09/2026, Notificação anexa ao e-mail, fl. 26 e não se manifestou no prazo.
Fundamentação. Está demonstrado o não cumprimento das obrigações, motivo de extinção previsto na cláusula 7- CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E
DOS PREÇOS REGISTRADOS da Ata de Registro de Preços nº 002/2026, que autoriza a extinção ou cancelamento da ata quando o fornecedor descumprir o estabelecido na cláusula
7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado; ou 7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável. Foram assegurados o contraditório e a ampla defesa consoante notificação encaminhada a empresa. Não tendo havido liquidação, o saldo integral do empenho deve ser anulado, revertendo à dotação (art. 38 da Lei nº 4.320/1964). A demanda permanece: o transporte de pacientes para tratamento fora do Município não admite interrupção. Por isso, a contratação do remanescente deve ser buscada junto aos demais licitantes classificados no Pregão Eletrônico nº 08/2025, na ordem de classificação, conforme cláusula 7.3. da Ata de Registro de Preços nº 002/2026.
Dispositivo. Ante o exposto, DECIDO:
– EXTINGUIR UNILATERALMENTE a Ata de Registro de Preços nº 002/2026, formalizada pela Ordem de Fornecimento nº 1172/2026 e pela Nota de Empenho nº 6190010, com fundamento na cláusula 7 - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR

E DOS PREÇOS REGISTRADOS da Ata de Registro de Preços nº 002/2026, por culpa exclusiva do fornecedor;
– DETERMINAR A ANULAÇÃO TOTAL da Nota de Empenho nº 6190010, no valor de R$ 10.000,00, com reversão do saldo à dotação de origem (art. 38 da Lei nº 4.320/1964), a ser executada após o decurso do prazo recursal, no prazo de três dias úteis, sem interposição de recurso;
– AUTORIZAR a convocação dos demais licitantes classificados no item 006 do Pregão Eletrônico nº 08/2025, na ordem de classificação, para a contratação do remanescente (5 diárias) nas condições propostas pela licitante vencedora (R$ 2.000,00 por diária), nos termos da cláusula sétima da ata de registro de preços nº 002/2026;
– COMUNICAR esta decisão ao órgão participante da ARP nº 02/2026, para os fins dos itens 7.1 e 8.3 da ata;
– DETERMINAR o prosseguimento do processo de apuração de responsabilidade e aplicação de sanções, que não é prejudicado por esta decisão;
– INTIMAR a empresa desta decisão, facultando-lhe recurso no prazo de 3 (três) dias úteis (art. 165, I, "e", da Lei nº 14.133/2021).

CUMPRA-SE

Ipanguaçu/RN, 19 de outubro de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN
Autoridade Competente

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:A33FC348

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
PORTARIA 482/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPANGUAÇU,ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais; e
CONSIDERANDOo previsto no art. 51 da Lei Complementar Municipal nº 079/2008, no que tange a concessão de diárias aos servidores, que a serviço, afastam-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional; e
CONSIDERANDOo disposto no art. 5º e no Anexo Único do Decreto Executivo Municipal nº 75/2021, que dispõe sobre a concessão de diárias;
RESOLVE:

Art. 1º – Conceder 04 (quatro) diárias ao servidor **ANTONIO MARCOS DE FRANÇA**, inscrito no CPF nº ***.270.254-35**, ocupante do cargo de Motorista*, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando o montante de R$ 600,00 (seiscentos reais), destinadas a custear despesas com hospedagem e alimentação, em razão de sua viagem a Brasília/DF, no período de 20 a 23 de outubro de 2026, para a realização de visitas aos Ministérios e o acompanhamento de demandas de interesse do Município junto aos órgãos do Governo Federal.
Art. 2º -Os valores deverão ser depositados em conta bancária do titular de acordo com os dados cadastrais.
Art. 3º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
Gabinete do Prefeito, Ipanguaçu/RN, em 19 de outubro de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eunice Cecília Gonzaga Lopes
Código Identificador:0E59D9D6

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
PORTARIA Nº 483/2026

Dispõe sobre a nomeação de servidor (a) ocupante de cargo de livre nomeação da Prefeitura Municipal do Ipanguaçu/RN.

O Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN, Jefferson Charles de Araújo Santos, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferido pela Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 072/2025:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, **LEYDSON SIQUEIRA DE SOUZA**, inscrito no CPF sob o nº. ***925.344-17 para as atribuições inerentes ao cargo de Coordenador Nível I, lotado na Secretaria de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

Ipanguaçu/RN, 19/10/2026

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:081FBB66

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 325/2026

Retifica a Portaria nº 324/2026, de 15 de outubro de 2026, que concedeu diárias à servidora Maria da Conceição Fernandes de Lima, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚ,** Estado do Rio Grande do Norte, José Roberto Dias Pinheiro, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o Ofício nº 24/2026 – SME encaminhado pelo Secretário Municipal da Educação, Manoel Egleudo Rodrigues Brasil, acompanhado do Comunicado nº 23 – ProLEEI/RN, que comunica a alteração da data de realização do IV Encontro Formativo Presencial de Formadores(as) Municipais do ProLEEI/CNCA, inicialmente previsto para os dias 19 e 20 de outubro de 2026, passando a ser realizado no dia 21 de outubro de 2026, na cidade de Natal/RN;

CONSIDERANDO o novo itinerário apresentado, com saída de Itaú/RN no dia 21 de outubro de 2026, às 4h, e retorno de Natal/RN no dia 22 de outubro de 2026, às 6h;

CONSIDERANDO que o valor correspondente às diárias autorizadas pela Portaria nº 324/2026 ainda não foi pago à servidora, sendo necessária a adequação do ato concessório antes da efetivação do pagamento;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar a **Portaria nº 324/2026**, de 15 de outubro de 2026, para alterar a quantidade de diárias concedidas à servidora **Maria da Conceição Fernandes de Lima**, ocupante do cargo de Professora, matrícula nº 443, lotada na Secretaria Municipal da Educação, em razão da mudança na data de realização do IV Encontro Formativo Presencial de Formadores(as) Municipais do ProLEEI/CNCA, na cidade de Natal/RN.

Art.2º Em decorrência da alteração do período de deslocamento, que passa a ocorrer no dia 21 de outubro de 2026 (saída às 4h e retorno em

22 de outubro de 2026, às 6h), a concessão passa de 02 (duas) diárias para **01 (uma) diária**, reduzindo-se o valor total autorizado de R$ 400,00 (quatrocentos reais) para **R$ 200,00 (duzentos reais)**.

Art. 3º Determinar ao setor competente que proceda à adequação dos registros administrativos e financeiros, de modo que o pagamento seja realizado conforme o quantitativo de 01 (uma) diária, no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), observadas as disposições da legislação municipal vigente.
Art. 4º Ficam mantidas as demais disposições da Portaria nº 324/2026 que não conflitem com este ato.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaú/RN, em 19 de outubro de 2026.

JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arlinda da Conceição Oliveira da Silva Praxedes
Código Identificador:02E2D5EF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 326/2026

Dispõe sobre a concessão de diária à Secretária Municipal de Saúde Pública, Marize Claire de Lima Melo**,** para participação em reunião do COSEMS/RN, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚ,** Estado do Rio Grande do Norte, José Roberto Dias Pinheiro, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 582/2022, que dispõe sobre os valores das diárias e concessão;

CONSIDERANDO o disposto no art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE;

CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento da Secretária Municipal de Saúde Pública para participar da 274ª Reunião Ordinária do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Rio Grande do Norte - COSEMS/RN, a ser realizada no dia 22 de outubro de 2026, na cidade de Natal/RN.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a concessão de **01 (uma) diária**, em favor da Secretária Municipal de Saúde Pública, **Marize Claire de Lima Melo**, matrícula nº 131734-2, lotada na Secretaria Municipal de Saúde Pública, para custear as despesas decorrentes do deslocamento à cidade de Natal/RN, com a finalidade de participar da 274ª Reunião Ordinária do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Rio Grande do Norte - COSEMS/RN, a ser realizada no dia 22 de outubro de 2026.

Período de deslocamento: de 22 a 23 de outubro de 2026;
Saída às: 3h, do dia 22 de outubro de 2026;
Total de Diárias: 1 (uma) diária;
Valor Unitário da Diária: R$ 400,00 (quatrocentos reais)
Valor Total das Diárias: R$ 400,00 (quatrocentos reais)

Art.2º Autorizar a Tesouraria Municipal a efetuar o pagamento da diária de que trata o art.1º da presente portaria.

Art. 3º O(a) beneficiário(a) de que trata o art. 1º, desta Portaria fica obrigado(a) à prestação de Contas nos termos do art. 9º, caput, da Lei Municipal nº 582/2022.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Itaú/RN, em 19 de outubro de 2026.

JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arlinda da Conceição Oliveira da Silva Praxedes
Código Identificador:369DB876

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 327/2026

Dispõe sobre a concessão de diária à Sra. Marize Claire de Lima Melo**,** para participação no IV Seminário do Observatório de Políticas Públicas, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚ,** Estado do Rio Grande do Norte, José Roberto Dias Pinheiro, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 582/2022, que dispõe sobre os valores das diárias e concessão;

CONSIDERANDO o disposto no art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE;

CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento da Secretária Municipal de Saúde Pública para participar do IV Seminário do Observatório de Políticas Públicas – Saúde Mental: Debatendo o TEA na Rede Pública de Saúde, a ser realizado no dia 29 de outubro de 2026, em Natal/RN.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a concessão de **01 (uma) diária**, em favor da Secretária Municipal de Saúde Pública, **Marize Claire de Lima Melo**, matrícula nº 131734-2, lotada na Secretaria Municipal de Saúde Pública, para custear as despesas decorrentes do deslocamento à cidade de Natal/RN, com a finalidade de participar do IV Seminário do Observatório de Políticas Públicas – Saúde Mental: Debatendo o TEA na Rede Pública de Saúde, a ser realizado no dia 29 de outubro de 2026.

Período de deslocamento: de 29 a 30 de outubro de 2026;
Saída às: 3h, do dia 29 de outubro de 2026;
Total das Diárias: 1 (uma) diária;
Valor Unitário da Diária: R$ 400,00 (quatrocentos reais)
Valor Total das Diárias: R$ 400,00 (quatrocentos reais)

Art.2º Autorizar a Tesouraria Municipal a efetuar o pagamento da diária de que trata o art.1º da presente portaria.

Art. 3º O(a) beneficiário(a) de que trata o art. 1º, desta Portaria fica obrigado(a) à prestação de Contas nos termos do art. 9º, caput, da Lei Municipal 582/2022.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Itaú/RN, em 19 de outubro de 2026.

JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arlinda da Conceição Oliveira da Silva Praxedes
Código Identificador:A0E2F489

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 211/2026 – GABINETE DA PREFEITA EM, 19 DE OUTUBRO DE 2026.

A Prefeita do Município de Jaçanã, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 97, II, "a" da Lei Orgânica do Município e considerando o disposto no art. 102, da Lei Municipal nº 048, de 20 de junho de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio por Assiduidade pelo período de 03 (três) meses ao servidor público municipal, **RAFAEL MEDEIROS ARAÚJO**, Professora, Matrícula n° 3433, lotado na Secretaria Municipal de Educação, conforme requerimento protocolado, com início no dia 19/10/2026 e termino 16/01/2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Jaçanã-RN, 19 de outubro de 2026.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal de Jaçanã-RN

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:9FE0E323

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PRETENSA CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 041/2026

A Prefeitura Municipal de Jaçanã/RN, através da Secretária Municipal de Educação, manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contração direta, com base no Art. 75, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21, que objetiva: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DO PRÉDIO DO ANEXO DA ESCOLA DEPUTADO JESSÉ FREIRE FILHO NO MUNICÍPIO DE JAÇANÃ-RN. O interessado poderá obter o respectivo Termo de Referência com a especificação do objeto pretendido junto a Secretaria Municipal de Educação, sediada na Rua Monoel Fernandes, 229, Centro, Jaçanã/RN, ou acessando site www.jacana.rn.gov.br. Eventuais interessados podem apresentar proposta de preço até o dia 23 de Outubro de 2026, nos horário e endereço abaixo indicados, e que poderão ser encaminhadas também pelo e-mail: sec.educacaojacana@gmail.com. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 450/2025; Lei Complementar nº 123/06; e demais legislações pertinentes, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 7h às 13h dos dias úteis, no endereço Rua Monoel Fernandes, 229, Centro, Jaçanã/RN.Telefone: (84) 3295-2531.

Jaçanã/RN, 19 de Outubro de 2026

CLAUDINEIDE SABINO DA SILVA SANTOS
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:1229BEA8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAÍRA

GABINETE DO PREFEITO
PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL PARA CONSTRUÇÃO DE CRECHE

GABINETE DO PREFEITO
PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL PARA CONSTRUÇÃO DE CRECHE

O Município de Jandaíra/RN, inscrito no CNPJ nº 08.309.239/0001-50, torna público que está requerendo ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA a Licença Simplificada Prévia (LSP) para a construção de uma creche, localizada na Rua Vereador José Narcísio de Souza, na Área Institucional do Loteamento Caminho dos Ventos, no Centro do Município de Jandaíra/RN.

Jandaíra/RN, 19 de outubro de 2026.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito do Município de Jandaíra/RN.

Publicado por:
Flávia Suyane Pinto do Nascimento
Código Identificador:B4642E8F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº125/2026 – GS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS, **ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere o artigo 82 da Lei Municipal n° 280/2006, e,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora **MARIA IRENE AFONSO DOS SANTOS** pleiteando a concessão de férias;

CONSIDERANDO os termos do § 4º do artigo 82 da Lei Municipal nº 280, de 06 de setembro de 2006.

R E S O L V E:

Artigo 1º. Conceder **férias** a servidora **MARIA IRENE AFONSO DOS SANTOS,** ocupante do cargo público de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, matrícula nº808, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, por um período de 30 (trinta) dias, com vigência a partir de 16 de outubro a 14 de novembro de 2026, período aquisitivo de 2025/2026.
Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos.
Em, 15 de outubro de 2026.

PEDRO HIGO ALVES GURGEL
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos –PRO TEMPORE
Port. Nº 015/2026 – GP
CPF: 014.429.364-10

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:4ADEF67F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº126/2026 – GS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS, **ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere o artigo 82 da Lei Municipal n° 280/2006, e,

CONSIDERANDO o requerimento do servidor **CARLOS ANDRÉ DOS SANTOS** pleiteando a concessão de férias;

CONSIDERANDO os termos do § 4º do artigo 82 da Lei Municipal nº 280, de 06 de setembro de 2006.

R E S O L V E:

Artigo 1º. Conceder **férias** ao servidor **CARLOS ANDRÉ DOS SANTOS,** ocupante do cargo público de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, matrícula nº805, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, por um período de 30 (trinta) dias, com vigência a partir de 16 de outubro a 14 de novembro de 2026, período aquisitivo de 2025/2026.
Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos.
Em, 15 de outubro de 2026.

PEDRO HIGO ALVES GURGEL
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos – PRO TEMPORE
Port. Nº 015/2026 – GP
CPF: 014.429.364-10

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:FE4890D2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 024/2026-SMAS

Dispõe sobre a relação de nomeação dos beneficiados do PROFITE (Programa de Fomento e Incentivo ao Trabalho e Educação) do município de Jardim de Angicos/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS/RN, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica deste Município;

RESOLVE:
Art. 1º - **NOMEAR** os beneficiários participantes do Programa de Fomento e Incentivo ao Trabalho e Educação - PROFITE, conforme relação anexa.

Art. 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de outubro de 2026.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Jardim de Angicos/RN, 19 de outubro de 2026.

ELAIDE CRISTINA CÂMARA DOS SANTOS
Secretaria Municipal de Assistência Social

CARLOS ANDRÉ CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

ANEXO

FRANCISCA MARGARETE DA SILVA	069.XXX.XXX-16

Publicado por:
Hortência Herculano Teixeira
Código Identificador:F6ECD112

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº 151/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N° 046/2025 - PROCESSO ADMIN. MJS/RN Nº 812.024/2025

PROMITENTE CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN - Prefeitura Municipal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **PROMITENTE CONTRATADA**: **IMUNIZADORA JARDIM LTDA,** inscrita no CNPJ/MF Nº 38.146.499/0001-12; **OBJETO:** PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO, COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE FOSSAS SÉPTICAS PROVENIENTES DAS RESIDÊNCIAS E PRÉDIOS QUE ABRANGEM O MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN; **DATA DA ASSINATURA:** 16 de outubro de 2026; **VIGÊNCIA**: 24 de outubro de 2026 a 23 de outubro de 2027; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: PREGÃO ELETRÔNICO; **VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**: R$ 264.000,00 (duzentos e sessenta e quatro mil reais) **SUBSCRITORES:** Omides Ferreira Neto, inscrito no CPF/MF sob o nº 052.***.***-31 – pelo Contratante e Felipe Dutra de Araújo, inscrito no CPF/MF sob o nº 017.***.***-19 - pela contratada.

Jardim do Seridó/RN, em 19 de outubro de 2026.

OMIDES FERREIRA NETO
Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:ED570D20

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA EMERGENCIAL

DISPENSA EMERGENCIAL Nº 029/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.006.060/2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ/RN, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

CONSIDERANDO que o Contrato Administrativo nº 119/2022, relativo à locação e manutenção do Sistema de Administração Tributária do Município, atingiu em 12/10/2026 o prazo máximo de vigência, sem a conclusão de nova licitação, encontrando-se a contratação definitiva em instrução no Processo nº 04001.000230/2026 (Pregão Eletrônico);

CONSIDERANDO que a interrupção do Sistema de Administração Tributária comprometeria a continuidade de serviço público essencial, notadamente o lançamento e a arrecadação dos tributos municipais, a emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica e a expedição de certidões, configurando a situação emergencial prevista no art. 75, VIII, c/c § 6º, da Lei nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO que a razão da escolha da contratada encontra-se justificada nos autos, em virtude de a empresa manter a solução atualmente implantada e operante, evitando-se os riscos de migração no período transitório;

CONSIDERANDO que o preço ajustado é compatível com o praticado no mercado, conforme pesquisa constante dos autos, situando-se abaixo das referências obtidas nas Cestas de Preços nº 57588/00273 e nº 58208/00273;

CONSIDERANDO que a contratada comprovou os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessários, nos termos do art. 72,

V, da Lei nº 14.133/2021, e que há dotação orçamentária suficiente para a despesa;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município, que opinou favoravelmente à contratação, condicionada às providências nele indicadas;

RESOLVE:]
Art. 1º Fica **RATIFICADA** a Dispensa de Licitação nº 029/2026, com fundamento no art. 75, VIII, c/c § 6º, da Lei nº 14.133/2021, nos seguintes termos:
Objeto: Contratação emergencial de empresa especializada para disponibilização e manutenção de Sistema de Administração Tributária Municipal, em ambiente web, destinado ao gerenciamento integrado das atividades de administração, fiscalização e arrecadação tributária, incluindo a emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), suporte técnico e atualização da solução;
Contratada: TINUS INFORMÁTICA LTDA., CNPJ nº 35.408.525/0001-45;
Valor: R$ 2.533,46 (dois mil, quinhentos e trinta e três reais e quarenta e seis centavos) mensais, totalizando até R$ 15.200,76 (quinze mil, duzentos reais e setenta e seis centavos), conforme quadro abaixo;
Vigência: Até 6 (seis) meses, contados da assinatura do contrato, vedada a prorrogação, extinguindo-se de pleno direito na data de início da execução do contrato decorrente da licitação em curso no Processo nº 04001.000230/2026.
Descrição do Serviço e Valor:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Disponibilização e manutenção de Sistema de Administração Tributária Municipal, em ambiente web, incluindo emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), suporte técnico e atualização da solução.	Mês	06	R$ 2.533,46	R$ 15.200,76

Art. 2º O contrato produzirá efeitos a partir de sua assinatura, vedada qualquer retroação.

Art. 3º Determino:
I – A divulgação deste ato e do extrato do contrato no sítio eletrônico oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nos termos do art. 72, parágrafo único, e do art. 94, II, da Lei nº 14.133/2021;
II – A instauração de procedimento autônomo de reconhecimento de despesa e indenização relativo aos serviços efetivamente prestados pela contratada entre 13/10/2026 e a data de assinatura do contrato, nos termos do art. 149 da Lei nº 14.133/2021;
III – A instauração, em autos próprios, de procedimento para apuração de responsabilidade pela situação emergencial, nos termos do art. 75, § 6º, da Lei nº 14.133/2021;
IV – A adoção das providências necessárias à conclusão do Pregão Eletrônico em curso no Processo nº 04001.000230/2026, com juntada do respectivo cronograma;
V – A ciência deste ato à Unidade de Controle Interno.

Publique-se. Cumpra-se.

Jardim do Seridó/RN, 19 de outubro de 2026.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:5B40DAEF

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 2.235, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Especial ao orçamento vigente {exercício 2026} do Município de Jardim do Seridó/RN, no valor de R$ 152.352,00 (cento e cinquenta e dois mil, trezentos e cinquenta e dois reais), e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, Estado do Rio Grande do
Norte, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas por Lei, e

CONSIDERANDO As disposições trazidas pelos arts. nº 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

CONSIDERANDO A autorização Legislativa para abertura deste Crédito Adicional Especial, por meio da Lei Municipal nº 1.526 de 16 de outubro de 2026.

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Adicional Especial ao orçamento vigente (exercício 2026) do Município de Jardim do Seridó/RN, no valor de R$ 152.352,00 (cento e cinquenta e dois mil, trezentos e cinquenta e dois reais).

Art. 2º. O valor mencionado no *caput* do artigo anterior atenderá as despesas classificadas conforme abaixo:

PODER: 01 – EXECUTIVO
ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 06.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
FUNÇÃO: 12 – EDUCAÇÃO
SUBFUNÇÃO: 361 – ENSINO FUNDAMENTAL
PROGRAMA: 0023 – INVESTIMENTOS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO
PROJETO: 1043 – AQUISIÇÃO DE IMÓVEL
FONTES DE RECURSO: 15420000 – TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT
ELEMENTOS DE DESPESA: 4.4.90.61 – AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS
VALOR: R$ 152.352,00

Art. 3º. Em cumprimento ao art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, constitui fonte de recursos a este crédito especial a anulação parcial da dotação abaixo especificada:

PODER: 01 – EXECUTIVO
ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 06.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
FUNÇÃO: 361 – ENSINO FUNDAMENTAL
PROGRAMA: 0023 – INVESTIMENTOS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO
ATIVIDADE: 1019 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESTUDANTIL
FONTE DE RECURSO: 15420000 – TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO – VAAT
ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
VALOR: R$ 152.352,00

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de sua subscrição.

Centro Administrativo Municipal, em Jardim do Seridó/RN, 19 de outubro de 2026.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvia Azevedo da Costa
Código Identificador:A974B0D6

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 467, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo art. 65, V, da Lei Orgânica do Município de Jardim do Seridó e,

Considerando o art. 85, da Lei nº 593, de 22 de junho de 1994 – Regime Jurídico único dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó, Estado do Rio Grande do Norte,

Considerando a Lei complementar nº 841/2010 que autoriza a conceder aumento de 60 (sessenta) dias no prazo de licença-maternidade às Servidoras do município de Jardim do Seridó/RN;

Considerando o parágrafo único do art. 12 da Lei Complementar nº 1.144, de 10 de setembro de 2019 (Alterado pela Lei Complementar nº 1.170, de 27 de março de 2020), o qual dispõe que os afastamentos por licença maternidade serão pagos diretamente pelo Município;
Considerando o Processo Eletrônico nº 06001.001149/2026, da Secretaria Municipal de Educação - Administrativo Educação.

Considerando ainda o teor do Processo Administrativo nº 210/2026, da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a Servidora **LUCIENE MEDEIROS DE ARAUJO,**CPF nº 105.***.***-**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Licença – Maternidade por 180 (cento e oitenta) dias– pelo período de 13 de outubro de 2026 a 10 de abril de 2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos válidos retroativos ao dia 13 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 15 de outubro de 2026.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luana Maria Dantas Dos Santos
Código Identificador:FF74B0E0

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 469, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo art. 65, V, da Lei Orgânica do Município de Jardim do Seridó e com base na Lei Complementar nº 1.501, 27 de janeiro de 2026.

RESOLVE:
Art. 1º - NOMEAR, a Senhora **MARIANE NASCIMENTO DE AZEVEDO**, inscrita no CPF/MF sob o nº 120.***.***-**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Serviço – CC4 da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos do Município de Jardim do Seridó/RN.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE, E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 19 de outubro de 2026.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luana Maria Dantas Dos Santos
Código Identificador:E32A80DB

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 470, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 65, V da Lei Orgânica do Município de Jardim do Seridó e o Decreto Municipal nº 1.888, de 28 de fevereiro de 2023, art. 09 que dispõe sobre a implantação e regulamentação da gestão de contratos e convênios, no âmbito da administração direta do município de Jardim do Seridó/RN, de acordo com o art. 117, incisos I, da Lei nº 14.133/2021 e art. 08º da Resolução nº 032/2016 do TCE/RN, e

CONSIDERANDO o que consta no documento de SOLICITAÇÃO DE PORTARIA - Fiscal e Gestor nº 51697/2026 do processo eletrônico nº 04001.000263/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **ANA PAULA MEIRA DE ARAÚJO**, matrícula nº 1747, para exercer a função de Fiscal de Contrato, e a servidora **ADRIANA MARIA DE MEDEIROS**, matrícula nº 0433, para exercer a função de Gestora de Contrato, no acompanhamento referente a Dispensa Emergencial nº 030/2026, Processo Administrativo nº 1.006.060/2026, que tem como objeto: "Contratação emergencial de empresa especializada para disponibilização e manutenção de Sistema de Administração Tributária Municipal, em ambiente web, destinado ao gerenciamento integrado das atividades de administração, fiscalização e arrecadação tributária, incluindo a emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), suporte técnico e atualização da solução".

Art. 2º Os servidores designados no artigo anterior, deverão anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato citado, no artigo primeiro, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Parágrafo Único. As decisões e providências que ultrapassarem a competência destes, deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas cabíveis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE, E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 19 de outubro de 2026.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luana Maria Dantas Dos Santos
Código Identificador:74DFFB83

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 296, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.*

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 940, de 04 de novembro de 2013, que dispõe sobre férias dos servidores públicos municipais.
CONSIDERANDO, o requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração no dia 13/10/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder à **JOAQUIM MANOEL DE AZEVEDO JÚNIOR,** matrícula n.º 0840, ocupante do cargo de Digitador PD III, da Secretaria Municipal de Educação, gozo de 15 (quinze) dias de

férias no período de 16/11/2026 à 30/11/2026, correspondente ao período aquisitivo 2021/2022 (10 dias) e ao período aquisitivo 2022/2023 (5 dias).
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", em Jardim do Seridó/RN, 13 de outubro de 2026.

*publicado por correção

JARINA MARIA DA CUNHA BATISTA
Secretária Municipal de Administração.
Mat.: 1104

Publicado por:
Jarina Maria da Cunha Batista
Código Identificador:E9705F87

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 298, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 940, de 04 de novembro de 2013, que dispõe sobre férias dos servidores públicos municipais.
CONSIDERANDO, requerimento da servidora protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração em 19/10/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder à **RAVANNA MICKAELLE DA COSTA,** matrícula nº 1779, ocupante do cargo de Auxiliar de Consultório Dentário PD I, da Secretaria Municipal de Saúde, gozo de 15 (quinze) dias de férias no período de 03/11/2026 à 17/11/2026, correspondente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", em Jardim do Seridó/RN, 19 de outubro de 2026.

JARINA MARIA DA CUNHA BATISTA
Secretária Municipal de Administração
Matrícula nº1104

Publicado por:
Jarina Maria da Cunha Batista
Código Identificador:1E6A93AF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 299, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 940, de 04 de novembro de 2013, que dispõe sobre férias dos servidores públicos municipais.
CONSIDERANDO, requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração em 19/10/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder à **WILAME CARLOS DA SILVA DANTAS,** matrícula n.º 1946, ocupante do cargo de Motorista, da Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social, gozo de 15 (quinze) dias de férias no período de 19/10/2026 à 02/11/2026, correspondente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", em Jardim do Seridó/RN, 19 de outubro de 2026.

JARINA MARIA DA CUNHA BATISTA
Secretária Municipal de Administração
Matrícula n.º 1104

Publicado por:
Jarina Maria da Cunha Batista
Código Identificador:FBB0B4CB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 16100001/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 16100001/2026

EXTRATO DO CONTRATO
CONTRATO Nº: 16100001/2026
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADA: L L DINIZ SILVA
PROCESSO DE ORIGEM: 023/2025 PE
OBJETO: Objeto Prestação de Serviços com Fornecimento de Quentinhas, Refeições e café da manhã para atender a demanda das Secretarias do Munícipio de José da Penha/RN.
VALOR TOTAL: R$ 60.898,50 (sessenta mil e oitocentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos).
DOTAÇÃO: 246 - 2 . 15001 . 12 . 122 . 1 . 2.50 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
46 - 2 . 4101 . 4 . 122 . 1 . 2.10 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
VIGÊNCIA: 16/10/2026 à 16/10/2027.
DATA DA ASSINATURA: 16 de outubro de 2026

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:25A62FE3

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 16100002/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 16100002/2026

EXTRATO DO CONTRATO
CONTRATO Nº: 16100002/2026
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADA: L L DINIZ SILVA
PROCESSO DE ORIGEM: 023/2025 PE
OBJETO: Objeto Prestação de Serviços com Fornecimento de Quentinhas, Refeições e café da manhã para atender a demanda das Secretarias do Munícipio de José da Penha/RN.
VALOR TOTAL: R$ 4.511,00 (quatro mil e quinhentos e onze reais).
DOTAÇÃO: 713 - 4 . 14101 . 8 . 244 . 13 . 2.168 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
VIGÊNCIA: 16/10/2026 à 16/10/2027.
DATA DA ASSINATURA: 16 de outubro de 2026

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:1C1BCA9B

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 16100003/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 16100003/2026

EXTRATO DO CONTRATO
CONTRATO Nº: 16100003/2026
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADA: L L DINIZ SILVA
PROCESSO DE ORIGEM: 023/2025 PE
OBJETO: Objeto Prestação de Serviços com Fornecimento de Quentinhas, Refeições e café da manhã para atender a demanda das Secretarias do Munícipio de José da Penha/RN.
VALOR TOTAL: R$ 6.766,50 (seis mil e setecentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos).
DOTAÇÃO: 205 - 3 . 13101 . 10 . 122 . 1 . 2.40 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
VIGÊNCIA: 16/10/2026 à 16/10/2027.
DATA DA ASSINATURA: 16 de outubro de 2026

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:2D8B4CA8

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL Nº19100001/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 4.647/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 19100001/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de remoção e transporte de paciente em veículo tipo ambulância, para realização de tratamento médico em clínicas especializadas no município de Natal/RN, em atendimento às necessidades especiais de saúde do paciente, assegurando transporte adequado e assistência compatível com sua condição clínica.

1. PARTICIPAÇÃO NA CONTRATAÇÃO DIRETA

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL

I - DA NECESSIDADE DO OBJETO
A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte de paciente em veículo tipo ambulância constitui medida necessária para assegurar o acesso contínuo ao tratamento médico realizado em clínicas especializadas no município de Natal/RN. Considerando as condições de saúde do paciente e a necessidade de acompanhamento durante os deslocamentos, torna-se imprescindível a utilização de transporte adequado, dotado dos equipamentos necessários e operado por profissionais capacitados. A execução do serviço visa garantir condições seguras de locomoção, reduzindo riscos à integridade física do paciente e proporcionando o suporte compatível com suas necessidades clínicas. Além disso, o transporte especializado contribui para a regularidade do tratamento, favorecendo a realização dos procedimentos médicos programados e evitando prejuízos à continuidade da assistência à saúde.
A contratação pretendida atende ao interesse público ao assegurar a prestação de serviço essencial, observando os princípios da eficiência, da dignidade da pessoa humana e da proteção à saúde, garantindo ao paciente o acesso adequado aos serviços médicos indispensáveis à sua condição.

1. PARTICIPAÇÃO NA CONTRATAÇÃO DIRETA
Após análise dos documentos acostados no presente processo de contratação, verificamos que o objeto pretendido revela-se imprescindível ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, como forma de atender as demandas dos serviços públicos que devem ser prestados a sociedade, prezando por sua qualidade e, especialmente por dinamizar e tornar mais efetivo os resultados perante o cidadão. Sendo assim, caracterizada a oportunidade, testemunhamos a conveniência e necessidade da presente contratação.

II – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.
O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.
A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)
"XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra.
Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.
Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se deste, processo administrativo realizado sob a obediência ao estabelecido no Art. 75, inc. VIII da Lei 14.133/2021 onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação*:*

III – DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE

A Secretaria Municipal de Saúde de José da Penha/RN empreendeu esforços para a obtenção de cotações junto ao mercado fornecedor, tendo encaminhado solicitações formais de cotação a diversas empresas do ramo de transporte sanitário e de ambulâncias na região.
Todavia, apesar das diligências realizadas, foi obtida apenas a proposta da empresa **MG CLINICA SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA**, inscrita no CNPJ nº **33.345.344/0001-91**, com sede na Rua Jerônimo Câmara, 121, Centro, João Câmara/RN, CEP 59.550-000, que apresentou proposta no valor global de R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), sendo:
Item 1 – Transporte de IDA (pousada até clínica médica em Natal/RN): 30 serviços x R$ 350,00 = R$ 10.500,00;
Item 2 – Transporte de VOLTA (clínica médica em Natal/RN até pousada): 30 serviços x R$ 350,00 = R$ 10.500,00.

IV – DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Assim, diante do exposto nos documentos acostados, restou comprovado ser o valor médio de mercado praticado com a Administração igual a **R$ 21.000,00** (vinte e um mil reais).

O valor ofertado pelo licitante que apresentou menor preço mediante o objeto pretendido foi como se segue:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PACIENTE EM VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA PARA DESLOCAMENTO DE IDA, SAINDO DA POUSADA ATÉ A CLÍNICA MÉDICA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN.	Serviço	30	R$ 350,00	R$ 10.500,00
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PACIENTE EM VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA PARA DESLOCAMENTO DE VOLTA, DA CLÍNICA MÉDICA	Serviço	30	R$ 350,00	R$ 10.500,00

	LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN ATÉ A POUSADA.				
Total Geral					**R$ 21.000,00**

Comparadamente a pesquisa realizada, demonstra-se que a contratação está dentro do valor de mercado.

V – DA ESCOLHA

O licitante escolhido neste processo para sacramentar a contratação do objeto pretendido, foi: **MG CLINICA SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA**, inscrita no CNPJ nº **33.345.344/0001-91** – Pelo valor descrito anteriormente.

VI – CONCLUSÃO

Em relação aos preços, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

Do acima exposto, inobstante o interesse em contratar a referida empresa, relativamente ao fornecimento do objeto em questão, é decisão discricionária do Prefeito Municipal optar pela contratação ou não, ante a criteriosa análise da Assessoria Jurídica de toda a documentação acostada aos autos que instruem o presente procedimento.

José da Penha/RN, 19/10/2026.

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:6DA8608D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº 003/2026 – RESULTADO DEFINITIVO

O Município de Jucurutu/ RN torna público o **RESULTADO DEFINITIVO DO CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL PARA ATENDER DEMANDAS GERAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU/RN**, alcançado após o escoamento do prazo com a ausência de interposição de possíveis recursos administrativos, conforme quadro abaixo:

Empresas que tiveram o pedido de credenciamento deferido:

Requerente	Itens
TAMYLLA IZABEL DA SILVA - CNPJ: 27.346.921/0001-67	01, 02 e 03
45.933.886 FRANCISCO ALVES DE ARAUJO FILHO - CNPJ: 45.933.886/0001-64	01, 02 e 03

Jucurutu/RN, 19 de outubro de 2026.

JÂNAT ERIKA FERNANDES DE MEDEIROS
Presidente da Comissão de Contratação
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Luiz Eduardo Soares da Cruz
Código Identificador:D5CB6661

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2026 CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 155/2025 DISPENSA N° 055/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 03090001/2025

CONTRATANTE: Município de Jucurutu/ RN; CONTRATADO: IVANI BATISTA NETO LTDA – CNPJ nº 42.241.189/0001-54; OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato destinado à CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO, COMPONENTES E ACESSÓRIOS ORIGINAIS, por mais doze (12) meses; VIGÊNCIA: A vigência do presente termo aditivo é para o período de 22 de outubro de 2026 a 21 de outubro de 2027, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021; SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva – pelo Contratante e Ivani Batista Neto – Contratado.

Jucurutu/ RN, 16 de outubro de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:8CEE7D18

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA INEXIGIBILIDADE Nº 033/2026

CREDENCIAMENTO Nº 003/2026 – PROC. ADMIN. MJ/ RN n° 102/2026
INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde
ASSUNTO: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviço de transporte intermunicipal para atender demandas gerais da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Jucurutu/RN.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA INEXIGIBILIDADE Nº 033/2026

- **RATIFICO** os atos praticados pela **Comissão de Contratação** deste Município e, em consequência, **ADJUDICO** o objeto e **HOMOLOGO** o procedimento.

- **AUTORIZO** que se proceda, com **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, fundamento na Lei nº 14.133/2021, art. 79, I e do Decreto Municipal nº 1.421/2024, art. 7º, I, o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL PARA ATENDER DEMANDAS GERAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU/RN**, das empresas: **TAMYLLA IZABEL DA SILVA** - CNPJ: 27.346.921/0001-67 e **45.933.886 FRANCISCO ALVES DE ARAUJO FILHO** - CNPJ: 45.933.886/0001-64.

Jucurutu/ RN, 19 de outubro de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Luiz Eduardo Soares da Cruz
Código Identificador:CDEC69E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
CREDENCIAMENTO Nº 003/2026 – PROC. ADMIN. MJ/ RN N° 102/2026 CONVOCAÇÃO

Vimos através deste, CONVOCAR os representantes das empresas: **TAMYLLA IZABEL DA SILVA** - CNPJ: 27.346.921/0001-67 e **45.933.886 FRANCISCO ALVES DE ARAUJO FILHO** - CNPJ: 45.933.886/0001-64, visando a assinatura do Termo de Credenciamento, cujo objeto é o **Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviço de transporte intermunicipal para atender demandas gerais da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Jucurutu/RN.**

A assinatura será realizada pela plataforma digital ProSipe, onde disponibilizaremos aos fornecedores os dados necessários via E-mail.

Assim, concedemos o prazo de até cinco (05) dias úteis a contar da data de publicação deste, para assinatura do Contrato Administrativo.

Jucurutu/RN, 19 de outubro de 2026.

Atenciosamente,

ALEXSANDRO EMANOEL BELARMINO PEREIRA
Secretário Municipal Adjunto de Licitações, Contratos e Compras
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Luiz Eduardo Soares da Cruz
Código Identificador:37F93988

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 326 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 326 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a *concessão de diárias a servidor em serviço fora do município.*

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas e de ordem do Prefeito Municipal, com lastro ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, e conforme o capítulo IV subseção V da Resolução Nº 028/2020-TCE, da composição do processo de realização da despesa com diárias, bem como, no Decreto Municipal **nº 1.320/2022**; considerando o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito.

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Portaria de Diária nº 323 de 16 de outubro de 2026, publicada no diário em 19/10/26, que concedia meia diária ao servidor, *Pedro Henrique Cassiano de Araújo*, Psicólogo do CREAS, lotado *Secretaria Municipal do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social, matrícula nº* 2997, CPF: ***.643.***-24, em razão do não deslocamento do mesmo ao evento, na cidade de Ruy Barbosa/RN.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES, Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 19 de outubro de 2026.

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Recursos Humanos
Patrimônio e Serviços Auxiliares

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:DBEDA2CE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DO CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

O **MUNICÍPIO DE JUNDIÁ/RN**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.214.217/0001-55, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, atendendo a Lei Federal nº 14.133/21, torna público o presente **PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE**, destinado ao **CREDENCIAMENTO** de artistas para a prestação de serviços de apresentações musical, na modalidade forró pé de serra, destinadas à animação e ao desenvolvimento das atividades promovidas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, voltadas ao público da terceira idade, atendido pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Jundiá/RN**.** o início para recebimento das propostas e documentos de habilitação, será realizada no período de **20 de outubro de 2026 até o dia 19 de outubro de 2027**. O Edital poderá ser adquirido na sede da Prefeitura Municipal de Jundiá/RN, situada na Rua da Matriz, nº 305, centro, Jundiá/RN, no horário das 08h00min às 14h00min (de segunda à sexta-feira), em dias úteis, bem como através do site da Prefeitura Municipal de Jundiá/RN (https://jundia.rn.gov.br/) e-mail: cpl@jundia.rn.gov.br e no site https://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

Jundiá/RN, 19 de outubro de 2026.

LUIZ EDUARDO FERNANDES
Agente de Contratação

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:DE4F8C54

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA D´ANTA

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO DE SALDO REMANESCENTE

CONTRATO DE SALDO REMANESCENTE, CUJO OBJETO É FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E GRADUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO (POR MAIOR DESCONTO SOBRE OS PREÇOS DA TABELA SINAPI).

Aos 15 (quinze) dias do mês de outubro do ano dois mil e vinte e seis (2026), no Edifício-sede da Prefeitura Municipal de Lagoa d'Anta/RN, instalada na Rua Vereador Severino Guedes de Moura, n° 69, Centro, Lagoa d'Anta/RN, CEP 59.277-000, de um lado, a PREFEITURA DE LAGOA D'ANTA/RN, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda n° 08.142.887/0001-64, por intermédio de seu representante legal o Prefeito Constitucional, JOÃO PAULO GUEDES LOPES, portador do CPF: 055.596.224-51, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado no Sítio Pai Domingos, Zona Rual, Lagoa D'Anta/RN, no uso das suas atribuições constitucionais, e em sequência, designada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, ERIBALDO GUEDES MARTINS – ME, CNPJ. Nº. 01.694.408/0001-73, em conformidade aos documentos anexos ao Processo Administrativo, e daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si, justo e avençado, e celebram, o presente Termo Aditivo, sujeitando-se as partes, às normas disciplinares do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, conforme especificações a seguir:

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO: CONTRATO DE SALDO REMANESCENTE, CUJO OBJETO É FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E GRADUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO (POR MAIOR DESCONTO SOBRE OS PREÇOS DA TABELA SINAPI). CONSIDERANDO O JULGAMENTO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2024.

CLÁUSULA 3ª – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Aditivo encontra-se previsto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 4ª – DA VIGÊNCIA: Por força deste contrato, a vigência fica definida de 15 de outubro de 2026 à 14 de outubro de 2027.

CLÁUSULA 5ª – DAS DEMAIS CLÁUSULAS: Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato, ora aditivado.

CLÁUSULA 6ª – DO VALOR: R$ 1.061.802,30 (um milhão, sessenta e um mil, oitocentos e dois reais e trinta centavos).

Lagoa d'Anta/RN, 15 de outubro de 2026.

Signatários:

JOÃO PAULO GUEDES LOPES
PREFEITO MUNICIPAL
PELA CONTRATANTE

ERIBALDO GUEDES MARTINS – ME
CNPJ. Nº. 01.694.408/0001-73
PELA CONTRATADA

Publicado por:
Wyller Pacifico Batista da Costa
Código Identificador:AC358B15

GABINETE DO PREFEITO
TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO, CUJO OBJETO É FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PNEUS E CÂMARAS DE AR DESTINADOS À MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS INTEGRANTES DA FROTA DO MUNICÍPIO DE LAGOA D'ANTA/RN.

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte e seis (2026), no Edifício-sede da Prefeitura Municipal de Lagoa d'Anta/RN, instalada na Rua Vereador Severino Guedes de Moura, n° 69, Centro, Lagoa d'Anta/RN, CEP 59.277-000, de um lado, a PREFEITURA DE LAGOA D'ANTA/RN, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda n° 08.142.887/0001-64, por intermédio de seu representante legal o Prefeito Constitucional, JOÃO PAULO GUEDES LOPES, portador do CPF: 055.596.224-51, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado no Sítio Pai Domingos, Zona Rual, Lagoa D'Anta/RN, no uso das suas atribuições constitucionais, e em sequência, designada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, ALEXANDRE RIBEIRO DOS SANTOS, CNPJ. Nº 19.775.100/0001-18, neste ato representada por ALEXANDRE RIBEIRO DOS SANTOS, CPF: 081.816.964-84, em conformidade aos documentos anexos ao Processo Administrativo, e daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si, justo e avençado, e celebram, o presente Termo Aditivo, sujeitando-se as partes, às normas disciplinares do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, conforme especificações a seguir:
CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO: ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO, CUJO OBJETO É FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PNEUS E CÂMARAS DE AR DESTINADOS À MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS INTEGRANTES DA FROTA DO MUNICÍPIO DE LAGOA D'ANTA/RN. CONSIDERANDO O JULGAMENTO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2025.

CLÁUSULA 3ª – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Aditivo encontra-se previsto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 4ª – DA VIGÊNCIA: Por força deste contrato, a vigência fica definida de 25 de agosto de 2026 à 24 de agosto de 2027.

CLÁUSULA 5ª – DAS DEMAIS CLÁUSULAS: Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato, ora aditivado.

CLÁUSULA 6ª – DO VALOR: R$ 499.080,00 (quatrocentos e noventa e nove mil e oitenta reais).

Lagoa d'Anta/RN, 25 de agosto de 2026.

Signatários:

JOÃO PAULO GUEDES LOPES
PREFEITO MUNICIPAL
PELA CONTRATANTE

ALEXANDRE RIBEIRO DOS SANTOS
CNPJ. Nº 19.775.100/0001-18
ALEXANDRE RIBEIRO DOS SANTOS
CPF: 081.816.964-84
PELA CONTRATADA

Publicado por:
Wyller Pacifico Batista da Costa
Código Identificador:3591E8D1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DISTRATO DE CONTRATO - PATRICIA EUDES MEDEIROS ALVES

EXTRATO DE DISTRATO DE CONTRATO
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2025

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA - SME**, COM SEDE AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363, CENTRO, LAGOA NOVA/RN, CEP: 59.390-000 CNPJ/MF: 08.182.313/0001-10.

CONTRATADO (A): **PATRICIA EUDES MEDEIROS ALVES,** brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº 002.XXX.322 - ITEP/RN, inscrita no CPF sob o nº 010.XXX.XXX-46, domiciliada no Sítio Clavinote, n° 64, Zona Rural – Lagoa Nova/RN.

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto distratar e extinguir, para todos os efeitos legais, o Contrato de Trabalho/Prestação de Serviços decorrente do Processo Seletivo nº 001/2025, firmado em 20 de outubro de 2025 entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, referente ao cargo de AUXILIAR DE ALUNO 20H decorrente do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2025.

FUNDAMENTAÇÃO: A extinção contratual ocorre em virtude do falecimento da CONTRATADA, ocorrido em 17 de outubro de 2026, conforme Certidão de Óbito de matrícula nº 0952570155 2026 4 00011 122 0003102 74, emitida pelo Cartório de Registro Civil de Lagoa Nova/RN, anexa a este termo. O vínculo extingue-se de forma imediata nesta data, dada a natureza personalíssima da obrigação.

BASE LEGAL: LEI MUNICIPAL Nº 797 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

LAGOA NOVA/RN, 19 DE OUTUBRO DE 2026.

(Assinado Eletronicamente)
IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Heitor Matias
Código Identificador:1DB18F52

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0465/2026 - GP

Portaria nº 0465/2026 – GP Lagoa Nova / RN, 19 de outubro de 2026.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SENHOR(A) FRANCISCO JOSÉ DE LIMA SILVA, FUNCIONÁRIO(A) DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN".

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições

legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 002/2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença prêmio ao senhor(a) **Francisco José de Lima Silva,** matrícula nº **389-1**; Cargo: **ASG**, lotado(a) na Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Mobilidade Urbana, de acordo com a Lei complementar nº 002/2007 de 18 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Municipal de Lagoa Nova/RN.

Art. 2º - A licença prêmio terá vigência de **03/11/2026 a 31/01/2027.**

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Vinícius Guimarães Victor
Código Identificador:A94A0373

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PROCESSO SELETIVO N° 001/2025 – ADITIVO Nº 002 - ISAAC EMANUEL BEZERRA FIRINO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
PROCESSO SELETIVO N° 001/2025 – ADITIVO Nº 002

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA, SME, COM SEDE AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363, CENTRO, LAGOA NOVA/RN, CEP: 59.390-000 CNPJ/MF:08.182.313/0001-10.

CONTRATADO(A): ISAAC EMANUEL BEZERRA FIRINO, BRASILEIRO, SOLTEIRO**,** PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 003.XXX.608 - ITEP/RN, INSCRITO NO CPF SOB O Nº 018.XXX.XXX-67, DOMICILIADO NA RUA AULETA PEREIRA, Nº 20, PARQUE DOURADO – CURRAIS NOVOS/RN.

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO FINALIDADE PROCEDER À PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO REFERENTE AO CARGO DE **PROFESSOR DE CIÊNCIAS** PELO PERÍODO DE 20 DE OUTUBRO DE 2026 A 19 DE ABRIL DE 2027.

BASE LEGAL: LEI MUNICIPAL Nº 797, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

LAGOA NOVA/RN, 19 DE OUTUBRO DE 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Heitor Matias
Código Identificador:242FCB77

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PROCESSO SELETIVO N° 001/2025 – ADITIVO Nº 002 - JÁRIO DAVID DE ARAÚJO MACEDO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
PROCESSO SELETIVO N° 001/2025 – ADITIVO Nº 002

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA, SME, COM SEDE AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363, CENTRO, LAGOA NOVA/RN, CEP: 59.390-000 CNPJ/MF:08.182.313/0001-10.

CONTRATADO(A): JÁRIO DAVID DE ARAÚJO MACEDO, BRASILEIRO, SOLTEIRO**,** PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 002.XXX.289- ITEP/RN, INSCRITO NO CPF SOB O Nº 089.XXX.XXX-38, DOMICILIADO NA RUA TARCIZIO LUIZ VICTOR, Nº 276, BERNADINO DE SENA – LAGOA NOVA/RN.

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO FINALIDADE PROCEDER À PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO REFERENTE AO CARGO DE **AGENTE ADMINISTRATIVO** PELO PERÍODO DE 20 DE OUTUBRO DE 2026 A 19 DE ABRIL DE 2027.

BASE LEGAL: LEI MUNICIPAL Nº 797, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

LAGOA NOVA/RN, 19 DE OUTUBRO DE 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Heitor Matias
Código Identificador:56CA7EF9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PROCESSO SELETIVO N° 001/2025 – ADITIVO Nº 002 - MYCHEL PLATYNI SOARES GOMES

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
PROCESSO SELETIVO N° 001/2025 – ADITIVO Nº 002

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA, SME, COM SEDE AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363, CENTRO, LAGOA NOVA/RN, CEP: 59.390-000 CNPJ/MF:08.182.313/0001-10.

CONTRATADO (A): MYCHEL PLATYNI SOARES GOMES, BRASILEIRO, SOLTEIRO**,** PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 002.XXX.299 - ITEP/RN, INSCRITO NO CPF SOB O Nº 063.XXX.XXX-90, DOMICILIADO NA RUA FRANCISCO BELMINO, Nº 620, ANTÔNIO ACIOLE – LAGOA NOVA/RN.

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO FINALIDADE PROCEDER À PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO REFERENTE AO CARGO DE **PROFESSOR DE CIÊNCIAS** PELO PERÍODO DE 20 DE OUTUBRO DE 2026 A 19 DE ABRIL DE 2027.

BASE LEGAL: LEI MUNICIPAL Nº 797, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

LAGOA NOVA/RN, 19 DE OUTUBRO DE 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Heitor Matias
Código Identificador:5A11C0E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 043/2026 – SMADMRH

Portaria nº 043/2026 – SMADMRH
Lagoa Nova/RN, 19 de outubro de 2026.

"CONCEDE FÉRIAS AOS FUNCIONÁRIOS DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN".

O Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Municipal nº 759/2022 e a Lei Complementar nº 002/2007.

R E S O L V E:
Art. 1º - Conceder férias a servidora do Município de Lagoa Nova/RN, de acordo com a Lei complementar nº 002/2007 de 18 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Municipal de Lagoa Nova/RN, conforme tabela abaixo:

MAT.	NOME	LOTAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE GOZO
2364	Elcilene Edineide da Silva Lima	SMADMRH	2024/2025	Técnica em Segurança do Trabalho	**1º PERÍODO:** 05.11.2026 à 19.11.2026 **2º PERÍODO:** 04.01.2027 à 18.01.2027

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Cientifique-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

(Assinado Eletronicamente)
JOSÉ HEITOR MATIAS
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
José Heitor Matias
Código Identificador:08D94A20

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICAÇÃO POR ERRO FORMAL - EXTRATO DE TERMO ADITIVO PROCESSO SELETIVO N° 001/2025 – ADITIVO Nº 002 - MARIA ISABELE RIBEIRO DA COSTA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
PROCESSO SELETIVO N° 001/2025 – ADITIVO Nº 002

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA, SME, COM SEDE AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363, CENTRO, LAGOA NOVA/RN, CEP: 59.390-000 CNPJ/MF:08.182.313/0001-10.

CONTRATADO (A): MARIA ISABELE RIBEIRO DA COSTA, BRASILEIRA, SOLTEIRA**,** PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 002.XXX.442- ITEP/RN, INSCRITA NO CPF SOB O Nº 102.XXX.XXX-70, DOMICILIADA NO SÍTIO CLAVINOTE, Nº 1020, ZONA RURAL - LAGOA NOVA/RN.

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO FINALIDADE PROCEDER À PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO REFERENTE AO CARGO DE **AGENTE ADMINISTRATIVO** PELO PERÍODO DE 10 DE OUTUBRO DE 2026 A 09 DE ABRIL DE 2027.

BASE LEGAL: LEI MUNICIPAL Nº 797, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

LAGOA NOVA/RN, 09 DE OUTUBRO DE 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Heitor Matias
Código Identificador:B9406318

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 347, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de meia diária aos servidores públicos municipais que especifica, para participação na Semana Padrão Planifica SUS, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e em conformidade com o Decreto Municipal nº 004/2025;

CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde por meio do Memorando nº 461/2026 - SMS;

CONSIDERANDO a realização do evento **Semana Padrão Planifica SUS**, a ser realizado no Auditório da III URSAP, na cidade de João Câmara/RN, no dia 20 de outubro de 2026, das 08h às 17h;

CONSIDERANDO a relevância da capacitação e do acompanhamento técnico para o fortalecimento das ações de saúde no município de Lajes/RN,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ½ (meia) diária aos servidores municipais abaixo relacionados, vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, para custeio de despesas com deslocamento para a cidade de João Câmara/RN no dia 20 de outubro de 2026:
RENATA FARRURE BEZERRA BARBOSA
Matrícula: 2550
CPF: ##9.655.774-##
Cargo/Função: Diretora UPA e RT Municipal Planifica SUS
Quantidade / Valor: ½ (meia) diária – R$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais)
MARIA MONALISA COSME DA SILVA
Matrícula: 2208
CPF: ##2.061.554-##
Cargo/Função: Coordenadora de Saúde / Tutora Planifica SUS
Quantidade / Valor: ½ (meia) diária – R$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais)
ELYKASSIA RAYELLE FIRMINO PESSOA
Matrícula: 6149
CPF: ##8.622.844-##
Cargo/Função: Fisioterapeuta / Tutora Planifica UBS
Quantidade / Valor: ½ (meia) diária – R$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais)
AMANDA CRISTINA LOPES CAVALCANTE
Matrícula: 7234
CPF: ##2.154.514-##
Cargo/Função: Coordenadora Técnica da APS
Quantidade / Valor: ½ (meia) diária – R$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais)
AILTON AMORIM DE SOUZA
Matrícula: 941
CPF: ##3.739.714-##
Cargo/Função: Educador em Saúde / Tutor Planifica SUS
Quantidade / Valor: ½ (meia) diária – R$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais)

AIDA GURGEL

Matrícula: 4065
CPF: ##9.007.664-##
Cargo/Função: Gestora do MAC / Tutora Planifica UBS
Quantidade / Valor: ½ (meia) diária – R$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais)

Art. 2º O valor total global das concessões perfaz a quantia de **R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais)**.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta de dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Saúde, na **Fonte 150 – Recursos Ordinários**.

Art. 4º Os beneficiários ficam obrigados a apresentar o relatório de viagem e a documentação comprobatória da participação no evento, nos termos e prazos previstos no Decreto Municipal nº 004/2025.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Lajes/RN, 19 de outubro de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:8950A315

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 348, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diária a servidora pública municipal para participação em capacitação profissional, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, com fulcro na Lei Orgânica Municipal e nos termos do **Decreto Municipal nº 004, de 29 de janeiro de 2025**;

CONSIDERANDO a solicitação constante no Processo Administrativo nº 02013.000021/2026, originário da Secretaria Municipal da Fazenda;

CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento eventual da servidora para o município de Natal/RN, a fim de participar da capacitação presencial do curso **Conexão CNM – Qualifica: Jornada CTAT/CNM Reforma Tributária – Edição Natal/RN**, promovido pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) com o apoio institucional da FEMURN, a realizar-se no dia 29 de outubro de 2026;

CONSIDERANDO que o afastamento cumpre os requisitos de interesse público, atualização técnica e aprimoramento da gestão tributária municipal,

RESOLVE:
Art. 1º CONCEDER com amparo no art. 1º, § 5º, do Decreto Municipal nº 004/2025, **0,5 (meia) diária** à servidora **HILDA FELIX DA ROCHA NETA**, inscrita no CPF sob o nº **##3.110.414-##,** Matrícula nº 6815, ocupante do cargo de Coordenadora Técnica de Fiscalização, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, para custeio de despesas com alimentação e deslocamento urbano decorrentes do afastamento para a cidade de Natal/RN, no dia 29 de outubro de 2026.

Art. 2º O valor unitário da diária corresponde a R$ 300,00 (trezentos reais), totalizando a quantia de **R$ 150,00 (cento e cinquenta reais)**, que correrá à conta da dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal da Fazenda, sob a **Fonte 150 – Recursos Ordinários**.

Art. 3º Nos termos do art. 11 do Decreto Municipal nº 004/2025, a beneficiária fica obrigada a apresentar a comprovação do cumprimento dos objetivos da viagem, mediante exibição do Relatório de Viagem (Anexo III do Decreto) e da documentação hábil comprobatória da efetiva participação no evento, no prazo de até 20 (vinte) dias após o retorno.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Lajes/RN, 19 de outubro de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:F84A2C3C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 349, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias a servidores públicos municipais e colaborador eventual para acompanhamento de delegação esportiva, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, com fulcro na Lei Orgânica Municipal e nos termos do **Decreto Municipal nº 004, de 29 de janeiro de 2025**;

CONSIDERANDO a solicitação constante no Processo Administrativo nº 02009.000050/2026, originário da Secretaria Municipal da Juventude, Esportes e Turismo – SEJET;

CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento eventual dos beneficiários para a cidade de Fortaleza/CE, no período de 28 de outubro a 1º de novembro de 2026, para prestação de acompanhamento, suporte institucional e logístico à delegação esportiva do Município de Lajes/RN durante a participação na **Copa do Brasil Embaixador da Coreia 2026**, promovida pela Confederação Brasileira de Taekwondo (CBTKD) no Centro de Formação Olímpica (CFO);

CONSIDERANDO a expressa justificativa quanto à abrangência de finais de semana (sábado e domingo) no período do afastamento, em estrita observância à programação oficial da competição nacional e às exigências regulamentares;

CONSIDERANDO o preenchimento dos requisitos legais de interesse público, fomento ao esporte e dotação orçamentária própria,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER diárias aos servidores municipais e colaborador eventual abaixo especificados, para custeio de despesas com alimentação e hospedagem decorrentes do afastamento a serviço para a cidade de Fortaleza/CE, no período de 28 de outubro a 1º de novembro de 2026:

ROBSON AUGUSTO COSME DE SOUZA
Cargo/Função: Secretário Municipal da Juventude, Esportes e Turismo (CC-01) |**Matrícula:** 2070/5
CPF: 132.###.###-63
Quantidade: 04 (quatro) diárias | **Valor Unitário:** R$ 500,00 | **Valor Total:** R$ 2.000,00

RAPHAEL OTHON SANTOS DE SOUZA
Cargo/Função: Gestor de Turismo (CC-09)
Matrícula: 4146/2
CPF: 705.###.###-29
Quantidade: 04 (quatro) diárias | **Valor Unitário:** R$ 300,00 | **Valor Total:** R$ 1.200,00

FRANCISCO COSTA DE SOUZA NETO
Cargo/Função: Coordenador de Espaços Esportivos (CC-12)
Matrícula: 5487/2
CPF: 129.###.###-12
Quantidade: 04 (quatro) diárias | **Valor Unitário:** R$ 250,00 | **Valor Total:** R$ 1.000,00

FRANCISCO CARLOS COSTA LIMA (Colaborador Eventual)
Cargo/Função: Assistente Administrativo JMT / Apoio Técnico |
CPF: 968.###.###-68
Quantidade: 04 (quatro) diárias | **Valor Unitário:** R$ 250,00 | **Valor Total:** R$ 1.000,00

Art. 2º O valor global da despesa autorizada por esta Portaria perfaz a quantia de **R$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais)**, que correrá à conta da dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal da Juventude, Esportes e Turismo, sob a **Fonte 150 – Recursos Ordinários**, utilizando-se veículo oficial da frota municipal no deslocamento.

Art. 3º Nos termos do art. 11 do Decreto Municipal nº 004/2025, os beneficiários ficam obrigados a apresentar a comprovação do cumprimento dos objetivos da viagem, mediante exibição do Relatório de Viagem (Anexo III do Decreto) e da documentação hábil comprobatória da efetiva participação no evento, no prazo de até 20 (vinte) dias após o retorno.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Lajes/RN, 19 de outubro de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:A3FD5154

GABINETE DO PREFEITO
REAVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02002.000069/2026

O Município de Lajes/RN, através do seu Pregoeiro Oficial, torna público que realizará licitação, modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **Menor preço por ITEM**, com modo de disputa **ABERTO**, conforme adiante:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP (GÁS DE COZINHA), ACONDICIONADO EM BOTIJÕES RETORNÁVEIS DE 13 KG (P13), CONFORME DEMANDA, DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS UNIDADES INTEGRANTES DA REDE MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE LAJES/RN, NAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir das 09h00min do dia 20/10/2026
INÍCIO DA SESSÃO: às 09h01min do dia 03/11/2026.
LOCAL: www.portaldecompraspublicas.com.br.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023 e Decreto Municipal nº 011/2023.
RETIRADA DO EDITAL: www.lajes.rn.gov.br, www.portaldecompraspublicas.com.br, https://pncp.gov.br/app/editais.
INFORMAÇÕES/ESCLARECIMENTOS: licitacao@lajes.rn.gov.br.

Lajes/RN, 19 de outubro de 2026.

TONYZETTE DARLYTON DA SILVA
Pregoeiro Oficial
Portaria nº 150/2025

Publicado por:
Robson Edson Fernandes da Silva
Código Identificador:FE71C75D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE

CONTRATO Nº.....: 2026082

ORIGEM.....: PROCESSO Nº 30090126

INEXIGIBILIDADE:..: 042/2026

CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA/RN

CONTRATADA(O).....: DENIS SILVA PRODUÇÕES LTDA

CNPJ.....: 36.558.361/0001-03

OBJETO: CONTRATAÇÃO DO ARTISTA DENIS SILVA PARA APRESENTAÇÃO MUSICAL EM PRAÇA PÚBLICA, NO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2026, DAS 20H00MIN ÀS 22H00MIN, EM ALUSÃO AO DIA DO EVANGÉLICO, INSTITUÍDA PELA LEI MUNICIPAL N° 442/2011.

VALOR TOTAL.....: R$ 25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)

PROGRAMA DE TRABALHO.....: EXERCICIO 2026
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.208 - CULTURA LUCRECIENSE: ATRAVESSANDO CAMINHOS.
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA no valor de R$ 25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)

VIGÊNCIA.....: 14 DE OUTUBRO DE 2026 À 16 DE NOVEMBRO DE 2026.

DATA DA ASSINATURA.....: 14 DE OUTUBRO DE 2026.

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Sandeji Suassuna Fernandes
Código Identificador:1998F7AF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

É inexigível licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 74, II, da Lei 14.133/21, com suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostadas aos autos.

INEXIGIBILIDADE: 042/2026

PROCESSO: 30090126

NOME DO CREDOR: DENIS SILVA PRODUÇÕES LTDA

CNPJ: 36.558.361/0001-03

OBJETO: CONTRATAÇÃO DO ARTISTA DENIS SILVA PARA APRESENTAÇÃO MUSICAL EM PRAÇA PÚBLICA, NO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2026, DAS 20H00MIN ÀS 22H00MIN, EM ALUSÃO AO DIA DO EVANGÉLICO, INSTITUÍDA PELA LEI MUNICIPAL N° 442/2011.

VALOR TOTAL: R$ 25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)

LUCRÉCIA/RN, 14 DE OUTUBRO DE 2026.

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Sandeji Suassuna Fernandes
Código Identificador:A5F27320

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 1817, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

Institui o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização – CEMPA, no âmbito do Município de Lucrécia/RN, estabelece sua finalidade, composição,

competências e funcionamento, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUCRÉCIA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, especialmente o disposto no art. 69, incisos IV e VIII,

CONSIDERANDO que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, nos termos dos arts. 6º e 205 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto no art. 211 da Constituição Federal, que estabelece o regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na organização de seus sistemas de ensino;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, especialmente quanto à garantia da alfabetização plena e à formação de leitores como objetivos precípuos da educação básica;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que instituiu o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, especialmente suas disposições relativas à colaboração entre os entes federativos, à governança e gestão da política de alfabetização, à formação dos profissionais da educação, à avaliação e ao compartilhamento de boas práticas;

CONSIDERANDO o protagonismo dos Municípios na oferta da educação infantil, dos anos iniciais do ensino fundamental e na implementação de políticas voltadas à alfabetização das crianças;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o direito à alfabetização das crianças matriculadas na Rede Municipal de Ensino de Lucrécia/RN, bem como promover ações de recomposição das aprendizagens dos estudantes que delas necessitem;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares e os demais setores das políticas públicas municipais que contribuem para a garantia do direito à aprendizagem;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer o regime de colaboração entre Município, Estado e União, especialmente no âmbito das políticas e programas voltados à alfabetização;

CONSIDERANDO a importância da utilização de dados educacionais, avaliações, evidências pedagógicas e indicadores de aprendizagem para subsidiar o planejamento, o acompanhamento, o monitoramento e a tomada de decisões da política municipal de alfabetização;

CONSIDERANDO a necessidade de instituir uma instância permanente de articulação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações da Política Municipal de Alfabetização;

CONSIDERANDO a importância de fortalecer as ações destinadas à garantia dos direitos de aprendizagem e à redução das desigualdades educacionais no território municipal;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO E DA FINALIDADE

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Lucrécia/RN, o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização – CEMPA, como instância colegiada de articulação, planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações da Política Municipal de Alfabetização.

Parágrafo único. O CEMPA atuará de forma articulada com a Secretaria Municipal de Educação e com as demais instituições e setores envolvidos na implementação das ações de alfabetização, respeitadas as competências legais de cada órgão ou entidade.

Art. 2º O CEMPA tem por finalidade promover a articulação das ações destinadas à garantia do direito à alfabetização das crianças do Município de Lucrécia/RN, observadas:

I – as disposições da Constituição Federal e da legislação educacional vigente;

II – as diretrizes e metas estabelecidas para a educação nacional;

III – o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA;

IV – as políticas e programas de alfabetização desenvolvidos em regime de colaboração entre União, Estado e Município;

V – o Plano Municipal de Educação e demais instrumentos municipais de planejamento educacional;

VI – as diretrizes e metas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação; e

VII – as necessidades educacionais identificadas no território municipal.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 3º São objetivos do CEMPA:

I – fortalecer a Política Municipal de Alfabetização;

II – promover a articulação entre os diferentes setores da Administração Pública Municipal e instituições parceiras;

III – contribuir para a garantia da alfabetização das crianças, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental;

IV – acompanhar ações de recomposição das aprendizagens dos estudantes que apresentem defasagens em leitura e escrita;

V – acompanhar e analisar indicadores educacionais relacionados à alfabetização;

VI – utilizar dados de avaliações diagnósticas, formativas e externas para subsidiar o planejamento e a tomada de decisões;

VII – acompanhar a participação dos estudantes nas avaliações relacionadas à alfabetização e à fluência leitora;

VIII – apoiar a elaboração, implementação, acompanhamento e revisão dos planos de ação das unidades escolares;

IX – promover a articulação entre formação continuada, práticas pedagógicas, acompanhamento escolar e resultados de aprendizagem;

X – identificar necessidades de apoio técnico e pedagógico às escolas;

XI – incentivar o compartilhamento de práticas pedagógicas desenvolvidas pelas unidades escolares;

XII – fortalecer estratégias de busca ativa, permanência e participação escolar, quando necessárias à garantia do direito à aprendizagem;

XIII – fortalecer a participação das famílias e da comunidade nas ações relacionadas à alfabetização;

XIV – propor estratégias para o enfrentamento das desigualdades educacionais;

XV – acompanhar a implementação das ações pactuadas no âmbito das políticas e programas de alfabetização dos quais o Município participe;

XVI – produzir informações, registros e relatórios que subsidiem o planejamento e a gestão educacional; e

XVII – propor ajustes e aperfeiçoamentos nas ações da Política Municipal de Alfabetização, com base em dados e evidências educacionais.

CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º O CEMPA será composto por representantes dos seguintes órgãos, segmentos e instituições:

I – Secretaria Municipal de Educação;

II – gestão das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino;

III – coordenação pedagógica da Rede Municipal de Ensino;

IV – professores da Rede Municipal de Ensino;

V – Secretaria Municipal de Assistência Social;
VI – Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Comunicação e Turismo;
VII – Conselho Municipal de Educação, quando existente;

VIII – articulador(a) municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada/Renalfa;

IX – formador(a) municipal vinculado(a) às ações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada/Renalfa; e

X – outros representantes de órgãos, instituições ou segmentos que possam contribuir para o desenvolvimento das ações do Comitê, quando formalmente convidados.

§ 1º Cada órgão, segmento ou instituição poderá indicar 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente.

§ 2º A composição nominal do CEMPA será formalizada por Portaria do Poder Executivo Municipal.

§ 3º Poderão ser convidados para participar das reuniões do Comitê, sem direito a voto, representantes de órgãos públicos, instituições de ensino, organizações da sociedade civil e demais parceiros cuja participação seja considerada relevante para o desenvolvimento das ações.

CAPÍTULO IV
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 5º Compete ao CEMPA:

I – elaborar e acompanhar o Plano de Trabalho do Comitê;

II – propor diretrizes e estratégias para o fortalecimento da Política Municipal de Alfabetização;

III – acompanhar o cumprimento das metas municipais relacionadas à alfabetização;

IV – analisar periodicamente os indicadores de aprendizagem;

V – acompanhar resultados de avaliações municipais, estaduais e nacionais relacionadas à alfabetização;

VI – acompanhar os índices de participação dos estudantes nas avaliações;

VII – monitorar as ações de alfabetização desenvolvidas pelas unidades escolares;

VIII – acompanhar os planos de ação das escolas e suas estratégias de intervenção pedagógica;

IX – identificar necessidades de apoio técnico e pedagógico às unidades escolares;

X – articular ações intersetoriais voltadas à permanência, participação e aprendizagem dos estudantes;

XI – acompanhar as ações de formação continuada dos profissionais da educação relacionadas à alfabetização;

XII – promover o compartilhamento de experiências e práticas pedagógicas desenvolvidas na Rede Municipal de Ensino;

XIII – propor estratégias de apoio aos estudantes que apresentem maiores necessidades educacionais;

XIV – elaborar recomendações para o aperfeiçoamento das ações da Política Municipal de Alfabetização;

XV – acompanhar a execução das ações pactuadas com o Estado e a União;

XVI – produzir atas, relatórios, registros e demais documentos comprobatórios das ações desenvolvidas; e

XVII – exercer outras atribuições compatíveis com suas finalidades, desde que não impliquem usurpação das competências legais dos órgãos da Administração Pública Municipal.

CAPÍTULO V
DO FUNCIONAMENTO

Art. 6º O CEMPA reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, a cada 2 (dois) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§ 1º As reuniões ordinárias serão convocadas pela coordenação do Comitê, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, sempre que possível.

§ 2º As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas sempre que houver necessidade de análise ou encaminhamento de matéria de caráter urgente.

§ 3º As reuniões poderão ocorrer presencialmente ou, quando necessário, por meio de ferramentas de comunicação e participação remota.

Art. 7º As reuniões do CEMPA deverão ser registradas em ata, contendo, no mínimo:

I – data, horário e local ou meio de realização;

II – relação dos participantes;

III – assuntos tratados;

IV – deliberações e recomendações;

V – encaminhamentos;

VI – responsáveis pela execução das ações; e

VII – prazos, quando estabelecidos.

Art. 8º O CEMPA poderá constituir grupos de trabalho, comissões ou equipes técnicas temporárias para análise e acompanhamento de temas específicos relacionados à alfabetização.

Art. 9º A Secretaria Municipal de Educação exercerá a coordenação institucional do CEMPA e prestará o apoio técnico e administrativo necessário ao seu funcionamento.

Art. 10. As manifestações, recomendações e encaminhamentos do CEMPA serão formalizados, conforme a natureza da matéria, por meio de atas, relatórios, pareceres, recomendações ou outros instrumentos administrativos pertinentes.

CAPÍTULO VI
DO MONITORAMENTO E DA TRANSPARÊNCIA

Art. 11. O CEMPA promoverá o acompanhamento sistemático dos indicadores municipais relacionados à alfabetização, considerando, entre outros:
I – resultados de avaliações diagnósticas e formativas;

II – resultados de avaliações externas;

III – índices de participação dos estudantes nas avaliações;

IV – níveis de aprendizagem em leitura e escrita;

V – frequência e permanência escolar;

VI – estudantes que necessitem de intervenção pedagógica;

VII – ações de recomposição das aprendizagens;

VIII – execução dos planos de ação das unidades escolares; e

IX – demais evidências educacionais disponíveis e pertinentes.

Art. 12. O CEMPA deverá manter arquivo organizado das atas, listas de presença, planos de trabalho, relatórios, dados, registros das ações, encaminhamentos e demais documentos que comprovem sua atuação, observadas as normas aplicáveis à proteção de dados pessoais e ao acesso à informação.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. A participação no CEMPA será considerada serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 14. O Poder Executivo poderá regulamentar este Decreto por meio de atos complementares.

Art. 15. A Secretaria Municipal de Educação poderá elaborar proposta de Regimento Interno do CEMPA, a ser submetida à apreciação e aprovação de seus membros.

Art. 16. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as competências legais dos órgãos envolvidos.

Art. 17. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário.

Lucrécia/RN, 19 de outubro de 2026.

ANTÔNIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito Municipal de Lucrécia/RN

MARIA JOSÉ DUARTE LEITE
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Maria Amelia Amaral
Código Identificador:7B2B3A29

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 1816 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a transferência do ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público no âmbito da Administração Pública Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LUCRÉCIA, Estado do Rio grande do Norte, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO que o Dia do Servidor Público é celebrado anualmente em 28 de outubro;

CONSIDERANDO a conveniência administrativa de transferir o ponto facultativo para o dia 30 de outubro de 2026, de modo a favorecer a organização do expediente e a racionalização das atividades administrativas municipais;

CONSIDERANDO os princípios da eficiência, da razoabilidade e da economicidade que devem orientar a atuação da Administração Pública;

DECRETA:

Art. 1º. Fica transferido, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Municipal de Lucrécia/RN, o ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público, originalmente previsto para o dia 28 de outubro de 2026 (quarta-feira), para o dia **30 de outubro de 2026** (sexta-feira).

Art. 2º. O disposto neste Decreto aplica-se a todos os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Lucrécia/RN, **excetuando-se os serviços considerados essenciais**, que por sua natureza não possam sofrer interrupção.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Maria Amelia Amaral
Código Identificador:4C4AB8B7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO(PRÓTESES-DIANA HOLANDA)

Processo: Pregão Eletrônica Nº 18/2023
Número de Contrato original: 2025.10.16.0001
Número do termo: 1º Aditivo
Objeto do aditivo: O presente Aditivo tem como objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 2025.10.16-0001, com o objetivo de dar continuidade ao Contrato de Prestação de serviços especializados na confecção de próteses dentárias de acordo com a política nacional de saúde bucal- brasil sorridente, para atender as necessidades da secretaria Municipal de Saúde do Município de Marcelino Vieira-RN.
Fundamentação: Artigos 105 e 107 da Lei n. 14.133/2021.
Locadora/CNPJ: DIANA HOLANDA DE QUEIROZ-ME 18.370.401.0001-07
Locatária/CNPJ: Prefeitura Municipal de Marcelino Vieira/RN, 08.357.618/0001-15.
Assinatura do aditivo: 16/10/2026.
Vigência: 16/10/2026 a 16/10/2027

Publicado por:
Maria Aline de Souza
Código Identificador:444BCF38

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. 270 - PRORROGAÇÃO - MANDATO DE GESTOR ESCOLAR

Portaria n. 270, de 19 de Outubro de 2026

Dispõe acerca da prorrogação do período do cargo de gestor(a)/Diretor(a) escolar e dá outras providências.

Hindemberg Pontes de Lima, Prefeito do município de Marcelino Vieira-RN, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da legislação municipal que regulamentam o processo de escolha e o exercício da função de Gestor(a)/Diretor(a) Escolar;

CONSIDERANDO o Decreto Executivo Municipal n. 191/2024 que dispõe sobre a Gestão Democrática da rede municipal de ensino do município de Marcelino Vieira;

CONSIDERANDO o disposto no item 12.2 do Edital n. 001/2023 que rege acerca do Processo Seletivo Simplificado Para Composição de Cargo de Gestor(a) ou Diretor(a) das Escolas da rede Pública Municipal de Ensino da Prefeitura Municipal de Marcelino Vieira – RN, estabelecendo que a gestão do(a) Gestor(a) ou Diretor(a) Escolar terá início no dia 03 de janeiro de 2024, para o período completo de 02 (dois) anos, permitida a recondução por igual período;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade administrativa e pedagógica das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino;

RESOLVE:
Art. 1º. Fica prorrogado o processo seletivo para diretores escolares do município de Marcelino Vieira/RN por mais 02 anos, compreendendo o período entre 02 de janeiro de 2026 a 02 de janeiro de 2028, em conformidade com o Decreto nº 191/2024, bem como o resultado do Edital n. 01/2023 que regulamenta o Processo Seletivo para Diretores Escolares do município de Marcelino Vieirapara o período de recondução, observadas as disposições legais aplicáveis;

§ Único. O mandato de cada Gestor(a)/Diretor(a) Escolar de todas as Escolas municipais fica automaticamente prorrogado por mais dois anos, compreendendo o período de 02 de janeiro de 2026 a 02 de janeiro de 2028.

Art. 2º. Permanecem inalteradas as demais disposições legais e administrativas relativas ao exercício da função de Gestor(a)/Diretor(a) Escolar, desde que não contrariem o disposto neste Ato;

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos administrativos e legais retroativos a 02/01/2026;

Art. 4º. Fica revogada a Portaria n. 268, de 15 de outubro de 2026.
Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

Marcelino Vieira-RN, em 19/10/2026.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Junho Aldaelio Alves de Oliveira
Código Identificador:C76E7022

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 271/2026, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 271/2026, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de férias de servidor e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA-ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30(Trinta) dias de férias a servidora Ana Carla Fernandes de Queiroz, Matrícula nº 99821, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Tributação e Planejamento, ocupante do cargo comissionado de Coordenador de Tributação, referente ao período aquisitivo 2025/2026, no período de 19 de outubro de 2026 à 17 de novembro de 2026;

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogando as disposições em contrário;

Marcelino Vieira-RN, 19 de outubro de 2026.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Aldaene Alves de Oliveira
Código Identificador:1D88E7EB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 272/2026, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 272/2026, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a exoneração de servidor e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA-ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a Sra. Thaíse Scarlat Alves Bezerra, do cargo comissionado de Chefe do Departamento de Suporte Operacional, junto a Secretaria Municipal de Administração, Tributação e Planejamento, deste Município de Marcelino Vieira/RN.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogando as disposições em contrário;

Marcelino Vieira-RN, 19 de outubro de 2026.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Aldaene Alves de Oliveira
Código Identificador:5FE53ECD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 273/2026, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 273/2026, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a nomeação de servidor e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA-ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. Thaíse Scarlat Alves Bezerra, para exercer o cargo comissionado de Ouvidor Geral, lotada no Gabinete do Prefeito, deste Município de Marcelino Vieira/RN.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogando as disposições em contrário;

Marcelino Vieira-RN, 19 de outubro de 2026.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Aldaene Alves de Oliveira
Código Identificador:0A135A77

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 269 DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Senhor "Jose Nogueira da Silva" do Município de Marcelino Vieira-RN, para custear despesas com a realização de Projeto Cultural de Cantoria Popular.

Hindemberg Pontes de Lima, Prefeito Constitucional do Município de Marcelino Vieira (RN), no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO que,
A Lei Municipal nº 334, de 18 de Agosto de 2020, que "Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura do Município de Marcelino Vieira (RN) e dá outras providências", estabelece no caput do artigo que, "Art. 58 - O Fundo Municipal de Cultura – FMC financiará projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos".
Considerando ainda, que a Senhor Jose Nogueira da Silva, protocolou requerimento junto a Prefeitura Municipal de Marcelino Vieira (RN), para fazer jus a ajuda de custo para seu grupo cultural, para fins de promover projeto cultural no âmbito do município de Marcelino Vieira (RN), RESOLVE:
Art.1- Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Senhor Jose Nogueira da Silva, inscrito no CPF nº XXX.821.16X-XX no valor de R$ 1.000,00 (MIL REAIS), para custear despesas com a promoção do projeto.
Art.2- Os recursos financeiros serão empenhados a título de OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: NV 1.500.0000-001 000; Elemento de Despesa 3.3.90.48.00. Fonte: Recursos Próprios. Ficha Orçamentária nº 480.
Art.3- A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.
Art. 4- O ente beneficiário fica obrigado a prestar contas, mediante comprovação da execução dos recursos no prazo máximo de 30 dias.
Art. 5- Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.
Marcelino Vieira (RN), 16 de outubro de 2026.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Vandygna Emiliana Chaves da Silva
Código Identificador:48D7A383

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 393 -2026, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER A FUNÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO Nº 161001/2026.

O Prefeito Municipal de Martins/RN, vem, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei Federal nº. 14.133/2021, que exige da Administração Pública o dever de acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante devidamente designado;

CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade;

CONSIDERANDO a importância de a Administração Pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO, finalmente, a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, o servidor abaixo relacionado, para fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no contrato de credenciamento Nº 161001/2026. Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Martins e a empresa **STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o n° 57.498.660/0001-61, com sede na Praça de Londrina – Estado do Paraná, na Avenida Henrique Mansano, n.º 1581 – Santa Mônica – CEP 86.079-450, **e-mail:** starmedicalhospitalar@gmail.com**, Contato: (43) 98873-5559,** cujo objeto do presente instrumento é a aquisição de equipamento de ultrassom diagnóstico (sem aplicação transesofágica) com seus respectivos acessórios e transdutores, destinado ao atendimento das necessidades da secretaria municipal de saúde do município de MARTINS/RN, conforme especificações e quantidades estabelecidas neste termo de referência, nas condições estabelecidas no Termo de Referência

I – Servidor: Alex Braz Galdino, Matrícula n° 1789.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

PAULO CÉSAR GALDINO
Prefeito

PREFEITURA MUNCIPAL DE MARTINS/RN
CNPJ/MF nº 08.153.462/0001-50

Publicado por:
Marcos Danilo Carvalho Gurgel
Código Identificador:31C621AC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
AVISO DE LICITAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 005/2026 – CREDENCIAMENTO

AVISO DE LICITAÇÃO
CHAMADA PÚBLICA Nº 005/2026 – CREDENCIAMENTO

A **Prefeitura Municipal de MARTINS/RN**, por meio da Comissão de Contratação, torna público que realizará a **Chamada Pública nº 005/2026 – Credenciamento**, tipo **Valor Fixo**, para **contratação de empresa especializada em prestação de serviços de mão de obra para atender às necessidades do Município de MARTINS/RN**, conforme Termo de Referência – Anexo I.
Regime: contratação paralela e não excludente (art. 79 da Lei nº 14.133/2021), com distribuição por rodízio e sorteio público, sem competição entre credenciados. Preços fixados pela Administração com base na tabela SINAPI/RN.
Valor total estimado: R$ 4.079.880,00.
Entrega da documentação – lote inicial: até **10h00min do dia 18 de novembro de 2026**, na sede da Prefeitura de MARTINS/RN, **Rua Dr. Joaquim Inácio, 102, Centro, MARTINS/RN**, ou por e-mail: **licitacaopmmartins@gmail.com**, em arquivo único PDF. O credenciamento permanecerá aberto durante toda a sua vigência, não se tratando de prazo final.

Edital e anexos: disponíveis gratuitamente em **www.martins.rn.gov.br**, podendo ser solicitados pelo e-mail acima.
Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.878/2024, Decreto Municipal nº 17/2025, LC nº 123/2006 e Resolução nº 028/2020 – TCE/RN.

MARTINS/RN, 19 de outubro de 2026.

GABRIEL CAMPOS DE AMORIM
Agente de Contratação

Publicado por:
Gabriel Campos Amorim
Código Identificador:731533CD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO N.º 070, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

DECRETO N.º 070, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

Torna sem efeito nomeações para provimento efetivo de cargos de aprovados no Concurso Público n.º 001/2022 do Município de Maxaranguape – RN, realizadas por meio da Portaria da Secretaria Municipal de Administração de n.º 161/2026, de 14 de setembro de 2026, de servidores que não compareceram no prazo legal, pediram desistência, reclassificação ou foram desclassificados.

A Senhora **MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA**, Prefeita do Município de Maxaranguape, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são legalmente conferidas, nos termos do art. 69 da Lei Complementar Municipal n.º 370/1997,

RESOLVE:
Art. 1º Tornam-se sem efeito as nomeações dos servidores convocados mediante a Portarias da Secretaria Municipal de Administração de n.º 161/2026, de 14 de setembro de 2026, que não compareceram para tomar posse até o dia 14 de outubro de 2026, especificados no Anexo I, assim como os que não apresentaram a documentação necessária para satisfação das condições legalmente estabelecidas para tomar posse, indicados no Anexo I.

Art. 2º Ficam aprovadas as reclassificações dos convocados pela Portaria referida no artigo anterior que pediram reposicionamento na ordem de chamada para provimento, conforme requerimentos apresentados nos respectivos autos dos processos, os quais passarão a figurar nas novas posições indicadas no Anexo II, restando sem efeito às nomeações efetuadas pela citada Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA
Prefeita de Maxaranguape/RN

ANEXO I

CONSIDERANDO o decurso do prazo legal de 30 (trinta) dias da publicação da Portaria da Secretaria Municipal de Administração de n.º 161/2026, de 14 de setembro de 2026, sem que tenham comparecido para tomar posse ou apresentado solicitação por escrita e documentação comprobatória, conforme art. 68, §1º, da Lei Complementar Municipal n.º 370/1997, além da necessidade de prover os cargos segundo o decidido no referido Processo pelo TCE-RN, os seguintes candidatos:

Nome	Classificação	Cargo
Johnathan Wesley Vicente Câmara	13º	Técnico de Enfermagem
Carlos Willian Santos de Medeiros	16º	Coveiro

CONSIDERANDO o pedido de Reclassificação dos seguintes candidatos:

CONSIDERANDO o pedido de Desistência dos seguintes candidatos:

CONSIDERANDO a Desclassificação dos seguintes candidatos:

Publicado por:
Sigmund Freud Ferreira da Silva
Código Identificador:5C541572

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO 088/2025

Contratante: MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN, CNPJ: 08.170.540/0001-25

Contratada: CARVALHO CONSTRUÇÃO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 22.318.474/0001-19.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DE CRECHE/ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM MAXARANGUAPE/RN – FNDE – CRECHE TIPO 2

VALOR: Valor Global: O valor inicial e de R$ 3.040.338,55 (três milhões quarenta mil trezentos e trinta e oito reais e cinquenta e cinco centavos), com o acréscimo do 8,72% no valor de R$ 265.127,38 o valor passará a ser R$ 3.305.465,93 (três milhões, trezentos e cinco mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e noventa três centavos).

Vigência: O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir de 19/10/2026 com fim da vigência em 13/10/2027. Podendo ser prorrogável na forma da lei 14.133/21 e alterações posteriores
Data de assinatura do Termo Aditivo: 19 de outubro de 2026.
Fundamentação: Fundamenta-se na Lei 14.133/21 e em conformidade com os termos do processo administrativo nº 111/2025, Dispensa de Licitação n° 02/2025
Assinatura:
Contratante: MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA, Prefeita Municipal, CPF nº 025.XXX.XX4-81.
Contratada: FRANCISCO HÉLIO LOPES DE CARVALHO FILHO, CPF nº 084.XXX.XX4-50 – Sócio Administrador

Publicado por:
Judson Campos Oliveira da Rocha
Código Identificador:63BD9B3D

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO CONTRATO N° 061/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 061/2026

Processo Administrativo n°: 037/2025

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE - CNPJ 08.170.540/0001-25.

Contratado(a): ÁGIL CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 19.657.875/0001-99, sediado(a) na Praça Frei Henrique de Coimbra, 210, centro, Bento Fernandes/RN. CEP: 59555-000.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE RUAS NO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN, CONTRATO DE REPASSE: 1.087.655-99/2023 – CONVÊNIO: 944638, pertencentes a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana do Município de Maxaranguape/RN.

Valor Global: R$ 282.756,55 (duzentos e oitenta e dois mil, setecentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos)

Procedimento Licitatório: Concorrência Eletrônica n° 001/2026
Dotação orçamentária:
Unidade Orçamentária: 18.001 Prefeitura Municipal de Maxaranguape – Sec. M. de Infraestrutura e Mobilidade Urbana;
Ação: 2128 – Pavimentação de ruas e avenidas;
Função: Urbanismo;
Sub-Função: Serviços Urbanos;
Programa: 001 – Obras e Instalações;
Natureza da despesa: 4.4.90.51 – Obras e Instalações;
Fonte de Recurso: 17000000 – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União; 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos;
Região: 0001 – Maxaranguape.

Vigência: 19/10/2026 à 19/10/2027

Fundamentação: art. 6º, inciso XXXVIII, da Lei n° 14.133/2021, com suas alterações posteriores.

Assinaturas:
Pela Contratante, MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA (Prefeita).
Pela Contratada, BRUNO RODRIGO FERREIRA DA ROCHA

Publicado por:
Judson Campos Oliveira da Rocha
Código Identificador:9B2B4509

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE ADJUDICAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 001/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 001/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 037/2026

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE RUAS NO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN, CONTRATO DE REPASSE: 1.087.655-99/2023 – CONVÊNIO: 944638, pertencentes a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana do Município de Maxaranguape/RN.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 001/2026

Aos 19 (dezenove dias) dias do mês de outubro do ano de 2026, por despacho do Senhor Agente de Contratação deste Município, encarregado de promover a Licitação Pública de que trata a **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n° 001/2026**, com base no Parecer acostado aos autos, resolve **ADJUDICAR** a presente Licitação a Empresa: **ÁGIL CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP / CNPJ Nº 19.657.875/0001-99,** no valor global estimado de **R$ 282.756,55 (duzentos e oitenta e dois mil, setecentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos).** Pelo que lavro o presente termo, que vai devidamente assinado pela Exma. Sra. Prefeita Municipal, conforme Art. 71º, inciso IV da Lei Federal n. º 14.133/2021.

Maxaranguape/RN, 19 de outubro de 2026.

MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Judson Campos Oliveira da Rocha
Código Identificador:0CCA6BF9

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 057/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 092/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 057/2026
Processo Administrativo n° 092/2026
Circunstanciado pelo Parecer da Assessoria Jurídica do Município, como também a informação da Secretaria Municipal de Finanças, onde assegura dotação orçamentária e disponibilidade financeira para o suporte da despesa aqui tratada, destinada ao **capacitação para os profissionais e técnicos de referências que atuam nos serviços e programas da secretaria municipal de assistência social, trabalho e habitação de Maxaranguape/RN. AUTORIZO e RATIFICO** a Inexigibilidade de Licitação para a contratação de: **64.630.457 JOSE LUCIO MAESSE DA SILVA, inscrita no CNPJ nº 64.630.457/0001-62.,** no valor global de R$ 3.000,00 (três mil reais), tendo como Diploma Legal o Art. 74, Inciso III, "f" da Lei Federal nº 14.133/2021, com suas alterações posteriores e Decreto Municipal n° 009 de 29 de março de 2023, mediante contratação direta.
Maxaranguape/RN, em 19 de outubro de 2026

MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Judson Campos Oliveira da Rocha
Código Identificador:AF66D670

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 001/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 001/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 037/2026

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE RUAS NO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN, CONTRATO DE REPASSE: 1.087.655-99/2023 – CONVÊNIO: 944638, pertencentes a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana do Município de Maxaranguape/RN.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 001/2026

Homologo pelo presente termo para que surta os seus efeitos legais, o julgamento da equipe de contratação deste Município, referente à **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n° 001/2026**, em conformidade com o Art. 71º, inciso IV da Lei Federal n. º 14.133/2021, com as alterações introduzidas posteriormente, de acordo com o parecer da equipe de contratação, onde escolheu a proposta da Licitante: **ÁGIL CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP / CNPJ Nº 19.657.875/0001-99,** no valor global estimado de **R$ 282.756,55 (duzentos e oitenta e dois mil, setecentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos)**, como a proposta válida mais vantajosa para esta administração.

Maxaranguape/RN, 19 de outubro de 2026.

MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Judson Campos Oliveira da Rocha
Código Identificador:55D7FB05

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 185, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 185, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

O Senhor **JOSÉ WALTER DE OLIVEIRA FILHO**, Secretário Municipal de Administração do Município de Maxaranguape, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são legalmente conferidas, nos termos do art. 66, I, da Lei Complementar Municipal n.º 370/1997,

CONSIDERANDO a homologação do resultado do Concurso Público nº 001/2022 divulgado pela Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte (FUNCERN), nos termos estabelecidos pelo Edital nº 001/2022 e respectivas retificações, conforme coordenação e acompanhamento da Comissão para Realização de Concurso Público designado mediante da Portaria Municipal nº. 045/2022;
CONSIDERANDO o decidido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte nos autos do Processo n.º 004336/2019 – TCE;
RESOLVE:
Art. 1º. Convocar os candidatos relacionados no Anexo I, aprovados no Concurso Público nº 001/2022 divulgado pela Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte (FUNCERN), regulado pelo Edital nº 001/2022 e respectivas retificações, para que no prazo de 30 (trinta) dias comparecerem ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Maxaranguape – RN, situado no Rua Quinze de Novembro, 45, Maxaranguape – RN, CEP 59580-000 e apresentem os documentos especificados no referido Anexo I.
Art. 2º. Após a apresentação dos documentos do Anexo I, os candidatos devem ser encaminhados à inspeção da Junta Médica do Município, em calendário a ser estabelecido pela Secretaria de Administração, assim como preencherem e assinarem:
I – declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;
II – declaração de bens.
Parágrafo Único. Em caso de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, os candidatos devem apresentar demonstrativo da natureza dos cargos acumulados, com indicação dos requisitos exigidos e das atribuições previstas em lei, bem como da compatibilidade de horários, com a discriminação da jornada de trabalho, o horário de funcionamento dos órgãos públicos, a soma da carga horária total dos cargos, se há sujeição a regime de dedicação exclusiva em alguns dos cargos ocupados.
Art. 3º. O Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Maxaranguape – RN funcionará em regime de plantão de atendimento, nos dias 20 de outubro de 2026 a 29 de outubro de 2026, das 08h às 15h, para recebimento exclusivo da documentação dos candidatos convocados a serem lotados na Secretaria Municipal de Saúde e na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, devendo esses preferencialmente comparecer nessas datas e horários.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOSÉ WALTER DE OLIVEIRA FILHO
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

CARGO: COVEIRO
DOCUMENTOS A APRESENTAR:
1) Documento de identidade (dentre os especificados no Item 7.5 do Edital do Concurso);
2) Comprovante de residência;
3) Cópia do Diploma de Nível Fundamental Completo**;**
4) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) com aptidão para trabalho no cargo;
5) Certidão de quitação eleitoral;
6) Comprovante de Quitação com o Serviço Militar, para candidatos do gênero masculino, por meio de apresentação de Certificado de Reservista, Certificado de Isenção, Certificado de Dispensa de Incorporação, Certificado do Cumprimento de Prestação Alternativa ao Serviço Militar Obrigatório, Certificado de Conclusão do Curso de Formação de Sargentos, Certificado de Conclusão de Curso em Órgão de Formação da Reserva, Declaração emitida pela organização militar, Certificado de Alistamento Militar dentro do prazo de validade ou outros documentos similares;
7) Certidão Negativa de Débitos com as Fazendas Municipal de Maxaranguape – RN, Estadual e Federal;
8) Certidão Negativa Criminal das Justiças Estadual e Federal do lugar ou lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos.

NOME	CPF	CLASSIFICAÇÃO
PERICLES SOUSA DE OLIVEIRA	076.895.524-63	17º

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM
DOCUMENTOS A APRESENTAR:
1) Documento de identidade (dentre os especificados no Item 7.5 do Edital do Concurso);
2) Comprovante de residência;
3) Cópia do Diploma do Ensino Médio com Curso Técnico de Auxiliar de Enfermagem;
4) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) com aptidão para trabalho no cargo;
5) Certidão de quitação eleitoral;
6) Comprovante de Quitação com o Serviço Militar, para candidatos do gênero masculino, por meio de apresentação de Certificado de Reservista, Certificado de Isenção, Certificado de Dispensa de Incorporação, Certificado do Cumprimento de Prestação Alternativa ao Serviço Militar Obrigatório, Certificado de Conclusão do Curso de Formação de Sargentos, Certificado de Conclusão de Curso em Órgão de Formação da Reserva, Declaração emitida pela organização militar, Certificado de Alistamento Militar dentro do prazo de validade ou outros documentos similares;
7) Certidão Negativa de Débitos com as Fazendas Municipal de Maxaranguape – RN, Estadual e Federal;
8) Certidão Negativa Criminal das Justiças Estadual e Federal do lugar ou lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos.

NOME	CPF	CLASSIFICAÇÃO
URSULA ANDES PEREIRA DO NASCIMENTO	034.503.654-95	14º

Publicado por:
Sigmund Freud Ferreira da Silva
Código Identificador:4CDDB4AA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE

COMISSÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE ABERTURA DE DILIGÊNCIA PARA SANEAMENTO DOCUMENTAL

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2026 – SEGUNDA CHAMADA. O MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE/RN, por intermédio do Agente de Contratação, torna pública a **ABERTURA DE DILIGÊNCIA PARA SANEAMENTO DOCUMENTAL**, no âmbito do Chamamento Público nº 06/2026 – Segunda Chamada, destinado à outorga de Permissão Administrativa de Uso dos boxes do Mercado Municipal de Monte Alegre/RN.
Considerando a identificação de pendências na documentação apresentada pelos interessados, bem como a necessidade de assegurar a regularidade processual, a isonomia e o aproveitamento dos atos administrativos, com fundamento no item 21.2 do Edital, no art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, no que couber, e nos princípios da razoabilidade, eficiência e formalismo moderado, ficam **CONVOCADOS os participantes que apresentaram requerimentos tempestivamente** para promoverem o saneamento das pendências documentais juridicamente admissíveis.
Fica concedido o prazo de **15 (quinze) dias corridos**, contado a partir do primeiro dia subsequente à publicação deste Aviso, prorrogando-se o vencimento para o primeiro dia útil seguinte, caso recaia em dia sem expediente administrativo.
A documentação complementar deverá ser apresentada presencialmente na Sala de Licitações e Contratos, situada na Avenida João de Paiva, nº 373, Centro, Monte Alegre/RN, das 08h às 12h e das 13h às 16h, em dias úteis, conforme as pendências individualmente identificadas pela Administração.
A presente diligência não constitui reabertura de inscrições, restringindo-se aos participantes regularmente inscritos, sendo vedada a alteração das condições substanciais de habilitação e dos critérios de seleção estabelecidos no Edital.
O não atendimento à diligência poderá ensejar a inabilitação do interessado, mediante decisão fundamentada, prosseguindo-se, após o

encerramento do prazo, com a análise conclusiva da documentação e os demais atos pertinentes.

Monte Alegre/RN, em 19/10/2026.

WELLINGTON BENEVIDES PRAXEDES
Agente de Contratação

Publicado por:
Tulio Tiago Ribeiro
Código Identificador:9FBA0A46

COMISSÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 140/2025
ESPÉCIE: 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 140/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 06/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE - CNPJ 08.365.900/0001-44 CONTRATADA: RBS CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA.- CNPJ: 10.458.681/0001-90. OBJETO:Contratação de empresa especializada na construção civil para execução da reforma e ampliação da Escola Municipal Evaldo Gomes – Bairro da Esperança, com fornecimento de mão de obra e material, de acordo com as especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronogramas e demais documentos integrantes do Projeto Básico.. DO VALOR ALTERADO: R$ 80.117,54 (oitenta mil, cento e dezessete reais e cinquenta e quatro centavos). DA RATIFICAÇÃO: As demais Cláusulas do Contrato em referência permaneceminalterado pelo presente Termo Aditivo. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 124, II, "B", da Lei Federal Nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

Monte Alegre/RN, 31 de dezembro de 2025.

ANDRE RODRIGUES DA SILVA-
Prefeito Municipal - Contratante e

RODRIGO BOTELHO DE SALES
P/ Contratada.

Publicado por:
Tulio Tiago Ribeiro
Código Identificador:565D5D18

COMISSÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2025

A Prefeitura Municipal de Monte Alegre/RN, inscrita no CNPJ nº 08.365.900/0001-44, torna pública a celebração do 1º Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 58/2025, firmada com a empresa IVONAIDE SERAFIM DA SILVA 70338604472, inscrita no CNPJ nº 19.256.474/0001-27, decorrente do Pregão Eletrônico nº 023/2025, cujo objeto consiste na prorrogação do prazo de vigência da referida Ata por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 15 de outubro de 2026 a 14 de outubro de 2027, com fundamento no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, permanecendo inalteradas as demais condições originalmente pactuadas. O instrumento foi assinado em 14 de outubro de 2026.

Monte Alegre/RN, 14 de outubro de 2026.

ANDRÉ RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal
Órgão Gerenciador

IVONAIDE SERAFIM DA SILVA
Representante Legal
Fornecedor Registrado

Publicado por:
Tulio Tiago Ribeiro
Código Identificador:02EFE0D6

COMISSÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 106/2025 - CONCORRÊNCIA Nº 003/2025

A Prefeitura Municipal de Monte Alegre/RN, inscrita no CNPJ nº 08.365.900/0001-44, torna pública a celebração do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 106/2025, firmado com a empresa B C DE OLIVEIRA, inscrita no CNPJ nº 14.240.072/0001-10, decorrente da Concorrência nº 003/2025, cujo objeto consiste na prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 02 de outubro de 2026 a 02 de outubro de 2027, com fundamento no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições originalmente pactuadas. O instrumento foi assinado em 01 de outubro de 2026.

Monte Alegre/RN, 01 de outubro de 2026.

ANDRÉ RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal
Contratante

BRUNO CESÁRIO DE OLIVEIRA
Representante da B C De Oliveira
Contratada

Publicado por:
Tulio Tiago Ribeiro
Código Identificador:D97709A8

COMISSÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 108/2025

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE 108/2025 –Adesão Pregão Nº 12/2024 CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE. CONTRATADO(A):CACTOS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA,inscrita no CNPJ/CPF sob o nº42.591.738/0001-10.OBJETO: Aquisição futura e parcelada de material médico hospitalar.DA RATIFICAÇÃO:As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalterado pelo presente Termo Aditivo.FUNDAMENTO LEGAL:Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021,e suas alterações posteriores.Monte Alegre/RN, em 09 de outubro de 2026.ANDRE RODRIGUES DA SILVA– PREFEITO – Contratante eELISON ANTÔNIO DE AZEVEDO,p/Contratada.

Publicado por:
Tulio Tiago Ribeiro
Código Identificador:7603CB18

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO N.º 07/2026

A Prefeitura Municipal de Monte Alegre/RN, através de seu Agente de Contratação Oficial, torna público que realizará a licitação acima epigrafada, conforme:

ÓRGÃO(s) INTERESSADO(s):	**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**
DATA E HORA DE INÍCIO DAS PROPOSTAS:	**DIA 20/10/2026 ÀS 09h00min (HORÁRIO DE BRASÍLIA).**
DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTO:	**DIA 29/10/2026 ÀS 23h59min (HORÁRIO DE BRASÍLIA).**
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:	**DIA 04/11/2026 ÀS 09h00min (HORÁRIO DE BRASÍLIA).**
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA:	**DIA 04/11/2026 ÀS 09h01min (HORÁRIO DE BRASÍLIA).**
LOCAL:	www.portaldecompraspublicas.com.br
MODO DE DISPUTA	**ABERTO**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de capeamento asfáltico em diversas ruas do Município de Monte Alegre/RN, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e demais recursos necessários à execução dos serviços, conforme especificações, projetos, planilhas e demais documentos técnicos integrantes da contratação
Esclarecimentos e o Edital no horário das 08:00 às 14:00 horas, na sala da Comissão, localizada na Prefeitura Municipal, Avenida João de Paiva nº 373, Centro, Monte Alegre/RN – pelo e-mail: licitacao@montealegre.rn.gov.br, Fone: (84) 30911799, site

www.montealegre.rn.gov.br ou pelo site do Portal de Compras Públicas onde será conduzido o presente certame www.portaldecompraspublicas.com.br.

Monte Alegre-RN, 19 de outubro de 2026.

WELLINGTON BENEVIDES PRAXEDES
Agente de Contratação

Publicado por:
Tulio Tiago Ribeiro
Código Identificador:EF1DE160

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 37/2026

OBJETO: Execução de serviços automotivos de manutenção preventiva e corretiva no veículo tipo VW Polo, placa TSV-0A62, com o objetivo de restabelecer e assegurar suas plenas condições de funcionamento, segurança e desempenho operacional, garantindo a adequada prestação dos serviços de transporte vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social. O Agente de Contratação do Município de Nísia Floresta, no uso de suas atribuições legais, torna público que a empresa NACIONAL VEICULOS E SERVIÇOS LTDA- –inscrita no CNPJ sob o n.º 04.770.238/0001-57, foi a contratada do presente processo de dispensa de licitação Enquadrada no art. 75 inciso I, da Lei n° 14133/21. Quaisquer informações a respeito do processo encontram-se à disposição dos interessados, através do site https://nisiafloresta.rn.gov.br/portal-da-transparencia/. Nísia Floresta/RN, 19 de outubro de 2026.

HILDEBERTO DIAS DOS SANTOS GURGEL –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Hildeberto Dias Dos Santos Gurgel
Código Identificador:8F5A52CE

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 38/2026

OBJETO: Aquisição de peças automotivas destinadas à manutenção preventiva e corretiva do veículo tipo POLO TRACK, placa TSV-0A62, com o objetivo de restabelecer e assegurar suas plenas condições de funcionamento, segurança e desempenho operacional, garantindo a adequada prestação dos serviços vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS. Agente de Contratação do Município de Nísia Floresta, no uso de suas atribuições legais, torna público que a empresa NACIONAL VEICULOS E SERVIÇOS LTDA- –inscrita no CNPJ sob o n.º 04.770.238/0001-57, foi a contratada do presente processo de dispensa de licitação no valor de R$ 1.013,49 (um mil e treze reais e quarenta e nove centavos). Quaisquer informações a respeito do processo encontram-se à disposição dos interessados, através do site https://nisiafloresta.rn.gov.br/portal-da-transparencia/.

Nísia Floresta/RN, 19 de outubro de 2026.

HILDEBERTO DIAS DOS SANTOS GURGEL –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Hildeberto Dias Dos Santos Gurgel
Código Identificador:A324FF18

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 191001/2026 | PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0401049/2026 | CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 191001/2026
Processo Administrativo nº 0401049/2026
Concorrência Eletrônica nº 002/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal, inscrito no CNPJ sob o nº 08.349.029/0001-95.

CONTRATADA: WB EMPREENDIMENTOS, SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 28.240.229/0001-12, com sede na Rua Capitão José Severino, nº 295, Letra B, Centro, Patu/RN.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em engenharia civil para a execução da construção de 20 (vinte) unidades habitacionais, no âmbito do Programa FNHIS SUB-50, destinadas a famílias de baixa renda do Município de Olho D'Água do Borges/RN, em conformidade com o Termo de Compromisso nº 993320/2026/MCIDADES/CAIXA.

VALOR GLOBAL: R$ 3.379.179,48 (três milhões, trezentos e setenta e nove mil, cento e setenta e nove reais e quarenta e oito centavos).

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por preço unitário, critério de julgamento menor preço global.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e Edital da Concorrência Eletrônica nº 002/2026, homologada em 16/10/2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fundo Municipal de Assistência Social (Órgão 4); Unidade Orçamentária 4001 – Secretaria Municipal do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social; Função 16 – Habitação; Subfunção 482 – Habitação Urbana; Ação 3075 – Construção de Unidades Habitacionais; Elemento de Despesa 44905100 – Obras e Instalações; Fontes de Recurso 1.700.0000 (Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos da União) e 1.500.0000 (Recursos não Vinculados de Impostos).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021. Prazo de execução: 12 (doze) meses, conforme o cronograma físico-financeiro.

DATA DE ASSINATURA: 19 de outubro de 2026.

SIGNATÁRIOS: Pelo Contratante, Antonimar Amorim Carlos, Prefeito Municipal; pela Contratada, Valdemar Bruno Lima Dantas, sócio administrador.

Publicado por:
Elifran Dias Muniz
Código Identificador:03CCCE0F

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 191002/2026 | PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1007001/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 191002/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1007001/2026

CONTRATAÇÃO DIRETA: Dispensa de Licitação nº 131001/2026.
CONTRATANTE: Município de Olho D'Água do Borges/RN, CNPJ nº 08.349.029/0001-95, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura e do Turismo.
CONTRATADO: 49.249.307 FRANCISCO LEONARDO ALVES DE SOUZA (LA PRODUÇÕES, SERVIÇOS E EVENTOS), CNPJ nº 49.249.307/0001-10.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica cultural e operacionalização da Política Nacional Aldir Blanc / PNAB – Ciclo 2026 (Lei nº 14.399/2022), sem dedicação exclusiva de mão de obra,

para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Cultura e do Turismo.

VALOR GLOBAL: R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 002/2023.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária 2006 – Secretaria Municipal da Cultura e Turismo – SMCT; Projeto/Atividade 3053 – Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Cultura (FMC); Elemento de Despesa 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Fonte de Recursos 1719.0000 – Política Nacional Aldir Blanc (PNAB).

VIGÊNCIA: 03 (três) meses, contados da emissão da Ordem de Serviço, prorrogável automaticamente até a conclusão do objeto, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 19/10/2026.

SIGNATÁRIOS: Antonimar Amorim Carlos, Prefeito Municipal, pelo Contratante; e Francisco Leonardo Alves de Souza, titular, pelo Contratado.

Publicado por:
Elifran Dias Muniz
Código Identificador:CB6D2C6F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 072.04009/2026-02

A Prefeitura Municipal de Ouro Branco/RN, por meio da Secretaria de Saúde, torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico n° 009/2026, objetivando o registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde, no âmbito do Município de Ouro Branco, que fazem uso de medicamentos (éticos, genéricos ou similares) não incluídos no rol daqueles constantes na Assistência Farmacêutica. A abertura do certame acontecerá no dia 30 de outubro de 2026, às 08h31min, no Portal de Compras Públicas. O Edital contendo maiores informações está à disposição dos interessados nos sites: https://ourobranco.rn.gov.br/ e https://portaldecompraspublicas.com.br/.

Ouro Branco/RN, 19 de outubro de 2026.

Publicado por:
Juciara Alves Ferreira
Código Identificador:912C0898

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÁ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE PRETENSA CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DV00044/2026
A Prefeitura Municipal de Paraná manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contração direta, com base no Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, que objetiva: Realização de mamografias bilaterais em atendimento às mulheres deste Município em alusão a Campanha Outubro Rosa no dia 01 de Novembro de 2026 neste Município de Paraná–RN. O interessado poderá obter o respectivo Termo de Referência com a especificação do objeto pretendido junto ao Setor de Contratação, sediado na Rua Nova, 41 - Centro - Paraná - RN, ou acessando: PARANA.RN.GOV.BR. O referido órgão de contratação estará recebendo as propostas até o dia 22 de Outubro de 2026, nos horário e endereço abaixo indicados, e que poderão ser encaminhadas também pelo e-mail: PMPARANARN@GMAIL.COM. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (84) 33890031.
Paraná - RN, 16 de Outubro de 2026

CID LEITE VIEIRA **-**
Agente de Contratação

Publicado por:
Ari Carlos Soares Cruz
Código Identificador:0BF28FEF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÚ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 074/2026/PMP/ADM

PORTARIA Nº 074/2026/PMP/ADM
19 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

FRANCISCO WILTEMBERG DANTAS ALVES, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Paraú, estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legalmente constitucionais,
RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a Senhora **MARIA RANETE DE ALMEIDA PEIXOTO VIEIRA,** Coordenadora Pedagógica da Educação Infantil, 01 (Uma) diária no valor total de R$ 150,00 (Cento Cinquenta Reais), para custear despesas com locomoção, alimentação e estadia, durante sua permanência em Natal/RN, com o seguinte objetivo: De participar do **IV Encontro Presencial do Programa de Formação Continuada Leitura e Escrita na Educação Infantil - do ProLEEI/CNCA**, que acontecerá no dia 21 de outubro de 2026, no Praiamar Hotel, na Rua: Francisco Gurgel, 33, Bairro Ponta Negra, Natal -RN.
Art. 2º - Determinar o Financeiro da Secretaria Municipal de Assistência Social, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

Paraú/RN, em 19 de outubro de 2026.

FRANCISCO WILTEMBERG DANTAS ALVES
Secretário de Administração

Publicado por:
Francisco Wiltemberg Dantas Alves
Código Identificador:44A09BBE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 33/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 5063/2026

O Município de Parelhas/RN através de sua pregoeira, torna público que no dia **05/11/2026** às 0**8h:00m**, realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026**, tendo como objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA, MANEJO DE RESÍDUOS**

SÓLIDOS E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE PARELHAS/RN, através da Plataforma www.portaldecompraspublicas.com.br , por intermédio do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS.** As especificações estão estabelecidas no edital e seus Anexos. O edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados nos sites www.portalcompraspublicas.com.br,www.parelhas.rn.gov.br. E-mail: licitacao@parelhasrn.gov.br e cplparelhas@gmail.com.

Parelhas/RN, 19 de outubro de 2026.

NÁDIA NÉRIDEOLIVEIRA MACÊDO
Agente de Contratação/Pregoeira

Publicado por:
Maria Das Vitórias Valentim de Azevedo
Código Identificador:0E5CF64E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PRIMEIRA DECISÃO - JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO CREDECIAMENTO Nº 12/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS ESPECIALIZADA E ULTRASSONOGRAFIAS.
PRIMEIRA DECISÃO - JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

I. DO PREÂMBULO

Em 19 de outubro de 2026, às 09h:00m, reuniram-se Maria das Vitórias Valentim de Azevedo (agente de contratação/pregoeira), Maria das vitórias de Mendonça (equipe de apoio); Juliana Cândido de Lima Chili (equipe de apoio), designadas pela Portaria nº 314/2026, para dar início à análise da documentação das empresas participantes do Credenciamento nº 012/2026, destinada a **CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS ESPECIALIZADA E ULTRASSONOGRAFIAS.**
Registre-se que o presente procedimento foi regularmente instruído, tendo sido previamente submetido à apreciação da Assessoria Jurídica do Município, que se manifestou favoravelmente quanto à regularidade do edital e ao prosseguimento do certame, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.
II – DA DECISÃO
Considerando a documentação apresentada e protocolada por meio do Portal de Compras Públicas, conforme previsto no edital, e após análise realizada pelo setor de licitação, verifica-se que a empresa abaixo está habilitada, tendo atendido a todas as exigências estabelecidas.
FORNECEDORES PARTICIPANTES
LICITANTE
RAZÃO SOCIAL / CNPJ / CPF
R L DA SILVA ROSAS/CNPJ: 19.434.565/0001-05

A empresa acima identificada encontram-se apta ao credenciamento para prestação dos serviços objeto deste procedimento.
III – DO ENCAMINHAMENTO
Não havendo pendências na fase de habilitação e considerando a regular instrução processual, inclusive com a emissão de parecer jurídico favorável, encaminhem-se os autos à autoridade competente para apreciação e, entendendo conveniente e oportuno, adjudicação e homologação do presente procedimento, bem como adoção das demais providências necessárias à formalização do credenciamento.

Parelhas/RN, 19 de outubro de 2026.

MARIA DAS VITÓRIAS VALENTIM DE AZEVEDO
Agente de Contratação

MARIA DAS VITÓRIAS DE MENDONÇA
Equipe de Apoio

JULIANA CÂNDIDO DE LIMA CHILI
Equipe de Apoio

Publicado por:
Maria Das Vitórias Valentim de Azevedo
Código Identificador:F2030372

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 137 19 DE OUTUBRO 2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN
GABINETE DA PREFEITA

Portaria nº 137 19 de outubro 2026

Institui a Comissão Intersetorial Municipal do Programa Bolsa Família (CMIPBF) designa sua composição, define suas atribuições e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PASSAGEM, Estado Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.601, de 16 de junho de 2023, que institui o Programa Bolsa Família e dá outras providências;
CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 12.064, de 17 de junho de 2024, que regulamenta o Programa Bolsa Família;
CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.016, de 29 de março de 2022, que regulamenta o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;
CONSIDERANDO a Portaria MDS nº 1.041, de 23 de dezembro de 2024, que dispõe sobre a organização e funcionamento das instâncias de articulação intersetorial do Programa Bolsa Família nos municípios;
CONSIDERANDO a Portaria Interministerial MEC/MDS nº 12, de 17 de dezembro de 2025, que estabelece as diretrizes, as atribuições, as normas e os fluxos operacionais para o acompanhamento educacional das condicionalidades do Programa Bolsa Família;
CONSIDERANDO a Portaria Interministerial MDS/MS nº 38, de 27 de maio de 2026, que estabelece as diretrizes, os critérios e os procedimento para o acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família na agenda da saúde;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a articulação entre as políticas públicas de assistência social, saúde e educação, garantindo a integração das ações voltadas às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no Município de Passagem-RN;
DECRETA:
Art. 1º Fica instituída a Comissão Intersetorial Municipal do Programa Bolsa Família, instância colegiada de caráter consultivo, com a finalidade de planejar, articular, acompanhar e monitorar as ações intersetoriais do Programa Bolsa Família no Município.
Art. 2º Compete à Comissão Intersetorial Municipal do Programa Bolsa Família:
I – Promover a articulação entre as políticas de assistência social, saúde e educação, estabelecendo fluxos, protocolos e ações voltadas ao aperfeiçoamento da gestão intersetorial do Programa Bolsa Família;
II – Acompanhar e monitorar o cumprimento das condicionalidades de educação e saúde, bem como a inserção de famílias no trabalho social com famílias e territórios, promovendo o acesso aos serviços e a qualificação das informações nos sistemas oficiais;
III – Avaliar o desempenho municipal com base nos indicadores do IGD-M para o
aprimoramento contínuo das ações intersetoriais do Programa Bolsa Família;
IV – Elaborar, acompanhar e revisar anualmente o Plano de Ação Intersetorial Municipal;
V – Elaborar relatórios de monitoramento e avaliação para subsidiar decisões
estratégicas e dar publicidade às atividades desenvolvidas;

VI – Exercer outras atribuições correlatas à sua finalidade institucional.

Art. 3º A Comissão Intersetorial Municipal do Programa Bolsa Família será composta pelos seguintes membros titulares e respectivos suplentes:
I **– Secretaria Municipal de Assistência Social:**
a) Titular: Denize Carla Oliveira da Fonseca - Secretária Municipal de Assistência Social
b) Suplente: Denilson Barbosa da Silva - Gestor Municipal do PBF e Cadastro Único
c) Apoio Técnico: Eliane Cristina da Silva Nascimento - Coordenadora do CRAS.

II – **Secretaria Municipal de Educação:**
a) Titular: Ana Lucélia Chaves _ Secretária Municipal de Educação
b) Suplente: Camila Moreira Chacon Ferreira - Coordenador(a) Municipal das Condicionalidades de Educação
c) Apoio Técnico: Edilson Amâncio Lima - Técnico da Rede Municipal de Ensino

III **– Secretaria Municipal de Saúde:**
a) Titular: Lianna Kelly Souza Aguiar - Secretário(a) Municipal de Saúde
b)Suplente: Kathiene Lima da Silva - Coordenadora Municipal das Condicionalidades de Saúde
c) Apoio Técnico: Maria Antônia da Costa - Coordenadora da Atenção Primária à Saúde

§ 1º Poderão ser convidados a participar das reuniões da Comissão membros dos Conselhos Municipais correlatos, pesquisadores e instituições de ensino, bem como representantes de organizações da sociedade civil e de outras entidades públicas ou privadas cuja atuação esteja relacionada às matérias tratadas pela Comissão.
§ 2º Os membros titulares, suplentes e de apoio técnico serão designados por ato específico do Chefe do Poder Executivo, sendo o exercício de suas funções considerado serviço público relevante, não remunerado.
Art. 4º O funcionamento da Comissão observará as seguintes normas:
I – As reuniões ordinárias ocorrerão mensalmente;
II – Reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pela coordenação ou por solicitação da maioria simples dos membros titulares;
III – O quórum de reunião será de maioria simples dos membros titulares ou seus respectivos suplentes;
IV – As deliberações serão aprovadas pela maioria simples dos membros presentes;
V – As reuniões deverão ser registradas em atas e memórias de reunião para fins de prestação de contas aos órgãos competentes.

Art. 5º A coordenação da Comissão será exercida pelo(a) Secretária Municipal de Assistência Social, o Gestor Municipal do Programa Bolsa Família / Gestor(a) Municipal do Cadastro Único.
Parágrafo único. Compete à coordenação:
I – Convocar as reuniões;
II – Organizar a pauta dos trabalhos;
III – Acompanhar o cumprimento das deliberações;
IV – Solicitar informações e providências aos setores representados na Comissão.

Art. 6º A Secretaria Municipal de Assistência Social prestará apoio técnico e administrativo ao funcionamento da Comissão.
Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Passagem, 19 de **outubro** de 2026

WEDNA MARIA TAVARES DE MENDONÇA ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Eudes de Souza Alves
Código Identificador:04BB3D2E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 632/2026.

Denomina de Rua Benedita Dantas Linhares Gomes a via pública que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE PATU, no uso das suas atribuições constitucionais e legais,

FAZ SABER que a CÂMARA MUNICIPAL DE PATU aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada Rua **BENEDITA DANTAS LINHARES GOMES** a Rua projetada 03, localizada no imóvel atualmente comercializado por GODEIRO EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA., no Bairro da Estação, Patu (RN), limitada: ao Norte, com imóvel pertencente a sucessores de SEBASTIÃO PETRONILO DE MOURA; ao Sul, com Rua Euclides Belo; ao Leste, com imóveis urbanos do Bairro da Estação; e, a Oeste, com faixa de domínio da Rodovia BR 226.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Palácio Sebastião Petronilo de Moura, Patu (RN), 19 de outubro de 2026.

EDNARDO BENIGNO DE MOURA
Prefeito

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:8C447AA4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 37/2024 (REPUBLICADO)

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO – CNPJ: 08.294.654/0001-87
CONTRATADO(A): TINUS INFORMATICA LTDA – CNPJ: 35.408.525/0001-45
OBJETO: Prorrogação de prazo.
Vigência: Prorrogar por 03 (três) meses o prazo do contrato nº **37/2024.**
FUNDAMENTAÇÃO: Art. 107, 124 e 132 da Lei Federal nº 14.133/2021.
Pedro Avelino–RN, 30 de setembro de 2026.

MARINA TEODORO DA TRINDADE
Prefeita Municipal
P/Contratante

ALDYR DE OLIVEIRA LIMA FILHO
Procurador
P/Contratada

Publicado por:
Emanoel Jose Bezerra de Sena
Código Identificador:4BF09524

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 556/2026 - CONCESSÃO DE DIÁRIA

PORTARIA Nº 556/2026, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO (RN), **MARINA TEODORO DA TRINDADE**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e de acordo conforme Decreto **017/2026.**
RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura com custos de alimentação, deslocamento urbano e pousada do respectivo servidor, durante a permanência, a serviço dessa entidade, a saber.

SERVIDOR:		JÉSSICA LUANA QUEIROS BEZERRA		
CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO:		GERENTE UBS-ZELITO CALAÇA		
CPF: 076.841.144-09		MATRÍCULA: 3000		
QUANT.	**DESTINO**	**PERÍODO DE AFASTAMENTO**	**VALOR UNIT. (R$)**	**VALOR TOTAL (R$)**
0.5	JOÃO CÂMARA/RN	20 DE OUTUBRO DE 2026.	R$ 250,00	R$ 125,00
		TOTAL		R$ 125,00

Descrição do Objetivo/Serviços de Deslocamento
Com desígnio a participação na semana padrão do Planifica SUS voltada à APS.
Art. 2º. Determinar a Tesouraria Municipal, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.
Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrárias.

MARINA TEODORO DA TRINDADE
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Rafael Silva Rufino
Código Identificador:34236C94

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO PORTARIA 557/2026 - CONCESSÃO DE DIÁRIA

PORTARIA Nº 557/2026, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO (RN), **MARINA TEODORO DA TRINDADE**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e de acordo conforme Decreto **017/2026.**
RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura com custos de alimentação, deslocamento urbano e pousada do respectivo servidor, durante a permanência, a serviço dessa entidade, a saber.

SERVIDOR:		MARIA TÂMARA SOARES DA SILVA		
CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO:		GERENTE DE UNIDADE BASICA DE SAÚDE		
CPF: 017.804.744-90		MATRÍCULA: 7501		
QUANT.	**DESTINO**	**PERÍODO DE AFASTAMENTO**	**VALOR UNIT. (R$)**	**VALOR TOTAL (R$)**
0.5	JOÃO CÂMARA/RN.	20 DE OUTUBRO DE 2026.	R$ 250,00	R$ 125,00
		TOTAL		R$ 125,00

Descrição do Objetivo/Serviços de Deslocamento
Com desígnio a participação na semana padrão do Planifica SUS voltada à APS.
Art. 2º. Determinar a Tesouraria Municipal, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.
Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrárias.

MARINA TEODORO DA TRINDADE
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Rafael Silva Rufino
Código Identificador:D9B2A36D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO 042/2026 - TRANSFERE, EXCEPCIONALMENTE, O PONTO FACULTATIVO ALUSIVO AO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO

DECRETO Nº 042/2026, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

EMENTA: Transfere, excepcionalmente, o ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público, no âmbito da Administração Pública Municipal de Pedro Avelino/RN, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que o Dia do Servidor Público é celebrado anualmente em 28 de outubro;

CONSIDERANDO a conveniência administrativa de adequar o calendário de funcionamento dos órgãos públicos municipais, assegurando a organização e a continuidade dos serviços essenciais;

DECRETA:

Art. 1º Fica transferido, excepcionalmente, do **dia 28 de outubro de 2026 (quarta-feira) para o dia 30 de outubro de 2026 (sexta-feira)** o ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público, no âmbito da Administração Pública Municipal de Pedro Avelino/RN.

Art. 2º O expediente nos órgãos e repartições públicas municipais ocorrerá normalmente no dia 28 de outubro de 2026, observados os horários regulares de funcionamento.

Art. 3º O disposto neste Decreto não se aplica aos serviços públicos considerados essenciais, cuja continuidade deverá ser assegurada pelos respectivos órgãos e secretarias municipais, mediante organização de escalas de trabalho, quando necessário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Pedro Avelino/RN, em 19 de outubro de 2026.

MARINA TEODORO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Meireane Alves Miranda
Código Identificador:4931ED08

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO LEI Nº 1.037/2026 DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, AS COMPETÊNCIAS, A COMPOSIÇÃO E O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME

LEI Nº 1.037/2026

Dispõe sobre a criação, organização, as competências, a composição e o funcionamento do Conselho Municipal de Educação – CME, em consonância com a Lei nº 220-2025, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Educação, revoga a Lei Municipal nº 559/2003, de 07 de março de 2003, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO/RN, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Educação – CME de Pedro Avelino/RN, órgão colegiado integrante do Sistema Municipal de Ensino, de natureza permanente, autônomo administrativo e financeiramente, normativo, deliberativo, consultivo, fiscalizador, mobilizador e de assessoramento técnico ao Poder Executivo, responsável pela formulação, acompanhamento, avaliação e controle social das políticas públicas educacionais do Município.

Art. 2º O Conselho Municipal de Educação reger-se-á:

Pela Constituição Federal;
Pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
Pela Lei Complementar nº 220, de 31 de outubro de 2025;
Pelo Plano Nacional de Educação;
Pelo Plano Estadual de Educação;
Pelo Plano Municipal de Educação;
Pela legislação do Sistema Municipal de Ensino;
Por esta Lei e por seu Regimento Interno.

Art. 3º São finalidades do Conselho Municipal de Educação:

assegurar a participação da sociedade na formulação das políticas educacionais;
garantir o cumprimento da legislação educacional;
fortalecer o Sistema Municipal de Ensino;
promover a melhoria da qualidade social da educação;
acompanhar a implementação do Plano Municipal de Educação;
fortalecer o regime de colaboração entre o Município, o Estado e a União;
contribuir para o desenvolvimento do Sistema Nacional de Educação.

Art. 4º Na esfera municipal, o CME constituir-se-á em instância normativa, como determina o inciso IV, do Art. 15, da Lei nª 220/2025.

CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 5º Compete ao Conselho Municipal de Educação:

Elaborar e aprovar seu Regimento Interno;
Eleger seu Presidente e Vice-Presidente;
Expedir Resoluções, Pareceres e demais atos normativos de sua competência;
Estabelecer normas complementares para o funcionamento do Sistema Municipal de Ensino, observada a legislação vigente;
Autorizar, credenciar, supervisionar e avaliar as instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino, na forma da legislação;
Aprovar os Regimentos Escolares das instituições pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino;
Acompanhar a implementação da Base Nacional Comum Curricular, do currículo do sistema municipal e das demais diretrizes curriculares;
Acompanhar, monitorar e avaliar a execução do Plano Municipal de Educação;
Acompanhar os indicadores educacionais e propor medidas para a melhoria da qualidade da educação;
Emitir parecer sobre matérias educacionais submetidas pelo Poder Executivo ou por instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino;
Promover estudos, pesquisas e debates sobre políticas educacionais;
Acompanhar a implementação das políticas de inclusão, diversidade, educação integral e demais modalidades de ensino;
Articular-se com o Conselho Estadual de Educação, o Conselho Nacional de Educação, o Fórum Municipal de Educação e demais órgãos do Sistema Nacional de Educação;
Exercer outras atribuições previstas na legislação.

Art. 6º O Conselho exercerá suas competências por meio de:

Resoluções;
Pareceres;
Deliberações;
Recomendações;
Indicações;
Notas Técnicas.

Parágrafo único. Os atos normativos do Conselho produzirão efeitos após sua homologação pelo Chefe do Poder Executivo, quando exigida por lei, e sua publicação no órgão oficial do Município.

CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO

Art. 7º O Conselho Municipal de Educação será composto por 12 (doze) membros titulares e igual número de suplentes, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, mediante indicação dos órgãos e entidades representados assegurados a representatividade do Poder Público e da sociedade civil.

§ 1º A composição do Conselho observará o princípio da paridade, preferencialmente, a seguinte representação:

03 (três) representantes da Secretaria Municipal de Educação;
01 (um) representante dos gestores das instituições públicas municipais de ensino;
02 (dois) representantes dos professores da rede municipal de ensino;
01 (um) representante dos coordenadores pedagógicos ou especialistas em educação;
01 (um) representante dos servidores técnico-administrativos da educação;
01 (um) representante das instituições privadas de Educação Infantil integrantes do Sistema Municipal de Ensino, quando houver;
01 (um) representante do Conselho Tutelar;
01 (um) representante dos pais ou responsáveis por estudantes da rede municipal;
01 (um) representante da sociedade civil organizada com atuação na área da educação.

§ 2º A indicação dos representantes deverá ser formalizada pela respectiva entidade ou órgão, acompanhada da ata ou documento comprobatório da escolha.

§ 3º A composição do Conselho poderá ser ajustada por lei específica, respeitados os princípios da representatividade e da gestão democrática.

Art. 8º Não poderão integrar o Conselho Municipal de Educação:

Titulares do cargo de Prefeito, do Vice-Prefeito e do Secretário Municipal, bem como seus Cônjuge, companheiro ou parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;
Pessoas que exerçam atividades incompatíveis ou que configurem conflito de interesses com as atribuições do Conselho
Estudantes que não sejam emancipados (as), a não ser que o componham na forma de ouvintes;
Aqueles que estejam impedidos por decisão judicial ou administrativa transitada em julgado, na forma da legislação vigente.

Art. 9º O mandato dos Conselheiros será de 04 (quatro) anos, permitida uma única recondução consecutiva.
§ 1º A função de Conselheiro é considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

§ 2º O Município poderá assegurar transporte, diárias e demais meios necessários ao desempenho das atividades institucionais, observada a legislação aplicável.

Art. 10. Perderá o mandato o Conselheiro que:

Renunciar;
Deixar de representar o segmento que o indicou;
Faltar, sem justificativa, a três reuniões ordinárias consecutivas ou cinco alternadas no período de doze meses;

Praticar ato incompatível com a função de conselheiro, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Ocorrendo vacância, assumirá o respectivo suplente até o término do mandato.

CAPÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO
Art. 11. O Conselho Municipal de Educação terá a seguinte estrutura administrativa:
Plenário;
Presidência;
Vice-Presidência;
Secretaria Executiva;
Câmaras Técnicas, quando instituídas;
Comissões Permanentes ou Temporárias.

Parágrafo único. As competências e o funcionamento dos órgãos previstos neste artigo serão disciplinados pelo Regimento Interno.
Art. 12. O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos pelo Plenário, dentre os Conselheiros titulares, para mandato de quatro anos, permitida uma recondução.

Parágrafo único. Compete ao Presidente representar o Conselho, convocar e presidir as reuniões, praticar os atos administrativos necessários ao funcionamento do órgão e exercer as atribuições previstas nesta Lei e no Regimento Interno.
Art. 13. O Conselho reunir-se-á:

Ordinariamente, conforme calendário anual aprovado pelo Plenário;
Extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente ou por requerimento de, no mínimo, um terço de seus membros.

§ 1º O quórum para instalação das reuniões será de maioria absoluta dos membros em exercício.
§ 2º As deliberações serão tomadas por maioria simples dos presentes, salvo disposição diversa prevista nesta Lei ou no Regimento Interno.
§ 3º As reuniões poderão ocorrer de forma presencial, híbrida ou por meio eletrônico, garantindo-se a autenticidade das deliberações e a publicidade dos atos.
Art. 14. O funcionamento do Conselho Municipal de Educação será disciplinado por Regimento Interno, aprovado pelo Plenário e homologado pelo Chefe do Poder Executivo, quando exigido pela legislação municipal.

Parágrafo único. O Regimento Interno estabelecerá, entre outros aspectos:
A organização das reuniões;
O funcionamento das câmaras e comissões;
Os procedimentos administrativos;
A tramitação de processos;
A emissão de pareceres e resoluções;
As atribuições dos conselheiros e da secretaria executiva.

CAPÍTULO V
DA AUTONOMIA E DAS GARANTIAS INSTITUCIONAIS
Art. 15. O Conselho Municipal de Educação exercerá suas funções com autonomia técnico-pedagógica, administrativa, financeira e funcional observada o disposto na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na Lei Complementar nº 220, de 31 de outubro de 2025, nesta Lei e em seu Regimento Interno.
Parágrafo único. A autonomia do Conselho não afasta o dever de observância às normas gerais da administração pública e à legislação educacional vigente.

Art. 16. O Poder Executivo assegurará ao Conselho Municipal de Educação as condições necessárias ao pleno exercício de suas competências, garantindo, no mínimo:
Espaço físico adequado ao seu funcionamento;
Apoio administrativo e técnico permanente;
Equipamentos e recursos tecnológicos;
Acesso aos sistemas e às informações educacionais necessários ao desempenho de suas atribuições;
Recursos orçamentários para o desenvolvimento de suas atividades institucionais, observada a disponibilidade financeira do município.

Parágrafo único. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 17. O exercício da função de Conselheiro constitui serviço público relevante e não será remunerado.

§ 1º O Conselheiro não sofrerá prejuízo funcional em razão da participação em reuniões ou atividades oficialmente convocadas pelo Conselho, observado o disposto na legislação municipal.
§ 2º O Município deverá assegurar transporte, diárias e outros meios necessários ao exercício das atividades institucionais, assim como para participação em eventos formativos Estaduais e Nacionais, na forma da legislação vigente.
CAPÍTULO VI
DA INTEGRAÇÃO AO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Art. 18. O Conselho Municipal de Educação atuará em consonância com os princípios do Sistema Nacional de Educação, promovendo o regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, observadas as competências de cada ente federativo.
Parágrafo único. No exercício de suas atribuições, o Conselho articular-se-á com o Conselho Nacional de Educação, o Conselho Estadual de Educação, o Fórum Municipal de Educação, os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social e demais órgãos e instituições vinculados às políticas públicas educacionais.

Art. 19. Compete ao Conselho Municipal de Educação acompanhar, monitorar e avaliar a execução do Plano Municipal de Educação, emitindo recomendações e manifestações técnicas destinadas ao aperfeiçoamento das políticas públicas educacionais, em consonância com o Plano Nacional de Educação, o Plano Estadual de Educação e as diretrizes do Sistema Nacional de Educação.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. O Conselho Municipal de Educação elaborará e aprovará seu Regimento Interno no prazo de até cento e vinte dias contados da publicação desta Lei, disciplinando sua organização administrativa, funcionamento, processos, câmaras, comissões e demais matérias necessárias ao exercício de suas competências.

Art. 21. As eleições do(a) Presidente e Vice-Presidente do Conselho dever-se-á dar na primeira Reunião do colegiado, convocada para este fim pela Secretaria de Educação, cuja coordenação deverá ficar a cargo do(a) Dirigente ou de seu(ua) representante legal.

Art. 20. Permanecem válidos os atos normativos expedidos pelo Conselho Municipal de Educação anteriormente à vigência desta Lei, desde que não contrariem a legislação educacional vigente ou as disposições desta Lei.

Art. 21. O Poder Executivo promoverá, no prazo de até cento e oitenta dias, as adequações administrativas necessárias ao cumprimento desta Lei.

Art. 22. Fica revogada a Lei Municipal nº 559/2003, de 07 de março de 2003, e as demais disposições em contrário.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pedro Avelino-RN, 19/10/2026

MARINA TEODORO DA TRINDADE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Meireane Alves Miranda
Código Identificador:BCB33290

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO BRANCO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 008/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 717/2026

O Município de Poço Branco/RN, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, instituído pela Portaria nº 160/2025, de 21 de agosto de 2025, torna público a ABERTURA da licitação na modalidade Pregão Eletrônica SRP nº 008/2026 - PE, tipo Menor Preço por Grupo, no dia 03/11/2026, às 09h:00min. cujo objeto: Aquisição de insumos hospitalares, insumos psicotrópicos, medicamentos da Farmácia Básica e medicamentos injetáveis, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do edital, com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 001/2024 de 29 de janeiro de 2024, alterado pelo Decreto Municipal nº 005 de 13 de março de 2024 e Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006 e demais normas que regem a matéria. A sessão pública será realizada no site , conforme informações a seguir:**www.portaldecompraspublicas.com.br**

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ATÉ: 03/11/2026 – Horas: 08h:59min;
LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO: 28/10/2026 – Horas: 23h:59min;
LIMITE DE PEDIDO DE ESCLARECIMENTO: 28/10/2026 – Horas: 23h:59min;
ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS: 03/11/2026 – Horas: 09h:00min;
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 03/11/2026 – Horas: 09h:00min.

O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no sítio **www.portaldecompraspublicas.com.br**, **www.pocobranco.rn.gov.br, PNCP** ou na Sala de Licitações da PMPB, sito na Av. Nobrega Machado, 999 – Centro – Poço Branco/RN, a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente.

Poço Branco/RN, 19 de outubro de 2026.

LEONEL LEONARDO DOS SANTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Leonel Leonardo Dos Santos
Código Identificador:3E89BF55

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 004/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 091/2022

ORIGEM: Processo de Adesão nº 016/2022.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE POÇO BRANCO/RN, inscrito no CNPJ nº 08.311.904/0001-40.
CONTRATADA: PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.340.639/0001-30.
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 091/2022, cujo objeto consiste na prestação de serviços de gerenciamento de abastecimento da frota de veículos oficiais do Município de Poço Branco/RN, mediante sistema informatizado e integrado, com utilização de tecnologia RFID ou similar e rede de estabelecimentos credenciados, bem como o acréscimo quantitativo de **5% (cinco por cento) no Item 01 – Gasolina Comum**, correspondente a 11.750 litros, e de **20% (vinte por cento) no Item 03 – Óleo Diesel S-10**, correspondente a 27.600 litros.
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 260.708,00 (duzentos e sessenta mil, setecentos e oito reais), estimado com base nos preços unitários originalmente contratados, observadas as condições contratuais aplicáveis.
PRAZO DE VIGÊNCIA: Fica prorrogada a vigência contratual por mais **12 (doze) meses**, compreendendo o período de **01 de dezembro de 2026 a 30 de novembro de 2027**.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 57, inciso II e § 2º, e art. 65, inciso I, alínea "b", e § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.
RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais não modificadas pelo presente Termo Aditivo.
DATA DA ASSINATURA: 16 de outubro de 2026.

EDI CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valerio Sampaio Carneiro
Código Identificador:BDE0CCF5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 947, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 947, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Marcio Marcolino Pinto**, inscrito no CPF sob o nº 806.XXX.XXX-87, matrícula funcional nº 343, ocupante do cargo de Motorista**, 1** (uma) diária(s), no valor unitário de **R$ 160,00** (cento e sessenta reais), nos termos do art. 8º-A do Decreto Municipal nº 1086/2026, conforme valor estabelecido no Anexo Único do referido Decreto.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Natal/RN**, no período de **15 de Outubro** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:A810D38D

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 948, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 948, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:
Art. 1° - Conceder ao servidor **Onireves Elias de Paiva**, inscrito no CPF sob o nº 603.XXX.XXX-49, matrícula funcional nº **658**, ocupante do cargo de **Motorista**, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **19 de Outubro** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:054A6B17

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 949, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 949, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Tony Márcio Fernandes Magalhães**, inscrito no CPF sob o nº 877.XXX.XXX-00, matrícula funcional nº 250, designado **Gerente Transportes**, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 100,00** (cem Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **16 de Outubro** do corrente ano, para conduzir e reconduzir municipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:D86EE372

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 950, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 950, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:
Art. 1° - Conceder ao servidor **Francisco Valter de Souza Neto**, inscrito no CPF sob o nº 701.XXX.XXX-00, matrícula funcional nº **756**, ocupante do cargo de **Motorista**, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **16 de Outubro** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:91C8E23B

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 951, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 951, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Walmor Fernandes de Paiva**, inscrito no CPF sob o nº 050.XXX.XXX-83, matrícula funcional nº 459, ocupante do cargo de Motorista**, 1** (uma) diária(s), no valor unitário de **R$ 160,00** (cento e sessenta reais), nos termos do art. 8º-A do Decreto Municipal nº 1086/2026, conforme valor estabelecido no Anexo Único do referido Decreto.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Natal/RN**, no período de **14 de Outubro** do corrente ano, para conduzir e reconduzir municipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:B5979C75

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 952, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 952, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Onireves Elias de Paiva**, inscrito no CPF sob o nº 603.XXX.XXX-49, matrícula funcional nº **658**, ocupante do cargo de **Motorista**, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **16 de Outubro** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:142CAD05

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN
DECRETO Nº 1224 , DE 19 DE OUTUBRO DE 2026 - LEI N.632

DECRETO Nº 1224 , DE 19 DE OUTUBRO DE 2026 - LEI N.632

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$5.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 5.000,00
02 02 00 SEC MUN DE ADM.E RECURSOS HUMANOS-SEMARH
49 04.122.0002.2003.0000 GESTÃO MUNICIPAL ADMINISTRATIVA 5.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 500 0000
500 Recursos não Vinculados de Impostos
001 000 Recursos Ordinários

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:
Anulação:

02 09 01 GERENCIA DE OBRAS E URBANISMO
800 15.451.0007.1003.0000 GESTAO EM URBANISMO, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE -5.000,00
3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F.R. Grupo: 1 500 0000
500 Recursos não Vinculados de Impostos
001 000 Recursos Ordinários

-5.000,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eufrasio Dantas Rocha Junior
Código Identificador:CF239D8D

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
057 - DECRETO DE SUPLEMENTACAO N 1223 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO Nº 1223 , DE 19 DE OUTUBRO DE 2026 - LEI N.632

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$437.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 437.000,00
02 04 00 SEC MUL EDUCACÃO DA CULT. DO ESP E DO LAZER - SEMECEL

179 12.361.0025.2231.0000 GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL 437.000,00
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 1 500 1001
500 Recursos não Vinculados de Impostos
001 000 Recursos Ordinários

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com
recursos provenientes de:
Anulação:

02 04 00 SEC MUL EDUCACÃO DA CULT. DO ESP E DO LAZER - SEMECEL
102 12.361.0025.1050.0000 GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL -50.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1 500 1001
500 Recursos não Vinculados de Impostos
001 000 Recursos Ordinários

108 12.361.0025.1050.0000 GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL -50.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1 500 1001
500 Recursos não Vinculados de Impostos
001 000 Recursos Ordinários

233 12.365.0026.2075.0000 GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO INFANTIL -2.000,00
3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F.R. Grupo: 1 543 0000
543 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR
124 000 Outras Transferências de Recursos do FND

241 12.365.0026.2167.0000 GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO INFANTIL -100.000,00
3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. Grupo: 1 540 1070
540 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos
112 000 Transferências do FUNDEB 60%

266 12.365.0026.2223.0000 GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO INFANTIL -100.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1 500 1001
500 Recursos não Vinculados de Impostos
001 000 Recursos Ordinários

02 04 00 SEC MUL EDUCACÃO DA CULT. DO ESP E DO LAZER - SEMECEL
342 13.392.0023.2306.0000 GESTÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO -15.000,00
3.3.90.48.00 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA F.R. Grupo: 1 716 0000
716 Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 – Art. 8º - Demais Setores da Cultura
510 000 Outras Transferências de Convênios ou Co

02 06 00 SEC MUN DE SAUDE E SANEAMENTO BASICO-SESAB
427 10.301.0004.1232.0000 GESTÃO EM SAUDE E QUALIDADE DE VIDA -50.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1 600 0000
600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
214 000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos

443 10.301.0004.1232.0000 GESTÃO EM SAUDE E QUALIDADE DE VIDA -20.000,00
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1 601 0000
601 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde
215 000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos

02 07 00 SEC MUN TRABALHO HABITACAO E ASS SOCIAL-SMTHAS
631 08.244.0011.2286.0000 SERVIÇO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PSB -50.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1 660 0000
660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
311 000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional

-437.000,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Everton Vagner da Silva Freitas
Código Identificador:54C4F7D2

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 022/2026 – PE/PMP

AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 022/2026 – PE/PMP
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP - MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO – Lei Complementar nº 123/2006

A Prefeitura Municipal de Portalegre/RN, através do Prefeito Municipal e, por intermédio do Pregoeiro, designado pela Portaria n.º 004/2024 – GP/PMP, torna público que às 08h00min do dia 06 de novembro de 2026, realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 022/2026, tipo Menor Preço por Lote, para Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de serviço de hospedagens e alimentação no âmbito da sede do município, para atender as necessidades das unidades administrativas pertencentes à Prefeitura Municipal de Portalegre/RN, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 688, de 26 de dezembro de 2023 e do Decreto Municipal nº 695, de 27 de dezembro de 2023 e demais normas que regem a matéria e as exigências estabelecidas no Edital.

A sessão pública será realizada no site **www.portaldecompraspublicas.com.br**, com entrega das Propostas a partir da publicação desta licitação e abertura das Propostas para **06 de novembro de 2026,** às **08h00min.**

O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados nos sítios: www.gov.br/pncp, www.portaldecompraspublicas.com.br, www.portalegre.rn.gov.br, pedido pelo e-mail: licitportalegre@gmail.com, ou na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Portalegre/RN, sito a Rua José Vieira Mafaldo – 122 – Centro – Portalegre/RN – CEP.: 59.810-000, a partir da publicação deste Aviso.

Portalegre/RN, 19 de outubro de 2026.

-

EUFRÁSIO DANTAS ROCHA JÚNIOR
Pregoeiro Municipal
Portaria nº 004/2024 – GP/PMP

Publicado por:
Eufrasio Dantas Rocha Junior
Código Identificador:AAD3398F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL FERNANDES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNCIA 44/2026
O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Rafael Fernandes/RN, no uso de suas atribuições legais e o que determina a Lei Federal nº 14.133/21 suas alterações posteriores torna pública para o conhecimento dos interessados que realizará, licitação na modalidade Dispensa Eletrônica nº 44/2026, objetivando o Contratação de empresa para execução da pavimentação em paralelepípedo, pelo modo convencional, de parte da estrada vicinal que liga a sede do Município de Rafael Fernandes/RN à Comunidade Cacimbas, na zona rural.
Início das Propostas: 19/10/2026 as 11h00min.
Término das Propostas: 22/10/2026 as 11h00min.
Início da Sessão Pública: 22/10/2026 as 11h00min – 17h00min.
Plataforma: www.novabbmnet.com.br
O Edital contendo maiores informações encontra-se a disposição dos interessados na sede da CMRF, sito à Rua josé martins de oliveira, nº. 178 – bairro: centro – Rafael Fernandes-RN, no horário de 8:00 h às 17:00 hs e na internet nos endereços:
www.novabbmnet.com.br

Rafael Fernandes-RN, 16/10/2026.

JOAO VICTOR NEGREIROS DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
João Victor Negreiros da Silva
Código Identificador:3484EB26

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL GODEIRO

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
PORTARIA 137 - 2026 - CONCESSÃO DE DIÁRIAS - WILKS PEREIRA DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 137/2026 - GP

CONCEDE DIÁRIA(S) A SERVIDOR E/OU OCUPANTE DE CARGOS E/OU FUNÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RAFAEL GODEIRO/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 68, da lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o disposto no Anexo II da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04 de maio de 2001;

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 20 e seguintes da Lei Municipal nº 454/2025 e o Decreto nº 243/2025, que instituem e regulamentam a forma de concessão e pagamento dos valores referentes a diárias para o Prefeito Municipal, o Vice-prefeito, Secretários, Procuradores, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, ocupante de cargo de provimento em comissão - ambos do Quadro Geral de Pessoal -, ou o que esteja cedido a este Município, bem como, para de colaborador ou colaborador eventual, quando se deslocarem a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede do Município para outro ponto do território nacional ou para o exterior, para participar de eventos do interesse do Poder Executivo Municipal; e,

CONSIDERANDO AINDA, o disposto no art. 16, subseção "V" da Resolução nº 028/2020 do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte-TCE/RN.

R E S O L V E:
Art. 1º CONCEDER a **WILKS PEREIRA DE OLIVEIRA** 0,5 (meia) diária, no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais), para custear as despesas decorrentes de seu deslocamento à cidade de Natal/RN, no dia 21 de outubro de 2026, a fim de participar do **IV Encontro Formativo Presencial do ProLEEI**, a ser realizado no Hotel Praiamar, situado na Rua Francisco Gurgel, nº 33, bairro Ponta Negra, Natal/RN. A participação no referido evento tem por finalidade tratar de temas relacionados à Secretaria Municipal de Educação, de interesse da Administração Pública Municipal, com saída prevista para o dia 21 de outubro de 2026 e retorno na mesma data.

Art. 2º - Os "documentos comprobatórios da efetiva realização da viagem" que trata o Art. 16 da Resolução Nº 028/2020-TCE/RN, serão apensados aos autos do processo de despesa pelo beneficiário, conforme Termo de Responsabilidade que integra o Anexo I desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Rafael Godeiro-RN, 19 de outubro de 2026.

LUDMILA CARLOS AMORIM DE ARAÚJO ROSADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:2EC8E4BC

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
PORTARIA 138 - 2026 - REVOGAÇÃO DE DIÁRIAS - MARGARIDA MARIA NETA

PORTARIA Nº 138/2026 – GP

REVOGA A PORTARIA Nº 135/2026 – GP, QUE CONCEDEU DIÁRIA À SERVIDORA MARGARIDA MARIA NETA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RAFAEL GODEIRO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 68 da Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:
Art. 1º REVOGAR, para todos os efeitos administrativos, a Portaria nº 135/2026 – GP, de 15 de outubro de 2026, que concedeu 0,5 (meia) diária, no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais), à servidora **MARGARIDA MARIA NETA**, destinada a custear despesas decorrentes de deslocamento ao Município de Parnamirim/RN, no dia 17 de outubro de 2026, para participação na 64ª Festa do Boi.
Art. 2º Ficam cancelados os efeitos administrativos decorrentes da concessão da diária de que trata a Portaria revogada, devendo ser adotadas, caso necessário, as providências administrativas e financeiras cabíveis para regularização de eventuais procedimentos de empenho, liquidação ou pagamento relacionados à referida concessão.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Rafael Godeiro/RN, 19 de outubro de 2026.

LUDMILA CARLOS AMORIM DE ARAÚJO ROSADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:3B490B1A

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
PORTARIA 139 - 2026 - REVOGAÇÃO DE DIÁRIAS - ANTÔNIA ADRIANA SILVA MESQUITA

PORTARIA Nº 139/2026 - GP

REVOGA A PORTARIA Nº 136/2026 – GP, QUE CONCEDEU DIÁRIA À SERVIDORA ANTÔNIA ADRIANA SILVA MESQUITA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RAFAEL GODEIRO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 68 da Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:
Art. 1º REVOGAR, para todos os efeitos administrativos, a Portaria nº 136/2026 – GP, de 15 de outubro de 2026, que concedeu 0,5 (meia) diária, no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais), à servidora **ANTÔNIA ADRIANA SILVA MESQUITA**, destinada a custear as despesas decorrentes de seu deslocamento ao Município de Parnamirim/RN, no dia 17 de outubro de 2026, para participar da 64ª Festa do Boi.
Art. 2º Ficam cancelados os efeitos administrativos decorrentes da concessão da diária de que trata a Portaria revogada, devendo ser adotadas, se necessárias, as providências administrativas e financeiras cabíveis para a regularização do respectivo processo de despesa.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Rafael Godeiro/RN, 19 de outubro de 2026.

LUDMILA CARLOS AMORIM DE ARAÚJO ROSADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:BAEED3C3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026 PROCESSO ADM: Nº 25090024

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026
Processo Adm: Nº 25090024

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (LIMITES DO MUNICÍPIO) DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS À SOCIEDADE ATRAVÉS DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE RIACHO DA CRUZ/RN
Empresas vencedoras valor total: R$ 2.628.550,00 (dois milhões e seiscentos e vinte e oito mil e quinhentos e cinquenta reais): POSTO 09 DE MAIO EIRELI (04195686000174) com os lotes: 1, 2, 3, 4 no valor total de R$ 2.628.550,00 (dois milhões e seiscentos e vinte e oito mil e quinhentos e cinquenta reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE RIACHO DA CRUZ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) 14133, e suas alterações, resolve ADJUDICAR E HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

RIACHO DA CRUZ (RN), segunda-feira, 19 de outubro de 2026

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson Raphael Silva de Oliveira
Código Identificador:6B066944

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026 PROCESSO ADM: Nº 25090026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026
Processo Adm: Nº 25090026

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS NA CAPITAL DO ESTADO NATAL/RN, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS À SOCIEDADE ATRAVÉS DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE RIACHO DA CRUZ/RN, ESTANDO TUDO DE ACORDO COM O DISPOSTO NO PRESENTE EDITAL E RESPECTIVOS ANEXOS, QUE DELE PASSAM A FAZER PARTE INTEGRANTE, PARA TODOS OS EFEITOS.
Empresas vencedoras valor total: R$ 404.000,00 (quatrocentos e quatro mil reais): MB COMERCIO E DERIVADOS DE PETROLEO EIRELI (08345698000199) com os lotes: 1 no valor total de R$ 404.000,00 (quatrocentos e quatro mil reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE RIACHO DA CRUZ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) 14133/2021, e suas alterações, resolve ADJUDICAR E HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

RIACHO DA CRUZ (RN), segunda-feira, 19 de outubro de 2026

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson Raphael Silva de Oliveira
Código Identificador:0017E2DF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Aquisição de conjunto bibliotecário didático escolar completo, destinados aos alunos de Educação Infantil e Fundamental deste Município de Riacho de Santana. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV00063/2026, nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: 2007.12.122.4000.2.52 – Ações de Outros Programas do FNDE 2007.12.122.4000.2.54 – Fomentar Ações aos Discentes 3.3.90.32.00 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2026. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Riacho de Santana e: CT Nº 10160/2026 - 16.10.26 - UNIAO BRASILEIRA DE DIVULGACAO DE LIVROS LTDA - R$ 24.900,00

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:6833DC37

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Aquisição e/ou confecção sob medida de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção, incluindo palmilhas, calçados ortopédicos, coletes e demais órteses, próteses ortopédicas, cadeiras de rodas, cadeiras de banho, andadores, muletas, bengalas e acessórios correlatos, destinados à promoção da mobilidade, reabilitação, posicionamento, estabilização e suporte funcional de usuários deste Município de Riacho de Santana/RN. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV00057/2026, nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: 2004.10.302..16.2.55 – Custeio Ações da Atenção Especializada Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial 3.3.90.32.00 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita FONTE: 15001002. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de

2026. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Riacho de Santana e: CT Nº 09146/2026 - 14.09.26 - ASSOCIACAO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DA CONCEICAO - R$ 57.009,24.

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:FF09D0EB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 489/2026 RIACHO SANTANA/RN, 16 DE OUTUBRO DE 2026. - PUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 489/2026 RIACHO SANTANA/RN, 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **JOSE ALDEY DE SOUSA**, motorista, 1/2 (Meia) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 75,00 (setenta e cinco reais), com acréscimo de 30%, totalizando, portanto, R$ 97,50 (noventa e sete reais e cinquenta centavos) referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Patos/PB, a fim transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, nesta data.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 16 de outubro de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:0E523400

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 490/2026 RIACHO SANTANA/RN, 16 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 490/2026 RIACHO SANTANA/RN, 16 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **IVANSUELDE AIRES LOPES**, motorista, 1/2 (Meia) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 75,00 (setenta e cinco reais) referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim transportar paciente para perícia medica, nesta data.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 16 de outubro de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:86E02EC3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 491/2026 RIACHO SANTANA/RN, 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 491/2026 RIACHO SANTANA/RN, 19 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **JOSE ALDEY DE SOUSA**, motorista, 1 (Uma) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal-RN, a fim transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 18 de outubro do corrente ano.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 19 de outubro de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:6BA10DF3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 492/2026 RIACHO SANTANA/RN, 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 492/2026 RIACHO SANTANA/RN, 19 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **IVANSUELDE AIRES LOPES**, motorista, 1 (Uma) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal-RN, a fim transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, nesta data.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 19 de outubro de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:9EE82E2B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 1.166, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.
REGULAMENTA O PROGRAMA MUNICIPAL DE BOLSAS ESPECÍFICAS DE INCENTIVO À ALFABETIZAÇÃO, NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE RIACHUELO/RN

DECRETO Nº1.166, DE19DEOUTUBRODE 2026.

Regulamenta o Programa Municipal de Bolsas Específicas de Incentivo à Alfabetização, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Riachuelo/RN, e estabelece os critérios de concessão, acompanhamento, pagamento, suspensão e cancelamento das bolsas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIACHUELO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere o art. 49, inciso V, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº771, de06deoutubrode 2026,

CONSIDERANDOo dever do Município de atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil, nos termos do art. 211, § 2º, da Constituição da República, e de assegurar a alfabetização plena das crianças da Rede Municipal de Ensino;

CONSIDERANDOos objetivos do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, instituído pelo Decreto federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, e a necessidade de articular, no plano local, a formação profissional, o acompanhamento pedagógico e a avaliação da aprendizagem;

CONSIDERANDOa Política Municipal de Alfabetização de Crianças — Pró-Alfa Riachuelo, instituída pela Lei Municipal nº771/2026, de06deoutubrode 2026;

CONSIDERANDOa necessidade de valorizar os profissionais da educação que atuam diretamente nas ações de alfabetização e de incentivar a formação continuada e o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas;

CONSIDERANDOa necessidade de fixar critérios objetivos, impessoais e transparentes para a concessão das bolsas, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira e as normas da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1ºEste Decreto regulamenta o Programa Municipal de Bolsas Específicas de Incentivo à Alfabetização, de que trata a Lei Municipal nº771/2026, de06deoutubrode 2026, executado no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e destinado à valorização e ao incentivo dos profissionais da educação que atuam diretamente na política municipal de alfabetização.

Parágrafo único.O Programa integra as ações da Política Municipal de Alfabetização de Crianças — Pró-Alfa Riachuelo e articula-se ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, com a finalidade de melhorar os indicadores de aprendizagem, fortalecer as práticas pedagógicas e promover a participação dos profissionais nas ações de formação continuada.

Art. 2ºSão objetivos do Programa:

I – incentivar a melhoria da aprendizagem dos estudantes do ciclo de alfabetização;

II – valorizar os profissionais da educação que atuam diretamente na política municipal de alfabetização;

III – promover a participação dos profissionais nos encontros de formação continuada;

IV – fortalecer as práticas pedagógicas e o acompanhamento sistemático da aprendizagem;

V – estimular o cumprimento das metas de alfabetização estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação;

VI – contribuir para a redução das dificuldades de aprendizagem e para a garantia do direito à alfabetização;

VII – fortalecer as ações municipais articuladas ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Art. 3ºAs bolsas concedidas no âmbito do Programa têm caráter temporário e eventual, vinculam-se ao período de execução das ações de formação continuada e de fortalecimento da política municipal de alfabetização e não constituem vencimento nem vantagem permanente do cargo.

§ 1ºA bolsa não se incorpora, para nenhum efeito, à remuneração do beneficiário, nem gera direito adquirido à sua continuidade.

§ 2ºA bolsa não servirá de base de cálculo para férias e respectivo adicional, décimo terceiro salário, adicionais por tempo de serviço, licença especial, proventos de aposentadoria, pensão ou quaisquer outras vantagens funcionais.

§ 3ºEm razão de seu caráter transitório, a bolsa não integra a base de contribuição ao Regime Próprio de Previdência Social do Município, nos termos do art. 57 da Lei Municipal nº 664, de 30 de março de 2022, observada, quanto aos beneficiários vinculados ao Regime Geral de Previdência Social, a legislação federal pertinente.

§ 4ºA concessão e a manutenção da bolsa dependem do cumprimento contínuo dos requisitos estabelecidos neste Decreto e nos atos complementares regularmente expedidos.

CAPÍTULO II
DOS BENEFICIÁRIOS E DOS REQUISITOS

Art. 4ºPoderão ser beneficiários do Programa os profissionais da educação vinculados à Rede Municipal de Ensino de Riachuelo/RN que, designados por portaria do Secretário Municipal de Educação, exerçam as seguintes funções:

I – Articulador Municipal de Gestão e Formação, no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

§ 1ºA portaria de designação indicará o nome do beneficiário, a função exercida, o cargo ocupado, a data de início da atuação e o quantitativo de bolsas do exercício, limitado a01(uma)bolsa, em conformidade com a estimativa de impacto orçamentário-financeiro.

§ 2ºA designação observará critérios técnicos de formação e de experiência em alfabetização, previamente definidos e publicados pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 3ºÉ vedada a concessão de mais de uma bolsa do Programa ao mesmo beneficiário no mesmo período.

Art. 5ºPara receber a bolsa, o profissional deverá atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

I – possuir vínculo funcional com a Administração Pública Municipal, na forma legalmente admitida;

II – estar formalmente designado nos termos do art. 4º e atuar diretamente nas ações de fortalecimento da política municipal de alfabetização;

III – participar dos encontros de formação continuada ofertados ou indicados pela Secretaria Municipal de Educação, com frequência

mínima de 75% (setenta e cinco por cento) no mês de referência, ressalvadas as ausências justificadas e aceitas;

IV – participar das avaliações diagnósticas externas e das demais avaliações educacionais previstas para sua atuação;

V – cumprir as orientações pedagógicas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação;

VI – participar das ações de acompanhamento pedagógico e de monitoramento da aprendizagem;

VII – contribuir para o alcance das metas de aprendizagem estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação, conforme indicadores e critérios técnicos previamente definidos;

VIII – firmar termo de compromisso, do qual constarão as atribuições, as metas e as condições de manutenção da bolsa;

IX – declarar, no termo de compromisso, se percebe bolsa ou auxílio custeado pela União ou pelo Estado do Rio Grande do Norte em razão das mesmas atividades, comunicando à Secretaria qualquer alteração superveniente;

X – apresentar as informações e os documentos necessários à comprovação dos requisitos exigidos.

§ 1ºA comprovação dos requisitos será realizada mediante registros funcionais, listas de frequência, relatórios de participação, registros de avaliações, instrumentos de acompanhamento pedagógico e outros documentos pertinentes.

§ 2ºAs justificativas de ausência serão apreciadas pela Secretaria Municipal de Educação, segundo critérios previamente divulgados, e a decisão será registrada nos autos do beneficiário.

§ 3ºA avaliação do cumprimento das metas observará critérios objetivos, previamente estabelecidos e divulgados, considerando as condições de aprendizagem dos estudantes e os fatores pedagógicos relevantes.

CAPÍTULO III
DO VALOR E DO PAGAMENTO DAS BOLSAS

Art. 6ºO valor mensal da bolsa corresponde ao equivalente a 10 (dez) horas suplementares, calculadas sobre o vencimento básico do cargo ocupado pelo beneficiário, observados os limites da Lei Municipal nº771/2026, de06deoutubrode 2026.

§ 1ºPara os fins deste artigo, o valor da hora corresponde ao quociente entre o vencimento básico mensal do cargo e o número de horas mensais da respectiva jornada, assim considerado o produto da jornada semanal por 5 (cinco).

§ 2ºA alteração da quantidade de horas de referência fixada no caput dependerá de decreto, precedido de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e observados os limites da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 3ºA bolsa será paga proporcionalmente ao período de efetiva atuação no mês de referência e não será devida durante afastamentos, licenças ou quaisquer interrupções da atuação que fundamentou a concessão.

Art. 7ºO pagamento das bolsas fica condicionado:

I – à comprovação do cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 5º;

II – ao atesto mensal da atuação do beneficiário, emitido pela unidade da Secretaria Municipal de Educação responsável pela política de alfabetização e validado pelo Secretário Municipal de Educação;

III – à verificação dos critérios de desempenho e de acompanhamento estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação;

IV – à existência de disponibilidade orçamentária e financeira;

V – à validação das informações pelos setores de recursos humanos e de finanças.

§ 1ºO pagamento será mensal, conforme cronograma definido em portaria da Secretaria Municipal de Educação, em articulação com os setores administrativos e financeiros competentes.

§ 2ºO pagamento será processado em rubrica própria e destacada da folha de pagamento, identificada como “Bolsa Específica de Incentivo à Alfabetização”.

§ 3ºO pagamento fica restrito ao período de vigência do Programa e às condições efetivamente cumpridas pelo beneficiário.

Art. 8ºAs despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas à Secretaria Municipal de Educação, na fonte derecursos do FUNDEB, observada a legislação vigente.

Parágrafo único.A execução da despesa dependerá de dotação suficiente, de disponibilidade financeira, de prévia estimativa do impacto orçamentário-financeiro e da observância dos limites e das condições estabelecidos pela Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

CAPÍTULO IV
DAS COMPETÊNCIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 9ºCompete à Secretaria Municipal de Educação:

I – coordenar e executar o Programa Municipal de Bolsas Específicas de Incentivo à Alfabetização;

II – expedir as portarias de designação dos beneficiários, observados o quantitativo e os critérios do art. 4º;

III – estabelecer os procedimentos administrativos e pedagógicos necessários à implementação do Programa;

IV – definir e divulgar previamente os critérios técnicos de participação, os indicadores de desempenho e as metas de aprendizagem;

V – acompanhar a frequência dos profissionais nas formações continuadas e a participação nas avaliações diagnósticas e nas ações pedagógicas;

VI – verificar o cumprimento dos requisitos pelos beneficiários e emitir o atesto mensal de que trata o art. 7º, inciso II;

VII – elaborar, em conjunto com a Secretaria Municipal de Finanças, a estimativa do impacto orçamentário-financeiro do Programa;

VIII – manter registros administrativos atualizados dos participantes, dos termos de compromisso e dos pagamentos realizados;

IX – publicar periodicamente a relação dos beneficiários e dos valores pagos, observadas as normas de transparência e de proteção de dados pessoais;

X – encaminhar aos setores competentes as informações necessárias ao pagamento;

XI – apreciar justificativas e situações excepcionais relacionadas ao cumprimento dos requisitos;

XII – adotar as providências administrativas cabíveis em caso de descumprimento das condições de concessão;

XIII – expedir orientações complementares necessárias à execução do Programa, respeitados os limites deste Decreto.

CAPÍTULO V
DO ACOMPANHAMENTO, DA SUSPENSÃO E DO CANCELAMENTO

Art. 10.A Secretaria Municipal de Educação realizará o acompanhamento periódico do Programa, verificando o cumprimento dos requisitos e a manutenção das condições que fundamentaram a concessão das bolsas.

Art. 11.A bolsa será suspensa ou cancelada quando constatada:

I – a perda de requisito necessário à concessão;

II – a frequência inferior ao mínimo exigido nas formações, sem justificativa aceita;

III – a ausência injustificada nas avaliações educacionais exigidas para a atuação do profissional;

IV – o descumprimento injustificado das orientações pedagógicas;

V – a apresentação de informações falsas ou de documentos irregulares;

VI – a cessação do vínculo funcional ou da atuação que fundamentou a concessão;

VII – a utilização indevida do benefício;

VIII – a impossibilidade de continuidade do pagamento por restrição orçamentária ou financeira.

§ 1ºRessalvadas as hipóteses dos incisos VI e VIII, cuja ocorrência será comunicada ao interessado, a suspensão ou o cancelamento será precedido de notificação do beneficiário para apresentar manifestação no prazo de 10 (dez) dias, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 2ºA decisão será fundamentada, proferida pelo Secretário Municipal de Educação e registrada administrativamente, cabendo recurso ao Prefeito Municipal no prazo de 10 (dez) dias, contado da ciência do interessado.

§ 3ºOs valores recebidos indevidamente serão restituídos ao erário, devidamente atualizados, após regular processo administrativo.

§ 4ºA suspensão ou o cancelamento não afasta a apuração de eventuais responsabilidades administrativas, civis ou penais.

CAPÍTULO VI
DO MONITORAMENTO E DA TRANSPARÊNCIA

Art. 12.O Programa será monitorado por meio de indicadores que compreenderão, entre outros:

I – a participação dos profissionais nas formações continuadas;

II – os resultados das avaliações diagnósticas;

III – a evolução dos indicadores de alfabetização da Rede Municipal de Ensino;

IV – o cumprimento das metas de aprendizagem;

V – o desenvolvimento das ações pedagógicas previstas.

Art. 13.A Secretaria Municipal de Educação elaborará relatório anual de acompanhamento e avaliação do Programa, que será publicado no sítio eletrônico oficial do Município, com vistas ao aperfeiçoamento das ações de alfabetização e à transparência da aplicação dos recursos públicos.

Parágrafo único.A divulgação de informações observará a Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e a Lei federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, vedada a identificação individual de estudantes.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14.Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário Municipal de Educação, em articulação com os setores competentes da Administração Municipal, respeitados este Decreto e a legislação vigente.

Art. 15.O Secretário Municipal de Educação poderá expedir, por portaria, instruções complementares para a execução do Programa, desde que compatíveis com este Decreto e com as normas aplicáveis.

Art. 16.Aos profissionais que comprovadamente exerceram as funções de que trata o art. 4º desde 3 de agosto de 2026, a bolsa será devida a partir dessa data, condicionado o pagamento à ratificação da designação por portaria e à comprovação, mediante relatório circunstanciado da Secretaria Municipal de Educação, do cumprimento dos requisitos do art. 5º no período.

Art. 17.Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 3 de agosto de 2026, nos termos do art. 16.

Gabinete do Prefeito Municipal de Riachuelo/RN,19deoutubrode 2026.

JOÃO BASÍLIO NETO
Prefeito Municipal de Riachuelo/RN

RÔMULO ARAÚJO BASÍLIO
Secretário(a) Municipal de Educação

Publicado por:
Esdras Javã da Silva
Código Identificador:B26E530B

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 771/2026, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026. INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS DE RIACHUELO/RN, PRÓ-ALFA RIACHUELO, NO ÂMBITO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 771/2026, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

Institui a Política Municipal de Alfabetização de Crianças de Riachuelo/RN, Pró-Alfa Riachuelo, no âmbito da rede pública municipal de ensino, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIACHUELO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E DA POLÍTICA MUNICIPAL

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização de Crianças de Riachuelo Pró-Alfa Parazinho, em regime de colaboração com o Estado do Rio Grande do Norte e em consonância com a Constituição Federal, a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei Federal nº 15.388, de 2026, o Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, e a Política Territorial de Alfabetização de Crianças do RN estabelecida pelo Decreto Estadual nº 33.990, de 2024.

§ 1º A Pró-Alfa Riachuelo tem a finalidade de assegurar o direito à alfabetização de todas as crianças matriculadas na rede pública

municipal de ensino até o final do segundo ano do Ensino Fundamental, bem como a recomposição das aprendizagens nos anos subsequentes.

§ 2º A Secretaria Municipal de Educação é o órgão gestor da política instituída por esta Lei, responsável por sua coordenação geral, implementação, monitoramento pedagógico e avaliação institucional.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES

Art. 2º São princípios da Pró-Alfa Riachuelo:

I - a colaboração federativa contínua, estruturada na cooperação mútua, na transparência e no diálogo institucional com o Estado do Rio Grande do Norte e com a União;
II - o protagonismo do Município na formulação, na gestão e na execução das políticas educacionais voltadas à alfabetização infantil;
III - a garantia da alfabetização tempestiva como direito fundamental e alicerce indispensável à continuidade da trajetória escolar;
IV - a concepção de educação integral, voltada ao desenvolvimento pleno do estudante em suas dimensões intelectual, física, socioemocional e cultural;
V - a mobilização social e o engajamento comunitário em torno da prioridade de alfabetizar as crianças na idade certa;
VI - a promoção da equidade educacional, combatendo ativamente as disparidades socioeconômicas, étnico-raciais, de gênero e territoriais no acesso, na permanência e na aprendizagem;
VII - a centralidade das necessidades da sala de aula e da rotina pedagógica no planejamento e na execução orçamentária;
VIII - a formação continuada em serviço como instrumento essencial de valorização profissional do magistério;
IX - a perspectiva discursiva da alfabetização articulada ao letramento, valorizando a ludicidade, a oralidade, a cultura escrita e o domínio formal do sistema de escrita alfabética;
X - a utilização pedagógica da avaliação diagnóstica, formativa e somativa para orientar tomadas de decisão e intervenções educacionais imediatas.
Art. 3º Constituem diretrizes da Pró-Alfa Riachuelo:
I - o respeito à autonomia administrativa e pedagógica do Município de Riachuelo, fortalecendo a cooperação técnica com a Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Norte;
II - o foco prioritário na qualidade da Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
III - o direcionamento de esforços técnicos e financeiros para a superação das desigualdades de aprendizagem;
IV - o provimento contínuo de recursos pedagógicos acessíveis, materiais didáticos de apoio e infraestrutura escolar inclusiva;
V - a capacitação permanente dos professores alfabetizadores, gestores escolares e equipes de coordenação pedagógica.

CAPÍTULO III
DOS OBJETIVOS E DOS EIXOS ESTRUTURANTES

Art. 4º São objetivos fundamentais da Pró-Alfa Riachuelo:
I - instituir programas e rotinas pedagógicas que garantam a alfabetização de todas as crianças até o final do segundo ano do Ensino Fundamental;
II - estruturar ações de intervenção pedagógica e recomposição das aprendizagens para os estudantes matriculados do terceiro ao quinto ano do Ensino Fundamental que apresentem defasagem de leitura e escrita;
III - assegurar aos estabelecimentos de ensino condições materiais, acessibilidade física, serviços pedagógicos especializados e ambientes favoráveis à alfabetização;
IV - manter governança estruturada para planejar, monitorar e avaliar os indicadores de alfabetização da rede municipal;
V - realizar avaliações sistemáticas internas e externas alinhadas às diretrizes nacionais de avaliação da aprendizagem;
VI - reconhecer e disseminar boas práticas pedagógicas e de gestão escolar implementadas pelos profissionais da educação do Município.
Art. 5º As estratégias da Pró-Alfa Riachuelo serão organizadas nos seguintes eixos estruturantes:
I - gestão e governança educacional;
II - formação continuada de profissionais do magistério e gestores escolares;
III - fornecimento de material didático-pedagógico complementar;
IV - avaliação e monitoramento da aprendizagem;
V - reconhecimento escolar e apoio técnico-pedagógico às unidades de ensino.

CAPÍTULO IV
DO COMITÊ ESTRATÉGICO MUNICIPAL

Art. 6º Fica criado o Comitê Estratégico Municipal da Pró-Alfa Riachuelo, órgão de natureza colegiada, consultiva e de assessoramento, destinado a acompanhar o cumprimento das metas, a governança e a execução das ações da política de alfabetização.
§ 1º O Comitê Estratégico Municipal será composto pelos seguintes membros titulares e respectivos suplentes, designados por ato do Chefe do Poder Executivo para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução:
I - 2 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação, cabendo a um deles a coordenação executiva do colegiado;
II - 2 (dois) representantes do Conselho Municipal de Educação;
III - 2 (dois) representantes dos Coordenadores Pedagógicos das escolas públicas da rede municipal de ensino que ofertam os anos iniciais do Ensino Fundamental;
IV - 2 (dois) representantes do Sindicato dos professores ou Trabalhadores da Educação que atuem diretamente no ciclo de alfabetização na rede municipal de ensino.
V - 2 (dois) representantes do Fórum Municipal de Educação de Riachuelo/RN
VI - 2 (dois) representantes da Comissão de Educação da Câmara dos Vereadores do município de Riachuelo/RN
VII - 2 (dois) representantes do Conselho Municipal de Educação - CME

§ 2º Compete ao Comitê Estratégico Municipal:
I - acompanhar a execução das ações e metas do plano de alfabetização no território municipal;
II - analisar periodicamente os relatórios de monitoramento pedagógico e de avaliação de desempenho dos estudantes;
III - propor à Secretaria Municipal de Educação medidas de aperfeiçoamento pedagógico, estrutural e logístico;
IV - zelar pela transparência das informações e pela articulação com a sociedade civil e os órgãos de controle social.
§ 3º A participação no Comitê Estratégico Municipal será considerada serviço público relevante e não gerará qualquer remuneração, gratificação ou vantagem pecuniária a seus integrantes a qualquer título.
§ 4º O funcionamento interno, a periodicidade das reuniões ordinárias e as rotinas procedimentais do Comitê serão disciplinados em regulamento do Poder Executivo.

CAPÍTULO V
DO RECONHECIMENTO E DO APOIO TÉCNICO-FINANCEIRO ÀS ESCOLAS

Art. 1o Fica instituído, no âmbito do Município de Riachuelo/RN, o Programa Municipal de Incentivo e Bonificação aos Profissionais da Educação, com a finalidade
de valorizar e reconhecer o desempenho dos educadores da rede municipal de ensino.
Art. 2o O Programa tem como objetivos:
I – Incentivar o alcance de metas educacionais;
II – Valorizar o desempenho dos profissionais da educação;
III – Melhorar os indicadores de aprendizagem;
IV – Fortalecer a gestão escolar e as práticas pedagógicas.
Art. 3o As bonificações previstas nesta Lei possuem caráter indenizatório, não se incorporando à remuneração para quaisquer efeitos legais.
Art. 4o As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta dos recursos do FUNDEB, observada a legislação vigente.

CAPÍTULO II
DAS MODALIDADES DE BONIFICAÇÃO

Art. 5o Ficam instituídas as seguintes modalidades:
I – Bonificação Sucesso Escolar;
II – Bonificação Educação da Infância;
III – Bonificação Escola Destaque;
IV – Bonificação Atitude Campeã;
V – Bonificação Gestão Escolar;
VI – Bonificação Criança Alfabetizada.

CAPÍTULO III
DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 6o Poderão ser beneficiários:
I – Professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental;
II – Gestores e coordenadores escolares;
III – Coordenadores pedagógicos;
IV – Unidades escolares.
Art. 7o A participação no Programa será automática para os profissionais em exercício na rede municipal.

CAPÍTULO IV
DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Art. 8o A avaliação considerará:
I – Resultados do SAEB, IDEB ou índice municipal equivalente;
II – Desempenho em avaliações externas (SIMAIS ALFA, CAEd e similares);
III – Indicadores de acesso, permanência e aprovação;
IV – Participação em formações continuadas;
V – Cumprimento de metas pedagógicas e administrativas.

CAPÍTULO V
DA COMISSÃO AVALIADORA

Art. 9o A Comissão Avaliadora será composta por:
I – 01 representante da Secretaria Municipal de Educação;
II – 01 representante do Conselho Municipal de Educação;
III – 01 articulador municipal de programas educacionais.
Parágrafo único. É vedada a participação de membros concorrentes às bonificações.

CAPÍTULO VI
DAS BONIFICAÇÕES

Art. 10 O valor das bonificações será calculado ano a ano conforme as dotações orçamentárias do FUNDEB.

CAPÍTULO VII
DA CLASSIFICAÇÃO E RESULTADOS

Art. 11 A classificação será feita com base nos resultados por turma e unidade escolar, em ordem decrescente.
Art. 12 Os resultados serão divulgados em evento oficial até 10 de dezembro de cada ano.

CAPÍTULO VIII
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Art. 13 O incentivo financeiro instituído por esta Lei será classificado: Poder/Unidade - 02.06 - Secretaria Municipal de Educação, Função - 12 - Educação, Subfunção - 361 - Ensino
Fundamental, Programa - 0007 – Coordenação da Secretaria de Educação, Projeto de Atividade - 210 - Manutenção do Fundo Municipal de Educação na natureza da despesa 3.3.90.31 – Premiações, de acordo com a Tabela de Natureza da Despesa da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.
§ 1o O pagamento será custeado com a fonte de recursos: 1.500.1001 (identificação de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino) ou 1.543.0000 (Recursos de
complementação da União ao FUNDEB – VAAR).
§ 2o O incentivo possuirá caráter eventual, não permanente, não se incorporará à remuneração do servidor, não servirá de base para cálculo de outras vantagens e não gerará direito adquirido para exercícios subsequentes.
§ 3o Quando necessário, poderão ser efetuadas suplementações das Dotações Orçamentárias correspondentes, observada a legislação vigente.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 9º As ações de cooperação pedagógica, intercâmbio de materiais, assistência técnica e apoio formativo desenvolvidas no âmbito da Pró-Alfa Riachuelo observarão os instrumentos celebrados em regime de colaboração com o Estado do Rio Grande do Norte e a União.
Art. 10. O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo de até cento e oitenta dias, a contar da data de sua publicação oficial.
Art. 11. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias consignadas à Secretaria Municipal de Educação, suplementadas se necessário, observadas as disponibilidades orçamentária e financeira e a legislação fiscal aplicável.
Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Riachuelo/RN, 06 de outubro de 2026.

JOÃO BASÍLIO NETO
Prefeito Municipal

*Republicada por incorreção.

Publicado por:
Esdras Javã da Silva
Código Identificador:24F38C26

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES

GABINETE DO(A) PREFEITA
DECRETO 090/2026

DECRETO Nº 90/2026

DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Rodolfo Fernandes/RN, para o exercício financeiro de 2026, no valor de R$ 20.200,00 (vinte mil e duzentos reais), por anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a autorização contida na Lei Municipal nº 1020/2026, de 16 de outubro de 2026, e com fundamento nos artigos 40, 41, inciso I, 42 e 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento Geral do Município de Rodolfo Fernandes/RN, para o exercício financeiro de 2026, crédito adicional suplementar no valor total de R$ 20.200,00 (vinte mil e duzentos reais), destinado ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

I – Unidade Gestora 2 – Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes; Órgão Orçamentário 2000 – Poder Executivo; Unidade Orçamentária 2006 – Secretaria Municipal de Educação; Classificação Funcional Programática 12.368.0026.1120, sendo Função 12 – Educação, Subfunção 368 – Educação Básica, Programa 0026 – Qualidade Total na Educação Básica e Ação 1120 – Outras Ações com Recursos do FNDE; Despesa 2681; Natureza da Despesa 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Fonte de Recurso 1569 – Outras Transferências de Recursos do FNDE; no valor de R$ 12.200,00 (doze mil e duzentos reais);

II – Unidade Gestora 2 – Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes; Órgão Orçamentário 2000 – Poder Executivo; Unidade Orçamentária 2006 – Secretaria Municipal de Educação; Classificação Funcional Programática 12.368.0026.1120, sendo Função 12 – Educação, Subfunção 368 – Educação Básica, Programa 0026 – Qualidade Total na Educação Básica e Ação 1120 – Outras Ações com Recursos do FNDE; Despesa 2685; Natureza da Despesa 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente; Fonte de Recurso 1569 – Outras Transferências de Recursos do FNDE; no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais).

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior decorrerão da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, no valor total de R$ 20.200,00 (vinte mil e duzentos reais), das seguintes dotações:

I – Unidade Gestora 2 – Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes; Órgão Orçamentário 2000 – Poder Executivo; Unidade Orçamentária 2006 – Secretaria Municipal de Educação; Classificação Funcional Programática 12.368.0026.1120, sendo Função 12 – Educação, Subfunção 368 – Educação Básica, Programa 0026 – Qualidade Total na Educação Básica e Ação 1120 – Outras Ações com Recursos do FNDE; Despesa 2679; Natureza da Despesa 3.3.90.30.00 – Material de Consumo; Fonte de Recurso 1569 – Outras Transferências de Recursos do FNDE; no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais);

II – Unidade Gestora 2 – Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes; Órgão Orçamentário 2000 – Poder Executivo; Unidade Orçamentária 2006 – Secretaria Municipal de Educação; Classificação Funcional Programática 12.368.0026.1120, sendo Função 12 – Educação, Subfunção 368 – Educação Básica, Programa 0026 – Qualidade Total na Educação Básica e Ação 1120 – Outras Ações com Recursos do FNDE; Despesa 2680; Natureza da Despesa 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física; Fonte de Recurso 1569 – Outras Transferências de Recursos do FNDE; no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais);

III – Unidade Gestora 2 – Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes; Órgão Orçamentário 2000 – Poder Executivo; Unidade Orçamentária 2006 – Secretaria Municipal de Educação; Classificação Funcional Programática 12.368.0026.1120, sendo Função 12 – Educação, Subfunção 368 – Educação Básica, Programa 0026 – Qualidade Total na Educação Básica e Ação 1120 – Outras Ações com Recursos do FNDE; Despesa 2682; Natureza da Despesa 3.3.90.92.00 – Despesas de Exercícios Anteriores; Fonte de Recurso 1569 – Outras Transferências de Recursos do FNDE; no valor de R$ 200,00 (duzentos reais);

IV – Unidade Gestora 2 – Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes; Órgão Orçamentário 2000 – Poder Executivo; Unidade Orçamentária 2006 – Secretaria Municipal de Educação; Classificação Funcional Programática 12.368.0026.1120, sendo Função 12 – Educação, Subfunção 368 – Educação Básica, Programa 0026 – Qualidade Total na Educação Básica e Ação 1120 – Outras Ações com Recursos do FNDE; Despesa 2684; Natureza da Despesa 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações; Fonte de Recurso 1569 – Outras Transferências de Recursos do FNDE; no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais).

Art. 3º Ficam alterados o Plano Plurianual – PPA 2026/2029 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO do exercício de 2026, naquilo que for pertinente, em conformidade com o disposto nos arts. 1º e 2º deste Decreto, nos termos dos arts. 3º e 4º da Lei Municipal nº 1020/2026.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Rodolfo Fernandes/RN, em 19 de outubro de 2026.

ANA CLÁUDIA ALMEIDA CAVALCANTE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:534CEAEC

GABINETE DO(A) PREFEITA
PORTARIA N° 203/2026

Dispõe sobre a Exoneração do Cargo Comissionado na Função de Subcoordenador do Centro de Saúde da Zona Rural e dá outras providencias.

A PREFEITA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, contidas no inciso II, art. 37, da Constituição Federal e incisos II, VIII, XI do art. 138 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO os cargos de livre nomeação e exoneração, vagos na estrutura administrativa, a consequente impossibilidade da prestação dos serviços públicos, e, em observância a Lei da Estrutura Administrativa, Lei Municipal nº 498/2013 e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar **MARIA ELOYZA DE LIMA CAVALCANTE MARTINS**, inscrita no CPF sob nº XXX.772.XXX-86**,** do Cargo Comissionado na Função de Subcoordenador do Centro de Saúde da Zona Rural.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Palácio "Francisco Germano Filho" – Rodolfo Fernandes/RN, 19 de outubro de 2026

ANA CLÁUDIA ALMEIDA CAVALCANTE
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:71988450

GABINETE DO(A) PREFEITA
PORTARIA N° 204/2026

Dispõe sobre a Exoneração do Cargo Comissionado na Função de Coordenador de Comunicação e dá outras providencias.

A PREFEITA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, contidas no inciso II, art. 37, da Constituição Federal e incisos II, VIII, XI do art. 138 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO os cargos de livre nomeação e exoneração, vagos na estrutura administrativa, a consequente impossibilidade da prestação dos serviços públicos, e, em observância a Lei da Estrutura Administrativa, Lei Municipal nº 498/2013 e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar o Sr. **BEM HUR MONRAHATTY GANDHI PINHEIRO SISENANDO,** inscrito no CPF sob nº XXX.556.XXX-14**,** do Cargo Comissionado na Função de Coordenador de Comunicação.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Palácio "Francisco Germano Filho" – Rodolfo Fernandes/RN, 19 de outubro de 2026

ANA CLÁUDIA ALMEIDA CAVALCANTE
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:011856E6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 10.1763/2026 - GC/PMSC - NOMEAÇÃO DE SERVIDORA: MARIA CALINE HENRIQUE DOS SANTOS RAMALHO

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, **MARIA CALINE HENRIQUE DOS SANTOS RAMALHO**, CPF:053.XXX.XXX-82, para o cargo de **Coordenadora de Atenção a Criança e ao Adolescente**, símbolo CC-3, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **5 de outubro de 2026**, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 19 de outubro de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:F82C9679

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 10.1764/2026 - GC/PMSC - FÉRIAS - OSVALDO JUSTINO DANTAS

Concessão de Férias a Servidor Público Municipal e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO O requerimento do servidor***;***

CONSIDERANDO o que rege o Art. 61 da Lei Municipal nº 50/75 e o Art. 7º inciso XVII, da Constituição Federal;
RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER 30 (trinta) dias de férias regulamentares, ao Servidor Público Municipal, abaixo relacionado, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, com seu respectivo cargo, período aquisitivo e período de gozo:

Servidor	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
Osvaldo Justino Dantas	Agente de Saúde	2025	05/10 a 03/11/2026

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 05 de outubro de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 19 de outubro de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:9EA6EC2E

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 10.1765/2026 - GC/PMSC - FÉRIAS - NAIR SANNEZA BEZERRA DA ROCHA

Concessão de Férias a Servidor Público Municipal e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO Ofício nº 001/26 do Centro Especializado em Reabilitação – CER II e o requerimento do servidor***;***

CONSIDERANDO o que rege o Art. 61 da Lei Municipal nº 50/75 e o Art. 7º inciso XVII, da Constituição Federal;
RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER 30 (trinta) dias de férias regulamentares, ao Servidor Público Municipal, abaixo relacionado, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, com seu respectivo cargo, período aquisitivo e período de gozo:

Servidor	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
NAIR SANNEZA BEZERRA DA ROCHA	Terapeuta Ocupacional	2025	26.08 a 24.09.2026

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 26 de agosto de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 19 de outubro de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:D5E85BB0

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 10.1766/2026 - GC/PMSC - FÉRIAS - MARIA DOMINGOS DA CRUZ

Concessão de Férias a Servidor Público Municipal e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO O requerimento do servidor***;***

CONSIDERANDO o que rege o Art. 61 da Lei Municipal nº 50/75 e o Art. 7º inciso XVII, da Constituição Federal;
RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER 30 (trinta) dias de férias regulamentares, ao Servidor Público Municipal, abaixo relacionado, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, com seu respectivo cargo, período aquisitivo e período de gozo:

Servidor	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
MARIA DOMINGOS DA CRUZ	Agente Comunitária de Saúde	2024	01 a 30.09.2026

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de setembro de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 19 de outubro de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:EFCDCE37

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 10.1767/2026 - GC/PMSC - LICENÇA MATERNIDADE - MARCIA CAROLINA MELO DE MEDEIROS

Concessão de Licença Maternidade, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o que diz a Lei Municipal 571/2009;

CONSIDERANDO o Atestado médico, oriundo do Hospita Universitário Ana Bezerra;

R E S O L V E :
Art. 1º - Conceder à **MARCIA CAROLINA MELO DE MEDEIROS**, **Dentista**, matrícula nº. **1536257-1**, vinculada ao Quadro de Pessoal Contratado da **Secretaria Municipal de Saúde,** os benefícios da Lei Municipal nº. 571/09, que trata da **LICENÇA-MATERNIDADE**, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, iniciado em ***24 de agosto de 2026*** com término em ***19 de fevereiro de 2027***.

Art. 2º - Com o fim do período de gozo da Licença, à Servidora deverá retornar imediatamente as suas funções laborativas, independentemente de qualquer comunicado ou notificação.

Art. 3º - Dê-se ciência à interessada, encaminhando cópia à Coordenadoria de Recursos Humanos, a fim de que as anotações de praxe sejam feitas na respectiva ficha funcional.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor no ato de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **24 de agosto de 2026.**

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 19 de outubro de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:060F37C8

GABINETE CIVIL
PUBLICADO POR RETIFICAÇÃO - PORTARIA Nº 03.1110/2026 - GC/PMSC - FÉRIAS - SARA DE OLIVEIRA SILVA

Concessão de Férias a Servidor Público Municipal e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o Expediente nº 093/26, oriundo da Sec. Municipal de Finanças, Controle Orçamentário e Contabil**;**

CONSIDERANDO o que rege o Art. 61 da Lei Municipal nº 50/75 e o Art. 7º inciso XVII, da Constituição Federal;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER 30 (trinta) dias de férias regulamentares a que tem direito à Servidora Pública Municipal, **SARA DE OLIVEIRA SILVA**, Matricula: 153031-3, Coordenador de Prestação de Contas, vinculada à Secretaria Municipal de Finanças, Controle Orçamentário e Contabil, referente ao período aquisitivo de **2025**, que serão gozadas em dois períodos de 15 (quinze) dias, são eles: 1º período: **06/04/26 a 21/04/26** e o 2º período de **16/10/26 a 02/11/26**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de **6 de abril de 2026**.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 3 de março de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:945766DF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS

GABINETE DO PREFEITO
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 051/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2779/2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 74, II, da Lei 14.133/2021

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS,** Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o art. 72, inciso VIII da Lei 14.133/21, com vistas nos documentos contidos no presente Processo devidamente justificado e em conformidade com o Parecer Jurídico exarado, **AUTORIZO** a Inexigibilidade de Licitação nº. 051/2026, fundamentada no art. 74, II, da Lei nº 14.133, de 2021, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DA ARTISTA ELAYNE TYNE PARA REALIZAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA MUSICAL NO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2026, NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN, DURANTE A PROGRAMAÇÃO DOS 99 ANOS DE SANTANA DO MATOS**, com as especificações contidas no Termo de Referência e demais documentos que compõem a instrução processual.

Autorizo a contratação em favor da pessoa jurídica: ELAYNE TYNE PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA, inscrito no CNPJ nº 51.851.420/0001-12, com sede à Rua Raimundo Chaves, nº 2182, Sala 501, Cond. Empresarial Candelar, Candelária – Natal/RN – CEP: 59.064-390, neste ato representada pela sócia-majoritária a Sra. Maria de Fátima da Silva Araújo, portadora do CPF sob o nº ***.904.244-**, com Valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados no Orçamento Geral vigente do exercício de 2026, na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:
02.005.13.392.0050.2431 – PROMOÇÃO DE FESTIVIDADE CULTURAL E VAQUEJADA
Elemento de despesa:
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fontes:
1.500.0000 – Recursos Não Vinculados de Impostos

O Presente **Termo de Autorização de Inexigibilidade de Licitação** deverá ser publicado no Diário Oficial dos Munícipios do Rio Grande do Norte e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, conforme disposto no art. 72, parágrafo único da Lei 14.133, de 2021.

Santana do Matos/RN, 16 de outubro de 2026.

CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucas Ionaldo da Silva Ferreira
Código Identificador:C8FCA532

GABINETE DO PREFEITO
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 052/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2781/2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 74, II, da Lei 14.133/2021

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS,** Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o art. 72, inciso VIII da Lei 14.133/21, com vistas nos documentos contidos no presente Processo devidamente justificado e em conformidade com o Parecer Jurídico exarado, **AUTORIZO** a Inexigibilidade de Licitação nº. 052/2026, fundamentada no art. 74, II, da Lei nº 14.133, de 2021, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DA BANDA FERRO NA BONECA PARA REALIZAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA MUSICAL NO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2026, NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN, DURANTE A PROGRAMAÇÃO DOS 99 ANOS DE SANTANA DO MATOS**, com as especificações contidas no Termo de Referência e demais documentos que compõem a instrução processual.

Autorizo a contratação em favor da pessoa jurídica: FERRO NA BONECA PROMOÇÕES ARTISTICAS LTDA, inscrito no CNPJ nº 44.375.365/0001-76, com sede à Rua Capitão Bento, nº 16, Centro – Caraúbas/RN – CEP: 59.780-000, neste ato representada pelo Sr. Pablo Victor Jacome Gurgel, portador do CPF sob o nº ***.409.194-**, com Valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados no Orçamento Geral vigente do exercício de 2026, na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:
02.005.13.392.0050.2431 – PROMOÇÃO DE FESTIVIDADE CULTURAL E VAQUEJADA
Elemento de despesa:
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fontes:
1.500.0000 – Recursos Não Vinculados de Impostos

O Presente **Termo de Autorização de Inexigibilidade de Licitação** deverá ser publicado no Diário Oficial dos Munícipios do Rio Grande do Norte e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, conforme disposto no art. 72, parágrafo único da Lei 14.133, de 2021.

Santana do Matos/RN, 16 de outubro de 2026.

CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucas Ionaldo da Silva Ferreira
Código Identificador:9906FFC0

GABINETE DO PREFEITO
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 053/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2790/2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 74, II, da Lei 14.133/2021

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS,** Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o art. 72, inciso VIII da Lei 14.133/21, com vistas nos documentos contidos no presente Processo devidamente justificado e em conformidade com o Parecer Jurídico exarado, **AUTORIZO** a Inexigibilidade de Licitação nº. 053/2026, fundamentada no art. 74, II, da Lei nº 14.133, de 2021, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DO ARTISTA ACACIO PARA REALIZAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA MUSICAL NO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2026, NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN, DURANTE A PROGRAMAÇÃO DOS 99 ANOS DE SANTANA DO MATOS**, com as especificações contidas no Termo de Referência e demais documentos que compõem a instrução processual.

Autorizo a contratação em favor da pessoa jurídica: ACACIO O FERINHA DA BAHIA LTDA, inscrito no CNPJ nº 54.490.177/0001-42, com sede à Avenida Antonio Vicente Mendes Maciel, nº 1552, Centro – Cansação/BA – CEP: 48.840-000, neste ato representada pelo Sr. Acacio da Cruz Pereira, portador do CPF sob o nº ***.851.458-**, com Valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados no Orçamento Geral vigente do exercício de 2026, na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:
02.005.13.392.0050.2431 – PROMOÇÃO DE FESTIVIDADE CULTURAL E VAQUEJADA
Elemento de despesa:
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fontes:
1.500.0000 – Recursos Não Vinculados de Impostos

O Presente **Termo de Autorização de Inexigibilidade de Licitação** deverá ser publicado no Diário Oficial dos Munícipios do Rio Grande do Norte e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, conforme disposto no art. 72, parágrafo único da Lei 14.133, de 2021.

Santana do Matos/RN, 16 de outubro de 2026.

CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucas Ionaldo da Silva Ferreira
Código Identificador:DF4701E6

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2637/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 054/2026

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE SANTANA DO MATOS/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,
CONSIDERANDO o disposto no artigo 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, *verbis*:

Art.74.É inexigível a licitação, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

CONSIDERANDO ainda que o valor da despesa que ora se executa é compatível com os preços praticados no mercado.
RESOLVE:

Fica declarada a Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no art. 74, *inciso I*, da Lei Federal n° 14.133 de 01 de abril de 2021, a contratação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE REVISÃO E

MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA JS210SC, PERTENCENTE À SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, INCLUINDO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DAS PEÇAS E COMPONENTES NECESSÁRIOS**.**

2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados no Orçamento Geral vigente do exercício de 2026, na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:
02.006.15.452.0085.2365 — Manutencao Continuada da Frota da Secretaria;
Elemento de despesa:
3.3.90.39 — Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica;
Fontes:
1.500.0000 — Recursos não Vinculados de Impostos;

3. Fica autorizada a contratação com a empresa **NMQ COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 10.893.377/0001-70, com sede à Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, n° 1485, CEP: 51.150-000, Imbiribeira, Recife-PE.

Importará a despesa o valor Global de R$ 20.797,89 (vinte mil, setecentos e noventa e sete reais e oitenta e nove centavos), que será pago após o trâmite normal do processo de despesa;

O Presente Termo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** deverá ser publicado no Diário Oficial, em cumprimento ao disposto no Art. 72 da Lei nº 14.133/2021.

Santana do Matos/RN, 19 de outubro de 2026.

CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Ricardo Vasconcelos Guerreiro
Código Identificador:54961879

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 194/2026 – GP

Santana do Matos/RN, 01 de outubro de 2026.

O Prefeito Municipal de Santana do Matos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei em vigor.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a licença prêmio de 03 (três) meses, referente aos períodos aquisitivos de 20/06/2011 a 19/06/2016;

CONSIDERANDO o requerimento da servidora, a concordância da Secretaria da pasta e o despacho do prefeito.

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER 03 (três) meses de licença prêmio a servidora municipal, Sra. **FLAVIANA FERREIRA DAMASCENO DE ARAUJO**, matrícula n°. 678 e CPF nº XXX.868.214--XX, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, no período de 01/10/2026 a 31/12/2026, reassumindo suas funções em 01 de janeiro de 2027.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
CPF: XXX.079.094-XX

Publicado por:
Igor Breno de Medeiros Barros
Código Identificador:07044FC8

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 195/2026 – GP

Santana do Matos/RN, 01 de outubro de 2026.

O Prefeito Municipal de Santana do Matos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei em vigor.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a licença prêmio de 03 (três) meses, referente aos períodos aquisitivos de 30/01/2012 a 29/01/2017;

CONSIDERANDO o requerimento da servidora, a concordância da Secretaria da pasta e o despacho do prefeito.

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER 03 (três) meses de licença prêmio a servidora municipal, Sra. **MARIA CENILMA DA SILVA**, matrícula n°. 290 e CPF nº XXX.170.284--XX, lotada na Secretaria Municipal de Saúde/Hospital Dr. Clóvis Avelino, no período de 01/10/2026 a 31/12/2026, reassumindo suas funções em 01 de janeiro de 2027.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
CPF: XXX.079.094-XX

Publicado por:
Igor Breno de Medeiros Barros
Código Identificador:1EEA71D6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0245/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 0245/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

"Dispõe sobre a Concessão de 1/3 (um terço) de férias a Servidor que especifica e dá outras Providências."

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere a Lei Orgânica do Município, o art. 116 da Lei Complementar nº 001/94, e:

CONSIDERANDO a Lei n° 468 de 29 de abril de 2015, em seu art. 32, o qual dispõe acerca da concessão de 45 (quarenta e cinco) dias de férias anuais, distribuídos nos períodos de recesso, aos Profissionais do Magistério Público da Educação Básica Municipal, em exercício de regência de classe.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder a servidora, **DURCILA BEZERRA CABRAL,** ocupante do cargo de Professora, matrícula 130076-8, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1/3 (um terço) de férias correspondente a sua remuneração por 30 (trinta) dias de serviço, mais 1/3 (um terço) de férias correspondente a sua remuneração por 15 (quinze) dias de serviço, referente ao período aquisitivo de 2025/2026.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Santana do Seridó-RN, em 19 de outubro de 2026.

Publique-se e Cumpra-se.

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:8567127A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0246/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 0246/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

"Dispõe sobre a Concessão de 1/3 (um terço) de férias a Servidor que especifica e dá outras Providências."

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e ainda o art. 116 da Lei Complementar nº 001/94,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder a servidora, **EDVIGES MARIA DOS SANTOS NOBREGA**, ocupante do cargo de Professora, matrícula 130082-2, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1/3 (um terço) de férias, referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Santana do Seridó-RN, em 19 de outubro de 2026.

Publique-se e Cumpra-se.

TATIANA FATIMA FERREIRA DE ARAUJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:9DD8E8DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0247/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 0247/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

"Dispõe sobre a Concessão de 1/3 (um terço) de férias a Servidor que especifica e dá outras Providências."

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e ainda o art. 116 da Lei Complementar nº 001/94,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder a servidora, **LUZIA BEZERRA SANTOS**, ocupante do cargo de Professora, matrícula 130062-8, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1/3 (um terço) de férias, referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Santana do Seridó-RN, em 19 de outubro de 2026.

Publique-se e Cumpra-se.

TATIANA FATIMA FERREIRA DE ARAUJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:5766EE17

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO

GABINETE DO PREFEITO
DECISÃO ADMINISTRATIVA - JULGAMENTO DA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA

Portaria Interna nº 06/2026 | Servidor: ROMUALDO LINS SOBRINHO | Matrícula nº 0062164-1

I. RELATÓRIO

Trata-se de Sindicância Administrativa instaurada pela Portaria Interna nº 06/2026, em 16 de setembro de 2026, destinada a apurar fatos relacionados ao servidor ROMUALDO LINS SOBRINHO, professor efetivo do Município, ocorridos em 11 de setembro de 2026, na Escola Municipal Dr. Hélio Barbosa de Oliveira, durante discussão sobre a reorganização de dependências escolares.

Após a instrução, a Comissão Sindicante delimitou o indiciamento, em 07 de outubro de 2026, à possível violação dos deveres funcionais previstos no art. 129, incisos IX e XI, da Lei Municipal nº 999/2001. O servidor, assistido por advogado, apresentou manifestação prévia e defesa escrita contra o indiciamento, esta datada de 14 de outubro de 2026.

No Relatório Final de 19 de outubro de 2026, subscrito para encaminhamento pela Comissão, propôs-se a responsabilização disciplinar de menor gravidade, com advertência escrita, mediante desconsideração integral das declarações de Josilda Ferreira de Paiva Lima e Jailton Maia de Souza como fundamento desfavorável ao servidor. Os autos foram encaminhados à Chefia do Executivo por meio do Ofício nº 05/2026, datado de 19 de outubro de 2026.

É o necessário relatório. Passo à análise, nos termos dos arts. 151, 155, 175 a 179 da Lei Municipal nº 999/2001.

II. CONTROLE DA REGULARIDADE E EXAME DAS ALEGAÇÕES DEFENSIVAS

A autoridade julgadora não está vinculada automaticamente à proposta da Comissão, devendo apreciá-la de modo motivado e com base nas provas dos autos, nos termos do art. 178 do RJU. Examino, portanto, os fundamentos essenciais da defesa e a utilidade dos elementos utilizados para o julgamento.

1. Composição da Comissão e auxílio na formalização das oitivas. A defesa sustenta que pessoas não designadas teriam exercido funções exclusivas dos membros. A ata de esclarecimentos de 28 de setembro de 2026 registra que o Secretário João Tenório de Sales, membro formal da Comissão, acompanhou os atos, ao passo que terceiros prestaram auxílio material na redução a termo, impressão e coleta de assinaturas. Não se identifica, na documentação especificamente apontada pela defesa, prova direta de que tais auxiliares tenham deliberado pela Comissão ou substituído seus membros na formação do juízo disciplinar. A declaração de comparecimento do servidor refere-se às oitivas como realizadas pela Comissão. A ausência de objeção no momento dos atos, embora relevante à análise do alegado prejuízo, não é tratada como renúncia a garantias processuais nem como meio de convalidar eventual incompetência. No quadro probatório submetido a julgamento, não se demonstrou vício insanável que imponha renovação integral da instrução.

2. Oitiva posterior da declarante Josilda e contraditório. A coleta de declarações em 24 de setembro de 2026, sem participação prévia da defesa, exige exame cuidadoso à luz dos arts. 163 e 166 do RJU. A condição de vítima ou declarante não afasta, por si, o direito ao contraditório sobre prova relevante. Para esta decisão, porém, acolho expressamente o critério restritivo fixado pela Comissão: as declarações de Josilda não serão utilizadas, direta ou indiretamente, como fundamento da responsabilização, nem para complementar lacunas probatórias ou agravar a situação do servidor. Aplica-se igual exclusão às declarações de Jailton Maia de Souza, pessoa diretamente

relacionada à comunicação inicial. Ambos os termos permanecem nos autos apenas como peças históricas do procedimento.

O núcleo fático remanescente foi objeto do interrogatório do próprio servidor e de outros depoimentos colhidos com acompanhamento da defesa. O investigado recebeu ciência da declaração posterior, obteve acesso integral ao procedimento e apresentou manifestação escrita complementar e defesa após o indiciamento. Desse modo, indeferem-se, para este julgamento e de forma motivada, os requerimentos de reinquirição dos dois declarantes e de repetição do interrogatório, por ausência de utilidade concreta para aferir a imputação estritamente remanescente, conforme art. 166, § 1º, sem conferir efeito probatório desfavorável à prova excluída.

3. Registros de áudio e vídeo. O art. 168 do RJU prevê depoimentos orais reduzidos a termo e não torna obrigatória a gravação das oitivas. A determinação de preservação de registros audiovisuais constantes da Portaria relaciona-se à guarda de material eventualmente existente sobre os fatos e não impõe, por si só, a gravação de todos os atos posteriores. Foi certificada a inexistência de gravação das oitivas. Os termos foram lidos, conferidos e assinados segundo as atas correspondentes, sem prejuízo da possibilidade de demonstrar erro material específico. Não há nulidade automática pela ausência de arquivo sonoro.

4. Declaração de comparecimento e proteção de informações pessoais. A alegação de excesso de dados em declaração funcional merece tratamento administrativo próprio, se houver elementos que justifiquem providência, mas não demonstra, por si, adulteração dos depoimentos ou interfere na materialidade dos fatos reconhecidos pelo próprio servidor. O documento não é considerado como prova de responsabilidade ou de antecedentes.

5. Condições de saúde e requerimento de exame. A documentação de readaptação funcional e de acompanhamento clínico foi efetivamente considerada. Não se presume incapacidade de compreensão ou autodeterminação em razão de diagnóstico, tampouco se pode ignorar o impacto do contexto de saúde. Diante dos elementos descritos no Relatório Final, não se verifica dúvida específica e fundada sobre sanidade mental que imponha, nesta fase, o incidente do art. 170 do RJU. O quadro documentado será ponderado expressamente na dosimetria, sem resolução nesta sindicância de questões sobre adequação da lotação, frequência ou eventual assédio.

III. MATERIALIDADE, RESPONSABILIDADE E PROPORCIONALIDADE

Excluídas por completo as declarações de Josilda e Jailton como prova desfavorável, subsistem os relatos de Marcos Antônio Silva, Jair Bezerra de Oliveira, Mércia Fontoura, Suenia Maia de Lima e Evilly Samara Freire dos Santos, nos estritos limites de percepção individual registrados no Relatório Final, além do interrogatório e das manifestações do próprio servidor.

Esse acervo permite reconhecer a existência de discussão funcional, elevação do tom de voz e duas pancadas na mesa, estas admitidas expressamente por Romualdo. A professora Suenia relatou a exaltação e confirmou, igualmente, que a diretora empregou a expressão "ocioso" em referência ao servidor. Os demais relatos não permitem comprovar com segurança xingamentos explícitos, palavras de baixo calão, agressão física, ameaça penal específica ou desobediência a ordem funcional concreta, condutas que, de todo modo, não integram o indiciamento.

O direito de discordar de uma alteração administrativa, defender condições adequadas de trabalho e exigir respeito não constitui falta funcional. A reprovação disciplinar limita-se à forma objetivamente demonstrada da reação: exaltação vocal e pancadas no mobiliário no curso de discussão em ambiente coletivo de trabalho, excedendo o padrão mínimo de urbanidade exigível do exercício funcional, conforme art. 129, inciso XI, e, no contexto do ato de ofício, o dever de conduta ética do inciso IX.

Na aferição prevista no art. 139 do RJU, considero especialmente a provocação verbal corroborada, a reorganização do espaço sem comunicação prévia, as condições clínicas e de readaptação documentadas e a inexistência de comprovação das imputações mais graves. Também não se reconhece reincidência disciplinar a partir de referências genéricas a desentendimentos anteriores, sem assentamento funcional idôneo. Tais circunstâncias recomendam resposta administrativa mínima, sem suspensão nem agravamento da imputação.

Assim, reputo proporcional a penalidade de ADVERTÊNCIA ESCRITA, prevista nos arts. 138, inciso I, e 140 da Lei Municipal nº 999/2001, pela inobservância dos deveres previstos em seu art. 129, incisos IX e XI. Não se aplica penalidade por ameaça, insubordinação grave, ofensa física ou qualquer outro enquadramento não submetido à defesa.

IV. DISPOSITIVO

Ante o exposto, no exercício da competência de julgamento administrativo e com fundamento nos arts. 129, IX e XI, 138, I, 139, 140, 151, 155 e 175 a 179 da Lei Municipal nº 999/2001, DECIDO:

1. ACOLHER o Relatório Final da Comissão Sindicante, com as razões complementares desta decisão, e RECONHECER a responsabilidade disciplinar de menor gravidade do servidor ROMUALDO LINS SOBRINHO exclusivamente pela forma da reação no episódio de 11 de setembro de 2026, nos limites acima definidos.

2. APLICAR ao servidor a penalidade de ADVERTÊNCIA ESCRITA, pela inobservância dos deveres funcionais do art. 129, incisos IX e XI, nos termos do art. 140 do RJU, consideradas as circunstâncias atenuantes do art. 139, sem reconhecimento de reincidência ou de imputações mais severas.

3. DETERMINAR que não sejam utilizados, para fundamentar a responsabilidade ora reconhecida, os termos de declarações de JOSILDA FERREIRA DE PAIVA LIMA e JAILTON MAIA DE SOUZA, nem os documentos de notícia inicial como prova autônoma dos fatos reproduzidos de pessoas diretamente interessadas.

4. INDEFERIR, pelas razões expostas, as pretensões de anulação integral da instrução, reinquirição dos declarantes e repetição do interrogatório, preservado o direito de impugnação administrativa da presente decisão.

5. DETERMINAR a ciência pessoal do servidor e de seu advogado constituído, mediante fornecimento de cópia desta decisão e indicação dos meios de acesso aos autos, consignando-se a possibilidade de pedido de reconsideração e dos recursos administrativos cabíveis, observados os arts. 120 a 123 do RJU, inclusive o prazo legal de 30 (trinta) dias e a disciplina de seus efeitos.

6. ENCAMINHAR à unidade de gestão de pessoal, após observada a tramitação dos meios de impugnação e seus efeitos legais, as providências pertinentes ao registro funcional da penalidade, resguardados os dados pessoais e médicos não necessários à finalidade administrativa.

7. REMETER cópia das informações relativas a condições de trabalho, readaptação e alegado tratamento inadequado ao órgão administrativo competente, para avaliação da necessidade de apuração autônoma, sem reconhecimento antecipado de assédio ou imputação de responsabilidade a terceiros neste procedimento.

Adotem-se as providências de publicidade legalmente necessárias ao ato decisório, sem divulgação integral do relatório, dos depoimentos ou de dados sensíveis. Registre-se. Cientifique-se. Cumpra-se.

Santo Antônio/RN, 20 de outubro de 2026.

RAULISON DE SENA RIBEIRO
Prefeito Municipal de Santo Antônio/RN

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:C6849C11

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 075-2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022-2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 075/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, CONFORME INFORMAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO/RN, E A EMPRESA SEC PUBLICIDADE LTDA-EPP, CNPJ Nº 08.381.234/0001-38.

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio/RN, CMPJ nº 08.144.800/0001-98, situado na Rua Padre Cerveira, 505, Centro, CEP: 59.255-000, Santo Antônio/RN, com obediência Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, com obediência Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Federal nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 001/2024, LC Nº 123/06 e 147/2014, subsidiariamente, e demais legislação, sob as condições estabelecidas, neste ato representado por seu prefeito Raulison de Sena Ribeiro, e a empresa SEC PUBLICIDADE LTDA-EPP Inscrito(a) no CNPJ sob o nº 08.381.234/0001-38, doravante designada contratada, neste ato sendo representada pelo Senhor André Luiz Trindade de Medeiros, Brasileiro, Natural de Natal/RN, casado, inscrito no CPF nº 013.***.***-27 e RG nº 1.***.139 – ITEP/RN, administrador, residente e domiciliado na Rua General Oliveira Galvão, 1183, – Tirol, Natal/RN - CEP: 59.015-120, tendo em vista o que consta no **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 717.005/2026** e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente termo de contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 022/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.
1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.
1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
1.3. Discriminação do objeto:

EMPRESA: Sec Publicidade LTDA – EPP					
CNPJ/MF N°: 08.381.234/0001-38		**TELEFONE:** (84) 3211-8587 – (84) 9.9973-1085			
ENDEREÇO: Av. Prudente de Morais - 744 - Sala: 1109 - Tirol - Natal/RN - CEP: 59.020-510					
E-MAIL: secpublicidade@secpublicidade.com.br - secpublicidade@uol.com.br;					
REPRESENTANTE LEGAL: André Luiz Trindade de Medeiros					
RG N°: 1.***.139 – ITEP/RN		**CPF/MF Nº:** 013.***.***-27			
LOTE ÚNICO					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**QNT**	**VALOR UNIT. R$**	**VALOR TOTAL R$**
01	Publicação de atos administrativos no Diário Oficial da União - DOU, no formato centímetro/coluna	CM	1.200	R$ 52,00	R$ 62.400,00
02	Publicação de atos administrativos no Diário Oficial do Estado - DOE, no formato centímetro/coluna	CM	100	R$ 39,99	R$ 3.999,00
03	Publicação de atos administrativos em jornal de grande circulação no Estado do Rio Grande do Norte, no formato centímetro/coluna	CM	800	R$ 22,00	R$ 17.600,00
Valor total contratado					**R$ 83.999,00**

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.
2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de **19/10/2026** e encerramento em **18/10/2027**, podendo ser prorrogado na forma do Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.
3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ 83.999,00 (oitenta e três mil e novecentos e noventa e nove reais)**.**
3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento geral do município, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:**01. Unidade: 03.001 – Secretaria Municipal de Administração**

Ação: 2004 – Manutenção da Secretaria Municipal de Administração
Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO.
5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.
5.2 A Administração Pública Municipal efetuará a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep incidentes sobre os pagamentos efetuados;
5.2.1 As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços;
5.2.2 A retenção que se refere este item não será efetuada de pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, bem como também as demais pessoas jurídicas elencadas no art. 4º da IN RFB nº 1.234/2012.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE.
6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.
7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.
8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

9. CLAÚSULA NONA – FISCALIZAÇÃO.
9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.
10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital, sendo elas:
10.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão

as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
10.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, os itens em desacordo com as especificações deste Termo de Referência;
10.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
10.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.
11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO.
12.1. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER RESCINDIDO:
12.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos Artigos 137 ao 139 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;
12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
12.3. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTES ASPECTOS, CONFORME O CASO:
12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
12.3.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES.
13.1. É VEDADO À CONTRATADA:
13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
13.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES.
14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 ao 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS.
15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO.
16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, nos Diários Oficiais e no PNCP, no prazo previsto na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO.
17.1. É eleito o Foro da Comarca de Santo Antônio/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme §1º do Art. 92 da Lei Federal nº 14.133/21.
17.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

SANTO ANTÔNIO/RN, data da assinatura eletrônica.

RAULISON DE SENA RIBEIRO
Responsável Legal Da Contratante

ANDRÉ LUIZ TRINDADE DE MEDEIROS
Responsável Legal Da Contratada

Publicado por:
Jalmir Amador da Silva
Código Identificador:681C0BA5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO		
Prefeitura Municipal de Santo Antônio		
Prefeitura Municipal de Santo Antônio		
Concorrência por Menor Preço - 009/2026		
Resultado da Adjudicação		
Item: 0001 - CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE POLO DE ACADEMIA DE SAÚDE, LOCALIZADA NO BAIRRO NOVO NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO/RN - Valor Referência: R$ 316.239,45		
Fornecedor	Situação	Valor Total
ENGEART ENGENHARIA LTDA (40.154.967/0001-42)	Adjudicado em: 19/10/2026 - 13:14:54 - Por: Raulison de Sena Ribeiro	R$ 252.900,00
RAULISON DE SENA RIBEIRO		
Autoridade Competente		

Publicado por:
Maria Izabel Silva Barbosa Guilherme
Código Identificador:9016B2D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO			
Prefeitura Municipal de Santo Antônio			
Prefeitura Municipal de Santo Antônio			
Concorrência por Menor Preço - 009/2026			
Resultado da Homologação			
0001 - CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE POLO DE ACADEMIA DE SAÚDE, LOCALIZADA NO BAIRRO NOVO NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO/RN - Quantidade: 1 - Valor de Referência: 316.239,45			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ENGEART ENGENHARIA LTDA	252.900,00	R$ 252.900,00	Homologado em 19/10/2026 13:15:00 Por: Raulison de Sena Ribeiro
RAULISON DE SENA RIBEIRO			
Autoridade Competente			

Publicado por:
Maria Izabel Silva Barbosa Guilherme
Código Identificador:B85B072B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
PRORROGAÇÃO - ANEXO 01 — CRONOGRAMA ATUALIZADO DO EDITAL 01/2026 PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DAS ETAPAS SUBSEQUENTES À SELEÇÃO

O cronograma do Edital 01/2026 — Premiação de Artistas e Fazedores de Cultura de São Bento do Norte fica atualizado a partir da publicação do Resultado Final da Etapa de Seleção, em 19 de outubro de 2026, conforme as datas abaixo:

ETAPA	DATA/PERÍODO
Publicação do Resultado Final da Etapa de Seleção	19/10/2026
Apresentação da documentação de habilitação pelos agentes selecionados	20/10/2026 a 22/10/2026
Análise da documentação de habilitação	23/10/2026 a 27/10/2026

Resultado Final do Edital	28/10/2026
Assinatura do Termo de Premiação Cultural	A partir de 29/10/2026
Pagamento dos agentes culturais contemplados	A partir da conclusão da assinatura dos Termos de Premiação Cultural

Permanecem inalteradas as demais disposições do edital.

São Bento do Norte/RN, 19 de outubro de 2026

BÁRBARA BEATRIZ MONTENEGRO BEZERRA
Secretária de Cultura

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:5A737338

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 012/2026 – SME

INSTITUI O COMITÊ ESTRATÉGICO MUNICIPAL DO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO NORTE/RN, ALINHADO À POLÍTICA TERRITORIAL DE ALFABETIZAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE (PRÓ-ALFA RN), DISPÕE SOBRE SUA COMPOSIÇÃO, ATRIBUIÇÕES E FUNCIONAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO BENTO DO NORTE/RN, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o disposto no art. 205 e no art. 211 da Constituição Federal, que estabelecem a educação como direito de todos e o regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 33.990, de 26 de setembro de 2024, que institui a Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Estado do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN, e normatiza as instâncias estratégicas estaduais e territoriais de governança;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a alfabetização de todas as crianças matriculadas na rede pública do Município de São Bento do Norte até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, bem como a recomposição das aprendizagens de alunos do 3º ao 5º ano;
RESOLVE:
CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO E DAS FINALIDADES
Art. 1º Fica instituído o Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização de São Bento do Norte (CEMA-SBN), instância colegiada de caráter deliberativo, consultivo e de acompanhamento pedagógico e institucional, vinculada à Secretaria Municipal de Educação (SME).
Art. 2º O CEMA-SBN tem como finalidade coordenar, planejar, acompanhar e avaliar a implementação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e da Política Territorial Pró-Alfa RN no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de São Bento do Norte/RN.
CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO E DA NOMEAÇÃO
Art. 3º O Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização (CEMA-SBN) é composto pelos seguintes membros titulares e seus respectivos suplentes:
I – representantes da Secretaria Municipal de Educação (SME):
a) 1 (um) Secretário(a) Municipal de Educação, que o presidirá;
b) 1 (um) Articulador Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada / Pró-Alfa RN;
c) 1 (um) Coordenador Pedagógico dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
d) 1 (um) Coordenador Pedagógico da Educação Infantil;
II – representantes da Gestão Escolar e Docência:
a) 1 (um) representante dos Gestores das Escolas da Zona Urbana;
b) 1 (um) representante dos Gestores das Escolas da Zona Rural (distritos e povoamentos);
c) 2 (dois) representantes dos Professores Alfabetizadores atuantes no 1º e 2º anos do Ensino Fundamental da rede municipal;
III – representantes das Instâncias de Controle Social e Colegiados:
a) 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação (CME);
b) 1 (um) representante do Conselho do FUNDEB (CACS-FUNDEB);
IV – representantes da Diversidade e Inclusão:
a) 1 (um) representante docente das escolas do campo/assentamentos;
b) 1 (um) representante do Atendimento Educacional Especializado (AEE).
§ 1º Os membros titulares e suplentes indicados pelas respectivas instituições ou segmentos serão nomeados mediante Portaria do Poder Executivo Municipal, para um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.
§ 2º A função de membro do CEMA-SBN não será remunerada, sendo considerada prestação de serviço público relevante.
CAPÍTULO III
DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES
Art. 4º Compete ao Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização de São Bento do Norte (CEMA-SBN):
I – elaborar e aprovar a Política Municipal de Alfabetização, alinhado à Política Territorial Pró-Alfa RN e às diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
II – acompanhar a meta municipal de alfabetização de 100% (cem por cento) das crianças da rede pública até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
III – analisar periodicamente os resultados das avaliações diagnósticas, formativas e somativas (Pró-Alfa RN / SAEB) do Município, propondo intervenções pedagógicas de correção de rumo;
IV – articular a oferta de programas de formação continuada para os professores alfabetizadores e gestores escolares;
V – assegurar a distribuição equitativa e tempestiva dos materiais didáticos estruturados e acervos literários em todas as escolas da zona urbana e rural;
VI – validar as ações de recomposição de aprendizagem direcionadas aos estudantes do 3º ao 5º ano que apresentem defasagem alfabética;
VII – promover a integração das políticas municipais com as ações da Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Norte (SEEC/RN) e do Ministério da Educação (MEC).
CAPÍTULO IV
DO FUNCIONAMENTO
Art. 5º O CEMA-SBN reunirá-se ordinariamente a cada bimestre e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou pela maioria simples de seus membros.
Art. 6º As deliberações do CEMA-SBN serão tomadas por maioria simples de votos dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade em caso de empate.
Art. 7º As reuniões poderão ocorrer de forma presencial ou por videoconferência, sendo registradas em atas elaboradas pelo Secretário Executivo a ser designado na primeira reunião ordinária.
CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 8º A Secretaria Municipal de Educação fornecerá o suporte técnico, administrativo e logístico necessário para o pleno funcionamento do Comitê.
Art. 9º O CEMA-SBN elaborará o seu Regimento Interno no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da publicação da Portaria de nomeação de seus membros.
Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Bento do Norte/RN, 19 de outubro de 2026.

ROSA MAURÍCIO GOMES DE MENEZES
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:D6DFE25F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL N.º 1116/2026.

Dispõe sobre a instituição do Prêmio de Boas Práticas na Educação no âmbito da Rede Municipal de Ensino

do Município de São Fernando/RN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO/RN, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 74, inciso V da Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO a relevância de incentivar e valorizar boas práticas pedagógicas e administrativas, como forma de promover o aprimoramento da qualidade da educação ofertada pela rede municipal;
CONSIDERANDO a necessidade de reconhecer, valorizar e disseminar iniciativas inovadoras e exitosas desenvolvidas pelos profissionais da educação, que favoreçam o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes;
CONSIDERANDO a adesão do Município de São Fernando – RN ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), bem como a necessidade de fortalecer e ampliar ações pedagógicas voltadas à garantia da alfabetização de todas as crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, além da recomposição das aprendizagens, em consonância com as metas, princípios e diretrizes estabelecidos pela política nacional.
DECRETA:
Art. 1º - Fica criado o Prêmio de Boas Práticas na Educação, com o objetivo de reconhecer, incentivar e valorizar iniciativas inovadoras desenvolvidas por professores, coordenadores pedagógicos e gestores das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.
Art. 2º - A concessão do Prêmio de Boas Práticas na Educação observará os seguintes critérios:
I – Alcance de resultados relevantes decorrentes daimplementação de práticas inovadoras e eficazes nas áreas pedagógicas e administrativas;
II – Demonstração de resultados positivos no desempenho e na aprendizagem dos estudantes, considerando os indicadores e resultados das avaliações no âmbito do CNCA-CAED, PARC e SIMAIS ALFA/RN e SAEB;
III – Desenvolvimento de ações que contribuam de forma significativa para o aprimoramento da qualidade, da equidade e dos resultados educacionais;
IV – Adoção de práticas de gestão participativa, com estímulo à integração e ao envolvimento da comunidade escolar.
Art. 3º - Poderão concorrer ao Prêmio de Boas Práticas na Educação os profissionais que estejam em efetivo exercício nas unidades da Rede Municipal de Educação, compreendendo:
I – Professores que atuam na Educação Infantil e no Ensino Fundamental;
II – Coordenadores Pedagógicas das unidades escolares de Educação Infantil e Ensino Fundamental;
III – Diretores das unidades escolares de Educação Infantil e Ensino Fundamental.
Art. 4º - O Prêmio de Boas Práticas na Educação será atribuído de acordo com as seguintes categorias:
I – Ações e experiências pedagógicas realizadas no âmbito da Educação Infantil;;
II – Iniciativas pedagógicas direcionadas ao processo de alfabetização e à consolidação das aprendizagens no Ensino Fundamental – 1º e 2º anos;
III – Experiências pedagógicas desenvolvidas junto às turmas do Ensino Fundamental – 3º ao 5º ano;
IV – Ações e práticas pedagógicas desenvolvidas no Ensino Fundamental – 6º ao 9º ano;
V – Iniciativas de gestão escolar ou pedagógica que se destaquem pela inovação, pelo envolvimento da comunidade escolar e pelos resultados alcançados na melhoria da qualidade do ensino.
Art. 5º - A participação no Prêmio de Boas Práticas na Educação ocorrerá mediante inscrição, observadas as disposições previstas em regulamento próprio, a ser elaborado e divulgado pela Secretaria Municipal de Educação, que definirá os períodos, procedimentos e documentação necessária.
Art. 6º - Caberá à Secretaria Municipal de Educação publicar, anualmente, edital específico do Prêmio de Boas Práticas na Educação, estabelecendo as normas, condições e critérios para participação, bem como as orientações referentes às etapas de inscrição, avaliação e premiação.
Art. 7º - A análise e o julgamento das práticas e ações inscritas serão realizados por Comissão Especial de Avaliação, composta por representantes da área da Educação, assim constituída:
I – 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação;
II – 01 (um) representante do Conselho Municipal de Educação;
III – 01 (um) representante dos professores da Rede Municipal de Ensino.
Art. 8º - Os profissionais vencedores do Prêmio Boas Práticas na Educação serão homenageados em solenidade oficial promovida pela Prefeitura Municipal de São Fernando – RN, mediante a entrega de certificados, troféus e outros instrumentos de reconhecimento que poderão ser estabelecidos.
Art. 9º - Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

São Fernando – RN, 16 de outubro de 2026.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caio César de Medeiros
Código Identificador:2397CD29

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ATO DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º: 2026.10.0193 PROCESSO DE ORIGEM N.º: 2025.02.0034

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º: 036/2025
CONTRATADA: Empresa 59.302.013 VINICIUS DE MEDEIROS DANTAS, inscrita no CNPJ sob o nº 59.302.013/0001-68
OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE PESOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE ASSESORIA TECNICA EM IPTU NO MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO/RN.
PRAZO DE SUSPENSÃO: 60 (sessenta) dias, com início a contar de 1º de novembro de 2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Art. 115, § 5º, e Art. 137, § 2º, Inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/2021;
Lei Complementar Federal n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
MOTIVAÇÃO: Necessidade técnica de contenção e racionalização de gastos públicos, readequação da programação financeira municipal e equilíbrio fiscal ao final do exercício.

São Fernando/RN, 15 de Outubro de 2026.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:E3FB1AFE

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ATO DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º: 2026.10.0195 PROCESSO DE ORIGEM N.º: 2024.04.0061

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º: 097/2024
CONTRATADA: EmpresaE M de Brito Comércio e Serviços, inscrita no CNPJ sob o nº 46.758.310/0001-70
OBJETO DO CONTRATO: Locação de caminhão basculante.
PRAZO DE SUSPENSÃO: 60 (sessenta) dias, com início a contar de 1º de novembro de 2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Art. 115, § 5º, e Art. 137, § 2º, Inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/2021;
Lei Complementar Federal n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

MOTIVAÇÃO: Necessidade técnica de contenção e racionalização de gastos públicos, readequação da programação financeira municipal e equilíbrio fiscal ao final do exercício.

São Fernando/RN, 15 de Outubro de 2026.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:68A74123

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ATO DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º: 2026.10.0198 PROCESSO DE ORIGEM N.º: 2024.04.0055

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º: 050/2024
CONTRATADA: FLORENILDO MAIA, inscrito(a) no CPS sob on° 058.515.674-30
OBJETO DO CONTRATO: Credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas que se disponham a locação de veiculo tipo caminhão para atender as necessidades e demandas da Secretaria Municipal de Transportes, Serviços e Mobilidade Urbana destinados ao atendimento da demanda reprimida deste tipo de procedimento no Município de São Fernando/RN
PRAZO DE SUSPENSÃO: 60 (sessenta) dias, com início a contar de 1º de novembro de 2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Art. 115, § 5º, e Art. 137, § 2º, Inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/2021;
Lei Complementar Federal n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
MOTIVAÇÃO: Necessidade técnica de contenção e racionalização de gastos públicos, readequação da programação financeira municipal e equilíbrio fiscal ao final do exercício.

São Fernando/RN, 15 de Outubro de 2026.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:E5674E5B

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ATO DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º: 2026.10.0199 PROCESSO DE ORIGEM N.º: 2024.01.0004

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º: 002/2024
CONTRATADA: Empresa MF ARQUITETURA E INTERIORES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 46.590.470/0001-53
OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA, E FISCALIZAÇÃO DE OBRA PÚBLICAS EM ANDAMENTO E QUE VENHAM A ER REALIZADAS PELO GOVERNO MUNICIPA.
PRAZO DE SUSPENSÃO: 60 (sessenta) dias, com início a contar de 1º de novembro de 2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Art. 115, § 5º, e Art. 137, § 2º, Inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/2021;
Lei Complementar Federal n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
MOTIVAÇÃO: Necessidade técnica de contenção e racionalização de gastos públicos, readequação da programação financeira municipal e equilíbrio fiscal ao final do exercício.

São Fernando/RN, 15 de Outubro de 2026.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:D758D8AA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ATO DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º: 2026.10.0200 PROCESSO DE ORIGEM N.º: 2025.10.0258

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º: 189/2025
CONTRATADA: Empresa FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SANTANA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.385.353/0001-69
OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO SONORA (RÁDIO FM E/OU AM) PARA CESSÃO DE ESPAÇO NA GRADE DA PROGRAMAÇÃO, CONTEMPLANDO A VEICULAÇÃO DE 01(UM) PROGRAMA DE RÁDIO DE CARÁTER INFORMATIVO E DE UTILIDADE PÚBLICA.
PRAZO DE SUSPENSÃO: 60 (sessenta) dias, com início a contar de 1º de novembro de 2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Art. 115, § 5º, e Art. 137, § 2º, Inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/2021;
Lei Complementar Federal n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
MOTIVAÇÃO: Necessidade técnica de contenção e racionalização de gastos públicos, readequação da programação financeira municipal e equilíbrio fiscal ao final do exercício.

São Fernando/RN, 15 de Outubro de 2026.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:A8E24E30

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2026

O Prefeito Municipal de São Fernando/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna dispensável, com fundamento no Art. 75 § 7º com fulcro § 1°, da Lei Federal n.º 14.133/2021, a contratação da RUA RIO PIUM, BAIRRO EMAUS N. º 180, PARNAMIRIM/RN, para a à prestação de serviços de revisão, além de troca de peças. O serviço será feito na AGRALE/MARRUAAM200 MOP 8, de placa TSY6A46, no valor global de R$ 2.031,17 (dois mil e trinta e um reais e dezessete centavos).

São Fernando/RN, 19 de Outubro de 2026

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:CB41F317

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N. º 071/2026
PROCESSO/PMSF/RN 2026.10.0186

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO/RN – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E LAZER CNPJ (MF) N. º 08.096.612/0001-31.

CONTRATADA: COMPACTO VEICULOS LTDA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n. º CNPJ N. º 07.986.007/0002-54, com endereço à Rua Rio Pium N. º 180, Bairro - Emaus CEP: 59.149-105**,** Parnamirim/RN.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica que se disponha à prestação de serviços de revisão, além de troca de peças. O serviço será feito na AGRALE/MARRUAAM200 MOP 8, de placa TSY6A46.

VALOR GLOBAL DO CONTRATO: R$ 2.031,17 (dois mil e trinta e um reais e dezessete centavos).

MODALIDADE LICITATÓRIA: Dispensa de Licitação Art. 75§7 da lei 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 19 de Outubro de 2026.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará por 60 dias, a contar da data da assinatura e publicação do instrumento contratual na imprensa oficial.

SIGNATÁRIOS: JOÃO BOSCO DA SILVA – Pelo Contratante, e COMPACTO VEICULOS LTDA – Pela Contratada.

São Fernando/RN, 19 de Outubro de 2026

JOÃO BOSCO DA SILVA
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Lazer

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:108F1439

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 162/2026 - REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SABUGI/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 31 de março de 1990, Artigo 59, incisos VI e IX, e
CONSIDERANDO, o requerimento do servidor José Ewerton Pereira de Araújo solicitando pedido de exoneração.
.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, o Sr. **JOSÉ EWERTON PEREIRA DE ARAÚJO,** matrícula nº 1018-2, do cargo de Assistente Técnico-AT, pertencente a Secretaria Municipal da Juventude do Esporte e do Lazer.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

São João do Sabugi (RN), 01 de setembro de 2026.

ANÍBAL PEREIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hertha Adalgiza Azevêdo Araújo
Código Identificador:5E4AB22E

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 003/2026 – GAB/SME - REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

NOMEIA OS MEMBROS DO COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO, NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOÃO DO SABUGI**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo **Portaria Municipal nº 008 /2025** e pela Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a Portaria nº 002/2026, que institui o comitê gestor municipal da política municipal de alfabetização, no âmbito da secretaria municipal de educação, e dá outras providências
RESOLVE:
Art. 1º Nomear os servidores que seguem, para compor o Comitê Gestor Municipal da Política Municipal de Alfabetização, conforme suas respectivas representações:

MEMBROS	TITULARES	SUPLENTES
Secretária Municipal de Educação	Kamila de Souza Morais	Maria Gabriela de Souza Brito
Articulador Municipal do RENALFA	Dacineide Santos de Medeiros e Medeiros	Simone Nogueira de Araújo Brito
Professores em efetivo exercício de sala de aula;	Josicleide Garcia de Lucena Medeiros	Josélia Domiciano Medeiros Lucena
Coordenadores Pedagógicos	Francineide Dias de Medeiros	Maria do Céu de Medeiros Santana Azevedo
Gestores Escolares	Maria Auxiliadora Fernandes Pereira	Ana Maria Galvão
Conselho Municipal de Educação	Maria Socorro Azevedo de Medeiros	Mona Liza Nery Fernandes
Técnicos da Secretaria Municipal de Educação.	Livanda Lopes de Morais	Thaysla Freitas Soares

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

São João do Sabugi/RN, aos 22 dias do mês de setembro de 2026.

KAMILA DE SOUZA MORAIS
Secretária Municipal De Educação
CPF: 068.756.684-32

Publicado por:
Hertha Adalgiza Azevêdo Araújo
Código Identificador:A846E624

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO EXECUTIVO Nº 056/2026-GP/PMSJM, 19 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre o expediente, nos dias que especifica, nos órgãos da Administração Pública Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que o Dia do Servidor Público é comemorado no dia 28 de outubro de cada ano;

CONSIDERANDO a conveniência do serviço público no andamento de suas atividades fins, mas mantendo e respeitando as datas comemorativas do calendário municipal.

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica antecipada as comemorações do Dia do Servidor Público, sendo decretado ponto facultativo nas repartições públicas municipais o dia 26 (Vinte e seis) de outubro do corrente ano – (segunda-feira).

Art. 2º. Excetuam-se do disposto neste Decreto as atividades consideradas essenciais.

Art. 3º. O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

São José de Mipibu/RN, 19 de outubro de 2026.

JOSÉ DE FIGUEIREDO VARELA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Williany da Silva
Código Identificador:95D919D1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026

O Município de **São José do Campestre/RN**, por meio do Pregoeiro e Equipe de Apoio, sediada Av. Getúlio Vargas, 591 - Centro – São José do Campestre/RN, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO** para registro de preços, a se processar de **FORMA ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando o Registro de Preços para a eventual e futura locação de veículos automotores 100% elétricos (sem condutor), com manutenção preventiva e corretiva, seguro total e assistência inclusos, para atender às necessidades do Município de São José do Campestre/RN. http://www.portaldecompraspublicas.com.br. Data de início das Propostas: a partir do dia 20 de outubro de 2026 às 08h00 exclusivamente através do site http://www.portaldecompraspublicas.com.br. Abertura da sessão pública: 06 de novembro de 2026 às 09h00. Informações Gerais: Acessar o site http://www.portaldecompraspublicas.com.br para retirar o edital.

São José do Campestre/RN, em 19 de outubro de 2026.

JOSÉ DOS SANTOS SILVA JUNIOR
Pregoeiro Municipal:

Publicado por:
José Dos Santos Silva Júnior
Código Identificador:7462092B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 520, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

ALTERA O EXPEDIENTE NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SENDO O DESFRUTO DO FERIADO DO SERVIDOR PÚBLICO DO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2026, PARA O DIA 26 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, no uso de suas atribuições legais, e;
CONSIDERANDO, a conveniência administrativa e a necessidade de adequação com adoção de procedimento visando a não interrupção e continuidade do serviço público, com a prestação dos serviços de maneira eficiente e escorreita;
DECRETA:
Art. 1º O Feriado do Dia do Servidor Público, celebrado em 28 de outubro de 2026 (quarta-feira) terá o seu desfruto alterado para o dia **26 de outubro de 2026 (**segunda-feira), como forma de melhor aproveitamento do serviço público.
Art. 2º Os efeitos do presente Decreto não se aplicam às atividades classificadas como essenciais ao funcionamento do serviço público municipal.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 19 de outubro de 2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:030D851E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 484/2026, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **JOZENILDO ARAUJO DOS SANTOS**
Cargo/Função: Coordenador

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01 de 50%	Natal/RN	15 de outubro de 2026.	328,46	164,23

TOTAL

R$ 164,23

() 100%

(x)50%
( )35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem à Natal/RN, no dia 16 de outubro de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 15 de outubro de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:202EBB3C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 485/2026, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **RUBINALDO ALFREDO DA COSTA**

Cargo/Função: Motorista

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01 de 50%	Natal/RN	16 de outubro de 2026.	310,00	155,00

R$ 155,00

() 100%

(x)50%
( )35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem à Natal/RN, no dia 19 de outubro de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 16 de outubro de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:E784F532

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 07/2026

O Município de São Miguel comunica aos interessados, que realizará licitação na modalidade **CREDENCIAMENTO**, na forma **ELETRÔNICA**, que tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETROELETRÔNICOS, ELETRODOMÉSTICOS E UTENSÍLIOS DIVERSOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS E DEMAIS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN.**
Período para credenciamento: de 20/10/2026 até as 23:59h do dia 19/11/2026 (Horário de Brasília/DF) na plataforma: www.bbmnet.com.br, conforme Processo Administrativo nº 201510665-5. O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº. 123/2006 suas alterações posteriores e as exigências estabelecidas neste Edital.
O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitação, na Rua Padre Tertuliano Fernandes, nº 46, Centro – São Miguel/RN, a partir da publicação deste Aviso, no horário das 07h00mim às 13h00mim, como também no site www.saomiguel.rn.gov.br e no www.bbmnet.com.br. Maiores informações pelo e-mail: licitacao@saomiguel.rn.gov.br.

São Miguel/RN, em 16 de outubro de 2026.

ANTONIO MARCOS DE FREITAS
Agente de Contratações

Publicado por:
Erenice Ventura de Oliveira
Código Identificador:14C3CAC8

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 386 / 2026, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

TRANSFERÊNCIA PONTO FACULTATIVO DO SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica e pela legislação vigente,

CONSIDERANDO que o dia do servidor público é comemorado no dia 28 de outubro de cada ano;

CONSIDERANDO a necessidade da Administração Pública em pautar pelos princípios da razoabilidade e economia;

CONSIDERANDO, o Decreto Estadual nº 35209 de 22 de dezembro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o ponto facultativo do Dia do Servidor Público nos órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta do dia 28 de outubro de 2026 para o dia 30 de outubro de 2026.

Art. 2º - Excetuam-se do ponto facultativo os servidores e o funcionamento dos serviços essenciais e emergenciais cabendo aos dirigentes dos órgãos estabelecer o cumprimento das respectivas escalas normais de trabalho.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 19 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:16D6B3CF

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 1194 / 2026, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

DENOMINA DE RUA TEREZINHA OTAVIANO DE CARVALHO O LOGRADOURO PÚBLICO LOCALIZADO NO BAIRRO JOSÉ VICENTE DO RÊGO, (VILA CACHOEIRA) NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Constitucional do Município de São Miguel, no uso de suas atribuições constitucionais, orgânica e legais, após aprovação do Poder Legislativo, em virtude do decurso do prazo contido no art. 40 § 1º da Lei Orgânica, do Projeto de Lei nº 030/2026 do legislativo, promulga a presente lei, publicando o seu inteiro teor para que produza os efeitos legais:

Art. 1º - Fica denominado de Rua **TEREZINHA OTAVIANO DE CARVALHO** o logradouro público localizado na **no Bairro José Vicente do Rêgo (Vila Cachoeira) perpendicular a Rua Vereador José Leite da Silva próximo a Capela de São João Batista,** no Município de São Miguel/RN.

Art. 2º - O croqui de localização do logradouro denominado por esta Lei consta no **Anexo Único**, que integra a presente Lei para fins de identificação da via.

Art. 3º. - As providências necessárias à execução desta Lei correrão por conta dos órgãos competentes, observada a legislação vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência,
Publique-se,
Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:09BDD40C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 535 / 2026, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:
Art. 1º. Conceder 90 (noventa) dias consecutivos de licença prêmio ao(a) Servidor(a)**MARIA LIDUINA PESSOA OLIVEIRA**, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, matrícula nº 210935-5, conforme protocolo nº 2026.SAFI.LIC.201513268-1.

Parágrafo Único. A licença será usufruída entre os dias **01/10/2026 a 30/12/2026**, devendo o(a) servidor(a) retornar ao exercício no dia 31 de dezembro de 2026.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos de 01 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:67E440AE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 536 / 2026, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O**PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao(a) Servidor(a) **EDILENE PINTO GOMES**, ocupante do cargo de Tecnica de Laboratorio, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, matrícula nº 211179-6, conforme protocolo nº 2026.SAFI.FER.201512860-8.

Parágrafo Único. As férias referem-se ao período aquisitivo de 09/07/2025 a 09/07/2026 as quais serão usufruídas entre os dias **01/10/2026 a 30/10/2026**, devendo o(a) servidor(a) retornar ao exercício no dia 31 de outubro de 2026.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:59E1D258

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 537 / 2026, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O**PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao(a) Servidor(a) **FRANCISCA KRISHNA DIAS MONTEIRO**, ocupante do cargo de Psicologa, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, matrícula nº 210657-1, conforme protocolo nº 2026.SAFI.FER.201512981-7.

Parágrafo Único. As férias referem-se ao período aquisitivo de 16/11/2025 a 16/11/2026 as quais serão usufruídas entre os dias **01/10/2026 a 30/10/2026**, devendo o(a) servidor(a) retornar ao exercício no dia 31 de outubro de 2026.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:D003F21A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 538 / 2026, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O**PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao(a) Servidor(a) **JOSE MIZAEL DE AQUINO**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação e Esporte, matrícula nº 210011-3, conforme protocolo nº 2026.SMEE.FER.20153300-8.

Parágrafo Único. As férias referem-se ao período aquisitivo de 26/03/2025 a 26/03/2026 as quais serão usufruídas entre os dias **01/10/2026 a 30/10/2026**, devendo o(a) servidor(a) retornar ao exercício no dia 31 de outubro de 2026.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:72C14F65

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 539 / 2026, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O**PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao(a) Servidor(a) **MARIA DARLETE DE FREITAS DUARTE**, ocupante do cargo de Agente de Comunitário de saúde, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, matrícula nº 210187-8, conforme protocolo nº 2026.SAFI.FER.201513197-8.

Parágrafo Único. As férias referem-se ao período aquisitivo de 10/12/2025 a 10/12/2026 as quais serão usufruídas entre os dias **01/10/2026 a 30/10/2026**, devendo o(a) servidor(a) retornar ao exercício no dia 31 de outubro de 2026.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:D9094E13

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 540 / 2026, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O**PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao(a) Servidor(a) **JOSE BARTOLOMEU CHAVES**, ocupante do cargo de Agente de Comunitário de saúde, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, matrícula nº 211426-7, conforme protocolo nº 2026.SAFI.FER.201513178-1.

Parágrafo Único. As férias referem-se ao período aquisitivo de 10/12/2025 a 10/12/2026 as quais serão usufruídas entre os dias **01/10/2026 a 30/10/2026**, devendo o(a) servidor(a) retornar ao exercício no dia 31 de outubro de 2026.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:07EFBE26

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 541 / 2026, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O**PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao(a) Servidor(a) **MARIA DO SOCORRO CARVALHO**, ocupante do cargo de Agente de Combate as Endemias, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, matrícula nº 210476-1, conforme protocolo nº 2026.SAFI.FER.201511100-4.

Parágrafo Único. As férias referem-se ao período aquisitivo de 02/01/2025 a 02/01/2026 as quais serão usufruídas entre os dias **01/10/2026 a 30/10/2026**, devendo o(a) servidor(a) retornar ao exercício no dia 31 de outubro de 2026.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:583572DC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 542 / 2026, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O**PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao(a) Servidor(a) **LARISSA EDUARDO JALES**, ocupante do cargo eletivo de Conselheira Tutelar, lotado(a) na Secretaria Municipal do
Gabinete do Prefeito, matrícula nº 210176-1, conforme protocolo nº 2026.SAFI.201510378-8.

Parágrafo Único. As férias referem-se ao período aquisitivo de 10/01/2025 a 10/01/2026 as quais serão usufruídas entre os dias **01/10/2026 a 30/10/2026**, devendo o(a) servidor(a) retornar ao exercício no dia 31 de outubro de 2026.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:411CF66A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 543 / 2026, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O**PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao(a) Servidor(a) **MARIA LUCINEIDE DA SILVA OLIVEIRA**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais do quadro efetivo, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, matrícula nº 210768-5, conforme protocolo nº 2026.SAFI.FER.201513337-1.

Parágrafo Único. As férias referem-se ao período aquisitivo de 01/04/2025 a 01/04/2026 as quais serão usufruídas entre os dias 01/10/2026 a 30/10/2026, devendo o(a) servidor(a) retornar ao exercício no dia 31 de outubro de 2026.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO REGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:52A1C8DC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 544 / 2026, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O**PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao(a) Servidor(a) **ANTONIO WELLINGTON ALVES**, ocupante do cargo de Vigilante, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação e Esporte, matrícula nº 210633-3, conforme protocolo nº 2026.SAFI.FER.201513614-7.

Parágrafo Único. As férias referem-se ao período aquisitivo de 06/04/2025 a 06/04/2026 as quais serão usufruídas entre os dias **01/10/2026 a 30/10/2026**, devendo o(a) servidor(a) retornar ao exercício no dia 31 de outubro de 2026.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:434B28D3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 545 / 2026, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O**PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao(a) Servidor(a) **FRANCISCA LIDUINA DE CARVALHO ALMEIDA**, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, matrícula nº 211451-1, conforme protocolo nº 2026.SAFI.FER.201513082-3.

Parágrafo Único. As férias referem-se ao período aquisitivo de 06/06/2025 a 06/06/2026 as quais serão usufruídas entre os dias **01/10/2026 a 30/10/2026**, devendo o(a) servidor(a) retornar ao exercício no dia 31 de outubro de 2026.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:C2D41BAA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 546 / 2026, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O**PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao(a) Servidor(a) **JOSÉ IDALMO MAIA DO RÊGO**, ocupante do cargo de Vigilante, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, matrícula nº 210401-4, conforme protocolo nº 2026.SAFI.FER.201513324-5.

Parágrafo Único. As férias referem-se ao período aquisitivo de 24/10/2025 a 24/10/2026 as quais serão usufruídas entre os dias **01/10/2026 a 30/10/2026**, devendo o(a) servidor(a) retornar ao exercício no dia 31 de outubro de 2026.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:C7F7CA0B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 547 / 2026, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O**PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao(a) Servidor(a) **FRANCISCO SALES DE FREITAS**, ocupante do cargo de Gari, lotado(a) na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, matrícula nº 210629-5, conforme protocolo nº 2026.SEUR.FER.201513485-3.

Parágrafo Único. As férias referem-se ao período aquisitivo de 02/04/2025 a 02/04/2026 as quais será usufruída entre os dias **01/10/2026 a 30/10/2026**, devendo o(a) servidor(a) retornar ao exercício no dia 31 de outubro de 2026.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:ACBCFCE6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 548 / 2026, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O**PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao(a) Servidor(a) **FRANCISCA FABIANA DE LIMA**, ocupante do cargo de Assistente Social, lotado(a) na Secretária Municipal do Bem-Estar Social, Trabalho e Habitação, matrícula nº 211644-8, conforme protocolo nº 2026.SAFI.FER.2015135113-2.

Parágrafo Único. As férias referem-se ao período aquisitivo de 28/03/2025 a 28/03/2026 as quais serão usufruídas entre os dias 01/10/2026 a 30/10/2026, devendo o(a) servidor(a) retornar ao exercício no dia 31 de outubro de 2026.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:33BE0E87

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 549 / 2026, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O**PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao(a) Servidor(a) **CICERO MACIANO DA SILVA**, ocupante do cargo de Assistente Social, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, matrícula nº 211046-4, conforme protocolo nº 2026.SAFI.FER.201513412-8.

Parágrafo Único. As férias referem-se ao período aquisitivo de 21/09/2025 a 21/09/2026 as quais serão usufruídas entre os dias **01/10/2026 a 30/10/2026**, devendo o(a) servidor(a) retornar ao exercício no dia 31 de outubro de 2026.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:A56CFBB5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 550 / 2026, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS DO SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O**PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao(a) Servidor(a)**MARIA NOELMA PEIXOTO DE AQUINO**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais do quadro efetivo, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, matrícula nº 210258-0, conforme protocolo nº 2026.SAFI.FER.201513422-5.

Parágrafo Único. As férias referem-se ao período aquisitivo de 24/08/2025 a 24/08/2026 as quais serão usufruídas entre os dias **01/10/2026 a 30/10/2026**, devendo o(a) servidor(a) retornar ao exercício no dia 31 de outubro de 2026.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO REGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:E3E97147

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 551 / 2026, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O**PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao(a) Servidor(a) **LUZINETE FRANCO DA SILVA QUEIROZ**, ocupante do cargo de Agente de Comunitário de saúde, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, matrícula nº 210186-8, conforme protocolo nº 2026.SAFI.FER.201513414-4.

Parágrafo Único. As férias referem-se ao período aquisitivo de 10/12/2025 a 10/12/2026 as quais serão usufruídas entre os dias **01/10/2026 a 30/10/2026**, devendo o(a) servidor(a) retornar ao exercício no dia 31 de outubro de 2026.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:D15E3BCC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 552 / 2026, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE PROGRAMAS SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de São Miguel/RN,

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar a senhora **ANA MARIA PESSOA MOREIRA AMORIM,** CPF nº ***.747.908-**, do cargo em comissão de **CHEFE DE PROGRAMAS SOCIAIS - CC4,** da Secretaria Municipal do Bem-estar Social, Trabalho e Habitação do Município de São Miguel / RN.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 19 DE OUTUBRO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:B097000A

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE SÃO MIGUEL
PORTARIA N.º 24, DE 01 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição à servidora e dá outras providências pertinentes.

O Sr. Francisco Fabio Pinheiro, Presidente do Instituto de Previdência do Município de São Miguel – IPSAM, consoante Portaria de Nomeação PM/GP n.º 0173/2025, no uso de suas atribuições legais encartadas no Artigo 53, da Lei Ordinária Municipal n.º 12, de 30 de junho de 2014 e,
CONSIDERANDO o protocolo administrativo junto a esta Autarquia Previdenciária, requerendo **APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,** pela Servidora Pública Municipal, **MARIA CANDIDA DE FREITAS** admitida no Serviço Público em 13 de março de 2003, exercendo as atribuições do cargo de **Professora Nível III Referência "D",** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, inscrita na matrícula n° 210322-3, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no magistério;
CONSIDERANDO que a requerente preenchera os requisitos legais para obtenção do benefício pleiteado, estatuídos no Artigo 8°, inciso I, alínea "b" da Lei Municipal n° 12, 30 de junho de 2014, cumulado com o artigo 6° da Emenda Constitucional n° 41 de 19 de dezembro de 2003 e alínea "a" do inciso III do §1° e §3° §5° e §17° do artigo 40 da Constituição Federal de 1988, calculado nos termos do artigo 7° da Lei Municipal n° 12, 30 de junho de 2014 cumulado coma Emenda Constitucional n° 41 de 19 de dezembro de 2003; consoante corrobora Ficha Financeira, Ficha Funcional, Certidão de Tempo de Contribuição emitida pelo Ente Federativo, e Certidão de Tempo de Contribuição emitida pelo Instituto Nacional de Seguro Social;
CONSIDERANDO a emissão de Parecer da Assessoria Jurídica do IPSAM pugnando pelo deferimento do pleito;
RESOLVE: Art. 1º – CONCEDER a **MARIA CANDIDA DE FREITAS,** brasileira, Servidora Pública Municipal, matriculada sob o nº 210322-3, lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de **PROFESSORA Nível III Referência "D", APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, cadastrado sob o número 101.101.724-3, estatuído no Artigo 8°, inciso I, alínea "b", da Lei Ordinária Municipal n.º 12, de 30 de junho de 2014 e no Artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41 de 19 de dezembro de 2003 e alínea "a" do inciso III do §1º e §5º do artigo 40 da Constituição Federal de 1988 (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41 de 19 de dezembro de 2003), fixando-se os rendimentos da aposentadoria conforme artigo 7° da Lei Municipal n° 12, 30 de junho de 2014 e nos §3º e §17º do artigo 40 da Constituição Federal de 1988 (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41 de 19 de dezembro de 2003), como sendo a forma mais vantajosa, aposentando-se com proventos integrais e com paridade, conforme preceituado nos artigos 6º e 7º da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, que corresponderão a título de provento básico, proporcional às horas laboradas pela servidora (30 horas), considerando-se ainda o nível e a referência em que está enquadrada, ou seja, Nível III, Classe "D", em concomitância com a Lei Ordinária Municipal n° 668, de 09 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Remunerações do Magistério Público Municipal, adicionando-se ao referido provento básico, em rubricas próprias, o valor das verbas incorporadas, qual seja, 04 (quatro) quinquênios, nos termos do artigo 75, da Lei Complementar Municipal n.º 356, 04 de novembro de 1997, bem como, 03 (três) gratificações de título, estatuído no inciso I do artigo 19, da Lei Complementar Municipal n.º 668, de 09 de fevereiro de 2009, cada uma no percentual de 5% (cinco por cento), incidentes sobre o salário-base da classe e nível respectivos, respectivamente.
Art. 2 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de outubro de 2026, revogando-se as contrárias.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

FRANCISCO FABIO PINHEIRO
Presidente do IPSAM
Portaria PMSM/GP n.º 0173/2025

Publicado por:
Francisco Fábio Pinheiro
Código Identificador:AC4A3ED2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°433/2026/GAB/PREF, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

Concede diária(s) a MARIA SOCORRO DE LIMA e dá outras providencias.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos dos Decretos nº 025/2019 e 040/2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 3/4 (três quartos) de diária a servidora **MARIA SOCORRO DE LIMA**, Mat. 0876, ocupante da função de **CHEFE DE GABINETE** deste Município, para custear despesas durante viagem realizada à Cidade de NATAL/RN, para tratar de assuntos do interesse do Município, no dia 19 de outubro 2026, totalizando o valor de R$ 262,50 (duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN, 19 de outubro 2026

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:539182BD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 434/2026/GAB/PREF, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede diária(s) a ADEILTON DANTAS DE MACÊDO e dá outras providencias.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto nº 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 1 diária de ¾ ao servidor **ADEILTON DANTAS DE MACÊDO**, Mat. 966, ocupante da função de **PROCURADOR-GERAL** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagem realizada para Cidade de NATAL/RN, para tratar de assuntos pertinentes ao Município de São Vicente/RN, no dia 20 de outubro, totalizando o valor de R$ 262,50 (duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Vicente/RN, 19 de outubro 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:0D71844C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 435/2026/ GAB/PREF, 19 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede diária(s) a JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS e dá outras providencias.

A CHEFE DE GABINETE DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos dos Decretos nº 025/2019 e 040/2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 1 (uma integral) diária a servidora **JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS**, Mat. 1067, ocupante da função de **PREFEITA** deste Município, para custear despesas durante viagem realizada à Cidade de NATAL/RN, para tratar de assuntos do interesse do Município, no dia 20 de outubro 2026, totalizando o valor de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN, 19 de outubro de 2026

MARIA SOCORRO DE LIMA
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:D023CB25

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 436/2026/GAB/PREF, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

Nomeia Comissão de Planejamento de Contratações para atuar em processo específico e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Vicente, Estado do Rio Grande do Norte, no uso e gozo das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO, a promulgação da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que trouxe novos parâmetros para as contratações públicas, em especial, àquelas a serem realizadas de forma direta, por dispensa ou inexigibilidade;

CONSIDERANDO, que cabe ao município definir, em norma própria, regras específicas para o cumprimento das determinações gerais previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO, a necessidade de harmonização das normas jurídicas, visando à máxima eficácia e efetividade da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO, oDecreto Municipal nº 115/2023, que dispõe sobre o regime de transição para a plena aplicação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, estabelecendo planejamento, com vistas à regulamentação do novo regime de licitação e contratação no âmbito da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO que, embora o artigo 187, da Lei Federal nº 14.133/2021 permita o Município aplicar os regulamentos editados pela União, torna-se necessário que sejam baixados regulamentos municipais específicos, para atender as particularidades inerentes à sua realidade;

R E S O L V E

Art. 1º- DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para constituir Aquisição de Gêneros Alimentícios.

Membro: Sarah Sales Matos (Mat. 1080).
Membro: Eric Yan Da Silva (Mat. 60436).
Membro: Clenilda Maria Araújo (MAT: 941).

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 19 de outubro de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:819007EA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°439/2026/GAB/PREF, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

Concede diária(s) a JUCELIO MEDEIROS CUNHA e dá outras providencias.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto nº 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E
Fica concedida ¾ de diária ao servidor **JUCELIO MEDEIROS CUNHA**, Mat. 1100, ocupante da função de **SECRETÁRIO DE ESPORTE** deste Município, para custear despesas com locomoção e alimentação durante viagem realizada para Cidade de CAICÓ/RN, para tratar de assuntos relacionados ao Município, no dia 19 de outubro de 2026, totalizando o valor de R$ 112,50 (cento e doze reais e cinquenta centavos).

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Vicente/RN, 19 de outubro de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:B8F53A46

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 437/2026/GAB/PREF, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

NOMEIA FISCAIS PARA O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 330/2026.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, Constituição Federal e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração;

RESOLVE:

Art.1º. Nomear como FISCAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 330/2026 celebrado entre o MUNICIPIO DE SÃO VICENTE/RN e a Sra.: MARIA DA GUIA DANTAS, CPF: 968.XXX.XXX-15, o(s) seguinte(s) servidor(es): ISADORA ELLEN DE LACERDA COSTA BEZERRA, MAT: 60450, CPF: 124.XXX.XXX-62.

Art. 2º. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal nomeado por esta Administração.

§ 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

Art. 3º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN 19 de outubro de 2026

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:FCC4FECB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 438/2026/GAB/PREF, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

NOMEIA FISCAIS PARA O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 329/2026.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, Constituição Federal e,
CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração;

RESOLVE:
Art.1º. Nomear como FISCAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 329/2026 celebrado entre o MUNICIPIO DE SÃO VICENTE/RN e a EMPRESA: JSI EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ:46.482.029/0001-58, o(s) seguinte(s) servidor(es): Raul De Oliveira, MAT: 1070, CPF: 070.XXX.XXX-70.

Art. 2º. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal nomeado por esta Administração.
§ 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

Art. 3º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN 19 de outubro de 2026

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:E97C3C94

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2026

A Prefeita Constitucional de São Vicente/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei, de acordo com o que determina o Inciso IV do art. 71 e Inciso VIII do Art. 72 da Lei nº 14.133/2021, e considerando o que consta nos autos do processo administrativo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº **033/2026**, fundamentada de acordo com o que preceitua o Inciso II do Art. 75 do referido diploma legal, **ADJUDICO, HOMOLOGO** o objeto/processo que trata da **CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DECORAÇÃO/ORNAMENTAÇÃO E BUFFET, COM FORNECIMENTO DE COFFEE BREAK, SERVIÇOS DE COQUETEL, SERVIÇO DE GARÇOM E LOCAÇÃO DE UTENSILIOS DE COZINHA, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM EVENTOS PEDAGÓGICOS, COMO FORMAÇÕES E WORKSHOPS DURANTE TODO O ANO DE 2026/2027,** com a Sr. MARIA DA GUIA DANTAS, pessoa física, portadora do CPF de nº 968.XXX.XXX-15, perfazendo o valor de R$ 53.034,00 (cinquenta e três mil e trinta e quatro reais) levando em consideração o critério do menor preço conforme mapa demonstrativo que consta nos autos.
Determino que o Setor de Licitações lavre o competente instrumento de contrato, e realize as publicações exigidas no art. 72, parágrafo único combinado com o art. 176, parágrafo único, inciso I da Lei Federal 14.133/2021.

São Vicente – RN, 19 de outubro de 2026.

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:BEA99C16

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 102/2026 – SMAS, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

NOMEIA FISCAL PARA A PREGÃO ELETRONICO Nº 09/2026, CONTRATO Nº 323/2026.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, Constituição Federal e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração;

RESOLVE:

Art.1º. Nomear como FISCAL DO CONTRATO Nº 323/2026, celebrado entre o *FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL*, e o Empresa: MULTMAIS COMERCIO DE INFO. E ELETRODOMESTICOS LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 42.092.696/0001-73, o(s) seguinte(s) servidor(es): VILMA SOARES SANTANA DA SILVA, CPF: 072.619.107.83, matrícula nº 1086.

Art. 2º. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal nomeado por esta Administração.
§ 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

Art. 3º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN 19 DE OUTUBRO DE 2026.

GABRIELA BEATRIZ DANTAS SOARES DE SOUZA
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:5228ED26

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 329/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 84/2026

CONTRATO Nº.....: 329/2026

ORIGEM.....: Pregão Eletrônico - 11/2026

CONTRATANTE.....: MUNICIPIO DE SAO VICENTE CNPJ: 08.308.470/0001-29 ENDEREÇO PRACA JOAQUIM ARAUJO FILHO, 84 , CENTRO, SÃO VICENTE/RN CEP:59340000

CONTRATADA(O).....: JSI EMPREENDIMENTOS LTDA CNPJ: 46.482.029/0001-58 ENDEREÇO Sitio Baixa Verde, 1112 , Zona Rural, Cerro Corá/RN CEP:59395000

OBJETO.....: PERFURAÇÃO DE POÇO ARTESIANO TUBULAR, LIMPEZA E INSTALAÇÃO

ITENS:

Seq.	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	PERFURACAO DE POÇO ARTESIANO TUBULAR INCLUSO FORNECIMENTO DE MATERIAIS COMO: TUBO DE PVC , PARA SUSTENTAÇÃO DAS PAREDES DO POÇO;	Metro	3.000	160,00	480.000,00
2	LIMPEZA DE POÇO ARTESIANO TUBULAR, COM AFERIÇÃO E CUBAGEM DE VAZÃO EM METROS CUBICOS POR HORA.	Unidade	80	916,67	73.333,60
3	INSTALAÇÃODEMOTORBOMBA,TRIFASICOEOU MONOFASICO, COM TODA TUBULAÇÃO PEÇAS E CONEXÕES, QUADRO DE BOMBA DEVIDAMENTE NO LUGAR COM O SISTEMA DE OPERAGEM DEVIDAMENTE NO LUGAR, OS EQUIPAMENTOS PODEM SER FORNECIDOS PELO BENEFICIARIOBEMCOMOPELOPODERPÚBLICO MUNICIPAL.	Unidade	80	900,00	72.000,00

VALOR TOTAL.....: R$ 625.333,60 (seiscentos e vinte e cinco mil, trezentos e trinta e três reais e sessenta centavos)

PROGRAMA DE TRABALHO.....: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
Programa:
15.451.0008.2008 – Manutenção da Secretaria Mun. de Infraestrutura e Recursos,
Hídricos e Abastecimento;

Elemento de despesa:
33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - PJ.
Sub-elemento de despesa:
33.90.39.99 – Outros Serviços de Terceiros - PJ.
Fonte:
150000000 - Recursos Ordinários Impostos.

VIGÊNCIA.....: O prazo de vigência da contratação é até 16 de outubro de 2027 contados do(a) da de assinatura do contrato, podendo ser prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021

DATA DA ASSINATURA.....: 19 de outubro de 2026

ASSINAM:
PELA CONTRATANTE: Jane Maria Soares de Medeiros portador do CPF nº 031.XXX.XXX-06

PELA CONTRATADA: José Jair Farias de Matos portador do CPF: 068.XXX.XXX-18

FISCAL DO CONTRATO: RAUL DE OLIVEIRA portador do CPF: 070.XXX.XXX-70

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:14CF9119

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2026

O agente de contratação no uso das suas atribuições que lhe foi conferida, e o que dispões o Art. 75, INCISO II, da Lei n° 14.133/2021 de 01/04/2021, vêm tornar público o processo de "DISPENSA DE LICITAÇÃO", com base no valor da proposta apresentada para CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DECORAÇÃO/ORNAMENTAÇÃO E BUFFET, COM FORNECIMENTO DE COFFEE BREAK, SERVIÇOS DE COQUETEL, SERVIÇO DE GARÇOM E LOCAÇÃO DE UTENSILIOS DE COZINHA, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM EVENTOS PEDAGÓGICOS, COMO FORMAÇÕES E WORKSHOPS DURANTE TODO O ANO DE 2026/2027; Contratada: Sr. MARIA DA GUIA DANTAS, pessoa física, portadora do CPF de nº 968.XXX.XXX-15; Valor da Contratação R$ 53.034,00 (cinquenta e três mil e trinta e quatro reais); Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN (CNPJ: 08.308.470/0001-29)

ADJUDICADO, HOMOLOGADO E AUTORIZADO POR: JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS – PREFEITA, em 19 de outubro de 2026.

São Vicente/RN, 19 de outubro de 2026.

JOSÉ TALIZ DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:D9AF0888

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 130/226

Processo nº 088/2026 – Carona nº 014/2026 – CC

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN**
Contratada: **ODONTOMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA**
CNPJ: **27.029.083/0001-06**

Objeto: Aquisição de materiais e insumos odontológicos destinados a atender as necessidades do município de Senador Elói de Souza/RN.

Vigência: 19/10/2026 à 19/10/2027

Valor: R$99.530,99 (Noventa e nove mil, quinhentos e trinta reais e noventa e nove centavos)

Senador Elói de Souza/RN, 19 de outubro de 2026.

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JÚNIOR
Prefeito Municipal
Senador Elói de Souza/RN

Publicado por:
Jose Lucio Junior da Silva
Código Identificador:38DE5DF7

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 131/2026

Processo nº 089/2026 – Carona nº 015/2026 – CC

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN**
Contratada: **PONTANEGRA AUTOMÓVEIS LTDA**
CNPJ: **40.757.908/0001-69**

Objeto: Aquisição de veículo do tipo van 0km, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de Senador Elói de Souza/RN.

Vigência: 19/10/2026 à 19/10/2027

Valor: R$359.900,00 (Trezentos e cinquenta e nove mil e novecentos reais).

Senador Elói de Souza/RN, 19 de outubro de 2026.

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JÚNIOR
Prefeito Municipal
Senador Elói de Souza/RN

Publicado por:
Jose Lucio Junior da Silva
Código Identificador:14000D43

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 146/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026 "INSTITUI O FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME, DO MUNICÍPIO DE SENADOR GEORGINO AVELINO/RN, DISPÕE SOBRE SUA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DECRETO 146/2026 de 19 de outubro de 2026

> "Institui o Fórum municipal de educação-FME, do município de Senador Georgino Avelino/RN, dispõe sobre sua organização e funcionamento e dá outras providências".

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SENADOR GEORGINO AVELINO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis,
CONSIDERANDO o princípio da gestão democrática do ensino público, previsto no art. 206, inciso VI, da Constituição Federal, e no art. 3º, inciso VIII, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 16, 17 e 19 da Lei Complementar nº 220, de 31 de outubro de 2025, que instituiu o Sistema Nacional de Educação;
CONSIDERANDO o disposto no § 2º do art. 8º da Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprovou o Plano Nacional de Educação;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a participação da sociedade civil na formulação, no acompanhamento, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas educacionais do Município;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir a continuidade dos trabalhos de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação, fortalecendo a articulação entre o Poder Público e a comunidade educacional;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o "Fórum Municipal de Educação – FME", instância permanente de participação social, de caráter consultivo, propositivo, mobilizador e de articulação entre o Poder Público e a sociedade civil, destinada ao acompanhamento das políticas públicas educacionais do Município.

Parágrafo único. O Fórum Municipal de Educação atuará sem prejuízo das competências legais do Conselho Municipal de Educação e dos demais órgãos integrantes do Sistema Municipal de Ensino.

CAPÍTULO I I
DA FINALIDADE

Art. 2º São finalidades do Fórum Municipal de Educação:
I – Acompanhar a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação;
II – Promover o diálogo permanente entre o Poder Público e a sociedade sobre as políticas educacionais;
III – Coordenar, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, a realização das Conferências Municipais de Educação;
IV – Estimular a participação da comunidade escolar e da sociedade civil na construção das políticas públicas educacionais;
V – Promover estudos, debates e propostas voltados ao aprimoramento da educação municipal.

CAPÍTULO III
DA COMPETÊNCIA

Art. 3º Compete ao Fórum Municipal de Educação:
I – Acompanhar a execução das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação;
II – Elaborar relatórios e recomendações sobre a política educacional do Município;
III – Organizar e acompanhar as Conferências Municipais de Educação;
IV – Instituir comissões temáticas, quando necessário;
V – Promover audiências públicas, seminários, consultas e demais atividades de participação social;
VI – Incentivar a integração entre os órgãos do Sistema Municipal de Ensino e a sociedade civil.

CAPÍTULO IV
DA COMPOSIÇÃO
Art. 4º O Fórum Municipal de Educação será composto por representantes titulares e suplentes dos seguintes segmentos:

I – Secretaria Municipal de Educação;
II – Setor Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação;
III – Conselho Municipal de Educação;
IV – Gestores das escolas da rede municipal de ensino;
V – Professores da rede municipal de ensino;
VI – Representantes da Educação Infantil;
VII – Representantes do Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais;
VIII– Comissão de Educação da Câmara Municipal de Vereadores;
IX– Conselho Tutelar;
X – Representantes da rede estadual de ensino com atuação no município;
XI – Representantes de pais ou responsáveis por estudantes;
XII – Representantes de instituições de ensino superior com atuação no município, quando existentes;
XIII- Representantes do Conselho Municipal do FUNDEB;
XV- Representantes de Trabalhadores da Educação- SINDICATO.
§ 1º Cada instituição indicará um representante titular e um suplente.
§ 2º A participação no Fórum constitui serviço público relevante e não será remunerada.
Art. 5º Os membros do Fórum serão nomeados por Portaria do Prefeito Municipal, mediante indicação formal das respectivas instituições ou entidades representadas.

CAPÍTULO V
DA ORGANIZAÇÃO
Art. 6º O Fórum Municipal de Educação será administrativamente vinculado à Secretaria Municipal de Educação, que prestará o apoio técnico, administrativo e estrutural necessário ao seu funcionamento.
Art. 7º Na primeira reunião de instalação, os membros do Fórum elegerão, entre seus pares, a Coordenação Geral, a Coordenação Adjunta e a Secretaria Executiva, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Parágrafo único. As regras de funcionamento, organização interna, substituição de membros, funcionamento das comissões e processo eleitoral serão disciplinadas pelo Regimento Interno.
Art. 8º A elaboração do Regimento Interno do Fórum Municipal de Educação deve ser objeto de sua primeira reunião, sendo aprovado em reunião de pauta específica pela maioria simples de seus membros e homologado pela Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO VI
DAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS
Art. 9º Compete ao Fórum Municipal de Educação organizar, acompanhar e avaliar as Conferências Municipais de Educação, observadas as diretrizes nacionais e estaduais.

CAPÍTULO VII
DA RELAÇÃO COM O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Art. 10º O Fórum Municipal de Educação atuará em regime de cooperação com o Conselho Municipal de Educação, respeitadas a autonomia e as competências legais de cada órgão.

Parágrafo único. O Fórum não exercerá competências normativas, deliberativas ou fiscalizatórias próprias do Conselho Municipal de Educação.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 11º O Fórum Municipal de Educação instituído por este Decreto terá caráter provisório, assegurando a continuidade das ações de participação social, elaboração, monitoramento e avaliação das políticas educacionais do Município até sua institucionalização por lei.
Art. 12º Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observada a legislação vigente.
Art. 13º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Senador Georgino Avelino/RN, 19 de Outubro de 2026.

ANTÔNIO MARCOS FREIRE
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:955F0FA7

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇO DE MERCADO PARA MATERIAIS ESPORTIVOS E DE APOIO DESTINADOS AO PROJETO JUDÔ

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO/RN torna público interesse em contratação do serviço abaixo detalhado e solicita que eventuais interessados apresentem propostas para aferição de Preço de Mercado, podendo ser selecionada a proposta mais vantajosa para imediata contratação, a depender dos enquadramentos legais.

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 091/2024 que dispõe sobre as regras e diretrizes para atuação do agente de contratação e da equipe de apoio.
CONSIDERANDO a necessidade de obediência aos parâmetros impostos pela Lei 14.133/2021;

A Prefeitura Municipal de SENADOR GEORGINO AVELINO/RN solicita a quem interessar a apresentação de proposta de preço para itens abaixo:

DESCRIÇÃO DO OBJETO:
Contratação de empresa especializada na de aquisição de materiais esportivos e de apoio destinados à implantação e ao funcionamento das atividades do Projeto Judô, no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.

Especificações:

Nº	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÕES	QUANTIDADE
1	Tatames em EVA	Espessura de 40 mm (4 cm). Total de 40 m²; a critério do fornecedor: 40 unidades de 1 m × 1 m ou 20 unidades de 2 m × 1 m.	80 m²
2	Cones coloridos	Em polipropileno, 18 × 11 × 11 cm, peso aproximado de 60 g cada, em cores variadas.	30 unidades
3	Bambolês	Para uso geral em treinos, exercícios e dinâmicas.	30 unidades
4	Bolas de futebol infantil	Modelo leve, adequado para atividades recreativas e de coordenação motora.	10 unidades
5	Kimonos de judô	Tamanhos infantis M1, M2, M3 e M4 e adultos A0 e A1, conforme a distribuição necessária às turmas.	60 unidades
6	Corda para cabo de guerra infantil	Espessura de 16 mm, com comprimento de 10 metros.	02 unidades
7	Escada de agilidade	Escada de nylon resistente, com degraus de polipropileno.	02 unidades
8	Saco de pancada	Altura de 1,20 m, modelo cheio.	02 unidades
9	Colchonetes	Espuma D23, dimensões de 90 × 40 × 3 cm, com revestimento impermeável.	10 unidades
10	Elásticos de resistência	Corda elástica de resistência com extensor.	20 unidades

As propostas apresentadas servirão para o levantamento preliminar de preços praticados no mercado e verificação da modalidade de licitação cabível.
As Cotações de Preços requeridas deverão ser encaminhadas para o e-mail:**cplsgavelinolicitacoes2020@gmail.com**, em atenção à agente de contratação, no formato portátil de documento eletrônico, tipo PDF (Portable Documento Format), contendo no mínimo:
a) Descrição do objeto;
b) Valor unitário, total e por extenso;
c) Número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;
d) Endereços físico e eletrônico e telefone de contato;
e) Data de emissão,
f) Nome completo e identificação do responsável pela emissão. e
g) Termo de referência disponível para análise de exigências e qualificações técnicas para formulação da proposta.

CONSIDERANDO o objeto e a baixa complexidade, o prazo de validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.

O Termo de referência encontra-se disponível para conhecimento das exigências e cláusulas.

A cotação deverá ser encaminhada até ás 12hs do dia 22/10/2026.

Senador Georgino Avelino, 19 de Agosto de 2026.

GERSUI CABRAL DO NASCIMENTO
Agente de Contratação
Prefeitura Municipal de Senador Georgino Avelino/RN.

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:0ADCB5B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUTOS DESCARTÁVEIS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES OPERACIONAIS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SENADOR GEORGINO AVELINO/RN

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 100001/2026- SRP

O Município de Senador Georgino Avelino/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal de Senador Georgino Avelino, representada por seu Agente de Contratação designado pela Portaria 010/2024, torna público para conhecimento dos interessados que no dia **29 de outubro de 2026, as 14h30min.**, fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO,** na forma **ELETRÔNICA,** para **REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUTOS DESCARTÁVEIS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES OPERACIONAIS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SENADOR GEORGINO AVELINO/RN.**

O edital e seus anexos poderão ser adquiridos site oficial da Prefeitura Municipal, do Portal de Compras Públicas, e as propostas comerciais serão recebidas a partir das **14h30min.** do dia **19/10/2026** até as **14h30min.** do dia **29/10/2026**, por meio do endereço www.portaldecompraspublicas.com.br, onde se encontra o link "registro de proposta", podendo os interessados cadastrar ou substituir propostas no sistema eletrônico.

Senador Georgino Avelino/RN, 19 de outubro de 2026

GERSUI CABRAL DO NASCIMENTO
Agente de Contratação
Portaria Nº 010/2024

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:4677FC33

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
SETOR DE CONTRATOS PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO DE QUANTIDADE DO CONTRATO N° 146/2025 DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 010/2025.

Termo de Aditivo ao Contrato entre o **MUNICÍPIO DE SERRA DO MEL/RN**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.755.971/0001-20, sediada na Rua Antônio F de Oliveira, Vila Brasília, Centro Administrativo Municipal, Centro, Serra do Mel, RN, doravante denominada CONTRATANTE, e do outro lado a **DANTAS CONSTRUÇÕES E SERVICOS LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 30.706.798/0001-52, plenamente qualificada nos autos, neste ato representada por Pablo Ferreira Costa, já qualificado nos autos, adiante denominada simplesmente CONTRATADA, firmam o presente ADITAMENTO DE QUANTIDADE AO CONTRATO, com amparo na CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 010/2025, em obediência à Lei nº 14.133/21.

O presente termo tem por objeto ao aditamento de quantidade ao contrato da construção de cinco salas de aula, uma despensa e dois banheiros, incluindo passarela com piso de concreto, na escola Municipal Maria Eva, localizada na Vila Brasília, no Município de Serra do Mel/RN.

O presente Termo Aditivo tem por objeto o aditamento de quantidade corresponde ao valor de **R$ 73.208,79** (setenta e três mil e duzentos e oito reais e setenta e nove centavos), passando o valor total do contrato a ser R$ 738.208,79 (setecentos e trinta e oito mil e duzentos e oito reais e setenta e nove centavos).

Ficam mantidas as demais cláusulas do contrato originário e alterações posteriores.

Serra do Mel/RN, 16 de outubro de 2026.

Publicado por:
Flamarion Lucena da Silva
Código Identificador:01C5FC4B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
SETOR DE CONTRATOS SETOR DE CONTRATOS TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÉBITO, INDENIZAÇÃO E QUITAÇÃO DE CRÉDITOS QUE FIRMAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA DO MEL/RN E A PROFISSIONAL LÍDIA DAMARIS DE PAIVA FONSECA

O **MUNICÍPIO DE SERRA DO MEL/RN**, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ sob o n.º 13.876.864/0001-13, situado à Vila Rio Grande do Norte, Centro, S/N, CEP 59.663-000, Serra do Mel RN, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, a senhora Anacélia Freitas do Nascimento, brasileira, casada, inscrita no CPF/MF sob o nº 022.XXX.XXX-79, na cidade de Serra do Mel/RN, e a técnica de enfermagem, a senhora, **LÍDIA DAMARIS DE PAIVA FONSECA**, inscrita no CPF sob o nº 101.XXX.XXX-78, firmam o presente Termo com as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O Fundo Municipal de Saúde de Serra do Mel RN reconhece que a senhora LÍDIA DAMARIS DE PAIVA FONSECA, prestou serviços de Técnica de Enfermagem Plantonista (24h) no período de DEZEMBRO/2025 a FEVEREIRO/2026, sem o devido empenho, porém devidamente atestados e reconhecidos conforme planilha que se segue:

CARGO/FUNÇÃO	PLANTÃO	QUANTIDADE REALIZADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL A PAGAR
Técnico de Enfermagem	24 horas	16	R$437,00	R$6.992,00

Cláusula Segunda: A técnica de enfermagem, a senhora LÍDIA DAMARIS DE PAIVA FONSECA, declara, sob as penas da Lei, que os valores expressos na cláusula primeira que instruem e justificam este instrumento, contemplam todos os custos de qualquer natureza incidentes sobre o fornecimento dos materiais indicados, inexistindo outros débitos aos mesmos concernentes.

Cláusula Terceira: Em face do disposto no art. 10 da resolução 028/2020 do Tribunal de Contas do estado do Rio Grande do Norte, a despesa discriminada na Cláusula Primeira, apurada e atestada por seu ordenador é, neste ato, reconhecida pelo Município de Serra do Mel RN, para os efeitos preconizados em tais disposições legais.

Cláusula Quarta: O Fundo Municipal de Saúde de Serra do Mel RN se obriga a efetuar o pagamento da importância de R$6.992,00 (seis mil, novecentos e noventa e dois reais), abrangendo o principal e eventuais acessórios, no prazo de 90 dias, a contar da data de publicação deste instrumento no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte.

Parágrafo único: O pagamento será realizado mediante depósito na conta corrente de titularidade da credora.

Cláusula Quinta: Efetuado o depósito bancário, a senhora LÍDIA DAMARIS DE PAIVA FONSECA, confere ao Fundo Municipal de Saúde de Serra do Mel RN, por este instrumento, pela prestação de serviços de Técnica de Enfermagem Plantonista (24h) no período de DEZEMBRO/2025 a FEVEREIRO/2026, a mais ampla, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamar ou pleitear a qualquer título ou pretexto.

Cláusula Sexta: O presente ajuste tem força de título executivo extrajudicial, obrigando os acordantes, herdeiros e sucessores a qualquer título.

Cláusula Sétima: O foro competente para dirimir questões resultantes do presente acordo é o da Comarca de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, que prevalecerá sobre qualquer outro.

Serra do Mel RN, 15 de outubro de 2026.

Publicado por:
Flamarion Lucena da Silva
Código Identificador:DDC4E8B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
SETOR DE CONTRATOS TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÉBITO, INDENIZAÇÃO E QUITAÇÃO DE CRÉDITOS QUE FIRMAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA DO MEL/RN E A PROFISSIONAL ARIANE MIKAELLY FEREIRA DA SILVA

O **MUNICÍPIO DE SERRA DO MEL/RN**, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ sob o n.º 13.876.864/0001-13, situado à Vila Rio Grande do Norte, Centro, S/N, CEP 59.663-000, Serra do Mel RN, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, a senhora Anacélia Freitas do Nascimento, brasileira, casada, inscrita no CPF/MF sob o nº 022.XXX.XXX-79, na cidade de Serra do Mel/RN, e a técnica de enfermagem, a senhora **ARIANE MIKAELY F. DA SILVA**, inscrita no CPF sob o nº 117.XXX.XXX-77, firmam o presente Termo com as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O Fundo Municipal de Saúde de Serra do Mel RN reconhece que a senhora ARIANE MIKAELLY F. DA SILVA, prestou serviços de Técnica de Enfermagem Plantonista (24h) no período de DEZEMBRO/2025 a FEVEREIRO/2026, sem o devido empenho, porém devidamente atestados e reconhecidos conforme planilha que se segue:

CARGO/FUNÇÃO	PLANTÃO	QUANTIDADE REALIZADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL A PAGAR
Técnico de Enfermagem	24 horas	15	R$437,00	R$6.555,00

Cláusula Segunda: A técnica de enfermagem, a senhora ARIANE MIKAELLY F. DA SILVA**,** declara, sob as penas da Lei, que os valores expressos na cláusula primeira que instruem e justificam este instrumento, contemplam todos os custos de qualquer natureza incidentes sobre o fornecimento dos materiais indicados, inexistindo outros débitos aos mesmos concernentes.

Cláusula Terceira: Em face do disposto no art. 10 da resolução 028/2020 do Tribunal de Contas do estado do Rio Grande do Norte, a despesa discriminada na Cláusula Primeira, apurada e atestada por seu ordenador é, neste ato, reconhecida pelo Município de Serra do Mel RN, para os efeitos preconizados em tais disposições legais.

Cláusula Quarta: O Fundo Municipal de Saúde de Serra do Mel RN se obriga a efetuar o pagamento da importância de R$6.555,00 (seis mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais), abrangendo o principal e eventuais acessórios, no prazo de 90 dias, a contar da data de publicação deste instrumento no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte.

Parágrafo único: O pagamento será realizado mediante depósito na conta corrente de titularidade da credora.

Cláusula Quinta: Efetuado o depósito bancário, a senhora ARIANE MIKAELLY F. DA SILVA, confere ao Fundo Municipal de Saúde de Serra do Mel RN, por este instrumento, pela prestação de serviços de Técnica de Enfermagem Plantonista (24h) no período de DEZEMBRO/2025 a FEVEREIRO/2026, a mais ampla, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamar ou pleitear a qualquer título ou pretexto.

Cláusula Sexta: O presente ajuste tem força de título executivo extrajudicial, obrigando os acordantes, herdeiros e sucessores a qualquer título.

Cláusula Sétima: O foro competente para dirimir questões resultantes do presente acordo é o da Comarca de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, que prevalecerá sobre qualquer outro.

Serra do Mel RN, 15 de outubro de 2026.

Publicado por:
Flamarion Lucena da Silva
Código Identificador:9EF6CD12

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
REGULAMENTO CONCURSO GASTRONOMICO "COZINHA CHEFE SHOW" 2026

II FESTIVAL DO CAJU DE SERRA DO MEL
CONCURSO GASTRONOMICO "COZINHA CHEFE SHOW" EDIÇÃO 2026

REGULAMENTO GERAL
O presente Regulamento Geral estabelece as normas, critérios e condições para a realização do Concurso "Cozinha Chefe Show" – Edição 2026, que integra as categorias do Festival do Caju de Serra do Mel, que acontece dentro da programação da Festa do Caju 2026, promovido pela Prefeitura Municipal de Serra do Mel, por meio da Secretaria Municipal de Cultura.

1. DO OBJETO

1.1. O Concurso "Cozinha Chefe Show" tem como objeto o desenvolvimento, a preparação e a apresentação de uma criação gastronômica cultural que valorize a utilização de ingredientes regionais, os saberes e fazeres culinários, a criatividade e a identidade gastronômica do Município de Serra do Mel.

1.2. A preparação apresentada deverá observar as disposições estabelecidas neste Regulamento, especialmente quanto aos ingredientes, técnicas de execução, apresentação, critérios de avaliação e demais condições definidas pela Comissão Organizadora.

1.3. A participação na Cozinha Chefe Show implica a plena ciência e aceitação das normas estabelecidas neste Regulamento Geral.

2. DOS OBJETIVOS

2.1. O Concurso "Cozinha Chefe Show" tem como objetivos:

I – Valorizar a gastronomia como manifestação da cultura e da identidade de Serra do Mel;

II – Incentivar a utilização e a valorização de ingredientes e produtos regionais, com destaque para o caju;

III – Estimular a criatividade, a inovação e o desenvolvimento de preparações gastronômicas que expressem características do território serramelense;

IV – Valorizar os conhecimentos, saberes, práticas e tradições relacionados à culinária local;

V – Promover o reconhecimento da gastronomia como elemento integrante do patrimônio cultural e da identidade do Município;

VI – Incentivar a participação e o protagonismo de restaurantes, cozinheiros, empreendedores e demais agentes da cadeia gastronômica local;

VII – Estimular a criação de preparações que possam contribuir para a valorização e difusão dos produtos e sabores de Serra do Mel;

VIII – Proporcionar espaço de experimentação, demonstração e reconhecimento da criatividade e das técnicas culinárias dos participantes;

IX – Fortalecer a relação entre gastronomia, cultura, produção local e identidade territorial; e

X – Contribuir para a valorização e divulgação da culinária de Serra do Mel no contexto da programação da Festa do Caju 2026.

3. DOS PARTICIPANTES E DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar do Concurso "Cozinha Chefe Show" pessoas físicas, restaurantes, estabelecimentos e empreendimento gastronômico regularmente inscritos na programação do II Festival do Caju de Serra do Mel, observadas as condições estabelecidas neste Regulamento.

3.2. Terão preferência na participação daqueles que estiverem inscritos nos estandes-restaurantes do II Festival do Caju 2026, considerando a integração da Cozinha Chefe Show à programação do evento.

3.3. Cada participante deverá indicar, no ato da inscrição, o responsável pela preparação e apresentação do prato concorrente, quando aplicável.

3.4. Os participantes deverão possuir condições técnicas e operacionais para a elaboração, finalização e apresentação da preparação gastronômica dentro do prazo e das condições estabelecidas pela Comissão Organizadora.

3.5. Os participantes comprometem-se a cumprir integralmente as disposições deste Regulamento Geral, bem como as orientações da Comissão Organizadora.

3.6. É de responsabilidade exclusiva de cada participante providenciar os ingredientes, utensílios, equipamentos, recipientes, materiais e demais elementos necessários à preparação e apresentação do prato, salvo aqueles expressamente disponibilizados pela organização.

3.7. O prato apresentado deverá atender integralmente às exigências estabelecidas neste Regulamento, especialmente quanto aos ingredientes obrigatórios, composição, apresentação e critérios de avaliação.

3.8. O prato concorrente somente poderá ser comercializado ao público após a realização da avaliação pelo Júri Técnico e o encerramento do processo de julgamento, conforme orientação da Comissão Organizadora.

3.9. A participação na Cozinha Chefe Show é pessoal e intransferível, não sendo permitida a substituição do participante ou do estabelecimento inscrito sem prévia autorização da Comissão Organizadora.

3.10. O descumprimento das condições estabelecidas neste Regulamento poderá acarretar advertência, desclassificação ou outras medidas previstas nas disposições aplicáveis à Cozinha Chefe Show.

3.10. Participantes que possui título de PRIMEIRO LUGAR ou VENCEDOR(A) de qualquer edição do concurso, em quaisquer categorias, não poderá concorrer novamente na categoria que é considerado campeão, podendo ser convidado para participação especial pela Comissão Organizadora.

4. DA INSCRIÇÃO

4.1. A participação na Cozinha Chefe Show estará condicionada à realização de inscrição dentro do período estabelecido pela Comissão Organizadora.

4.2. O Concurso contará com duas categorias diferentes:
Cozinha Chefe Show
Gastronomia Livre

4.2. As inscrições serão realizadas de forma **ONLINE, através do link ----------,** no período de 20 à 30 de Outubro de 2026.

4.3. O participante deverá entregar, **PRESENCIALMENTE,** a seguinte documentação obrigatória:
Ficha de Inscrição (Anexo I) devidamente preenchida; OU
Comprovante de Inscrição via Formulário do Google;
Cópia de documento de identidade com foto (RG, CNH, etc.).
Cópia do CPF;
Cópia de comprovante de endereço recente.
Anexo II - Termo de Autorização para Uso de Imagem, Voz e Receita devidamente preenchido e assinado.

4.4. Cada participante poderá inscrever apenas uma preparação gastronômica, salvo disposição diversa estabelecida pela Comissão Organizadora.

4.5. A inscrição será considerada efetivada somente após a conferência das informações e o cumprimento das condições estabelecidas pela organização.

4.6. A Comissão Organizadora poderá solicitar informações ou documentos complementares necessários à confirmação da inscrição.

4.7. A inscrição implica a concordância integral do participante com as disposições deste Regulamento Geral, não sendo admitida alegação posterior de desconhecimento das normas.
4.8. O participante que prestar informações falsas, incompletas ou incompatíveis com as condições estabelecidas poderá ter sua inscrição cancelada ou ser desclassificado em qualquer etapa da Cozinha Chefe Show.

5. DO CONCURSO

5.1. A categoria "**Cozinha Chefe Show"** compreenderá o desenvolvimento, a produção e a apresentação de uma preparação gastronômica elaborada especialmente para a edição de 2026.
5.2. A preparação concorrente deverá ser apresentada na modalidade de **prato principal**, salvo disposição específica estabelecida pela Comissão Organizadora.
5.3. A preparação deverá obrigatoriamente utilizar o **caju** como ingrediente integrante da composição do prato, observadas as exigências estabelecidas neste Regulamento.
5.4. Os ingredientes obrigatórios e eventuais ingredientes complementares serão definidos pela Comissão Organizadora e deverão ser observados por todos os participantes.
5.5. O ingrediente obrigatório deverá estar efetivamente incorporado à preparação e ser perceptível e identificável no prato apresentado ao Júri Técnico.
5.6. As preparações deverão apresentar criatividade, domínio técnico, qualidade gastronômica e identidade territorial, estabelecendo relação com os produtos, saberes, características e referências culturais de Serra do Mel.
5.7. A preparação deverá ser original e desenvolvida especificamente para a participação na Cozinha Chefe Show 2026, não sendo admitida a apresentação de prato que não atenda às características estabelecidas neste Regulamento.
5.8. Cada participante será responsável pela aquisição, conservação, preparação e manipulação dos ingredientes utilizados em sua receita, observando as normas de higiene, segurança alimentar e boas práticas de manipulação de alimentos.
5.9. A organização poderá estabelecer previamente o tempo, local, ordem e condições para a preparação e entrega dos pratos, devendo os participantes cumprir rigorosamente as determinações comunicadas.
5.10. A apresentação do prato deverá permitir sua avaliação pelo Júri Técnico de acordo com os critérios definidos neste Regulamento.
5.11. A preparação deverá ser acompanhada de ficha técnica, quando exigida pela Comissão Organizadora, contendo as informações necessárias à identificação e avaliação da receita, incluindo nome do prato, ingredientes, quantidades, método de preparo e rendimento.
5.12. O nome atribuído à preparação não poderá conter elementos que permitam identificar diretamente o participante ou estabelecimento durante o processo de julgamento, quando adotado o sistema de avaliação às cegas.
5.13. O prato concorrente deverá permanecer disponível para avaliação pelo Júri Técnico antes de qualquer comercialização ou distribuição ao público.
5.14. A Comissão Organizadora poderá estabelecer procedimentos específicos para garantir a organização, a padronização e a imparcialidade do processo de apresentação e avaliação das preparações.
5.15. O descumprimento das regras relativas à preparação, apresentação ou composição do prato poderá resultar na desclassificação do participante, conforme as disposições deste Regulamento.
5.16. Haverá preparação dos candidatos com oficinas preparatórias ministradas com instrutor técnico, com conhecimentos e habilidades compatíveis com o caráter do concurso Cozinha Chefe Show.

6. DOS INGREDIENTES E DA COMPOSIÇÃO DO PRATO

6.1. A preparação concorrente deverá utilizar obrigatoriamente o caju em sua composição, sendo este o ingrediente de destaque do Concurso Cozinha Chefe Show.
6.2. O mel será considerado ingrediente complementar da edição, podendo ser utilizado pelos participantes na composição da preparação, de acordo com a proposta gastronômica desenvolvida.
6.3. O caju deverá estar efetivamente incorporado à preparação e ser perceptível e identificável pelo Júri Técnico, seja por suas características sensoriais, técnicas ou pela forma de utilização na composição do prato.
6.4. Os demais ingredientes utilizados na preparação serão de livre escolha do participante, desde que sejam compatíveis com a proposta apresentada e estejam de acordo com as normas de segurança alimentar e boas práticas de manipulação.
6.5. A utilização dos ingredientes deverá demonstrar coerência gastronômica, valorizando seus sabores, características e possibilidades culinárias.
6.6. A composição do prato deverá apresentar equilíbrio entre os ingredientes, permitindo que o ingrediente obrigatório seja reconhecido sem comprometer a harmonia da preparação.
6.7. Não será permitida a substituição do ingrediente obrigatório por derivados ou produtos que não permitam sua identificação na preparação, salvo quando expressamente autorizado pela Comissão Organizadora.
6.8. A Comissão Organizadora poderá estabelecer orientações complementares quanto à utilização dos ingredientes, sempre que necessário para garantir a igualdade de condições entre os participantes.

7. DA PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS PRATOS

7.1. Cada participante deverá produzir porções da preparação concorrente para avaliação pelo Júri Técnico.
7.2. As porções deverão ser preparadas e entregues no local e horário determinados pela Comissão Organizadora.
7.3. Caberá ao participante providenciar os ingredientes, utensílios, equipamentos, recipientes, pratos, talheres e demais materiais necessários à preparação e apresentação da receita, salvo aqueles expressamente disponibilizados pela organização.
7.4. A apresentação dos pratos deverá ser realizada de forma padronizada e adequada à proposta gastronômica, sendo permitida a utilização de elementos decorativos que não comprometam a identificação, degustação ou avaliação da preparação.
7.5. Não será permitida qualquer identificação direta do participante ou estabelecimento no prato, recipiente ou elemento utilizado na apresentação durante o processo de avaliação.
7.6. São considerados elementos de identificação, entre outros:
I – Logotipos ou marcas do participante ou estabelecimento;
II – Pratos ou recipientes personalizados;
III – Etiquetas ou embalagens identificadas;
IV – Guardanapos ou outros materiais que contenham identificação do participante;
V – Outros elementos que possam revelar a identidade do concorrente ao Júri Técnico.
7.7. O descumprimento da regra de identificação poderá acarretar a desclassificação do participante.
7.8. Cada preparação deverá ser acompanhada de ficha técnica, quando solicitada pela Comissão Organizadora, contendo, no mínimo, o nome do prato, ingredientes, quantidades, método de preparo e rendimento.
7.9. O nome atribuído ao prato não poderá conter referência que permita identificar diretamente o participante ou estabelecimento.
7.10. As preparações deverão ser apresentadas em condições adequadas de higiene, conservação, temperatura e segurança alimentar.
7.11. A comercialização do prato concorrente ao público somente poderá ocorrer após o encerramento do processo de avaliação, conforme orientação da Comissão Organizadora.

8. DO SORTEIO E DA ORDEM DE APRESENTAÇÃO

8.1. A ordem de apresentação e entrega das preparações será definida mediante sorteio realizado pela Comissão Organizadora.
8.2. Cada participante poderá indicar um representante para acompanhar o sorteio.
8.3. O sorteio será realizado em data, horário e local previamente comunicados aos participantes.
8.4. A ordem definida no sorteio deverá ser respeitada durante a preparação, finalização e entrega das porções destinadas à avaliação.
8.5. A Comissão Organizadora estabelecerá o horário específico para entrega das preparações, considerando a ordem definida no sorteio, bem como seu tempo para preparação e entrega do prato.
8.6. O descumprimento do horário poderá resultar em desclassificação, a critério do Júri Técnico ou da Comissão Organizadora, considerando as circunstâncias e o impacto sobre o processo de avaliação.

9. DO JULGAMENTO

9.1. O julgamento da Cozinha Chefe Show será realizado por **Júri Técnico**, composto por avaliadores previamente designados pela Comissão Organizadora.
9.2. O processo de avaliação deverá observar os critérios estabelecidos neste Regulamento, garantindo condições iguais de julgamento entre os participantes.
9.3. As porções destinadas ao Júri Técnico serão recolhidas e apresentadas por equipe designada pela organização.
9.4. É vedado qualquer contato entre os participantes e os membros do Júri Técnico durante o processo de avaliação que possa interferir ou influenciar o julgamento.
9.5. Os jurados deverão realizar suas avaliações de forma individual, observando exclusivamente os critérios estabelecidos neste Regulamento.
9.6. Cada jurado receberá ficha própria de avaliação, na qual registrará as notas atribuídas a cada critério.
9.7. As decisões do Júri Técnico deverão observar as regras de pontuação e desempate estabelecidas neste Regulamento.
9.8. Concluído o processo de avaliação, as fichas serão encaminhadas à Comissão Organizadora para apuração e consolidação dos resultados.

10. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

10.1. As preparações serão avaliadas pelo Júri Técnico de acordo com os seguintes critérios:

CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
APRESENTAÇÃO	0,0 a 2,0
AROMA	0,0 a 2,0
SABOR	0,0 a 4,0
TEXTURA	0,0 a 2,0
TEMPERATURA DE SERVIÇO	0,0 a 1,0
TÉCNICA DE EXECUÇÃO	0,0 a 2,0
CRIATIVIDADE	0,0 a 2,0
UTILIZAÇÃO DO INGREDIENTE OBRIGATÓRIO	0,0 a 2,0
IDENTIDADE TERRITORIAL	0,0 a 2,0
VIABILIDADE GASTRONÔMICA E COMERCIAL	0,0 a 1,0
TOTAL	**20,0**

10.2. A pontuação máxima atribuível por cada jurado será de **20,0 (vinte) pontos**.
10.3. As notas deverão ser atribuídas individualmente para cada critério, respeitando os limites de pontuação estabelecidos na tabela deste artigo.
10.4. Cada Jurado terá sua nota atribuída de forma individual, a comunicação entre os jurados será restrita, salvo quando deliberado pela Comissão Organizadora.

11. DA DEFINIÇÃO DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

11.1. Apresentação: será avaliado o aspecto visual do prato, incluindo organização, composição, harmonia, acabamento e apresentação geral.
11.2. Aroma: serão avaliados os aromas percebidos, sua qualidade, intensidade, equilíbrio e complexidade.
11.3. Sabor: será avaliado o equilíbrio dos sabores, intensidade, harmonia, qualidade sensorial e coerência da preparação.
11.4. Textura: será avaliada a consistência, maciez, crocância, cremosidade e demais características relacionadas à percepção da preparação em boca.
11.5. Temperatura de serviço: será avaliada a adequação da temperatura da preparação no momento de sua apresentação ao Júri Técnico.
11.6. Técnica de execução: será avaliado o domínio das técnicas culinárias utilizadas, a precisão da execução e a qualidade do resultado obtido.
11.7. Criatividade: será avaliada a originalidade, criatividade e capacidade de apresentar uma proposta gastronômica diferenciada e inovadora.
11.8. Utilização do ingrediente obrigatório: será avaliada a presença, integração, sabor e aroma; a valorização e coerência do uso do **caju** na preparação.
11.9. Identidade territorial: será avaliada a relação da preparação com a cultura, os produtos, os saberes, os fazeres e as características gastronômicas do território de Serra do Mel/RN e da região nordestina.
11.10. Viabilidade gastronômica e comercial: será avaliada a possibilidade de reprodução, execução e comercialização da preparação, considerando suas características gastronômicas e operacionais.
11.11. Em cada critério de avaliação, o jurado deverá atribuir nota dentro do intervalo estabelecido na tabela de pontuação.
11.12. Serão permitidas notas fracionadas exclusivamente em **meios pontos (0,5)**. Não serão permitidas frações diferentes de 0,5.
11.13. Ao final da avaliação, serão somadas as notas atribuídas por cada jurado para obtenção da pontuação individual de cada participante.
11.14. A pontuação final de cada participante será obtida conforme o procedimento de apuração definido pela Comissão Organizadora, considerando as notas atribuídas pelos membros do Júri Técnico.

12. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

12.1. Em caso de empate na pontuação final entre dois ou mais participantes, serão observados, sucessivamente, os seguintes critérios:
I – Maior nota no critério **Sabor**;
II – Maior nota no critério **Utilização do Ingrediente Obrigatório**;
III – Maior nota no critério **Identidade Territorial**;
IV – Maior nota no critério **Técnica de Execução**;
V – Persistindo o empate, caberá ao Presidente do Júri Técnico o voto de desempate.
12.2. O critério de desempate será aplicado sucessivamente até que seja definida a ordem de classificação.

13. DA APURAÇÃO E DO RESULTADO

13.1. Encerrado o período de avaliação, as fichas preenchidas pelos jurados serão encaminhadas à Comissão Organizadora para conferência, soma e consolidação das pontuações.
13.2. A apuração será realizada mediante a soma das notas atribuídas pelos jurados, observados os critérios de avaliação e os procedimentos estabelecidos neste Regulamento.
13.3. A Comissão Organizadora deverá conferir os resultados antes da divulgação oficial, verificando a regularidade das fichas de avaliação e dos cálculos realizados.
13.4. A classificação dos participantes será definida de acordo com a pontuação final obtida, observados os critérios de desempate previstos neste Regulamento.
13.5. O resultado oficial da **Cozinha Chefe Show** será divulgado durante a programação da **Festa do Caju 2026**, em data e horário definidos pela Comissão Organizadora.
13.6. Posteriormente, a divulgação do resultado poderá ocorrer por meio dos canais oficiais da Prefeitura Municipal de Serra do Mel e da Secretaria Municipal de Cultura.
13.7. A classificação e a premiação dos participantes observarão as disposições específicas estabelecidas neste Regulamento.

14. DA PREMIAÇÃO

14.1. Serão premiadas as três receitas mais bem pontuadas em cada uma das seguintes categorias:
Cozinha Chefe Show
Gastronomia Livre

14.2. Os candidatos mais bem pontuados em cada categoria receberão a seguinte premiação:
1º lugar: R$ 3.000,00 (três mil reais)
2º lugar: R$ 2.000,00 (dois mil reais)
3º lugar: R$ 1.000,00 (mil reais)

14.3. Os vencedores também receberão uma comenda emitida pelo Município de Serra do Mel, atestando a conquista no concurso em sua respectiva categoria.
14.4. O pagamento das premiações em pecúnia será realizado em até 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento do Festival do Caju, mediante apresentação da documentação exigida no ato de inscrição e complementares, conforme descreve neste Regulamento.
14.5. O pagamento poderá ser efetuado em nome de pessoa física ou jurídica, conforme indicado pelo representante do participante premiado, observadas as exigências legais aplicáveis.
14.6. Para fins de habilitação ao recebimento da premiação, deverão ser apresentados os seguintes documentos:
I – Cópia do RG e CPF do titular responsável pelo recebimento;
II – Comprovante de residência atualizado;
III – Comprovante bancário contendo agência e conta de titularidade do beneficiário;
IV – Número do PIS, PASEP ou NIS, quando aplicável;
V – Certidões negativas de débitos municipal, estadual, federal e trabalhista;

14.7. O não encaminhamento da documentação no prazo estabelecido poderá implicar na suspensão do pagamento até a regularização da situação documental.

15. DO DIREITO DE IMAGEM, USO DAS RECEITAS E DIVULGAÇÃO

15.1. A inscrição e participação na **Cozinha Chefe Show** implicam autorização gratuita para que a **Prefeitura Municipal de Serra do Mel,** por meio da **Secretaria Municipal de Cultura,** utilize o nome, imagem, voz, fotografias, vídeos e demais registros realizados durante as atividades, bem como o nome, descrição e informações referentes à preparação apresentada, para fins institucionais, culturais, educativos, informativos e de divulgação da Festa do Caju 2026, do **II Festival do Caju de Serra do Mel**, da **Cozinha Chefe Show** e das ações promovidas pelo Município.

15.2. A autorização compreende a utilização e divulgação dos registros e conteúdos em materiais impressos e digitais, redes sociais, websites, vídeos, fotografias, peças de comunicação, publicações institucionais, relatórios e demais meios de divulgação utilizados pela Administração Municipal, sem transferência de direitos autorais sobre receitas, criações ou conhecimentos pertencentes ao participante, devendo, quando aplicável, ser preservados os devidos créditos e a identificação de seus autores.

15.3. A autorização prevista neste artigo é concedida sem qualquer ônus ou direito a remuneração adicional ao participante pela utilização dos registros e conteúdos nas finalidades estabelecidas neste Regulamento, permanecendo assegurados os direitos autorais e demais direitos legalmente reconhecidos sobre suas criações, naquilo que não tiver sido expressamente autorizado.

16. DAS PENALIDADES E DA DESCLASSIFICAÇÃO

16.1. O descumprimento das disposições deste Regulamento poderá resultar, conforme a natureza e a gravidade da ocorrência, em advertência, perda de pontuação, desclassificação ou outras medidas cabíveis.

16.2. Poderá ser desclassificado o participante que:

I – Prestar informações falsas ou apresentar documentação irregular;

II – Descumprir os requisitos de participação ou inscrição;

III – Não apresentar a preparação dentro do prazo estabelecido, ressalvada a tolerância prevista neste Regulamento;

IV – Deixar de utilizar o ingrediente obrigatório;

V – Apresentar preparação em desacordo com as regras estabelecidas para a Cozinha Chefe Show;

VI – Identificar-se ou identificar seu estabelecimento durante o processo de avaliação, quando adotado o sistema de julgamento às cegas;

VII – Estabelecer contato indevido com membros do Júri Técnico durante o processo de avaliação;

VIII – Tentar interferir, manipular ou comprometer o processo de julgamento;

IX – Apresentar preparação ou informações que não correspondam àquelas declaradas no momento da inscrição;

X – Descumprir orientações da Comissão Organizadora que sejam necessárias ao regular funcionamento da Cozinha Chefe Show;

XI – Praticar qualquer conduta que comprometa a segurança, a organização ou a integridade do concurso.

16.3. A desclassificação poderá ocorrer em qualquer etapa da Cozinha Chefe Show, inclusive após a divulgação do resultado, caso seja constatada posteriormente irregularidade que comprometa a participação ou a classificação do concorrente.

16.4. Quando a irregularidade for constatada após a premiação, a Comissão Organizadora poderá declarar a perda da classificação e da respectiva premiação, observadas as providências administrativas cabíveis.

16.5. A aplicação de penalidade deverá ser registrada pela Comissão Organizadora, sempre que necessário, assegurando-se a devida fundamentação da decisão.

17. DOS RECURSOS E DOS CASOS OMISSOS

17.1. O participante que desejar questionar ato, procedimento ou resultado relacionado à Cozinha Chefe Show poderá apresentar recurso por escrito à Comissão Organizadora, dentro do prazo estabelecido e divulgado pela organização.

17.2. O recurso deverá indicar de forma clara o ato questionado, os fundamentos da solicitação e, quando cabível, os documentos ou elementos que sustentem a manifestação.

17.3. Os recursos serão analisados pela Comissão Organizadora, podendo esta solicitar manifestação do Júri Técnico quando a matéria estiver relacionada diretamente ao processo de avaliação.

17.4. Não serão admitidos recursos destinados a alterar critérios de avaliação ou notas atribuídas pelos jurados com base exclusivamente em discordância subjetiva do participante, ressalvadas situações de erro material ou descumprimento das regras estabelecidas neste Regulamento.

17.5. Os casos omissos neste Regulamento serão analisados e resolvidos pela Comissão Organizadora da Cozinha Chefe Show, observadas as normas aplicáveis e os princípios de isonomia, transparência e interesse público.

17.6. As decisões da Comissão Organizadora serão comunicadas aos interessados pelos meios oficiais definidos para a Cozinha Chefe Show.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. A inscrição na Cozinha Chefe Show implica a aceitação integral e irrestrita das disposições deste Regulamento Geral.

18.2. Os participantes deverão acompanhar as comunicações oficiais da Comissão Organizadora, sendo de sua responsabilidade manter atualizados os contatos informados no momento da inscrição.

18.3. A Comissão Organizadora poderá expedir orientações complementares necessárias à execução da Cozinha Chefe Show, desde que não contrariem as disposições deste Regulamento.

18.4. Eventuais alterações, retificações ou informações complementares serão comunicadas oficialmente aos participantes pelos canais definidos pela organização.

18.5. A Comissão Organizadora poderá adotar as medidas necessárias para garantir a segurança, organização, regularidade e adequado funcionamento da Cozinha Chefe Show durante todas as suas etapas.

18.6. Os participantes são responsáveis pela observância das normas de higiene, segurança alimentar, manipulação e conservação dos alimentos utilizados nas preparações apresentadas.

18.7. A participação na Cozinha Chefe Show não estabelece qualquer vínculo trabalhista, contratual ou de prestação de serviços entre os participantes e a Prefeitura Municipal de Serra do Mel ou a Secretaria Municipal de Cultura.

18.8. Os casos não previstos neste Regulamento serão resolvidos pela Comissão Organizadora, respeitadas as normas legais e administrativas aplicáveis.

18.9. Fica estabelecido que a Cozinha Chefe Show integra a programação do II Festival do Caju de Serra do Mel, no âmbito da Festa do Caju 2026, estando sua realização sujeita às condições gerais de organização e execução do evento.

18.10. Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

Serra do Mel/RN, 20 de outubro de 2026.

FRANCISCO BEZERRA DANTAS FILHO
Diretor Executivo de Cultura

HUENDERSON KENEDY DE MOURA AZEVEDO
Secretário Municipal de Cultura

HUDSON KÊNIO DE MOURA AZEVEDO
Prefeito Municipal

ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO
FESTIVAL DO CAJU DE SERRA DO MEL 2026

CATEGORIA: ( ) COZINHA CHEFE SHOW ( ) GASTRONOMIA LIVRE

DADOS DO PARTICIPANTE
NOME COMPLETO: ____
CPF: _____ RG: __ ORGÃO EXPEDITOR: ___
CNPJ:_____
EMAIL:_____WHATSAPP:_____
ENDEREÇO:_____Nº:____BAIRRO:__
CIDADE: _____CEP:_____UF:_

INFORMAÇÕES DA RECEITA		
NOME DO PRATO:		
CONTEXTUALIZAÇÃO	(Descreva a relação do prato com a cultura local, com o caju, etc):	

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DOS TERMOS DO REGULAMENTO

Eu, _____, portador(a) dos dados acima preenchidos, na condição de ____, inscrito(a) na categoria acima informada do Festival do Caju 2026, residente no Município _____, **DECLARO**, para os devidos fins, que li, compreendi e aceito integralmente os termos, condições e disposições estabelecidos no Regulamento Geral do Festival do Caju 2026; e estou ciente das normas relativas à inscrição, entrega da documentação, normas, critérios de avaliação, premiação, decisões da Comissão Organizadora e da Comissão Julgadora, bem como das demais disposições previstas no referido Regulamento.

Serra do Mel/RN, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do(a) candidato(a) inscrito(a)

ANEXO II – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM,
VOZ E RECEITA – FESTIVAL DO CAJU DE SERRA DO MEL 2026

Ao participar do II Festival do Caju de Serra do Mel, integrante da programação da Festa do Caju 2026, nas categorias Cozinha Chefe Show ou Gastronomia Livre, o participante, pessoa física ou jurídica, autoriza, de forma gratuita, irrevogável e por prazo indeterminado, a Prefeitura Municipal de Serra do Mel, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, a utilizar seu nome, imagem, voz, fotografias, vídeos, gravações e demais registros realizados durante as atividades do evento.

Autoriza também o uso do nome, da receita, dos ingredientes, do modo de preparo e demais informações referentes à preparação apresentada, para fins institucionais, culturais, educativos, informativos e de divulgação da Festa do Caju 2026, do II Festival do Caju de Serra do Mel, das categorias participantes e das ações promovidas pelo Município, em meios impressos e digitais, redes sociais, sítios eletrônicos, vídeos, fotografias, publicações e demais canais oficiais de comunicação, sem que a utilização desses registros e conteúdos implique qualquer pagamento ou remuneração ao participante, permanecendo preservados os direitos autorais eventualmente existentes sobre suas criações.

A utilização dos registros não implicará qualquer obrigação de pagamento ou indenização ao participante.

Por estar de acordo, assina o presente termo.

Serra do Mel/RN, _____ de _____ de 2026.

___
Assinatura do(a) Participante Inscrito

Publicado por:
Anne Paolle Dantas da Silva
Código Identificador:AF7E44DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
REGULAMENTO REI E RAINHA DO CAJU OFICIAL E MIRIM 2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
CONCURSO REI E RAINHA DO CAJU OFICIAL E MIRIM – 2026
REGULAMENTO GERAL

A Prefeitura de Serra do Mel, através da Secretaria Municipal de Cultura, realizará a 21º edição do Concurso Rei e Rainha do Caju 2026, nas categorias Oficial (adulto) e Mirim, que acontece dentro da programação da Festa do Caju 2026, que acontecerá nos dias 26, 27, 28 e 29 de novembro de 2026, a partir das 17h, no Corredor Cultural Neném Miguel, Vila Brasília, Centro. Por este ato, torna público o seguinte regulamento.

I. DA APRESENTAÇÃO

O concurso representa uma iniciativa de valorização da juventude e das crianças de Serra do Mel, criando um espaço de participação, expressão, convivência e fortalecimento da autoestima. A proposta busca reconhecer não apenas a beleza, mas também a personalidade, a desenvoltura e a identidade de cada participante.

A inclusão da categoria Mirim, destinada a crianças de 5 a 10 anos, amplia essa oportunidade e permite que diferentes faixas etárias participem de uma experiência cultural construída para aproximar famílias, comunidades e novas gerações.

Mais do que uma competição, o concurso busca celebrar a diversidade de pessoas que formam Serra do Mel, promovendo representatividade, pertencimento e valorização da identidade local. Cada participante, com sua história e singularidade, contribui para construir uma celebração que tem como principal inspiração a nossa gente e a nossa cultura.

II. DOS OBJETIVOS

O Concurso Rei e Rainha do Caju Oficial e Mirim 2026 proporciona uma oportunidade ímpar para jovens demonstrarem seu potencial e habilidades únicas. Além de adquirir novos conhecimentos e fazer novas amizades, os participantes terão a chance de fazer parte da nossa história cultural.

Nosso concurso tem ainda como objetivo abraçar e valorizar todos os perfis de beleza presentes em nosso município, reconhecendo a diversidade como riqueza e destacando que cada participante representa, à sua maneira, a identidade cultural e social da Serra do Mel.

III. COMO FUNCIONA

A Secretaria de Cultura, por meio da publicação deste regulamento, abre as inscrições para o Concurso Rei e Rainha do Caju Oficial e Mirim 2026.

O concurso é um evento cultural que permite a participação de jovens de todas as Vilas, com demonstrações de graça, beleza e estilo. Ele tem como objetivo eleger o Rei e a Rainha do Caju Oficial e Mirim 2026 da cidade de Serra do Mel/RN, que representarão a cidade até a próxima edição do concurso.

IV. COMO É ORGANIZADO

O concurso será gerido por duas comissões:
Comissão Organizadora;
Comissão Avaliadora.

A Comissão Organizadora será responsável por coordenar o concurso, inscrever os candidatos e garantir seu bom desenvolvimento, além de resolver quaisquer problemas que possam surgir.

A Comissão Avaliadora será composta por pessoas de outras cidades, artistas ou pessoas com profundo conhecimento cultural, sendo responsáveis por selecionar os vencedores.

V. INSCRIÇÃO

Para participar do Concurso Rei e Rainha do Caju Oficial e Mirim 2026, os candidatos devem atender às seguintes regras:

Residir em Serra do Mel/RN há pelo menos um ano;
Categoria Mirim: idade mínima de 5 anos e máxima de 10 anos (menores precisam de autorização de um responsável);
Categoria Oficial: idade mínima de 16 anos e máxima de 30 anos.
PARÁGRAFO ÚNICO. Não será permitida a participação de candidatos que já venceram em edições anteriores do concurso, ou seja, que já possuem o título de Rei ou Rainha do Caju Oficial e Mirim, podendo ser convidado(a) para participação especial.

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA:

A. Os candidatos da **CATEGORIA MIRIM** devem apresentar:
RG E CPF;
COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA;
DECLARAÇÃO ESCOLAR OU DECLARAÇÃO DE UM PROFISSIONAL DE SAÚDE;
RG E CPF DO RESPONSÁVEL;
TITULO DE ELEITOR DO RESPONSÁVEL;
ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO (OU FORMULÁRIO ONLINE);

ANEXO II – AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM;
ANEXO III – AUTORIZAÇÃO DOS PAIS/RESPONSÁVEIS.
B. Os candidatos da **CATEGORIA OFICIAL** devem apresentar:
RG E CPF;
COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA;
TÍTULO DE ELEITOR;
DECLARAÇÃO DE UM PROFISSIONAL DE SAÚDE;
ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO (OU FORMULÁRIO ONLINE);
ANEXO II – AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM;
ANEXO III – AUTORIZAÇÃO DOS PAIS/RESPONSÁVEIS.
PARÁGRAFO ÚNICO. Os candidatos que preencher a ficha ONLINE deverão entregar os documentos e anexos necessários NO PRIMEIRO ENCONTRO OFICIAL, marcado previamente pela Comissão Organizadora.
PERÍODO DE INSCRIÇÃO: O período de inscrição será DE 20 DE OUTUBRO À 30 DE OUTUBRO DE 2026, com confirmação presencial mediante entrega do comprovante de inscrição no primeiro encontro oficial marcado pela organização.
INSCRIÇÃO ONLINE: As inscrições online serão através do Formulário do Google, disponível no link: https://forms.gle/Tk1CFfetXGujd4HD7 .
As inscrições são gratuitas e deverão ser realizadas **PRESENCIALMENTE** no Memorial de Cultura, localizado na Av. Graciliano Ferreira do Santos, 550, Vila Brasília, centro; e **ONLINE**, através de formulário eletrônico publicado nas redes sociais oficiais da Secretaria Municipal de Cultura.

VI. O CONCURSO

Todos os inscritos no Concurso Rei e Rainha do Caju Oficial e Mirim 2026 participarão, obrigatoriamente, da seleção do Miss e Mister Simpatia 2026, além do evento de lançamento oficial do evento no dia 30 de outubro de 2026.

VII. MISS E MISTER SIMPATIA

A escolha será realizada entre os finalistas do concurso, avaliados pela Comissão Avaliadora. Os vencedores receberão faixas especiais e premiação em dinheiro.

VIII. ENSAIOS E DESFILE

Haverá ensaios obrigatórios para os participantes, incluindo um último ensaio na passarela, no dia anterior ao desfile;
Nos ensaios, apenas candidatos poderão estar presentes (sem acompanhantes);
Recomenda-se uso de roupas leves; meninas devem levar salto (mirim apenas sandálias/tênis).

IX. APRESENTAÇÃO OFICIAL – CATEGORIA OFICIAL

Três etapas (traje de abertura, escolhido pela comissão organizadora; traje casual, traje de gala).

X. APRESENTAÇÃO OFICIAL – CATEGORIA MIRIM

Três etapas (traje de abertura, escolhido pela comissão organizadora; traje casual, traje de gala).

XI. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Carisma;
Simpatia e beleza;
Charme;
Elegância;
Postura.

XII. PREMIAÇÃO

REI OFICIAL
1º Lugar – R$ 6.000,00
2º Lugar – R$ 4.000,00
3º Lugar – R$ 2.000,00
RAINHA OFICIAL
1º Lugar – R$ 6.000,00
2º Lugar – R$ 4.000,00
3º Lugar – R$ 2.000,00
REI MIRIM
1º Lugar – R$ 3.000,00
2º Lugar – R$ 2.000,00
3º Lugar – R$ 1.000,00
RAINHA MIRIM
1º Lugar – R$ 3.000,00
2º Lugar – R$ 2.000,00
3º Lugar – R$ 1.000,00
MISS E MISTER SIMPATIA
R$ 1.000,00 (um mil reais) para cada vencedor.

XIII. DAS DECISÕES DA COMISSÃO JULGADORA

A Comissão Julgadora possui autonomia técnica para atribuição das notas, classificação e definição dos resultados das competições previstas neste Regulamento.
As decisões da Comissão Julgadora serão fundamentadas nos critérios estabelecidos neste Regulamento. Não serão admitidos recursos quanto ao mérito das notas atribuídas pelos julgadores, ressalvados os casos de erro material ou descumprimento das disposições deste Regulamento.

XIV. DAS NOTAS E FICHAS DE AVALIAÇÃO

As notas atribuídas individualmente aos candidatos durante o concurso terão caráter reservado e não serão divulgadas ou disponibilizadas a terceiros, participantes, público ou comissões, durante ou após a realização do concurso. Após a apuração e publicação do resultado final, serão disponibilizadas exclusivamente as notas dos candidatos classificados entre os 5 (cinco) primeiros colocados, para fins de transparência e conhecimento do resultado. As fichas individuais de avaliação serão devidamente arquivadas junto à documentação dos candidatos inscritos, permanecendo sob guarda da organização do concurso exclusivamente para fins de registro, controle e arquivo administrativo.

XV. DISPOSIÇÕES GERAIS

Além dos componentes concorrentes, somente terão acesso à arena os integrantes da equipe técnica e profissionais de mídia previamente autorizados pela Comissão Organizadora.
A ordem de apresentação do Concurso Rei e Rainha do Caju 2026 Oficial e Mirim será definida pela Comissão Organizadora, mediante sorteio realizado conforme as inscrições dos participantes.
É expressamente vedada a utilização do Concurso para promoção político-partidária, propaganda eleitoral, agradecimentos, manifestações de natureza discriminatória ou quaisquer pronunciamentos que contrariem os princípios da cultura popular e da convivência respeitosa.
PARÁGRAFO ÚNICO. Não será permitido, em nenhuma hipótese, o uso de faixas, banners, discursos, agradecimentos, mensagens ou quaisquer outras formas de promoção político-partidária durante as apresentações.
Os participantes, integrantes de equipes de apoio e demais envolvidos no Concurso deverão manter conduta compatível com a ordem, o respeito e a boa convivência. A prática de agressão física ou verbal, ameaça, desacato, tumulto ou qualquer conduta que perturbe a ordem do evento contra membros da Comissão Organizadora, Comissão Julgadora, participantes ou público resultará na **desclassificação automática do(a) candidato(a) inscrito.**

XVI. DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO

A Comissão Organizadora poderá promover alterações, complementações ou medidas necessárias ao adequado funcionamento do Concurso a qualquer momento, desde que seja com fins de readequação do regulamento ou mediante deliberação por instância superior.

XVII. DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos ou situações não previstas neste Regulamento serão apreciados e decididos pela Comissão Organizadora, mediante parecer fundamentado.
As questões relacionadas à inscrição, organização e execução do evento serão de competência da Comissão Organizadora.
As questões relativas ao julgamento técnico das apresentações e à atribuição de notas serão de competência exclusiva da Comissão Julgadora, observadas as disposições deste Regulamento.

XVIII. CONCLUSÃO

O Concurso Rei e Rainha do Caju Oficial e Mirim 2026 é uma oportunidade emocionante para os jovens demonstrarem seu talento, carisma e beleza. Uma chance de brilhar e fazer parte de um evento que ficará na história da nossa cidade.

Serra do Mel/RN, --20 de Outubro de 2026.

HUENDERSON KENEDY DE MOURA AZEVEDO
Secretário Municipal de Cultura

FRANCISCO BEZERRA DANTAS FILHO
Diretor Executivo de Cultura

ANEXO I - FICHA DE INSCRIÇÃO – CONCURSO REI E RAINHA DO CAJU 2026
MODALIDADE: ( ) MIRIM ( ) OFICIAL
DADOS PESSOAIS
NOME COMPLETO: _____
CPF: _____ RG: _____ ORGÃO EXPEDITOR: _____
DATA DE NASCIMENTO: _____/_____/_____ IDADE: _____
EMAIL:_____WHATSAPP:_____
ENDEREÇO:_____Nº:____BAIRRO:_____
_
CIDADE:
_____CEP:_____UF:_____

DADOS DO(A) RESPONSÁVEL (PARA MENORES DE 18 ANOS)
NOME COMPLETO: _____
CPF: _____ RG: _____ ORGÃO EXPEDITOR: _____
ENDEREÇO COMPLETO: _____
EMAIL:_____WHATSAPP:_____

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DOS TERMOS DO REGULAMENTO
Eu, _____, portador(a) dos dados acima preenchidos, na condição de _____, inscrito(a) na categoria acima informada do Concurso Rei e Rainha do Caju 2026, residente no Município de Serra do Mel/RN, **DECLARO**, para os devidos fins, que li, compreendi e aceito integralmente os termos, condições e disposições estabelecidos no Regulamento Geral do Concurso Rei e Rainha do Caju 2026; e estou ciente das normas relativas à inscrição, participação, ensaios, eventos relacionados, apresentação oficial, critérios de avaliação, premiação, decisões da Comissão Organizadora e da Comissão Julgadora, bem como das demais disposições previstas no referido Regulamento.

Serra do Mel/RN, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do Candidato ou Responsável

ANEXO II - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM

Ao participar do Concurso Rei e Rainha do Caju 2026, o participante, ou seu responsável legal, quando menor de idade, autoriza, de forma gratuita, irrevogável e por prazo indeterminado, a utilização de sua imagem, voz e nome em fotografias, filmagens, gravações, entrevistas e demais registros audiovisuais produzidos durante as atividades relacionadas ao evento.

A presente autorização compreende a utilização do material para fins institucionais, culturais, educativos, promocionais e de divulgação do Concurso, em meios impressos, digitais, redes sociais, sítios eletrônicos, transmissões ao vivo e demais canais oficiais da Prefeitura Municipal de Serra do Mel e da Secretaria Municipal de Cultura.

A utilização dos registros não implicará qualquer obrigação de pagamento ou indenização ao participante.

Por estar de acordo, assina o presente termo.

Serra do Mel/RN, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do(a) Responsável Legal (se menor de idade)

_____
Assinatura do(a) Participante Inscrito (se maior de idade)

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DOS PAIS/RESPONSÁVEIS

Autorização para menores de 18 anos em eventos públicos
Baseado na Portaria Nº 018/2004 - 1ª Vara da Infância e da Juventude

Eu, _____ (nome completo do pai/mãe ou responsável legal), nacionalidade _____, portador(a) do RG nº: _____, órgão expedidor: _____, inscrita no CPF: _____, **autorizo o(a) adolescente/filho(a)**: _____, com _____ anos de idade, de quem sou: _____, residente e domiciliado em: _____ (endereço do responsável), a participar do Concurso Rei e Rainha do Caju 2026, promovido pela Prefeitura Municipal de Serra do Mel, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, como parte integrante da programação da Festa do Caju 2026.

Declaro, ainda, estar ciente das normas e condições estabelecidas no Regulamento Geral do Concurso Rei e Rainha do Caju 2026 e autorizo o(a) menor acima identificado(a) a participar das etapas de ensaios, preparações, gravações e apresentações relacionadas ao Concurso, conforme orientação da Comissão Organizadora, **e assumo inteira responsabilidade pela participação do menor acima identificado e pela autorização ora concedida.**

Serra do Mel/RN, ____ de _____ de 2026

_____
Assinatura do(a) Responsável Legal pelo(a) Menor de Idade

Idade que o participante tem até o **último** dia de inscrição

Publicado por:
Anne Paolle Dantas da Silva
Código Identificador:392B6495

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO
PORTARIA Nº 089 - 2026 GESTÃO EM FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA N° 089/2026

Designa Servidor (S) para a atuação na GESTÃO E FISCALIZAÇÃO de Contratos e instrumentos substitutos e orienta.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA DO MEL, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO as exigências da Lei 14.133, de 2021, que determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública, e, visando as adequações pertinentes às boas práticas para a transição de regimes licitatórios;

RESOLVE:

Art. 1°. Designar os servidores, abaixo relacionados, para atuar como GESTOR (A) E FISCAL de Contratos e instrumentos substitutos da unidade demandante - Processo Administrativo Nº 1357/2026, Inexigibilidade Nº 1357/2026.

NOME – GESTOR (A)	MATRICULA	UNIDADE DEMANDANTE
ANNE PAOLLE DANTAS DA SILVA	007541-8	SEC. MUNICIPAL DE CULTURA
NOME - FISCAL	**MATRICULA**	**UNIDADE DEMANDANTE**
FRANCISCO BEZERRA DANTAS FILHO	007689-3	SEC. MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 2°. Para o desenvolvimento das atribuições pertinentes, os servidores ora designados assinarão Termo de Ciência, recebendo a documentação necessária à execução das suas atribuições em cada contrato/instrumento substitutivo para o qual for designado como Gestor.
Art. 3°. Após assinado Termo de Ciência, o Gestor temporariamente impedido de exercer suas funções no processo específico, deverá protocolar nos autos Pedido de Substituição Temporária, informando as razões do seu afastamento e o tempo em que o Gestor substituto deverá atuar em seu lugar.
Art. 4°. Qualquer dos servidores relacionados poderá ser convocado a assinar Termo de Ciência como Gestor substituto de qualquer das unidades demandantes, passando a atuar imediatamente no processo pelo tempo necessário à substituição.

Art. 5°. Para melhor operacionalização dos contratos firmados por este município, orienta-se que enquanto não constituídos gestores de contratos, o setor de contratos execute as ações inerentes à gestão contratual.
Art. 6º. Recomenda-se a adoção dos procedimentos abaixo para o processo de Gestão:
Propor a contratação do saldo da Ata de Registro de Preço, quando for o caso; II – Sugerir a prorrogação ou não do contrato do eventual contrato;
Analisar os pedidos de repactuação, reajuste e revisão do eventual contrato.
Propor aplicação de penalidade por descumprimento de cláusula contratual.
Manter cópia do termo contratual e de seus eventuais aditivos, juntamente com outros documentos que possam dirimir dúvidas acerca das obrigações contratuais, devidamente anexados ao Processo de Acompanhamento Contratual (que será disponibilizado ao gestor).
Sugerir eventuais modificações contratuais;
Registro formal das ocorrências relativas à execução do contrato recebimento de bens, ateste de notas e faturas, controle financeiro, gestão de prazos e fiscalização.
IX– Gestão Documental

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Serra do Mel - RN, 19 de Outubro de 2026.

ANDRÉ LIMA DE AZEVEDO
Secretário Municipal De Governo E Comunicação

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:98D26EFD

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
DISPENSA .1443

Processo Administrativo nº Dispensa 1443/2026

Dispensa nº 1443/2026
Unidade Requisitante: Fundo Municipal De Saúde
Objeto: custeio destinado à realização de Avaliação Neuropsicológica (Teste Neuropsicológico), em caráter de urgência, para o paciente Ramon Chistoff de Souza Cunha, 08 anos de idade, nascido em 31 de maio de 2018.
Legal: art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021

AUTORIZO a Dispensa nº 1443/2026, materializada no Termo de Referência e demais documentos constantes nos autos, para contratação da empresa **BEM VIVER SAUDE INTEGRADA LTDA, inscrita no CNPJ 58.841.717/0001-46 no valor de R$1.890,00 (um mil e oitocentos e noventa reais).**
Considerando o fundamento legal do disposto no parágrafo único do art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021, determino a divulgação em sítio eletrônico oficial, para que produza os efeitos legais.

Serra do Mel/RN, 19 de outubro de 2026.

EDCARLA LUCENA BARBOSA DA SILVA
Secretaria Adjunta de Saude

Publicado por:
Anacelia Freitas do Nascimento
Código Identificador:93DDB3FD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE

GABINETE CIVIL
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 363/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em observância ao Decretos Municipais n° 642/2023 e 695/2025,
RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a diária abaixo discriminada, destinadas à cobertura de custos de alimentação e pousada da respectiva servidora, durante o deslocamento, a serviço dessa entidade, a saber:

Servidor(a): Mária Oliveira Ferreira Fernandes			
Cargo/função: Professora	**CPF:** 046.XXX.444-09	**Quantidade:** 1 (uma)	
Destino: Natal	**Data:** 21/10/2026	**Valor Unitário(R$):** 150,00	**Valor Total (R$):** 300,00
(X) Valor Integral ( ) 50% (cinquenta por cento) do Valor		**TOTAL:** R$ 300,00	
Descrição do Objetivo/Serviços de deslocamento: Participar do IV Encontro Presencial de Formação de Formadores/as Municipais do ProLEEI-RN, 21 de outubro de 2026			

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 19 de outubro de 2026.

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
Prefeito

Publicado por:
Odilange Rande Medeiros de Souza
Código Identificador:A931FA06

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 115/2026

Dispõe sobre licença-prêmio de servidora pública e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 806/2022 e com fulcro no art. 121 da Lei Complementar Municipal nº 525/2011,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder à servidora municipal**Joana Lúcia de Oliveira Faria**, matrícula nº 0550, Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, LICENÇA-PRÊMIO pelo período de 03 (três) meses, referente ao período aquisitivo (2004/2009), com fruição de 20 de outubro de 2026 à 17 de janeiro de 2027.
Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 19 de outubro de 2026.

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
Prefeito

Publicado por:
Odilange Rande Medeiros de Souza
Código Identificador:59717C2F

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 116/2026

Dispõe sobre a concessão de férias à servidores públicos e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 806/2022 e com fulcro no art. 97 da Lei Complementar Municipal nº 525/2011,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder férias, nos termos do art. 97 da Lei Complementar Municipal nº 525/2011, aos servidores abaixo relacionados:

Nome	Matrícula	Cargo	Secretaria	Período aquisitivo	Fruição
Francidalva de Oliveira Silva	0717	Agente de Combate à Endemias	Sec. Municipal Saúde	2025-2026	03/11/2026 – 02/12/2026 (30 dias)
Maria da Conceição Silva	3409	Coordenadora do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Sec. Municipal Assistência Social, Trabalho e Habitação	2025-2026	16/11/2026 – 30/11/2026 (15 dias) 01/12/2026 – 15/12/2026 (15 dias)

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 19 de outubro de 2026.

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
Prefeito

Publicado por:
Odilange Rande Medeiros de Souza
Código Identificador:F4E0516F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1001030/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERRINHA/RN, inscrito no CNPJ sob o nº 08.144.792/0001-80.
CONTRATADA: A B DE PONTES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 52.928.514/0001-05.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento fracionado de refeições e serviços de buffet (self-service e marmitex) e coffee break, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais, agentes públicos estaduais, municipais e federais em serviço, policiais militares e demais agentes de segurança pública, bem como eventos do calendário municipal e outras demandas da Prefeitura Municipal de Serrinha/RN.
VALOR GLOBAL: R$ 169.940,00 (cento e sessenta e nove mil, novecentos e quarenta reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos.
Projeto/Atividade: Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos.
Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte de Recursos: 1500000 – Recursos Ordinários.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 01/2024, Pregão Eletrônico nº 005/2026 e Ata de Registro de Preços nº 005/2026.
DATA DA ASSINATURA: 06 de maio de 2026.
SIGNATÁRIOS: KAUANNY STHEFANY CLEMENTE LEAO DE LIMA, Prefeita Municipal, pelo CONTRATANTE, e ALDERIZIO BEZERRA DE PONTES, representante legal da empresa A B DE PONTES LTDA, pela CONTRATADA.

Publicado por:
Reinan Martins do Nascimento
Código Identificador:546482F0

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1001030/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERRINHA/RN, inscrito no CNPJ nº 08.144.792/0001-80.
CONTRATADA: A B DE PONTES LTDA, inscrita no CNPJ nº 52.928.514/0001-05.
OBJETO: Primeiro Termo Aditivo de acréscimo quantitativo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre os quantitativos originalmente contratados para o fornecimento fracionado de refeições, buffet e coffee break, destinados ao atendimento das necessidades da Administração Municipal, mantendo-se inalterados os preços unitários pactuados.
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 42.485,00 (quarenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais).
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigos 124, inciso I, alínea "b", e 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente aditivo correrão por conta das dotações orçamentárias pertinentes, conforme previsão constante da cláusula nona do contrato original, observada a disponibilidade orçamentária.
VIGÊNCIA: Permanece inalterado o prazo de vigência estabelecido no contrato original.
RATIFICAÇÃO: Permanecem ratificadas as demais cláusulas e condições contratuais não modificadas pelo presente Termo Aditivo.
DATA DA ASSINATURA: 01 de outubro de 2026.

KAUANNY STHEFANY CLEMENTE LEAO DE LIMA
Prefeita Municipal
Contratante

ALDERIZIO BEZERRA DE PONTES
Representante Legal da A B De Pontes LTDA
Contratada

Publicado por:
Reinan Martins do Nascimento
Código Identificador:8A4B9981

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE RESUMO DO TERMO DE CONTRATO Nº 151001/2026 - CONCORRÊNCIA 002/2026 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS/RN CONTRATADO: LM EMPREENDIMENTOS LTDA

CONCORRÊNCIA 002/2026
EXTRATO DE RESUMO DO TERMO DE CONTRATO Nº 151001/2026

CONTRATANTE: *PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS/RN*
CONTRATADO: LM EMPREENDIMENTOS LTDA

OBJETIVO: *Contratação de empresa especializada na execução de obras de engenharia destinadas à construção de 20 (vinte) unidades habitacionais no Município de SERRINHA DOS PINTOS/RN,*

conforme Projeto Básico Anexo aos autos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos
VALOR TOTAL DO CONTRATO: *R$ 3.165.380,00 (três milhões, cento e sessenta e cinco mil, trezentos e oitenta reais)).*
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: *Os recursos financeiros destinados às despesas decorrentes da contratação ora pretendidos se encontram alocados no Orçamento Geral do Município, Exercício de 2026*

020800 -SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.122.0024 -SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.122.0024.1061 - Construção de Casa Própria
44905100 – Obras e Instalações
15000000 – Recursos não vinculados de impostos
17060000 – Fonte – Recursos da Tranferência Especial da União

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL*: Art. 92, da Lei Federal nº. 14.133/2021 e alterações posteriores que lhe foram introduzidas.*
VIGÊNCIA: *Início 15/10/2026 fim15/10/2027*
LOCAL DE DATA*: SERRINHA DOS PINTOS/RN, 15/10/2026*

ASSINANTES:

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA *– PREFEITA MUNICIPAL*

LM EMPREENDIMENTOS LTDA - CONTRATADA

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:1FEE837D

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 00032/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131000032/2026
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 00032/2026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 00032/2026

O PREFEITA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e considerando à Contratação de apresentação de show artístico do Projeto Farra Delas (Catarina Ferreira e Jessika Hellen), em comemoração à 33ª Festa de Emancipação Política do Município de Serrinha dos Pintos/RN, a ser realizado no dia 30 de outubro de 2026, junto á Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
Reconhece e autoriza a Inexigibilidade de Licitação, no valor global de R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS), correspondentes à contratação acima solicitada, conforme especificações constantes da Proposta Orçamentária.

A presente Inexigibilidade de Licitação encontra-se fundamentada no Inexigível, Art. 74, Inciso II, DA LEI Nº 14.133/21 da lei 14.133/21 e alterações subseqüentes, que permitem tal procedimento, tendo em vista a inviabilidade de competição necessária à realização de prévio processo licitatório.

Art. 74.*É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*
....

II*- contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;*

Face ao exposto, permite-nos inferir que a contratação dos serviços ora pretendida deve ser efetuada diretamente à empresa 53.662.996 PEDRO MATHEUS FREIRE DE HOLANDA, compreendendo todos os serviços inerentes na proposta de preço.

SERRINHA DOS PINTOS/RN,19/10/2026

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:BE8C6539

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERIANO MELO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 191001/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços mecânicos para manutenção preventiva e corretiva dos veículos e maquinas da Secretarias Municipais de Severiano Melo/RN
ORIGEM: Pregão 27/2026PE
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Severiano Melo 08.358.046/0001-99
CONTRATADA(O): SIDNEY GOMES HOLANDA CAMPELO 14.057.655/0001-00
VALOR TOTAL: R$ 396.630,00
VIGÊNCIA: 19/10/2026 a 19/10/2027
ORIGEM DOS RECURSOS: 580 - 2 . 2005 . 20 . 606 . 10 . 1.2 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
579 - 2 . 2005 . 20 . 606 . 10 . 1.2 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
557 - 2 . 2005 . 20 . 122 . 10 . 2.10 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
680 - 2 . 2006 . 12 . 368 . 3 . 2.32 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
665 - 2 . 2006 . 12 . 368 . 5 . 2.34 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
664 - 2 . 2006 . 12 . 368 . 5 . 2.34 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
663 - 2 . 2006 . 12 . 368 . 5 . 2.34 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
907 - 2 . 2007 . 15 . 452 . 15 . 2.11 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

DATA DA ASSINATURA: 19 de outubro de 2026

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:CB3DD38C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 191002/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços mecânicos para manutenção preventiva e corretiva dos veículos e maquinas da Secretarias Municipais de Severiano Melo/RN
ORIGEM: Pregão 27/2026PE
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social 14.784.461/0001-07
CONTRATADA(O): SIDNEY GOMES HOLANDA CAMPELO 14.057.655/0001-00
VALOR TOTAL: R$ 49.080,00
VIGÊNCIA: 19/10/2026 a 19/10/2027
ORIGEM DOS RECURSOS: 848 - 4 . 4001 . 8 . 245 . 16 . 2.18 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
DATA DA ASSINATURA: 19 de outubro de 2026

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:E402103F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 191003/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços mecânicos para manutenção preventiva e corretiva dos veículos e maquinas da Secretarias Municipais de Severiano Melo/RN
ORIGEM: Pregão 27/2026PE
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde 14.231.159/0001-21
CONTRATADA(O): SIDNEY GOMES HOLANDA CAMPELO 14.057.655/0001-00
VALOR TOTAL: R$ 146.730,00
VIGÊNCIA: 19/10/2026 a 19/10/2027
ORIGEM DOS RECURSOS: 964 - 3 . 3002 . 10 . 302 . 21 . 2.53 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
963 - 3 . 3002 . 10 . 302 . 21 . 2.53 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
958 - 3 . 3002 . 10 . 303 . 20 . 2.51 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
947 - 3 . 3002 . 10 . 301 . 17 . 2.49 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
831 - 3 . 3002 . 10 . 122 . 22 . 2.47 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
823 - 3 . 3002 . 10 . 122 . 22 . 2.56 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

DATA DA ASSINATURA: 19 de outubro de 2026

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:7DC4CAD6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 191004/2026
OBJETO: Contratação de empresa para serviços de instalação de gesso para a Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Urbanismo de Severiano Melo/RN.
ORIGEM: Dispensa 061001/2026
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Severiano Melo 08.358.046/0001-99
CONTRATADA(O): FRANCISCO SILVANI FILGUEIRA DE SOUZA 40.992.828/0001-98
VALOR TOTAL: R$ 64.016,50
VIGÊNCIA: 19/10/2026 a 19/10/2027
ORIGEM DOS RECURSOS: 920 - 2 . 2007 . 15 . 452 . 15 . 2.16 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
907 - 2 . 2007 . 15 . 452 . 15 . 2.11 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

DATA DA ASSINATURA: 19 de outubro de 2026

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:D7A8E72D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA, GESTÃO E PLANEJAMENTO.
PORTARIA Nº 238/2026-GGP/PMSN DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 238/2026-GPP/PMSN DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre nomeação dos Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do Município de Sítio Novo/RN, para o Biênio 2026/2028, e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Considerando as indicações de conselheiros (titulares e suplentes) realizadas pelas representações governamentais (SMS, SEMTHAS, SMTF e SEMEC) deste município,

Considerando a Assembleia de Eleição do para escolha dos representantes da Sociedade Civil realizada em 24 de agosto de 2026,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA / Sítio Novo – RN, para o biênio 2026/2028, na composição, representantes do Segmento Governamentais e Segmento Não – governamentais.

REPRESENTANTES DO SEGMENTO GOVERNAMENTAL:
1-Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação, Assistência Social, Cidadania, Direitos Humanos, Apoio as Minorias e as Diversidades – SEMTHAS
Lenalda Mafra da Costa Rocha, CPF: 073.011.844-41 (conselheiro titular)
Leiane Gomes da Silva, CPF: 110.587.664-06 (Conselheira suplente)

2-Secretaria Municipal de Educação e Cultura-SEMEC
Laísa Aline Dantas, CPF: 104.087.254-94 (Conselheira titular)
Julio Cesar Batista, CPF: 016.794.724-96 (Conselheira suplente)
3-Secretaria Municipal de Saúde-SMS
Jady Ladíere Bezerra da Silva CPF: 072.324.394-82 (Conselheira titular)
Rozivania Teixeira de Araújo, CPF: 028.376.914-96 (Conselheira suplente)

4- Secretaria Municipal de Finanças e Tributação
Edeilson Ayron Silva de Freitas, CPF: 018.040.664-78 (Conselheiro titular)
Erivan Porfirio Fernandes, CPF: 702.189.434-15 (suplente)

REPRESENTANTES DO SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL
5- Representantes dos segmentos populares (Sindicatos, Institutos e Associações) – Associação Comunitária das Mulheres do Carrasco - RN
Magaly de Carvalho Porfírio Silva, CPF: 017.490.204-24 (Conselheira titular)
Vilma Sabina da Rocha, CPF: 067.729.724-65 (Conselheira suplente)

6- Representantes dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS / Sítio Novo – RN.
Hellany Rayane Gomes Azevedo, CPF: 114.017.634-05 (Conselheira titular)
Deisiclly Rodrigues de Carvalho, CPF: 086.441.614-82 (Conselheira suplente)

7. Representantes dos segmentos populares (Sindicatos, Institutos e Associações) Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Sítio Novo - RN.
Rosa Maria Mafra, CPF: 020.991.684-23 (Conselheira titular)
Maria Vanderleia da Silva, CPF: 039.258.474-30 (Conselheira suplente)

8. Representantes dos Segmentos Populares (Sindicatos, Institutos e Associações) – Instituto Flora - Sítio Novo – RN
Vanessa Cassia de Souza, CPF: 076.976.774-58 (Conselheira titular)
Gabriela Ludmyla Rocha de Almeida, CPF: 130.848.514-09 (Conselheiro suplente)

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sítio Novo-RN, em 19 de outubro de 2026.

ANDREZZA BRASIL SOUTO BEZERRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Genilson da Silva
Código Identificador:53502424

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIPU

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 020, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a transferência do ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público, no âmbito da Administração Pública Municipal de Taipu/RN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TAIPU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO que o dia 28 de outubro é tradicionalmente celebrado como o Dia do Servidor Público;
CONSIDERANDO a conveniência administrativa de transferir o ponto facultativo alusivo à referida data para o dia 30 de outubro de 2026, visando à organização do funcionamento dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais, especialmente aqueles prestados à população;

DECRETA:

Art. 1º Fica transferido para o dia **30 de outubro de 2026 (sexta-feira)** o ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público, originalmente celebrado em 28 de outubro.
Art. 2º O disposto neste Decreto aplica-se aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta, ressalvados os serviços considerados essenciais, que deverão funcionar normalmente, conforme organização estabelecida pelos respectivos titulares.
Art. 3º Caberá aos titulares das Secretarias Municipais e dos demais órgãos da Administração Pública Municipal adotar as providências necessárias ao cumprimento deste Decreto, assegurando a continuidade dos serviços indispensáveis à população.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Taipu/RN, 19 de outubro de 2026.

ARIOSVALDO BANDEIRA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Viana Júnior
Código Identificador:35CB111E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 063/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 063/2025

Processo nº 126001/2025- ADESÃO nº 010/2025
CONTRATANTE:Prefeitura Municipal de Tangará. Inscrita no CNPJ sob o n°08.159.089/0001-45.
CONTRATADO: Empresa**TECHPROL SERVIÇOS, COMERCIO E LOCAÇÕES EIRELI ME – CNPJ: 20.399.316/0001-05**.
OBJETO:O presente Termo Aditivo objetiva prorrogação do prazo de vigência do Contrato por mais 12 (doze) MESES, entre as partes acima identificadas, oriundo da Adesão 010/2025 Objeto: contratação de empresa na locação de equipamentos automatizados e computadorizados, reagentes e insumos necessários para a realização de exames laboratoriais em análises clínicas: hematologia, bioquímica, coágulo grama, imunologia, ionograma, marcadores cardíacos, hormônios e urocultura com antibiograma para o apoio diagnóstico e laboratorial das necessidades da secretaria municipal de saúde no município de Tangará/RN, passando a vigorar de 14 de outubro de 2026 a 14 de outubro de 2027.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente termo aditivo decorre de autorização do Prefeito Municipal e encontra amparo legal no artigo 107, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A vigência do presente contrato será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos arts. 105 e 107, da Lei nº 14.133/21.

DATA: 14 de outubro de 2026

AUGUSTO CESAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES
Contratante

LUAN DOS SANTOS LAURINDO
Contratada
Representante Legal

Publicado por:
Luiz Antonio de Lima Neto
Código Identificador:46868965

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0352/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0352/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **ADRYANNO KARLLOS PAIVA PEREIRA**, cargo: **3°SGT PM**, matrícula n° **201.949-3** e CPF n° **877.219.374-34**. O pagamento de **09 (NOVE)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO N° 14/2026 – PELOTÃO DE TIBAU, REFORÇO EM TIBAU, no(s) dia(s): 04, 05 e 06/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

09	R$107,40	R$966,60

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:32F7E6AB

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0353/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0353/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **ALEX ALMEIDA GONÇALVES**, cargo: **SD PM**, matrícula n° **251.194-0** e CPF n° **101.098.904-93**. O pagamento de **02 (DUAS)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO N° 14/2026 – PELOTÃO DE TIBAU, REFORÇO EM TIBAU, no(s) dia(s): 07/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
02	R$107,40	R$214,80

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:622D31E6

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0354/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0354/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **ALLAN GEORGE DE MENEZES DA COSTA**, cargo: **3°SGT PM**, matrícula n° **201.963-9** e CPF n° **010.635.124-92**. O pagamento de **02 (DUAS)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO N° 14/2026 – PELOTÃO DE TIBAU, REFORÇO EM TIBAU, no(s) dia(s): 01/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
02	R$107,40	R$214,80

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:F145955A

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0355/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0355/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **ALYSSON PATRIC VASCONCELOS DE ARAUJO**, cargo: **1°SGT PM**, matrícula n° **164.032-1** e CPF n° **024.928.664-59**. O pagamento de **03 (TRÊS)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO N° 14/2026 – PELOTÃO DE TIBAU, REFORÇO EM TIBAU, no(s) dia(s): 08/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
03	R$107,40	R$322,20

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:50853116

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0356/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0356/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **ANTONIO ALAN DA SILVA LAURENTINO**, cargo: **SD PM**, matrícula n° **251.212-2** e CPF n° **098.339.044-40**. O pagamento de **02 (DUAS)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO N° 14/2026 – PELOTÃO DE TIBAU, REFORÇO EM TIBAU, no(s) dia(s): 07/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
02	R$107,40	R$214,80

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:BB554A47

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0357/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0357/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **ANTONIO MARCOS PEDRO BATISTA**, cargo: **1°SGT PM PM**, matrícula n° **164.107-7** e CPF n° **024.749.764-93**. O pagamento de **01 (UMA)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO N° 14/2026 – PELOTÃO DE TIBAU, REFORÇO EM TIBAU, no(s) dia(s): 18/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	R$107,40	R$107,40

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:7DDA8D32

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0358/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0358/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **ANTONIO NILSON FERNANDES DE SOUSA**, cargo: **3°SGT PM PM**, matrícula n° **202.002-5** e CPF n° **026.363.904-56**. O pagamento de **01 (UMA)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO N° 14/2026 – PELOTÃO DE TIBAU, REFORÇO EM TIBAU, no(s) dia(s): 17/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	R$107,40	R$107,40

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:245CF887

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0359/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0359/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **BRENDA LIMA DE MENDONÇA**, cargo: **SD PM PM**, matrícula n° **247.156-6** e CPF n° **616.399.753-06**. O pagamento de **02 (DUAS)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO N° 14/2026 – PELOTÃO DE TIBAU, REFORÇO EM TIBAU, no(s) dia(s): 07/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
02	R$107,40	R$214,80

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:64CDBFA1

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0360/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0360/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **CÉSAR FILGUEIRA LOPES MARTINS**, cargo: **1°SGT PM PM**, matrícula n° **162.675-2** e CPF n° **722.834.404-91**. O pagamento de **06 (SEIS)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO N° 14/2026 – PELOTÃO DE TIBAU, REFORÇO EM TIBAU, no(s) dia(s): 04 e 05/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
06	R$107,40	R$644,40

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:E066E16D

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0361/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0361/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:
Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **CLÉCIO GOMES VIDAL,** graduação: **1° SGT PM,** matrícula n°.: **163.985-4** e CPF n°.: **035.020.914-63**. O pagamento de **04 (QUATRO)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO N° 14/2026 – PELOTÃO DE TIBAU, REFORÇO EM TIBAU, no(s) dia(s): 04 e 06/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
04	R$107,40	R$429,60

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:7C16C4DC

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0362/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0362/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **CARLIMAR RODRIGUES DA SILVA,** graduação: **SD PM,** matrícula n°.: **246.606-6** e CPF n°.: **066.330.613-23**. O pagamento de **02 (DUAS)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO N° 14/2026 – PELOTÃO DE TIBAU, REFORÇO EM TIBAU, no(s) dia(s): 06/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
02	R$107,40	R$214,80

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:2163D961

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0363/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0363/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **CARLOS JORDÃO COSTA DE OLIVEIRA,** graduação: **SD PM,** matrícula n°.: **246.605-8** e CPF n°.: **017.483.824-70**. O pagamento de **02 (DUAS)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO N° 14/2026 – PELOTÃO DE TIBAU, REFORÇO EM TIBAU, no(s) dia(s): 08/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
02	R$107,40	R$214,80

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:A9C1289D

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0364/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0364/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **DANIEL PEREIRA DOS SANTOS,** graduação: **2°SGT PM,** matrícula n°.: **176.070-0** e CPF n°.: **046.607.774-21**. O pagamento de **03 (TRÊS)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO N° 14/2026 – PELOTÃO DE TIBAU, REFORÇO EM TIBAU, no(s) dia(s): 08/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
03	R$107,40	R$322,20

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:176F802B

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0365/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0365/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **DINARTE BATISTA DA SILVA,** graduação: **1° SGT PM,** matrícula n°.: **167.378-5** e CPF n°.: **018.965.284-57**. O pagamento de **08 (OITO)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO N° 14/2026 – PELOTÃO DE TIBAU, REFORÇO EM TIBAU, no(s) dia(s): 05, 06 e 07/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
08	R$107,40	R$859,20

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:A6656906

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0366/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0366/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES

PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **DOUGLAS RAFAEL DA ROCHA SILVA,** graduação: **CB PM,** matrícula n°.: **227.130-3** e CPF n°.: **083.476.764-37**. O pagamento de **03 (TRÊS)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO N° 14/2026 – PELOTÃO DE TIBAU, REFORÇO EM TIBAU, no(s) dia(s): 04/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
03	R$107,40	R$322,20

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:61666F40

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0367/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0367/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **DANIEL PAULO MORAIS FERREIRA,** graduação: **SD PM,** matrícula n°.: **247.444-1** e CPF n°.: **706.736.214-80**. O pagamento de **01 (UMA)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO N° 14/2026 – PELOTÃO DE TIBAU, REFORÇO EM TIBAU, no(s) dia(s): 18/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	R$107,40	R$107,40

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:FEB62B61

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0368/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0368/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:
Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **DOUGLAS MORAIS MATIAS,** graduação: **SD PM,** matrícula n°.: **247.449-2** e CPF n°.: **077.483.734-93**. O pagamento de **03 (TRÊS)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO N° 14/2026 – PELOTÃO DE TIBAU, REFORÇO EM TIBAU, no(s) dia(s): 06/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
03	R$107,40	R$322,20

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:8AB72165

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0369/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0369/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **FABIANO AUGUSTO DA SILVA,** graduação: **1°SGT PM,** matrícula n°.: **114.708-0** e CPF n°.: **969.563.304-82**. O pagamento de **05 (CINCO)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO N° 14/2026 – PELOTÃO DE TIBAU, REFORÇO EM TIBAU, no(s) dia(s): 05 e 12/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
05	R$107,40	R$537,00

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:2AFF9C54

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0370/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0370/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **FRANCISCO ANTONIO JUNIOR,** graduação: **2°SGT PM,** matrícula n°.: **195.282-0** e CPF n°.: **051.627.554-27**. O pagamento de **03 (TRÊS)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO N° 14/2026 – PELOTÃO DE TIBAU, REFORÇO EM TIBAU, no(s) dia(s): 06/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
03	R$107,40	R$322,20

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:DDC59324

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0371/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0371/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **FRANCISCO JEUDISMAR SANTOS MORAIS,** graduação: **SD PM,** matrícula n°.: **246.042-4** e CPF n°.: **082.185.454-25**. O pagamento de **02 (DUAS)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO N° 14/2026 – PELOTÃO DE TIBAU, REFORÇO EM TIBAU, no(s) dia(s): 06/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
02	R$107,40	R$214,80

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:7C2D485F

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0372/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0372/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **GLAUTIERRE VERISSIMO DE FREITAS,** graduação: **SD PM,** matrícula n°.: **246.836-0** e CPF n°.: **109.278.464-03**. O pagamento de **02 (DUAS)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO N° 14/2026 – PELOTÃO DE TIBAU, REFORÇO EM TIBAU, no(s) dia(s): 07/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
02	R$107,40	R$214,80

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:6F3FD7F2

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0373/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0373/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **HERRERAS DE FRANCA MACIEL,** graduação: **CB PM,** matrícula n°.: **227.881-2** e CPF n°.: **068.160.163-94**. O pagamento de **03 (TRÊS)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO N° 14/2026 – PELOTÃO DE TIBAU, REFORÇO EM TIBAU, no(s) dia(s): 06/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
03	R$107,40	R$322,20

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:9D7217E8

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0374/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0374/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **JOSÉ WILSON DA SILVA JUNIOR,** graduação: **CB PM,** matrícula n°.: **227.396-9** e CPF n°.: **035.273.981-98**. O pagamento de **03 (TRÊS)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO N° 14/2026 – PELOTÃO DE TIBAU, REFORÇO EM TIBAU, no(s) dia(s): 05/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
03	R$107,40	R$322,20

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:575E4A86

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0375/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0375/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **JOÃO BATISTA GOMES DE MELO,** graduação: **ST PM,** matrícula n°.: **077.631-9** e CPF n°.: **480.788.164-72**. O pagamento de **01 (UMA)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO N° 14/2026 – PELOTÃO DE TIBAU, REFORÇO EM TIBAU, no(s) dia(s): 06/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	R$107,40	R$107,40

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:C345240A

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0376/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0376/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **JOÃO PAULO GOMES,** graduação: **CB PM,** matrícula n°.: **227.045-5** e CPF n°.: **700.205.864-93**. O pagamento de **03 (TRÊS)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO N° 14/2026 – PELOTÃO DE TIBAU, REFORÇO EM TIBAU, no(s) dia(s): 05/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
03	R$107,40	R$322,20

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:798D6323

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0377/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0377/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **JACKSON MACIEL DO CARMO,** graduação: **SD PM,** matrícula n°.: **247.171-0** e CPF n°.: **055.345.943-06**. O pagamento de **01 (UMA)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO N° 14/2026 – PELOTÃO DE TIBAU, REFORÇO EM TIBAU, no(s) dia(s): 18/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	R$107,40	R$107,40

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:0B3D9D31

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0378/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0378/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA FERNANDES COSTA,** graduação: **SD PM,** matrícula n°.: **247.175-2** e CPF n°.: **111.738.624-47**. O pagamento de **10 (DEZ)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO N° 14/2026 – PELOTÃO DE TIBAU, REFORÇO EM TIBAU, no(s) dia(s): 01, 04, 05, 07 e 23/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
10	R$107,40	R$1.074,00

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:1ED83598

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0379/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0379/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:
Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **KÁCIO PASCOAL DE MORAIS,** graduação: **1°SGT PM,** matrícula n°.: **107.830-5** e CPF n°.: **969.383.074-15**. O pagamento de **03 (TRÊS)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO N° 14/2026 – PELOTÃO DE TIBAU, REFORÇO EM TIBAU, no(s) dia(s): 05/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
03	R$107,40	R$322,20

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:657F3BBA

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0380/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0380/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **LUCIANO HOLANDA FERNANDES,** graduação: **3°SGT PM,** matrícula n°.: **202.227-3** e CPF n°.: **054.618.954-76**. O pagamento de **06 (SEIS)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO N° 14/2026 – PELOTÃO DE TIBAU, REFORÇO EM TIBAU, no(s) dia(s): 04 e 05/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
06	R$107,40	R$644,40

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:94E25796

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0381/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0381/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **MANOEL MORAIS NETO**, cargo: **ST PM**, matrícula n° **111.424-7** e CPF n° **598.021.114-49**. O pagamento de **11 (ONZE)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO N° 14/2026 – PELOTÃO DE TIBAU, REFORÇO EM TIBAU, no(s) dia(s): 04, 05, 06 e 07/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
11	R$107,40	R$1.181,40

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:6D006198

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0382/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0382/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **MARCIO LIMA CORDEIRO**, cargo: **SD PM**, matrícula n° **250.961-0** e CPF n° **056.326.633-37**. O pagamento de **02 (DUAS)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO N° 14/2026 – PELOTÃO DE TIBAU, REFORÇO EM TIBAU, no(s) dia(s): 26/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
02	R$107,40	R$214,80

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:B14BC62C

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0383/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0383/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **MARCOS GREX CASTRO TERCEIRO**, cargo: **SD PM**, matrícula n° **251.175-4** e CPF n° **111.840.024-01**. O pagamento de **02 (DUAS)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO N° 14/2026 – PELOTÃO DE TIBAU, REFORÇO EM TIBAU, no(s) dia(s): 07/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
02	R$107,40	R$214,80

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:ABEFF3A2

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0384/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0384/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **MAXWENDELL LOPES DELFINO**, cargo: **SD PM**, matrícula n° **247.059-4** e CPF n° **114.010.224-99**. O pagamento de **03 (TRÊS)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO N° 14/2026 – PELOTÃO DE TIBAU, REFORÇO EM TIBAU, no(s) dia(s): 04/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
03	R$107,40	R$322,20

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:484FBCF0

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0385/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0385/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES

PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **NERO RAMON CAMPOS COELHO**, cargo: **SD PM**, matrícula n° **166.947-8** e CPF n° **650.203.163-34**. O pagamento de **02 (DUAS)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO N° 14/2026 – PELOTÃO DE TIBAU, REFORÇO EM TIBAU, no(s) dia(s): 12/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
02	R$107,40	R$214,80

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:C8538E0C

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0386/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0386/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **NATANAEL CARDOZO DOS SANTOS**, cargo: **SD PM**, matrícula n° **247.384-4** e CPF n° **038.387.123-90**. O pagamento de **06 (SEIS)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO N° 14/2026 – PELOTÃO DE TIBAU, REFORÇO EM TIBAU, no(s) dia(s): 07, 08 e 22/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
06	R$107,40	R$644,40

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:989DAAB8

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0387/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0387/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:
Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **NITHAEL PEREIRA NOLASCO**, cargo: **SD PM**, matrícula n° **246.059-4** e CPF n° **105.156.184-11**. O pagamento de **03 (TRÊS)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO N° 14/2026 – PELOTÃO DE TIBAU, REFORÇO EM TIBAU, no(s) dia(s): 04/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
03	R$107,40	R$322,20

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:5B6396CB

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0388/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0388/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **PATRICIA DA SILVA RAMALHO**, cargo: **ST PM**, matrícula n° **164.496-3** e CPF n° **028.023.954-83**. O pagamento de **03 (TRÊS)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO N° 14/2026 – PELOTÃO DE TIBAU, REFORÇO EM TIBAU, no(s) dia(s): 08/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
03	R$107,40	R$322,20

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:74028D4C

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0389/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0389/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **RENATO ANTONIO RAMOS NETO**, cargo: **SD PM**, matrícula n° **250.873-7** e CPF n° **701.588.624-30**. O pagamento de **03 (TRÊS)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO N° 14/2026 – PELOTÃO DE TIBAU, REFORÇO EM TIBAU, no(s) dia(s): 18 e 28/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
03	R$107,40	R$322,20

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:BD4A121D

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0390/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0390/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **SERGIO SILVA DE MIRANDA**, cargo: **3°SGT PM**, matrícula n° **196.266-3** e CPF n° **031.588.194-14**. O pagamento de **01 (UMA)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO N° 14/2026 – PELOTÃO DE TIBAU, REFORÇO EM TIBAU, no(s) dia(s): 17/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	R$107,40	R$107,40

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:135EDBAF

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0391/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0391/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Civil: **TÚLIO SÁVIO PEREIRA,** função: **DPC,** matrícula n°**.: 248.200-2** e CPF n°**.: 109.084.846-31**. O pagamento de **10 (DEZ)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO n°027 e 028/2026-44ª DP, DPC, EPC e APC no(s) dia(s): 11, 12 e 13/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
10	R$107,40	R$1.074,00

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:A7880B75

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0392/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0392/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Civil: **CAIO FÁBIO NUNES LIMEIRA,** função: **DPC,** matrícula n°**.: 243.862-3** e CPF n°**.: 070.995.964-89**. O pagamento de **10 (DEZ)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO n°027 e 028/2026-44ª DP, DPC, EPC e APC no(s) dia(s): 25, 26 e 27/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
10	R$107,40	R$1.074,00

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:E33F3D1E

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0393/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0393/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Civil: **ROSANA KELLY DA SILVA,** função: **EPC,** matrícula n°**.: 249.315-2** e CPF n°**.: 105.607.484-18**. O pagamento de **10 (DEZ)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO n°027 e 028/2026-44ª DP, DPC, EPC e APC no(s) dia(s): 25, 26 e 27/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
10	R$107,40	R$1.074,00

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:9B15056A

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0394/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0394/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Civil: **EVELYN CRISTINE DA COSTA ROZENDO,** função: **EPC,** matrícula n°**.: 249.420-5** e CPF n°**.: 096.940.744-01**. O pagamento de **10 (DEZ)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO n°027 e 028/2026-44ª DP, DPC, EPC e APC no(s) dia(s): 11, 12 e 13/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
10	R$107,40	R$1.074,00

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:9E8780F4

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0395/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0395/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Civil: **JOÃO EUZÉBIO DE ARAÚJO NETO,** função: **APC,** matrícula n°**.: 203.945-1** e CPF n°**.: 916.386.234-49**. O pagamento de **10 (DEZ)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO n°027 e 028/2026-44ª DP, DPC, EPC e APC no(s) dia(s): 25, 26 e 27/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
10	R$107,40	R$1.074,00

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:5FBCA1A6

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0396/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0396/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Civil: **NATAN DE OLIVEIRA DUARTE,** função: **APC,** matrícula n°**.: 246.003-3,** CPF n°**.: 016.622.084-13**. O pagamento de **14 (QUATORZE)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO n°027 e 028/2026-44ª DP, DPC, EPC e APC no(s) dia(s): 11, 12, 13, 25, 26 e 27/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
14	R$107,40	R$1.503,60

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:84A1EFC2

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0397/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0397/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Civil: **CID NEY FERNANDES CELIS,** função: **APC,** matrícula n°**.: 108.172-1,** CPF n°**.: 025.385.414-84**. O pagamento de **10 (DEZ)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO n°027 e 028/2026-44ª DP, DPC, EPC e APC no(s) dia(s): 11, 12 e 13/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
10	R$107,40	R$1.074,00

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:4BC347E8

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0398/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0398/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019 que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - ao Servidor Estadual da Polícia Civil: **ÉRICA PATRÍCIA MONTEIRO LIMA,** função: **APC,** matrícula n°**.: 255.162-4** e CPF n°**.: 631.256.173-91**. O pagamento de **14 (QUATORZE)** diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau, conforme: **OFICIO n°027 e 028/2026-44ª DP, DPC, EPC e APC no(s) dia(s): 11, 12, 13, 25, 26 e 27/09/2026**.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
14	R$107,40	R$1.503,60

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 19 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:42A18A50

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E MOBILIDADE URBANA
EDITAL DO AUTO DE INFRAÇÃO 235.3/2026-DF/SEMURB

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

EDITAL DE AUTO DE INFRAÇÃO 235.3/2026-DF/SEMURB

A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO DO MUNICÍPIO DE TIBAU DO SUL - SEMURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, FAZ SABER a todos quanto virem ou tomarem conhecimento do presente Edital, que os fiscais do município lavraram Auto de Infração (AI) em desfavor da pessoa jurídica relacionada abaixo; e dá ciência ao autuado sobre o PRAZO DE 15 dias, a contar da data desta publicação, para que apresente defesa ou impugnação do (AI) nos termos do Inciso III, §1º do Art.196 da Lei Municipal Nº382/2008, a contar da data desta publicação.

AUTO DE INFRAÇÃO	PROCESSO ADMINISTRATIVO	NOTIFICADO	CPF/CNPJ
235.3/2026-DF/SEMURB	000980/000507/2026	HABITAT AUGUSTA INCORPORAÇÃO LTDA	**.***.***/0002-97

DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO: CONSTATAÇÃO DE CONTINUIDADE DE OBRA EXECUTADA SEM ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO EXPEDIDO PELO MUNICÍPIO.	
INFRAÇÕES: Art. 175, incisos I e II da Lei Municipal 382/2008; Art. 181, inciso II, da Lei nº 382/2008 (alterado pelo Art. 3º da Lei Ordinária Municipal nº 629/2018); Art. 185 Lei Municipal 382/2008.	SANÇÕES: Aplicação da multa pecuniária no valor de R$12.000,00 (dose mil reais); Embargoda obra.

Tibau do Sul/RN, 19 de outubro de 2026

KATARINE MARIA F. DIESEL
Secretária de Meio Ambiente e Urbanismo

Publicado por:
Bruno Costa de Lima
Código Identificador:1E58372D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 149/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 32/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA AUTORIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DO VEÍCULO FIAT DUCATO PERTENCENTE À FROTA MUNICIPAL, COM OBSERVÂNCIA DOS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS APLICÁVEIS E DAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS PELO FABRICANTE, VISANDO AO RESTABELECIMENTO DAS CONDIÇÕES ADEQUADAS DE FUNCIONAMENTO DO VEÍCULO E À PRESERVAÇÃO DA GARANTIA DE FÁBRICA.
Contratante: Município de Timbaúba dos Batistas-RN
Contratada: AUTOBRAZ COMERCIO DE VEICULOS LTDA, CNPJ: 70.166.350/0001-08 representada por JOÃO TAVARES DE SOUZA NETO.
Valor Total: R$ 5.817,00 (cinco mil, oitocentos e dezessete reais).
Vigência: 02 MESES.
Assinaturas: Ivanildo Araújo de Albuquerque Filho e JOÃO TAVARES DE SOUZA NETO.

Data da Assinatura: 09 de outubro de 2026

Timbaúba dos Batistas, 09 de outubro de 2026.

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:65708048

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 150/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 33/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA AUTORIZADA FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DO VEÍCULO FIAT DUCATO PERTENCENTE À FROTA MUNICIPAL, COM OBSERVÂNCIA DOS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS APLICÁVEIS E DAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS PELO FABRICANTE, VISANDO AO RESTABELECIMENTO DAS CONDIÇÕES ADEQUADAS DE FUNCIONAMENTO DO VEÍCULO E À PRESERVAÇÃO DA GARANTIA DE FÁBRICA.
Contratante: Município de Timbaúba dos Batistas-RN
Contratada: AUTOBRAZ COMERCIO DE VEICULOS LTDA, CNPJ: 70.166.350/0001-08 representada por JOÃO TAVARES DE SOUZA NETO.
Valor Total: R$ 38.878,19 (trinta e oito mil, oitocentos e setenta e oito reais e dezenove centavos).
Vigência: 02 MESES.
Assinaturas: Ivanildo Araújo de Albuquerque Filho e JOÃO TAVARES DE SOUZA NETO.

Data da Assinatura: 09 de outubro de 2026

Timbaúba dos Batistas, 09 de outubro de 2026.

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:70ADDB92

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.008.001/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 32/2026

ATO DE RATIFICAÇÃO

CONTRATADO(A):AUTOBRAZ COMERCIO DE VEICULOS LTDA, CNPJ/CPF nº70.166.350/0001-08
CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS, Estado do Rio Grande do Norte, CNPJ nº 08.096.596/0001-87, localizado à Rua Rui Barbosa, nº 48, Centro, CEP 59.320-0000.
OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA AUTORIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DO VEÍCULO FIAT DUCATO PERTENCENTE À FROTA MUNICIPAL, COM OBSERVÂNCIA DOS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS APLICÁVEIS E DAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS PELO FABRICANTE, VISANDO AO RESTABELECIMENTO DAS CONDIÇÕES ADEQUADAS DE FUNCIONAMENTO DO VEÍCULO E À PRESERVAÇÃO DA GARANTIA DE FÁBRICA.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 14.133/2021, Art. 74, I (PNCP)
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:R$5.817,00 (cinco mil, oitocentos e dezessete reais)
VALOR CONTRATADO:R$5.817,00 (cinco mil, oitocentos e dezessete reais)
RATIFICAÇÃO EM:09 de outubro de 2026

Timbaúba dos Batistas, 09 de outubro de 2026

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:BC5D1AF6

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.008.002/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 33/2026

ATO DE RATIFICAÇÃO

CONTRATADO(A):AUTOBRAZ COMERCIO DE VEICULOS LTDA, CNPJ/CPF nº70.166.350/0001-08
CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS, Estado do Rio Grande do Norte, CNPJ nº 08.096.596/0001-87, localizado à Rua Rui Barbosa, nº 48, Centro, CEP 59.320-0000.
OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA AUTORIZADA FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DO VEÍCULO FIAT DUCATO PERTENCENTE À FROTA MUNICIPAL, COM OBSERVÂNCIA DOS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS APLICÁVEIS E DAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS PELO FABRICANTE, VISANDO AO RESTABELECIMENTO DAS CONDIÇÕES ADEQUADAS DE FUNCIONAMENTO DO VEÍCULO E À PRESERVAÇÃO DA GARANTIA DE FÁBRICA.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 14.133/2021, Art. 74, I (PNCP)
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:R$38.878,19 (trinta e oito mil, oitocentos e setenta e oito reais e dezenove centavos)
VALOR CONTRATADO:R$38.878,19 (trinta e oito mil, oitocentos e setenta e oito reais e dezenove centavos)
RATIFICAÇÃO EM:09 de outubro de 2026

Timbaúba dos Batistas, 09 de outubro de 2026

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:BDA5F957

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 003, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Prevenção, Enfremtamento e Atendimento Especializado de Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência de Timbaúba dos Batistas/RN, do período de 2026 a 2029, e dá outras providências.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS/RN – CMDCA**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Federal nº 8.069/1990 — Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Lei Federal nº 13.431/2017 e pela legislação municipal vigente;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estabelece a proteção integral e a garantia dos direitos de crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017, e o Decreto Federal nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018, que estabelecem diretrizes para a garantia de direitos de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência;
CONSIDERANDO a apresentação do Plano Municipal de Prevenção, Enfrentamento e Atendimento Especializado de Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência – 2026-2029, realizada em reunião virtual do CMDCA no dia 16 de setembro de 2026, seguida de espaço para manifestações e questionamentos e de votação, na qual a proposta foi aprovada por unanimidade pelos presentes;

CONSIDERANDO que o documento foi encaminhado aos setores responsáveis para conferência dos dados e das informações, antes da consolidação e publicação de sua versão final;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o **Plano Municipal de Prevenção, Enfrentamento e Atendimento Especializado de Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência – 2026-2029**, do município de Timbaúba dos Batistas/RN, conforme deliberação do Plenário do CMDCA, realizada em reunião virtual no dia 16 de setembro de 2026.

Art. 2º - Estabelecer que o Plano constitui instrumento de planejamento e orientação das ações municipais de prevenção e enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes, bem como de organização e aprimoramento do atendimento especializado às vítimas, respeitadas as atribuições dos órgãos e setores envolvidos.

Art. 3º - Recomendar a atuação articulada e intersetorial dos órgãos e serviços envolvidos na execução das ações previstas no Plano, visando à proteção integral e à garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

Art. 4º - Determinar que o CMDCA acompanhe a implementação e o desenvolvimento das ações previstas no Plano, promovendo, no âmbito de suas atribuições, o monitoramento e a avaliação de sua execução.

Art. 5º - A versão final do Plano deverá contemplar a conferência dos dados e das informações pelos setores responsáveis, previamente à sua publicação, preservando-se o conteúdo aprovado pelo Plenário, ressalvados os ajustes técnicos necessários que não alterem as diretrizes e deliberações aprovadas.

Art. 6º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Timbaúba dos Batistas - RN, 15 de outubro de 2026.

RITA DA SILVA SANTOS
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

Publicado por:
José Cezar Muniz Fechine
Código Identificador:CB473C7E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS

GABINETE CIVIL
AVISO DE COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº 40/2026;

O Município de Touros/RN, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Pública, torna público para conhecimento das pessoas jurídica interessadas, que receberá cotação de preços para, Contratação de empresa para o fornecimento de gêneros alimentícios destinado a atender as necessidades de todos os setores da prefeitura municipal de Touros/RN. Conforme especificado no TERMO DE REFERÊNCIA que estará disponível e poderá ser solicitado, através do emai licita@touros.rn.gov.br, As propostas deverão ser apresentadas em arquivo PDF, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar desta publicação, através do endereço eletrônico acima ou no Setor de Planejamento do Município, situado na Praça Bom Jesus do Navegantes, nº 28, Centro, Touros/RN, devendo a cotação ter validade não inferior a 90 (noventa) dias, está devidamente datada, assinada e em papel timbrado da empresa, Os interessados poderão obter demais informações também pelo e-mail ou endereço indicado.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PÚBLICA

Touros/RN, 19 de outubro de 2026.

Publicado por:
Clyvia Saraiva Torres
Código Identificador:293DDF33

GABINETE CIVIL
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 23/2025

Processo Administrativo nº 618/2025. Concorrência Eletrônica nº 01/2025. Contratante: Município de Touros/RN, CNPJ nº 08.234.155/0001-02. **Contratada:** RG Soluções Ltda., CNPJ nº 33.073.477/0001-56. **Objeto:** Prorrogação do prazo de vigência do contrato, cujo objeto é a construção de adutora para abastecimento de água, visando à melhoria hídrica das comunidades de Carnaubal e Vila de Assis Chateaubriand, na zona rural de Touros/RN, conforme Convênio nº 925898/2022, celebrado com o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Vigência prorrogada:** de 15/10/2026 a 12/05/2027. **Fundamentação legal:** arts. 91, § 4º; 92, inciso VII; e 111 da Lei Federal nº 14.133/2021. **Data da assinatura:** 14/10/2026. **Signatários:** Pedro Ferreira de Farias Filho, pelo Contratante, e Raul Sales Silva de Oliveira, pela Contratada.

Publicado por:
Girlandio Dos Santos Nascimento
Código Identificador:66430367

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO POTIGUAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LICENÇA PREMIO

Eu, **VANDERLUCIA ESTEVAM DE ALMEIDA,** funcionário, publico, efetivo, sobre o cargo de **A.S.D.** e lotado a Secretaria Municipal de **SAÚDE**, venho respeitosamente requerer **LICENÇA PRÊMIO DE 90 DIAS.** Compreendida entre os dias de **05 de outubro de 2026 a 02 de janeiro de 2027.** Retornando as suas atividades em **03 de janeiro de 2027.**

De acordo entre as partes interessadas, funcionário e municipalidade, o pedido foi **DEFERIDO** pela senhora Prefeita **JOANA D'ARC ESTEVAM DA FONSECA SILVA**.

Podendo assim o mesmo gozar de sua licença prêmio**,** caso solicitado à interrupção o mesmo pode retornar as suas atividades trabalhistas neste município.

Na certeza do pronto atendimento, renovamos votos de consideração e apreço.

Atenciosamente

Triunfo Potiguar/RN, 19 de outubro de 2026.

JOANA D'ARC ESTEVAM DA FONSECA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Kelia Dantas de Azevedo
Código Identificador:F37343EE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N°. 954/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

EMENTA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a regularizar imóveis e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMARIZAL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o procedimento de regularização do imóvel pertencente a **PAULO JACSON DE PAIVA PINTO**, inscrito no CPF/MF sob n° 028.194.214-58, portador do RG n° 1877258 ITEP-SP, de um terreno localizado na Rua Antônio Marcelino, n° 167, Bairro Centro, medindo 4,85m (quatro metros e oitenta e cinco centímetros); ao Sul com José Delfino Dias, medindo 04,85 (quatro metros e oitenta e cinco centímetros); ao Oeste com Raimundo Sueldo da Costa, medindo 40,00m (quarenta metros) e ao Leste com João Batista de Moraes, medindo 40,00m (quarenta metros), sendo que a área construída mede 92,63m² (noventa e dois metros e sessenta e três centímetros quadrados) e a área total mede 218,00m² (duzentos e dezoito metros quadrados).

Parágrafo único. O referido imóvel objeto da presente regularização encontra-se inserido em área maior pertencente ao município, registrado no Único Ofício de Notas do Município de Umarizal/RN, matrícula n° 1.248, Livro 2.

Art. 2º. As despesas cartorárias necessárias para escrituração, registro ou qualquer outro ato necessário correrá por conta do donatário.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Umarizal/RN, 19 de outubro de 2026

RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO
- Prefeito Municipal –

Publicado por:
Lazaro Dias Pinheiro
Código Identificador:E5C2CADC

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N°. 955/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

EMENTA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a regularizar imóveis e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMARIZAL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o procedimento de regularização do imóvel pertencente a **LUZIA LUANA DA SILVA MEDEIROS**, inscrita no CPF/MF sob n° 096.134.254-46, de um terreno localizado na Rua João Mafaldo, s/n, Bairro Santa Luzia, medindo atualmente 12m (doze metros) como medida de frente e fundo respectivamente, por 30m (trinta metros) no lado esquerdo e no lado direito respectivamente, encerrando uma área total de 360m². O imóvel limita-se ao lado NORTE, com a Rua João Mafaldo; ao lado SUL, com imóvel de Antônia Magna de Souza Silva Cardoso, em uma extensão de 12m; ao lado OESTE, com a Rua Desembargador Sinval Moreira Dias, em uma extensão de 30, e ao lado LESTE, limita-se com imóvel de Hildebrando Varela Barca, em uma extensão de 30m.

Parágrafo único. O referido imóvel objeto da presente regularização encontra-se inserido em área maior pertencente ao município, registrado no Único Ofício de Notas do Município de Umarizal/RN, matrícula n° 1.248, Livro 2.

Art. 2º. As despesas cartorárias necessárias para escrituração, registro ou qualquer outro ato necessário correrá por conta do donatário.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Umarizal/RN, 19 de outubro de 2026

RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO
- Prefeito Municipal –

Publicado por:
Lazaro Dias Pinheiro
Código Identificador:1FCE0EBB

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N°. 956/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

EMENTA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a regularizar imóveis e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMARIZAL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e sanciono a seguinte:

LEI
Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o procedimento de regularização do imóvel pertencente a **LUZIA LUANA DA SILVA MEDEIROS**, inscrita no CPF/MF sob n° 096.134.254-46, de um terreno localizado na Rua João Mafaldo, s/n, Bairro Santa Luzia, medindo atualmente 12m (doze metros) como medida de frente e fundo respectivamente, por 30m (trinta metros) no lado esquerdo e no lado direito respectivamente, encerrando uma área total de 360m². O imóvel limita-se ao lado NORTE, com a Rua João Mafaldo; ao lado SUL, com imóvel de Antônia Magna de Souza Silva Cardoso, em uma extensão de 12m; ao lado OESTE, com a Rua Desembargador Sinval Moreira Dias, em uma extensão de 30, e ao lado LESTE, limita-se com imóvel de Hildebrando Varela Barca, em uma extensão de 30m.

Parágrafo único. O referido imóvel objeto da presente regularização encontra-se inserido em área maior pertencente ao município, registrado no Único Ofício de Notas do Município de Umarizal/RN, matrícula n° 1.248, Livro 2.

Art. 2º. As despesas cartorárias necessárias para escrituração, registro ou qualquer outro ato necessário correrá por conta do donatário.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Umarizal/RN, 19 de outubro de 2026

RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO
- Prefeito Municipal –

Publicado por:
Lazaro Dias Pinheiro
Código Identificador:BAA47A54

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA HABITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DO PROCESSO DE SELEÇÃO DOS ADOLESCENTES INTEGRANTES DO COMITÊ DE PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES – CPA DO CMDCA DE UMARIZAL/RN.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE UMARIZAL/RN, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2026;

CONSIDERANDO o processo de seleção realizado em outubro de 2026; CONSIDERANDO a Ata nº 001/2026 da Comissão de Acompanhamento;

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o resultado do processo de seleção para composição do Comitê de Participação de Adolescentes – CPA.

Art. 2º Ficam homologados como membros titulares:

Nº	Nome	Bairro/Comunidade
01	PATRIK DA SILVA BRASIL	BAIRRO SÃO JOSÉ
02	KAIO KALMON PEREIRA DA COSTA	BAIRRO SÃO JOSÉ
03	MARIA ALINE DE MOURA MORAES	BAIRRO CENTRO
04	LAISE BIANCA DE MOURA CARDOSO	BAIRRO SÃO JOSÉ
05	EMILLY VICTORIA CARDOSO MONTEIRO	BAIRRO MUTIRÃO

Art. 3º Ficam homologados como suplentes:

Nº	Nome	Bairro/Comunidade
01	ARTHUR WILLIAM COSTA DA SILVA	BAIRRO COAHBE
02	PEDRO LUCAS MENEZES DE SOUZA	BAIRRO CENTRO

Art. 4º Os adolescentes serão empossados em solenidade convocada pelo CMDCA.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Umarizal/RN, 19 de outubro de 2026.

YASMIN MAIA DELFINO OLIVEIRA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Lazaro Dias Pinheiro
Código Identificador:E9450BF6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 059/2026

A Prefeitura Municipal de Upanema/RN manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contratação direta, com base no Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21, que objetiva: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos de consultoria agronômica, mediante disponibilização de profissional legalmente habilitado e com registro ativo no CREA, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Upanema/RN, incluindo assessoramento, orientação técnica, acompanhamento de atividades rurais, visitas de campo, elaboração de pareceres, laudos, estudos e relatórios técnicos, bem como apoio às ações de desenvolvimento rural sustentável e às atividades ambientais que sejam compatíveis com as atribuições legais do profissional. Critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM. Os interessados poderão obter o respectivo termo de referência com a especificação do objeto pretendido junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sediada na **Rua João Francisco, S/N, Centro, Upanema/RN**, ou acessando site **www.upanema.rn.gov.br**. As propostas, conforme modelo em anexo, serão recebidas até as **12h00min**, do dia **23 de outubro de 2026**, nos horário e endereço indicados, bem como, serem encaminhadas preferencialmente pelo e-mail: **pmu_licitacao@hotmail.com**. Recursos: Previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 040/2026, Lei Complementar nº 123/06 e demais legislações pertinentes, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: nos **horários das 08h00min às 12h00min** em dias úteis, no endereço supracitado.

Upanema/RN, 19 de outubro de 2026.

PEDRO HENRIQUE LIMA BEZERRA DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Pedro Henrique Lima Bezerra de Oliveira
Código Identificador:6963EC06

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA VER

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITURA DE VENHA VER
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 64/2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 64/2026

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Venha-Ver/RN

CONTRATADA: OXIBORGES DISTRIBUIDORA DE GASES INDUSTRIAIS E MEDICINAIS LTDA, CNPJ: 48.702.159/0001-84

PROCESSO DE ORIGEM: Dispensa n.º 18/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de gases medicinais em estado gasoso, destinados ao atendimento das necessidades das unidades de saúde da Administração Pública, incluindo o fornecimento dos gases em cilindros de diferentes capacidades, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas.

VALOR TOTAL: R$ **R$ 37.700,00** (**trinta e sete mil e setecentos reais**).

DOTAÇÃO: 839 - 3 . 2013 . 10 . 301 . 7 . 2.117 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
363 - 3 . 2013 . 10 . 122 . 1 . 2.56 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

VIGÊNCIA: 15/10/2026 à **15/10/2027**.

DATA DA ASSINATURA: 15 de outubro de 2026

Publicado por:
Sandro Pessoa de Carvalho
Código Identificador:C31E336E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E TRIBUTAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 62/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 62/2026

CONTRATO Nº: 62/2026

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

CONTRATADA: DESPORTO E PRONTO DISTRIBUIDORA LTDA CNPJ: 17.737.876/0001-18

PROCESSO DE ORIGEM: Pregão Eletrônico n.º 03/2026

OBJETO: Aquisição fracionada de gêneros perecíveis e não perecíveis para o fornecimento da merenda escolar, em virtude dos referidos itens ter sido fracassados no pregão PE 01/2026

VALOR TOTAL: R$ **1.521.305,92 (**Um milhão, quinhentos e vinte e um mil, trezentos e cinco reais e noventa e dois centavos**)**

DOTAÇÃO: 163 - 2 . 2007 . 12 . 365 . 8 . 2.6 . 0 . 339030 - Material de Consumo
162 - 2 . 2007 . 12 . 365 . 8 . 2.6 . 0 . 339030 - Material de Consumo
144 - 2 . 2007 . 12 . 365 . 8 . 2.29 . 0 . 339092 - Despesas de Exercícios Anteriores
143 - 2 . 2007 . 12 . 365 . 8 . 2.29 . 0 . 339092 - Despesas de Exercícios Anteriores
142 - 2 . 2007 . 12 . 365 . 8 . 2.29 . 0 . 339030 - Material de Consumo
141 - 2 . 2007 . 12 . 365 . 8 . 2.29 . 0 . 339030 - Material de Consumo
96 - 2 . 2007 . 12 . 361 . 8 . 2.28 . 0 . 339092 - Despesas de Exercícios Anteriores
95 - 2 . 2007 . 12 . 361 . 8 . 2.28 . 0 . 339092 - Despesas de Exercícios Anteriores
94 - 2 . 2007 . 12 . 361 . 8 . 2.28 . 0 . 339030 - Material de Consumo
93 - 2 . 2007 . 12 . 361 . 8 . 2.28 . 0 . 339030 - Material de Consumo.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município.

Publicado por:
Sandro Pessoa de Carvalho
Código Identificador:595702EF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E TRIBUTAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 63/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 63/2026

CONTRATO Nº: 63/2026

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

CONTRATADA: 51.275.687 FABRICIO SOARES DA SILVA CNPJ: 51.275.687/0001-09

PROCESSO DE ORIGEM: Pregão Eletrônico n.º 03/2026

OBJETO: Aquisição fracionada de gêneros perecíveis e não perecíveis para o fornecimento da merenda escolar, em virtude dos referidos itens ter sido fracassados no pregão PE 01/2026

VALOR TOTAL: R$ 295.931,00 (duzentos e noventa e cinco mil, novecentos e trinta e um reais)

DOTAÇÃO: 163 - 2 . 2007 . 12 . 365 . 8 . 2.6 . 0 . 339030 - Material de Consumo
162 - 2 . 2007 . 12 . 365 . 8 . 2.6 . 0 . 339030 - Material de Consumo
144 - 2 . 2007 . 12 . 365 . 8 . 2.29 . 0 . 339092 - Despesas de Exercícios Anteriores
143 - 2 . 2007 . 12 . 365 . 8 . 2.29 . 0 . 339092 - Despesas de Exercícios Anteriores
142 - 2 . 2007 . 12 . 365 . 8 . 2.29 . 0 . 339030 - Material de Consumo
141 - 2 . 2007 . 12 . 365 . 8 . 2.29 . 0 . 339030 - Material de Consumo
96 - 2 . 2007 . 12 . 361 . 8 . 2.28 . 0 . 339092 - Despesas de Exercícios Anteriores
95 - 2 . 2007 . 12 . 361 . 8 . 2.28 . 0 . 339092 - Despesas de Exercícios Anteriores
94 - 2 . 2007 . 12 . 361 . 8 . 2.28 . 0 . 339030 - Material de Consumo
93 - 2 . 2007 . 12 . 361 . 8 . 2.28 . 0 . 339030 - Material de Consumo.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município.

Publicado por:
Sandro Pessoa de Carvalho
Código Identificador:71E25FA2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 505455/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ/RN, inscrita no CNPJ nº 08.362.915/0001-59.
CONTRATADA: J DE M MOURA SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 52.166.419/0001-11.
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para construção do Destacamento da Polícia Militar no Município de Vera Cruz/RN, conforme condições e especificações estabelecidas no Projeto Básico.

VALOR GLOBAL: R$ 323.000,00 (trezentos e vinte e três mil reais).
VIGÊNCIA: A vigência contratual terá início com a emissão da ordem de execução da obra, observando-se o período estabelecido no Cronograma Físico-Financeiro, mantendo-se posteriormente para fins de garantia pelo prazo de 05 (cinco) anos, conforme disposições contratuais.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08.001 – Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo; Elemento de Despesa: 4.4.90.51 – Obras e Instalações.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.
DATA DA ASSINATURA: 02 de julho de 2026.
SIGNATÁRIOS: JOSÉ JUNIOR DE OLIVEIRA, pela Contratante, e MARIA ZELIA DE MORAIS DE MOURA, pela Contratada.

Publicado por:
Ane Micaela Freitas Bessa
Código Identificador:3C4483EF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA Nº 2469/2026, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 081/2026.

O Prefeito Municipal De Viçosa/RN, vem, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei Federal nº. 14.133/2021, que exige da Administração Pública o dever de acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante devidamente designado;

CONSIDERANDO, que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos/convênios celebrados pela entidade;

CONSIDERANDO a importância de a Administração Pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO, finalmente, a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, os servidores abaixo relacionados, para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas na Ata de Registro de Preços nº 081/2026, celebrada entre a Prefeitura Municipal de Viçosa/RN e a empresa 63.436.437 CICERA BATISTA DA SILVA, inscrita no CNPJ sob o nº 63.436.437/0001-92, cujo objeto é o registro de preços para a eventual Contratação de serviços especializado em serralheria para atender às demandas da Prefeitura Municipal de Viçosa/RN, incluindo fabricação, reparo e instalação de itens em ferro e aço, necessários para a manutenção e conservação dos bens públicos municipais.

I – Nadja Natália Santos, Matrícula n.º 190.684-4, na qualidade de Gestora da Ata de Registro de Preços;

II – Michel da Costa Soares, Portaria n° 023/2025-PMV/GP, na qualidade de Fiscal da Ata de Registro de Preços.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Prefeitura Municipal de Viçosa
CNPJ/MF nº 08.158.198/0001-48

VICTOR RAMON ALVES
Prefeito

Publicado por:
Francisco Caninde de Sousa Nunes
Código Identificador:878BE092

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL FLORÂNIA

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - CONCORRÊNCIA POR MENOR PREÇO - 5/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO		
Prefeitura Municipal de Florânia		
Prefeitura Municipal de Florânia		
Concorrência por Menor Preço - 005/2026		
Resultado da Adjudicação		
Item: 0001 - EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM MASSA ASFÁLTICA USINADA A FRIO (MAUF), CONFORME PROJETO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ANEXOS. - Valor Referência: R$ 376.284,24		
Fornecedor	Situação	Valor Total
MARCILIO PONTES ASFALTOS LTDA (44.595.308/0001-00)	Adjudicado em: 19/10/2026 - 07:09:42 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	R$ 376.000,00
SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS		
Autoridade Competente		

Publicado por:
Alex Silva de Azevedo
Código Identificador:FEF26CBD

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA POR MENOR PREÇO - 5/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO			
Prefeitura Municipal de Florânia			
Prefeitura Municipal de Florânia			
Concorrência por Menor Preço - 005/2026 Resultado da Homologação			
0001 - EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM MASSA ASFÁLTICA USINADA A FRIO (MAUF), CONFORME PROJETO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ANEXOS. - Quantidade: 1 - Valor de Referência: 376.284,24			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
MARCILIO PONTES ASFALTOS LTDA	376.000,00	R$ 376.000,00	Homologado em 19/10/2026 07:09:49 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS			
Autoridade Competente			

Publicado por:
Alex Silva de Azevedo
Código Identificador:3D885C77

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 223-2026 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 09/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025
R E S O L V E:
Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária no valor de R$ 60,00 (sessenta reais) a servidora **FRANCIELMA DA SILVA S. RODRIGUES**, ocupante da função de **TECNICO EM ENFERMAGEM** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **CAICO/RN**, dia 14/10/2026 com o objetivo de acompanhar pacientes de urgência e emergência.
Art. 2º - Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto

perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 14/10/2026, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 19/10/2026

SÂMARA ASLEY DE MEDEIROS LAURENTINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:CD8E5F0C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 280001.2026

O Município de APODI/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal, CNPJ/MF Nº: 08.349.011/0001-93, com sede na Praça Francisco Pinto, 56, Centro, Apodi/RN – CEP: 59.700-000, neste ato representada por seu Prefeito Constitucional, o Sr. LUIS SABINO DA COSTA NETO, brasileiro, portador do CPF/MF n. 052.734.434-66, residente e domiciliado na Rua Pedro Torres, nº 350, Zona Urbana, neste município, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 28/2026**, **publicado na Femurn – Imprensa Oficial do Município nos dias 18/09/2026 e Imprensa Nacional/PNCP 18/09/2026**, processo administrativo n.º **2041002573/2026**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS A-Z, no fornecimento parcelado de medicamentos de A - Z (Éticos/Referência), para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, demandas judiciais e rede pública de atendimento.**, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos**..** do edital de Licitação nº 28/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: **NOVAFARMA PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI**		
CNPJ: **11.124.959/0001-55**	Telefone:	Email:
Endereço: **RUA MANOEL NOGUEIRA FERREIRA, 70 , CENTRO, Apodi/RN, CEP: 59700-000**		
Representante: **Paulo Eduardo Sousa de Melo** - CPF: **031.925.054-78**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0006483 - Medicamentos de Referência (Éticos) Linha completa de medicamentos de marca da tabela CMED.	DIVERSOS	UNIDADE	1,000000	623.212,800	623.212,80
VALOR TOTAL R$						**623.212,80**

Quadro explicativo para obtenção do valor pelo meio de **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO**:

Valor de Referencia	Percentual de Desconto (%)	Valor Estimado
R$ 741.920,00	**DESCONTO DE 16,00%. por cento de desconto - 118,707,20)**	R$ 623.212,80

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI.
Participantes: **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e

Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN) e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02(duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes

Apodi RN, 16 de outubro de 2026.
.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal Pelo órgão executor.

IVANILDO LIMA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Saúde Pelo órgão participante.

Novafarma Produtos Farmaceuticos EIRELI
(11.124.959/0001-55),
Rep. Legal:
PAULO EDUARDO SOUSA DE MELO –
CPF: 031.925.054-78- Fornecedor 1.

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:72A2984F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
DECRETO MUNICIPAL Nº 0307/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 24.252,00 (vinte e quatro mil, duzentos e cinquenta e dois reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, tendo em vista a autorização concedida pelo art. 7º da Lei Orçamentária Anual nº 2.338/2025, de 29 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, Edição nº 3698, de 30 de dezembro de 2025, e com fundamento no disposto nos arts. 40, 41, inciso I, e 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 24.252,00 (vinte e quatro mil, duzentos e cinquenta e dois reais), destinado ao reforço de dotações orçamentárias especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º deste Decreto são provenientes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme o Anexo II deste Decreto, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apodi/RN, 19 de outubro de 2026

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**24.252,00**
01 .001 CÂMARA MUNICIPAL DE APODI					**4.252,00**
	2118 Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Câmara Municipal de Vereadores de Apodi				**4.252,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	4.252,00
02 .031 SEC. MUNICIPAL DE URBANISMO E SERV. URBANOS					**10.000,00**
	2059 Manutenção das Praças Públicas Municipais				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
02 .038 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊN					**10.000,00**
	2019 Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria Municipal de Assistência social				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
Anexo II (Redução)					**24.252,00**
01 .001 CÂMARA MUNICIPAL DE APODI					**4.252,00**
	2118 Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Câmara Municipal de Vereadores de Apodi				**4.252,00**
		3.3.90.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	4.252,00
02 .038 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊN					**10.000,00**
	2022 FORTALECIMENTO DE CONTROLE SOCIAL (CONSELHO DE ASSISTENCIA SOCIAL)				**3.000,00**
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	3.000,00
	2024 GESTÃO DE BENEFICIOS EVENTUAIS				**7.000,00**
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	1.500,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	5.500,00
02 .099 RESERVA DE CONTINGÊNCIA					**10.000,00**
	2075 Reserva de contingência				**10.000,00**
		9.9.99.99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15000000	0001	10.000,00

Palácio Francisco Pinto, em Apodi/RN, 19 de outubro de 2026.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:7FC5338F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Torna-se público que o Fundo Municipal de Saúde, por intermédio do Setor de Compras e Complementos, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, na hipótese do art. 75, Inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 71/2023 e demais normas aplicáveis.
Informa-se que serão recebidas propostas adicionais para seleção da proposta mais vantajosa, as quais poderão ser apresentadas presencialmente na sede da Prefeitura Municipal ou enviadas por e-mail, conforme orientações a seguir:

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para aquisição de equipamentos, mobiliários e utensílios em aço inox destinados à estruturação, adequação e melhoria das condições operacionais da cozinha do Hospital e Maternidade Francisco Bezerra Sobrinho, unidade vinculada à Secretaria Municipal de Saúde de Baraúna/RN.

Data Limite para Recebimento das Propostas: 3 (três) dias úteis, conforme o §1º do art. 183 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021. Ou seja, a contagem dar-se-á do primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet.

E-mail: comprasbaraunarn@gmail.com

Endereço e Horário: Rua Hermenegildo Montenegro, nº 126, Centro, Baraúna/RN, no horário das 07h00 às 13h00, de segunda a sexta-feira,

Os interessados poderão, caso desejem, solicitar o Termo de Referência correspondente, o qual estará disponível para envio mediante requisição formal, seja presencialmente no Setor de Compras e Complementos ou por correspondência eletrônica encaminhada ao e-mail institucional informado, garantindo pleno acesso às especificações, condições e demais elementos necessários à formulação das propostas.

Baraúna/RN, 19 de outubro de 2026.

GILDEON CARVALHO BEZERRA
Gerente de Compras e Complementos

- ANEXO ÚNICO –

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

[RAZÃO SOCIAL]
[CNPJ]
[ENDEREÇO]
[CONTATOS]

ITENS	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA	QTD.	UND. DE MEDIDA	VLR UNIT	VLR TOTAL
01	**Kit Completo de Coifa Industrial de Parede em Aço Inox**, medindo **120 cm de largura x 60 cm de profundidade**, com duto para exaustão, fabricada em aço inoxidável, destinada à captação e exaustão de vapores, fumaça, odores e calor gerados durante o preparo de alimentos. Instalação do tipo parede, com saída para o exterior, equipada com motor de potência mínima de **90 W**, compatível com tensão **127/220 V (bivolt ou conforme fabricante)**. Altura aproximada de **40 cm**. Com dutos de saída de no mínimo 2,50m. O kit deverá ser fornecido completo, contendo todos os componentes, acessórios e materiais necessários à sua perfeita instalação e funcionamento. Deverá possuir acabamento escovado, ser de fácil higienização, resistente à corrosão e adequado ao uso em cozinhas industriais, atendendo às normas técnicas e sanitárias aplicáveis.		1	UND		
02	**Mesa/Bancada em Aço Inox**, medindo **180 cm de comprimento x 60 cm de largura x 90 cm de altura**, fabricada em aço inoxidável. Deverá possuir estrutura reforçada, tampo liso e **02 (duas) prateleiras lisas inferiores em aço inox**. Capacidade mínima de carga de **100 kg**, distribuídos uniformemente. O produto deverá apresentar acabamento escovado, ser resistente à corrosão, de fácil higienização e adequado ao uso em ambientes que exijam elevados padrões de limpeza e segurança alimentar. Deverá ser fornecido desmontado, acompanhado de manual de montagem e de todos os acessórios necessários para sua completa montagem e utilização.		1	UND		
03	**Prateleira Flutuante em Aço Inox**, medindo **120 cm de comprimento x 40 cm de profundidade x 20 cm de altura**, fabricada em aço inoxidável com acabamento escovado, destinada ao armazenamento e organização de utensílios, equipamentos e insumos em cozinha industrial. Deverá possuir estrutura resistente, com capacidade mínima de carga de **60 kg**, distribuídos uniformemente, e sistema de fixação em parede do tipo flutuante. O produto deverá apresentar acabamento escovado, elevada resistência à corrosão, superfície lisa e de fácil limpeza. Deverá ser fornecido com **kit completo para instalação**, acompanhado de manual de montagem e de todos os acessórios necessários para sua correta fixação e utilização.		6	UND		
04	**Armário Vertical em Aço Inox**, destinado ao armazenamento e organização de utensílios, equipamentos, insumos e materiais utilizados na rotina da cozinha hospitalar. Fabricado em **aço inoxidável AISI 304**, material de elevada resistência à corrosão, durabilidade e facilidade de higienização, adequado para ambientes que exigem elevados padrões de limpeza e segurança sanitária. Possui **02 (duas) portas**, **03 (três) prateleiras internas** e **04 (quatro) vãos livres**, proporcionando melhor aproveitamento do espaço e organização dos materiais armazenados. Deverá possuir **sapatas em nylon para regulagem de nível**, garantindo maior estabilidade e adequação ao piso do ambiente. Apresenta dimensões aproximadas de **83 cm de comprimento x 35 cm de largura x 180 cm de altura**, com estrutura resistente e acabamento compatível com o uso profissional em cozinhas industriais e hospitalares. O produto deverá ser fornecido em perfeitas condições de uso, acompanhado dos componentes necessários para sua instalação e utilização.		2	UND		
05	**Carrinho Auxiliar em Aço Inox com 03 Prateleiras, Varanda de Proteção e 02 Puxadores**, destinado ao transporte e apoio de utensílios, recipientes, insumos e materiais utilizados nas atividades da cozinha hospitalar. Fabricado em **aço inoxidável**, com estrutura resistente, durável e de fácil higienização, adequado para ambientes que exigem elevados padrões de limpeza e segurança sanitária. Possui **03 (três) prateleiras com varanda de proteção**, proporcionando maior segurança		1	UND		

	no acondicionamento dos materiais durante o deslocamento, além de **02 (dois) puxadores laterais** para facilitar a movimentação. Deverá possuir **rodízios** que permitam deslocamento seguro e eficiente, com capacidade de carga total aproximada de **120 kg**, distribuída em até **40 kg por prateleira**. Apresenta dimensões aproximadas de **80 cm de comprimento x 50 cm de largura x 105 cm de altura**, sendo fornecido em perfeitas condições de uso, com acabamento adequado ao ambiente profissional e todos os componentes necessários ao seu funcionamento					
06	**Mesa/Bancada de Manipulação em Aço Inox**, medindo aproximadamente **90 cm de comprimento x 50 cm de largura**, destinada ao preparo, manipulação e apoio das atividades desenvolvidas em cozinha industrial e hospitalar. Fabricada em **aço inoxidável**, com estrutura resistente, durável, de fácil higienização e adequada para ambientes que exigem elevados padrões de limpeza e segurança alimentar. Deverá possuir tampo liso em aço inox, proporcionando superfície apropriada para o manuseio de alimentos, utensílios e equipamentos, com acabamento que facilite a limpeza e a conservação. O produto deverá apresentar estabilidade, resistência à corrosão e ser adequado ao uso profissional em cozinhas industriais, sendo fornecido em perfeitas condições de uso e com todos os componentes necessários à sua montagem e utilização.		2	UND		
07	**Armário Suspenso em Aço Inox**, com **03 (três) portas**, destinado ao armazenamento e organização de utensílios, equipamentos e materiais utilizados na rotina da cozinha hospitalar. Fabricado em **aço inoxidável**, com estrutura resistente, durável, de fácil higienização e elevada resistência à corrosão, adequado para ambientes que exigem padrões elevados de limpeza e segurança sanitária. Possui dimensões aproximadas de **140 cm de comprimento x 40 cm de profundidade x 60 cm de altura**, proporcionando melhor aproveitamento do espaço vertical e organização do ambiente de trabalho. Deverá apresentar acabamento compatível com o uso profissional, superfície lisa e de fácil limpeza, sendo fornecido com todos os componentes necessários para sua instalação e utilização, em perfeitas condições de uso.		3	UND		
08	**Prateleira Estante Aérea em Aço Inox**, destinada ao armazenamento e organização de utensílios, recipientes e materiais utilizados na cozinha hospitalar. Fabricada em **aço inoxidável**, com acabamento escovado, proporcionando resistência à corrosão, durabilidade, facilidade de higienização e adequada utilização em ambientes destinados ao preparo e manipulação de alimentos. Possui dimensões aproximadas de **40 cm de largura x 80 cm de comprimento x 60 cm de altura total**, com **altura interna entre níveis de aproximadamente 26 cm**, proporcionando melhor aproveitamento do espaço vertical e organização da área de trabalho. Deverá possuir sistema de **fixação em parede**, acompanhada dos acessórios necessários para instalação, como parafusos e buchas, apresentando estrutura resistente e acabamento adequado ao uso profissional.		2	UND		
09	**Cuba Gastronômica em Aço Inox com Tampa**, modelo **GN 1/2 x 150 mm**, destinada ao acondicionamento, armazenamento, conservação e exposição de alimentos em buffets, rechauds e ambientes de preparo de refeições. Fabricada em **aço inoxidável**, com elevada resistência à corrosão, durabilidade e facilidade de higienização, adequada para uso em cozinhas profissionais e hospitalares. Possui capacidade aproximada de **9,2 litros**, com dimensões de **15 cm de altura x 26,5 cm de largura x 32,5 cm de comprimento**. Deverá acompanhar tampa compatível, proporcionando maior proteção e conservação dos alimentos durante o armazenamento e manuseio. Produto apto para higienização em lava-louças.		10	UND		
TOTAL						

O prazo de validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias** contados a partir da data da entrega do orçamento.

Declaro de que todos os elementos (tributos, seguros, mão de obra, combustível, depreciação do veículo etc.) que incidam ou venham a incidir sobre os preços ofertados, estão inclusos no preço ora ofertados.

[Cidade]/[UF], [Dia] de [Mês] de [Ano].

Assinatura do Representante Legal
CPF:

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:84FF730C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Torna-se público que a Secretaria Municipal de Tributação, por intermédio do Setor de Compras e Complementos, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, na hipótese do art. 75, Inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 71/2023 e demais normas aplicáveis.
Informa-se que serão recebidas propostas adicionais para seleção da proposta mais vantajosa, as quais poderão ser apresentadas presencialmente na sede da Prefeitura Municipal ou enviadas por e-mail, conforme orientações a seguir:

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para aquisição de eletrodomésticos destinados à premiação dos contribuintes contemplados no Programa IPTU Premiado, a fim de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Tributação de Baraúna/RN.

Data Limite para Recebimento das Propostas: 3 (três) dias úteis, conforme o §1º do art. 183 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021. Ou seja, a contagem dar-se-á do primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet.

E-mail: comprasbaraunarn@gmail.com

Endereço e Horário: Rua Hermenegildo Montenegro, nº 126, Centro, Baraúna/RN, no horário das 07h00 às 13h00, de segunda a sexta-feira,

Os interessados poderão, caso desejem, solicitar o Termo de Referência correspondente, o qual estará disponível para envio mediante requisição formal, seja presencialmente no Setor de Compras e Complementos ou por correspondência eletrônica encaminhada ao e-mail institucional informado, garantindo pleno acesso às especificações, condições e demais elementos necessários à formulação das propostas.

Baraúna/RN, 19 de outubro de 2026.

GILDEON CARVALHO BEZERRA
Gerente de Compras e Complementos

- ANEXO ÚNICO –

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

[RAZÃO SOCIAL]
[CNPJ]
[ENDEREÇO]
[CONTATOS]

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	UNID.	QTD.	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
01	Air Fryer 3,5 Litros, 220 volts, cor preto. Conta com tecnologia de circulação de ar, cesto removível com capacidade de 3,5 L, e potência de 1500W, com timer de 60 minutos, aviso sonoro com desligamento automático e cesto antiaderente que não gruda no fundo.		UN	3		
02	Fogão 4 Bocas com tampo de vidro, manipuladores anatômicos, visor total a porta do forno, isolamento térmico com lã de basalto, forno com esmalte easy clean, queimadores frontal 1500 volts, e lateral esquerdo 1750, e direito 1750 volts, conversível para gn.		UN	3		
03	BEBEDOURO DE ÁGUA TIPO COLUNA (GELÁGUA): bebedouro elétrico de coluna, compatível com garrafão de água mineral de até 20 litros, com fornecimento de água natural e gelada, sistema de refrigeração eficiente, no mínimo 02 (duas) torneiras ou acionadores independentes, bandeja coletora de água removível, gabinete resistente e de fácil higienização, tensão de alimentação 220 V.		UN	3		
04	Micro-ondas, 220 volts, Capacidade em Litros: 20 Litros; Eficiência Energética: Classe A; Frequência: 60Hz, Porta Espelhada, Com a função tira odor, cor: branco.		UN	2		
05	GELADEIRA/REFRIGERADOR DEFROST – CAPACIDADE MÍNIMA DE 240 LITROS: refrigerador doméstico vertical, com capacidade total mínima de 240 litros, sistema de degelo tipo Defrost, compartimento congelador, controle de temperatura, prateleiras internas removíveis e/ou reguláveis, gaveta para frutas e legumes, compartimentos na porta, iluminação interna, pés niveladores e tensão de alimentação 220 V.		UN	1		
06	SMART TV 32 POLEGADAS: televisor Smart TV, tela de no mínimo 32 polegadas, resolução mínima HD (1366 x 768 pixels), tecnologia LED ou superior, com conexão Wi-Fi integrada, acesso a aplicativos e serviços de streaming, entradas HDMI e USB, conversor digital integrado, controle remoto e sistema de áudio integrado. Tensão de alimentação 220 V ou bivolt		UN	1		
07	Ar condicionado Split, 12000 BTU/h Frio PAC12000TFM12 220 Volts, Timer Digital 24 Horas. Condensadora vertical (Barril). Com controle remoto. Gás de refrigeração R-410A.		UN	1		
08	LAVADORA DE ROUPAS SEMIAUTOMÁTICA (TANQUINHO) – CAPACIDADE MÍNIMA DE 10 KG: lavadora de roupas semiautomática, tipo tanquinho, com capacidade mínima para 10 kg de roupas, abertura superior, sistema de lavagem por turbilhonamento ou tecnologia equivalente, dispenser para sabão, filtro para retenção de fiapos, seleção de níveis de água e programas ou ciclos de lavagem, sistema de drenagem de água e tampa resistente. Tensão de alimentação 220 V.		UN	2		
VALOR TOTAL (R$)						

O prazo de validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias** contados a partir da data da entrega do orçamento.

Declaro de que todos os elementos (tributos, seguros, mão de obra, combustível, depreciação do veículo etc.) que incidam ou venham a incidir sobre os preços ofertados, estão inclusos no preço ora ofertados.

[Cidade]/[UF], [Dia] de [Mês] de [Ano].

Assinatura do Representante Legal
CPF:

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:F6F33EFB

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Torna-se público que a Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio do Setor de Compras e Complementos, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, na hipótese do art. 75, Inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 71/2023 e demais normas aplicáveis.
Informa-se que serão recebidas propostas adicionais para seleção da proposta mais vantajosa, as quais poderão ser apresentadas presencialmente na sede da Prefeitura Municipal ou enviadas por e-mail, conforme orientações a seguir:

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para aquisição de televisores e suportes de parede, destinados à implementação de painéis de chamada e informativos no Hospital e Maternidade Francisco Bezerra Sobrinho, vinculados à secretaria municipal de saúde de Baraúna/RN.

Data Limite para Recebimento das Propostas: 3 (três) dias úteis, conforme o §1º do art. 183 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021. Ou seja, a contagem dar-se-á do primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet.

E-mail: comprasbaraunarn@gmail.com

Endereço e Horário: Rua Hermenegildo Montenegro, nº 126, Centro, Baraúna/RN, no horário das 07h00 às 13h00, de segunda a sexta-feira,

Os interessados poderão, caso desejem, solicitar o Termo de Referência correspondente, o qual estará disponível para envio mediante requisição formal, seja presencialmente no Setor de Compras e Complementos ou por correspondência eletrônica encaminhada ao e-mail institucional informado, garantindo pleno acesso às especificações, condições e demais elementos necessários à formulação das propostas.

Baraúna/RN, 19 de outubro de 2026.

GILDEON CARVALHO BEZERRA
Gerente de Compras e Complementos

- ANEXO ÚNICO –

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

[RAZÃO SOCIAL]
[CNPJ]
[ENDEREÇO]
[CONTATOS]

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTD.	UND.	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1	SMART TV LED DE 55 POLEGADAS, COM RESOLUÇÃO 4K ULTRA HD (3840 X 2160 PIXELS), TAXA DE ATUALIZAÇÃO MÍNIMA DE 60 HZ, PREFERENCIALMENTE COM SUPORTE A ATÉ 120 HZ, EQUIPADA COM SISTEMA OPERACIONAL INTEGRADO DO TIPO SMART TV (ANDROID TV OU SIMILAR), CONECTIVIDADE WI-FI E BLUETOOTH INTEGRADOS, NO MÍNIMO 03 ENTRADAS HDMI, 02 ENTRADAS USB E PORTA ETHERNET (RJ45), ALÉM DE COMPATIBILIDADE COM ASSISTENTES VIRTUAIS, COMO GOOGLE ASSISTANT E AMAZON ALEXA. GARANTIA COM NO MINIMO 12 MESES		7	UND		
2	SUPORTE DE PAREDE ARTICULADO PARA TELEVISOR DE 55 POLEGADAS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE ATÉ 30 KG, COMPATÍVEL COM PADRÃO VESA DE 200X200 MM A 400X400 MM OU EQUIVALENTE, CONFECCIONADO EM ESTRUTURA METÁLICA RESISTENTE, COM ACABAMENTO EM PINTURA DE ALTA DURABILIDADE E RESISTÊNCIA CONTRA ARRANHÕES E CORROSÃO, PERMITINDO AJUSTE DE INCLINAÇÃO DE ATÉ 15 GRAUS E REGULAGEM DE ALTURA APÓS A INSTALAÇÃO, GARANTINDO MELHOR FLEXIBILIDADE E VISUALIZAÇÃO. O PRODUTO DEVERÁ POSSUIR DESIGN DISCRETO E MODERNO, ACOMPANHAR MANUAL DE INSTALAÇÃO E TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA FIXAÇÃO, INCLUINDO PARAFUSOS, BUCHAS E DEMAIS COMPONENTES INDISPENSÁVEIS, ALÉM DE APRESENTAR CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE E SEGURANÇA, COMO ISO 9001 OU EQUIVALENTE RECONHECIDA.		7	UND		
VALOR TOTAL						

O prazo de validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias** contados a partir da data da entrega do orçamento.

Declaro de que todos os elementos (tributos, seguros, mão de obra, combustível, depreciação do veículo etc.) que incidam ou venham a incidir sobre os preços ofertados, estão inclusos no preço ora ofertados.

[Cidade]/[UF], [Dia] de [Mês] de [Ano].

Assinatura do Representante Legal
CPF:

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:70772399

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2026 - P.E. Nº 06/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2026; OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA EVENTOS, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO/RN; FORNECEDOR REGISTRADO: CIA PROMOÇÕES EVENTOS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ Nº 12.972.310/0001-57, VENCEDORA DOS LOTES 1, 3, 4, 7, 11, 13, 32 E 41, NO VALOR TOTAL DE R$ 834.455,00 (OITOCENTOS E TRINTA E QUATRO MIL E QUATROCENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS);VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES, CONTADO A PARTIR DE 16/10/2026 A 15/10/2027. CONFORME SEGUE:

LOTE	DESCRIÇÃO	UND	QNTD	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	PALCO DE PEQUENO PORTE: MEDINDO 6 METROS DE FRENTE POR 6 METROS DE FUNDO, MÍNIMO DE 6 METROS DE ALTURA PÉ-DIREITO, MEDINDO-SE DO CHÃO ATÉ O TETO, COM COBERTURA EM LONA NIGHT-DAY, ESTRUTURA EM FERRO E MADEIRA.	DIÁRIA	15	R$ 2.499,00	R$ 37.485,00
3	PALCO DE MÉDIO PORTE 2: MEDINDO 10 METROS DE FRENTE POR 6 METROS DE FUNDO, MÍNIMO DE 8 METROS DE ALTURA PÉ-DIREITO, MEDINDO-SE DO CHÃO ATÉ O TETO, COM COBERTURA EM LONA NIGHT-DAY, ESTRUTURA EM FERRO E MADEIRA.	DIÁRIA	30	R$ 5.500,00	R$ 165.000,00
4	PALCO DE GRANDE PORTE: MÍNIMO DE 12 M DE FRENTE POR 8 M DE FUNDO, MÍNIMO DE 9 M DE	DIÁRIA	10	R$ 7.599,00	R$ 75.990,00

	ALTURA PÉ-DIREITO, MEDINDO-SE DO CHÃO ATÉ O TETO, COM COBERTURA EM LONA NIGHT-DAY, ESTRUTURA EM FERRO E MADEIRA.				
7	TENDA PIRAMIDAL: MEDINDO 4 M × 4 M, COM COBERTURA EM LONA NA COR BRANCA, EM FERRO PATENTE, COM PÉ-DIREITO DE 2,50 M.	DIÁRIA	200	R$ 280,00	R$ 56.000,00
11	CONJUNTO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PARA PALCO GRANDE: COMPOSTO DE 144 REFLETORES, 2 CANHÕES SEGUIDORES, 4 RACKS DIGITAIS DE 12 CANAIS, 2 MESAS DE ILUMINAÇÃO TIPO PILOT 2000 OU SIMILAR, 24 MOVING HEAD BEAM 300, 48 PAR LED 5 WATTS, 4 MÁQUINAS DE FUMAÇA PROFISSIONAL, 8 STROBES 3000, 8 RIBALTAS E 6 MINIBRUT DE LED.	DIÁRIA	20	R$ 5.999,00	R$ 119.980,00
13	PAINEL DE LED ALTA P06 OUTDOOR: MEDINDO 4,00 M × 2,00 M, PAINEL DE LED DE ALTA RESOLUÇÃO PARA USO EXTERNO (TIPO OUTDOOR), COM RESOLUÇÃO FÍSICA DE 108 × 108 PIXELS, COMPATÍVEL COM PAINEL DE ALTA DEFINIÇÃO PARA USO EXTERNO, PROCESSADOR DE VÍDEO (DVI, HDMI, VGA, SDI E RCA), SERVIDOR DE VÍDEO, MAIN POWER, BUMPER, CABOS E ACESSÓRIOS.	DIÁRIA	20	R$ 4.000,00	R$ 80.000,00
32	BANHEIROS QUÍMICOS: LOCAÇÃO DE CABINE SANITÁRIA QUÍMICA, INDIVIDUAL E PORTÁTIL, CONFECCIONADA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, RESISTENTE E TOTALMENTE LAVÁVEL, COM TETO TRANSLÚCIDO, PISO ANTIDERRAPANTE, JANELAS DE VENTILAÇÃO, TRAVA INTERNA DE SEGURANÇA, RESISTENTE À VIOLAÇÃO E COM INDICAÇÃO LIVRE/OCUPADO, CONTENDO VASO SANITÁRIO E MICTÓRIO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 2,00 M DE ALTURA INTERIOR, 1,20 M DE PROFUNDIDADE, 1,20 M DE LARGURA E 0,50 M DE ALTURA DO ASSENTO, COM ABERTURA DA PORTA EM APROXIMADAMENTE 180°, VOLUME DE TANQUE DE 330 LITROS, COM LIMPEZA E ABASTECIMENTO DE PAPEL HIGIÊNICO DURANTE O PERÍODO DO EVENTO.	DIÁRIA	500	R$ 300,00	R$ 150.000,00
41	SERVIÇO DE LICENCIAMENTO DE EVENTO: VISTORIAR O LOCAL DA MONTAGEM, PLANEJAR, ELABORAR, PROJETAR, EXECUTAR E ACOMPANHAR A ANÁLISE DO PROJETO DE COMBATE A INCÊNDIO E CATÁSTROFE DOS EVENTOS MUNICIPAIS, COM TODAS AS TAXAS INCLUSAS, PERANTE O CBM/RN.	UNIDADE	30	R$ 5.000,00	R$ 150.000,00

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA
Órgão Gerenciador

FRANCISCO CANINDÉ DE AZEVEDO
CIA Promoções Eventos E Serviços LTDA
CNPJ 12.972.310/0001-57
Fornecedor Registrado

Publicado por:
Jose Ilton Felipe
Código Identificador:90810BBC

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2026 - P.E. Nº 06/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2026; OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA EVENTOS, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO/RN; FORNECEDOR REGISTRADO: ESMERALDA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., CNPJ Nº 24.044.149/0001-30, VENCEDORA DOS LOTES 5, 8, 9, 10, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 35, 42, 43 E 44, NO VALOR TOTAL DE R$ 2.544.283,98 (DOIS MILHÕES E QUINHENTOS E QUARENTA E QUATRO MIL E DUZENTOS E OITENTA E TRÊS REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS); VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES, CONTADO A PARTIR DE 16/10/2026 A 15/10/2027. CONFORME SEGUE:

LOTE	DESCRIÇÃO	UND	QNTD	VL. UNIT.	VL. TOTAL
5	PALCO DE GRANDE PORTE: MEDINDO 14 METROS DE FRENTE POR 10 METROS DE FUNDO, MÍNIMO DE 8 METROS DE ALTURA PÉ DIREITO, MEDINDO-SE DO CHÃO ATÉ O TETO, COM COBERTURA EM LONA NIGTH-DAY ESTRUTURA EM FERRO E MADEIRA.	DIÁRIA	10	R$ 10.924,20	R$ 109.242,00
8	TENDA PIRAMIDAL: MEDINDO 5M X 5M COM COBERTURA EM LONA NA COR BRANCA, EM FERRO PATENTE COM PÉ DIREITO DE 2,50M.	DIÁRIA	200	R$ 353,30	R$ 70.660,00
9	TENDA PIRAMIDAL: MEDINDO 6M X 6M COM COBERTURA EM LONA NA COR BRANCA, EM FERRO PATENTE COM PÉ DIREITO DE 2,50M.	DIÁRIA	200	R$ 376,42	R$ 75.284,00
10	CONJUNTO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PARA PALCO MÉDIO: COMPOSTO DE 72 REFLETORES, 01 CANHÃO SEGUIDOR, 02 RACK DIGITAL DE 12 CANAIS, UMA MESA PILOT 2.000, 12 MOOVINGHEARDBEEN 300, 24 PAR LED 5 WAATS, 2MAQUINAS DE FUMAÇA PROFISSIONAL, 4 STOOB 3000, 4 RIBALTAS, 3 MINIBRUT DE LED.	DIÁRIA	30	R$ 3.525,80	R$ 105.774,00
12	TELAO DE LED P3 OU P5: MEDINDO 4 METROS X 2 METROS, MONTADO EM ESTRUTURA DE ALUMÍNIO.	DIÁRIA	40	R$ 3.999,99	R$ 159.999,60
14	SOM PORTE PEQUENO: 2 (DUAS) CAIXA GABINETE DE DUAS VIAS, 02 (DOIS) WOOFERS DE "12" POLEGADAS 400W, DOIS DRIVES TITANIUM 80W, 2 (DOIS) TRIPÉ SUPORTE PEDESTAL PARA CAIXAS GABINETE, 1 (UMA) MESA DE SOM 8 CANAIS 220V COM INTERFACE USB, BLUETOOTH E COM EFEITOS. 2 (DOIS) CABOS P10 MONO COM 20 METROS CADA, 1 (UM) KIT MICROFONE SEM FIO WIRELESS COM 2 MICROFONES, 2 (DOIS) MICROFONES COM FIO E CABOS DE 10 METROS CADA, 1 (UM) FILTRO DE LINHA 10 TOMADAS 220V, 1 (UM) AMPLIFICADOR PROFISSIONAL 600 A 800 WATTS 220V, 1 (UM) INVERSOR TENSÃO 12V PARA 220V DE 3000W, 1 (UM) RACH MÓVEL EM METAL PARA ACOPLAR MESA DE SOM AMPLIFICADOR E NOTEBOOK.	DIÁRIA	60	R$ 2.059,13	R$ 123.547,80
15	SOM PORTE MÉDIO: 01 (UMA) MESA DE 32 CANAIS OU SUPERIOR, 01 PROCESSADOR DIGITAL, 01 SISTEMA DE COMUNICAÇÃO, 01 CONDICIONADOR DE ENERGIA, MONITORES DE PALCO TIPO SPOT, 01 AMPLIFICADORES DE 3000 WATTS PARA OS MONITORES, 01 AMPLIFICADOR DE FONES COM NO MÍNIMO 08 CANAIS, 04 CAIXAS DE MÉDIO GRAVE DE NO MÍNIMO DUAS VIAS PARA SIDEFILL, 01 MONITOR PARA BATERIA COM NO MÍNIMO DOIS ALTO-FALANTES DE 18" COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 800 WATTS RMS, 04 CAIXAS DE SUBGRAVE PARA SIDEFILL, 04 CAIXAS TIPO LINE ARRAY DE NO MÍNIMO DUAS VIAS (MÉDIO E AGUDO), SISTEMA INDUSTRIALIZADO PARA UTILIZAÇÃO EM P.A. 06 MICROFONES CONDENSADORES DE PADRÃO PROFISSIONAL OU SIMILAR DE MESMA QUALIDADE OU SUPERIOR, 08 MICROFONES PARA INSTRUMENTOS DE PADRÃO PROFISSIONAL OU SIMILAR DE MESMA QUALIDADE OU SUPERIOR, 02 MICROFONES PARA VOZ DE PADRÃO PROFISSIONAL OU SIMILAR DE MESMA QUALIDADE OU SUPERIOR, 04 MICROFONES PARA TONS DE BATERIA DE PADRÃO PROFISSIONAL OU SIMILAR DE MESMA QUALIDADE OU SUPERIOR, 01 MICROFONE PARA BUMBO DE PADRÃO PROFISSIONAL OU SIMILAR DE MESMA QUALIDADE OU SUPERIOR, 02 MICROFONES SEM FIO DE PADRÃO PROFISSIONAL OU SIMILAR DE MESMA QUALIDADE OU SUPERIOR. 10 PEDESTAIS DE MICROFONES EM DIVERSOS TAMANHOS, 08 GARRAS PARA MICROFONES, 30 CABOS XLR, 10 DIRECT BOX PASSIVOS, 10 CABOS P10 MONO.	DIÁRIA	50	R$ 5.267,03	R$ 263.351,50
16	SOM DE GRANDE PORTE: COM 02 MESAS DE SOM DIGITAL DE NO MÍNIMO 48 CANAIS COM 10 AUXILIARES: 01 PROCESSADOR DIGITAL DE 08 VIAS HOT SOUND DMS8 OU SIMILAR, 19 CAIXAS TIPO LINE DE NO MÍNIMO DUAS VIAS (MÉDIO E AGUDO) NO FLY; 19 CAIXAS PARA GRAVE MODELO SB 850, 04 AMPLIFICADORES PARA GRAVES DE NO MÍNIMO 5000 WALTSRMS CADA, 04 AMPLIFICADORES PARA OS AGUDOS DE NO MÍNIMO 3000 WALTSRMS CADA, 04 AMPLIFICADORES PARA OS AGUDOS DE NO MÍNIMO 1000 WALTSRMS CADA, KIT DE MICROFONES PARA BATERIA, 02 MICROFONES SEM FIO, 15 MICROFONES PARA PERCUSSÃO E VOCAL, COM O SEUS RESPECTIVOS PEDESTAIS. OBS: TODOS OS EQUIPAMENTOS DEVEM ESTAR DEVIDAMENTE ATERRADOS PARA EVITAR RUÍDOS NO SOM E CHOQUE ELÉTRICOS.	DIÁRIA	20	R$ 8.879,53	R$ 177.590,60
17	RÁDIO DE COMUNICAÇÃO PORTÁTIL: RÁDIO COM SISTEMA DIGITAL UHF, NÚMERO MÍNIMO DE 16 (DEZESSEIS) CANAIS DE FREQÜÊNCIA, BOTÃO LIGA/DESLIGA, SELETOR DE CANAIS, APARÊNCIA	DIÁRIA	750	R$ 171,96	R$ 128.970,00

	DISCRETA E DIMENSÕES REDUZIDAS, COM FONE DE OUVIDO, COR PREDOMINANTEMENTE PRETA, COM ALTURA MÁXIMA DE 21 (VINTE E UM) CENTÍMETROS (INCLUINDO A ANTENA, QUE DEVE TER CERCA DE 9 CENTÍMETROS), PESO ENTRE 200 (DUZENTOS) GRAMAS E 300 (TREZENTOS) GRAMAS, PODENDO HAVER O ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO DE ATÉ 10% NO PESO E DIMENSÕES. BATERIA DE LONGA DURAÇÃO (PARA ATENDER CERCA DE 12H DE FUNCIONAMENTO SEM NECESSIDADE DE RECARGA) COM PELO MENOS 2.000 MAH. EEQUIPAMENTO EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E FUNCIONAMENTO. RECURSOS: CANCELAMENTO DE RUÍDOS PARA MELHOR CLAREZA E NITIDEZ NA TRANSMISSÃO DO SOM; TECNOLOGIA BLUETOOTH BT 5.0 PARA OFERECER CONEXÃO SEM FIO A ACESSÓRIOS (FONES DE OUVIDO TRANSCEPTORES – COM MICROFONE); MODO SCAN PARA RASTREAR FREQÜÊNCIAS ATIVAS; PROGRAMAÇÃO DE CANAIS, COM O INTUITO DE AUTORIZAR E RESTRINGIR AS FREQUÊNCIAS DE TRABALHO DE CADA APARELHO; IDENTIFICADOR DE CHAMADAS, A FIM DE RECONHECER OS TRANSMISSORES DAS MENSAGENS. DEVE POSSUIR RESISTÊNCIA À ÁGUA COM CLASSIFICAÇÃO MÍNIMA IP67 E RESISTÊNCIA A QUEDAS DE 1,5 A 2,0 METROS. CADA UNIDADE DEVERÁ TER 1 (UMA) BATERIA RESERVA, CARREGADOR DE BATERIA, CLIPS DE CINTO E ANTENA FLEXÍVEL.				
18	GERADOR PEQUENO: LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR SILENCIADO 80 KVA. TODO O TRANSPORTE, CARGA E DESCARGA DO EQUIPAMENTO, INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO E TODOS OS SERVIÇOS, CUSTOS E DESPESAS NECESSÁRIOS AO BOM FUNCIONAMENTO E MANUSEIO DO EQUIPAMENTO DEVERÃO SER FEITOS EXCLUSIVAMENTE PELA CONTRATADA DEVIDAMENTE QUALIFICADO.	DIÁRIA	8	R$ 2.199,99	R$ 17.599,92
19	GERADOR MÉDIO: LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR SILENCIADO 150 KVA. TODO O TRANSPORTE, CARGA E DESCARGA DO EQUIPAMENTO, INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO E TODOS OS SERVIÇOS, CUSTOS E DESPESAS NECESSÁRIOS AO BOM FUNCIONAMENTO E MANUSEIO DO EQUIPAMENTO DEVERÃO SER FEITOS EXCLUSIVAMENTE PELA CONTRATADA DEVIDAMENTE QUALIFICADO.	DIÁRIA	30	R$ 2.817,75	R$ 84.532,50
20	GERADOR GRANDE: LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR SILENCIADO 180 KVA. TODO O TRANSPORTE, CARGA E DESCARGA DO EQUIPAMENTO, INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO E TODOS OS SERVIÇOS, CUSTOS E DESPESAS NECESSÁRIOS AO BOM FUNCIONAMENTO E MANUSEIO DO EQUIPAMENTO DEVERÃO SER FEITOS EXCLUSIVAMENTE PELA CONTRATADA DEVIDAMENTE QUALIFICADO.	DIÁRIA	30	R$ 3.034,50	R$ 91.035,00
21	PAREDES DIVISÓRIAS – INSTALAÇÃO DE PAINÉIS ESTRUTURAIS TS-FÓRMICA, COR BRANCA DUPLA FACE, ACOPLADOS SOBRE TRAVESSAS E MONTANTES DE ALUMÍNIO ANODIZADO, NA DIMENSÃO DE 3,02 M DE ALTURA. TETO – PERGOLADO POR TRAVESSAS EM ALUMÍNIO EM SEÇÃO DE 1,00×1, 00M. PISO: REVESTIDO DE CARPETE GRAFITE APLICADO DIRETAMENTE SOBRE PISO EXISTENTE.	METRO	600	R$ 174,12	R$ 104.472,00
22	CAMARIM: MEDINDO 4X3 METROS, COM REVESTIMENTO TIPO DIVISÓRIO, INSTALAÇÃO ELÉTRICA E TOMADAS, LUMINÁRIAS, DISJUNTORES DE SEGURANÇA E PORTA LATERAL COM TRINCO A CHAVE (INDIVIDUAL).	UNIDADE	12	R$ 2.203,63	R$ 26.443,56
27	GRADE DE ISOLAMENTO: DIMENSÕES DE NO MÍNIMO 2M X 1,30M, EM ALUMÍNIO OU FERRO. MONTAGEM: NO MÁXIMO 12H ANTES DO INÍCIO DO EVENTO. DESMONTAGEM: NO MÁXIMO 12H DEPOIS DO TERMINO DO EVENTO. OBSERVAÇÃO: (INCLUIR NO ORÇAMENTO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM, COMBUSTÍVEL, INSUMOS, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E HOSPEDAGEM DOS FUNCIONÁRIOS, CUSTOS QUE FICARÃO POR CONTA DA CONTRATADA).	METRO	6000	R$ 20,23	R$ 121.380,00
28	PLACAS DE FECHAMENTO: PLACAS DE FECHAMENTO, EM ESTRUTURA METÁLICA DE FERRO OU ALUMÍNIO ONDULADO DE 12MM, COM MOLDURA EM FERRO CANTONEIRA, TIPO L OU U, COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 2,20M DE COMPRIMENTO POR 2,20M DE ALTURA, COM GARRAS PARA FIXAÇÃO ENTRE ABAS E PÉS PARA FIXAÇÃO AO SOLO. TODOS OS ITENS NECESSÁRIOS PARA A MONTAGEM DO EQUIPAMENTO DEVERÃO ESTAR INCLUSOS NO VALOR DA DIÁRIA, TAIS COMO MATERIAL PERTINENTE COM A MONTAGEM, EQUIPAMENTOS DE SUPORTE E/OU REPAROS, TRANSPORTE, HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO OU QUALQUER OUTRA DESPESA. OBSERVAÇÕES: DEVERÁ SER APRESENTADO ART (ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA) DE SERVIÇO NA HORA DA MONTAGEM, DEVENDO A ART SER EMITIDA E APRESENTADA EM ATÉ DOIS DIAS ANTES DO EVENTO, DEVIDAMENTE PREENCHIDA E COM A GUIA PAGA POR CONTA DO CONTRATADO.	METRO	1000	R$ 46,96	R$ 46.960,00
29	TRELIÇA EM ALUMÍNIO TIPO Q30 OU Q50.	METRO	1500	R$ 80,92	R$ 121.380,00
30	MESA PLÁSTICA COM TOALHA: MESA PLÁSTICA QUADRADA NA COR BRANCA, MEDINDO 70 X 70 CM, EMPILHÁVEL COM TOALHA	UNIDADE	1000	R$ 10,48	R$ 10.480,00
31	CADEIRA PLÁSTICA: CADEIRA PLÁSTICA NA COR BRANCA, SEM BRAÇO E CAPACIDADE PARA ATÉ 140KG, EMPILHÁVEL. AS CADEIRAS DEVERÃO POSSUIR CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, CONFORME NBR 14776:2001.	UNIDADE	4000	R$ 3,15	R$ 12.600,00
34	CARRO DE SOM (COM MOTORISTA E COMBUSTÍVEL), INCLUINDO O SERVIÇO DE GRAVAÇÃO, PARA PROGRAMAS, PROJETOS, CAMPANHAS TEMÁTICAS E INSTITUCIONAIS, ATOS ADMINISTRATIVOS E OFICIAIS E INFORMAÇÕES DIVERSAS, DE ACORDO COM O INTERESSE PÚBLICO DO MUNICÍPIO.	HORA	900	R$ 133,66	R$ 120.294,00
35	ESTRUTURA DE ARQUIBANCADA: COM 5 ANDARES DE ASSENTO COM CAPACIDADE PARA 100 PESSOAS E SUPORTE DE PESO 125 PESSOAS.	DIÁRIA	10	R$ 8.308,75	R$ 83.087,50
42	SERVIÇO DE DECORAÇÃO PEQUENO: COMPOSTO DE 05 ARRANJOS PEQUENOS HORIZONTAL COM FLORES NATURAIS, CONTANDO NO MÍNIMO 16 ROSAS, NAS CORES VARIADAS E FOLHAGENS PARA COMPLETAR OS ARRANJOS, 04 ARRANJOS PEQUENOS VERTICAL COM FLORES NATURAIS, CONTANDO NO MÍNIMO 16 ROSAS, NAS CORES VARIADAS E FOLHAGENS PARA COMPLETAR OS ARRANJOS E 03 VASOS ORNAMENTAL PARA DECORAÇÃO DAS ÁREAS DE CIRCULAÇÃO COM PLANTA NATURAL, CHAPECÓ DE VIDRO.	UNIDADE	50	R$ 2.414,00	R$ 120.700,00
43	SERVIÇO DE DECORAÇÃO MÉDIO: COMPOSTO DE 08 ARRANJOS PEQUENOS HORIZONTAL COM FLORES NATURAIS, CONTANDO NO MÍNIMO 20 ROSAS, NAS CORES VARIADAS E FOLHAGENS PARA COMPLETAR OS ARRANJOS, 06 ARRANJOS PEQUENOS VERTICAL COM FLORES NATURAIS, CONTANDO NO MÍNIMO 20 ROSAS, NAS CORES VARIADAS E FOLHAGENS PARA COMPLETAR OS ARRANJOS E 04 VASOS	UNIDADE	50	R$ 3.264,00	R$ 163.200,00
44	SERVIÇO DE DECORAÇÃO GRANDE: COMPOSTO DE 10 ARRANJOS PEQUENOS HORIZONTAL COM FLORES NATURAIS, CONTANDO NO MÍNIMO 16 ROSAS, NAS CORES VARIADAS E FOLHAGENS PARA COMPLETAR OS ARRANJOS, 08 ARRANJOS PEQUENOS VERTICAL COM FLORES NATURAIS, CONTANDO NO MÍNIMO 16 ROSAS, NAS CORES VARIADAS E FOLHAGENS PARA COMPLETAR OS ARRANJOS E 06 VASOS ORNAMENTAL PARA DECORAÇÃO DAS ÁREAS DE CIRCULAÇÃO COM PLANTA NATURAL, CHAPECÓ DE VIDRO.	UNIDADE	50	R$ 4.114,00	R$ 205.700,00

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA
Órgão Gerenciador

JOÃO CARLOS SILVA OLEGÁRIO
Esmeralda Comercio E Serviços LTDA
CNPJ 24.044.149/0001-30
Fornecedor Registrado

Publicado por:
Jose Ilton Felipe
Código Identificador:DFCE7261

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2026 - P.E. Nº 06/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA EVENTOS, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO/RN; FORNECEDOR REGISTRADO: MESTRE SALA LOCAÇÃO E EVENTOS LTDA., INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº

10.501.873/0001-31, VENCEDORA DOS LOTES 2, 6, 23, 24, 25, 26, 36 E 37, NO VALOR TOTAL DE R$ 563.250,00 (QUINHENTOS E SESSENTA E TRÊS MIL E DUZENTOS E CINQUENTA REAIS); VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES, CONTADO A PARTIR DE 16/10/2026 A 15/10/2027. CONFORME SEGUE:

LOTE	DESCRIÇÃO	UND	QNTD	VL. UNIT.	VL. TOTAL
2	PALCO DE MÉDIO PORTE: MEDINDO 8 METROS DE FRENTE POR 6 METROS DE FUNDO, MÍNIMO DE 6 METROS DE ALTURA PÉ DIREITO, MEDINDO-SE DO CHÃO ATÉ O TETO, COM COBERTURA EM LONA NIGTH-DAY ESTRUTURA EM FERRO E MADEIRA.	DIÁRIA	15	R$ 3.750,00	R$ 56.250,00
6	TENDA PIRAMIDAL: MEDINDO 3M X 3M COM COBERTURA EM LONA NA COR BRANCA, EM FERRO PATENTE COM PÉ DIREITO DE 2,50M.	DIÁRIA	200	R$ 200,00	R$ 40.000,00
23	PAVILHÃO GRANDE PORTE: ESTRUTURA EM ALUMÍNIO P30, MEDINDO 6X30, COM PÉ DIREITO DE 5 METROS, ACOPLANDO UMA VARANDA LATERAL DE 6X30 COM UMA CAÍDA DE 15 GRAUS, OS PÉS DA VARANDA DE 2.5 METROS. TOTAL DE 540 M², EM ESTRUTURA COBERTA EM LONA BRANCA.	DIÁRIA	30	R$ 8.000,00	R$ 240.000,00
24	MÓDULOS PRATICÁVEIS EM COMPENSADO NAVAL DE 20 MM, COBERTO COM CARPETE, MEDINDO 2X1 METROS, ESTRUTURA EM ALUMÍNIO COM PÉS REGULÁVEIS E ALTURA MÍNIMA DE 30 CM E MÁXIMA DE 1 METRO. O EQUIPAMENTO DEVE ESTAR MONTADO NO LOCAL INDICADO NA ORDEM DE FORNECIMENTO EMITIDA PELA PREFEITURA E FUNCIONANDO PERFEITAMENTE 48 HORAS ANTES DO INÍCIO DO EVENTO PARA O QUAL OCORREU A CONTRATAÇÃO E DEVE FICAR MONTADO ATÉ O DIA SUBSEQUENTE AO DA FINAL DO EVENTO PARA O QUAL FOI CONTRATADO.	UNIDADE	150	R$ 200,00	R$ 30.000,00
25	PÓRTICO DE ENTRADA DIMENSÕES: 10MT DE FRENTE X 4MT DE LARGURA X 6MT DE ALTURA, 06 PÉS, 04 ESPAÇOS 9MT X 1MT PARA 04 BANNERS, ESTRUTURADO EM ALUMÍNIO ADONISADO NA COR FOSCA, ILUMINAÇÃO ATRAVÉS DE SPOTS LIGHT. MONTAGEM: NO MÁXIMO 12H ANTES DO INÍCIO DO EVENTO. DESMONTAGEM: NO MÁXIMO 12H DEPOIS DO TERMINO DO EVENTO.	DIÁRIA	30	R$ 2.500,00	R$ 75.000,00
26	GRID: DIMENSÕES 10M X 8M X 6M DE ALTURA, EM ALUMÍNIO Q30. MONTAGEM: NO MÁXIMO 12H ANTES DO INÍCIO DO EVENTO. DESMONTAGEM: NO MÁXIMO 12H DEPOIS DO TERMINO DO EVENTO. OBSERVAÇÃO: (INCLUIR NO ORÇAMENTO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM, COMBUSTÍVEL, INSUMOS, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E HOSPEDAGEM DOS FUNCIONÁRIOS, CUSTOS QUE FICARÃO POR CONTA DA CONTRATADA).	DIÁRIA	30	R$ 2.000,00	R$ 60.000,00
36	PASSARELA: EM ESTRUTURA DE FERRO MEDINDO 10 METROS PARA EXTENSÃO DE PALCO DE APRESENTAÇÃO MUSICAL.	DIÁRIA	10	R$ 1.200,00	R$ 12.000,00
37	CAMAROTE PARA EVENTOS: UMA DIÁRIA DEVERÁ CONTER NO MÍNIMO: CAPACIDADE DE ATÉ 15 PESSOAS CADA, MEDINDO 2,30M X 4,85M, COM CORREDOR NO FUNDO DE 1,20 METROS DE LARGURA, CAVALETES DE TUBOS 2 CHAPA 13, PISO COMPENSADO NAVAL ANTIDERRAPANTE DE 20 MM CHAPA 11 DOBRADAS E COM REFORÇOS DE SEGURANÇA DE 20 CM E GRAMPOS DE SEGURANÇA, GRADES NO TUBO 1 ¼ NA CHAPA 18 COM ESCADAS DE ACESSO NA CHAPA 11 E CORRIMÃO NO TUBO 1 ¼ CHAPA 16 PODENDO SER MONTADA NA LATERAL OU FUNDOS COM 2,30 METROS DE LARGURA, PARAPEITO DE 1,20 METROS, FECHAMENTO OU PAREDE NO CORREDOR DOS FUNDOS, COBERTURA EM PIRÂMIDES DE LONA VÍNILICA ANTIMOFO E ANTIFUNGO, PROTEÇÃO IVI/UV, CONFECCIONADA EM POLIÉSTER/PVC DE ALTA RESISTÊNCIA, AUTO EXTINGUIVEL E PROTEÇÃO BLACKOUT (CONDIÇÕES TÉRMICAS), COM ACESSIBILIDADE PARA DEFICIENTE FÍSICO, PINTURA COM TINTA ZARCÃO ANTICORROSIVA, FECHAMENTO TOTAL EM VOLTA DE TODA ESTRUTURA DO SOLO AO PRIMEIRO PISO, PODENDO SER MONTADO EM ATÉ TRÊS NÍVEIS ESCALONADOS.	DIÁRIA	20	R$ 2.500,00	R$ 50.000,00

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA
Órgão Gerenciador

AILTON GOMES DA SILVA
Mestre Sala Locação e Eventos LTDA
CNPJ 12.972.310/0001-57
Fornecedor Registrado

Publicado por:
Jose Ilton Felipe
Código Identificador:672E6D40

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO MUNICIPAL Nº 0188/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN
Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro - Caraúbas/RN CEP: 59780000 -
CNPJ N.º 08.349.102/0001-29
DECRETO Nº 188,
DE 10 de outubro de 2026

Abre Crédito Adicional Especial no valor de R$ 291.979,00 (duzentos e noventa e um mil, novecentos e setenta e nove reais), para os fins que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Caraúbas/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
CONSIDERANDO a autorização concedida pela n° 1.615/2026, no art. 1º, para atender as insuficiências nas dotações orçamentárias;
CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, nos termos dos art. 41, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, no valor de R$ 291.979,00 (duzentos e noventa e um mil, novecentos e setenta e nove reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui recurso ao crédito adicional suplementar, autorizado no artigo 1º, o excesso de arrecadação, de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso II e § 3º, da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964, provenientes da arrecadação da Natureza da Receita: 1713501194 - Transferência de Recursos do SUS - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária em Saúde - Decorrentes de Emendas Parlamentares de Comissão, das

Fontes de recurso: 16003130 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Emendas Parlamentares de Comissão.

Art. 3º As despesas do art. 1º desta lei, passam a integrar a relação de ações contidas no PPA (Plano Plurianual) – 2025 a 2029, bem como no Anexo de Metas de Prioridades Administrativas Municipal, contido na LDO 2026 (Lei de Diretrizes Orçamentária), Lei Orçamentaria Anual - LOA para o Exercício de 2026.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Caraúbas/RN, 19 de outubro de 2026

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**291.979,00**
09 .001 Fundo Municipal de Saúde					**291.979,00**
	2224 Incremento Temporário ao Custeio dos Serv. de Assis Hosp Amb - EMENDA 50410001/COMISSÃO				**291.979,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003130	0001	291.979,00

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:84C1C6B4

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO MUNICIPAL Nº 189/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN
Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro - Caraúbas/RN CEP: 59780000 -
CNPJ N.º 08.349.102/0001-29
DECRETO Nº 189,
DE 21 de setembro de 2026

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), para os fins que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Caraúbas/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
CONSIDERANDO a autorização concedida pela n° 1.616/2026, no art. 1º, para atender as insuficiências nas dotações orçamentárias;
CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, nos termos dos art. 41, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, no valor de R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui recurso ao crédito adicional suplementar, autorizado no artigo 1º, o excesso de arrecadação, de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso II e § 3º, da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964, provenientes da arrecadação da Natureza da Receita: 1241500100 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal, da Fonte de recurso: 17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Caraúbas/RN, 19 de outubro de 2026

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**240.000,00**
10 .001 Secretaria Municipal de Infra-Estrutra e Serviço P					**240.000,00**
	2069 Manutenção dos Serviços de iluminação pública				**240.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17510000	0001	40.000,00
		4.4.90.50 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17510000	0001	200.000,00

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:1BF7C94B

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO MUNICIPAL Nº 190/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN
Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro - Caraúbas/RN CEP: 59780000 -
CNPJ N.º 08.349.102/0001-29

DECRETO Nº 190,
DE 19 de outubro de 2026

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 126.422,85 (cento e vinte e seis mil, quatrocentos e vinte e dois reais e oitenta e cinco centavos), para os fins que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Caraúbas/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
CONSIDERANDO a autorização concedida pela n° 1.617/2026, no art. 1º, para atender as insuficiências nas dotações orçamentárias;
CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, nos termos dos art. 41, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, no valor de R$ 126.422,85 (cento e vinte e seis mil, quatrocentos e vinte e dois reais e oitenta e cinco centavos) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o Art. 1º desta Lei são provenientes de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do art. 43, §1º, inciso I da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Caraúbas/RN, 19 de outubro de 2026

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**126.422,85**
09 .001 Fundo Municipal de Saúde					**126.422,85**
	2159 Ações de Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde.				**126.422,85**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	26003120	0001	65.390,69
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	26003110	0001	57.556,89
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	26003120	0001	3.475,27

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:2988ED0C

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO MUNICIPAL Nº 191/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN
Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro - Caraúbas/RN CEP: 59780000 -
CNPJ N.º 08.349.102/0001-29
DECRETO Nº 191,
DE 19 de outubro de 2026

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 448.000,00 (quatrocentos e quarenta e oito mil reais), para os fins que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Caraúbas/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
CONSIDERANDO a autorização concedida pela n° 1.618/2026, no art. 1º, para atender as insuficiências nas dotações orçamentárias;
CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, nos termos dos art. 41, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, no valor de R$ 448.000,00 (quatrocentos e quarenta e oito mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º desta Lei são provenientes de anulação parcial e/ou total, nos termos do arts.7, 43, §1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, conforme discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Caraúbas/RN, 19 de outubro de 2026

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**448.000,00**

08 .001 Fundo Municipal de Educação e Desporto					**176.000,00**
	2028 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental				**13.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15730000	0001	13.000,00
	2150 Manutenção das Atividades de Nutrição Escolar - EJA				**15.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	5.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	10.000,00
	2148 Manutenção das Atividades de Nutrição Escolar - AEE - Fundamental				**4.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	4.000,00
	2149 Manutenção das Atividades de Nutrição Escolar - Creche				**24.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	24.000,00
	2151 Manutenção das Atividades de Nutrição Escolar - Pré-Escola				**15.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	15.000,00
	2152	**Manutenção das Atividades de Nutrição Escolar - Ensino Fundamental**			**84.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	84.000,00
	2179	**Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Creche (FUNDEB)**			**17.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15420000	0001	17.000,00
	2050	**Formação Continuada de Profissionais da Educação**			**4.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	4.000,00
09 .001 Fundo Municipal de Saúde					**8.000,00**
	2141 Manutenção do Custeio da Atenção a Saúde Bucal - CEO e Protese Dentária				**2.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	2.000,00
	2166 Incentivo Financeiro da APS				**6.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	6.000,00
10 .001 Secretaria Municipal de Infra-Estrutra e Serviço P					**194.000,00**
	2012 Manutenção das atividades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Infraestrutura				**194.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17500000	0001	4.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	13.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	50.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	72.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	17000000	0001	55.000,00
12 .001 Fundo Municipal de Assistencia Social					**5.000,00**
	2114 Bloco da Proteção Social Especial de Média a Alta Complexidade (MAC)				**5.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
06 .001 Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento					20.000,00
2008 Manutenção das atividades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Planejamento e D					20.000,00
		2008 3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	20.000,00
Anexo II (Redução)					**448.000,00**
08 .001 Fundo Municipal de Educação e Desporto					**261.000,00**
	2010 Manutenção das atividades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Educação e Desporto				**13.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	15730000	0001	13.000,00
	2028 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental				**71.948,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	70.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESOAL CIVIL	15001001	0001	1.948,00
	2158 Manutenção das atividades de nutrição escolar - AEE - Ensino Infanti				**5.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	5.000,00
	2032 Manutenção das Atividades da Educação de Jovens e Adultos - EJA				**11.656,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	4.483,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	15001001	0001	4.483,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	2.690,00
	2035 Incentivo à Continuidade de Estudos para Estudantes Caraubenses - Transporte Escolar - Ensino Médio				**4.483,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	4.483,00
	2181 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Creche				**52.913,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	15001001	0001	52.913,00
	2179 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Creche (FUNDEB)				**17.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	15421070	0001	17.000,00
	2057 Manutenção das Atividades Desportivas nas Escolas do Município				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	50.000,00
	2058 Incentivo ao Desporto Comunitário no Município				**35.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	35.000,00
09 .001 Fundo Municipal de Saúde					**8.000,00**
	2026 Manutenção e Estruturação dos Serviços do Laboratório Municipal de Análises Clínica				**8.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	8.000,00
99 .099 Reserva de Contingência					**120.000,00**
	9999 Reserva de Contingência				**120.000,00**
		9.9.99.99 A CLASSIFICAR	15000000	0001	120.000,00
11 .001 Secretaria Municipal de Política de Campo e Meio A					**59.000,00**
	1083 Construção, Ampliação e Reforma de Açude, Barragens e Passagem Molhada				**4.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17500000	0001	4.000,00
1139 Construção, ampliação e reforma do Açougue Municipal					**55.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	55.000,00

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:2D3E938A

SECRETARIA DE GOVERNO
LEI ORDINÁRIA Nº 1.616 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS-RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, submete à Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, nos termos do art. 41, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, no valor de R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), destinados a reforço de dotações orçamentárias no orçamento vigente, conforme discriminadas no Anexo I.
Art. 2º - Constitui recurso ao crédito adicional suplementar, autorizado no artigo 1º, o excesso de arrecadação, de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso II e § 3º, da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964, provenientes da arrecadação da Natureza da Receita: 1241500100 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal, da Fonte de recurso: 17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, respectivamente.
Art. 3º - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caraúbas/RN, em 19 de outubro de 2026.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**240.000,00**
10 .001 Secretaria Municipal de Infra-Estrutra e Serviço P					**240.000,00**
	2069 Manutenção dos Serviços de iluminação pública				**240.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17510000	0001	40.000,00
		4.4.90.50 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17510000	0001	200.000,00

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:17E3FB2E

SECRETARIA DE GOVERNO
LEI ORDINÁRIA Nº 1.618 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 448.000,00 (quatrocentos e quarenta e oito mil reais) e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS-RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, submete à Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, nos termos do art. 41, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, no valor de R$ 448.000,00 (quatrocentos e quarenta e oito mil reais), destinados a reforço de dotações orçamentárias no orçamento vigente, conforme discriminadas no Anexo I.
Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º desta Lei são provenientes de anulação parcial e/ou total, nos termos do art. 43, §1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, conforme discriminadas no Anexo II.
Art. 3º - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caraúbas/RN, em 19 de outubro de 2026.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**448.000,00**
08 .001 Fundo Municipal de Educação e Desporto					**176.000,00**
	2028 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental				**13.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15730000	0001	13.000,00
	2150 Manutenção das Atividades de Nutrição Escolar - EJA				**15.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	5.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	10.000,00
	2148 Manutenção das Atividades de Nutrição Escolar - AEE - Fundamental				**4.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	4.000,00
	2149 Manutenção das Atividades de Nutrição Escolar - Creche				**24.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	24.000,00
	2151 Manutenção das Atividades de Nutrição Escolar - Pré-Escola				**15.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	15.000,00
	2152	**Manutenção das Atividades de Nutrição Escolar - Ensino Fundamental**			**84.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	84.000,00
	2179	**Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Creche (FUNDEB)**			**17.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15420000	0001	17.000,00
	2050	**Formação Continuada de Profissionais da Educação**			**4.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	4.000,00
09 .001 Fundo Municipal de Saúde					**8.000,00**
	2141 Manutenção do Custeio da Atenção a Saúde Bucal - CEO e Protese Dentária				**2.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	2.000,00
	2166 Incentivo Financeiro da APS				**6.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	6.000,00
10 .001 Secretaria Municipal de Infra-Estrutra e Serviço P					**194.000,00**
	2012 Manutenção das atividades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Infraestrutura				**194.000,00**

		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17500000	0001	4.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	13.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	50.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	72.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	17000000	0001	55.000,00
12 .001 Fundo Municipal de Assistencia Social					**5.000,00**
	2114 Bloco da Proteção Social Especial de Média a Alta Complexidade (MAC)				**5.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
06 .001 Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento					20.000,00
2008 Manutenção das atividades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Planejamento e D					20.000,00
		2008 3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	20.000,00
Anexo II (Redução)					**448.000,00**
08 .001 Fundo Municipal de Educação e Desporto					**261.000,00**
	2010 Manutenção das atividades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Educação e Desporto				**13.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	15730000	0001	13.000,00
	2028 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental				**71.948,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	70.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESOAL CIVIL	15001001	0001	1.948,00
	2158 Manutenção das atividades de nutrição escolar - AEE - Ensino Infanti				**5.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	5.000,00
	2032 Manutenção das Atividades da Educação de Jovens e Adultos - EJA				**11.656,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001 15001001 15001001	0001 0001 0001	4.483,00 4.483,00 2.690,00
	2035 Incentivo à Continuidade de Estudos para Estudantes Caraubenses - Transporte Escolar - Ensino Médio				**4.483,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	4.483,00
	2181 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Creche				**52.913,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	15001001	0001	52.913,00
	2179 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Creche (FUNDEB)				**17.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	15421070	0001	17.000,00
	2057 Manutenção das Atividades Desportivas nas Escolas do Município				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	50.000,00
	2058 Incentivo ao Desporto Comunitário no Município				**35.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	35.000,00
09 .001 Fundo Municipal de Saúde					**8.000,00**
	2026 Manutenção e Estruturação dos Serviços do Laboratório Municipal de Análises Clínica				**8.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	8.000,00
99 .099 Reserva de Contingência					**120.000,00**
	9999 Reserva de Contingência				**120.000,00**
		9.9.99.99 A CLASSIFICAR	15000000	0001	120.000,00
11 .001 Secretaria Municipal de Política de Campo e Meio A					**59.000,00**
	1083 Construção, Ampliação e Reforma de Açude, Barragens e Passagem Molhada				**4.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17500000	0001	4.000,00
1139 Construção, ampliação e reforma do Açougue Municipal					**55.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	55.000,00

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:7CF49CF0

SECRETARIA DE GOVERNO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO TERMO DE CONTRATO Nº 001/2024 AO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2024 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN E A PESSOA JURÍDICA: P RAFAEL MAIA - ME, CNPJ/MF Nº 16.906.916/0001-45

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.102/0001-29, com sede na Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o**Sr.PAULO GIVAGO BARRETO ALVES**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade sob nº 2.xxx.x61-ITEP/RN, inscrito no CPF sob n.º 089.xxx.xxx-39, residente na Rua Francisco Diassis Fernandes, 400, Guido Gurgel, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, doravante denominado **CONTRATANTE,** e, de outro lado, a Pessoa Jurídica **P RAFEAL MAIA - ME**, **CNPJ/MF nº16.906.916/0001-45**, sediada na Rua: José de Anchieta Praxedes, n° 2015, Dr. Sebastião Maltez Fernandes, Caraúbas/RN,CEP: 59.780-000, neste ato representada por **PAULO RAFAEL MAIA**, portador(a) da Cédula de Identidade n° 2xxx25xITEP/RN e inscrito no CPF sob o nº 056.xx0.xx4-xx, doravante denominada **CONTRATADO,RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE ADITIVO**, com integral observância artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e alterações posteriores, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do valor contratual, com acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) nos item 01, o que resultará em um aumento no valor de R$ 12.650,00 (doze mil e seiscentos e cinquenta reais), nos termos dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, ao Termo de Contrato nº 001/2024, oriundo da Dispensa de Licitação nº 015/2024, cujo objeto consiste na **contratação de Pessoa Jurídica para a prestação de serviços de instalação de aparelhos de ar-condicionado, nas condições estabelecidas no Termo de Referência**, de acordo com as especificações constantes do contrato originário e da proposta da CONTRATADA, as quais passam a integrar o presente instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ACRESCIMO

2.1 Conforme expresso na cláusula primeira, fica acrescido em até 8,90% o quantitativo dos itens constantes do termo de contrato supramencionado, de acordo com a tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUNT ORIGINAL	QUTD ADITIVADA	VALOR UNT (R$)	VALOR TOTAL (R$)
02	Manutenção corretiva ou preventiva de aparelho de Ar condicionado tipo Split 12.000 Btu's	Serviços	60	22	R$ 575,00	R$ 12.650,00
Total						***R$ 12.650,00***

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Caraúbas/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do Termo de Contrato nº 001/2024 oriundos de Dispensa de Licitação nº 015/2024 - Processo Administrativo n° 425015/2024, não alcançadas pelo presente aditivo, o qual é ratificado em todas as suas demais cláusulas e condições, passando a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito.

E para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e avençado, é lavrado o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes.
Caraúbas/RN, 19 de outubro de 2026.

Prefeitura Municipal De Caraúbas/RN	P Rafeal Maia - ME
PAULO GIVAGO BARRETO ALVES	***PAULO RAFAEL MAIA***
Prefeito do Município de Caraúbas/RN	Representante Legal
(Contratante)	(Contratada)

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:8944BCB2

SECRETARIA DE GOVERNO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO TERMO DE CONTRATO Nº 001/2025 AO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 025/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN E A PESSOA JURÍDICA: P RAFAEL MAIA - ME, CNPJ/MF Nº 16.906.916/0001-45

O **MUNICÍPIO DE CARAÚBAS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.102/0001-29, com sede na Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, neste ato representado pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde, a Sra. **ANTONIA EVERLANE BRAGA RODRIGUES,** brasileira, divorciada, portadora da Cédula de Identidade de n° 001.xxx.x50,expedida pelo ITEP/RN, inscrito no CPF: 022.xxx.xxx-04, residente na Rua Olindo Gurgel, Sebastião Maltez Fernandes, CEP: 59.780-000,Caraúbas/RN, doravante denominado **CONTRATANTE,** e, de outro lado, a Pessoa Jurídica **P RAFAEL MAIA - ME, CNPJ/MF nº 16.906.916/0001-45,** sediada na Rua João Gomes de Oliveira, n° 420, DR Sebastião Maltez, Caraúbas/RN, CEP: 59.780-000, neste ato representada por **PAULO RAFAEL MAIA**, brasileiro, portador(a) da Cédula de Identidade nº 24xxx59 – ITEP/RN e inscrito no CPF sob o nº 056.xxx.xxx-81,residente e domiciliado na Rua Maria Joana da Conceição, n° 291,Sebastião Maltês Fernandes, Caraúbas/RN, CEP: 59.780-000, doravante denominada **CONTRATADO,RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE ADITIVO**, com integral observância artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e alterações posteriores, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do valor contratual, com acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) nos itens 01, 02 e 03 o que resultará em um aumento no valor de R$ 14.400,00 (quatro mil e cento e quatrocentos reais), nos termos dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, ao Termo de Contrato nº 001/2025, oriundo da Dispensa de Licitação nº 025/2025, cujo objeto consiste na **contratação de pessoa jurídica especializada para execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado instalados na Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Caraúbas/RN e suas unidades vinculadas, nas condições estabelecidas no Termo de Referência,** de acordo com as especificações constantes do contrato originário e da proposta da CONTRATADA, as quais passam a integrar o presente instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ACRESCIMO

2.1 Conforme expresso na cláusula primeira, fica acrescido em até 25% o quantitativo dos itens constantes do termo de contrato supramencionado, de acordo com a tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUNT ORIGINAL	QUTD ADITIVADA	VALOR UNT (R$)	VALOR TOTAL (R$)
01	Manutenção corretiva ou preventiva de aparelho de Ar condicionado tipo Split de 9.000 Btu's	Serviços	85	21	R$ 300,00	R$ 6.300,00
02	Manutenção corretiva ou preventiva de aparelho de Ar condicionado tipo Split de 12.000 Btu's	Serviços	89	22	R$ 350,00	R$ 7.700,00
03	Manutenção corretiva ou preventiva de aparelho de Ar condicionado tipo Split de 18.000 Btu's	Serviços	06	01	R$ 400,00	R$ 400,00
Total						***R$ 14.400,00***

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Caraúbas/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do Termo de Contrato nº 001/2025 oriundos de Dispensa de Licitação nº 025/2025 - Processo Administrativo n° 626042/2025, não alcançadas pelo presente aditivo, o qual é ratificado em todas as suas demais cláusulas e condições, passando a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito.

E para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e avençado, é lavrado o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes.
Caraúbas/RN, 19 de outubro de 2026.

Prefeitura Municipal De Caraúbas/RN	P Rafael Maia - ME
ANTONIA EVERLANE BRAGA RODRIGUES	***PAULO RAFAEL MAIA***
Gestora do Fundo Municipal de Saúde	Representante Legal
(Contratante)	(Contratada)

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:3110A084

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO-CORÁ

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE ADJUDICAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA N° 026/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO 02013.000023/2026.

Após considerar os critérios legais acerca da Dispensa Eletrônica 026/2026, destinada à contratação de empresa para o fornecimento de aviamentos e materiais de armarinho, destinados a atender às necessidades dos serviços, programas, projetos, oficinas e demais atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Cerro Corá/RN. A Autoridade Competente Maciel dos Santos Freire torna público que ADJUDICOU o respectivo item, conforme indicado no quadro abaixo:

EMPRESA VENCEDORA: JULIANY DOS SANTOS MEDEIROS SILVA, CNPJ 54.055.890/0001-68						
Itens	**Descrição**	**Marca**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unitário (R$)**	**ValorTotal (R$)**
01	TNT – Diversas cores (laranja, amarelo, lilás, rosa, branco, azul, verde) rolos de 50 metros	Importado	Rolo	07	88,00	616,00
02	Linha de costura: linha 100% poliéster ou algodão, unidade com 1500 metros em cores variadas.	Bufalo	Rolo	50	7,00	350,00
03	Tecido cetim charmeuse liso, 100% poliéster – cores diversas	Importado	Metro	50	9,00	450,00
04	Tecido de algodão cru, sem tingimentos, 100% algodão, pré-encolhido gramatura 150g/m²	Importado	Metro	50	14,00	700,00
05	Tecido chita & chitão, 100% algodão – estampados grande cores diversas	Importado	Metro	50	14,00	700,00
06	Fita decorativa – de cetim comum, nº 1, com 10m	Bufalo	Pacote	20	2,80	56,00
07	Fita decorativa: nº 0: 3 mm (0,3 cm) — indicada para detalhes delicados, lembrancinhas e mini laços. (10m)	Bufalo	Pacote	20	4,80	96,00
08	Fita decorativa: nº 1: 7 mm (0,7 cm) — usada em pequenos acabamentos, convites e artesanato em geral. (20m)	Bufalo	Pacote	20	7,90	158,00
09	Fita decorativa: nº 2: 10 mm (1,0 cm) — boa para laços pequenos, roupas e embalagens (20m)	Bufalo	Pacote	20	8,80	176,00
10	Fita decorativa: nº 3: 15 mm (1,5 cm) — utilizada em decoração de caixas, embalagens de presentes e laços médios. (20m)	Bufalo	Pacote	20	16,80	336,00
11	Agulha – agulha em aço inox, nº 03 – para costura de mão	NYBC	Unid.	300	0,65	198,00
12	Agulhas de crochê: 3,0mm a 4,0mm	NYBC	Unid.	100	4,80	480,00
13	Tecido – do tipo bordado inglês, 5 centímetros peça com 13,7 metros de comprimento e aproximadamente 5 centímetros de largura composição: 80% poliéster, 20% algodão cores diversas	NYBC	Peça	20	14,50	290,00
14	Linha - linha de crochê 100% algodão, comprimento e peso mínimo.: 150m e 50g, para agulhas de crochê: 3,0mm a 4,0mm.	Anne	Rolo	300	17,90	5.370,00
15	Barbante: rolos de algodão nº 4, nº 6 ou nº 8 para artesanato. Aprox. 300g	Avil	Rolo	150	17,80	2.670,00
16	Elástico roliço e elástico comum (trançado): rolos com 50 metros (larguras variadas de 7mm a 40mm).	ZL Elasticos	Rolo	3,00	36,00	108,00
17	Zíperes: peças de metro ou zíperes prontos fixos (comuns e invisíveis), tamanhos variados (10cm, 15cm, 20cm, 30cm) e cores diversas.	NYBC	Unid.	50	1,80	90,00
18	Botões: botões de massa, madrepérola ou metal com pé ou furo, tamanhos variados (de 10mm a 30mm).	NYBC	Unid.	500	0,38	190,00
19	Velcro (fecho de contato): rolos de 25 metros (macho e fêmea), larguras de 16mm, 25mm ou 50mm nas cores branca e preta.	NYBC	Metro	50	39,98	1.999,00
20	Colchetes e botões de pressão: cartelas de metal ou plástico de pressão (tic-tac). 24 unidades	NYBC	Cartela	50	9,95	497,50
21	Fivelas, reguladores e meia-argolas: em plástico ou metal, para bolsas e peças ajustáveis.	NYBC	Unid.	50	2,55	127,50
22	Fitas de gorgurão: rolos com 10 metros, estampadas ou lisas.	NYBC	Rolo	10	12,45	124,50
23	Rendas e passamanarias: peças com 10 metros, larguras e padrões variados.	NYBC	Peça	10	19,80	198,00
24	Sianinha e soutache: rolos com 50 metros	NYBC	Rolo	02	39,80	79,60
25	Alfinetes de cabeça de vidro/perola	NYBC	Caixa	05	11,50	57,50
26	Tinta para tecido acrilex - frascos de 37 ml – variadas cores.	Acrilex	Frasco	100	6,15	615,00
27	Pincel artesanato – chato 815 cerda natural – nº 0.	Importado	Unid.	50	2,99	149,50
28	Pincel artesanato – chato 815 cerda natural – nº 2.	Importado	Unid.	50	2,88	144,00
29	Pincel artesanato – chato 815 cerda natural – nº 4.	Importado	Unid.	50	3,05	152,50
30	Pincel artesanato – chato 815 cerda natural – nº 6.	Importado	Unid.	50	7,35	367,50
31	Pincel artesanato – chato 815 cerda natural – nº 8.	Importado	Unid.	50	8,75	437,50
32	Pincel artesanato – chato 815 cerda natural – nº 10.	Importado	Unid.	50	9,75	487,50
33	Pincel artesanato – chato 815 cerda natural – nº 12	Importado	Unid.	50	10,99	549,50
34	Pincel artesanato – chato 815 cerda natural – nº 14	Importado	Unid.	50	11,90	595,00
35	Pincel artesanato – chato 815 cerda natural – nº 18	Importado	Unid.	50	11,99	599,50
36	Pincel artesanato – chato 815 cerda natural – nº 20	Importado	Unid.	50	9,45	472,50
37	Pincel artesanato – chato 815 cerda natural – nº 22	Importado	Unid.	50	12,45	622,50
38	Pincel artesanato – chato 815 cerda natural – nº 24	Importado	Unid.	50	11,99	599,50
39	Fitas métricas flexíveis (150cm)	NYBC	Unid.	05	9,45	47,25
Valor R$: (vinte e um mil, novecentos e cinquenta e três reais e oitenta e cinco centavos)						**21.953,85**

Cerro Corá/RN, 19 de outubro de 2026.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:62CAC06F

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE ADJUDICAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA N° 027/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO 02010.000008/2026.

Após considerar os critérios legais acerca da Dispensa Eletrônica 027/2026, destinada à contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos de sistema de som, visando atender às atividades, projetos e eventos realizados pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, com apoio da Secretaria Municipal de Educação, no âmbito da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), instituída pela Lei nº 14.399, de 08 de julho de 2022. A Autoridade Competente Maciel dos Santos Freire torna público que ADJUDICOU o respectivo item, conforme indicado no quadro abaixo:

EMPRESA VENCEDORA: IMPERIUM SANTOS DISTRIBUIDOR LTDA, CNPJ 52.890.773/0001-94						
Itens	**Descrição**	**Marca**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unitário (R$)**	**Valor Total (R$)**
02	Mesa de som analógica profissional com no mínimo 8 canais, indicada para mixagem de áudio em eventos, apresentações, sonorização ambiente e uso profissional em sistemas de som, deverá possuir conectividade bluetooth integrada para reprodução de áudio sem fio, interface usb para conexões com computador e reprodução mp3, além de alimentação compatível com 127/220v. equipamento com processador de efeitos digitais integrado, contendo no mínimo 99 efeitos fx, incluindo efeito reverb, com equalizador incorporado para ajustes de frequência e melhor qualidade sonora. deverá possuir alimentação via usb e/ou pilha, compatibilidade com phantom power +48v para microfones condensadores, e conectores compatíveis com entradas e saídas tipo XLR, p10 (6.35 mm) RCA, auxiliar e USB. O equipamento deverá der fornecido acompanhado de, no mínimo, 01 cabo TRRS compatível para conexão e utilização dos recursos do equipamento, além de manual ou guia do usuário, estrutura fabricada em metal resistente, adequada para uso contínuo e transporte frequente. Produto de qualidade equivalente ou superior a mesa de som profissional mixer 8 canais com bluetooth, usb e 99 efeitos fx.	Tklbls L8	Unid.	01	1.800,00	1.800,00
Valor Total: mil e oitocentos reais.						**1.800,00**

ITEM FRACASSADO					
Itens	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unitário (R$)**	**Valor Total (R$)**
01	Caixa acústica ativa amplificada, sistema de 2 vias com crossover (filtro) ativo, equipada com woofer de 12 polegadas, bobina de voz mínima de 3 polegadas, e driver de compressão com diafragma de titânio, bobina de voz mínima de 2 polegadas. Amplificação digital Classe D em configuração bi-amplificada (bi-amp), com potência mínima de 800 W RMS e potência de pico mínima de 1.600 W. Deverá possuir processador DSP integrado com, no mínimo, 5 presets de equalização selecionáveis. Nível máximo de pressão sonora (SPL) mínimo de 125 dB contínuo e 131 dB de pico. Resposta de frequência adequada para reprodução de voz e música com alta fidelidade. Entradas compatíveis com conectores XLR, TRS 1/4" e RCA, e saída LINK/LOOP em XLR ou RCA para interligação com outras caixas acústicas ou sistemas de áudio. Gabinete confeccionado em madeira compensada (plywood), com acabamento em pintura de alta resistência para uso profissional e transporte frequente. Alimentação bivolt automática (100–240 V AC) ou compatível com redes de 127/220 V. Dimensões aproximadas de 700 × 410 × 480 mm (A × L × P), admitindo variação de até ±10%.	Unid.	02	Fracassado	Fracassado

Cerro Corá/RN, 19 de outubro de 2026.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:2858B45B

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA N° 026/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO 02013.000023/2026.

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Maciel dos Santos Freire, torna público que HOMOLOGOU conforme decisão tomada na adjudicação à Dispensa Eletrônica 026/2026, destinada à contratação de empresa para o fornecimento de aviamentos e materiais de armarinho, destinados a atender às necessidades dos serviços, programas, projetos, oficinas e demais atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Cerro Corá/RN, conforme indicado no quadro abaixo:

EMPRESA VENCEDORA: JULIANY DOS SANTOS MEDEIROS SILVA, CNPJ 54.055.890/0001-68						
Itens	**Descrição**	**Marca**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unitário (R$)**	**ValorTotal (R$)**
01	TNT – Diversas cores (laranja, amarelo, lilás, rosa, branco, azul, verde) rolos de 50 metros	Importado	Rolo	07	88,00	616,00
02	Linha de costura: linha 100% poliéster ou algodão, unidade com 1500 metros em cores variadas.	Bufalo	Rolo	50	7,00	350,00
03	Tecido cetim charmeuse liso, 100% poliéster – cores diversas	Importado	Metro	50	9,00	450,00
04	Tecido de algodão cru, sem tingimentos, 100% algodão, pré-encolhido gramatura 150g/m²	Importado	Metro	50	14,00	700,00
05	Tecido chita & chitão, 100% algodão – estampados grande cores diversas	Importado	Metro	50	14,00	700,00
06	Fita decorativa – de cetim comum, nº 1, com 10m	Bufalo	Pacote	20	2,80	56,00
07	Fita decorativa: nº 0: 3 mm (0,3 cm) — indicada para detalhes delicados, lembrancinhas e mini laços. (10m)	Bufalo	Pacote	20	4,80	96,00
08	Fita decorativa: nº 1: 7 mm (0,7 cm) — usada em pequenos acabamentos, convites e artesanato em geral. (20m)	Bufalo	Pacote	20	7,90	158,00
09	Fita decorativa: nº 2: 10 mm (1,0 cm) — boa para laços pequenos, roupas e embalagens (20m)	Bufalo	Pacote	20	8,80	176,00
10	Fita decorativa: nº 3: 15 mm (1,5 cm) — utilizada em decoração de caixas, embalagens de presentes e laços médios. (20m)	Bufalo	Pacote	20	16,80	336,00
11	Agulha – agulha em aço inox, nº 03 – para costura de mão	NYBC	Unid.	300	0,65	198,00
12	Agulhas de crochê: 3,0mm a 4,0mm	NYBC	Unid.	100	4,80	480,00
13	Tecido – do tipo bordado inglês, 5 centímetros peça com 13,7 metros de comprimento e aproximadamente 5 centímetros de largura composição: 80% poliéster, 20% algodão cores diversas	NYBC	Peça	20	14,50	290,00
14	Linha - linha de crochê 100% algodão, comprimento e peso mínimo.: 150m e 50g, para agulhas de crochê: 3,0mm a 4,0mm.	Anne	Rolo	300	17,90	5.370,00
15	Barbante: rolos de algodão nº 4, nº 6 ou nº 8 para artesanato. Aprox. 300g	Avil	Rolo	150	17,80	2.670,00
16	Elástico roliço e elástico comum (trançado): rolos com 50 metros (larguras variadas de 7mm a 40mm).	ZL Elasticos	Rolo	3,00	36,00	108,00
17	Zíperes: peças de metro ou zíperes prontos fixos (comuns e invisíveis), tamanhos variados (10cm, 15cm, 20cm, 30cm) e cores diversas.	NYBC	Unid.	50	1,80	90,00
18	Botões: botões de massa, madrepérola ou metal com pé ou furo, tamanhos variados (de 10mm a 30mm).	NYBC	Unid.	500	0,38	190,00
19	Velcro (fecho de contato): rolos de 25 metros (macho e fêmea), larguras de 16mm, 25mm ou 50mm nas cores branca e preta.	NYBC	Metro	50	39,98	1.999,00
20	Colchetes e botões de pressão: cartelas de metal ou plástico de pressão (tic-tac). 24 unidades	NYBC	Cartela	50	9,95	497,50
21	Fivelas, reguladores e meia-argolas: em plástico ou metal, para bolsas e peças ajustáveis.	NYBC	Unid.	50	2,55	127,50
22	Fitas de gorgurão: rolos com 10 metros, estampadas ou lisas.	NYBC	Rolo	10	12,45	124,50

23	Rendas e passamanarias: peças com 10 metros, larguras e padrões variados.	NYBC	Peça	10	19,80	198,00
24	Sianinha e soutache: rolos com 50 metros	NYBC	Rolo	02	39,80	79,60
25	Alfinetes de cabeça de vidro/perola	NYBC	Caixa	05	11,50	57,50
26	Tinta para tecido acrilex - frascos de 37 ml – variadas cores.	Acrilex	Frasco	100	6,15	615,00
27	Pincel artesanato – chato 815 cerda natural – nº 0.	Importado	Unid.	50	2,99	149,50
28	Pincel artesanato – chato 815 cerda natural – nº 2.	Importado	Unid.	50	2,88	144,00
29	Pincel artesanato – chato 815 cerda natural – nº 4.	Importado	Unid.	50	3,05	152,50
30	Pincel artesanato – chato 815 cerda natural – nº 6.	Importado	Unid.	50	7,35	367,50
31	Pincel artesanato – chato 815 cerda natural – nº 8.	Importado	Unid.	50	8,75	437,50
32	Pincel artesanato – chato 815 cerda natural – nº 10.	Importado	Unid.	50	9,75	487,50
33	Pincel artesanato – chato 815 cerda natural – nº 12	Importado	Unid.	50	10,99	549,50
34	Pincel artesanato – chato 815 cerda natural – nº 14	Importado	Unid.	50	11,90	595,00
35	Pincel artesanato – chato 815 cerda natural – nº 18	Importado	Unid.	50	11,99	599,50
36	Pincel artesanato – chato 815 cerda natural – nº 20	Importado	Unid.	50	9,45	472,50
37	Pincel artesanato – chato 815 cerda natural – nº 22	Importado	Unid.	50	12,45	622,50
38	Pincel artesanato – chato 815 cerda natural – nº 24	Importado	Unid.	50	11,99	599,50
39	Fitas métricas flexíveis (150cm)	NYBC	Unid.	05	9,45	47,25
Valor R$: (vinte e um mil, novecentos e cinquenta e três reais e oitenta e cinco centavos)						**21.953,85**

Cerro Corá/RN, 19 de outubro de 2026.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:5826734F

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA N° 027/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO 02010.000008/2026.

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Maciel dos Santos Freire, torna público que HOMOLOGOU conforme decisão tomada na adjudicação à Dispensa Eletrônica 027/2026, destinada à contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos de sistema de som, visando atender às atividades, projetos e eventos realizados pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, com apoio da Secretaria Municipal de Educação, no âmbito da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), instituída pela Lei nº 14.399, de 08 de julho de 2022, conforme indicado no quadro abaixo:

EMPRESA VENCEDORA: IMPERIUM SANTOS DISTRIBUIDOR LTDA, CNPJ 52.890.773/0001-94						
Itens	**Descrição**	**Marca**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unitário(R$)**	**Valor Total (R$)**
02	Mesa de som analógica profissional com no mínimo 8 canais, indicada para mixagem de áudio em eventos, apresentações, sonorização ambiente e uso profissional em sistemas de som, deverá possuir conectividade bluetooth integrada para reprodução de áudio sem fio, interface usb para conexões com computador e reprodução mp3, além de alimentação compatível com 127/220v. equipamento com processador de efeitos digitais integrado, contendo no mínimo 99 efeitos fx, incluindo efeito reverb, com equalizador incorporado para ajustes de frequência e melhor qualidade sonora. deverá possuir alimentação via usb e/ou pilha, compatibilidade com phantom power +48v para microfones condensadores, e conectores compatíveis com entradas e saídas tipo XLR, p10 (6.35 mm) RCA, auxiliar e USB. O equipamento deverá der fornecido acompanhado de, no mínimo, 01 cabo TRRS compatível para conexão e utilização dos recursos do equipamento, além de manual ou guia do usuário, estrutura fabricada em metal resistente, adequada para uso contínuo e transporte frequente. Produto de qualidade equivalente ou superior a mesa de som profissional mixer 8 canais com bluetooth, usb e 99 efeitos fx.	Tklbls L8	Unid.	01	1.800,00	1.800,00
Valor Total: mil e oitocentos reais.						**1.800,00**

ITEM FRACASSADO					
Itens	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unitário(R$)**	**Valor Total (R$)**
01	Caixa acústica ativa amplificada, sistema de 2 vias com crossover (filtro) ativo, equipada com woofer de 12 polegadas, bobina de voz mínima de 3 polegadas, e driver de compressão com diafragma de titânio, bobina de voz mínima de 2 polegadas. Amplificação digital Classe D em configuração bi-amplificada (bi-amp), com potência mínima de 800 W RMS e potência de pico mínima de 1.600 W. Deverá possuir processador DSP integrado com, no mínimo, 5 presets de equalização selecionáveis. Nível máximo de pressão sonora (SPL) mínimo de 125 dB contínuo e 131 dB de pico. Resposta de frequência adequada para reprodução de voz e música com alta fidelidade. Entradas compatíveis com conectores XLR, TRS 1/4" e RCA, e saída LINK/LOOP em XLR ou RCA para interligação com outras caixas acústicas ou sistemas de áudio. Gabinete confeccionado em madeira compensada (plywood), com acabamento em pintura de alta resistência para uso profissional e transporte frequente. Alimentação bivolt automática (100–240 V AC) ou compatível com redes de 127/220 V. Dimensões aproximadas de 700 × 410 × 480 mm (A × L × P), admitindo variação de até ±10%.	Unid.	02	Fracassado	Fracassado

Cerro Corá/RN, 19 de outubro de 2026.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:CA4A4871

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR

GABINETE DO PREFEITO
EQUADOR - DECRETO Nº 39, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

MUNICIPIO DE EQUADOR							Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Listagem das Elaborações de Creditos							Exercício: **2026** Data: 19/10/2026 10:45:31		
Período de: 01/09/2026 a 30/09/2026 Status: Publicado									
Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Nº Lei	Status
76	01/09/2026	2.300/2026	Anulação de Dotação	Suplementar	90.000,00	01/09/2026	DECRETO: 39	849/2025	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**90.000,00**
02.070 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**90.000,00**
	2031 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE ATENÇÃO BÁSICA				**90.000,00**
Nº Solic.: 21 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16593120	0001	90.000,00
				Total:	**90.000,00**
Anexo II (Redução)					**90.000,00**
02.070 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**90.000,00**
	2036 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE ASS. HOSP. E AMBULATORIAL				**90.000,00**
Nº Solic.: 21 Reduzir		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16593120	0001	42.000,00
Nº Solic.: 21 Reduzir		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16593120	0001	48.000,00
				Total:	**90.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Nº Lei	Status
77	01/09/2026	2.357/2026	Anulação de Dotação	Suplementar	20.000,00	01/09/2026	DECRETO: 39	849/2025	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**20.000,00**
02.030 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					**20.000,00**
	2108 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE TRANSPORTE ESCOLAR				**20.000,00**
Nº Solic.: 22 Acrescentar		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAFÍSICA	15530000	0001	20.000,00
				Total:	**20.000,00**
Anexo II (Redução)					**20.000,00**
02.030 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					**20.000,00**
	2108 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE TRANSPORTE ESCOLAR				**20.000,00**
Nº Solic.: 22 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15530000	0001	5.000,00
Nº Solic.: 22 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15530000	0001	15.000,00
				Total:	**20.000,00**

Período de: 01/09/2026 a 30/09/2026 Status: Publicado

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Nº Lei	Status
78	01/09/2026	2.375/2026	Anulação de Dotação	Suplementar	80.000,00	01/09/2026	DECRETO: 39	849/2025	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**80.000,00**
02.050 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS					**80.000,00**
	1021 CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÕES, PRAÇAS, PÓRTICOS E LOG. EQUIVALENTES				**80.000,00**
Nº Solic.: 9 Acrescentar		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17063110	0001	80.000,00
				Total:	**80.000,00**
Anexo II (Redução)					**80.000,00**
02.050 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS					**80.000,00**
	1019 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MAQ. EQUIP. E MOBILIÁRIO / SERVIÇOS URBANOS				**10.000,00**
Nº Solic.: 9 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17063120	0001	10.000,00
	1020 CONSTRUÇÃO, AMPL. E REFORMAS DE PRÉDIOS PÚBLICOS				**20.000,00**
Nº Solic.: 9 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17063110	0001	10.000,00
Nº Solic.: 9 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17063120	0001	10.000,00
	1021 CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÕES, PRAÇAS, PÓRTICOS E LOG. EQUIVALENTES				**10.000,00**
Nº Solic.: 9 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17063120	0001	10.000,00
	1022 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MAQ. EQUIP. E MOBILIÁRIO / SERVIÇOS DE TRANSPORTES				**10.000,00**
Nº Solic.: 9 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17063120	0001	10.000,00
	1045 CONSTRUÇÃO, AMPL. DE REF. DE UNIDADES HABITACIONAIS				**10.000,00**
Nº Solic.: 9 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17063120	0001	10.000,00
	1055 CONSTRUÇÃO, PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE POÇOS				**10.000,00**
Nº Solic.: 9 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17063120	0001	10.000,00
	1084 CONSTRUÇÃO DE PONTES, PONTILHOS E PASS. MOLHADAS				**10.000,00**
Nº Solic.: 9 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17063120	0001	10.000,00
				Total:	**80.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Nº Lei	Status
79	01/09/2026	2.404/2026	Anulação de Dotação	Suplementar	5.000,00	01/09/2026	DECRETO: 39	849/2025	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**5.000,00**
02.101 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO					**5.000,00**
	2091 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				**5.000,00**
Nº Solic.: 1 Acrescentar		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	5.000,00
				Total:	**5.000,00**
Anexo II (Redução)					**5.000,00**
02.101 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E					**5.000,00**

PLANEJAMENTO						
	2091 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO					**5.000,00**
Nº Solic.: 1 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00	
				Total:	**5.000,00**	

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Nº Lei	Status
80	01/09/2026	2.412/2026	Anulação de Dotação	Suplementar	10.000,00	01/09/2026	DECRETO: 39	849/2025	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**10.000,00**
02.050 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS					**10.000,00**
	2027 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE SERVIÇOS URBANOS				**10.000,00**
Nº Solic.: 10 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.000,00
				Total:	**10.000,00**
Anexo II (Redução)					**10.000,00**
02.050 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS					**10.000,00**
	2027 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE SERVIÇOS URBANOS				**10.000,00**
Nº Solic.: 10 Reduzir		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	15000000	0001	10.000,00
				Total:	**10.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Nº Lei	Status
81	01/09/2026	2.415/2026	Anulação de Dotação	Suplementar	10.000,00	01/09/2026	DECRETO: 39	849/2025	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**10.000,00**
02.050 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS					**10.000,00**
	2027 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE SERVIÇOS URBANOS				**10.000,00**
Nº Solic.: 11 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.000,00
				Total:	**10.000,00**
Anexo II (Redução)					**10.000,00**
02.050 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS					**10.000,00**
	2027 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE SERVIÇOS URBANOS				**10.000,00**
Nº Solic.: 11 Reduzir		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAFÍSICA	15000000	0001	10.000,00
				Total:	**10.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Nº Lei	Status
82	01/09/2026	2.422/2026	Anulação de Dotação	Suplementar	50.000,00	01/09/2026	DECRETO: 39	849/2025	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**50.000,00**
02.050 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS					**50.000,00**
	2027 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE SERVIÇOS URBANOS				**50.000,00**
Nº Solic.: 12 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	50.000,00
				Total:	**50.000,00**
Anexo II (Redução)					**50.000,00**
02.050 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS					**50.000,00**
	2027 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE SERVIÇOS URBANOS				**50.000,00**
Nº Solic.: 12 Reduzir		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAFÍSICA	15000000	0001	50.000,00
				Total:	**50.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Nº Lei	Status
83	01/09/2026	2.447/2026	Anulação de Dotação	Suplementar	70.000,00	01/09/2026	DECRETO: 39	849/2025	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**70.000,00**
02.050 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS					**70.000,00**
	2027 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE SERVIÇOS URBANOS				**70.000,00**
Nº Solic.: 13 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	70.000,00
				Total:	**70.000,00**
Anexo II (Redução)					**70.000,00**
02.050 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS					**70.000,00**
	2111 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				**70.000,00**
Nº Solic.: 13 Reduzir		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	15000000	0001	50.000,00
Nº Solic.: 13 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	20.000,00
				Total:	**70.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Nº Lei	Status

85	01/09/2026	2.498/2026	Anulação de Dotação	Suplementar	4.000,00	01/09/2026	DECRETO: 39	849/2025	PUBLICADO

Unidade	Orçamentária	Ação Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**4.000,00**
02.010 GABINETE DO PREFEITO					**4.000,00**
	2002 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO				**4.000,00**
Nº Solic.: 9 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	4.000,00
				Total:	**4.000,00**
Anexo II (Redução)					**4.000,00**
02.010 GABINETE DO PREFEITO					**4.000,00**
	2002 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO				**4.000,00**
Nº Solic.: 9 Reduzir		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	4.000,00
				Total:	**4.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Nº Lei	Status
86	01/09/2026	2.550/2026	Anulação de Dotação	Suplementar	50.000,00	01/09/2026	DECRETO: 39	849/2025	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**50.000,00**
02.050 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS					**50.000,00**
	2027 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE SERVIÇOS URBANOS				**50.000,00**
Nº Solic.: 15 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	50.000,00
				Total:	**50.000,00**
Anexo II (Redução)					**50.000,00**
02.050 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS					**50.000,00**
	2027 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE SERVIÇOS URBANOS				**50.000,00**
Nº Solic.: 15 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	50.000,00
				Total:	**50.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Nº Lei	Status
87	01/09/2026	2.555/2026	Anulação de Dotação	Suplementar	50.000,00	01/09/2026	DECRETO: 39	849/2025	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**50.000,00**
02.050 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS					**50.000,00**
	2027 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE SERVIÇOS URBANOS				**50.000,00**
Nº Solic.: 16 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	50.000,00
				Total:	**50.000,00**
Anexo II (Redução)					**50.000,00**
02.050 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS					**50.000,00**
	2111 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				**50.000,00**
Nº Solic.: 16 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	50.000,00
				Total:	**50.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Nº Lei	Status
88	01/09/2026	2.569/2026	Anulação de Dotação	Suplementar	8.000,00	01/09/2026	DECRETO: 39	849/2025	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**8.000,00**
02.010 GABINETE DO PREFEITO					**8.000,00**
	2002 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO				**8.000,00**
Nº Solic.: 10 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	8.000,00
				Total:	**8.000,00**
Anexo II (Redução)					**8.000,00**
02.010 GABINETE DO PREFEITO					**8.000,00**
	2002 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO				**8.000,00**
Nº Solic.: 10 Reduzir		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	3.000,00
Nº Solic.: 10 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	5.000,00
				Total:	**8.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Nº Lei	Status
89	01/09/2026	2.570/2026	Anulação de Dotação	Suplementar	30.000,00	01/09/2026	DECRETO: 39	849/2025	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**30.000,00**
02.050 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS					**30.000,00**
	2111 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				**30.000,00**
Nº Solic.: 17 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17510000	0001	30.000,00
				Total:	**30.000,00**
Anexo II (Redução)					**30.000,00**
02.050 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS					**30.000,00**
	2111 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				**30.000,00**
Nº Solic.: 17 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17510000	0001	30.000,00

				Total:	**30.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Nº Lei	Status
90	01/09/2026	2.583/2026	Anulação de Dotação	Suplementar	160.000,00	01/09/2026	DECRETO: 39	849/2025	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**160.000,00**
02.030 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					**160.000,00**
	2020 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE EDUCAÇÃO INFANTIL				**160.000,00**
Nº Solic.: 23 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	160.000,00
				Total:	**160.000,00**
Anexo II (Redução)					**160.000,00**
02.030 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					**160.000,00**
	1007 AQUISIÇÃO DE VEICULOS, EQUIP. E MOBILIARIO / ENS. FUNDAMENTAL				**10.000,00**
Nº Solic.: 23 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15400000	0001	10.000,00
	1013 AQUIS.VEICULOS, EQUIP. E MOBILIARIO / EDUC. INFANTIL				**5.000,00**
Nº Solic.: 23 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15400000	0001	5.000,00
	1085 AQUISIÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS				**10.000,00**
Nº Solic.: 23 Reduzir		4.4.90.61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	15400000	0001	10.000,00
	2007 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE ENSINO FUNDAMENTAL				**107.000,00**
Nº Solic.: 23 Reduzir		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15400000	0001	1.000,00
Nº Solic.: 23 Reduzir		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15400000	0001	1.000,00
Nº Solic.: 23 Reduzir		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15400000	0001	1.000,00
Nº Solic.: 23 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	87.000,00
Nº Solic.: 23 Reduzir		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15400000	0001	4.000,00
Nº Solic.: 23 Reduzir		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15400000	0001	4.000,00
Nº Solic.: 23 Reduzir		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	15400000	0001	1.000,00
Nº Solic.: 23 Reduzir		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15400000	0001	2.000,00
Nº Solic.: 23 Reduzir		3.3.90.41 CONTRIBUIÇÕES	15400000	0001	1.000,00
Nº Solic.: 23 Reduzir		3.3.90.49 AUXÍLIO-TRANSPORTE	15400000	0001	1.000,00
Nº Solic.: 23 Reduzir		3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15400000	0001	2.000,00
Nº Solic.: 23 Reduzir		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15400000	0001	1.000,00
Nº Solic.: 23 Reduzir		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15400000	0001	1.000,00
	2020 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE EDUCAÇÃO INFANTIL				**18.000,00**
Nº Solic.: 23 Reduzir		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15400000	0001	10.000,00
Nº Solic.: 23 Reduzir		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15400000	0001	3.000,00
Nº Solic.: 23 Reduzir		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15400000	0001	1.000,00
Nº Solic.: 23 Reduzir		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15400000	0001	2.000,00
Nº Solic.: 23 Reduzir		3.3.90.49 AUXÍLIO-TRANSPORTE	15400000	0001	1.000,00
Nº Solic.: 23 Reduzir		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15400000	0001	1.000,00
	2108 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE TRANSPORTE ESCOLAR				**10.000,00**
Nº Solic.: 23 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	10.000,00
				Total:	**160.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Nº Lei	Status
91	01/09/2026	2.610/2026	Anulação de Dotação	Suplementar	15.000,00	01/09/2026	DECRETO: 39	849/2025	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**15.000,00**
02.070 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**15.000,00**
	2039 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE VIG. EPIDEMIOLÓGICA				**15.000,00**
Nº Solic.: 22 Acrescentar		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16040000	0001	15.000,00
				Total:	**15.000,00**
Anexo II (Redução)					**15.000,00**
02.070 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**15.000,00**
	2031 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE ATENÇÃO BÁSICA				**15.000,00**
Nº Solic.: 22 Reduzir		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16040000	0001	15.000,00
				Total:	**15.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Nº Lei	Status
92	01/09/2026	2.612/2026	Anulação de Dotação	Suplementar	40.000,00	01/09/2026	DECRETO: 39	849/2025	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**40.000,00**
02.070 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**40.000,00**
	2039 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE VIG. EPIDEMIOLÓGICA				**40.000,00**
Nº Solic.: 23 Acrescentar		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16040000	0001	40.000,00
				Total:	**40.000,00**
Anexo II (Redução)					**40.000,00**

02.070 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						**40.000,00**
	2031 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE ATENÇÃO BÁSICA					**40.000,00**
Nº Solic.: 23 Reduzir		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16040000	0001	40.000,00	
				Total:	**40.000,00**	

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Nº Lei	Status
93	01/09/2026	2.623/2026	Anulação de Dotação	Suplementar	60.000,00	01/09/2026	DECRETO: 39	849/2025	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**60.000,00**
02.070 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**60.000,00**
	2031 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE ATENÇÃO BÁSICA				**60.000,00**
Nº Solic.: 24 Acrescentar		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	16000000	0001	60.000,00
				Total:	**60.000,00**
Anexo II (Redução)					**60.000,00**
02.070 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**60.000,00**
	2031 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE ATENÇÃO BÁSICA				**60.000,00**
Nº Solic.: 24 Reduzir		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	60.000,00
				Total:	**60.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Nº Lei	Status
95	01/09/2026	2.650/2026	Anulação de Dotação	Suplementar	30.000,00	01/09/2026	DECRETO: 39	849/2025	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**30.000,00**
02.030 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					**30.000,00**
	2007 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE ENSINO FUNDAMENTAL				**30.000,00**
Nº Solic.: 25 Acrescentar		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	30.000,00
				Total:	**30.000,00**
Anexo II (Redução)					**30.000,00**
02.030 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					**30.000,00**
	2007 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE ENSINO FUNDAMENTAL				**30.000,00**
Nº Solic.: 25 Reduzir		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	30.000,00
				Total:	**30.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Nº Lei	Status
96	01/09/2026	2.662/2026	Anulação de Dotação	Suplementar	20.000,00	01/09/2026	DECRETO: 39	849/2025	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**20.000,00**
02.070 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**20.000,00**
	2031 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE ATENÇÃO BÁSICA				**20.000,00**
Nº Solic.: 25 Acrescentar		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15001002	0001	20.000,00
				Total:	**20.000,00**
Anexo II (Redução)					**20.000,00**
02.070 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**20.000,00**
	2031 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE ATENÇÃO BÁSICA				**20.000,00**
Nº Solic.: 25 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	20.000,00
				Total:	**20.000,00**
				Total Acréscimo:	**802.000,00**
				Total Redução:	**802.000,00**
				Total:	**802.000,00**

Publicado por:
Sergio Marcos Torres da Silva
Código Identificador:D07CA35C

GABINETE DO PREFEITO
EQUADOR - DECRETO Nº 40, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026

MUNICIPIO DE EQUADOR						Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Listagem das Elaborações de Creditos						Exercício: **2026**		
Período de: 01/09/2026 a 30/09/2026 Status: Publicado								
Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Nº Lei	Status
84	23/09/2026	2.454/2026	Superavit Financeiro	Suplementar	500.000,00	23/09/2026	DECRETO: 40	849/2025	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**500.000,00**
02.050 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS					**500.000,00**
	1021 CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÕES, PRAÇAS, PÓRTICOS E LOG. EQUIVALENTES				**500.000,00**
Nº Solic.: 14 Acrescentar		4.4.90.51 OBRAS E	27063110	0001	500.000,00

		INSTALAÇÕES			
				Total:	**500.000,00**
				Total Acréscimo:	**500.000,00**
				Total Redução:	**0,00**
				Total:	**500.000,00**

Publicado por:
Sergio Marcos Torres da Silva
Código Identificador:2575D3FE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 76/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 76/2025
PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DE CONTRATOS DE SERVIÇOS CONTÍNUOS
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

Processo Nº 31070001/2024.
Pregão Eletrônico Nº 25/2024

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO **Nº 76/2025**, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FELIPE GUERRA-RN, POR INTERMÉDIO DA **PRFEITURA MUNICIPAL** E A EMPRESA **IAM RIDISSON SOARES DE MORAIS**.

O MUNICÍPIO DE FELIPE GUERRA/RN, pessoa jurídica de direito público interno, órgão da Administração Direta, por intermédio do **PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA**, com sede na **Rua João Batista Gurgel, 97, Centro**, **Felipe Guerra - Estado do Rio Grande do Norte**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **08.349.086/0001-74**, neste ato representado pelo **PREFEITO**, o senhor **SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA**, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **IAM RIDISSON SOARES DE MORAIS**, *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **50.560.504/0001-34,** sediado(a) na* **RUA ALCIDES GURGEL DO AMARAL, CIDADE ALTA, FELIPE GUERRA/RN CEP:59795-000**, doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por* **IAM RIDISSON SOARES DE MORAIS** (**Titular**), *conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº **31070001/2024** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo de prorrogação do prazo de vigência contratual**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº **76/2025**, a partir de **09/10/2026 até 09/10/2027**, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO
2.1. O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela execução do objeto deste Contrato o valor global de R$ **54.936,49** ***(cinquenta e quatro mil, novecentos e trinta e seis reais e quarenta e nove centavos)***, conforme descrito no Contrato nº **76/2025**
2.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente prestados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
3.1. As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão Orçamentário	17 - Fun. Mun. dos Direi. da Crian. e Adolescente
Unidade Orçamentária	17 - Fun. Mun. dos Direito da Criança e Adolescente - Fun. Mun. dos Direitos da Criança e Adolescente.
Programa	0021 – Apoio ao fundo municipal das crianças e dos adolecentes.
Ação	2074 Manutenção do fundo Municipal dos Direitos da criança e do adolecente.
Elemento de despesa	3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO
Fonte	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais. 16690000 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social

Órgão Orçamentário	13 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária	1301 – Fundo Municipal de Saúde
Programa	0009 – Apoio administrativo as atividades inerentes a Saúde do Municipio.
Ação	2049 Manutenção da secretaria municipal de saúde
Elemento de despesa	3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO
Fonte	17040000- Transferencia da união referentes a compensações financeiras pela exploração de recursos naturais. 16000000- Transferencia fundo a fundo de recursos do sus provenientes do Governo Federal. 15000000- Recursos não vinculados de impostos. 15010002- Recursos não vinculados de impostos – despesas com ações e serviços públicos de saúde.

Órgão Orçamentário	14- Assistência social
Unidade Orçamentária	14.001- Fundo Municipal de Assistência social
Programa	0010- Apoio Administração as atividades do sistema único de assistência social- SUAS
Ação	2058- Gestão Administrativa do fundo de Assistencia social
Elemento de despesa	3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO
Fonte	17040000- Transferencia da união referentes a compensações financeiras pela exploração de recursos naturais. 15000000- Recursos não vinculados de impostos.

Órgão Orçamentário	12- Sec. Munic. De Educação
Unidade Orçamentária	05.001- Secretaria municipal de Educação
Programa	0007- Apoio as atividades inerentes a educação
Ação	2017 aquisição de merenda escolar.
Elemento de despesa	3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO
Fonte	17040000- Transferencia da união referentes a compensações financeiras pela exploração de recursos naturais. 15000000- Recursos não vinculados de impostos. 15001000- 15520000- Transferencia dos recursos do FNDE referentes ao programa nacional de alimentação escolar. (PNAE)

3.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – PUBLICAÇÃO

5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

***Felipe Guerra/RN, 09 de outubro de 2026*.**

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Representante Legal Do Contratante

IAM RIDISSON SOARES DE MORAIS
Representante Legal Do Contratado

Publicado por:
Iara Rodrigues Leite
Código Identificador:FDC4A93D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 74/2025

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 74/2025
PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DE CONTRATOS DE SERVIÇOS CONTÍNUOS
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

Processo Nº 31070001/2024.
Pregão Eletrônico Nº 25/2024

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO **Nº 74/2025**, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FELIPE GUERRA-RN, POR INTERMÉDIO DA **PRFEITURA MUNICIPAL** E A EMPRESA **J W DE OLIVEIRA LIRA**.

O MUNICÍPIO DE FELIPE GUERRA/RN, pessoa jurídica de direito público interno, órgão da Administração Direta, por intermédio do **PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA**, com sede na **Rua João Batista Gurgel, 97, Centro**, **Felipe Guerra - Estado do Rio Grande do Norte**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **08.349.086/0001-74**, neste ato representado pelo **PREFEITO**, o senhor **SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA**, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **J W DE OLIVEIRA LIRA**, *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº* ***24.858.741/0001-76,*** *sediado(a) na* **R MARIA JOSELIA DA SILVA, 120 , CIDADE ALTA, Felipe Guerra/RN CEP:59795000**, doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por* **JOSE WILKER DE OLIVEIRA LIRA** (**ADMINISTRADOR**), *conforme atos constitutivos da empresa* ***OU*** *procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº **31070001/2024** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo de prorrogação do prazo de vigência contratual**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº **74/2025**, a partir de **09/10/2026 até 09/10/2027**, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO
2.1. O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela execução do objeto deste Contrato o valor global de R$ **349.221,49** ***(trezentos e quarenta e nove mil duzentos e vinte e um reais e quarenta e nove centavos)***, conforme descrito no Contrato nº **74/2025.**

2.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente prestados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
3.1. As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão Orçamentário	17 - Fun. Mun. dos Direi. da Crian. e Adolescente
Unidade Orçamentária	17 - Fun. Mun. dos Direito da Criança e Adolescente - Fun. Mun. dos Direitos da Criança e Adolescente.
Programa	0021 – Apoio ao fundo municipal das crianças e dos adolecentes.

Ação	2074 Manutenção do fundo Municipal dos Direitos da criança e do adolecente.
Elemento de despesa	3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO
Fonte	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais. 16690000 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social

Órgão Orçamentário	13 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária	1301 – Fundo Municipal de Saúde
Programa	0009 – Apoio administrativo as atividades inerentes a Saúde do Municipio.
Ação	2049 Manutenção da secretaria municipal de saúde
Elemento de despesa	3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO
Fonte	17040000- Transferencia da união referentes a compensações financeiras pela exploração de recursos naturais. 16000000- Transferencia fundo a fundo de recursos do sus provenientes do Governo Federal. 15000000- Recursos não vinculados de impostos. 15010002- Recursos não vinculados de impostos – despesas com ações e serviços públicos de saúde.

Órgão Orçamentário	12- Sec. Munic. De Educação
Unidade Orçamentária	05.001- Secretaria municipal de Educação
Programa	0007- Apoio as atividades inerentes a educação
Ação	2017 aquisição de merenda escolar.
Elemento de despesa	3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO
Fonte	17040000- Transferencia da união referentes a compensações financeiras pela exploração de recursos naturais. 15000000- Recursos não vinculados de impostos. 15001000- 15520000- Transferencia dos recursos do FNDE referentes ao programa nacional de alimentação escolar. (PNAE)

Órgão Orçamentário	14- Assistência social
Unidade Orçamentária	14.001- Fundo Municipal de Assistência social
Programa	0010- Apoio Administração as atividades do sistema único de assistência social- SUAS
Ação	2058- Gestão Administrativa do fundo de Assistencia social
Elemento de despesa	3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO
Fonte	17040000- Transferencia da união referentes a compensações financeiras pela exploração de recursos naturais. 15000000- Recursos não vinculados de impostos.

3.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – PUBLICAÇÃO

5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

***Felipe Guerra/RN, 09 de outubro de 2026*.**

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Representante Legal Do Contratante

JOSE WILKER DE OLIVEIRA LIRA
Representante Legal Do Contratado

Publicado por:
Iara Rodrigues Leite
Código Identificador:FB9E26D5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GALINHOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 161001-2026 - TK PRODUTOS ME

PREFEITURA MUNICIPAL DE GALINHOS /RN
SETOR DE LICITAÇÃO
PC 3 PODERES, S/N, CENTRO ADMINISTRATIVO, GALINHOS/RN
CEP: 59596000 CNPJ: 08.110.991/0001-77
E-mail: comissaolicitacao@galinhos.rn.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 161001/2026
Processo nº 30155208/2026 – PMG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026 – PE – SRP

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de outubro de 2026, o Município de GALINHOS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.110.991/0001-77, com sede na Praça 3 Poderes, 171, Centro, GALINHOS/RN, CEP nº 59.596-000, neste ato representado por seu PREFEITO o senhor Hudson Matias Cavalcante, inscrita no CPF nº ***.360.***-13, neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa TK PRODUTOS E EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA – ME, inscrito no CNPJ: 10.728.371/0001-48, nos termos da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal 032/2023 e demais normas aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de

Preços N° 019/2026, RESOLVE registrar os preços para fornecimento de material e equipamentos para saúde , tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NO FORNECIMENTO DE BRINQUEDOS PEDAGOGICOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE SAÚDE PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE GALINHOS/RN

EMPRESA TK PRODUTOS E EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA – ME
CNPJ: 10.728.371/0001-48
ENDEREÇO: Luiz Zelioli, 19 - Centro - Cedral - SP CEP: 15895-000
REPRESENTANTE: EDUARTE APARECIDO TADEI, CPF: 842.454.098-00
CONTATO: (17) 3227.9648/(17) 99601.1601 EMAIL: tkmedlicitacao1@gmail.com

Código	Produto	Modelo	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0016	OXÍMETRO DE PULSO: ESPECIFICAÇÕES: OXÍMETRO DE PULSO PORTÁTIL, APARELHO DE OXIMETRIA PORTÁTIL, MEDIDOR DE SPO2, SATURÔMETRO; EQUIPAMENTO UTILIZADO PARA MEDIÇÃO, DE FORMA CONTÍNUA E NÃO INVASIVA, DA SATURAÇÃO PARCIAL DE OXIGÊNIO (SPO2) NO SANGUE E DA FREQÜÊNCIA CARDÍACA, ATRAVÉS DE UM SENSOR NÃO-INVASIVO. INDICADO PARA USO ADULTO, PEDIÁTRICO E/OU NEONATAL; TIPO|TELA|MEDIÇÃO|LEITURA|PERFUSÃO|ALI MENTAÇÃO:DE MESA COM 1 SENSOR REUTILIZAVEL|LCD COLORIDO DE 5 A10 POL|30 A 250BPM| 0 A100|NA TELA|BIVOLT E BATERIA.	VS2000E	1 UN	R$ 2.990,00	R$ 2.990,00

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de Galinhos/RN a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VEDAÇÃO À UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1.Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao contratante, desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

42 EM=I x N x VP

Onde: EM= Encargos Moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;

TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365

A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação

9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1. advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N°019/2026 e a proposta da empresa registrada.
Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 032/2023, e demais normas aplicáveis.
Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Macau/RN, com exclusão de qualquer outro.

Galinhos/RN, 16 de outubro de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
Município De Galinhos/RN
C.N.P.J. Nº 08.110.991/0001-77
HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito

(Assinado Eletronicamente)
TK Produtos E Equipamentos Medicos LTDA – ME
C.N.P.J. Nº 10.728.371/0001-48
EDUARTE APARECIDO TADEI
Representante Legal

Publicado por:
Gildazio de Oliveira Vidal
Código Identificador:8CAE51BA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 161002-2026 - K C R S

PREFEITURA MUNICIPAL DE GALINHOS /RN
SETOR DE LICITAÇÃO
PC 3 PODERES, S/N, CENTRO ADMINISTRATIVO, GALINHOS/RN CEP: 59596000 CNPJ: 08.110.991/0001-77
E-mail: comissaolicitacao@galinhos.rn.gov.br
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 161002/2026
Processo nº 30155208/2026 – PMG PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026 – PE – SRP

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de outubro de 2026, o Município de GALINHOS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.110.991/0001-77, com sede na Praça 3 Poderes, 171, Centro, GALINHOS/RN, CEP nº 59.596-000, neste ato representado por seu PREFEITO o senhor Hudson Matias Cavalcante, inscrita no CPF nº ***.360.***-13, neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, inscrito no CNPJ: 21.971.041/0001-03, nos termos da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal 032/2023 e demais normas aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 019/2026, RESOLVE registrar os preços para fornecimento de material e equipamentos para saúde , tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIARIO E MATERIAL DE INFORMÁTICA PARA SAÚDE DE GALINHOS/RN
EMPRESA K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ: 21.971.041/0001-03
ENDEREÇO: RUA: MARECHAL MASCARENHAS DE MORAES, N° 88, SALA A ARAÇATUBA/SP. CEP. 16075-370
REPRESENTANTE: KAREN CRISTIANE RIBEIRO STANICHESKI, CPF: 277.277.558-50
CONTATO: (18) 3621-2782 EMAIL: licitacao2@kcrequipamentos.com.br

Código	Produto	Modelo	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0023	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA PARA OBESOS: ESPECIFICAÇÕES: BALANÇA ANTROPOMÉTRICA PARA PACIENTES OBESOS; BALANÇA CORPORAL PARA OBESOS; EQUIPAMENTO DE USO CLÍNICO DESTINADO À MEDIÇÃO DO PESO CORPORAL DE INDIVÍDUOS COM OBESIDADE OU COM MASSA CORPORAL ELEVADA, POSSUINDO MAIOR CAPACIDADE DE CARGA E ESTRUTURA REFORÇADA,COMPONDO A AVALIAÇÃO ANTROPOMÉTRICA E O ACOMPANHAMENTO DO ESTADO DE SAÚDE DO PACIENTE; MODO DE OPERAÇÃO/CAPACIDADE: DIGITAL/ ATÉ 300KGRÉGUA ANTROPOMÉTRICA: ATÉ 2 METROS.	P300C	1 UN	R$ 1.538,00	R$ 1.538,00
0024	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA INFANTIL: ESPECIFICAÇÕES: BALANÇA PEDIÁTRICA ANTROPOMÉTRICA; BALANÇA INFANTIL; EQUIPAMENTO DE USO CLÍNICO DESTINADO À MEDIÇÃO PRECISA DO PESO CORPORAL DE CRIANÇAS, SENDO UTILIZADA NA AVALIAÇÃO DO CRESCIMENTO, DO ESTADO NUTRICIONAL E DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL. PODE ATENDER DIFERENTES FAIXAS ETÁRIAS DA INFÂNCIA, CONFORME O MODELO, E É PROJETADA PARA GARANTIR SEGURANÇA, ESTABILIDADE E PRECISÃO DURANTE A PESAGEM; MODO DE OPERAÇÃO/CAPACIDADE MÁXIMA: DIGITAL/ ATÉ 16KGDIMENSÕES DA CONCHA: MÍNIMO 540X290 (MM)TARA: POSSUI.	LD230 BABY	1 UND	R$ 727,00	R$ 727,00
0025	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ADULTO: ESPECIFICAÇÕES: BALANÇA CLÍNICA ANTROPOMÉTRICA PARA ADULTOS; EQUIPAMENTO DE USO CLÍNICO OU INSTITUCIONAL DESTINADO À MEDIÇÃO	P150C	1 UN	R$ 1.470,00	R$ 1.470,00

	DO PESO CORPORAL DE INDIVÍDUOS ADULTOS, PODENDO ESTAR ASSOCIADA À MENSURAÇÃO DA ALTURA POR MEIO DE UM ESTADIÔMETRO INTEGRADO. ESTE EQUIPAMENTO É INDICADO PARA A AVALIAÇÃO ANTROPOMÉTRICA, NO ACOMPANHAMENTO DO ESTADO NUTRICIONAL E NO APOIO AO DIAGNÓSTICO E MONITORAMENTO DE CONDIÇÕES DE SAÚDE; MODO DE OPERAÇÃO/CAPACIDADE: MECÂNICA/ ATÉ 150KGRÉGUA ANTROPOMÉTRICA: ATÉ 2 METROS.				
					Total R$ 3.735,00

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de Galinhos/RN a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VEDAÇÃO À UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1.Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao contratante, desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue,
o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda,
o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

42 EM=I x N x VP

Onde: EM= Encargos Moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;

TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365

A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal: 2.1.advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.
CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;

e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.
CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA
1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N°019/2026 e a proposta da empresa registrada.
Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 032/2023, e demais normas aplicáveis.
Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.
Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Macau/RN, com exclusão de qualquer outro.

Galinhos/RN, 16 de outubro de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
Município De Galinhos/RN
C.N.P.J. Nº 08.110.991/0001-77
HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito

(Assinado Eletronicamente)
K.C.R.S. Comercio De Equipamentos LTDA
C.N.P.J. Nº 21.971.041/0001-03
EDUARTE APARECIDO TADEI
Representante Legal

Publicado por:
Gildazio de Oliveira Vidal
Código Identificador:DA8D07E4

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 161003-2026 - BRASIL DEVICES

PREFEITURA MUNICIPAL DE GALINHOS /RN
SETOR DE LICITAÇÃO
PC 3 PODERES, S/N, CENTRO ADMINISTRATIVO, GALINHOS/RN
CEP: 59596000 CNPJ: 08.110.991/0001-77
E-mail: comissaolicitacao@galinhos.rn.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 161003/2026
Processo nº 30155208/2026 – PMG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026 – PE – SRP

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de outubro de 2026, o Município de GALINHOS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.110.991/0001-77, com sede na Praça 3 Poderes, 171, Centro, GALINHOS/RN, CEP nº 59.596-000, neste ato representado por seu PREFEITO o senhor Hudson Matias Cavalcante, inscrita no CPF nº ***.360.***-13, neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, inscrito no CNPJ: 34.680.592/0001-51, nos termos da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal 032/2023 e demais normas aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 019/2026, RESOLVE registrar os preços para fornecimento de material e equipamentos para saúde , tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIARIO E MATERIAL DE INFORMÁTICA PARA SAÚDE DE GALINHOS/RN
EMPRESA BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 34.680.592/0001-51
ENDEREÇO: Rua Graça Aranha, nº 875, Brcão 01 SL B, Bairrro Vargem Grande, Pinhais/PR, CEP 83.321-020
REPRESENTANTE: José Felipe Belotto Pelozzo, CPF: 064.890.839-90
CONTATO: (41) 3699-3278 EMAIL: brasildevices@uol.com.br

Código	Produto	Modelo	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0002	ESTETOSCÓPIO ADULTO: ESPECIFICAÇÕES: ESTETOSCÓPIO CLÍNICO; EQUIPAMENTO MÉDICO UTILIZADO PARA AUSCULTAR SONS INTERNOS DO CORPO HUMANO, COMO CARDÍACOS, PULMONARES, INTESTINAIS DE PACIENTE ADULTO; MATERIAL DE CONFECÇÃO DO AUSCULTADOR | TIPO: AÇO INOXIDÁVEL | DUPLO	KT-107	1 UND	R$ 78,00	R$ 78,00
0026	ESTETOSCÓPIO ADULTO: ESPECIFICAÇÕES: ESTETOSCÓPIO CLÍNICO; EQUIPAMENTO MÉDICO UTILIZADO PARA AUSCULTAR SONS INTERNOS DO CORPO HUMANO, COMO CARDÍACOS, PULMONARES, INTESTINAIS DE PACIENTE ADULTO; MATERIAL DE CONFECÇÃO DO AUSCULTADOR | TIPO:AÇO INOXIDÁVEL | DUPLO.	KT-107	1 UN	R$ 80,00	R$ 80,00
0028	ELETROCARDIÓGRAFO: ESPECIFICAÇÕES: ECG, ELETROCARDIOGRAMA; ELETROCARDIÓGRAFO É UM EQUIPAMENTO PROJETADO PARA CAPTAR A DIFERENÇA DE POTENCIAL ELÉTRICO GERADO PELA ATIVIDADE CARDÍACA E CONVERTE-A EM REGISTRO GRÁFICO; CANAIS|COMUN COM COMPUT|OPERAÇÃO|CONECT| IMPRESS DIRETA NO EQUIP|TAXA AMOSTRAGEM|ALIMENTAÇÃO|PORTÁTIL:12|P OSSUI|DIRETA NO CONSOLE|POSSUI|POSSUI A4| 8000 P/S|BIVOLT E BATERIA LÍTIO RECARREGAVEL|ATE 3KG.	MK-1212A	1 UND	R$ 5.850,00	R$ 5.850,00

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de Galinhos/RN a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VEDAÇÃO À UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1.Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao contratante, desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.
Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365
A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1. advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

a - descumprir as condições da ata de registro de preços;

b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N°019/2026 e a proposta da empresa registrada.
Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 032/2023, e demais normas aplicáveis.
Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.
Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Macau/RN, com exclusão de qualquer outro.

Galinhos/RN, 16 de outubro de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
Município De Galinhos/RN
C.N.P.J. Nº 08.110.991/0001-77
HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito

(Assinado Eletronicamente)
Brasil Devices Equipamentos Hospitalares LTDA
C.N.P.J. Nº 34.680.592/0001-51
JOSÉ FELIPE BELOTTO PELOZZO
Representante Legal

Publicado por:
Gildazio de Oliveira Vidal
Código Identificador:AA920BF6

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 161004-2026 - INOVA TECH

PREFEITURA MUNICIPAL DE GALINHOS /RN
SETOR DE LICITAÇÃO
PC 3 PODERES, S/N, CENTRO ADMINISTRATIVO, GALINHOS/RN CEP: 59596000 CNPJ: 08.110.991/0001-77
E-mail: comissaolicitacao@galinhos.rn.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 161004/2026
Processo nº 30155208/2026 – PMG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026 – PE – SRP

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de outubro de 2026, o Município de GALINHOS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.110.991/0001-77, com sede na Praça 3 Poderes, 171, Centro, GALINHOS/RN, CEP nº 59.596-000, neste ato representado por seu PREFEITO o senhor Hudson Matias Cavalcante, inscrita no CPF nº ***.360.***-13, neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa INOVA TECH INFORMÁTICA LTDA, inscrito no CNPJ: 28.706.488/0001-96, nos termos da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal 032/2023 e demais normas aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 019/2026, RESOLVE registrar os preços para fornecimento de material e equipamentos para saúde , tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIARIO E MATERIAL DE INFORMÁTICA PARA SAÚDE DE GALINHOS/RN EMPRESA INOVA TECH INFORMÁTICA LTDA CNPJ: 28.706.488/0001-96

ENDEREÇO: RUA FRANCISCO SESQUIM, Nº 356, GALPÃO 01, SALA 95, BAIRRO PLANETA, CIDADE DE CARIACICA-ES, CEP 29.156-777
REPRESENTANTE: FRANCIELI BAGATOLI, CPF: 069.220.449-08
CONTATO: (47) 3919-0060 EMAIL: doc@infoinovatech.com.br

Código	Produto	Modelo	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0029	IMPRESSORA LASER (COMUM): ESPECIFICAÇÕES: LASER PRINTER; EQUIPAMENTO UTILIZADO PARA IMPRESSÃO COM TECNOLOGIA A LASER PARA TRANSFERÊNCIA DE IMAGENS, TEXTOS PARA O PAPEL, ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA: QUE ESTEJA EM LINHA DE PRODUÇÃO PELO FABRICANTE; IMPRESSORA LASER COM PADRÃO DE COR MONOCROMÁTICO; RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1200 X 1200 DPI; VELOCIDADE DE 35 PÁGINAS POR MINUTO PPM; SUPORTAR TAMANHO DE PAPEL A5, A4 CARTA E OFÍCIO; CAPACIDADE DE ENTRADA DE 200 PÁGINAS; CICLO MENSAL DE 50.000 PÁGINAS; INTERFACE USB; PERMITIR COMPARTILHAMENTO POR MEIO E REDE 10/100/100 ETHERNET E WIFI 802.11 B/G/N; SUPORTAR FRENTE E VERSO AUTOMÁTICO; O PRODUTO DEVERÁ SER NOVO, SEM USO, REFORMA OU RECONDICIONAMENTO.	BP5100DW	1 UN	R$ 2.099,95	R$ 2.099,95
					R$ 2.099,95

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de Galinhos/RN a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VEDAÇÃO À UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1.Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao contratante, desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.
Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.
Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.
Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:
42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365
A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

2.1. advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N°019/2026 e a proposta da empresa registrada.
Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 032/2023, e demais normas aplicáveis.
Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.
Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Macau/RN, com exclusão de qualquer outro.

Galinhos/RN, 16 de outubro de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
Município De Galinhos/RN
C.N.P.J. Nº 08.110.991/0001-77
HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito

(Assinado Eletronicamente)
Inova Tech Informática LTDA
C.N.P.J. Nº 28.706.488/0001-96
FRANCIELI BAGATOLI
Representante Legal

Publicado por:
Gildazio de Oliveira Vidal
Código Identificador:9BA5E686

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 161005-2026 - DITRIBUIDORA AGRESTE MERIDIONAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GALINHOS /RN
SETOR DE LICITAÇÃO
PC 3 PODERES, S/N, CENTRO ADMINISTRATIVO, GALINHOS/RN
CEP: 59596000 CNPJ: 08.110.991/0001-77
E-mail: comissaolicitacao@galinhos.rn.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 161005/2026
Processo nº 30155208/2026 – PMG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026 – PE – SRP

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de outubro de 2026, o Município de GALINHOS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.110.991/0001-77, com sede na Praça 3 Poderes, 171, Centro, GALINHOS/RN, CEP nº 59.596-000, neste ato representado por seu PREFEITO o senhor Hudson Matias Cavalcante, inscrita no CPF nº ***.360.***-13, neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa INOVA TECH INFORMÁTICA LTDA, inscrito no CNPJ: 28.706.488/0001-96, nos termos da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal 032/2023 e demais normas aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 019/2026, RESOLVE registrar os preços para fornecimento de material e equipamentos para saúde , tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIARIO E MATERIAL DE INFORMÁTICA PARA SAÚDE DE GALINHOS/RN
EMPRESA: DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGRESTE MERIDIONAL LTDA
CNPJ: 40.876.269/0001-50
ENDEREÇO: Rua Sargento Silvino Macêdo, nº 03, São José, CEP: 55.295-280, Garanhuns/PE
REPRESENTANTE: Raíssa Rabêlo Ferreira CPF 136.619.254-07
CONTATO: (87) 98836-3257 E MAIL: distribuidora_agreste@outlook.com

Código	Produto	Modelo	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0005	GONIÔMETRO: ESPECIFICAÇÕES: MEDIDOR DE ÂNGULO; GONIÔMETRO CLÍNICO; GONIÔMETRO ARTICULAR; INSTRUMENTO DESTINADO À MEDIÇÃO DE ÂNGULOS ENTRE SEGMENTOS, ARTICULAÇÕES OU SUPERFÍCIES; MATERIAL DE CONFECÇÃO: AÇO INOXIDÁVEL.	GONIOMETRO	1 UN	R$ 119,97	R$ 119,97
0006	CARRO MACA SIMPLES: ESPECIFICAÇÕES: CARRO PADIOLA, MACA HOSPITALAR, MACA DE TRANSPORTE DE PACIENTES; EQUIPAMENTO UTILIZADO PARA ACOMODAÇÃO E TRANSPORTE DE PACIENTE.; MATERIAL DE CONFECÇÃO | GRADES LATERAIS: AÇO INOXIDÁVEL OU ALUMINIO | POSSUI.	TM404	1 UN	R$ 2.890,00	R$ 2.890,00
				Total	R$ 3.009,97

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de Galinhos/RN a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VEDAÇÃO À UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1.Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao contratante, desde que devidamente comprovada à vantagem.
CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO
Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.
Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:
42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365
A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1. advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N°019/2026 e a proposta da empresa registrada.
Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 032/2023, e demais normas aplicáveis.
Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.
Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Macau/RN, com exclusão de qualquer outro.

Galinhos/RN, 16 de outubro de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
Município De Galinhos/RN
C.N.P.J. Nº 08.110.991/0001-77
HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito

(Assinado Eletronicamente)
Distribuidora De Produtos Agreste Meridional LTDA
C.N.P.J. Nº 40.876.269/0001-50
RAÍSSA RABÊLO FERREIRA
Representante Legal

Publicado por:
Gildazio de Oliveira Vidal
Código Identificador:CF18B006

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 161007-2026 - K J DE M ANDRADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GALINHOS /RN
SETOR DE LICITAÇÃO
PC 3 PODERES, S/N, CENTRO ADMINISTRATIVO, GALINHOS/RN
CEP: 59596000 CNPJ: 08.110.991/0001-77
E-mail: comissaolicitacao@galinhos.rn.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 161007/2026

Processo nº 30155208/2026 – PMG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026 – PE – SRP

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de outubro de 2026, o Município de GALINHOS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.110.991/0001-77, com sede na Praça 3 Poderes, 171, Centro, GALINHOS/RN, CEP nº 59.596-000, neste ato representado por seu PREFEITO o senhor Hudson Matias Cavalcante, inscrita no CPF nº ***.360.***-13, neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa K J DE M ANDRADE LTDA, inscrito no CNPJ: 49.385.374/0001-61, nos termos da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal 032/2023 e demais normas aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 019/2026, RESOLVE registrar os preços para fornecimento de material e equipamentos para saúde , tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIARIO E MATERIAL DE INFORMÁTICA PARA SAÚDE DE GALINHOS/RN
EMPRESA: K J DE M ANDRADE LTDA
CNPJ: 49.385.374/0001-61

ENDEREÇO: RUA SEVERINO DOS RAMOS PAIVA, Nº 2770, SALA 07 – BAIRRO PLANALTO MARTINENSE, CEP 59800-000, MARTINS – RN REPRESENTANTE: KATIA JEANE DE MEDEIROS ANDRADE, CPF: 087.854.774-60
CONTATO: (84) 9-99810-0900 - Email: lculturallicitacoes@hotmail.com

Código	Produto	Modelo	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0027	COMPUTADOR (DESKTOP-BÁSICO): ESPECIFICAÇÕES: DESKTOP-BÁSICO; É UM COMPUTADOR DE MESA QUE NÃO REALIZA TAREFAS MUITO PESADAS. POSSUI CAPACIDADE PARA ASSISTIR VÍDEO, ABRIR ALGUNS PROGRAMAS, NAVEGAR NA INTERNET, CONFORME A QUANTIDADE DE MEMÓRIA; ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA: QUE ESTEJA EM LINHA DE PRODUÇÃO PELO FABRICANTE. COMPUTADOR DESKTOP COM PROCESSADOR NO MÍNIMO QUE POSSUA NO MÍNIMO 4 NÚCLEOS, 8 THEREADS E FREQUÊNCIA DE 3.0 GHZ; UNIDADE DE ARMAZENAMENTO SSD 240 GB INTERFACE PCIE NVME M.2, MEMÓRIA RAM DE 8 GB, EM 2 MÓDULOS IDÊNTICOS DE 4 GB CADA, DO TIPO SDRAM DDR4 2666MHZ MHZ OU SUPERIOR, OPERANDO EM MODALIDADE DUAL CHANNEL. A PLACA PRINCIPAL DEVE TER ARQUITETURA ATX, MICROATX, BTX OU MICROBTX, CONFORME PADRÕES ESTABELECIDOS E DIVULGADOS NO SÍTIO WWW.FORMFACTORS.ORG, ORGANISMO QUE DEFINE OS PADRÕES EXISTENTES. POSSUIR PELO MENOS 1 SLOT PCI-EXPRESS 2.0 X16 OU SUPERIOR. POSSUIR SISTEMA DE DETECÇÃO DE INTRUSÃO DE CHASSIS, COM ACIONADOR INSTALADO NO GABINETE. O ADAPTADOR DE VÍDEO INTEGRADO DEVERÁ SER NO MÍNIMO DE 1 GB DE MEMÓRIA. POSSUIR SUPORTE AO MICROSOFT DIRECTX 10.1 OU SUPERIOR. SUPORTAR MONITOR ESTENDIDO. POSSUIR NO MÍNIMO 2 SAÍDAS DE VÍDEO, SENDO PELO MENOS 1 DIGITAL DO TIPO HDMI, DISPLAY PORT OU DVI. UNIDADE COMBINADA DE GRAVAÇÃO DE DISCO ÓTICO CD, DVD ROM. TECLADO USB, ABNT2, 107 TECLAS COM FIO E MOUSE USB, 800 DPI, 2 BOTÕES, SCROLL COM FIO. MONITOR DE LED 19 POLEGADAS (WIDESCREEN 16:9) (1920 X 1080 A 60HZ), ENTRADAS DE VIDEO HDMI E DISPLAY PORT, ÂNGULOS DE VISÃO VERTICAL E HORIZONTAL MÍNIMO DE 178° . INTERFACES DE REDE 10/100/1000 E WIFI PADRÃO IEEE 802.11 B/G/N/AC. SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10 PRO (64 BITS). FONTE COMPATÍVEL E QUE SUPORTE TODA A CONFIGURAÇÃO EXIGIDA NO ITEM. GABINETE E PERIFÉRICOS DEVERÃO FUNCIONAR NA VERTICAL OU HORIZONTAL. TODOS OS EQUIPAMENTOS OFERTADOS (GABINETE, TECLADO, MOUSE E MONITOR) DEVEM POSSUIR GRADAÇÕES NEUTRAS DAS CORES BRANCA, PRETA OU CINZA, E MANTER O MESMO PADRÃO DE COR. (DESCRIÇÃO COMPLETA NO TR)	FÁCIL PC	1 UN	R$ 4.800,00	R$ 4.800,00
Total					R$ 4.800,00

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de Galinhos/RN a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.
Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VEDAÇÃO À UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1.Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao contratante, desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.
Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.
Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.
Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.
Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.
Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:
42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365
A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
1.não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1.advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e

2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.
CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.
CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA
1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N°019/2026 e a proposta da empresa registrada.
Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 032/2023, e demais normas aplicáveis.
Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.
Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Macau/RN, com exclusão de qualquer outro.

Galinhos/RN, 16 de outubro de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
Município de Galinhos/RN
C.N.P.J. Nº 08.110.991/0001-77
HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito

(Assinado Eletronicamente)
K J DE M Andrade LTDA
C.N.P.J. Nº 49.385.374/0001-61
KATIA JEANE DE MEDEIROS ANDRADE
Representante Legal

Publicado por:
Gildazio de Oliveira Vidal
Código Identificador:E1309AE2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 161008-2026 - STARMEDICAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GALINHOS /RN
SETOR DE LICITAÇÃO
PC 3 PODERES, S/N, CENTRO ADMINISTRATIVO, GALINHOS/RN
CEP: 59596000 CNPJ: 08.110.991/0001-77
E-mail: comissaolicitacao@galinhos.rn.gov.br
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 161008/2026
Processo nº 30155208/2026 – PMG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026 – PE – SRP
Aos 16 (dezesseis) dias do mês de outubro de 2026, o Município de GALINHOS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.110.991/0001-77, com sede na Praça 3 Poderes, 171, Centro, GALINHOS/RN, CEP nº 59.596-000, neste ato representado por seu PREFEITO o senhor Hudson Matias Cavalcante, inscrita no CPF nº ***.360.***-13, neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ 57.498.660/0001-61, nos termos da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal 032/2023 e demais normas aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 019/2026, RESOLVE registrar os preços para fornecimento de material e equipamentos para saúde , tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIARIO E MATERIAL DE INFORMÁTICA PARA SAÚDE DE GALINHOS/RN
EMPRESA: STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 57.498.660/0001-61
ENDEREÇO: AV HENRIQUE MANSANO, 1581 JD ALPES, CEP 86.079-450 LONDRINA- PR
REPRESENTANTE: CESAR RAFAEL CARREGA, CPF: 055.015.959-23
CONTATO: (43) 3339-1320 - Email: starmedical.licita@gmail.com

Código	Produto	Modelo	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0001	LANTERNA CLÍNICA: ESPECIFICAÇÕES: MINI- LANTERNA, LANTERNA DE BOLSO; DEFINIÇÃO E APLICAÇÃO: EQUIPAMENTO UTILIZADO PARA MELHORAR A VISIBILIDADE NOS EXAMES FÍSICOS, COMO AS AVALIAÇÕES DOS REFLEXOS PUPILARES, GARGANTA, OUVIDOS E NARINAS; TIPO: LED.	BIOLAND / LED	2 UND	R$ 18,49	R$ 36,98
0003	ESFIGMOMANÔMETRO INFANTIL: ESPECIFICAÇÕES: ESFIGMOMANÔMETRO PEDIÁTRICO; ESFIGMOMANÔMETRO PARA CRIANÇAS; ESFIGMOMANÔMETRO COM MANGUITO INFANTIL; APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL INFANTIL; ESFIGMOMANÔMETRO INFANTIL É UM EQUIPAMENTO MÉDICO UTILIZADO PARA A AFERIÇÃO DA PRESSÃO ARTERIAL EM CRIANÇAS, CARACTERIZADO PELO USO DE UM MANGUITO DE TAMANHO REDUZIDO, ADEQUADO À CIRCUNFERÊNCIA BRAQUIAL INFANTIL, GARANTINDO MEDIÇÕES PRECISAS E SEGURAS; TIPO: ANALÓGICO.	PREMIUM / INFANTIL	1 UN	R$ 57,67	R$ 57,67
0004	ESFIGMOMANÔMETRO ADULTO: ESPECIFICAÇÕES: ESFIGMOMANÔMETRO PADRÃO ADULTO; ESFIGMOMANÔMETRO COM MANGUITO ADULTO; APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL ADULTO; ESFIGMOMANÔMETRO COM MANGUITO ADULTO PADRÃO; ESFIGMOMANÔMETRO ADULTO É UM EQUIPAMENTO MÉDICO UTILIZADO PARA A AFERIÇÃO DA PRESSÃO ARTERIAL EM PACIENTES ADULTOS, COMPOSTO POR UM MANGUITO DE TAMANHO PADRÃO, ADEQUADO À CIRCUNFERÊNCIA BRAQUIAL DA MAIORIA DOS ADULTOS, GARANTINDO MEDIÇÕES CONFIÁVEIS E PRECISAS; TIPO/MATERIAL DE CONFECÇÃO DA BRAÇADEIRA: ANALÓGICO/NYLON OU TECIDO DE ALGODÃO.	PREMIUM / ADULTO	1 UND	R$ 61,77	R$ 61,77
0010	CARDIOVERSOR: ESPECIFICAÇÕES: DESFIBRILADOR COM CARDIOVERSÃO SINCRONIZADA; EQUIPAMENTO MÉDICO ASSISTENCIAL UTILIZADO PARA RESTABELECER O RITMO CARDÍACO, POR MEIO DA APLICAÇÃO DE UM CHOQUE ELÉTRICO NO CORAÇÃO; COMANDO NAS PÁS: CARGA E DISPAROMEMÓRIA DE ECG: POSSUIMARCAPASSO | MÓDULO DEA | OXIMETRIA: NÃO POSSUI | POSSUI | NÃO POSSUI IMPRESSORA: POSSUIBATERIA: POSSUIPÁS INTERNAS: NÃO POSSUI	CMOS DRAKE / VIVO GOLD	1 UND	R$ 14.545,30	R$ 14.545,30
0011	REANIMADOR PULMONAR MANUAL PEDIÁTRICO (AMBU): ESPECIFICAÇÕES: RESSUSCITADOR MANUAL PEDIÁTRICO; BOLSA-VÁLVULA-MÁSCARA PEDIÁTRICA; AMBU PEDIÁTRICO; DISPOSITIVO MANUAL DESTINADO À VENTILAÇÃO PULMONAR POR COMPRESSÃO DE BOLSA AUTOEXPANSÍVEL CONECTADA A SISTEMA DE VÁLVULAS, DIMENSIONADO PARA USO PEDIÁTRICO; RESERVATÓRIO | MATERIAL DE CONFECÇÃO | APLICAÇÃO | VÁLVULA UNIDIRECIONAL: POSSUI | SILICONE | INFANTIL | POSSUI.	LUKE MEDICAL / INFANTIL	2 UND	R$ 199,47	R$ 398,94
0014	BOMBA DE INFUSÃO: ESPECIFICAÇÕES: BOMBA INFUSORA; BOMBA DE INFUSÃO INTRAVENOSA; EQUIPAMENTO MÉDICO- HOSPITALAR, UTILIZADO PARA INFUNDIR LÍQUIDOS TAIS COMO DROGAS OU NUTRIENTES, COM CONTROLE DE FLUXO E VOLUME NAS VIAS VENOSA.INDICADO PARA ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS INTRAVENOSOS, INFUSÃO DE SOLUÇÕES, NUTRIÇÃO PARENTERAL E HEMODERIVADOS E TERAPIAS CONTÍNUAS OU INTERMITENTES TERAPIAS CONTÍNUAS OU INTERMITENTES; BOMBA DE INFUSÃO VOLUMÉTRICA PARA TERAPIAS INTRAVENOSAS, INTRA-ARTERIAIS, SUBCUTÂNEAS, EPIDURAIS, PARENTERAIS E ENTERAIS, APRESENTANDO MODOS DE INFUSÃO COM TAXA DE ADMINISTRAÇÃO 0,1 ML/H A 1.200 ML/H, VOLUME (VTBI) DE 0,1 ML A 9.999 ML, PRECISÃO DE +/-5 POR CENTO OU +/-10 POR CENTO. TAXA DE KVO 1 A 10ML/H, TAXA BOLUS ATÉ 1500ML/H, ALIMENTAÇÃO BIVOLT COM BATERIA RECARREGÁVEL INTERNA MAIOR QUE 5 HORAS DE AUTONOMIA.	CONTEC / SP 750	1 UN	R$ 1.996,21	R$ 1.996,21
0017	DETECTOR FETAL: ESPECIFICAÇÕES: DETECTOR DE BATIMENTOS CARDÍACOS FETAIS, DETECTOR FETAL, SONAR; EQUIPAMENTO DE USO OBSTÉTRICO, NÃO INVASIVO, PARA AVALIAÇÃO POR MEIO DE AUSCULTAÇÃO DE DADOS FETAIS; TIPO | TECNOLOGIA | DISPLAY | FAIXA DE MEDIÇÃO | ALIMENTAÇÃO | GRAU DE PROTEÇÃO: PORTÁTIL | DIGITAL | LCD COLORIDO MÍNIMO DE 2.4 | 30 A 240BPM | BATERIA INTEGRADA | SONDA IPX7.	MEDMAX / PORTATIL	1 UND	R$ 313,72	R$ 313,72
0019	REANIMADOR PULMONAR MANUAL ADULTO (AMBU): ESPECIFICAÇÕES: RESSUSCITADOR MANUAL; BOLSA-VÁLVULA-MÁSCARA; AMBU ADULTO; DISPOSITIVO MANUAL DESTINADO À VENTILAÇÃO PULMONAR POR COMPRESSÃO DE BOLSA AUTOEXPANSÍVEL CONECTADA A SISTEMA DE VÁLVULAS; MATERIAL DE CONFECÇÃO | VÁLVULA PEEP | VÁLVULA UNIDIRECIONAL | RESERVATÓRIO: SILICONE | POSSUI | POSSUI | POSSUI.	LUKE MEDICAL / ADULTO	2 UND	R$ 196,99	R$ 393,98
0022	FOCO REFLETOR AMBULATORIAL: ESPECIFICAÇÕES: REFLETOR PARABÓLICO DE LUZ FRIA, FOCO AUXILIAR, FONTE DE LUZ PARABÓLICA; EQUIPAMENTO DE ILUMINAÇÃO MÉDICO-ASSISTENCIAL UTILIZADO PARA ILUMINAR DE FORMA DIRECIONADA E ADEQUADA O CAMPO DE EXAME OU PROCEDIMENTO EM ATENDIMENTOS AMBULATORIAIS E CLÍNICOS. ELE É PROJETADO PARA OFERECER LUZ CLARA, UNIFORME E AJUSTÁVEL, AUXILIANDO O PROFISSIONAL DE SAÚDE NA VISUALIZAÇÃO PRECISA DA ÁREA A SER EXAMINADA OU TRATADA; ILUMINAÇÃO: LED- HASTE: FLEXÍVEL	LIFENOX / LED	1 UN	R$ 297,98	R$ 297,98
					R$ 18.102,55

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de Galinhos/RN a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.
Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VEDAÇÃO À UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1.Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao contratante, desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

42 EM=I x N x VP

Onde: EM= Encargos Moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;

TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365

A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1.não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;

4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

8. fraudar a licitação

9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

2.1.advertência;

2.2. multa;

2.3. impedimento de licitar e contratar e

2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida.

b) as peculiaridades do caso concreto.

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N°019/2026 e a proposta da empresa registrada.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 032/2023, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Macau/RN, com exclusão de qualquer outro.

Galinhos/RN, 16 de outubro de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
Município De Galinhos/RN
C.N.P.J. Nº 08.110.991/0001-77
HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito

(Assinado Eletronicamente)
Starmedical Importacao E Exportacao De Produtos Hospitalares LTDA
C.N.P.J. Nº 57.498.660/0001-61
CESAR RAFAEL CARREGA
Representante Legal

Publicado por:
Gildazio de Oliveira Vidal
Código Identificador:0F0410D4

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 161009-2026 - GMC DISTRIBUIDORA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GALINHOS /RN
SETOR DE LICITAÇÃO
PC 3 PODERES, S/N, CENTRO ADMINISTRATIVO, GALINHOS/RN
CEP: 59596000 CNPJ: 08.110.991/0001-77
E-mail: comissaolicitacao@galinhos.rn.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 161009/2026
Processo nº 30155208/2026 – PMG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026 – PE – SRP

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de outubro de 2026, o Município de GALINHOS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.110.991/0001-77, com sede na Praça 3 Poderes, 171, Centro, GALINHOS/RN, CEP nº 59.596-000, neste ato representado por seu PREFEITO o senhor Hudson Matias Cavalcante, inscrita no CPF nº ***.360.***-13, neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) GMC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ 01.545.179/0001-25, nos termos da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal 032/2023 e demais normas aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 019/2026, RESOLVE registrar os preços para fornecimento de material e equipamentos para saúde , tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIARIO E MATERIAL DE INFORMÁTICA PARA SAÚDE DE GALINHOS/RN
EMPRESA: GMC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 01.545.179/0001-25
ENDEREÇO: RUA: OLÍVIA MENELAU, 103, BAIRRO: IMBIRIBEIRA, RECIFE-PE
REPRESENTANTE: Jorge Luiz Ulisses de Miranda Soares Filho, CPF: 048.056.454-07
CONTATO: (81) 98565-9796 - Email: licitacao@gmchospitalar.com

Código	Produto	Modelo	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0007	CADEIRA DE RODAS PEDIÁTRICA: ESPECIFICAÇÕES: CADEIRA DE RODAS PARA CRIANÇAS, CADEIRA DE TRANSPORTE; EQUIPAMENTO UTILIZADO NO TRANSPORTE DE PESSOAS FRAGILIZADAS OU IMPOSSIBILITADA DE ANDAR; MATERIAL DE CONFECÇÃO | APOIO PARA BRAÇOS | APOIO PARA PÉS/ELEVAÇÃO DE PERNAS: AÇO OU FERRO PINTADO | ESCAMOTEÁVEL | REMOVIVEL | COM ELEVAÇÃO.	CDS	1 UN	R$ 799,99	R$ 799,99
0009	POLTRONA HOSPITALAR: ESPECIFICAÇÕES: POLTRONA PARA REPOUSO, POLTRONA RECLINÁVEL PARA USO HOSPITALAR; MOBILIÁRIO COM ASSENTO INDIVIDUAL UTILIZADO EM UNIDADE DE SAÚDE PARA CONFORTO E APOIO; MAT. DE CONFECÇÃO | ASSENTO E ENCOSTO | CAPACIDADE | RECLINAÇÃO:AÇO OU FERRO PINTADO | ESTOFADO COURVIN | ATÉ 150 KG | ACIONAMENTO MANUAL.	SALUTEM	2 UND	R$ 1.399,69	R$ 2.799,38
					R$ 3.599,37

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de Galinhos/RN a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VEDAÇÃO À UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1.Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao contratante, desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO
Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.
Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.
Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.
Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.
Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.
Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:
42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365
A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
1.não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1.advertência;

2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.
CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA
1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N°019/2026 e a proposta da empresa registrada.
Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 032/2023, e demais normas aplicáveis.
Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.
Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Macau/RN, com exclusão de qualquer outro.

Galinhos/RN, 16 de outubro de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
Município de Galinhos/RN
C.N.P.J. Nº 08.110.991/0001-77
HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito

(Assinado Eletronicamente)
GMC Distribuidora Hospitalar LTDA
C.N.P.J. Nº 01.545.179/0001-25
JORGE LUIZ ULISSES DE MIRANDA SOARES FILHO
Representante Legal

Publicado por:
Gildazio de Oliveira Vidal
Código Identificador:C7BFFC42

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 161010-2026 - LC COMERCIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GALINHOS /RN
SETOR DE LICITAÇÃO
PC 3 PODERES, S/N, CENTRO ADMINISTRATIVO, GALINHOS/RN
CEP: 59596000 CNPJ: 08.110.991/0001-77
E-mail: comissaolicitacao@galinhos.rn.gov.br
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 161010/2026
Processo nº 30155208/2026 – PMG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026 – PE – SRP
Aos 16 (dezesseis) dias do mês de outubro de 2026, o Município de GALINHOS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.110.991/0001-77, com sede na Praça 3 Poderes, 171, Centro, GALINHOS/RN, CEP nº 59.596-000, neste ato representado por seu PREFEITO o senhor Hudson Matias Cavalcante, inscrita no CPF nº ***.360.***-13, neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) LC – COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ 59.890.563/0001-45, nos termos da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal 032/2023 e demais normas aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 019/2026, RESOLVE registrar os preços para fornecimento de material e equipamentos para saúde , tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIARIO E MATERIAL DE INFORMÁTICA PARA SAÚDE DE GALINHOS/RN
EMPRESA: LC – COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 59.890.563/0001-45
ENDEREÇO: Av. Vereadora Maria Joana Tonczak, 47 – Cambé/PR – CEP 86191-806
REPRESENTANTE: RODRIGO MARIA CLARO, CPF: 074.695.489-12
CONTATO: (43) 3311-5119 - Email: adm.lcmed1@gmail.com

Código	Produto	Modelo	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0013	MONITOR MULTIPARÂMETROS: ESPECIFICAÇÕES: MONITOR MULTIPARAMÉTRICO, MONITOR DE SINAIS VITAIS, MONITOR PARÂMETROS BÁSICOS; MONITOR MULTIPARÂMETROS PARA USO NA MONITORAÇÃO DE ELETROCARDIOGRAMA (ECG), RESPIRAÇÃO, TEMPERATURA, PRESSÃO NÃO-INVASIVA (PNI) E OXIMETRIA (SPO2), PARA USO EM PACIENTES ADULTO/PEDIÁTRICO E NEONATAL; EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR AS SEGUINTES CARACTERÍSTICASCOM E RECURSOS:PARÂMETROS DE MONITORIZAÇÃO (MÓDULOS), :ECG (ELETROCARDIOGRAMA): MONITORAÇÃO DE 3 OU 5 DERIVAÇÕES (I, II, III, AVR, AVL, AVF, V), DETECÇÃO DE ARRITMIAS, ANÁLISE DO SEGMENTO ST E DETECÇÃO DE MARCAPASSO.;SPO2 (OXIMETRIA DE PULSO): FAIXA DE MEDIÇÃO DE 0 A 100%, COM EXIBIÇÃO DA CURVA PLESTIMOGRÁFICA. OPÇÃO DE OXIMETRIA DE ALTA SENSIBILIDADE (EX: NELLCOR/MASIMO);.PNI (PRESSÃO NÃO INVASIVA): MODOS MANUAL, AUTOMÁTICO (INTERVALOS CONFIGURÁVEIS) E SEQUENCIAL.;RESP (RESPIRAÇÃO): MÉTODO DE IMPEDÂNCIA TORÁCICA, COM AJUSTE DE GANHO E ALARME DE APNEIA;.TEMP (TEMPERATURA): DOIS CANAIS DE TEMPERATURA (ESOFÁGICA/RETAL/CUTÂNEA).TELA E INTERFACES: DISPLAY COLORIDO (TFT LCD), TAMANHO MÍNIMO DE 12 POLEGADAS, TOUCHSCREEN, COM ALTA RESOLUÇÃO (MÍNIMO 1024X768).;INTERFACE: NAVEGAÇÃO INTUITIVA, CAPACIDADE DE EXIBIR PELO MENOS 7 FORMAS DE ONDA SIMULTÂNEAS;.ALARMES: SISTEMA DE ALARMES VISUAIS E SONOROS INTELIGENTES, COM NÍVEIS DE PRIORIDADE CONFIGURÁVEIS (ALTO, MÉDIO, BAIXO).; OPERAÇÃO: TECLAS DE ATALHO PARA FUNÇÕES RÁPIDAS E BOTÃO ROTATIVO OU TOUCH SCREEN. .RECURSOS DE DADOS E CONECTIVIDADE:TENDÊNCIAS: ARMAZENAMENTO DE DADOS HISTÓRICOS (TENDÊNCIAS GRÁFICAS E TABULARES) POR NO MÍNIMO 72 HORAS.;INTERFACE: SAÍDA PARA SISTEMA DE CENTRAL DE MONITORIZAÇÃO (VIA CABO DE REDE RJ45 OU WI-FI) E INTEGRAÇÃO VIA PROTOCOLO HL7 PARA PRONTUÁRIOS ELETRÔNICOS;.BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL DE ÍON-LÍTIO COM AUTONOMIA MÍNIMA DE 2 A 4 HORAS PARA TRANSPORTE INTERNO. .REQUISITOS GSRAIS.MODOS DE PACIENTE: CONFIGURAÇÕES ESPECÍFICAS PARA ADULTO, PEDIÁTRICO E NEONATAL.;SEGURANÇA ELÉTRICA: (DESCRIÇÃO COMPLETA NO TR)	GENERAL MEDITECH / G3D	1 UND	R$ 4.000,00	R$ 4.000,00
					R$ 4.000,00

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de Galinhos/RN a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.
Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.
CLÁUSULA TERCEIRA - DA VEDAÇÃO À UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1.Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao contratante, desde que devidamente comprovada à vantagem.
CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO
Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.
Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.
Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.
Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.
Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:
42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365
A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
1.não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1.advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.
CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.
CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA
1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N°019/2026 e a proposta da empresa registrada.
Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 032/2023, e demais normas aplicáveis.
Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.
Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Macau/RN, com exclusão de qualquer outro.

Galinhos/RN, 16 de outubro de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
Município De Galinhos/RN
C.N.P.J. Nº 08.110.991/0001-77
HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito

(Assinado Eletronicamente)
LC – Comércio De Equipamentos Médico Hospitalar LTDA
C.N.P.J. Nº 59.890.563/0001-45
RODRIGO MARIA CLARO
Representante Legal

Publicado por:
Gildazio de Oliveira Vidal
Código Identificador:1A166FCE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 161011-2026 - MEDICAL IMPORTS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GALINHOS /RN
SETOR DE LICITAÇÃO
PC 3 PODERES, S/N, CENTRO ADMINISTRATIVO, GALINHOS/RN
CEP: 59596000 CNPJ: 08.110.991/0001-77
E-mail: comissaolicitacao@galinhos.rn.gov.br
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 161011/2026
Processo nº 30155208/2026 – PMG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026 – PE – SRP
Aos 16 (dezesseis) dias do mês de outubro de 2026, o Município de GALINHOS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.110.991/0001-77, com sede na Praça 3 Poderes, 171, Centro, GALINHOS/RN, CEP nº 59.596-000, neste ato representado por seu PREFEITO o senhor Hudson Matias Cavalcante, inscrita no CPF nº ***.360.***-13, neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) MEDICAL IMPORT LTDA-EPP, inscrita no CNPJ 67.680.402/0001-55, nos termos da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal 032/2023 e demais normas aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 019/2026, RESOLVE registrar os preços para fornecimento de material e equipamentos para saúde , tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIARIO E MATERIAL DE INFORMÁTICA PARA SAÚDE DE GALINHOS/RN
EMPRESA: MEDICAL IMPORT LTDA-EPP
CNPJ: 67.680.402/0001-55
ENDEREÇO: RUA RIO GRANDE DO SUL, 431 – IVAIPORÃ/PR – CEP 86.870-000
REPRESENTANTE: CARMOLUCIA GOMES JARDIM CARVALHO, CPF: 307.005.159-68
CONTATO: (43) 99612-8615 - Email: medicalimportbr@hotmail.com

Código	Produto	Modelo	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0012	DESFIBRILADOR CONVENCIONAL: ESPECIFICAÇÕES: DESFIBRILADOR; É UM EQUIPAMENTO MÉDICO DE SUPORTE AVANÇADO DE VIDA, UTILIZADO PARA REVERTER ARRITMIAS GRAVES, APLICANDO UMA CARGA, NÃO SINCRONIZADA, BUSCANDO O RESTABELECIMANTO DO RITMO CARDÍACO; EQUIPAMENTO COM ESCALA DE ENERGIA MONOFÁSICA (ATÉ 360 JOULES) OU BIFÁSICA (1 A 200 JOULES). TEMO DE CARGA: MENOR QUE 7 SEGUNDOS PARA ATINGIR A CARGA MÁXIMA. DEVE POSSUIR: MONITORIZAÇÃO DE ECG, PÁS DE CHOQUE, MODO SINCRONIZADO E MARCAPASSOU EXTERNO NÃO INVASIVO. TELA/DISPLAY: LCD OU TFT COLORIDA DE ALTA RESOLUÇÃO (MÍNIMO 7 POLEGADAS); ALIMENTAÇÃO: BIVOLT AUTOMÁTICO (100- 240V) E BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL; AUTONOMIA DA BATERIA: MÍNIMO DE 2 A 3 HORAS DE MONITORAÇÃO OU >50 CHOQUES NA CARGA MÁXIMA; ARMAZENAMENTO DE DADOS: MEMÓRIA INTERNA PARA EVENTOS, CURVAS DE ECG E ALARMES; IMPRESSORA TÉRMICA: INTEGRADA, PARA REGISTRO DE TIRAS DE RITMO E RELATÓRIOS DE EVENTOS. POSSUIR REQUISITOS DE SEGURANÇA E NORMAS: PROTEÇÃO CONTRA DESFIBRILAÇÃO, ALARMES VISUAL E SONOROS E CERTIFICAÇÃO NA ANVISA E CONFORMIDADE COM NORMAS NBR IEC 60601-2-4 (ESPECÍFICA PARA	I5	1 UN	R$ 7.148,89	R$ 7.148,89

	DESFIBRILADORES);				
0015	LARINGOSCÓPIO INFANTIL: ESPECIFICAÇÕES: LARINGOSCÓPIO, LARINGOSCÓPIO DE INTUBAÇÃO; EQUIPAMENTO MÉDICO COMPOSTO POR CABO E LÂMINAS PARA USO INFANTIL UTILIZADO PARA VISUALIZAR A LARINGE E ESTRUTURAS DA VIA AÉREA SUPERIOR E PERMITIR PROCEDIMENTOS, COMO EM ANESTESIOLOGIA, CUIDADOS INTENSIVOS, DE EMERGÊNCIA; TIPO | ILUMINAÇÃO | Nº LÂMINAS:FIBRA OPTICA INTEGRADA | LED | 03 LÂMINAS AÇO INOXIDÁVEL.	INFANTIL	1 UND	R$ 449,99	R$ 449,99
0018	DEA - DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO: ESPECIFICAÇÕES: DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO; É UM EQUIPAMENTO ELETRÔNICO COMPUTADORIZADO QUE ANALISA O RITMO CARDÍACO, IDENTIFICA ARRITMIAS PASSÍVEIS DE CHOQUE E ADMINISTRA A DESCARGA ELÉTRICA AUTOMATICAMENTE OU APÓS O COMANDO DO OPERADOR. ELE É PROJETADO PARA SER UTILIZADO POR LEIGOS, COM COMANDOS DE VOZ E VISUAIS. EQUIPAMENTO QUE AFERE OS BATIMENTOS CARDÍACOS DO SER HUMANO E APLICA A CARGA, SE NECESSÁRIO, ATRAVÉS DO MODO DE DESFIBRILAÇÃO EXTERNA AUTOMÁTICA; EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR TECNOLOGIA DE CHOQUE: FORMA DE ONDE BIFÁSICA EXPONENCIAL TRUNCADA; PROTOCOLO DE ENERGIA ESCALONADO OU FICO CONFORME DIRETRIZES DA AMERICAN HEART ASSOCIATION (AHA); TEMPO DE CARGA INFERIOR A 10 SEGUNDOS PARA PRONTIDÃO DE CHOQUE.INTELIGÊNCIA DE ANÁLISE: ALGORÍTIMO DE DETECÇÃO QUE ANALISA O COMPLEXO QRS E OUTROS PARÂMETROS DO ECG E SENSIBILIDADE RIGOROSAMENTE CALIBRADO PARA NÃO DAR CHOQUE EM RITMOS ORGANIZADOS OU ASSISTOLIA. COMANDO DE VOZ EM PORTUGUÊS E INDICADORES LUMINOSOS (LED`S). PAS ADESIVAS E DESCARTÁVEIS (ADULTO E PEDIÁTRICO). GRAU DE PROTEÇÃO IP55 OU SUPERIOR. BATERIA DE LONGA DURAÇÃO, NÃO RECARREGÁVEL, COM VIDA ÚTIL EM STANDBY DE NO MÍNIMO 2 ANOS. MÍNIMO DE 100 A 200 CHOQUES OU 10HS DE MONITORIZAÇÃO CONTÍNUA. O EQUIPAMENTO REALIZA TESTES DIÁRIOS, SEMANAIS E MENSAIS NOS CIRCUITOS INTERNOS, BATERIA E PRESENÇA DAS PÁS, INDICANDO O STATUS POR UM LED VERDE/VERMELHO.	I3	1 UND	R$ 4.629,99	R$ 4.629,99
0020	CARRO DE EMERGÊNCIA: ESPECIFICAÇÕES: CARRINHO DE PARADA; CARRO DE REANIMAÇÃO; CARRO DE URGÊNCIA; MOBILIÁRIO MÓVEL DESTINADO AO ACONDICIONAMENTO ORGANIZADO DE MEDICAMENTOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIAS; GAVETAS | SUPORTES PARA CILINDRO SORO E DESFIBRILADOR | TÁBUA DE MASSAGEM | RÉGUA DE TOMADAS: 4 A 6 | POSSUI | POSSUI | POSSUI.	RNC7000C	1 UND	R$ 3.199,95	R$ 3.199,95
0021	LARINGOSCÓPIO ADULTO: ESPECIFICAÇÕES: LARINGOSCÓPIO, LARINGOSCÓPIO DE INTUBAÇÃO; EQUIPAMENTO MÉDICO COMPOSTO POR CABO E LÂMINAS PARA USO ADULTO, UTILIZADO PARA VISUALIZAR A LARINGE E ESTRUTURAS DA VIA AÉREA SUPERIOR E PERMITIR PROCEDIMENTOS, COMO EM ANESTESIOLOGIA, CUIDADOS INTENSIVOS, DE EMERGÊNCIA; TIPO | ILUMINAÇÃO | Nº LÂMINAS:FIBRA ÓPTICA INTEGRADA | LED | 03 LÂMINAS AÇO INOXIDÁVEL.	ADULTO	1 UN	R$ 449,00	R$ 449,00
					R$ 15.877,82

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de Galinhos/RN a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.
Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VEDAÇÃO À UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1.Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao contratante, desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.
Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.
Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.
Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.
Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.
Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:
42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365
A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
1.não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

2.1.advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades
e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N°019/2026 e a proposta da empresa registrada.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 032/2023, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Macau/RN, com exclusão de qualquer outro.

Galinhos/RN, 16 de outubro de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
Município De Galinhos/RN
C.N.P.J. Nº 08.110.991/0001-77
HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito

(Assinado Eletronicamente)
Medical Import LTDA-EPP
C.N.P.J. Nº 67.680.402/0001-55
CARMOLUCIA GOMES JARDIM CARVALHO
Representante Legal

Publicado por:
Gildazio de Oliveira Vidal
Código Identificador:2E3C5635

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAÍRA

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000018/2026 - PMJ/RN

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 019/2026 – PMJ/RN

O **MUNICÍPIO JANDAÍRA/RN**, com sede na Av. Aristófanes Fernandes, nº. 242, Centro, Jandaíra/RN, CEP: 59.594-000, inscrito no CNPJ/MF nº. 08.309.239/0001-50, neste ato representado(a) pelo Prefeito Municipal, **Sr. REGINALDO VITORINO DA SILVA**, inscrito no CPF/MF nº. 812.093.714-72, considerando o julgamento da Contratação Direta, por meio de Dispensa de Licitação, no **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2112/2026 – PMJ/RN (PCRA Nº. 1909/2026 – PMJ/RN)**, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta **ATA**, atendendo as condições previstas no Aviso de Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº. 14.133/2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS DESTINADOS À DISTRIBUIÇÃO GRATUITA EM EVENTOS COMEMORATIVOS**, especificado no GRUPO ÚNICO, itens 1 ao 18 do Termo de Referência, anexo a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000018/2026 – PMJ/RN**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades, fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: DESK CLEAR CÓMERCIO
CNPJ/MF nº.: 49.695.571/0001-87
Endereço: Rua Francisco Gomes, nº. 11, Parque do Jiqui, Parnamirim/RN
Representante Legal: Joadna Adria Soares Pinheiro
CPF/MF nº.: 070.743.514-58
Contato: (84) 9 9842-0615
E-mail: deskclearcomercio@gmail.com

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Jogo de Dama com tabuleiro em MDF de aproximadamente 26cm, com peças plásticas.	Picapau	Unidade	200	R$ 12,00	R$ 2.400,00
2	Carro de Plástico de brinquedo, medindo aproximadamente 18cm.	Matrix	Unidade	200	R$ 8,00	R$ 1.600,00
3	Mini Boneca 15cm Cabeça de Vinil com Roupinhas de Bichinhos — Bonecas Macia Ideal para Crianças, Roupinhas temáticas de bichinho super fofas e variadas. Cabeça de vinil macio com toque realista.	Milk	Unidade	300	R$ 8,00	R$ 2.400,00
4	Caminhão de fricção plástico, pacote com 2 und, medindo aproximadamente 18x16,5 cm.	Matrix	Unidade	200	R$ 12,00	R$ 2.400,00
5	Kit pescaria com 7 peças, medindo aproximadamente 18x52cm.	Kendy	Unidade	200	R$ 10,00	R$ 2.000,00
6	Brinquedo lança bolhas, contendo 3 tubos, medindo aproximadamente 14x21cm.	Tok	Unidade	300	R$ 10,00	R$ 3.000,00
7	Jogo de Argola divertido, contendo 8 peças Plástica, medindo aproximadamente 21cm.	Kendy	Unidade	200	R$ 12,00	R$ 2.400,00
8	Kit Médico, contendo 5 peças Plástica, medindo aproximadamente 25cm.	Kendy	Unidade	300	R$ 12,00	R$ 3.600,00
9	Brinquedo Lousa Mágica medindo aproximadamente 14x20cm.	Tok	Unidade	200	R$ 9,00	R$ 1.800,00
10	Mini Game Portátil retro, com diversos jogos infantis e educativos, funcionando a pilhas AA de 1,5V.	Brink Game	Unidade	200	R$ 17,00	R$ 3.400,00
11	Jogo de Dardos Infantil com Alvo e 4 Setas de Brinquedo Educativo e Seguro.	Kendy	Unidade	200	R$ 12,00	R$ 2.400,00
12	Kit Cozinha de Brinquedo, com panelinhas, pratinhos, talheres e utensílios inclusos.	Tok	Unidade	300	R$ 10,00	R$ 3.000,00
13	Kit Quarto de Brinquedo, com Caminha, Gaveteiros de cabeceira, Penteadeira, Armário e Mesa de computador.	Kendy	Unidade	200	R$ 10,00	R$ 2.000,00
14	Miçangas pra fazer pulseiras infantil bijuteria com 50 peças.	Tok	Unidade	300	R$ 8,00	R$ 2.400,00
15	Bicicleta Aro 24, Especificações: Aros fabricados em alumínio. Sistema de freio traseiro V-brakes. Pedais produzidos em material plástico. Quadro construído em aço estrutural para usuários com até 80kg de peso total.	Ultra Bike	Unidade	5	R$ 540,00	R$ 2.700,00
16	Jogo De Cartas Uno 2 A 10 Jogadores Família 110 Cartas, Combinando cores, números e cartas de ação.	Uno	Unidade	250	R$ 15,00	R$ 3.750,00
17	Bolas Tipo de costura à máquina: bola de futebol infantil cores sortidas. Superfície de jogo: campo. Estampada e colorida. A câmara da bola está composta por borracha. Tamanho da bola: 5.	Shape Imports	Unidade	300	R$ 14,00	R$ 4.200,00

18	Jogo de Dominó com 28 Peças, Caixa Organizadora, Bolinhas Coloridas, Brinquedo Educativo para Crianças.	Plaspolo	Unidade	145	R$ 9,00	R$ 1.305,00
VALOR TOTAL DO GRUPO:						**R$ 46.755,00**

CLÁUSULA TERCEIRA - ÓRGÃO(S) GERENCIADOR

3.1. O órgão gerenciador será o Município de Jandaíra/RN.

CLÁUSULA QUARTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

CLÁUSULA QUINTA – DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO

5.1. A vigência da futura ARP - Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado da data da assinatura da ARP, e poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, nos termos fixados no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº. 14.133/2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº. 14.133/2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário.

5.5. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.7. Após a homologação da licitação o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Aviso de Contratação Direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº. 14.133/2021.

5.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.8. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços, podendo ser assinada manualmente, mediante justificativa apresentada pela empresa registrada e aceita pelo Município.

5.10. A Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Aviso de Contratação Direta, poderá:

5.10.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.10.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEXTA - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº. 14.133/2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº. 14.133/2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.3. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº. 14.133/2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº. 14.133/2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.4. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no Item 7.2. e no Item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.5. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº. 14.133/2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no Item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.3.1. Por razão de interesse público;

8.3.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.3.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Aviso de Contratação Direta.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Aviso de Contratação Direta. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

DATA DA ASSINATURA: 16 de outubro de 2026

Jandaíra/RN, 16 de outubro de 2026.

Município De Jandaíra/RN
CNPJ/MF nº. 08.309.239/0001-50
REGINALDO VITORINO DA SILVA
CPF/MF nº. 812.093.714-72
Prefeito Municipal

Desk Clear Cómercio
CNPJ/MF nº. 49.695.571/0001-87
JOADNA ADRIA SOARES PINHEIRO
CPF/MF nº. 070.743.514-58
Empresa Registrada

Publicado por:
Marina Nayara Silva Dos Santos
Código Identificador:9168458F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 023/2026-SMAS(REPUBLICADA POR INCORREÇÃO)

Dispõe sobre a relação de desligamento dos beneficiários do PROFITE (Programa de Fomento e Incentivo ao Trabalho e Educação) do município de Jardim de Angicos/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS/RN, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica deste Município;
RESOLVE:
Art. 1º - **DESLIGAR** os beneficiários participantes do Programa de Fomento e Incentivo ao Trabalho e Educação - PROFITE, conforme relação anexa.
Art. 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de outubro de 2026.
Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Jardim de Angicos/RN, 16 de outubro de 2026.

ELAIDE CRISTINA CÂMARA DOS SANTOS
Secretaria Municipal de Assistência Social

CARLOS ANDRÉ CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

ANEXO

ANA CARLA COSTA DA SILVA	876.XXX.XXX-04
ELIEL ANDRÉ DA SILVA	081.XXX.XXX-12
FERNANDA MAYARA DOS SANTOS SILVA	134.XXX.XXX-29
FRANCISCO GEOVANI DE SOUZA CAETANO	017.XXX.XXX-07
FRANCISCO WILTON FARIAS BENEDITO	125.XXX.XXX-06
LAYLDO CAETANO DA SILVA	713.XXX.XXX-27
MAGNOLIA DA SILVA MORAIS	100.XXX.XXX-98
RONILDO TEIXEIRA DA SILVA	062.XXX.XXX-42
ARTHUR FELIPE OLIVEIRA DA SILVA	164.XXX.XXX-83
FRANCISCO SOARES GOMES JUNIOR	032.XXX.XXX-67
JACIR ANDRE DE AGUIAR	066.XXX.XXX-08
JOÃO WANDERLEI DANTAS	761.XXX.XXX-34
MARIA ARIELY TARGINO LIMA	061.XXX.XXX-05
MARIA HELENA RAMOS DA SILVA	072.XXX.XXX-99
MARIJARA TARGINO	083.XXX.XXX-12
NERIALBA ANANIAS DO NASCIMENTO BEZERRA	066.XXX.XXX-10
TAMIRYS SUENIA BEZERRA	719.XXX.XXX-88

JOSIMAR FELIX DE SOUZA	108.XXX.XXX-78
RAI MONTEIRO DA SILVA	173.XXX.XXX-06
FRANCISCO EDNALDO FELIX	059.XXX.XXX-05
LAILSON CAETANO DA SILVA	018.XXX.XXX-09
VICTOR HUGO DA SILVA	719.XXX.XXX-54
DENIZIA ADRIANA SOUZA DE ANDRADE	059.XXX.XXX-44
MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA ALMEIDA	102.XXX.XXX-88
ADAILSON TEIXEIRA SILVA DE FRANÇA	022.XXX.XXX-00
ALEX FERREIRA ALVES DA SILVA	137.XXX.XXX-70
ANA CATARINA GOMES	087.XXX.XXX-30
ANAILSON DE MOURA BARBOSA	008.XXX.XXX-03
ANDRIELLE CAROLINE BEZERRA DA SILVA	124.XXX.XXX-88
BARBARA TULYANE LIMA RIBEIRO DA SILVA	089.XXX.XXX-51
BRUNO MARCIO DE MORAIS	017.XXX.XXX-81
DENILSON PAULINO DOS SANTOS	091.XXX.XXX-07
EDVAN TEIXEIRA BARACHO	107.XXX.XXX-78
FRANCISCA IRROSILDA MELO	059.XXX.XXX-50
FRANCISCO CÉLIO NUNES BARBOSA	011.XXX.XXX-60
FRANCISCO EDSON DA SILVA BEZERRA	098.XXX.XXX-13
FRANCISCO LUCINALDO FAUSTINO SIQUEIRA	144.XXX.XXX-02
GEOVANA CÂMARA DA SILVA	018.XXX.XXX-20
GILDEAN DANTAS DE ARAUJO	705.XXX.XXX-29
GUILHERME WILSON BEZERRA	118.XXX.XXX-58
JOÃO DA CRUZ DA SILVA ANDRADE	443.XXX.XXX-20
JOÃO PAULO DA SILVA BEZERRA	715.XXX.XXX-67
JOÃO VITOR DA SILVA LIMA	707.XXX.XXX-02
JORGE RODRIGO TARGINO	069.XXX.XXX-26
JOSÉ ADRIANO DA COSTA LIMA	060.XXX.XXX-12
JOSÉ ANTÔNIO BENEDITO	047.XXX.XXX-27
JOSÉ GEAN DA SILVA	711.XXX.XXX-03
JOSILENE ADELINO DA SILVA	040.XXX.XXX-02
LEONARDO DA SILVA SOUZA	238.XXX.XXX-01
LUCIANO SILVA DO NASCIMENTO	718.XXX.XXX-84
LUCILEIDE COSTA DE LIMA	035.XXX.XXX-56
LUIZ VITURINO NETO	105.XXX.XXX-90
MANOEL NAZARENO DA SILVA	103.XXX.XXX-65
MARCOS ANTÔNIO MACEDO DE LIMA	061.XXX.XXX-77
MARCOS MACIEL BRITO	160.XXX.XXX-23
MARIA ANGELICA DE SOUZA ROSA	118.XXX.XXX-10
MARIA DO CEU DE SOUZA	090.XXX.XXX-96
MARIA APARECIDA DE LIMA	054.XXX.XXX-19
MARIA DA PAZ PEDRO DA SILVA	032.XXX.XXX-84
MARIA DAS DORES FERNANDES DE LIMA	837.XXX.XXX-34
MARIA DAS GRAÇAS PEDRO DA SILVA	023.XXX.XXX-35
MARIA DAS NEVES BEZERRA	710.XXX.XXX-79
MARIA GIZELDA MARTINS	012.XXX.XXX-88
MARIA JOSÉ ALVES DA CRUZ	048.XXX.XXX-61
MARIA JOSÉ BRAZ DA SILVA GOMES	037.XXX.XXX-02
MARIA LUCIENE FABRICIO	068.XXX.XXX-28
MARIA LUZINETE DA SILVA	066.XXX.XXX-31
MARIA SUELEIDE SILVA DE SOUZA	017.XXX.XXX-80
MARLI FABRICIO DA SILVA	059.XXX.XXX-74
NAILZA DE ARAUJO SILVA DE LIMA	011.XXX.XXX-05
PAULO MARCIO DA SILVA	108.XXX.XXX-77
PAULO PEDRO DE LIMA	029.XXX.XXX-12
PAULO VICTOR SIMÃO MELO	704.XXX.XXX-40
RICARDO VICTOR DE LIMA	081.XXX.XXX-05
RITA DE CASSIA BARBOSA SOARES TARGINO	097.XXX.XXX-76
RONALDO FELIPE DE LIMA	018.XXX.XXX-40
RUANY DE LIMA TEOFILO	714.XXX.XXX-13
SANDRA MARIA DA SILVA	031.XXX.XXX-63
SEVERINA FELIX FERREIRA	031.XXX.XXX-17
THAYANNE RANYCELLE GOMES DE LIMA	709.XXX.XXX-70
VALTECIO DE SOUZA	088.XXX.XXX-94
WAGNA KECIA DE OLIVEIRA	087.XXX.XXX-56
WILLIAN MATIAS MAURICIO	705.XXX.XXX-99
ALAILSON FERNANDES BARBOSA	705.XXX.XXX-74
AMANDA SAYONARA NUNES SOARES	018.XXX.XXX-85
ELIONE FERREIRA DE MELO DA SILVA	082.XXX.XXX-73
GENILDA DE ARAÚJO DANTAS DA SILVA	070.XXX.XXX-77
MARCIEL DE LIMA SILVA	083.XXX.XXX-63
MARIA JOSÉ FELIPE DE LIMA	085.XXX.XXX-24
DAIZE MARIA DA SILVA PEREIRA NUNES	085.XXX.XXX-62
FRANCISCO JOACI SOUZA CAETANO	097.XXX.XXX-22
MARLENE ALVES DE SOUZA	032.XXX.XXX-85
MARIA MAIONARA MACEDO DE LIMA	117.XXX.XXX-07
JANAILSON FELIX DA SILVA	715.XXX.XXX-86

Publicado por:
Hortência Herculano Teixeira
Código Identificador:BA7922AD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICAÇÃO POR ERRO FORMAL - PORTARIA Nº 042/2026 – SMADMRH

Portaria nº 042/2026 – SMADMRH
Lagoa Nova/RN, 16 de outubro de 2026.

"CONCEDE FÉRIAS AOS FUNCIONÁRIOS DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN".

O Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Municipal nº 759/2022 e a Lei Complementar nº 002/2007.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder férias aos funcionários do Município de Lagoa Nova/RN, de acordo com a Lei complementar nº 002/2007 de 18 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Municipal de Lagoa Nova/RN, conforme tabela abaixo:

MAT.	NOME	LOTAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE GOZO
Nº 3443	Iranilde Evaristo da Costa	SMAS	2025/2026	Conselheira Tutelar	04.11.2026 a 03.12.2026
Nº 830	Marilene Alves Rodrigues	SMS	2023/2024	Técnica de Enfermagem	12.11.2026 a 11.12.2026
Nº 745	Aparecida Claudia Batista de Sousa	SMS	2025/2026	Agente de Combate a Endemias	03.11.2026 a 02.12.2026
Nº 332	RobertoMedeiros da Fonseca	SMAAP	2025/2026	ASG	**1° PERÍODO:** 09.11.2026 a 23.11.2026 **2° PERÍODO:**01.12.2026 a15.12.2026
Nº 664	Maria Helena dos Santos Silva	SMS	2025/2026	Agente Comunitário de Saúde	03.11.2026 a 02.12.2026
Nº 2275	Francisca Suelânia da Silva Bezerra	SMS	2025/2026	Diretora de Vigilância Sanitária	03.11.2026 a 02.12.2026
Nº345	José de Arimateia Lopes Guimarães	SMS	2025/2026	Motorista	03.11.2026 a 17.11.2026
Nº 2127	Abner Paulo de Araújo	SMS	2024/2025	Fiscal de Vigilância Sanitária	23.11.2026 a 22.12.2026
Nº 0182	Rener Zanandreia Mendes	SME	2025/2026	Agente Administrativo	30.11.2026 a 29.12.2026
Nº 2313	Camilla Cortez Pontes	SMAS	2024/2025	Assistente Social	**1º PERÍODO:**16.11.2026 a 30.11.2026 **2º PERÍODO:**11.01.2027 a 25.01.2027
Nº 110	Ricardo José dos Santos	SME	2025/2026	Professor	03.11.2026 A 02.12.2026
Nº 447	Manoel Coriolano De Araújo	SMS	2024/2025	Técnico Radiologista	**2º PERÍODO:** 03.11.2026 a 22.11.2026

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Cientifique-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

(Assinado Eletronicamente)
JOSÉ HEITOR MATIAS
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
José Heitor Matias
Código Identificador:585A1121

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

GABINETE DO PREFEITO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2026-CGM, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

Disciplina o procedimento excepcional de reconhecimento e pagamento, a título de indenização, de despesa realizada sem cobertura contratual no âmbito do Poder Executivo do Município de Lajes/RN, e revoga a Instrução Normativa nº 01, de 27 de fevereiro de 2024-CGM.

A **CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE LAJES/RN**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 935, de 30 de dezembro de 2022,
CONSIDERANDO os arts. 31, 70 e 74 da Constituição Federal, que atribuem ao sistema de controle interno a fiscalização da legalidade da despesa e o apoio ao controle externo;
CONSIDERANDO que é vedada a realização de despesa sem prévio empenho (art. 60 da Lei nº 4.320/1964) e que é nulo o contrato verbal com a Administração fora da hipótese do § 2º do art. 95 da Lei nº 14.133/2021;
CONSIDERANDO que a nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado, desde que a nulidade não lhe seja imputável, devendo ser promovida a responsabilização de quem lhe deu causa (art. 149 da Lei nº 14.133/2021), e que é vedado o enriquecimento sem causa (art. 884 do Código Civil);
CONSIDERANDO o § 7º do art. 10 da Resolução nº 028/2020-TCE/RN, que impõe à Administração evitar a despesa sem cobertura contratual e, em caso excepcionalíssimo, reconhecer a dívida, publicar o extrato do Termo de Reconhecimento da Dívida, apurar a responsabilidade, quantificar o valor devido, pagar a título de indenização e dar ciência ao Tribunal de Contas;
CONSIDERANDO o § 6º do art. 3º da Resolução nº 011/2024-TCE/RN, que submete à ordem cronológica de exigibilidade o pagamento das indenizações do art. 149 da Lei nº 14.133/2021;
CONSIDERANDO o art. 37 da Lei nº 4.320/1964, que disciplina o pagamento de compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente;
CONSIDERANDO o inciso IV do art. 19 da Lei nº 14.133/2021, que determina a instituição de modelos padronizados de documentos com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno;
RESOLVE:
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Instrução Normativa disciplina o procedimento excepcional de reconhecimento e pagamento, a título de indenização, de despesa realizada sem cobertura contratual pelos órgãos e fundos do Poder Executivo do Município de Lajes/RN.
Art. 2º Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se:
I – despesa sem cobertura contratual: o fornecimento de bem, a prestação de serviço ou a execução de obra efetivamente recebidos pela Administração sem contrato válido ou instrumento substitutivo hábil (art. 95 da Lei nº 14.133/2021), ou além do objeto, do valor ou da vigência do contrato existente;
II – Termo de Reconhecimento de Dívida: o instrumento pelo qual o Município reconhece o valor devido ao credor, a título de indenização, e dele recebe quitação, na forma do Anexo II;
III – credor: a pessoa física ou jurídica que executou o objeto e pleiteia a indenização;
IV – autoridade competente: o ordenador de despesa da unidade gestora à conta de cuja dotação correrá a indenização;
V – unidade demandante: a Secretaria ou unidade que recebeu o objeto e em cujo interesse ele foi executado.
Art. 3º A Administração deve evitar a ocorrência de despesa sem cobertura contratual, sendo vedada a utilização do procedimento desta Instrução Normativa como forma ordinária de contratação (Resolução nº 028/2020-TCE/RN, art. 10, § 7º).
Art. 4º Não se processam por esta Instrução Normativa, seguindo o rito próprio:
I – o contrato verbal válido de pequenas compras ou de serviços de pronto pagamento, no limite do § 2º do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, atualizado anualmente na forma do art. 182 da mesma Lei;
II – o pagamento de obrigação executada durante a vigência de contrato válido e não paga no prazo, que segue a liquidação regular ou, se encerrado o exercício, o regime de restos a pagar ou de despesas de exercícios anteriores (Lei nº 4.320/1964, arts. 36 e 37);
III – o reequilíbrio econômico-financeiro, o reajuste e a repactuação de contrato, inclusive após a sua extinção, que seguem o art. 131 da Lei nº 14.133/2021;
IV – o crédito objeto de ação judicial;
V – o crédito prescrito, nos termos do art. 1º do Decreto nº 20.910/1932.
Art. 5º Processam-se por esta Instrução Normativa, entre outras, as despesas decorrentes de:
Parágrafo único. A inclusão das hipóteses neste artigo não autoriza a contratação irregular nem dispensa a demonstração individualizada da excepcionalidade, das falhas de planejamento e das providências destinadas a impedir reincidência.
I – fornecimento ou serviço executado sem processo de contratação;
II – execução após o término da vigência contratual, sem prorrogação formalizada;
III – execução de quantitativos ou valores acima do contratado, sem termo aditivo;
IV – contrato cuja nulidade tenha sido declarada na forma dos arts. 147 e 148 da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO II
DOS PRESSUPOSTOS DA INDENIZAÇÃO

Art. 6º A indenização depende da demonstração, cumulativa, de que:
I – o objeto foi efetivamente executado e recebido pela Administração;
II – a execução atendeu a necessidade da Administração;
III – a ausência de cobertura contratual não é imputável ao credor, que agiu de boa-fé (Lei nº 14.133/2021, art. 149);
IV – o valor é compatível com o praticado no mercado à época da execução (Lei nº 14.133/2021, art. 23);
V – não houve pagamento, total ou parcial, pelo mesmo objeto;
VI – o crédito não está prescrito nem judicializado;
VII – há dotação orçamentária suficiente para suportar a despesa (Lei nº 4.320/1964, arts. 59 e 60).
§ 1º A prescrição de cinco anos conta-se da data da entrega ou da conclusão do serviço; nas obrigações de trato sucessivo, conta-se separadamente para cada parcela (Decreto nº 20.910/1932, arts. 1º e 3º).
§ 2º A prescrição não corre enquanto o requerimento do credor estiver em estudo pela Administração, a contar do seu protocolo (Decreto nº 20.910/1932, art. 4º).
Art. 7º O valor da indenização:
I – limita-se ao efetivamente executado e recebido;
II – corresponde ao menor entre o valor cobrado e o apurado na pesquisa de preços;
III – inclui outros prejuízos somente se regularmente comprovados e não imputáveis ao credor (Lei nº 14.133/2021, art. 149).
Parágrafo único. Quando houver indícios de participação ou culpa do credor na irregularidade, eventual restituição de custos dependerá de avaliação jurídica individualizada, prova do benefício efetivamente incorporado ao patrimônio público e da extensão do prejuízo, não decorrendo automaticamente do art. 884 do Código Civil.

CAPÍTULO III
DA INSTAURAÇÃO E DA INSTRUÇÃO

Art. 8º O processo será autuado no sistema eletrônico de processos do Município, em autos próprios:
I – a requerimento do credor, na forma do Anexo I; ou
II – de ofício, pela unidade demandante, em até 10 (dez) dias úteis da ciência da despesa sem cobertura contratual.
Art. 9º O requerimento do credor conterá:
I – qualificação completa, endereço físico e eletrônico e telefone;
II – descrição do objeto, das quantidades e do período de execução;
III – número do contrato ou do processo de origem, se houver;
IV – documento fiscal da execução;
V – documentos que comprovem a execução;
VI – dados de conta bancária de sua titularidade;
VII – declaração de que o crédito não é objeto de ação judicial nem foi recebido, no todo ou em parte;
VIII – declaração de que o valor cobrado abrange todos os custos incidentes sobre o objeto;
IX – documentos de identificação:
a) se pessoa jurídica: ato constitutivo e alterações ou sua consolidação, comprovante de inscrição no CNPJ e documento oficial com foto do administrador ou do representante que assina o pedido, acompanhado de procuração, se for o caso;
b) se pessoa física: documento oficial com foto e comprovante de inscrição no CPF;
X – certidões de regularidade:
a) certidão conjunta de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União;
b) certidão de regularidade com a Fazenda Estadual da sede ou do domicílio do credor;
c) certidão de regularidade com a Fazenda Municipal da sede ou do domicílio do credor;
d) Certificado de Regularidade do FGTS;
e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

§ 1º Na instauração de ofício, a unidade demandante notificará o credor para apresentar os documentos dos incisos IV a X deste artigo.
§ 2º As certidões do inciso X deste artigo observam o disposto no parágrafo único do art. 15.
Art. 10. A unidade demandante juntará relatório circunstanciado, assinado pelo seu titular, contendo:
I – a cronologia dos fatos, com datas, locais e agentes públicos envolvidos;
II – a causa da ausência de cobertura contratual;
III – a necessidade e a essencialidade do objeto e as razões pelas quais não se promoveu a contratação regular, inclusive a contratação direta emergencial do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021;
IV – manifestação fundamentada sobre a boa-fé do credor;
V – as medidas adotadas para a regularização definitiva da contratação, se a necessidade persistir.
Art. 11. A execução será comprovada por:
Parágrafo único. Os documentos comprobatórios deverão permitir a verificação material da execução, vedado o atesto genérico ou exclusivamente baseado na nota fiscal; a unidade demandante identificará nominalmente o responsável pela fiscalização e pelo recebimento, justificando a indisponibilidade de evidências quando aplicável.
I – relatório do servidor que recebeu o objeto, discriminando itens, quantidades, valores unitários e totais, locais, datas e a forma de conferência;
II – documento fiscal atestado pelo servidor responsável pelo recebimento, com visto de servidor diverso deste (Resolução nº 028/2020-TCE/RN, art. 10, § 2º, I);
III – registro fotográfico ou outro meio idôneo, quando cabível;
IV – comprovante de tombamento, se bem permanente (Resolução nº 028/2020-TCE/RN, art. 10, XXI);
V – placa e quilometragem do hodômetro, se combustível, lubrificante, peça ou conserto de veículo (Resolução nº 028/2020-TCE/RN, art. 10, § 2º, III);
VI – relação de beneficiários, se o objeto for destinado a terceiros (Resolução nº 028/2020-TCE/RN, art. 10, XXII).
Art. 12. Em obras e serviços de engenharia, integram ainda o processo:
I – laudo de vistoria técnica emitido por engenheiro ou arquiteto do Município, com quantitativos executados e condição do serviço;
II – planilhas de medição atestadas;
III – Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica da execução e da vistoria;
IV – orçamento com composições de custos referenciadas ao SINAPI ou ao SICRO (Lei nº 14.133/2021, art. 23, § 2º, I);
V – as built, quando a execução divergir do projeto existente.
Art. 13. O valor será demonstrado por memória de cálculo e por pesquisa de preços referida ao período da execução, nos parâmetros do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e do regulamento municipal de pesquisa de preços, cabendo à unidade demandante negociar a redução do valor cobrado que o exceder.
Art. 14. Integram também o processo:
I – declaração da unidade demandante e do setor de contabilidade de que não houve pagamento pelo mesmo objeto;
II – certidão da unidade demandante sobre a data de cada entrega ou execução, para aferição da prescrição;
III – indicação da dotação orçamentária e declaração de disponibilidade orçamentária e financeira (Resolução nº 028/2020-TCE/RN, art. 10, III);
IV – indicação, quando a despesa se referir a exercício encerrado, de que correrá à conta de despesas de exercícios anteriores (Lei nº 4.320/1964, art. 37).
Art. 15. As certidões de regularidade fiscal e trabalhista serão juntadas ao processo (Resolução nº 028/2020-TCE/RN, art. 10, XV).
Parágrafo único. A irregularidade fiscal ou trabalhista não autoriza, por si, a retenção do pagamento; o credor será notificado para regularizar sua situação (Resolução nº 011/2024-TCE/RN, art. 5º, §§ 1º e 2º).

CAPÍTULO IV

DA RESPONSABILIZAÇÃO, DO CONTROLE JURÍDICO E DA DECISÃO

Art. 16. A autoridade competente determinará a instauração de procedimento de apuração de responsabilidade de quem deu causa à despesa sem cobertura contratual, na forma do estatuto dos servidores municipais (Lei nº 14.133/2021, art. 149; Resolução nº 028/2020-TCE/RN, art. 10, § 7º, III).
§ 1º A comprovação da instauração, com o número do procedimento e o ato de designação da comissão, é requisito do reconhecimento da dívida.
§ 2º A conclusão do procedimento de apuração não condiciona o pagamento da indenização devida.
§ 3º Apurado dano ao erário, a autoridade adotará as medidas de ressarcimento e comunicará a Controladoria Geral do Município.
§ 4º A autoridade responsável pela apuração comunicará à Controladoria a conclusão do procedimento, as responsabilidades identificadas e as medidas de ressarcimento ou correção adotadas.
§ 5º O pagamento indenizatório não convalida a contratação irregular, não afasta responsabilidades e não constitui reconhecimento de regularidade dos atos que deram origem à despesa.
Art. 17. Concluída a instrução, o processo será submetido à Procuradoria Geral do Município para controle prévio de legalidade (Lei nº 14.133/2021, art. 53, § 4º).
§ 1º O Procurador-Geral do Município poderá editar parecer referencial para os casos repetitivos, hipótese em que a unidade demandante atestará nos autos o enquadramento do caso concreto (Lei nº 14.133/2021, art. 53, § 5º).
§ 2º O parecer referencial somente poderá ser utilizado quando houver identidade de pressupostos fáticos e jurídicos, declaração fundamentada de enquadramento e inexistência de controvérsia relevante, sem dispensar análise individualizada das provas de execução, valor, boa-fé e responsabilidade.
Art. 18. A autoridade competente decidirá motivadamente, podendo:
I – reconhecer a dívida, total ou parcialmente, fixando o valor, o credor e a dotação;
II – indeferir o pedido.
Art. 19. O credor será notificado da decisão, com a indicação dos seus fundamentos.
Art. 20. Da decisão que indeferir, total ou parcialmente, o pedido caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência (Lei nº 9.784/1999, art. 59, aplicada supletivamente).
Parágrafo único. O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar em 5 (cinco) dias, o encaminhará ao Prefeito Municipal (Lei nº 9.784/1999, art. 56, § 1º).

CAPÍTULO V

DA FORMALIZAÇÃO E DA PUBLICIDADE

Art. 21. Reconhecida a dívida, será firmado o Termo de Reconhecimento de Dívida, conforme o Anexo II, pela autoridade competente e pelo credor, do qual constarão, no mínimo:
Parágrafo único. A decisão de reconhecimento deverá explicitar o exame das divergências documentais, da justificativa de excepcionalidade e das ressalvas técnicas relevantes, sem dispensar os requisitos de empenho, liquidação e ordem cronológica para pagamento.
I – a origem, o objeto, o período e o valor do débito;
II – o fundamento legal;

III – a declaração do credor de que o valor abrange todos os custos e acessórios e de que o crédito não é objeto de ação judicial;
IV – a quitação do credor, com renúncia a qualquer outra cobrança sobre o mesmo objeto;
V – a ressalva do direito do Município de apurar responsabilidades e de reaver valores pagos indevidamente;
VI – a dotação orçamentária e o prazo de pagamento.
Art. 22. O extrato do Termo de Reconhecimento de Dívida será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, conforme o Anexo III (Resolução nº 028/2020-TCE/RN, art. 10, § 7º, II), e divulgado no portal da transparência municipal, observada a legislação de acesso à informação. A eventual divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas dependerá da aplicabilidade legal e da viabilidade técnica da categoria de registro, conforme manifestação do setor competente e da Procuradoria.
Art. 23. A autoridade competente dará ciência ao Tribunal de Contas do Estado, em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do Termo, da ilegalidade ocorrida e do número do procedimento de apuração de responsabilidade, com cópia à Controladoria Geral do Município (Resolução nº 028/2020-TCE/RN, art. 10, § 7º, VI).

CAPÍTULO VI
DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO

Art. 24. A despesa será empenhada após a assinatura do Termo, classificada segundo a Tabela Padrão da Classificação por Natureza da Despesa do TCE/RN e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Resolução nº 028/2020-TCE/RN, art. 2º, § 2º, II).
Parágrafo único. Quando o fato gerador pertencer a exercício encerrado, o empenho correrá à conta de dotação específica de despesas de exercícios anteriores (Lei nº 4.320/1964, art. 37).
Art. 25. A liquidação terá por base o Termo de Reconhecimento de Dívida, a nota de empenho e os comprovantes da execução (Lei nº 4.320/1964, art. 63).
Art. 26. O pagamento observará a ordem cronológica de exigibilidade da respectiva fonte de recursos, a partir da liquidação (Lei nº 14.133/2021, art. 141; Resolução nº 011/2024-TCE/RN, art. 3º, caput e § 6º).
Art. 27. O pagamento será feito por ordem bancária em conta de titularidade do credor, com a retenção e o recolhimento dos tributos incidentes (Resolução nº 028/2020-TCE/RN, art. 10, XX e § 5º).
Art. 28. O processo será composto, no que couber, pelas peças do art. 10 da Resolução nº 028/2020-TCE/RN, admitido o meio eletrônico (art. 25 da mesma Resolução), e acompanhado da lista de verificação do Anexo IV.
§ 1º A lista de verificação será preenchida e assinada pela unidade responsável pela instrução, com identificação do agente que conferiu cada etapa e indicação dos documentos e respectivas páginas ou identificadores eletrônicos.
§ 2º A Contabilidade, a Tesouraria, o responsável pelo recebimento e o ordenador de despesas responderão pelas verificações pertinentes às suas atribuições, sem transferência da conferência integral à Controladoria.
§ 3º Ressalvas ou pendências relevantes serão registradas e submetidas à decisão motivada da autoridade competente antes do prosseguimento, observada a manifestação jurídica quando necessária.

CAPÍTULO VII
DO CONTROLE INTERNO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29. Compete à Controladoria Geral do Município:
I – orientar as unidades na aplicação desta Instrução Normativa;
II – auditar, por amostragem ou conforme o Plano Anual de Auditoria, os processos instruídos na forma desta Instrução Normativa (Resolução nº 028/2020-TCE/RN, art. 10, XXV);
III – consolidar semestralmente os Termos de Reconhecimento de Dívida por unidade gestora e recomendar medidas para eliminar a reincidência.
IV – receber comunicação dos reconhecimentos de dívida e dos indícios relevantes de irregularidade, para fins de monitoramento e seleção de auditorias, sem caráter de autorização prévia do pagamento.
§ 1º A atuação da Controladoria Geral do Município terá caráter orientativo, preventivo, avaliativo e fiscalizatório, mediante auditoria, inspeção e análise por amostragem ou baseada em riscos, não substituindo as atribuições dos gestores, fiscais, responsáveis pelo recebimento, setores contábeis e financeiros e ordenadores de despesas.
§ 2º A ausência de manifestação individualizada da Controladoria em determinado processo não constitui aprovação tácita, certificação de regularidade ou afastamento da responsabilidade dos agentes encarregados de sua instrução, fiscalização, liquidação e pagamento.
§ 3º A unidade gestora manterá registro centralizado dos reconhecimentos, com identificação do processo, credor, objeto, valor, exercício, causa da irregularidade, responsáveis, apuração instaurada, situação do pagamento e medidas corretivas, disponibilizando-o à Controladoria para monitoramento.
Art. 30. A inobservância desta Instrução Normativa sujeita os responsáveis às sanções previstas na legislação, sem prejuízo das penalidades aplicáveis pelo Tribunal de Contas do Estado (Resolução nº 028/2020-TCE/RN, art. 21).

Art. 31. Os casos omissos serão submetidos à autoridade administrativa competente, observadas as atribuições da Procuradoria Geral do Município quanto à interpretação jurídica e da Controladoria Geral do Município quanto à orientação técnica sobre procedimentos de controle interno, vedada a transferência à Controladoria de competências relativas à gestão, fiscalização contratual, ordenação, liquidação ou autorização de despesas.

Art. 32. Os processos em curso adaptar-se-ão a esta Instrução Normativa na fase em que se encontrarem, preservados os atos anteriores validamente praticados, sem convalidação automática de irregularidades, omissões documentais ou atos praticados em desconformidade com a legislação.

Art. 33. Fica revogada a Instrução Normativa nº 01, de 27 de fevereiro de 2024-CGM.

Art. 34. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Lajes/RN, 19 de outubro de 2026.

JOSÉ ROMARIO DA SILVA ARAÚJO
Controlador(a) Geral do Município

ANEXO I
REQUERIMENTO DE INDENIZAÇÃO
Ao(À) Senhor(a) Secretário(a) Municipal de [UNIDADE DEMANDANTE]
Prefeitura Municipal de Lajes/RN
[NOME OU RAZÃO SOCIAL], inscrito(a) no CPF/CNPJ sob o nº [...], com endereço em [logradouro, nº, bairro, município/UF, CEP], e-mail [...], telefone [...], neste ato representado(a) por [NOME DO REPRESENTANTE], CPF nº [...], vem requerer o reconhecimento e o pagamento, a título

de indenização, do valor de **R$ [...] ([valor por extenso])**, nos termos do art. 149 da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa nº [nº]/2026-CGM, referente ao objeto abaixo.

1. OBJETO EXECUTADO

Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Valor unit. (R$)	Valor total (R$)
1	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]
	TOTAL				[...]

Período de execução: de [dd/mm/aaaa] a [dd/mm/aaaa].
Local de entrega ou execução: [...].

ORIGEM DA DESPESA	
Instrumento de origem	( ) Contrato ( ) Ata de registro de preços ( ) Outro: [...] ( ) Não houve contrato formalizado
Nº do instrumento	[...]
Processo administrativo de origem	[...]
Vigência do instrumento	[dd/mm/aaaa] a [dd/mm/aaaa]
Motivo da falta de cobertura	( ) Execução sem contrato ( ) Execução após o término da vigência ( ) Execução acima do valor ou da quantidade contratados

2. DECLARAÇÕES

O(A) requerente declara, sob as penas da lei, que: a) o crédito não é objeto de ação judicial; b) não recebeu, no todo ou em parte, pagamento pelo objeto acima; c) o valor cobrado abrange todos os custos, tributos e encargos incidentes sobre o objeto.

3. DADOS PARA PAGAMENTO

Banco [...], agência [...], conta [...], de titularidade do(a) requerente.

4. DOCUMENTOS ANEXOS (art. 9º, IV a X)

( ) Documento(s) fiscal(is) nº [...] e comprovantes da execução;
( ) Pessoa jurídica: ato constitutivo e alterações, comprovante de CNPJ, documento com foto do signatário e procuração, se for o caso;
( ) Pessoa física: documento oficial com foto e CPF;
( ) Certidões: conjunta RFB/PGFN, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, FGTS e CNDT.

Nestes termos, pede deferimento.
[Município]/[UF], [dia] de [mês] de [ano].

_____
[NOME DO REPRESENTANTE]
[Cargo] – [Razão social]
CPF nº [...]

ANEXO II

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA Nº [...]/[ANO] – PROCESSO Nº [...]

O **MUNICÍPIO DE LAJES/RN**, CNPJ nº [...], por intermédio da [SECRETARIA MUNICIPAL DE ...], CNPJ nº [...], com sede em [endereço], neste ato representado por [NOME], [CARGO], CPF nº [...], doravante **DEVEDOR**, e [NOME OU RAZÃO SOCIAL], CPF/CNPJ nº [...], com sede em [endereço], representado(a) por [NOME], CPF nº [...], doravante **CREDOR**, firmam o presente Termo, com fundamento no art. 149 da Lei nº 14.133/2021, no art. 10, § 7º, da Resolução nº 028/2020-TCE/RN, na Instrução Normativa nº [nº]/2026-CGM e na Decisão nº [...]/[ANO], mediante as cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O DEVEDOR reconhece que o CREDOR [forneceu / prestou / executou] [DESCRIÇÃO DO OBJETO], no período de [dd/mm/aaaa] a [dd/mm/aaaa], conforme documento(s) fiscal(is) nº [...], sem cobertura contratual, em razão de [MOTIVO, conforme o relatório circunstanciado].

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor reconhecido, a título de indenização, é de **R$ [...] ([por extenso])**, limitado ao efetivamente executado e ao preço de mercado apurado nos autos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DECLARAÇÕES DO CREDOR

O CREDOR declara, sob as penas da lei, que o valor da Cláusula Segunda abrange todos os custos, tributos e acessórios, inclusive correção monetária e juros, e que o crédito não é objeto de ação judicial nem foi pago, no todo ou em parte.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado após o regular empenho e liquidação, conforme a disponibilidade financeira e a ordem cronológica de exigibilidade aplicável, sem fixação de prazo incompatível com tais requisitos, por ordem bancária na conta do CREDOR (Banco [...], agência [...], conta [...]), observada a ordem cronológica de exigibilidade da fonte de recursos e retidos os tributos incidentes.

CLÁUSULA QUINTA – DA QUITAÇÃO

Efetuado o pagamento, o CREDOR dá ao DEVEDOR plena, geral e irrevogável quitação quanto ao objeto da Cláusula Primeira e renuncia a qualquer outra cobrança, administrativa ou judicial, a ele relativa.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESSALVAS

Este Termo não impede o DEVEDOR de apurar a responsabilidade de quem deu causa à despesa sem cobertura contratual, nem de reaver valores que venham a se mostrar indevidos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa correrá à conta de: Unidade orçamentária [...]; Funcional-programática [...]; Natureza da despesa [...]; Fonte de recursos [...].

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICIDADE

O DEVEDOR publicará o extrato deste Termo no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte e o divulgará no Portal Nacional de Contratações Públicas e no portal de transparência do Município.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lajes/RN para dirimir questões oriundas deste Termo.
Lajes/RN, [dia] de [mês] de [ano].

_____
[NOME]
pelo DEVEDOR – [CARGO]

_____
[NOME]
pelo CREDOR – [NOME OU RAZÃO SOCIAL]

Testemunhas:

_____

[NOME]
CPF nº [...]

_____

[NOME]
CPF nº [...]

ANEXO III
EXTRATO DO TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA Nº [...]/[ANO]
Processo: [...].
Devedor: Município de Lajes/RN, por intermédio da [SECRETARIA], CNPJ [...].
Credor: [NOME OU RAZÃO SOCIAL], CPF/CNPJ [...].
Objeto: reconhecimento de dívida, a título de indenização, referente a [OBJETO], executado de [dd/mm/aaaa] a [dd/mm/aaaa], sem cobertura contratual.
Valor: R$ [...] ([por extenso]).
Fundamento: art. 149 da Lei nº 14.133/2021; art. 10, § 7º, da Resolução nº 028/2020-TCE/RN; Instrução Normativa nº [nº]/2026-CGM.
Dotação: [...].
Apuração de responsabilidade: procedimento nº [...], instaurado pela Portaria nº [...].
Data de assinatura: [dd/mm/aaaa].
Signatários: [NOME], pelo Município; [NOME], pelo credor.

ANEXO IV
LISTA DE VERIFICAÇÃO

DADOS DO PROCESSO			
Processo nº	[...]	Unidade gestora	[...]
Credor	[...]	CPF/CNPJ	[...]
Valor pleiteado (R$)	[...]	Valor reconhecido (R$)	[...]
Exercício da despesa	( ) corrente ( ) encerrado	Procedimento de apuração nº	[...]

Item	Requisito	IN	S	N	N/A	Fls./ID
ENQUADRAMENTO E INSTAURAÇÃO						
01	O caso não se enquadra nas exclusões (contrato verbal válido, pagamento de contrato vigente, reequilíbrio, crédito judicializado ou prescrito)	art. 4º	( )	( )	( )	
02	Processo autuado no sistema eletrônico, em autos próprios	art. 8º	( )	( )	( )	
03	Requerimento do credor completo (Anexo I) ou autuação de ofício com notificação do credor	art. 9º, I a VI e § 1º	( )	( )	( )	
04	Declarações do credor: não judicializado, não pago, valor abrange todos os custos	art. 9º, VII e VIII	( )	( )	( )	
05	Documentos de identificação do credor e do signatário	art. 9º, IX	( )	( )	( )	
INSTRUÇÃO						
06	Relatório circunstanciado: cronologia, causa, necessidade, razões da não contratação regular ou emergencial	art. 10, I a III	( )	( )	( )	
07	Manifestação fundamentada sobre a boa-fé do credor	art. 10, IV	( )	( )	( )	
08	Medidas de regularização definitiva, se a necessidade persiste	art. 10, V	( )	( )	( )	
09	Relatório do servidor que recebeu o objeto	art. 11, I	( )	( )	( )	
10	Documento fiscal atestado, com visto de servidor diverso do recebedor	art. 11, II	( )	( )	( )	
11	Registro fotográfico, tombamento, placa e hodômetro ou relação de beneficiários, quando cabível	art. 11, III a VI	( )	( )	( )	
12	Obras e engenharia: laudo de vistoria, medições, ART/RRT, orçamento SINAPI/SICRO, as built	art. 12	( )	( )	( )	
13	Memória de cálculo e pesquisa de preços do período da execução	art. 13	( )	( )	( )	
14	Valor limitado ao executado e ao menor entre o cobrado e o de mercado	art. 7º	( )	( )	( )	
15	Declaração de não pagamento da unidade e da contabilidade	art. 14, I	( )	( )	( )	
16	Certidão das datas de execução e crédito não prescrito	art. 14, II; art. 6º, § 1º	( )	( )	( )	
17	Dotação indicada e disponibilidade orçamentária e financeira declarada; DEA se exercício encerrado	art. 14, III e IV	( )	( )	( )	
18	Certidões de regularidade juntadas; pendência notificada ao credor, sem retenção do pagamento	art. 9º, X; art. 15	( )	( )	( )	
RESPONSABILIZAÇÃO, CONTROLE JURÍDICO E DECISÃO						
19	Ato de instauração da apuração de responsabilidade, com número	art. 16, § 1º	( )	( )	( )	
20	Parecer da PGM ou atestado de enquadramento em parecer referencial	art. 17	( )	( )	( )	
21	Decisão motivada da autoridade competente e notificação do credor	arts. 18 e 19	( )	( )	( )	
FORMALIZAÇÃO, PUBLICIDADE E PAGAMENTO						
22	Termo de Reconhecimento de Dívida assinado (Anexo II)	art. 21	( )	( )	( )	
23	Extrato publicado no Diário Oficial (Anexo III) e divulgado no PNCP e no portal de transparência	art. 22	( )	( )	( )	
24	Ciência ao TCE/RN em até 10 dias úteis, com cópia à CGM	art. 23	( )	( )	( )	
25	Nota de empenho com classificação correta	art. 24	( )	( )	( )	
26	Nota de liquidação com base no Termo	art. 25	( )	( )	( )	
27	Pagamento na ordem cronológica da fonte de recursos	art. 26	( )	( )	( )	
28	Ordem bancária em conta do credor e comprovantes de retenção e recolhimento de tributos	art. 27	( )	( )	( )	

Resposta "N" em item obrigatório devolve o processo à unidade demandante para complementação.
Lajes/RN, [dia] de [mês] de [ano].

_____

[NOME DO RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO]
Matrícula [...]

ANEXO V – MATRIZ DE RESPONSABILIDADES E CONTROLES
Unidade demandante: Instauração, justificativa da excepcionalidade, cronologia, documentação e providências para impedir reincidência.
Fiscal ou responsável pelo recebimento: Relatório circunstanciado, evidências materiais, quantitativos, atesto e identificação de divergências.
Setor de compras / pesquisa de preços: Pesquisa histórica de preços, memória de cálculo e documentação de negociação quando cabível.
Contabilidade: Verificação de duplicidade de pagamentos, classificação, dotação, empenho e liquidação conforme competências legais.
Setor financeiro: Disponibilidade financeira, retenções, ordem cronológica e comprovante de pagamento.
Procuradoria Geral: Análise jurídica individualizada ou enquadramento fundamentado em parecer referencial válido.
Ordenador de despesas: Decisão motivada, reconhecimento, providências de responsabilização e autorização de atos de sua competência.
Controladoria Geral: Orientação, acompanhamento dos riscos, auditoria por amostragem e recomendações, sem autorização ou certificação automática dos processos.

Nota de revisão: conferir, antes da publicação, a vigência e redação das normas citadas, a competência normativa da CGM e a compatibilidade do procedimento com os sistemas oficiais de prestação de contas.

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:11F11B23

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 350, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Lajes/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

RESOLVE

Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 3.175.500,00 (três milhões, cento e setenta e cinco mil e quinhentos reais) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lajes/RN, 19 de outubro de 2026

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**3.175.500,00**
02 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL					**29.000,00**
	2005 Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos da Secretaria Municipal do Gabinete Civil				**29.000,00**
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	15000000	0001	29.000,00
02 .002 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO					**160.000,00**
	2007 Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos da Secretaria Municipal de Governo				**160.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	160.000,00
02 .003 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA					**112.000,00**
	2073 Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos da Secretaria Municipal de Cultura				**112.000,00**
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	15000000	0001	112.000,00
02 .004 SEC MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS					**523.000,00**
	2041 Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Se				**262.000,00**
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	15000000	0001	262.000,00
	1266 Desenvolvimento de Atividades de Limpeza Pública				**261.000,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	261.000,00
02 .005 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, PO					**23.000,00**
	2019 PROGRAMA PEIXE PARA O POVO				**23.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	23.000,00
02 .006 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO					**557.000,00**
	2029 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				**269.000,00**
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	15001001	0001	269.000,00
	1270 Manutenção das Ações de Transporte Escolar – Ensino Fundamental				**120.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	120.000,00
	1275 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE FARDAMENTO ESCOLAR – EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE				**12.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	12.000,00
	1277 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE FARDAMENTO ESCOLAR – ENSINO FUNDAMENTAL				**156.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	156.000,00
02 .008 SEC MUN DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRI FAMILIAR					**30.000,00**
	1317 Manutenção do Programa Carro Pipa				**30.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	30.000,00
02 .009 SECRETARIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE, ESPORTES E TURI					**113.000,00**
	2039 Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos da Sec Municipal da Juventude, Esportes e Turi				**53.000,00**
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	15000000	0001	53.000,00
	1220 Coordenação e Manutenção das Atividades voltadas ao Turismo				**60.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	60.000,00
02 .010 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ECONOMIA					**320.500,00**
	2002 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ECONOMIA				**20.500,00**
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	15000000	0001	20.500,00
	2233 PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS				**300.000,00**
		3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	300.000,00
02 .013 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA					**51.000,00**
	2228 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA				**51.000,00**
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	15000000	0001	51.000,00
03 .001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**1.140.000,00**
	2025 Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos do Fundo Municipal de Saúde				**1.000.000,00**
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	15001002	0001	1.000.000,00
	1247 Coordenação e Manutenção da UPA Edivan Secundo Lopes				**140.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16050000	0001	140.000,00
04 .001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					**117.000,00**
	2053 Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos do Fundo Municipal de Assistência Social				**117.000,00**
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	16600000	0001	97.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16600000	0001	20.000,00
Anexo II (Redução)					**3.175.500,00**
02 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL					**29.000,00**
	2006 Manutenção do Convênio da Segurança Pública				**29.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	29.000,00
02 .002 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO					**160.000,00**
	2007 Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos da Secretaria Municipal de Governo				**140.000,00**
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	40.000,00

		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	40.000,00
		3.1.91.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	30.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	30.000,00
	1018 Modernização da Frota Veicular				**20.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	20.000,00
02 .003 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA					**112.000,00**
	1210 Manutenção de Ações para a Realização de Eventos Culturais, Históricos e Artísticos				**112.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	112.000,00
02 .004 SEC MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS					**523.000,00**
	2041 Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Se				**323.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	100.000,00
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	15000000	0001	161.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	62.000,00
	1266 Desenvolvimento de Atividades de Limpeza Pública				**200.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	200.000,00
02 .005 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, PO					**23.000,00**
	2175 REALIZACAO DE ACOES DE EDUCACAO PROFISIONAL				**23.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	23.000,00
02 .006 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO					**557.000,00**
	2029 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				**288.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	228.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	20.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	40.000,00
	2035 MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL FUNDEB 30%				**70.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	70.000,00
	1268 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE TRANSPORTE ESCOLAR – EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	10.000,00
	1269 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE TRANSPORTE ESCOLAR – EDUCAÇÃO INFANTIL/PRÉ-ESCOLA				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	10.000,00
	1270 Manutenção das Ações de Transporte Escolar – Ensino Fundamental				**179.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	139.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	40.000,00
02 .008 SEC MUN DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRI FAMILIAR					**30.000,00**
	2043 Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rur				**30.000,00**
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	15000000	0001	30.000,00
02 .009 SECRETARIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE, ESPORTES E TURI					**113.000,00**
	1222 Promoção ao Turismo e Festas Populares				**113.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	113.000,00
02 .010 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ECONOMIA					**320.500,00**
	2002 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ECONOMIA				**198.500,00**
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	27.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	15000000	0001	29.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	111.500,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	20.000,00
	2145 REESTRUCAO FISCAL				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
	2233 PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS				**42.000,00**
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	42.000,00
	2234 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES				**50.000,00**
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	50.000,00
	1284 Infraestrutura Administrativa				**20.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	20.000,00
02 .013 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA					**51.000,00**
	2228 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA				**51.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	51.000,00
03 .001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**1.140.000,00**
	2023 Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos da Atenção Básica				**300.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	200.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	100.000,00
	2025 Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos do Fundo Municipal de Saúde				**300.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	200.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	100.000,00
	2077 Coordenação e Manutenção do Programa Saúde em Média e Alta Complexidade				**100.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	100.000,00
	1247 Coordenação e Manutenção da UPA Edivan Secundo Lopes				**140.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	140.000,00
	1251 Manutenção do Programa de Farmácia Básica				**200.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	200.000,00
	1342 Coordenação e Manutenção das Atividades das Equipes de Estratégia da Saúde da Família				**100.000,00**
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	15001002	0001	100.000,00
04 .001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					**117.000,00**
	2053 Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos do Fundo Municipal de Assistência Social				**67.000,00**
		3.3.50.43 SUBVENÇÕES SOCIAIS	16600000	0001	24.000,00
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	16600000	0001	20.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	23.000,00
	2096 INDICE DE GESTAO DESC BOLSA FAMILIA - IGDBF				**22.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	22.000,00
	1305 Concessão de Benefícios Eventuais de Assistência Social				**28.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16600000	0001	28.000,00

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:AF7C3A4A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 351, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Lajes/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

RESOLVE

Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 4.106.970,27 (quatro milhões, cento e seis mil, novecentos e setenta reais e vinte e sete centavos) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lajes/RN, 19 de outubro de 2026

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**4.106.970,27**
02 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL					**14.000,00**
	2005 Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos da Secretaria Municipal do Gabinete Civil				**14.000,00**
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	14.000,00
02 .002 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO					**571.000,00**
	2007 Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos da Secretaria Municipal de Governo				**571.000,00**
		3.1.91.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	70.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	6.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	80.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	300.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	7.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	70.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	38.000,00
02 .003 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA					**150.000,00**
	1213 Manutenção da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura				**150.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	17190000	0001	45.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17190000	0001	75.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17190000	0001	30.000,00
02 .004 SEC MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS					**2.058.970,27**
	1021 Pavimentação e Drenagem de Vias Públicas				**890.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	890.000,00
	1025 Manutenção da Rede Elétrica				**100.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17510000	0001	100.000,00
	2041 Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Se				**40.000,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	40.000,00
	1258 Construção, Reforma e Manutenção de Equipamentos Públicos				**792.970,27**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	100.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	636.970,27
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17060000	0001	56.000,00
	1259 Construção, Reforma e Manutenção de Praças e Canteiros				**236.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	118.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17060000	0001	118.000,00
02 .006 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO					**728.000,00**
	2029 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				**632.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	600.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	32.000,00
	2036 MANUTENCAO DO ENSINO INFANTIL FUNDEB 30%				**60.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	60.000,00
	1261 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – ENSINO FUNDAMENTAL				**36.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	36.000,00
02 .009 SECRETARIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE, ESPORTES E TURI					**65.000,00**
	2039 Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos da Sec Municipal da Juventude, Esportes e Turi				**65.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	65.000,00
02 .010 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ECONOMIA					**45.000,00**
	1340 PARCELAMENTO DA DIVIDA - PREVILAJES				**45.000,00**
		3.2.90.21 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	15000000	0001	45.000,00
03 .001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**240.000,00**
	2023 Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos da Atenção Básica				**150.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	150.000,00
	1249 Manutenção dos Serviços de Atendimento Móvel de Urgência				**90.000,00**
		3.1.91.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	90.000,00
04 .001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					**235.000,00**
	2053 Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos do Fundo Municipal de Assistência Social				**235.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	30.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	100.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16600000	0001	15.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16600000	0001	90.000,00
Anexo II (Redução)					**4.106.970,27**
02 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL					**14.000,00**

	2006 Manutenção do Convênio da Segurança Pública				**14.000,00**
		3.3.90.15 DIÁRIAS - MILITAR	15000000	0001	14.000,00
02 .002 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO					**571.000,00**
	2007 Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos da Secretaria Municipal de Governo				**421.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	20.900,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	16.700,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	24.000,00
		3.1.91.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	30.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	15000000	0001	188.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	105.400,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	33.000,00
	2120 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO				**30.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	30.000,00
	2089 Modernização dos Órgãos Públicos				**20.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	20.000,00
	2100 Implantação do Clube Municipal dos Servidores Públicos				**30.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	30.000,00
	1018 Modernização da Frota Veicular				**30.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	30.000,00
	1282 Manutenção do Programa de Monitoramento Municipal				**15.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	15.000,00
	1283 Infraestrutura Administrativa				**25.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	25.000,00
02 .003 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA					**150.000,00**
	1093 Aquisição de Instrumentos Musicais				**150.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17000000	0001	120.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17550000	0001	30.000,00
02 .004 SEC MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS					**2.058.970,27**
	1021 Pavimentação e Drenagem de Vias Públicas				**295.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	80.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	110.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17010000	0001	105.000,00
	1024 Expansão e Modernização da Rede Elétrica Urbana				**108.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17510000	0001	108.000,00
	1025 Manutenção da Rede Elétrica				**75.520,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17510000	0001	41.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17510000	0001	34.520,00
	1029 Sinalização de Vias Públicas				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
	1095 Expansão e Modernização da Rede Elétrica Rural				**70.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17510000	0001	70.000,00
	2041 Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Se				**430.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	261.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17510000	0001	30.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	20.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	119.000,00
	2163 MANUTENCAO E REVITALIZACAO DO CEMITERIO				**92.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	32.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	15.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	45.000,00
	1257 Implementação e Manutenção de Ações de Georreferenciamento				**30.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	30.000,00
	1258 Construção, Reforma e Manutenção de Equipamentos Públicos				**177.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	27.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	150.000,00
	1259 Construção, Reforma e Manutenção de Praças e Canteiros				**213.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	15.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	130.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17060000	0001	68.000,00
	1260 Construção, Reforma e Manutenção de Pontes e Passagens Molhadas				**10.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	10.000,00
	1266 Desenvolvimento de Atividades de Limpeza Pública				**475.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	30.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	385.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	60.000,00
	1267 Desenvolvimento de Atividades de Coleta Seletiva				**40.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	30.000,00
	1346 Construção do Centro de Velório				**23.450,27**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	23.450,27
02 .006 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO					**728.000,00**
	2029 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				**368.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	100.000,00
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	15001001	0001	268.000,00
	2035 MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL FUNDEB 30%				**200.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	100.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	100.000,00
	1270 Manutenção das Ações de Transporte Escolar – Ensino Fundamental				**160.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	60.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	100.000,00
02 .009 SECRETARIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE, ESPORTES E TURI					**65.000,00**
	1222 Promoção ao Turismo e Festas Populares				**65.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	65.000,00
02 .010 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ECONOMIA					**45.000,00**
	2233 PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS				**45.000,00**
		3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	45.000,00
03 .001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**240.000,00**

	2025 Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos do Fundo Municipal de Saúde				**240.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	90.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	75.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	75.000,00
04 .001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					**235.000,00**
	2053 Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos do Fundo Municipal de Assistência Social				**135.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16600000	0001	40.000,00
		3.1.91.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16600000	0001	30.000,00
		3.3.50.43 SUBVENÇÕES SOCIAIS	16600000	0001	10.000,00
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	16600000	0001	15.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	20.000,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16600000	0001	20.000,00
	2096 INDICE DE GESTAO DESC BOLSA FAMILIA - IGDBF				**30.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	30.000,00
	1301 Manutenção do Programa Criança Feliz				**20.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16600000	0001	20.000,00
	1304 Aprimoramento da Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e Cadastro Único				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	20.000,00
	1305 Concessão de Benefícios Eventuais de Assistência Social				**30.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	30.000,00

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:48CF9C4F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 352, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Lajes/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

RESOLVE

Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 1.860.000,00 (um milhão, oitocentos e sessenta mil reais) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lajes/RN, 19 de outubro de 2026

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.860.000,00**
02 .004 SEC MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS					**40.000,00**
	2041 Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Se				**40.000,00**
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	40.000,00
02 .006 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO					**1.820.000,00**
	1089 PROJETO ESCOLAS SUSTENTÁVEIS				**1.480.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	740.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	740.000,00
	2035 MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL FUNDEB 30%				**340.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	340.000,00
Anexo II (Redução)					**1.860.000,00**
02 .004 SEC MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS					**40.000,00**
	1258 Construção, Reforma e Manutenção de Equipamentos Públicos				**40.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	40.000,00
02 .006 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO					**1.820.000,00**
	1089 PROJETO ESCOLAS SUSTENTÁVEIS				**740.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	740.000,00
	2029 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				**410.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	40.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15001001	0001	80.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	40.000,00
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	15001001	0001	130.000,00
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15001001	0001	20.000,00
		3.3.91.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	100.000,00
	2034 MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL FUNDEB 70%				**150.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	150.000,00
	2035 MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL FUNDEB 30%				**220.000,00**
		3.1.91.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	100.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	40.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	60.000,00
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15001001	0001	20.000,00
	1236 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL – EDUCAÇÃO INFANTIL				**30.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	30.000,00
	1268 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE TRANSPORTE ESCOLAR – EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE				**30.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	30.000,00

	1269 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE TRANSPORTE ESCOLAR – EDUCAÇÃO INFANTIL/PRÉ-ESCOLA				**20.000,00**
	3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO		15001001	0001	20.000,00
	1270 Manutenção das Ações de Transporte Escolar – Ensino Fundamental				**30.000,00**
	3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		15001001	0001	30.000,00
	1280 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE FARDAMENTO ESCOLAR – EDUCAÇÃO ESPECIAL				**20.000,00**
	3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		15001001	0001	20.000,00
	2277 AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL				**170.000,00**
	4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		15001001	0001	170.000,00

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:2E772854

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE

SECRETARIA MUN DE FINANCAS, ORCAMENTO E PLANEJAMENTO
DECRETO 68

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE/RN
RUA 15 DE NOVEMBRO, 63, Centro - MAXARANGUAPE/RN CEP: 59580000 -
DECRETO Nº 68, DE 16 de outubro de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 433.712,71, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 433.712,71 (quatrocentos e trinta e três mil, setecentos e doze reais e setenta e um centavos) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MAXARAGUAPE/RN, 16 de outubro de 2026

025.825.454-81
MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA
Prefeita

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**433.712,71**
01 .001 CÂMARA MUNICIPAL					**433.712,71**
	2001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA				**433.712,71**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	433.712,71
Anexo II (Redução)					**433.712,71**
11 .001 Secretaria Municipal de Administração					**433.712,71**
	2065 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				**433.712,71**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	433.712,71

Publicado por:
Joelson da Silva
Código Identificador:EFD05F57

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES

GABINETE CIVIL DO PREFEITO
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS | PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2026

EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS
Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 014/2026

Processo Administrativo: nº 0819001/2026
Pregão Eletrônico para Registro de Preços: nº 014/2026
Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Olho D'Água do Borges/RN — CNPJ nº 08.349.029/0001-95
Objeto: Registro de preços para eventual e futura aquisição de utensílios e eletrodomésticos, destinados à manutenção das atividades das unidades administrativas das diversas secretarias do Município de Olho D'Água do Borges/RN.
Vigência: 12 (doze) meses, a contar de 19/10/2026, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.
Data de assinatura (todas as Atas): 19/10/2026

Fundamento legal: Lei nº 14.133/2021; Decreto nº 9.488/2018; Decreto Municipal; Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor); Decreto nº 3.722/2001; Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar nº 147/2014.

Ata de Registro de Preços nº 0910002/2026

Fornecedor: Casa Mix Ltda — CNPJ nº 37.429.301/0001-45 **Representante:** Bruno Quirino Lima **Itens registrados:** 1 **Valor total:** R$ 18.180,00

Item	Descrição	Marca	Un.	Qtd.	Vl. Unit. (R$)	Vl. Total (R$)
0080	Refrigerador 261 litros	Consul / Whirlpool	UND	9,00	2.020,00	18.180,00

Ata de Registro de Preços nº 0910003/2026

Fornecedor: Distribuidora de Produtos Agreste Meridional Ltda — CNPJ nº 40.876.269/0001-50 **Representante:** Raissa Rabelo Ferreira **Itens registrados:** 18 **Valor total:** R$ 54.600,45

Item	Descrição	Marca	Un.	Qtd.	Vl. Unit. (R$)	Vl. Total (R$)
0009	Chaleira elétrica 1,8 litros	Mondial	UND	13,00	39,74	516,62
0018	Cortina blackout	Santista	UND	40,00	77,20	3.088,00
0019	Cuscuzeiro 10 litros	Alumínio	UND	9,00	50,22	451,98
0021	Dispenser para copos descartáveis tipo automático	Nóbre	UND	32,00	38,96	1.246,72
0023	Escada de alumínio 8 degraus	Bota Fogo	UND	6,00	294,23	1.765,38
0025	Fogão de piso 4 bocas	Braslar	UND	3,00	537,79	1.613,37
0026	Fogão de piso 6 bocas	Bali	UND	4,00	998,69	3.994,76
0030	Garrafa térmica 1 litro	Soprano	UND	22,00	82,70	1.819,40
0031	Garrafão térmico 12 litros	Soprano	UND	17,00	149,72	2.545,24
0039	Liquidificador industrial 5 litros	JL Colombo	UND	10,00	591,33	5.913,30
0042	Lixeira com pedal 60 litros	Plestin	UND	49,00	129,46	6.343,54
0043	Lixeira inox 20 litros	Brinox	UND	20,00	33,69	673,80
0044	Pallet plástico	Proplast	UND	60,00	269,86	16.191,60
0057	Bacia de alumínio 40 cm	Alumínio ABC	UND	12,00	34,58	414,96
0058	Bacia de alumínio 70 cm	Alumínio ABC	UND	14,00	35,91	502,74
0059	Caçarola panela linha hotel industrial nº 60–70 litros	Alumínio ABC	UND	4,00	363,06	1.452,24
0063	Cuscuzeira industrial 14 litros	Alumínio ABC	UND	5,00	105,36	526,80
0077	Panela de pressão 20 litros	Buffalo	UND	10,00	554,00	5.540,00

Ata de Registro de Preços nº 0910004/2026

Fornecedor: Fabiana Rodrigues Pereira (OP Importados) — CNPJ nº 26.427.828/0001-14 **Representante:** Fabiana Rodrigues Pereira (titular) **Itens registrados:** 3 **Valor total:** R$ 9.068,26

Item	Descrição	Marca	Un.	Qtd.	Vl. Unit. (R$)	Vl. Total (R$)
0034	Jarra de vidro 1,5 litro	Kehome	UND	24,00	21,49	515,76
0060	Caneca infantil em inox	ke home	UND	900,00	6,59	5.931,00
0078	Prato fundo em aço inox	ke home	UND	350,00	7,49	2.621,50

Ata de Registro de Preços nº 0910006/2026

Fornecedor: H F Diniz (empresário individual, titular Handenbergy Ferreira Diniz) — CNPJ nº 28.121.546/0001-10 **Representante:** Handenbergy Ferreira Diniz (próprio titular) **Itens registrados:** 11 **Valor total:** R$ 17.384,54

Item	Descrição	Marca	Un.	Qtd.	Vl. Unit. (R$)	Vl. Total (R$)
0024	Faca de mesa	Original	UND	160,00	1,75	280,00
0029	Garfo de mesa	Original	UND	160,00	1,39	222,40
0037	Jogo de xícaras de vidro	Inga	KIT	28,00	34,00	952,00
0040	Lixeira 35 litros	Lumar	UND	45,00	30,00	1.350,00
0041	Lixeira com pedal 100 litros	Toyplast	UND	17,00	268,90	4.571,30
0049	Pote plástico 750 ml	Ercaplast	UND	50,00	6,99	349,50
0050	Prato de vidro temperado	Nadir	UND	1.030,00	5,99	6.169,70
0051	Pulverizador borrifador manual	Nobre	UND	130,00	7,39	960,70
0052	Ralador de legumes	Original	UND	16,00	14,39	230,24
0056	Xícara para café	Germ Porcelanas	UND	120,00	14,99	1.798,80
0065	Escorredor para arroz e legumes	Delikasa	UND	10,00	49,99	499,90

Ata de Registro de Preços nº 0910007/2026

Fornecedor: H. C. Cordeiro — CNPJ nº 20.755.100/0001-35 **Representante:** Hilton Costa Cordeiro **Itens registrados:** 33 **Valor total:** R$ 54.899,94

Item	Descrição	Marca	Un.	Qtd.	Vl. Unit. (R$)	Vl. Total (R$)
0001	Bacia plástica 34 litros	Polyutil	UND	18,00	15,20	273,60
0002	Balde plástico reforçado	Polyutil	UND	130,00	15,45	2.008,50
0003	Bandeja retangular em aço inox com alças	Ke Home	UND	22,00	38,00	836,00
0004	Batedeira planetária industrial 6L	Mondial	UND	5,00	780,00	3.900,00
0006	Caçarola 20 litros	Destak	UND	11,00	155,20	1.707,20
0007	Caixa organizadora com tampa	Plasmont	UND	60,00	46,54	2.792,40
0008	Caixa plástica empilhável 25 litros	Plasmont	UND	29,00	61,77	1.791,33
0010	Coador tipo peneira	Ke Home	UND	12,00	25,88	310,56
0012	Colher de mesa	Util Bazar	UND	1.030,00	1,75	1.802,50
0013	Colher de servir	Multimix	UND	33,00	12,25	404,25
0016	Conjunto de copos de vidro	Nadir	UND	30,00	17,90	537,00
0017	Copos altos de vidro	Nadir	UND	160,00	6,14	982,40
0022	Dispenser para sabonete/álcool gel	Nobre	UND	96,00	33,50	3.216,00
0028	Frigideira 38 cm	Balduino	UND	26,00	104,00	2.704,00
0032	Gaveteiro com rodízios	Agraplast	UND	30,00	219,00	6.570,00
0033	Gaveteiro de bancada	Agraplast	UND	34,00	47,35	1.609,90
0035	Jarra plástica 4 litros	Plasmont	UND	45,00	18,10	814,50
0036	Jogo de facas 3 peças	Ke Home	KIT	20,00	62,45	1.249,00
0038	Kit carrinho de limpeza	Nobre	KIT	8,00	1.200,00	9.600,00
0045	Panela caçarola 12 litros	Destak	UND	21,00	123,00	2.583,00
0046	Pegador de macarrão	Multimix	UND	15,00	12,96	194,40

0047	Pegador de salada	Ke Home	UND	13,00	15,00	195,00
0048	Porta-talheres	Plasmont	UND	13,00	24,40	317,20
0054	Tábua de corte	Lumar	UND	30,00	48,00	1.440,00
0061	Chaleira 6,7 litros	Balduino	UND	7,00	90,00	630,00
0064	Escorredor de massas	Plasmont	UND	10,00	39,50	395,00
0066	Escumadeira	Balduino	UND	10,00	22,00	220,00
0067	Espremedor de batatas	Ke Home	UND	10,00	34,44	344,40
0070	Garfo para carne	Ke Home	UND	10,00	10,98	109,80
0073	Pá tipo remo	Kitplas	UND	18,00	90,00	1.620,00
0074	Panela caçarola 14 litros	Destak	UND	9,00	110,00	990,00
0075	Panela caçarola 17 litros	Destak	UND	8,00	160,00	1.280,00
0076	Panela de pressão 10 litros	Real	UND	8,00	184,00	1.472,00

Ata de Registro de Preços nº 0910008/2026

Fornecedor: JM Licitações Ltda — CNPJ nº 67.288.646/0001-97 **Representante:** Ricardo Santos Oliveira **Itens registrados:** 3 **Valor total:** R$ 28.235,00

Item	Descrição	Marca	Un.	Qtd.	Vl. Unit. (R$)	Vl. Total (R$)
0005	Bebedouro elétrico de coluna	Libell	UND	11,00	681,00	7.491,00
0055	Ventilador de parede tipo comercial	Ventisol	UND	65,00	250,00	16.250,00
0071	Liquidificador/triturador industrial 15 litros	JL Colombo	UND	3,00	1.498,00	4.494,00

Ata de Registro de Preços nº 0910009/2026

Fornecedor: LPK Ltda — CNPJ nº 00.535.560/0001-40 **Representante:** Leoni Parcianello Kilpp **Itens registrados:** 1 **Valor total:** R$ 101,44

Item	Descrição	Marca	Un.	Qtd.	Vl. Unit. (R$)	Vl. Total (R$)
0062	Colher para caldeirão	Kitplas	UND	4,00	25,36	101,44

Ata de Registro de Preços nº 0910011/2026

Fornecedor: WL Nogueira Distribuidora Ltda — CNPJ nº 24.334.764/0001-81 **Representante:** Waliton Lages Nogueira **Itens registrados:** 2 **Valor total:** R$ 722,85

Item	Descrição	Marca	Un.	Qtd.	Vl. Unit. (R$)	Vl. Total (R$)
0014	Concha em alumínio	Golden Inox	UND	30,00	14,97	449,10
0015	Concha para feijão	Golden Inox	UND	25,00	10,95	273,75

Valor total geral (8 Atas): R$ 183.192,48

Signatários: Antonimar Amorim Carlos — Prefeito Municipal (representante do órgão, em todas as 8 Atas); Raissa Rabelo Ferreira — representante da empresa (Ata nº 0910003/2026); Handenbergy Ferreira Diniz — representante da empresa (Ata nº 0910006/2026); Bruno Quirino Lima — representante da empresa (Ata nº 0910002/2026); Fabiana Rodrigues Pereira — representante da empresa/titular (Ata nº 0910004/2026); Hilton Costa Cordeiro — representante da empresa (Ata nº 0910007/2026); Ricardo Santos Oliveira — representante da empresa (Ata nº 0910008/2026); Leoni Parcianello Kilpp — representante da empresa (Ata nº 0910009/2026); Waliton Lages Nogueira — representante da empresa (Ata nº 0910011/2026).

Publicado por:
Elifran Dias Muniz
Código Identificador:A42F2E4E

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS - IPSS
EXTRATO DE CONTRATO N° 20261601002 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 0928047/2026

EXTRATO DO CONTRATO N. 20261601002

PROCESSO: 0928047/2026 – 141002 – DI

PARTES: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES/RN – IPSS E EMPRESA **DOTAL CONSULTORIA ATUARIAL E EMPRESARIAL LTDA,** INSCRITO(A) NO CNPJ/CPF SOB O Nº **53.994.397/0001-40.**

OBJETO: **CONSULTORIA E ASSESSORIA ATUARIAL, GESTÃO ATUARIAL, ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E AVALIAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS, BEM COMO APOIO TÉCNICO À GESTÃO PREVIDENCIÁRIA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS, GERIDO PELO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES/RN.**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1	SERVIÇOS DE CONSULTORIA ATUARIAL, GESTÃO ATUARIAL, ESTUDOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E APOIO TÉCNICO À GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO RPPS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS E PRODUTOS DESCRITOS NO ITEM 1.5 E NO TERMO DE REFERÊNCIA	MÊS	12	2.000,00	24.000,00
VALOR TOTAL					**24.000,00**

VALOR ESTIMADO: R$ 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS)

AMPARO LEGAL: ART. 75, II, LEI FEDERAL Nº 14.133/21 E POSTERIORES ALTERAÇÕES

DATA DA ASSINATURA: 16 DE OUTUBRO 2026

VIGÊNCIA: DA DATA DA ASSINATURA ATÉ 15 DE OUTUBRO DE 2027

ASSINAM: ANDERSON MULLER HOLANDA CORTEZ PRESIDENTE DO IPSS, E **DOTAL CONSULTORIA ATUARIAL E EMPRESARIAL LTDA,** INSCRITO(A) NO CNPJ/CPF SOB O Nº 53.994.397/0001-40, REPRESENTANTE LEGAL.

Publicado por:
Anderson Muller Holanda Cortez
Código Identificador:43EEB520

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E DO TURISMO
RESULTADO PRELIMINAR DE MERITO CULTURAL - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

RESULTADO PRELIMINAR DE MERITO CULTURAL
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026
CONCESSÃO DE FOMENTO CULTURAL - POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA (PNAB)

Nº	PROPONENTE	CNPJ/CPF	ÁREA DE ATUAÇÃO	AVALIAÇAO DE MÉRITO	SITUAÇAO
01	Francisco Marcos da Silva Pereira	51715056000163	Literatura e Audiovisual	59	Pré-classificado
02	Ritonio Fernandes Barros	08624310423	Artes e Artesanato	49	Pré-classificado
03	Manoel das Chagas Pereira	28904885434	Música e Cultura Popular	45	Pré-classificado
04	Leonardo Paiva de Souza	12513295439	Dança, teatro e circo	43	Pré-classificado
05	Haulley Wiklif de Almeida Costa	10551800445	Música e Cultura Popular	41	Pré-classificado
06	Francisco De Assis	49130390400	Música e Cultura Popular	39	Pré-classificado
07	Wellington Ferino	71167529430	Dança, teatro e circo	37	Pré-classificado
08	Kelly Caroline Santos	01796066460	Dança, teatro e circo	35	Pré-classificado
09	Francisco Hueliton da Silva	85152129434	Artes e Artesanato	33	Pré-classificado
10	Cleiton Manoel Batista	08743023401	Música e Cultura Popular	32	Pré-classificado
11	Francisca Aucilene Sales	77946570406	Música e Cultura Popular	31	Pré-classificado
12	Raildo Câmara Cavalcante	70655680403	Literatura e Audiovisual	30	Pré-classificado
13	Manoel Henrique de Paiva	11970352493	Artes e Artesanato	29	Pré-classificado
14	Islan dos Santos Nunes	70655658408	Literatura e Audiovisual	27	Pré-classificado
15	Genilda Alves Fernandes	93775288449	Artes e Artesanato	24	Pré-classificado
16	Maria Joserlane da Silva	03633243488	Artes e Artesanato	21	Pré-classificado
17	Francisca de Fátima Leite	42342295472	Artes e Artesanato	20	Pré-classificado
18	Anicleide de Oliveira Paiva	08480900461	Artes e Artesanato	20	Pré-classificado
19	Laedna Lopes da Silva	05727119480	Artes e Artesanato	18	Pré-classificado
20	João Geraldo de Oliveira	59432616487	Música e Cultura Popular	18	Pré-classificado
21	Rejane de Paiva Nunes	01795881410	Artes e Artesanato	18	Pré-classificado
22	Ana Ludmyla Oliveira	70588247464	Artes e Artesanato	17	Pré-classificado
23	Valdecio Ferreira Batista	08544219470	Artes e Artesanato	17	Pré-classificado
24	Romulo Sales	06180561494	Música e Cultura Popular	17	Pré-classificado
25	Carlos Benicio Pereira	53835905449	Música e Cultura Popular	17	Pré-classificado
26	Maria Vanuzia Câmara	02427394408	Artes e Artesanato	15	Pré-classificado
27	Emilly Sangela dantas	71001657411	Artes e Artesanato	14	Pré-classificado
28	Francisco Das Chagas Pereira	11322758735	Música e Cultura Popular	12	Pré-classificado
29	Josimar Gonçalo Pereira	06594289462	Música e Cultura Popular	12	Pré-classificado
30	Geni Catarina Lopes	04739173433	Artes e Artesanato	12	Pré-classificado
31	Luzia Pereira Filgueira	72238453415	Artes e Artesanato	12	Pré-classificado
32	Irene Pereira de Andrade	06167595410	Artes e Artesanato	12	Pré-classificado
33	Tamara Deyse Moura Costa	05648063407	Artes e Artesanato	12	Pré-classificado

Palácio José Gonzaga de Queiroga, em Olho D´Água do Borges/RN, 19 de outubro de 2026.

JADETE MARIA DE OLIVEIRA QUEIROGA DE MORAIS
Secretária Municipal de Cultura e do Turismo

Publicado por:
Elifran Dias Muniz
Código Identificador:9BC3C3A3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL GODEIRO

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0501202602

EXTRATO DE CONTRATO 0501202602
Processo PE 05012026Nº05012026
CONTRATO Nº.....: 0501202602
ORIGEM.....: Nº PE 05012026
CONTRATANTE.....: MUNICIPIO DE RAFAEL GODEIRO
CONTRATADA(O).....: 5A MAQUINAS LTDA
OBJETO.....: Aquisição de Trator mínimo 75 CV e implementos agricolas conforme Convenio nº. 980308/2025
ANEXO DO CONTRATO 05012026 DA LICITAÇÃO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MARCA	UN	QUANT.	PREÇO	TOTAL
3003	TRATOR, TIPO:AGRÍCOLA, POTÊNCIA:MÍNIMA 75 CV, TIPO COMBUSTÍVEL:DIESEL, TIPO MOTOR:3 CILINDROS, TRAÇÃO:4X4, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABINE FECHADA COM AR CONDICIONADO	BUDNY	UN	1,00	136.900,0000	136.900,00
					Total	136.900,00

VALOR TOTAL.....: R$ 136.900,00(Cento e Trinta e Seis Mil e Novecentos Reais)
PROGRAMA DE TRABALHO.....: Unidade 02005 SEC. MUN. DE AGRIC., MEIO AMBIENTE E REC. HIDRICOS, Projeto 1009 AQUIS. DE TRATOR MAQ. E EQUIPAMENTOS, Elemento 4490520000 Equipamentos e material permanente, Fonte 17000000 Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União , Esfera Fiscal, , no valor de R$ 136.900,00

VIGÊNCIA.....: 19/10/2026 a 31/12/2026
DATA DA ASSINATURA.....: 19/10/2026
ASSINARAM.....: LUDMILA CARLOS AMORIM DE ARAÚJO ROSADO, CPF: 011.867.934-14, pelo contratante e pelo(a) contratado(a) LUCAS NIERO BUDNY representante da 5A MAQUINAS LTDA, 60.179.675/0001-71

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:E5A0F664

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 191001/202/2026 PREGÃO ELERÔNICO Nº 024/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 191001/202/2026
PREGÃO ELERÔNICO Nº 024/2026

O O(A) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ, situada no(a), inscrito(a) no CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor(a) MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO, portador do CPF nº CPF/MF Nº 503.344.094-20, considerando o julgamento da contratação, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 024/2026, homologada no dia 19/10/2026, RESOLVE registrar os preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (LIMITES DO MUNICÍPIO) DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS À SOCIEDADE ATRAVÉS DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE RIACHO DA CRUZ/RN, que é parte integrante desta ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado no montante, especificações do objeto, quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor:	04.195.686/0001-74 - POSTO 09 DE MAIO EIRELI - EPP						
Qtd. Itens:	4	**Média Desconto(%):**	-		**Total:**	2.628.550,00	
Item	**Descrição**		**Marca**	**UN**	**Qtd.**	**Vl. Unitário**	**Vl. Total**
1	ÁLCOOL COMBUSTÍVEL PARA ABASTECIMENTO NA BOMBA		Bandeira Branca	LT	25.000,00	5,98	149.500,00
2	GASOLINA PARA ABASTECIMENTO NA BOMBA		Bandeira Branca	LT	105.000,00	7,39	775.950,00
3	OLEO DIESEL COMUM PARA ABASTECIMENTO NA BOMBA		Bandeira Branca	LT	80.000,00	7,98	638.400,00
4	OLEO DIESEL S 10 PARA ABASTECIMENTO NA BOMBA		Bandeira Branca	LT	130.000,00	8,19	1.064.700,00
	Total de Itens por Fornecedor: 4		**Total por Fornecedor:**				**2.628.550,00**
					Total Geral	**2.628.550,00**	

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
3.1. O órgão gerenciador será o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ/RN
3.2 Tendo como órgãos participantes: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1.Em atendimento ao § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do dia de 19/10/2026, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2. A contratação com os licitantes registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

RIACHO DA CRUZ/RN, 19/10/2026

Prefeitura Municipal De Riacho Da Cruz
CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04
MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

POSTO 09 DE MAIO EIRELI - EPP
04195686000174
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Anderson Raphael Silva de Oliveira
Código Identificador:7E7F1CA1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 09300/2026

Aos 30 dias do mês de Setembro de 2026, na sede do Setor de Contratação da Prefeitura Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, localizada na Rua Manoel de Souza Lima - Centro - Riacho de Santana - RN, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00013/2026 que objetiva o registro de preços para: Registro de Preços para futuro e eventual Fornecimento de Equipamentos e Materiais de informática destinados as Secretarias Municipais deste município; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA - CNPJ nº 08.357.634/0001-08.

VENCEDOR: JOSE EDISMAR BEZERRA ME						
CNPJ: 02.138.075/0001-69						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**	**P.UNIT.**	**P.TOTAL**
5	Desktop (Base: PC Intel Core Ultra 5 245K, 8GB DDR5, 256GB) – Computador Desktop (Gabinete): Processador com arquitetura x86–64, com no mínimo 14 núcleos físicos e 14 threads, memória cache (L2+L3) de no mínimo 24MB, frequência base mínima de 4.0 GHz e turbo máximo	BLUEPC	Und	20	2.399,00	47.980,00

	de no mínimo 5.2 GHz (ou pontuação mínima de 30.000 no PassMark CPU Mark); Vídeo integrado ao processador; Memória RAM mínima de 8GB tipo DDR5 (frequência mínima 4800 MHz); Armazenamento interno tipo SSD NVMe M.2 de no mínimo 256GB; Placa–mãe compatível; Fonte de alimentação com certificação 80 Plus; Teclado e mouse USB inclusos.					
7	Kit Teclado/Mouse – Combo com fio USB, padrão ABNT2, teclas de perfil baixo e silenciosas, mouse óptico de alta precisão (= 1000 DPI), design resistente a derramamentos de líquidos.	MULTI	Und	20	36,99	739,80
8	Autotransformador – Autotransformador 3000VA (ou 3kVA), bivolt (127/220V), construção com enrolamento em cobre, proteção térmica com disjuntor ou termostato contra sobrecarga, gabinete metálico.	KF	Und	5	247,98	1.239,90
TOTAL						49.959,70

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:
O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso. Em caso de prorrogação desta Ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do correspondente Contrato, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, relativamente ao Pregão Eletrônico nº 00013/2026, parte integrante deste instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Riacho de Santana, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

Por órgãos ou entidades da administração pública, observadas as disposições do Pregão Eletrônico nº 00013/2026, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador.
Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;
Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;
As aquisições ou as contratações adicionais mediante adesão à ata não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata do registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
O quantitativo decorrente das adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;
Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata de registro de preços;
Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:
As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contração será formalizada por intermédio do Contrato.
O prazo para assinatura do Contrato, será de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data da convocação.
O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado no correspondente Contrato e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.
Não atendendo à convocação para assinar o Contrato, e ocorrendo essa dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.
É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso do licitante vencedor não comparecer para assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.
O Contrato decorrente do presente certame, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços; e aquele que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136; e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00013/2026 e seus anexos, e a seguinte proposta vencedora do referido certame:

- JOSE EDISMAR BEZERRA ME.
02.138.075/0001-69
Item(s): 5 - 7 - 8.
Valor: R$ 49.959,70

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Pau dos Ferros.

Riacho de Santana - RN, 30 de Setembro de 2026

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA –
Prefeito

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:B0E7EC15

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 09301/2026

Aos 30 dias do mês de Setembro de 2026, na sede do Setor de Contratação da Prefeitura Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, localizada na Rua Manoel de Souza Lima - Centro - Riacho de Santana - RN, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00013/2026 que objetiva o registro de preços para: Registro de Preços para futuro e eventual Fornecimento de Equipamentos e Materiais de informática destinados as Secretarias Municipais deste município; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA - CNPJ nº 08.357.634/0001-08.

VENCEDOR: SEVENTEC COMÃ‰RCIO LTDA						
CNPJ: 08.784.976/0002-95						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**	**P.UNIT.**	**P.TOTAL**
3	Impressora Laser (Base: Kyocera Ecosys MA4500IX) – Multifuncional Laser Monocromática: Velocidade mínima de impressão de 45 páginas por minuto (ppm) em papel tamanho A4; Resolução de impressão mínima de 1200 x 1200 dpi; Impressão e cópia frente e verso automáticos (Duplex); Alimentador Automático de Documentos (ADF ou RADF) para no mínimo 50 folhas; Memória RAM mínima de 1 GB; Conectividade rede Gigabit Ethernet e USB; Ciclo de trabalho mensal suportado mínimo de 150.000 páginas.	BROTHER/MFC–L5912dw	Und	5	3.800,00	19.000,00
4	Impressora Tanque de Tinta (Base: Epson L6270) – Multifuncional Tanque de Tinta Colorida: Velocidade de impressão ISO mínima de 15 ppm (preto) e 8 ppm (cores); Resolução de impressão mínima de 4800 x 1200 dpi; Impressão frente e verso automática (Duplex); Alimentador Automático de Documentos (ADF) para no mínimo 30 folhas; Conectividade Wi–Fi, Wi–Fi Direct e rede Ethernet (RJ–45). Visor LCD colorido integrado para controle.	EPSON/L6370	Und	10	2.400,00	24.000,00
TOTAL						43.000,00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:
O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso. Em caso de prorrogação desta Ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do correspondente Contrato, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, relativamente ao Pregão Eletrônico nº 00013/2026, parte integrante deste instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Riacho de Santana, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

Por órgãos ou entidades da administração pública, observadas as disposições do Pregão Eletrônico nº 00013/2026, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador.
Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;
Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;
As aquisições ou as contratações adicionais mediante adesão à ata não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata do registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

O quantitativo decorrente das adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;
Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata de registro de preços;
Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:
As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contração será formalizada por intermédio do Contrato.
O prazo para assinatura do Contrato, será de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data da convocação.
O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado no correspondente Contrato e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.
Não atendendo à convocação para assinar o Contrato, e ocorrendo essa dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.
É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso do licitante vencedor não comparecer para assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.
O Contrato decorrente do presente certame, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços; e aquele que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136; e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.
Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00013/2026 e seus anexos, e a seguinte proposta vencedora do referido certame:

- SEVENTEC COMÃ‰RCIO LTDA.
08.784.976/0002-95
Item(s): 3 - 4.
Valor: R$ 43.000,00

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Pau dos Ferros.

Riacho de Santana - RN, 30 de Setembro de 2026

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA -
Prefeito

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:B6C9BD56

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 09303/2026

Aos 30 dias do mês de Setembro de 2026, na sede do Setor de Contratação da Prefeitura Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, localizada na Rua Manoel de Souza Lima - Centro - Riacho de Santana - RN, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00013/2026 que objetiva o registro de preços para: Registro de Preços para futuro e eventual Fornecimento de Equipamentos e Materiais de informática destinados as Secretarias Municipais deste município; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA - CNPJ nº 08.357.634/0001-08.

VENCEDOR: K J DE M ANDRADE LTDA						
CNPJ: 49.385.374/0001-61						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**	**P.UNIT.**	**P.TOTAL**
1	Notebook (Base: i5 de 13ª geração, 256GB SSD, 8GB) – Notebook Corporativo: Processador de arquitetura x86–64, com pontuação mínima de 14.000 no benchmark PassMark CPU Mark (ou no mínimo 10 núcleos físicos e clock turbo máximo de no mínimo 4.6 GHz); Memória RAM mínima de 8GB DDR4 (ou superior); Armazenamento interno em SSD NVMe de no mínimo 256GB; Tela de 14" a 15.6" polegadas, com resolução mínima Full HD (1920x1080); Wi–Fi 6, Bluetooth 5.0 ou superior; Webcam HD integrada	ASUS	Und	5	3.300,00	16.500,00
2	Notebook (Base: i3 de 13ª geração, 256GB SSD, 8GB) – Notebook Corporativo: Processador de arquitetura x86–64, com pontuação mínima de 10.000 no benchmark PassMark CPU Mark (ou no mínimo 6 núcleos físicos e clock turbo máximo de no mínimo 4.5 GHz); Memória RAM mínima de 8GB DDR4 (ou superior); Armazenamento interno em SSD NVMe de no mínimo 256GB; Tela de 14" a 15.6" polegadas, resolução mínima HD (1366x768) ou Full HD; Wi–Fi, Bluetooth e Webcam integradas.	LENOVO	Und	2	2.900,00	5.800,00
6	Monitor 21.5" – Monitor LED 21.5" Full HD (1920x1080), taxa de atualização = 100Hz, tempo de resposta = 1ms, tecnologia Adaptive–Sync (ou FreeSync), entradas HDMI e VGA, compatível com suporte VESA.	BRAZIL PC	Und	20	399,00	7.980,00
TOTAL						30.280,00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:
O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso. Em caso de prorrogação desta Ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do correspondente Contrato, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, relativamente ao Pregão Eletrônico nº 00013/2026, parte integrante deste instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Riacho de Santana, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

Por órgãos ou entidades da administração pública, observadas as disposições do Pregão Eletrônico nº 00013/2026, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador.
Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;
Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;
As aquisições ou as contratações adicionais mediante adesão à ata não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata do registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
O quantitativo decorrente das adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;
Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata de registro de preços;
Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:
As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contração será formalizada por intermédio do Contrato.
O prazo para assinatura do Contrato, será de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data da convocação.
O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado no correspondente Contrato e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.
Não atendendo à convocação para assinar o Contrato, e ocorrendo essa dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.
É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso do licitante vencedor não comparecer para assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.
O Contrato decorrente do presente certame, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços; e aquele que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136; e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia

de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.
Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00013/2026 e seus anexos, e a seguinte proposta vencedora do referido certame:

- K J DE M ANDRADE LTDA.
49.385.374/0001-61
Item(s): 1 - 2 - 6.
Valor: R$ 30.280,00

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Pau dos Ferros.

Riacho de Santana - RN, 30 de Setembro de 2026

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA -
Prefeito

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:8B0E6BDF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES

GABINETE DO(A) PREFEITA
DECRETO 91/2026

DECRETO Nº 91/2026.

Abre crédito adicional extraordinário destinado ao adimplemento de obrigações contratuais indispensáveis à continuidade de serviços públicos essenciais, em complementação ao Decreto Municipal nº 018/2026; e dá outras providências.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE RODOLFO FERNANDES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que, pelo Decreto Municipal nº 016/2026, foi declarado estado de calamidade financeira e administrativa no âmbito do Poder Executivo Municipal, formalmente reconhecido pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte por meio do Decreto Legislativo nº 07, de 16 de julho de 2026;

CONSIDERANDO que, pelo Decreto Municipal nº 017/2026, foi aberto crédito adicional extraordinário destinado ao reforço de dotações orçamentárias de pessoal e de serviços públicos essenciais de saúde e educação, com fundamento no art. 167, § 3º, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, não obstante a referida medida, o Município permanece sem dotação orçamentária específica para o adimplemento de obrigações contratuais junto a prestadores de serviços cuja atuação é indispensável à continuidade do funcionamento dos órgãos públicos municipais e à efetiva prestação de serviços públicos essenciais, notadamente aqueles relacionados no art. 2º do Decreto nº 016/2026 — atendimento médico-hospitalar, cooperativas médicas, fornecimento de medicamentos, transporte escolar, abastecimento de ambulâncias e veículos oficiais e coleta de resíduos sólidos;

CONSIDERANDO que, em observância ao princípio da separação dos Poderes e à competência privativa do Poder Legislativo para autorizar a abertura de créditos especiais e suplementares (art. 41, incisos I e II, da Lei Federal nº 4.320/1964), o Poder Executivo encaminhou à Câmara Municipal os Projetos de Leis do ano de 2026 de nº 07; 08; 09; 10; 11; 12; 16; 32; 34; 41; 42; 43; 44; 45; 46; 47; 48; 50; 51; 52; 53; 54; 55; 56; 57; 58; 59; 60; 62; 63; 64; 68; 70; 65; 66; 67, destinado à abertura de créditos suplementares e especiais para o adimplemento das obrigações referidas no considerando anterior e contratos de caráter continuado, tal qual, despesas consideradas indispensáveis para manutenção das políticas governamentais e serviço da administração pública;

CONSIDERANDO que os referidos Projetos de Lei foram rejeitados pela Câmara Municipal em sessão realizada em 15 de junho de 2026, 17 de agosto de 2026, exercício, em tese, legítimo e insindicável da competência legislativa ordinária para autorizar, ou não, a criação de nova dotação por crédito especial;

CONSIDERANDO que, todavia, a manutenção da ausência de dotação orçamentária para o adimplemento das obrigações estrita e comprovadamente indispensáveis à continuidade dos serviços públicos essenciais relacionados no art. 1º deste Decreto configura risco iminente de interrupção desses serviços, com grave prejuízo à saúde, à segurança e ao bem-estar da população, em afronta aos princípios da continuidade do serviço público (art. 175, CF), da eficiência administrativa (art. 37, caput, CF) e da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III, CF);

CONSIDERANDO que a presente medida não alcança a integralidade das despesas objeto do Projeto de Lei de crédito especial referido no quarto considerando deste Decreto, restringindo-se, tão somente, à parcela estritamente necessária e urgente, correspondente a obrigações contratuais vencidas ou a vencer em caráter inadiável, vinculadas a serviços cuja interrupção comprometeria a continuidade de funções essenciais do Município, individualizadas no Anexo I deste Decreto;

CONSIDERANDO que a abertura de crédito adicional extraordinário, prevista no art. 167, § 3º, da Constituição Federal, e disciplinada pelos arts. 41, inciso III, e 44 da Lei Federal nº 4.320/1964, constitui competência autônoma do Poder Executivo, distinta da competência legislativa para autorização de créditos especiais, e pressupõe, tão somente, a demonstração cumulativa de despesa imprevisível e urgente, aqui caracterizada pela impossibilidade jurídico-orçamentária superveniente de adimplemento de obrigações indispensáveis à continuidade de serviços públicos essenciais, sem qualquer relação com o mérito da decisão legislativa referida no quinto considerando;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 07/2026 – AJ/PGM, complementar ao Parecer Jurídico nº 04/2026 – AJ/PGM, e o demonstrativo técnico-contábil, ambos anexos a este Decreto, que examinaram especificamente a distinção entre a rejeição do(s) crédito(s) especial(iais) e os pressupostos autônomos do crédito extraordinário, e atestam a presença cumulativa desses pressupostos nos estritos limites ora fixados;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, com fundamento no art. 167, § 3º, da Constituição Federal, c/c os arts. 41, inciso III, e 44 da Lei Federal nº 4.320/1964, crédito adicional extraordinário no valor de RR 1.444,41 (um mil e quatrocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e um centavos), destinado exclusivamente ao adimplemento de obrigações contratuais indispensáveis à continuidade dos seguintes serviços públicos essenciais, individualizadas no Anexo I deste Decreto:

I – Atendimento médico-hospitalar e cooperativas médicas, bem como para pagamento das despesas com eletricidade, água, internet, insumos para os veículos utilizados na saúde, sistemas e softweres, consultorias e assessorias relacionadas aos serviços de saúde, manutenção de centrais de ar, materiais de construção necessários aos reparos elétricos, hidráulicos e em alvenaria, imprescindíveis à manutenção dos prédios utilizados na prestação dos serviços de saúde;

II – Fornecimento de medicamentos e assistência farmacêutica;

III – transporte escolar, e os insumos indispensáveis à sua manutenção, sistemas e softweres, e alimentação escolar, empresas prestadoras de serviços relacionadas à atividade fim da educação, manutenção de centrais de ar, material gráfico, materiais de construção necessários aos reparos elétricos, hidráulicos e em alvenaria, imprescindíveis à manutenção dos prédios utilizados na prestação dos serviços de educação;

IV – Abastecimento de combustível para ambulâncias e veículos vinculados a serviços públicos;

V – Coleta de resíduos sólidos, incluindo as despesas com veículos e maquinário relacionados à limpeza urbana;

VI – Obrigações decorrentes de decisão judicial;

VII – os serviços de assessoria contábil, assessoria jurídica e assessorias relacionadas ao suporte de controle interno e recursos humanos;

VIII – a manutenção/locação do maquinário e veículos destinados às obras nas estradas vicinais, bem como os insumos que lhes sejam correlatos;

IX - Limpeza e higienização dos veículos e maquinário;

§ 1º O crédito ora aberto não abrange despesas de natureza discricionária, administrativa ordinária ou não essencial, ainda que tenham sido objeto do Projeto de Lei de crédito especial referido no quarto considerando deste Decreto, restringindo-se estritamente às hipóteses de indispensabilidade e urgência demonstradas no Anexo I.

§ 2º O detalhamento dos contratos, credores, valores e da natureza essencial de cada obrigação incluída consta do Anexo I, parte integrante deste Decreto, instruído com a documentação comprobatória correspondente.

Art. 2º O crédito aberto por este Decreto terá vigência no exercício financeiro de 2026, nos termos do art. 167, § 2º, da Constituição Federal.

Art. 3º Nos termos do art. 44 da Lei Federal nº 4.320/1964 e do art. 5º, inciso III, do Decreto nº 016/2026, dê-se imediato conhecimento deste Decreto à Câmara Municipal de Rodolfo Fernandes/RN, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de sua publicação.

Art. 4º Encaminhe-se cópia deste Decreto, do Parecer Jurídico nº 05/2026 – AJ/PGM e do demonstrativo técnico-contábil que o fundamentam:

I – Ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, inclusive para atualização da Representação protocolada perante essa Corte;

II – Ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte;

III – Aos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade, em trâmite perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte;

IV – Aos autos da Ação Declaratória de Ilegalidade em trâmite perante a 2ª Vara da Comarca de Apodi/RN.

Art. 6º Este Decreto não exime o Poder Executivo do cumprimento dos limites e das aplicações mínimas constitucionais em saúde e educação, dos deveres de transparência da gestão fiscal (arts. 48 e 49 da Lei Complementar Federal nº 101/2000) e da regular prestação de contas.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rodolfo Fernandes/RN, 19 de outubro de 2026.

ANA CLÁUDIA ALMEIDA CAVALCANTE
Prefeita Constitucional do Município de Rodolfo Fernandes/RN

ANEXO I – RELAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ABERTAS POR CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO.

Fonte de Suplementação: Recursos sem despesas correspondentes				
	2 - Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes			
	2007 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo			
	2.311 - Ações de conservação do Patrimônio Imobiliário tipo Praças, prédios, Espaços Públicos			
		3074 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 1704	R$ 1.444,41
Total da Ação:				**R$ 1.444,41**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 1.444,41**

VALOR TOTAL: R$ R$ 1.444,41

um mil e quatrocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e um centavos

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:D9187E0F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS

GABINETE DO PREFEITO
1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 024/2025

O MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 08.110.439/0001-89, com sede na Prefeitura Municipal, localizada à Rua Manoel Américo de Carvalho, 56, Centro – Santana do Matos/RN – CEP 59.520-000, neste ato representado pelo Exmº Sr. Prefeito Claylton Ângelo Pinheiro da Silveira, brasileiro, divorciado, portador de RG sob nº **.467.*** - SSP/SP, inscrito do CPF sob nº ***.079.094-**, residente na Rua Dr. Aprigio Câmara, S/N – Centro – Santana do Matos/RN - CEP 59.520-000, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e a empresa **M OLIVEIRA FILHO,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº **47.563.270/0001-74**, com sede na Rua Professor Aprígio, nº 550 – Centro – Parelhas/RN – CEP 59.360-000, neste ato representada pelo Sr. Marcondes Oliveira Filho, brasileiro, casado, empresário, portador do RG sob nº *.255.9** – SSP/CE, inscrito no CPF sob nº ***.967.264-**, residente na Rua Professor Aprígio, nº 550 – Centro – Parelhas/RN – CEP 59.360-000; tem entre si justo e avençado e celebram **1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 024/2025 ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO 010/2025**, por força do presente instrumento e Processo Administrativo n° 2456/2026, sujeitos às disposições da Lei n° 14.133/2021 e regulamentos, mediante as seguintes cláusulas e condições, as quais passam a fazer parte integrante da contratação originária.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Constitui objeto do presente Termo a prorrogação da vigência da **Ata de Registro de Preços nº 024/2025**, com relação aos itens fornecidos pela empresa elencada acima, nas condições atualmente pactuadas, inclusive com relação aos respectivos valores registrados, durante o período de 31 de outubro de 2025 a 19 de outubro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS PACTUADOS

Serão mantidas todas as condições já pactuadas anteriormente, inclusive no tocante aos preços registrados, conforme quadro(s) abaixo:

EMPRESA: M OLIVEIRA FILHO						
CNPJ: 47.563.270/0001-74						
ENDEREÇO: Rua Professor Aprígio, 550 – Centro – Parelhas/RN – CEP 59.360-000						
EMAIL: laboratoriomf22@gmail.com					**TEL:(84)** 99615 4407	
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**UND**	**QUANT**	**VALOR UNITARIO**	**VALOR TOTAL**
0001	**PRÓTESE PARCIAL REMOVÍVEL SUPERIOR OU INFERIOR** em acrílico, com palato incolor, dupla prensagem, dentes vipi, seguindo escala de cor, tamanho e qualidade necessária a uma boa estética, gengiva caracterizada seguindo escala, e devem ser de boa qualidade, boa estética e que não sofram alteração de cor e forma quando da ingestão de alimentos quentes. deve possuir grampos de retenção com grade liga de cromo cobalto. o aparelho deve desempenhar suas funções satisfatoriamente, como mastigação, estética, fonética e comodidade. o planejamento deve seguir instruções de um cirurgião-dentista protesista responsável pelo caso	N/C	Unid	300	R$ 200,00	R$ 60.000,00
0002	**PRÓTESE TOTAL REMOVÍVEL SUPERIOR OU INFERIOR** em acrílico, com palato incolor, dupla prensagem, dentes vipi, seguindo escala de cor, tamanho e qualidade necessária a uma boa estética, gengiva caracterizada seguindo escala, e devem ser de boa qualidade, boa estética e que não sofram alteração de cor e forma quando da ingestão de alimentos quentes. o aparelho deve desempenhar suas funções satisfatoriamente, como mastigação, estética, fonética e comodidade. o planejamento deve seguir instruções de um cirurgião-dentista protesista responsável pelo caso	N/C	Unid	400	R$ 200,00	R$ 80.000,00
VALOR TOTAL: R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais).						

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
O presente TERMO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS está fundamentado no artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, bem como nas disposições constantes da Ata de Registro de Preços nº 024/2025 e respectivos apostilamentos realizados durante sua vigência.
CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO
A eficácia inter partes do presente **TERMO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** fica condicionada à divulgação integral do presente termo no PNCP – Portal Nacional de Compras Públicas, à luz do que preceitua o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.
CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO
E, por estarem assim justas e acordes, firmam o presente **TERMO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 024/2025**, que vai assinado pelas partes.

Santana do Matos/RN, 19 de outubro de 2026.

Município Santana Do Matos/RN	M. Oliveira Filho
CNPJ/MF sob nº 08.110.439.0001-89	CNPJ/MF sob nº 47.563.270/0001-74
CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA	***MARCONDES OLIVEIRA FILHO***
CPF nº ***.079.094-**	CPF sob o nº ***.967.264-**
Prefeito Municipal	Representante

Publicado por:
Monica Paula da Silva de Assis
Código Identificador:428AACEE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 01117/2026 – PMSF/RN

ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, CONFORME DETALHAMENTO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a lei orgânica municipal e em conformidade com a Lei 0973/2025.

CONSIDERANDO, Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo;

CONSIDERANDO, Art. 43. § 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; II - os provenientes de excesso de arrecadação; III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei*;*

D E C R E T A

Art. 1º. - Fica aberto no corrente mês um crédito Suplementar no valor R$ 37.633,90 (trinta e sete mil e seiscentos e trinta e três reais e noventa centavos), à dotação especificada a seguir:

Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa				
	2 - Prefeitura Municipal de São Fernando			
		20001 - Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Abastecimento.		
		2.136 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
		1167 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 15000000	R$ 20.000,00
		1171 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 15000000	R$ 10.633,90
Total da Ação:				**R$ 30.633,90**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 30.633,90**
	4 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO			
		10002 - Fundo Mun. Assistência Social		
		2.26 - Manut. Fundo Mun. Assistência Social		
		1246 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 15000000	R$ 7.000,00
Total da Ação:				**R$ 7.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 7.000,00**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, será oriundo da anulação total ou parcial da dotação a seguir:

	2 - Prefeitura Municipal de São Fernando			
		18001 - Secretaria Municipal de Transporte, Serviços e Mobilidade Urbana		
		2.15 - Manutenção Serv. Obras e Serv. Urbanos		
		881 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 15000000	R$ 12.905,91
		887 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Fonte: 15000000	R$ 7.727,99
		890 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 15000000	R$ 10.000,00
Total da Ação:				**R$ 30.633,90**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 30.633,90**
	4 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO			
		10002 - Fundo Mun. Assistência Social		
		1.118 - Construção de Centro Público de Convivência		
		1333 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	Fonte: 15000000	R$ 2.000,00
Total da Ação:				**R$ 2.000,00**
		2.45 - Manutenção do Conselho Tutelar		
		1217 - 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	Fonte: 15000000	R$ 150,00
		1219 - 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil	Fonte: 15000000	R$ 1.000,00
		1220 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 15000000	R$ 1.500,00
		1221 - 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção	Fonte: 15000000	R$ 100,00

	1222 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Fonte: 15000000	R$ 100,00
	1223 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 15000000	R$ 100,00
	1225 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	Fonte: 15000000	R$ 100,00
Total da Ação:			**R$ 3.050,00**
	2.48 - Man. Consel. Mun. Direitos das Crianças e Adolesc		
	1226 - 3.3.50.41.00 - Contribuições	Fonte: 15000000	R$ 150,00
	1227 - 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil	Fonte: 15000000	R$ 500,00
	1228 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 15000000	R$ 200,00
	1229 - 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	Fonte: 15000000	R$ 100,00
	1230 - 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção	Fonte: 15000000	R$ 100,00
	1231 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Fonte: 15000000	R$ 100,00
	1234 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	Fonte: 15000000	R$ 100,00
Total da Ação:			**R$ 1.250,00**
	2.60 - Manut. consel. Munc. Assistência Social		
	1252 - 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil	Fonte: 15000000	R$ 500,00
	1254 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 15000000	R$ 100,00
	1256 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Fonte: 15000000	R$ 100,00
Total da Ação:			**R$ 700,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 7.000,00**

Art. 3º. - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Fernando/RN, 19 de outubro de 2026.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito do Município de São Fernando/RN

Publicado por:
Caio César de Medeiros
Código Identificador:CB5026C0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 9010007/2026 - DISPENSA Nº 003/2026

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 9010007/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20060020/2025
DISPENSA Nº 003/2026
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 9010007/2026

TERMO ADITIVO DE 25% (vinte e cinco por cento) NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE COMPUTADORES, NOTEBOOK E PROJETORES, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO/RN E A EMPRESA ICVIEIRA COMERCIO VAREJISTA LTDA.

Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços. A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO/RN**, neste ato denominado **CONTRATANTE**, com sede na Avenida **Francisco Cabral, 161, Centro, São Pedro/RN,** inscrita no **CNPJ nº 08.079.915/0001-46**, representado pelo(a) Sr. **LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO, PREFEITO MUNICIPAL, portador do CPF nº 024.030.234-69**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE,** e, do outro lado a empresa **ICVIEIRA COMÉRCIO VAJERISTA LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ n° 17.668.111/0001-73**, **localizado na Rua Dom Heitor de Araújo Sales, 50, José Freire, Nísia Floresta/RN, CEP 59.164-000** neste ato representado por seu representante legal o(a) Sr(a). **ILDOMARCOS DACOSTA VIEIRA, brasileiro, empresário, portador(a) do CPF nº 026.342.224-08**, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 20060020/2026 do Contrato Administrativo n° 9010007/2026**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO** conforme os Arts. 124 e 125, da Lei nº. 14.133/2021 e demais disposições de Direito Público, que será regido pelas condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBEJTO

1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto **o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) no valor do Contrato nº 9010007/2026**, que trata da **prestação de serviços de locação de computadores, notebook e projetores, que entre si celebram o município de São Pedro/RN,** mantendo-se todas as demais especificações e condições originalmente pactuadas.

1.2 Objeto da contratação:

Item.	Descrição	Unid	%	Quant	Valor Unit	Valor Total
1	MICRO COMPUTADOR COMPLETO CORE™ I5 -7400 CACHE DE 6M, ATÉ 3,50 GHZ MONITOR FULL HD DE 24" POLEGADAS COM RESOLUÇÃO DE 1920X1080, COM TELA PLANA ,SISTEMA OPERACIONAL: WINDOWS 11 HOME SINGLE LANGUAGE 64 BITS EM PORTUGUÊS (BRASIL) MEMÓRIA 8GB (1X8GB), DDR4, 2666MHZ DISCO RÍGIDO (HD) SATA 3.5" DE 500GB (7200RPM) PLACA GRÁFICA INTEGRADA INTEL® GRÁFICOS TECLADO MULTIMÍDIA SEM FIO KB216 EM PORTUGUÊS (BRASIL) | MOUSE ÓPTICO SEM FIO MS116 DA DELL - PRETO |POSSUI LEITOR E GRAVADOR DE CD/DVD |ÁUDIO: WAVES MAXXAUDIO® PRO |CONECTIVIDADE: PLACA DE REDE 802.11AC (WIFI 2X2) + BLUETOOTH 5.0 | CHIPSET: INTEGRADO COM O PROCESSADOR | VOLTAGEM: 100 - 240 VOLTS AC (BIVOLT) | ALTURA: 9,26 CM | LARGURA: 29 CM | PROFUNDIDADE: 29,28CM | PESO APROXIMADO: 3,52KG | FRENTE: 2 PORTAS USB 3.2 GEN 1 TYPE -A , 2 PORTAS USB 2.0 , 1 CONECTOR PARA FONES DE OUVIDO E MICROFONE, LEITOR DE CARTÃO SD (SD, SDHC, SDXC) | PORTAS TRASEIRAS: 2 PORTAS USB 3.2 GEN 1 TYPE -A , 2 PORTAS USB 2.0 , 1 PORTA DE REDE RJ - 45, 1 SAÍDA HDMI, 1 CONECTOR VGA, 1 SAÍDA DE CANAL DE ÁUDIO | CONTEÚDO DA EMBALAGEM: CPU, MANUAIS, CABOS, TECLADO E MOUSE (NOVO DE PRIMEIRO USO)	mês	25%	21	R$ 245,00	R$ 5.145,00
2	NOTEBOOK CORE I5 7200U • MEMÓRIA RAM: 8GB, DDR4, 2666MHZ (8X1) • DISCO RÍGIDO (HD): 500GB 5400 RPM 2. 5" SATA • TELA LED DE 15. 6" HD (1366 X 768) ANTIRREFLEXO • TECLADO: TECLADO NUMÉRICO, EM PORTUGUÊS (BRASIL) ABNT2, DE MEMBRANA COM MATERIAL RESISTENTE A DERRAMAMENTO DE LÍQUIDOS • WINDOWS 11 (NOVO DE PRIMEIRO USO)	mês	24,3%	17	R$ 310,00	R$ 5.270,00
TOTAL GERAL					**R$ 10.415,00**	

CLÁUSULA SEGUNDA– DO VALOR DO CONTRATO
2.1 O valor original do **Contrato nº 9010007/2026** era de **R$ 50.680,00 (cinquta mil seiscentos e oitenta reais)**.

2.2 Com o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) dos itens acima descriminado, correspondente a **R$ 10.415,00 (dez mil quatrocentos e quinze reais)**, o valor total do contrato passa a ser de **R$ 61.095,00 (sessenta e um mil e noventa e cinco reais)**, mantendo-se inalteradas as demais condições e especificações do contrato original.

CLÁUSULA TERCEIRA – A FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
3.1 A alteração ora pactuada encontra amparo nos Arts. 124 e 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a necessidade de **acréscimo de quantitativos e valores no Contrato nº 9010007/2026, para atendimento das demandas da Administração Municipal de São Pedro/RN**, mantendo-se todas as demais condições e especificações originalmente pactuadas.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA
4.1. Para o pagamento das despesas decorrentes do presente Termo Aditivo, serão utilizados os recursos previstos no orçamento programado e serão empenhadas na seguinte dotação:

Und. Orçamentária: 02.04 SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA
Ação: 20.122.0001.2006.0000 – Manutenção das atividades da Secretaria de Agricultura
Fonte: 1.500.0000 - Natureza: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ

Und. Orçamentária: 02.05 SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Ação: 12.122.0006.2007.0000 – Manutenção das atividades da Secretaria de Educação
Fonte: 1.500.0000. - Natureza: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ

Und. Orçamentária: 02.06 SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS, TRANSPORTE E URBANISMO
Ação: 15.452.0001.2012.0000 – Manutenção das atividades da Secretaria de Obras, Transporte e Urbanismo
Fonte: 1.500.0000 - Natureza: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ

Und. Orçamentária: 02.07 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Ação: 08.122.0009.2020 – Manutenção das atividades do FMAS
Fonte: 1.500.0000 - Natureza: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ

Und. Orçamentária: 02.08 SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE
Ação: 10.122.0004.2013.0000 – Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde
Fonte: 1.500.1002 - Natureza: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO DO CONTRATO
5.1 Ficam **RATIFICADAS E MANTIDAS** todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 9010007/2026**, não modificadas por este instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICIDADE
6.1 A publicação resumida do presente Termo Aditivo será providenciada na imprensa oficial, conforme determina o art. 94 da Lei nº 14.133/2021, que é condição indispensável para sua eficácia.

E por estarem assim justas e combinadas, assinam o presente termo aditivo em duas vias de igual teor, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

São Pedro/RN 03 de setembro de 2026.

LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO
Prefeito Municipal

Icvieira Comércio Varejista LTDA
CNPJ: 17.668.111/0001-73
ILDOMARCOS DA COSTA VIEIRA
CPF: 026.342.224-08
Representante Legal Da Empresa

Publicado por:
Gildeone Fernandes de Araújo
Código Identificador:D8512F26

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 9010009/2026 - DISP. 004/2026

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 9010009/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20060021/2025
DISPENSA Nº 004/2026
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 9010009/2026

TERMO ADITIVO DE 3% (três por cento) NO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORA PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO/RN, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO/RN E A EMPRESA ICVIEIRA COMERCIO VAREJISTA LTDA.

Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços. A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO/RN**, neste ato denominado **CONTRATANTE**, com sede na Avenida **Francisco Cabral, 161, Centro, São Pedro/RN,** inscrita no **CNPJ nº 08.079.915/0001-46**, representado pelo(a) Sr. **LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO, PREFEITO MUNICIPAL, portador do CPF nº 024.030.234-69**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE,** e, do outro lado a empresa **ICVIEIRA COMÉRCIO VAJERISTA LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ n° 17.668.111/0001-73**, **localizado na Rua Dom Heitor de Araújo Sales, 50, José Freire, Nísia Floresta/RN, CEP 59.164-000** neste ato representado por seu representante legal o(a) Sr(a). **ILDOMARCOS DACOSTA VIEIRA, brasileiro, empresário, portador(a) do CPF nº 026.342.224-08**, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 20060021/2026 do Contrato Administrativo n° 9010009/2026**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO** conforme os Arts. 124 e 125, da Lei nº. 14.133/2021 e demais disposições de Direito Público, que será regido pelas condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBEJTO

1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto **o acréscimo de 3% (três por cento) no valor do Contrato nº 9010009/2026**, que trata da **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de impressora para atender a demanda do município de São Pedro/rn, que entre si celebram o município de São Pedro/RN,** mantendo-se todas as demais especificações e condições originalmente pactuadas.

1.2 Objeto da contratação:

Item.	Descrição	Unid	%	Quant	Valor Unit	Valor Total
1	MICRO COMPUTADOR COMPLETO CORE™ I5 -7400 CACHE DE 6M, ATÉ 3,50 GHZ MONITOR FULL HD DE 24" POLEGADAS COM RESOLUÇÃO DE 1920X1080, COM TELA PLANA ,SISTEMA OPERACIONAL: WINDOWS 11 HOME SINGLE LANGUAGE 64 BITS EM PORTUGUÊS (BRASIL) MEMÓRIA 8GB (1X8GB), DDR4, 2666MHZ DISCO RÍGIDO (HD) SATA 3.5" DE 500GB (7200RPM) PLACA GRÁFICA INTEGRADA INTEL® GRÁFICOS TECLADO MULTIMÍDIA SEM FIO KB216 EM PORTUGUÊS (BRASIL) | MOUSE ÓPTICO SEM FIO MS116 DA DELL - PRETO |POSSUI LEITOR E GRAVADOR DE CD/DVD |ÁUDIO: WAVES MAXXAUDIO® PRO |CONECTIVIDADE: PLACA DE REDE 802.11AC (WIFI 2X2) + BLUETOOTH 5.0 | CHIPSET: INTEGRADO COM O PROCESSADOR | VOLTAGEM: 100 - 240 VOLTS AC (BIVOLT) | ALTURA: 9,26 CM | LARGURA: 29 CM | PROFUNDIDADE: 29,28CM | PESO APROXIMADO: 3,52KG | FRENTE: 2 PORTAS USB 3.2 GEN 1 TYPE -A , 2 PORTAS USB 2.0 , 1 CONECTOR PARA FONES DE OUVIDO E MICROFONE, LEITOR DE CARTÃO SD (SD, SDHC, SDXC) | PORTAS TRASEIRAS: 2 PORTAS USB 3.2 GEN 1 TYPE -A , 2 PORTAS USB 2.0 , 1 PORTA DE REDE RJ - 45, 1 SAÍDA HDMI, 1 CONECTOR VGA, 1 SAÍDA DE CANAL DE ÁUDIO | CONTEÚDO DA EMBALAGEM: CPU, MANUAIS, CABOS, TECLADO E MOUSE (NOVO DE PRIMEIRO USO)	mês	3%	5	R$ 385,00	R$ 1.925,00
TOTAL GERAL					**R$ 1.925,00**	

CLÁUSULA SEGUNDA– DO VALOR DO CONTRATO

2.1 O valor original do **Contrato nº 9010009/2026** era de **R$ 63.525,00 (Sessenta e treês mil quinhentos e vinte e cinco reais)**.

2.2 Com o acréscimo de **3% (três por cento)** dos itens acima descriminado, correspondente **R$ 1.925,00 (Hum mil novecentos e vinte e cinco reais)**., o valor total do contrato passa a ser de **R$ 65.450,00 (sessenta e cinco mil e quatrocentos e cinquenta reais)**, mantendo-se inalteradas as demais condições e especificações do contrato original.

CLÁUSULA TERCEIRA – A FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1 A alteração ora pactuada encontra amparo nos Arts. 124 e 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a necessidade de **acréscimo de quantitativos e valores no Contrato nº 9010009/2026, para atendimento das demandas da Administração Municipal de São Pedro/RN**, mantendo-se todas as demais condições e especificações originalmente pactuadas.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

4.1. Para o pagamento das despesas decorrentes do presente Termo Aditivo, serão utilizados os recursos previstos no orçamento programado e serão empenhadas na seguinte dotação:

Und. Orçamentária: 02.04 SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA
Ação: 20.122.0001.2006.0000 – Manutenção das atividades da Secretaria de Agricultura
Fonte: 1.500.0000 - Natureza: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ

Und. Orçamentária: 02.05 SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Ação: 12.122.0006.2007.0000 – Manutenção das atividades da Secretaria de Educação
Fonte: 1.500.0000. - Natureza: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ

Und. Orçamentária: 02.06 SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS, TRANSPORTE E URBANISMO
Ação: 15.452.0001.2012.0000 – Manutenção das atividades da Secretaria de Obras, Transporte e Urbanismo
Fonte: 1.500.0000 - Natureza: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ

Und. Orçamentária: 02.07 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Ação: 08.122.0009.2020 – Manutenção das atividades do FMAS
Fonte: 1.500.0000 - Natureza: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ

Und. Orçamentária: 02.08 SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE
Ação: 10.122.0004.2013.0000 – Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde
Fonte: 1.500.1002 - Natureza: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO DO CONTRATO

5.1 Ficam **RATIFICADAS E MANTIDAS** todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 9010009/2026**, não modificadas por este instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICIDADE

6.1 A publicação resumida do presente Termo Aditivo será providenciada na imprensa oficial, conforme determina o art. 94 da Lei nº 14.133/2021, que é condição indispensável para sua eficácia.

E por estarem assim justas e combinadas, assinam o presente termo aditivo em duas vias de igual teor, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

São Pedro/RN 03 de setembro de 2026.

LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO
Prefeito Municipal

Icvieira Comércio Varejista LTDA
CNPJ: 17.668.111/0001-73
ILDOMARCOS DA COSTA VIEIRA
CPF: 026.342.224-08
Representante Legal Da Empresa

Publicado por:
Gildeone Fernandes de Araújo
Código Identificador:78E62AA2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 9010012/2026 - ADESÃO Nº 005/2026

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 9010012/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20060034/2025
ADESÃO Nº 005/2026
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 9010012/2026

TERMO ADITIVO DE 25% (vinte e cinco por cento) NO CONTRATO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA USO EM TODA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO/RN, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO/RN, E A EMPRESA ICVIEIRA COMÉRCIO VAREJISTA LTDA.

Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços. A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO/RN**, neste ato denominado **CONTRATANTE**, com sede na Avenida **Francisco Cabral, 161, Centro, São Pedro/RN,** inscrita no **CNPJ nº 08.079.915/0001-46**, representado pelo(a) Sr. **LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO, PREFEITO MUNICIPAL, portador do CPF nº 024.030.234-69**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE,** e, do outro lado a empresa **ICVIEIRA COMÉRCIO VAJERISTA LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ n° 17.668.111/0001-73**, **localizado na Rua Dom Heitor de Araújo Sales, 50, José Freire, Nísia Floresta/RN, CEP 59.164-000** neste ato representado por seu representante legal o(a) Sr(a). **ILDOMARCOS DACOSTA VIEIRA, brasileiro, empresário, portador(a) do CPF nº 026.342.224-08**, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 20060034/2026 do Contrato Administrativo n° 9010012/2026**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO** conforme os Arts. 124 e 125, da Lei nº. 14.133/2021 e demais disposições de Direito Público, que será regido pelas condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBEJTO
1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto **o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) no valor do Contrato nº 9010012/2026**, que trata da **contratação de empresa para confecção de materiais gráficos para uso em toda a Administração Municipal de São Pedro/RN,** mantendo-se todas as demais especificações e condições originalmente pactuadas.

1.2 Objeto da contratação:

Item.	Descrição	Unid	%	Quant	Valor Unit	Valor Total
7	BLOCOS FICHA DE INVESTIGAÇÃO SINAN/DENGUE E FEBRE DE CHIKUNGUNYA 1x1	bloco	24%	12	R$ 4,00	R$ 48,00
8	BLOCOS FICHA DE INVESTIGAÇÃO SINAN/VIOLÊNCIA INTERPESSOAL AUTOPROVOCADA 1x1	bloco	24%	12	R$ 3,00	R$ 36,00
11	BLOCOS DE FOLHA DE PONTO DA ATENÇÃO BÁSICA 1x1	bloco	25%	10	R$ 3,60	R$ 36,00
12	BLOCOS CONTROLE DIÁRIO DA TEMPERATURA 1x1	bloco	25%	10	R$ 3,60	R$ 36,00
23	ENVELOPES 24x34cm EM CRAFITE OURO 4x0	UND	25%	375	R$ 0,55	R$ 206,25
24	ENVELOPES TMBRADO 24x34 4 CORES	Und	25%	375	R$ 0,70	R$ 262,50
26	BLOCOS ATESTADO MÉDICO 100x1	bloco	25%	625	R$ 2,90	R$ 1.812,50
30	BLOCOS FICHA DE ATENDIMENTO MÉDICO 100x1	bloco	25%	25	R$ 3,30	R$ 82,50
31	ENVELOPES TAM 37x45cm	UND	25%	625	R$ 0,70	R$ 437,50
32	ENVELOPES TAM 38x28cm	UND	25%	625	R$ 0,60	R$ 375,00
33	BLC TIMBRADOS 50x2 TAM. 15x21cm	bloco	25%	250	R$ 3,90	R$ 975,00
37	BLOCOS FICHA DE INVESTIGAÇÃO SINAN/SÍFILIS EM GESTANTES 1x1	bloco	24%	18	R$ 3,65	R$ 65,70
40	BLOCOS FICHA DE INVESTIGAÇÃO SINAN/HANSENÍASE 1x1	bloco	24%	18	R$ 5,10	R$ 91,80
42	BLOCOS FICHA DE ACOMPANHANTE DA GESTANTE 1x1	bloco	24%	18	R$ 5,16	R$ 92,88
45	BLOCOS FICHA DE CADASTRAMENTO DA GESTANTE 1x1	bloco	25%	25	R$ 4,10	R$ 102,50
46	BLOCOS DE NOTIFICAÇÃO DE ÓBITOS/NASCIDO VIVOS 1x1	bloco	25%	25	R$ 5,00	R$ 125,00
47	BLOCOS FICHA DE REGISTROS DO VACINADO 1x1	bloco	25%	25	R$ 4,50	R$ 112,50
59	BLOCOS DE REQUERIMENTO DE FÉRIAS 1x1	bloco	24%	6	R$ 5,00	R$ 30,00
61	FICHAS INDIVIDUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL 6 A 9 ANO	bloco	25%	75	R$ 0,65	R$ 48,75
62	HISTÓRICO ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL TAM 21x31	UND	25%	250	R$ 0,75	R$ 187,50
63	BLOCOS DE RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL 50x2	bloco	25%	125	R$ 3,37	R$ 421,25
64	CARTÕES HIPERTENSO 4x1 COM TAM 21x31	UND	25%	625	R$ 0,50	R$ 312,50
66	BLOCOS 100x1 DE REPRODUÇÃO AMBULATORIAL BPA 1	bloco	25%	25	R$ 4,20	R$ 105,00
70	BLOCOS MAPAS DE APTAÇÃO MENSAL DE TESTES RÁPIDOS 100x1	bloco	24%	18	R$ 3,40	R$ 61,20
71	BLOCOS FICHA INDIVIDUAL DA GESTANTE E PUERPERA 100x1	bloco	24%	12	R$ 2,96	R$ 35,52
73	CONVITES OFICIAIS TAM. 30x20 COM DOBRA OFFSET	UND	25%	312	R$ 0,85	R$ 265,20
74	ENVELOPES 24x34 4 CORES EM AMBOS OS LADOS	UND	25%	750	R$ 0,76	R$ 570,00
76	RECEITUÁRIO CONTROLE CHEQUE 20x1	bloco	25%	187	R$ 4,35	R$ 813,45
78	BLC TERMO DE CONSENTIMENTOS P/ TESTE RÁPIDOS P/ HEPATITE B e C 50x2	bloco	24%	18	R$ 6,00	R$ 108,00
81	CADERNETAS EJA COM 7 ÁGINAS 1x1	UND	25%	62	R$ 2,50	R$ 155,00
85	PASTA CLASSIFICADOR EM PAPEL CARTÃO 480g/m²	UND	25%	1.250	R$ 6,60	R$ 8.250,00
86	BLC TIMBRADOS 50x2 TAM. 15x21 cm	bloco	25%	62	R$ 4,90	R$ 303,80
87	CONFECÇÃO DE BACKDROP 3x2m EM LONA 440	UND	24%	12	R$ 551,00	R$ 6.612,00
90	CONFECÇÃO DE FAIXA 3x1,5 EM LONA 440	UND	24%	12	R$ 270,00	R$ 3.240,00
92	CONFECÇÃO DE FAIXA 2,5x2,5cm LONA 440	UND	24%	12	R$ 195,00	R$ 2.340,00

93	CONFECÇÃO DE FAIXA 3x3 EM LONA 440	UND	23%	8	R$ 244,95	R$ 1.959,60
94	CONFECÇÃO DE ADESIVO PLÁSTICO LEITOSO	Metros	25%	75	R$ 75,00	R$ 5.625,00
96	ADESIVO PLÁSTICO LEITOSO COM RECORTE	Metros	25%	75	R$ 75,00	R$ 5.625,00
98	CONFECÇÃO DE PLACA EM ALUMÍNIO ACM 3x1	UND	24%	6	R$ 225,57	R$ 1.353,42
99	CONFECÇÃO DE PLACA ALUMÍNIO ACM, 3,5 x 2,5	UND	24%	6	R$ 1.250,00	R$ 7.500,00
101	CONFECÇÃO LONA 15m x 2,5 EM LONA 440	UND	24%	4	R$ 2.000,00	R$ 8.000,00
103	CONFECÇÃO DE FOLDERS 65x29,7cm	UND	25%	1.250	R$ 3,00	R$ 3.750,00
107	INFORMATIVOS COM 30 PÁGINAS 4x4 CORES	UND	25%	1.250	R$ 2,90	R$ 3.625,00
122	CONFECÇÃO DE COPO PERSONALIZADO	UND	25%	62	R$ 7,00	R$ 434,00
138	CONFECÇÃO DE PASTA COM BOLSO	UND	25%	1.250	R$ 1,20	R$ 1.500,00
TOTAL GERAL					R$ 68.128,82	

CLÁUSULA SEGUNDA– DO VALOR DO CONTRATO

2.1 O valor original do **Contrato nº 9010012/2026** era de **R$ 773.652,50 (setecentos e setenta e três mil seiscentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos)**.

2.2 Com o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) dos itens acima descriminado, correspondente a **R$ 68.125,82 (sessenta e oito mil cento e vinte e cinco reais e oitenta e dois centavos)**, o valor total do contrato passa a ser de **R$ 841.781,32 (oitocentos e quarenta e um mil setecentos e oitenta e um reais e trinta e dois centavos)**, mantendo-se inalteradas as demais condições e especificações do contrato original.

CLÁUSULA TERCEIRA – A FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1 A alteração ora pactuada encontra amparo nos Arts. 124 e 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a necessidade de **acréscimo de quantitativos e valores no Contrato nº 9010012/2026, para atendimento das demandas da Administração Municipal de São Pedro/RN**, mantendo-se todas as demais condições e especificações originalmente pactuadas.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

4.1. Para o pagamento das despesas decorrentes do presente Termo Aditivo, serão utilizados os recursos previstos no orçamento programado e serão empenhadas na seguinte dotação:

Und. Orçamentária: 02.02 SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO E RELAÇÕES HUMANAS
Ação: 04.122.0001.2003.0000 – Manutenção das atividades da Secretaria de Administração
Fonte: 1.500.0000 Natureza: 3.3.90.39 – Material de Consumo

Und. Orçamentária: 02.07 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Ação: 08.122.0009.2020.0000 – Manutenção das atividades do FMAS
Fonte: 1.500.0000 Natureza: 3.3.90.39 – Material de Consumo

Und. Orçamentária: 02.07 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Ação: 08.245.0009.2021.0000 – Manutenção das atividades do Serviço de Proteção Social Básica
Fonte: 1.660.0000 Natureza: 3.3.90.39 – Material de Consumo

Und. Orçamentária: 02.05 SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Ação: 12.122.0006.2007.0000 – Manutenção das atividades da Secretaria de Educação
Fonte: 1.500.000 Natureza: 3.3.90.39 – Material de Consumo

Und. Orçamentária: 02.05 SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Ação: 12.361.0006.2009.0000 – Manutenção do FUNDEB 30% - Fundamental
Fonte: 1.540.0000 Natureza: 3.3.90.39 – Material de Consumo

Und. Orçamentária: 02.05 SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Ação: 12.365.0006.2008.0000 - Manutenção do FUNDEB 30% - Infantil
Fonte: 1.540.0000 Natureza: 3.3.90.39 – Material de Consumo

Und. Orçamentária: 02.05 SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Ação: 12.365.0006.2051.0000 – Manutenção do Ensino Infantil
Fonte: 1.500.1001 Natureza: 3.3.90.39 – Material de Consumo

Und. Orçamentária: 02.05 SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Ação: 12.366.0006.2058.0000 – Manutenção do EJA
Fonte: 1.500.1001 Natureza: 3.3.90.39 – Material de Consumo

Und. Orçamentária: 02.05 SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Ação: 12.366.0006.2080.0000 – Manutenção do FUNDEB 30% - EJA
Fonte: 1.540.0000 Natureza: 3.3.90.39 – Material de Consumo

Und. Orçamentária: 02.05 SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Ação: 12.368.0006.2032.0000 – Manutenção do Atividade do Salário
Fonte: 1.550.0000 Natureza: 3.3.90.39 – Material de Consumo

Und. Orçamentária: 02.05 SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Ação: 12.365.0006.2088.0000 – Manutenção da Merenda Escolar – PNAE PRE-ESCOLAR
Fonte: 1.552.0000 Natureza: 3.3.90.39 – Material de Consumo

Und. Orçamentária: 02.05 SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Ação: 12.365.0006.2091.0000 – Manutenção da Merenda Escolar – PNAE CRECHE
Fonte: 1.552.0000 Natureza: 3.3.90.39 – Material de Consumo

Und. Orçamentária: 02.05 SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Ação: 12.366.0006.2092.0000 – Manutenção da Merenda Escolar – PNAE EJA
Fonte: 1.552.0000 Natureza: 3.3.90.39 – Material de Consumo

Und. Orçamentária: 02.05 SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Ação: 12.361.0006.2089.0000 – Manutenção da Merenda Escolar – PNAE FUNDAMENTAL
Fonte: 1.552.0000 Natureza: 3.3.90.39 – Material de Consumo

Und. Orçamentária: 02.08 SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE
Ação: 10.122.0005.2057.000 – Manutenção do Conselho Municipal de Saúde
Fonte: 1.500.1002 Natureza: 3.3.90.39 – Material de Consumo

Und. Orçamentária: 02.08 SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE
Ação: 10.122.0004.2013.000 – Manutenção das Atividades do Fundo
Fonte: 1.500.1002 Natureza: 3.3.90.39 – Material de Consumo

Und. Orçamentária: 02.09 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO
Ação: 23.695.0001.2063.0000 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Turismo
Fonte: 1.500.0000 Natureza: 3.3.90.39 – Material de Consumo

Und. Orçamentária: 02.06 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E URBANISMO
Ação: 15.452.0001.2012.0000 - Manutenção das Atividades da Sec.Transp.Serv.
Fonte: 1.500.0000 Natureza: 3.3.90.39 – Material de Consumo

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO DO CONTRATO
5.1 Ficam **RATIFICADAS E MANTIDAS** todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 9010012/2026**, não modificadas por este instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICIDADE
6.1 A publicação resumida do presente Termo Aditivo será providenciada na imprensa oficial, conforme determina o art. 94 da Lei nº 14.133/2021, que é condição indispensável para sua eficácia.

E por estarem assim justas e combinadas, assinam o presente termo aditivo em duas vias de igual teor, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

São Pedro/RN 19 de outubro de 2026.

LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO
Prefeito Municipal

Icvieira Comércio Varejista LTDA
CNPJ: 17.668.111/0001-73
ILDOMARCOS DA COSTA VIEIRA
CPF: 026.342.224-08
Representante Legal da Empresa

Publicado por:
Gildeone Fernandes de Araújo
Código Identificador:C085AF3F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 328/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 61/2026

CONTRATO Nº.....: 328/2026

ORIGEM.....: Pregão Eletrônico - 9/2026

CONTRATANTE.....: MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE POR MEIO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL CNPJ: 14.851.152/0001-02 ENDEREÇO PRAÇA JOAQUIM ARAÚJO FILHO, 84 , CENTRO, SÃO VICENTE/RN CEP:59340000

CONTRATADA(O).....: FORMATO DIGITAL COMERCIO E COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 31.070.939/0001-56, sediado(a) na R EURIPEDES TAVARES, 312, Tambiá, João Pessoa/PB CEP:58020534

OBJETO.....: AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

ITENS:

Seq.	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
16	PEN DRIVE 64GB ARMAZENAMENTO COM INTERFACE USB 2.0 OU SUPERIOR	Unidade	SANDISK	08	59,0000	472,00

VALOR TOTAL.....: R$ 472,00 (quatrocentos e setenta e dois reais)

PROGRAMA DE TRABALHO.....: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do município deste exercício, na dotação abaixo discriminada: Programa: 08.244.0017.2062 – Manutenção da Primeira Infância no SUAS 08.244.0018.2064 – Manutenção da Proteção Social Esp de Média Complexidade 08.244.0017.2066 – Manutenção do Programa Bolsa Família Elemento de despesa: 44.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente; Subelemento de despesa: 44.90.52.99 – Outros equipamentos e material permanente; Fonte: 1660000000 - Transferências de recursos do FNAS 1661000000 - Transferências de recursos do FEAS

VIGÊNCIA.....: O prazo de vigência da contratação é até **14 de outubro de 2027** contados da assinatura do contrato

DATA DA ASSINATURA.....: 15 de outubro de 2026

ASSINAM:

PELA CONTRATANTE: GABRIELA BEATRIZ DANTAS SOARES DE SOUZA

PELA CONTRATADA: NAPOLEÃO ROSAS DE LIMA

FISCAL DO CONTRATO: VILMA SOARES SANTANA DA SILVA

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:1BBA5E42

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE ADESÃO N° 012/2026

O Prefeito Municipal de Senador Elói de Souza/RN, no uso de suas atribuições**, RESOLVE:**

DECLARAR, para todos os fins, que através do Processo nº 088/2026, da Adesão a Ata de Registro de Preço - ARP nº 008/2026, relativo ao Pregão Eletrônico (SRP) nº 006/2026 – Prefeitura Municipal de Florânia/RN, destinada ao ***"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL* AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS ODONTOLÓGICOS..."***,* de acordo com as normas estabelecidas pelo edital de contrato e no item de especificação e quantidade abaixo discriminada.

DECLARA, ainda que todos os atos do Órgão Gerenciador da Ata de "Registro de Preços, subsequentes a esta anuência fica desde já RATIFICADOS, salvo aqueles que alterem substancialmente o objeto e o quantitativo.

EMPRESA: ODONTOMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA
CNPJ: 27.029.083/0001-06
ENDEREÇO: Avenida João XXIII, 72, Cohabinal – Parnamirim/RN, CEP: 59.140-690

OBJETO

"AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS ODONTOLÓGICOS DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN."

ESPECIFICAÇÃO / DETALHAMENTO TÉCNICO / VALOR

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ACIDO GEL (CONDOUC 37)	PCT	65	R$4,34	R$282,10
2	ADESIVO DENTINÁRIO, FRASCO COM 4ML. REFERÊNCIA:PRIME & BOND OU SINELE BLOND	FRASCO	60	R$142,30	R$8.538,00
3	AGULHA DESCARTÁVEL GENGIVALBISEL TRIFACETADO E CÂNULA SILICONIZADA, CÂNULA ALTAMENTE FLEXÍVEL, COM 100 UNID.	CX	150	R$29,19	R$4.378,50
4	ALAVANCA SELDIN ADULTO DIREITA	UND	2	R$34,73	R$69,46
5	ALAVANCA SELDIN ADULTO ESQUERDA	UND	2	R$34,73	R$69,46
6	ALAVANCA SELDIN ADULTO RETA	UND	2	R$34,73	R$69,46
7	ALVEOLITEM PARA USO ODONTOLÓGICO	UND	5	R$47,89	R$239,45
8	ANESTÉSICO INJETÁVEL LOCAL,MEPICAVAÍNA3%,COM VASO CONSTRITOR,CX COM 50 TUBETES ACONDICIONADOS EM BLISTERS LACRADOS COM 10 TUBETES CADA.	CX	125	R$153,87	R$19.233,75
9	ANESTÉSICO INJETÁVEL LOCAL,MEPIVACAÍNA3%,SEM VASOCONSTRITOR,CX COM 50 TUBETES ACONDICIONADOS EM BLISTERS LACRADOS COM 10 TUBETES CADA.	CX	30	R$151,86	R$4.555,80
10	0013138 - ANESTÉSICO INJETÁVEL, CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA2% COM FENILEFRINA, CONTENDO 50 TUBETES PLÁSTICOS DE 1,8ML.	CX	125	R$105,52	R$ 13.190,00
11	ANESTESICO TOPICO (BENZOTOP)	CX	10	R$19,37	R$193,70
12	APLICADOR DENTAL REGULAR (1,5 MM)- (TIPO MICROBRUSH),EMBALAGEM COM 100 UNID.	CX	100	R$17,94	R$1.794,00
13	AVENTAL DE CHUMBO COM PROTETOR DE TIREOIDE.	UND	1	R$639,28	R$639,28
14	BROCA 3168 FF	CX	15	R$3,84	R$57,60
15	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 1016	CX	10	R$2,72	R$27,20
16	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 3118FF	CX	10	R$2,64	R$26,40
17	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 3195FF	CX	10	R$2,56	R$25,60
18	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO ESFÉRICA 1014	CX	10	R$2,79	R$27,90
19	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO ESFÉRICA 1015	CX	10	R$2,86	R$28,60
20	BROCA PONTA SHOFU,EM MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL EM FORMATO DE VELA	UND	15	R$12,97	R$194,55
21	BROCA ZEKRYA CURTA	UND	5	R$19,76	R$98,80
22	BROCA ZEKYA LONGA (COR ROSA)	UND	5	R$19,76	R$98,80

23	BROCA,MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA,FORMATO ESFÉRICA,TIPO HASTE/HASTE CURTA, TIPO CORTE CIRÚRGICA, NUMERAÇÃO 1011.	CX	5	R$2,88	R$14,40
24	BROCA,MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA,FORMATO ESFÉRICA, TIPO HASTE/HASTE CURTA, TIPO CORTE CIRÚRGICA, NUMERAÇÃO 1012	CX	10	R$2,87	R$28,70
25	BROCA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA, FORMATO ESFÉRICA, TIPO HASTE/HASTE CURTA, TIPO CORTE CIRÚRGICA, NUMERAÇÃO 1013	CX	10	R$2,87	R$28,70
26	BROCA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA, FORMATO ESFÉRICA, TIPO HASTE/HASTE CURTA, TIPO CORTE CIRÚRGICA, NUMERAÇÃO 1014	CX	10	R$2,87	R$28,70
27	BROCA,MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA,FORMATO ESFÉRICA,TIPO HASTE/HASTE CURTA,TIPO CORTE CIRÚRGICA,NUMERAÇÃO 1015	CX	10	R$2,86	R$28,60
28	BROCA,MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA,FORMATO ESFÉRICA,TIPO HASTE/HASTE LONGA,TIPO CORTE CIRÚRGICA,NUMERAÇÃO 3118F DOURADA	CX	10	R$2,42	R$24,20
29	BROCA,MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA,FORMATO ESFÉRICA,TIPO HASTE/HASTE LONGA,TIPO CORTE CIRÚRGICA,NUMERAÇÃO 3195	CX	10	R$2,76	R$27,60
30	0013161 - BROCA,MATERIAL,AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA,FORMATO ESFÉRICA,TIPO HASTE/HASTE LONGA,TIPO CORTE CIRÚRGICA,NUMERAÇÃO 1016	CX	15	R$2,84	R$42,60
31	CABO PARA BISTURI Nº 03	UND	5	R$9,82	R$49,10
32	CABO PARA ESPELHO EM AÇO INOXIDÁVEL E ESTERILIZÁVEL.	UND	10	R$7,74	R$77,40
33	CANETA DE ALTA ROTAÇÃO	UND	3	R$507,00	R$1.521,00
34	CLORETO DE ARTICAINA +EPINEFRINA 100 COM 50 UND	CX	25	R$213,97	R$5.349,25
35	CUNHA DE MADEIRA COLORIDA	UND	10	R$10,65	R$106,50
36	CURETA ALVEOLAR,CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL. RESISTENTE AOS MÉTODOS NORMALMENTE USADOS PARA DESINFECÇÃO E ESTERILIZAÇÃO.	UND	4	R$14,95	R$59,80
37	CURETA FILANDIA 14-15 C.O 8MM	UND	4	R$14,95	R$59,80
38	CURETA MCCALL Nº17-18,CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL,ESISTENTE AOS MÉTODOS NORMALMENTE USADOS PARA DESINFECÇÃO E ESTERILIZAÇÃO.	UND	4	R$14,95	R$59,80
39	ESCOVA DE ROBSON, TIPO COM CERDAS RETAS EM COR BRANCA.	UND	25	R$1,76	R$44,00
40	ESPÁTULA DE INSERÇÃO Nº01. CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL,COM CORPO RANHURADO PARA APOIO DIGITAL E PONTAS ATIVAS ADEQUADAS Á FUNÇÃO,SER RESISTENTE AOS MÉTODOS NORMALMENTE USADOS DE DESINFECÇÃO E ESTERILIZAÇÃO.	UND	10	R$10,66	R$106,60
41	ESPELHO ODONTOLÓGICO Nº 5	UND	25	R$4,53	R$113,25
42	EXPLORADOR 05	UND	6	R$10,66	R$63,96
43	FILME ODONTOLÓGICO ADICIONAL PARA PROCESSAMENTO,DIMENSÕES 20X25 E DIMENSÕES 12,7 X 30,5 COM,NO MÍNIMO,100 UNIDADES.	CX	7	R$221,00	R$1.547,00
44	FIO DE SUTURA DE SEDA,MATERIAL SEDA TRANÇADA,TIPO FIO 3-0,COR PRETA,CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM AGULHA, TIPO AGULHA 3/8 CÍRCULO CILÍNDRICA, COMPRIMENTO AGULHA 3.	CX	100	R$38,17	R$3.817,00
45	FIO DENTAL ODONTOLÓGICO 50 METROS E UNIDADE ÚNICA E COR BRANCO,EMBALAGEM TRANSPARENTE.	UND	25	R$1,63	R$40,75
46	FIXADOR PARA PELÍCULA RADIOGRÁFICA ODONTOLÓGICA COM 475ML	UND	15	R$14,95	R$224,25
47	FLUOR GEL PARA APLICAÇÃO TÓPICA,SABORES VARIADOS (MORANGO,TUTIFRUTI)COM 200ML	FRASCO	25	R$5,64	R$141,00
48	FOCEPS ODONTOLÓGICO ADULTO Nº 151	UND	2	R$77,62	R$155,24
49	FOCEPS ODONTOLÓGICO ADULTO Nº150	UND	4	R$77,63	R$310,52
50	FOCEPS ODONTOLÓGICO ADULTO Nº18 L	UND	4	R$83,70	R$334,80
51	FOCEPS ODONTOLÓGICO ADULTO Nº18R	UND	4	R$85,16	R$340,64
52	FOCEPS ODONTOLÓGICO ADULTO Nº65	UND	2	R$76,71	R$153,42
53	FOCEPS ODONTOLÓGICO ADULTO Nº69	UND	2	R$83,00	R$166,00
54	FORMOCRESOL, USO ODONTOLÓGICO, EM FRASCOS DE 10ML	FRASCO	1	R$12,96	R$12,96
55	GRAU CIRÚRGICO.BOBINA DE 10CM X 100 M	ROLO	25	R$47,01	R$1.175,25
56	GRAU CIRÚRGICO.BOBINA DE 15CM X 100 M	ROLO	75	R$60,92	R$4.569,00
57	GRAU CIRÚRGICO.BOBINA DE 20 CM X 100 M	ROLO	25	R$90,81	R$2.270,25
58	HEMOSTOP SOLUÇÃO 10 ML	FRASCO	4	R$13,95	R$55,80
59	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PA, PÓ 10 GRAMAS.	FRASCO	10	R$5,88	R$58,80
60	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO, PASTA BASE/CATALIZADOR,13G	UND	7	R$29,30	R$205,10
61	IONÔMERO DE VIDRO RESTAURAÇÃO PO + LIQ.A3	UND	15	R$24,54	R$368,10
62	KIT DE SAÚDE BUCAL INFANTIL (ESCOVA+ FIO+CREME)	KIT	1.000	R$8,06	R$8.060,00
63	MÁSCARA DESCARTÁVEL,CONFECCIONADA EM TRÊS CAMADAS,SENDO DUAS EXTERNAS EM NÃO TECIDO,ATÓXICO,HIPOALERGÊNICO,INODO RO,COM TRATAMENTO REPELENTE AOS AGENTES LÍQUIDOS,CLIP NASAL DE FÁCIL ADAPTAÇÃO AO CONTORNO DO ROSTO,COM ELÁSTICOS CONFORTÁVEIS QUE SE AJUSTA.	CX	100	R$6,89	R$689,00
64	MATERIAL RESTAURADOR INTERMEDIÁRIO (IRM), CONJUNTO PÓ (38G) E LÍQUIDO 15ML.	KIT	15	R$21,45	R$321,75
65	MATRIZ DE AÇO INOX ODONTOLÓGICA 5MM½ M	UND	10	R$2,03	R$20,30
66	MATRIZ DE AÇO INOX ODONTOLÓGICA 7MM ½ M	UND	10	R$2,17	R$21,70
67	ÓLEO LUBRIFICANTE ALTA ROTAÇÃO,APRESENTAÇÃO AEROSOL,TIPO USO LUBRIFICANTE E ANTICORROSIVO,USO APARELHO ODONTOLÓGICO ALTA ROTAÇÃO.	FRASCO	5	R$27,79	R$138,95
68	PAPEL CARBONO PARA ARTICULAÇÃO COM 12 FOLHAS TAM.APROX. 11 CM X 2,5 CM.	CX	25	R$4,11	R$102,75
69	PASTA PROFILÁTICA,PARA USO ODONTOLÓGICO,NEUTRA,COM FLÚOR,SEM ÓLEO,BISNAGA COM 90G. APLICAÇÃO PROFILAXIA.	FRASCO	15	R$5,13	R$76,95
70	PINÇA CLINICA P/ALGODÃO 317	UND	7	R$13,68	R$95,76
71	PLACA DE VIDRO,BASE PARA,COM O USO DA ESPÁTULA, MANIPULAÇÃO DE MATERIAIS.	UND	1	R$16,72	R$16,72
72	PORTA AGULHA MAYO HEGAR 16 CM ABC	UND	7	R$52,61	R$368,27
73	PORTA MATRIZ EM AÇO INOX PARA USO ODONTOLÓGICO,TIPO TOFFLEMIRE,TAMANHO INFANTIL E ADULTO.	UND	10	R$31,61	R$316,10
74	RESINA FLOWER	CX	25	R$17,16	R$429,00
75	RESINA Z 100 CORES: A2	UND	40	R$50,44	R$2.017,60
76	RESINA Z 100 CORES: A3	UND	40	R$62,94	R$2.517,60
77	REVELADOR DENTAL 475ML	UND	7	R$12,18	R$85,26
78	ROLINHO DE ALGODAO	PCT	150	R$3,33	R$499,50
79	SELADORA PARA PAPEL GRAU CIRURGICO	UND	1	R$275,63	R$275,63
80	SERINGA CARPULE,INOX E DOBRÁVEL, PARA TUBETES DE LIDOCAÍNA, SEM PONTEIRAS.	UND	5	R$46,80	R$234,00
81	SINDESMÓTOMO, PARA USO ODONTOLÓGICO COM DUAS TERMINAÇÕES	UND	2	R$14,24	R$28,48
82	SUGADOR CIRURGICO	UND	15	R$25,35	R$380,25
83	SUGADOR ODONTOLÓGICO COM 40 UNIDADES.	CX	150	R$8,23	R$1.234,50
84	TAÇA DE BORRACHA ODONTOLÓGICA	UND	15	R$1,52	R$22,80
85	TESOURA RETA ÍRIS, PARA USO ODONTOLÓGICO, MEDINDO 12 CM, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL.	UND	7	R$30,16	R$211,12
86	TIRA DE LIXA DE AÇO 4MM COM 12 UNIDADES.	CX	25	R$8,03	R$200,75
87	TIRA DE POLIÉSTER PARA RESTAURAÇÃO DE RESINA E SILICATO COM 50 UNID	CX	25	R$2,04	R$51,00

88	ULTASON ODONTOLÓGICO COM JATO BICARBONATO.	UND	1	R$3.497,00	R$3.497,00
TOTAL					**R$ 99.530,99**

Senador Elói de Souza/RN, 19 de outubro de 2026.

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JUNIOR
Prefeito Municipal
Senador Elói de Souza/RN
Contratante

MILENA PINHEIRO FERREIRA
CPF: 090.462.344-01
Representante Da Empresa:
Odontomaster Comércio De Produtos Para Saúde LTDA
CNPJ: 27.029.083/0001-06
Contratada

Publicado por:
Jose Lucio Junior da Silva
Código Identificador:31B4396E

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE ADESÃO N° 013/2026

O Prefeito Municipal de Senador Elói de Souza/RN, no uso de suas atribuições**, RESOLVE:**

DECLARAR, para todos os fins, que através do Processo nº 089/2026, da Adesão a Ata de Registro de Preço - ARP nº 034/2026, relativo ao Pregão Eletrônico (SRP) nº 009/2026 – Prefeitura Municipal de Cruzeta/RN, destinada ao ***"REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AS AQUISIÇÕES DE VEÍCULOS DO TIPO VAN 0KM, PARA SUPRIR AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE..."***, de acordo com as normas estabelecidas pelo edital de contrato e no item de especificação e quantidade abaixo discriminada.

DECLARA, ainda que todos os atos do Órgão Gerenciador da Ata de "Registro de Preços, subsequentes a esta anuência fica desde já RATIFICADOS, salvo aqueles que alterem substancialmente o objeto e o quantitativo.

EMPRESA: PONTANEGRA AUTOMÓVEIS LTDA
CNPJ: 40.757.908/0001-69
ENDEREÇO: Avenida Engenheiro Roberto Freire, 701, Capim Macio – Natal/RN, CEP: 59.078-600

OBJETO

"AQUISIÇÃO DE VEÍCULO DO TIPO VAN 0KM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN."

ESPECIFICAÇÃO / DETALHAMENTO TÉCNICO / VALOR

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR
1	VEÍCULO TIPO VAN MODELO MINIMO 2026, ORIGINAL DE FÁBRICA, PARA NO MÍNIMO 17 (DEZESSETE) PASSAGEIROS + 01 MOTORISTA, COMBUSTÍVEL DIESEL. DADOS TÉCNICOS: MOTOR 04 CILINDROS, TURBO COOLER, POTÊNCIA MÍNIMA 140CV; CILINDRADA 2.0 CM3; ENTRE EIXO MÍNIMO 4.000MM, VOLANTE COM AJUSTE DE ALTURA E PROFUNDIDADE, CAMBIO MÍNIMO DE 06 MARCHAS A FRENTE E 01 A RÉ. FREIOS A DISCO NAS 4 RODAS, INCLUSIVE ABS, ASR, ESC, EBD; PESO APROXIMADO 3300KG. ITENS OBRIGATÓRIOS EM CONFORMIDADE COM CONTRAN: VELOCÍMETRO; HODÔMETRO; PISCA-PISCA ALERTA; LUZ BAIXA; LUZ ALTA; LUZ DE FREIO; ALARME SONORO DE RÉ; CINTO DE SEGURANÇA, TRAÇÃO TRAZEIRA, CONFORME REGULAMENTAÇÃO ESPECÍFICA DO CONTRAN; ENCOSTO DE CABEÇA, SEGUNDO NORMAS ESTABELECIDAS PELO CONTRAN; DISPOSITIVO DESTINADO AO CONTROLE DE EMISSÃO DE GASES POLUENTES E DE RUÍDO, SEGUNDO NORMAS ESTABELECIDAS PELO CONTRAN; EQUIPAMENTO SUPLEMENTAR DE RETENÇÃO AIR BAG FRONTAL PARA CONDUTOR E O PASSAGEIRO DO BANCO DIANTEIRO (LE 11.910 DE 2009). EQUIPAMENTO DE SÉRIE: DIREÇÃO ELÉTRICA, AR-CONDICIONADO NA FRENTE E ATRÁS ORIGINAL DE FÁBRICA COM CONTROLE DE TEMPERATURA; DESEMBAÇADOR TRASEIRO; IMOBILIZADOR ELETRÔNICO; BANCOS EM COURVIN ORIGINAIS DE FÁBRICA; TRAVAMENTO DAS PORTAS ELÉTRICO CENTRALIZADO COM CONTROLE REMOTO; VIDRO ELÉTRICO; FARÓIS DE NEBLINA; PARA-BRISA DEGRADE; TACÓGRAFO. GARANTIA DE FÁBRICA DE 1 ANO SEM LIMITE DE KM. O VEÍCULO DEVE SER ENTREGUE EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS APÓS RECEBIDO A ORDEM DE COMPRA E DEVIDAMENTE LICENCIADO, COM O PRIMEIRO EMPLACAMENTO EM NOME DA PREFEITURA.	UNIDADE	1	R$359.900,00

Senador Elói de Souza/RN, 19 de outubro de 2026.

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JUNIOR
Prefeito Municipal
Senador Elói de Souza/RN
Contratante

GARIBALDI CHIANCA DE CARVALHO FILHO
CPF: 438.941.004-00
Representante Da Empresa:
Pontanegra Automóveis LTDA
CNPJ: 40.757.908/0001-69
Contratada

Publicado por:
Jose Lucio Junior da Silva
Código Identificador:6A4D4598

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
SETOR DE CONTRATOS CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 102/2026

Pelo presente instrumento, de um lado, **o MUNICÍPIO DE SERRA DO MEL/RN**, inscrito no CNPJ nº 12.755.971/0001-20, com sede na av. Antônio F de Oliveira, 51, Centro, Vila Brasília, Serra do Mel/RN,doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa **M.N.F. COMERCIO LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.022.139/0001-49. sediada à Rodovia BR 304, nº 150, KM 106, Sala 01, na Zona Rural, na cidade de Assu/RN, doravante designada CONTRATADA, com endereço eletrônico neuzifram@gmail.com, conforme atos constitutivos da empresa, tudo registrado, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 19/2025, Processo Administrativo nº 32709/2025.

O objeto do presente instrumento é a contratação de pessoa jurídica para aquisição de materiais de limpeza, higiene, utensílios e descartáveis para suprir as necessidades de todos os órgãos da Prefeitura Municipal de Serra do Mel/RN.

Quantidade e especificação do objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	PREÇO	QTD	SALDO
1	ACIDO MURIATICO - Embalagem de 1 litro. / LIMPA FACIL	UND	7,90	599,00	4.732,10
2	ACIDULANTE - Tipo pó, função neutralizador resíduo alcalino e alvejante químico, aplicação lavanderia hospitalar, embalagem 5 litros. / BECKER	Galão	75,00	100,00	7.500,00
3	AGUA SANITARIA 5 LITROS - 2.5 teor ativo, tampa rosqueavel, lacrada com respiro - embalagem resistente - com certificado da ANVISA. Galao de 5 litros. / QUILIM	GALAO	15,10	975,00	14.722,50
4	AGUA SANITARIA 1 LT- Composicao quimica hipoclorito de sodio, hidroxido de sodio, cloreto, teor cloro ativo varia de 2 a 2,50%, classe corrosivo classe 8, numero risco 85, risco saude 3, corrosividade 1, peso molecular cloro 74,50, densidade de 1,20 a 1, com registro do responsavel quimico, registro no INMETRO, com data de envasamento, no do lote e validade na embalagem, tampa de rosca, acondicionadas em frascos plasticos de 1 litro. Caixa com 12 UNDs. / MARILUX	CAIXA	34,65	490,00	16.978,50
5	ALCOOL EM GEL ANTISSEPTICO, TIPO HIDRATADO, TEOR ALCOOLICO 70% (70°GL) APRESENTACAO GEL PASTOSO aparencia cristalina, incolor, densidade 0,88+/- 0,015, ph 7,5+/- 0,5, antisseptico, bactericida, para assepsia das maos, frasco com valvula pump de aproximadamente 1.000ml no rotulo informacoes do produto fabricante e registro ou notificacao na Anvisa. Caixa com 12 UNDs de 500 ML. / ALIGEL	Caixa	123,00	300,00	36.900,00
6	ALCOOL LIQUIDO 92,8° - Hidratado 92,8o INPM, embalagem de 1 litro. / ITAJÁ	UND	17,50	299,00	5.232,50
7	AMACIANTE DE ROUPA - Aspecto fisico liquido, fragrancia agradavel (sortidas), com certificado da ANVISA, galao de 5 litros. / MARILUX	GALAO	24,84	150,00	3.726,00
8	AROMATIZADOR DE AR EM AEROSSOL – Fragrancias variaveis, embalagem 360 ml. Variacao 5%. / UND	UND	16,00	795,00	12.720,00
9	BICARBONATO DE SODIO – Bicarbonato de sodio, alta qualidade em PCT de 1kg. / CALISUL	PCT	27,80	300,00	8.340,00
10	CERA LÍQUIDA - Incolor com máximo brilho, renovável, boa resistência ao tráfego, fragrância agradável. Com certificado da ANVISA, embalagem com 750 ml, variação 5%. / BRAVO	Unida	10,20	200,00	2.040,00
11	CERA LÍQUIDA - Incolor com máximo brilho, renovável, boa resistência ao tráfego, fragrância agradável. Com certificado da ANVISA. Galão de 5 litros. / BRAVO	Galão	51,00	40,00	2.040,00
12	DESINFETANTE 5 LITROS - Desinfetante e desodorizante liquido desenvolvido para limpar, desinfetar e desodorizar ambientes diversos, alto poder bactericida, baixa espumacao (pouca espuma) e perfume prolongado, aroma agradavel. Fragrancia variadas, galao de 5 litros. / QUILIMPO	GALAO	20,70	2.494,00	51.625,80
13	DETERGENTE LAVA LOUCA - Composicao tensoativos anionicos, coadjuvante, preservastes, componente ativo linear alquibenzeno sulfonato de sodio, aplicacao remocao de gorduras de loucas, talheres e panelas, aroma natural, caracteristicas adicionais contem tensoativo biodegradavel, frasco de 500ml. / MARILUX	UND	2,58	600,00	1.548,00
14	DETERGENTE LAVA LOUCA - Detergente concentrado, fragrancia variavel, contem tensoativo biodegradavel, indicado para lavar e desengordurar utensilios, equipamentos e superficies fixas em ambientes diversos. Galao de 5 litros. / QUILIMPO	GALAO	20,85	478,00	9.966,30
15	ESPONJA DE LA DE ACO - Material la de aco carbono, formato retangular, aplicacao em utensilios e limpeza em geral, caracteristicas adicionais textura macia e isenta de sinais de oxidacao, comprimento minimo 90, largura minima40, peso liquido minimo 42 gramas. Fardo com 14 PCTs de 8 UNDs. Similar a Bombril. Uso para limpeza em geral. / MARILUX	FARDO	43,40	244,00	10.589,60
16	ESPONJA PARA LIMPEZA DOMESTICA - de uso domestico, com composicao de espuma de poliuretano, com bactericida e fibra sintetica com abrasivo, medindo no minimo 110 mm x 75 mm x 20 mm a UND. / MARILUX	UND	2,00	1.490,00	2.980,00
17	HIPOCLORITO DE SODIO 5 LTS - Hipoclorito de sodio, tipo cloro, usado para limpeza de banheiro, cozinha, piso, azulejo, ceramica, material nao metalico. GALAO DE 5 LITROS. / QUILIMPO	GALAO	39,20	400,00	15.680,00
18	INSETICIDA MULTI INSETOS - Inseticida com formula a base de agua mata a maioria dos insetos comuns, sem deixar cheiro. Frasco 300ml, variacao 5%. / BAGUN	UND	15,60	300,00	4.680,00
19	LAVA LOUCAS - Sabao em pasta tensoativo, biodegradavel, apropriado para lavagem de talheres, pratos, panelas e diversos. Embalagem de 200 gramas. / IGUAL	UND	7,75	200,00	1.550,00
20	LIMPA CERAMICA, AZULEJOS E REJUNTES - Especialmente elaborado para remover sujeiras, manchas e incrustacoes em superficies ceramicas (pisos e azulejos), com seu alto poder desincrustante que facilita a remocao da sujeira mais pesada. Encontrado nas versoes: CITRUS e LAVANDA. Produto biodegradavel. Carateristica similar a marca Azulim/Start. 1 litro. / AZULIM	UND	20,55	300,00	6.165,00
21	LIMPA VIDRO - Limpa vidro e acrilico com bioalcool, composto por Lauril eter sulfato de sodio, hidroxido de amonia, solventes, conservante, sequestrante, desnaturante, fragrancia, corante e agua. O produto deve conter como desnaturante obenzoato de denatonio. Frasco de 500 ml, com registro no Ministerio da Saude e ANVISA. Similar ao Qualita, Squeeze. / MARILUX	UND	7,40	80,00	592,00
22	LUSTRA MOVEIS - Apresentacao aquosa cremosa, perfumado, para superficie em geral (exceto piso). Composto de Cera micro cristalina, oleo parafinico, silicone, alcalinizante, espessante, tensoativo, formaldeido, solvente alifatico, perfume e agua. Embalagem de 200ml. Similar a Poliflor. / POLIFLOR	UND	7,65	100,00	765,00
23	MULTIUSO LIQUIDO 500 ML - Ideal para superficies azulejos, esmaltados, formica, paredes, vidro, inox, ceramica, espelho, plasticos acrilicos, metais, ladrilhos, pisos e	UND	6,30	200,00	1.260,00

	superficies lavaveis. Podendo remover sujeiras de: fuligem, gordura da cozinha, oleo, poeira, batom, base facial, risco de lapis, molho de tomate, cafe, caneta hidrocor, giz de cera, barro, caneta permanente, graxa, calda de sorvete, marca de sapato, marca de dedos e gordura corporal. Ingredientes ativo: Lauramina oxida, lauril eter sulfato de sodio, alcalinizante, coadjuvantes, conservante, fragrancia e agua. Beneficiando a limpeza do dia a dia. Fragrancia: Original. Frasco 500ml. Similar a marca Veja. / MARILUX				
24	NAFTALINA - Solida em bolas, embalagem com 50 gramas. / LIMPEX	UND	4,90	50,00	245,00
25	PASTA DE PINHO - Pasta pinho e um sabao alcalino pastoso, biodegradavel de facil diluicao com odor pinho, excelente para eliminacao de odores desagradaveis. Utilizada para uso geral, embalagem de 1 litro. / AQUALIV	UND	13,70	500,00	6.850,00
26	PASTA DE PINHO - Pasta pinho e um sabao alcalino pastoso, biodegradavel de facil diluicao com odor pinho, excelente para eliminacao de odores desagradaveis. Utilizada para uso geral, galao de 5 litros. / AQUALIV	GALAO	55,60	198,00	11.008,80
27	PASTILHA/PEDRA SANITARIA - Odorizante, desinfetante, higienizador sanitario, contendo: rede plastica, gancho e pedra. Fragrancias: lavanda, pinho, cloro, citrus, marine e flores da primavera. Caixa com 1 UND, 50 gramas, variacao 5%. / SANILUX	UND	6,25	100,00	625,00
28	POLIDOR DE ALUMINIO - Liquido, especifico para superficies de aluminio, eficiente na remocao de sujeiras e manchas incrustada. Frasco 500 ml. / MARILUX	UND	3,85	300,00	1.155,00
29	QUEROSENE - Derivado de petroleo, totalmente puro, limpido, qualidade incomparavel, usado para diluicao de produtos quimicos, desde que permitido pela bula da embalagem e utilizado tambem como comsutivel iluminante, combustivel para motores, caldeiras, etc. Embalagem plastica de 500 Ml. / LIDER	UND	18,65	20,00	373,00
30	SABAO EM BARRA - Neutro, glicerinado, para limpeza em geral, biodegradavel. Com data de fabricacao, prazo de validade e registro na ANVISA/Ministerio da Saude. PCT de 5 UNDs, 90 gramas cada. / MARILUX	PCT	14,15	392,00	5.546,80
31	SABAO EM PO - Aplicacao limpeza geral, aditivos alvejante, caracteristica adicional biodegradavel, 500g (FARDO COM 24 UNDS) / BEM TE VIR	FARDO	74,80	289,00	21.617,20
32	SABONETE COMUM - Aspecto fisico solido, perfumado, fragrancia diversas. / PALMOLIVE	UND	4,00	100,00	400,00
33	SABONETE LIQUIDO 500 ML - Enriquecido com extratos naturais, possui PH fisiologico e agentes emolientes e suavizantes, que limpam sem agredir a pele, proporcionando agradavel sensacao de frescor, maciez e limpeza. Aplicacao toucador, embalagem economica de 500 ml. / PALMOLIVE	UND	17,65	100,00	1.765,00
34	SABONETE LIQUIDO 5 LITROS - PH neutro, fragrancia agradavel e suave, dermatologicamente testado e aprovado para uso humano, com certificado da ANVISA. Embalagem de 5 litros. / BECKER	GALAO	39,90	399,00	15.920,10
35	SACOLA PLASTICA RECICLADA G – Sacola reciclada 50x70 tamanho G resistente, fardo com 5kg / DONA PACK	FARDO	53,00	200,00	10.600,00
36	SACO DE LIXO 30 LTS REFORCADO - Saco plastico reforcado para coleta de lixo, capacidade 30 litros, com capacidade minima para 6 kg, classe I, tipo B, tipo utilizado em condominios, de acordo com as normas tecnicas NBR 9191, NBR 14474, NBR 13056. PCT com 100 UNDs. / DONA PACK	PCT	15,35	700,00	10.745,00
37	SACO DE LIXO 50 LTS REFORCADO – Saco Plastico para lixo reforcado, com micra 0,05, capacidade para 50 litros. PCT com 100 UNDs. / DONA PACK	PCT	29,15	780,00	22.737,00
38	SACO DE LIXO 100 LTS REFORCADO - Saco Plastico de lixo para uso com residuo normal, como garrafas, folhas, plasticos e embalagens, papelao, entre outros. Adequado para lixeiras de 70 litros, com capacidade aproximada de ate 20 kg, tamanho: 75cm x 85cm x 0,05 micras. PCT com 100 UNDs. / DONA PACK	PCT	76,50	980,00	74.970,00
39	SACO DE LIXO 200L REFORCADO - Plasticos de 200L, 90x113cm reforcado com micra entre 0,13 a 0,15, preferencialmente preto, nao reciclavel, e muito resistente. PCT com 100 UNDs. / DONA PACK	PCT	83,89	300,00	25.167,00
40	SACO DE LIXO HOSPITALAR DE 100 LITROS - Saco plastico para lixo infectante – hospitalar com impressao de simbologia infectante e seguindo as normas da ABNT. Produto medico de uso unico, descartavel apos o uso, PCT com 100 UNDs. / DONA PACK	PCT	78,90	580,00	45.762,00
41	SACO DE LIXO HOSPITALAR DE 30 LITROS - Saco plastico para lixo infectante – hospitalar com impressao de simbologia infectante e seguindo as normas da ABNT. Produto medico de uso unico. Descartavel apos o uso. PCT com 100 UNDs. / DONA PACK	PCT	35,65	370,00	13.190,50
42	SODA CAUSTICA - Solida, incolor e em escamas, desincrustaste alcalino. Utilizada para desentupimento de canos, pias, ralos, caixas de gordura, vasos sanitarios, e limpeza de pisos. Pote de 950 gramas. / SOL	UND	24,55	60,00	1.473,00
43	TOALHA DE PAPEL - Material papel alta alvura, tipo folha simples 20x20, 60 folhas, cor branca, caracteristicas adicionais super- resistente, rapida absorcao de liquidos. Fardo com 24 PCTs de 2 UNDs. / SNACK	FARDO	146,65	244,00	35.782,60
44	AVENTAL DE COZINHA - em pvc, cor branca, uso em cozinha industrial. / IAMARÉ	UND	17,60	100,00	1.760,00
45	BACIA PEQUENA 10 LT - Material plastico, formato redondo, resistente e reforcada para auxiliar na limpeza de roupas, objetos ou ambientes. Capacidade de 10 litros. / IBAPE	UND	16,20	50,00	810,00
46	BACIA MEDIA 20 LT - Material plastico, formato redondo, resistente e reforcada para auxiliar na limpeza de roupas, objetos ou ambientes. Capacidade de 20 litros. / IBAP	UND	25,00	100,00	2.500,00
47	BACIA GRANDE 30 LT - Material plastico, formato redondo, resistente e reforcada para auxiliar na limpeza de roupas, objetos ou ambientes. Capacidade de 30 litros. / IBAP	UND	30,00	100,00	3.000,00
48	BACIA EXTRA GRANDE 50 LT - Material plastico, formato redondo, resistente e reforcada para auxiliar na limpeza de roupas, objetos ou ambientes. Capacidade de 50 litros. / IBAP	UND	59,00	40,00	2.360,00
49	BALDE 10 LITROS - Plastico, material plastico, alca arame galvanizado, tipo utilizado na construcao civil, com capacidade para 10 litros, cor preta. / IBAP	UND	15,00	149,00	2.235,00
50	BALDE 15 LITROS - Material plastico, tamanho grande, alca arame galvanizado, capacidade 15 litros, cor preta, tipo utilizado em construcao civil. / IBAP	UND	24,00	100,00	2.400,00
51	BALDE 20 LITROS - Material plastico, tamanho extra, alca arame galvanizado, tipo utilizado na construcao civil, com capacidade para 20 litros, cor preta. / IBAP	UND	26,55	100,00	2.655,00
52	BALDE 30 LITROS - Material plastico com capacidade para 30 litros. / IBAP	UND	38,65	150,00	5.797,50
53	BALDE COM TAMPA 20 LTS - Material plastico, canelado, com capacidade de aproximadamente 20 litros. / IBAP	UND	54,50	100,00	5.450,00
54	BANDEJA INOX - Bandeja retangular em aco inoxidavel, com bordas em formato redondo, medindo 40 cm x 28 cm. / KE HOME	UND	160,00	70,00	11.200,00
55	BANDEJA PLASTICA REDONDA- Material plastica na cor branca com capacidade de 7,5 litros, dimensao 43,5x29,6x7,5cm. / CLINEPEL	UND	124,00	80,00	9.920,00
56	BANDEJA PLASTICA RETANGULAR - Material plastico, polipropileno, retangular, com aproximadamente 30x45 cm. / CLINEPEL	UND	57,55	20,00	1.151,00
57	BANDEJAO OVAL - Formato oval em aco inoxidavel, com bordas trabalhadas, medindo 70cmx44 cm. / KE HOME	UND	196,00	30,00	5.880,00
58	BORRIFADOR 500 ML - Borrifador com gatilho manual 500ml para uso de alcool liquido. / SANREMO	UND	10,00	100,00	1.000,00
59	BORRIFADOR 350 ML - Borrifador com gatilho manual 350ml para uso de alcool liquido / SANREMO	UND	8,25	100,00	825,00
60	BULE 2 LITROS - Bule de material aluminio, com tampa, capacidade para 02 litros. / FORTLAR	UND	59,65	20,00	1.193,00
61	BULE 3 LITROS - Bule em aluminio 100% puro, pegador com detalhe em madeira, com capacidade de aproximadamente 3 litros. / FORTLAR	UND	70,90	15,00	1.063,50

62	BULE INDUSTRIAL 5,5 LITROS - Bule industrial, material aluminio com espessura minima de 1,3mm, com tampa e cabo de madeira, dimensoes aproximadas 27 cm de altura, 15,5cm de largura. Capacidade 5,5 litros. / FORTLAR	UND	114,80	30,00	3.444,00
63	CABO MADEIRA - material de madeira para vassoura e rodo, rosca plastica, 1,20 cm. / 2M	UND	7,80	200,00	1.560,00
64	CACAROLA 3 LITROS - Cacarola em aluminio 100% puro, com tampa com saida de vapor, pegadores nas laterais antitermico, medindo aprox. 22cm de diametro e 16cm de altura, com capacidade de aproximadamente 3 litros. / FORTLAR	UND	76,00	20,00	1.520,00
65	CACAROLA 8 LITROS - Cacarola em aluminio 100% puro, com tampa pegador lateral reforcada em aluminio, medindo aprox. 28cm de diametro e 15 cm de altura, com capacidade de 8 litros. / FORTLAR	UND	112,00	40,00	4.480,00
66	CACAROLA 17 LITROS - Cacarola em aluminio 100% puro, com tampa, pegador es laterais reforcados em aluminio, medindo aproximadamente 36cm de diametro e 21cm de altura, com capacidade de 17 litros, variacao de 10%. / FORTLAR	UND	286,00	30,00	8.580,00
67	CAFETEIRA TIPO ITALIANA 1,5 LT - com capacidade para fazer 1,5 litro de cafe, possui coador interno, dispensa coador de papel, apos coar o cafe a parte inferior se transforma numa chaleira. / EXTRA FORTE	UND	66,30	24,00	1.591,20
68	CAFETEIRA TIPO ITALIANA 2,5 LT - com capacidade para fazer 2,5 litro de cafe, possui coador interno, dispensa coador de papel, apos coar o cafe a parte inferior se transforma numa chaleira. / EXTRA FORTE	UND	93,00	40,00	3.720,00
69	CAIXA TERMICA 34 LT - com alca confortavel e movel, Parede interna e externa em polipropileno, Tampa em polietileno, Isolamento termico em poliestireno expandido, Material atoxico e sem odor, Tampa articulada presa a caixa, Alca para transporte, Capacidade: 34 L. / BELFIX	UND	190,00	30,00	5.700,00
70	CAIXA DE ISOPOR 24 LTS - Caixa tipo geladeira de isopor de 24 LT / ISOTEM	UND	86,90	10,00	869,00
71	CAIXA DE ISOPOR 40 LTS - Caixa tipo geladeira de isopor de 40LT / ISOTEM	UND	135,80	15,00	2.037,00
72	CAIXA DE ISOPOR 170 LTS - Caixa tipo geladeira de isopor de 170 LITRO / ISOTEM	UND	278,70	10,00	2.787,00
73	CAIXA PLASTICA ORGANIZADORA 9 LITROS - com tampa, medida: 34 x 44 x 9 cm, na cor branca. / SANREMO	UND	36,65	60,00	2.199,00
74	CAIXA PLASTICA ORGANIZADORA 18 LITROS – com tampa, medida: 34 x 44 x 17 cm, na cor branca / SANREMO	UND	52,65	50,00	2.632,50
75	CAIXA PLASTICA ORGANIZADORA 20 LITROS - com tampa, cor branca, capacidade de 20 litros. / SANREMO	UND	64,35	50,00	3.217,50
76	CAIXA PLASTICA ORGANIZADORA 30 LITROS - com tampa, medida: 44 x 64 x 14 cm, na cor branca. / SANREMO	UND	74,80	40,00	2.992,00
77	CALDEIRAO - Caldeirao em aluminio 100% puro, com tampa, pegadores laterais reforcados em aluminio, com capacidade de aprox. 15,3 litros, medindo aprox. 28cm de diametro e 26cm de altura. / ABC	UND	192,25	20,00	3.845,00
78	CALDEIRAO - Caldeirao em aluminio 100% puro, com tampa, pegadores laterais reforcados em aluminio, com capacidade de aprox. 18,3 litros, medindo aprox. 30cm de diametro e 26cm de altura. / ABC	UND	236,50	20,00	4.730,00
79	CALDEIRAO - Caldeirao em aluminio 100% puro, com tampa, pegadores laterais reforcados em aluminio, com capacidade de aprox. 22,5 litros, medindo aprox. 32cm de diametro e 28cm de altura / ABC	UND	290,00	5,00	1.450,00
80	CESTO COM TAMPA PLASTICO 60 LITROS - Injetado em plastico polipropileno (PP) copolimero. Material de alta qualidade e belissimo acabamento. Superficie polida para facilitar a limpeza e evitar o acumulo de sujidade. Medidas minimas: 60 x 45 x 40cm (altura x largura x profundidade). Capacidade de 60 litros. / LUMAR	UND	87,55	60,00	5.253,00
81	CESTO PLASTICO PARA LIXO 36 LITROS - Cesto para lixo de plastico 36 litros, com tampa e pedal, dimensoes por peca: 341x384x535mm. Na cor branca. / LUMAR	UND	103,00	150,00	15.450,00
82	CESTO PARA LIXO DE PLASTICO 72 LITROS - com tampa e pedal, dimensoes por peca: 406x469x666mm. Na cor branca. / LUMAR	UND	205,64	30,00	6.169,20
83	CESTO PARA LIXO TIPO BALDE 30 LITROS - com tampa, em plastico resistente, capacidade para 30 litros. Na cor branca. / LUMAR	UND	72,00	100,00	7.200,00
84	CESTO PARA LIXO TIPO BALDE 100 LTS - com tampa, em plastico resistente, capacidade para 100 litros. / LUMAR	UND	138,00	30,00	4.140,00
85	CESTO TELADO PARA PAPEL - Material de plastico para papel, vazado, cores sortidas. Dimensoes: 28,2 x 26 cm, capacidade de 9 litros. / LUMAR	UND	14,00	200,00	2.800,00
86	COLHER - Colher de polietileno concava 45cm. / JOLLY	UND	40,00	70,00	2.800,00
87	COLHER DE MADEIRA - madeira natural, com aproximadamente 30cm. / ELIC	UND	13,35	50,00	667,50
88	COLHER DE SOPA COMUM AVULSA EM ACO INOX- Dimensoes Produto (Compr. X Larg. X Alt.): 190x 43x 21 Mm. Espessura: 1,8 Mm. Colher De Mesa De Aco Inox. / ORIGINAL LINE	UND	7,00	1.500,00	10.500,00
89	COLHER DESCARTAVEL PARA REFEICAO - Fabricada em poliestireno, conforme resolucao 105/99 da ANVISA. PCT com 50 UNDs. / PRAFESTA	PCT	7,40	300,00	2.220,00
90	COLHER PARA ARROZ - Material inox, tamanho grande, aproximadamente 35cm. Caracteristicas adicionais: sem emendas. / ORIGINALINE	UND	29,40	50,00	1.470,00
91	COLHER PARA SERVIR - Colher com 100% aco inox, para servir refeicao, com medidas aproximadamente de 33cm x 1,0mm. / ORIGINALINE	UND	30,20	50,00	1.510,00
92	CONCHA 1 LITRO - Concha 100% aco inox, para servir refeicao, com medidas aproximadamente de 16cm x 53,0cm, capacidade com aproximadamente 1000ml. / ORIGINALINE	UND	38,00	20,00	760,00
93	CONCHA 250 ML - Material inox, tamanho grande. Capacidade de 250ml. / ORIGINALINE	UND	56,00	50,00	2.800,00
94	CONJUNTO DE MANTIMENTOS - 05 pecas em material plastico polipropileno REDONDO, medindo aproximadamente 500 ml cada peca. / SANREMO	CJ	45,70	15,00	685,50
95	CONJUNTO DE POTES PLASTICO – 04 pecas, quadrado atoxico, tampa hermetica com 04 pecas, medindo aproximadamente 22 x 22 alt. 16 cm. / SANREMO	CJ	44,65	15,00	669,75
96	CONJUNTO DE POTES PLASTICO - atoxico tampa hermetica com 5 UNDs, capacidade de 1 litro. / SANREMO	CJ	51,50	10,00	515,00
97	COPO DE VIDRO 200 ML - vidro temperado, capacidade de 200ml, tipo americano, embalagem na CAIXA CONTENDO 6 UNDS. / NADIR	CAIXA	28,70	150,00	4.305,00
98	COPO DE VIDRO 300 ML - vidro temperado, capacidade de 300ml, tipo americano, embalagem na CAIXA CONTENDO 6 UNDS. / NADIR	CAIXA	47,00	50,00	2.350,00
99	COPO DESCARTAVEL 50 ML - Fabricados em Poliestirenol, que atende a norma ABNT NBR 14.865. Temperatura maxima para uso e de ate 100°C, capacidade 50 ml. PCT com 100 UNDs, caixa com 50 PCTs. / HAPPY	CAIXA	175,70	59,00	10.366,30
100	COPO DESCARTAVEL 150 ML - Fabricados em Poliestirenol, que atende a norma ABNT NBR 14.865. Temperatura maxima para uso e de ate 100°C, capacidade 150 ml. PCT com 100 UNDs, CAIXA COM 25 PCTS. / HAPPY	CAIXA	136,60	467,00	63.792,20
101	COPO TIPO TACA - material vidro transparente totalmente liso, formato com pe alto tipo taca, capacidade 330ml, primeira linha, CAIXA COM 06 UNDS. / NADY	CAIXA	115,85	20,00	2.317,00
102	CORDA PARA VARAL - Material de nylon, com 10 metros no 05. / BRILUX	UND	9,10	20,00	182,00
103	CUSCUZEIRA N 16 - Material em aluminio polido, Medindo aproximadamente 16cm de diametro, 19 cm de altura e 16 de largura, capacidade de 2,6 litros. / PANELUX	UND	82,20	30,00	2.466,00
104	CUSCUZEIRA N 20 - Material em aluminio polido, Medindo aproximadamente 20cm de diametro, 21 cm de altura e 20 de largura, capacidade de 4,1 litros. / PANEUX	UND	132,20	10,00	1.322,00
105	CUSCUZEIRA GRANDE INDUSTRIAL 9 LITROS - Material em aluminio polido, Produto projetado para fogoes com chama. Medindo aproximadamente 26cm de diametro, 30 cm de altura e 30 de largura. Capacidade de 9 litros. / PANELUX	UND	251,00	20,00	5.020,00

106	DEPOSITO PLASTICO TRANSPARENTE 5 LTS – Com tampa, cores variadas, capacidade para 05 litros. / SANREMO	UND	24,90	20,00	498,00
107	DESCASCADOR 3 EM 1 - boleador, desfiador, de legumes e fruta, corpo em pvc antitoxico, medindo aprox. 14x 4,5cm / WESTEM	UND	25,60	20,00	512,00
108	DISPENSADOR DE COPOS DESCARTAVEIS DE 50 ML - Confeccionado por injecao plastica, semiautomatico liberando apenas um copo de cada vez. O sistema confere higiene e protecao contra contaminacoes, por apresentar uma estrutura fechada. Acompanha buchas e parafusos necessario a instalacao. Similar a FREE CUP, automatico poupa copos. / NOBRE	UND	53,55	20,00	1.071,00
109	DISPENSER DE COPOS DESCARTAVEIS DE 150/200 ML – Dispensador de copo confeccionado por injecao plastica, semiautomatico liberando apenas um copo de cada vez. O sistema confere higiene e protecao contra contaminacoes, por apresentar uma estrutura fechada. Acompanha buchas e parafusos necessario a instalacao. Similar a FREE CUP, automatico poupa copos. / NOBRE	UND	66,20	70,00	4.634,00
110	DISPENSER DE PAPEL HIGIENICO – dispensador de papel higienico tipo rolao, para rolos de 200 a 500 metros, botao para abertura manual - Visor para acompanhamento do nivel do papel - Medidas: 27,5 x 28,5 x 12 cm, cor branca, plastico abs, fechamento com chave. Parafusos (inclusos) para fixacao e com visor central transparente para melhor visualizacao para abastecer o papel. / NOBRE	UND	47,45	70,00	3.321,50
111	DISPENSER PAPEL TOALHA INTEFOLHADO - Dispenser papel toalha interfolhado, confeccionado em ABS, dimensoes aproximadas 25 x 28 x 12 cm (Largura x altura x profundidade). Acompanha buchas e parafusos necessario a instalacao. Similar a marca/modelo COLUMBUS, modelo PT1000. / NOBRE	UIIDA	50,30	40,00	2.012,00
112	DISPENSER PARA ALCOOL – Alcool em gel 200ml 50x19x16. / NOBRE	UND	43,80	70,00	3.066,00
113	DISPENSER SABONETE LIQUIDO - reservatorio de 800 ml, na cor branca. / NOBRE	UND	44,60	70,00	3.122,00
114	ESCORREDOR DE ARROZ/MACARRAO - Material em aluminio, com aproximadamente 40cm de diametro, com pegadores laterais reforcados em aluminio. / ORIGINALINE	UND	80,80	50,00	4.040,00
115	ESCORREDOR DE LOUCA - aco inoxidavel, medindo aproximadamente 43X35 cm. / ORIGINALINE	UND	175,65	20,00	3.513,00
116	ESCOVA DE CABELO - Escova de cabelo infantil, com pinos de nylon e pontas arredondadas. / RICCA	UND	18,60	20,00	372,00
117	ESCOVA DE PLASTICO PEQUENA - Com alca e cerdas macias que nao agride a pele, ideal para escovar e lavar as unhas. Medidas: 11cm de comprimento x 4,5cm de altura x 2cm de largura. Variacao 5%. / NOVIÇA	UND	9,15	20,00	183,00
118	ESCOVA PARA LAVAR ROUPA - Oval, totalmente de plastico com cerdas de nylon macia. / NOVIÇA	UND	8,95	20,00	179,00
119	ESCOVA PARA VASO SANITARIO COM SUPORTE- Cerdas firmes que ajudam na limpeza pesada no vaso sanitario. Formato arredondado para melhor alcance. Possui suporte para acomodar a escova, totalmente de plastico. / CONDOR	UND	12,80	100,00	1.280,00
120	ESCUMADEIRA - Material em inox, corpo em aco inox liso e cabo em polipropileno. Dimensoes (cm): 50 x 16 (comprimento x largura). / BINUX	UND	50,40	10,00	504,00
121	ESPANADOR DE AGAVE - Cabo em plastico, 30 cm. / DUSTER	UND	14,70	20,00	294,00
122	ESPANADOR DE PENAS - Penas de Avestruz, indicados para limpeza em geral, moveis, computadores, cristais, lustres, etc. Modelo 30, variacao 5%. / DUSTER	UND	36,75	70,00	2.572,50
123	ESPREMEDOR DE ALHO EM ACO INOX – Espremedor de alho pequeno em aco inox para fins especificos / DINOX	UND	42,45	15,00	636,75
124	FACA DE COZINHA – Material inox, fio liso, cabo em madeira e lamina com 19 a 21cm. / UTIL	UND	44,45	20,00	889,00
125	FACA DE MESA AVULSA - cabos com alta resistencia e laminas de aco inox que proporcionam alta durabilidade, caracteristicas similares a marca Tramontina. / UTIL	UND	10,15	800,00	8.120,00
126	FACA PARA CARNE - Lamina de “08” totalmente inoxidavel e cabo polipropileno injetado na lamina, com protecao antibacteriana, com medidas aproximadamente de 1,9x8x1,5cm. / UTIL	UND	60,85	15,00	912,75
127	FACA PARA CARNE - Lamina de “12” totalmente inoxidavel e cabo formato ergonomico de plastico, na cor branco. Medindo aproximadamente 24 cm de comprimento e 4,5 cm de largura. / UTIL	UND	81,70	15,00	1.225,50
128	FILME PVC - Rolo com comprimento de 28 metros e largura 30 cm. / WIDA	ROLO	9,45	100,00	945,00
129	FILME PVC - Rolo com comprimento de 300 metros e largura 45cm. / WIDA	ROLO	95,10	70,00	6.657,00
130	FLANELA PARA LIMPEZA - 100% algodao declarada em etiqueta de tecido, etiqueta adesiva ou rotulo. Medindo 280 x 480 mm (largura x comprimento). Percentual de dimensoes variando de 20 mm nas medidas para mais ou para menos. Na cor laranja ou vermelha. / SNTA MAGARIDA	UND	5,10	595,00	3.034,50
131	FOLHA DE ALUMINIO - Rolo com comprimento de 7,5 metros e largura de 45cm. / WIDA	ROLO	11,70	50,00	585,00
132	FOLHA DE ALUMINIO - Rolo com comprimento de 65 metros e largura de 45cm. / WIDA	ROLO	90,50	20,00	1.810,00
133	FOSFORO - Palito tradicional com 4cm, tratados com agentes inibidores de brasa, Premium especial, produzido com madeira reflorestada de alamo, formula ecologica, sem enxofre, acendimento macio e eficiente, mais resistente. Caixinha de madeira com 40 palitos, embalagem economica – MACO COM 10 CAIXINHAS. / PARANA	MACO	5,89	120,00	706,80
134	FRIGIDEIRA - Frigideira antiaderente (36cm de diametro), aluminio polido com cabo baquelite (antitermico). / UTIL	UND	138,30	25,00	3.457,50
135	GARFO DE MESA AVULSA - cabos com alta resistencia e laminas de aco inox que proporcionam alta durabilidade, caracteristicas similares a marca Tramontina. / TRAMONTINA	UND	7,75	800,00	6.200,00
136	GARFO DESCARTAVEL - Para refeicao fabricada em poliestireno, conforme resolucao 105/99 da ANVISA. PCT com 50 UNDs. / PRAFESTA	PCT	7,60	300,00	2.280,00
137	GARFO GRANDE - para manipulacao de alimentos em aco inox 50cm de comprimento e 1,2mm de espessura. / ORIGINALINE	UND	49,10	50,00	2.455,00
138	GARRAFA REDONDA PLASTICO 1,6 - Formato atomico, gargalo com diametro que facilita a limpeza e livre de BPA FREE, carateristica de marca similar a SANREMO. / SANREMO	UND	23,00	15,00	345,00
139	GARRAFA TERMICA CONTINENTAL 1.0 LT – garrafa continental apropriada para cha e cafe, capacidade para 1.0 litro, Similar ou igual a Aladim. / ALADIM	UND	49,00	15,00	735,00
140	GARRAFA TERMICA REVESTIDA EM INOX 1,0 – apropriada para cafe com revestimento em inox, similar ou igual a termolar. / ALADIM	UND	116,50	15,00	1.747,50
141	GARRAFA TERMICA REVESTIDA EM INOX 1.8 LT - apropriada para cafe com revestimento em inox, similar ou igual a termolar. / TERMOLAR	UND	146,00	30,00	4.380,00
142	GARRAFA TERMICA REVESTIDA EM INOX 2.5 LT - apropriada para cafe, com revestimento em inox, similar ou igual a termolar. / TERMOLAR	UND	241,70	30,00	7.251,00
143	GARRAFAO TERMICO 12 LT – garrafao termico 12 litros com torneira e alca, apropriada para servir liquidos quentes, frios ou gelados, resistentes a impactos e com sistema de apoio para servir, botijao termico com tripe retratil. / INVICTA	UND	219,50	10,00	2.195,00
144	GUARDANAPO - De papel, material celulose, folha simples de cor branca (100% branca), macio, medindo no minimo 22x22cm. PCT com 50 UNDs. / LEVE	PCT	4,08	200,00	816,00
145	HAMBURGUEIRA H1 em material isopor – Descartavel, na cor branca. PCT com 100 UNDs. / MULTIPEL	PCT	44,40	5,00	222,00
146	JARRA DE SUCO 2 LITROS - Material polipropileno, com cabo e tampa, capacidade para 2 litros. / SANREMO	UND	20,50	20,00	410,00
147	JARRA DE SUCO 5 LITROS - Material polipropileno, com cabo e tampa, capacidade	UND	41,65	20,00	833,00

	para 5 litros. / SANREMO				
148	KIT DE FAQUEIRO - Com 24 pecas. Lamina de aco inox cabos de polipropileno (cores diversas). / TRAMONTINA	UND	94,85	10,00	948,50
149	LIXEIRA TAMPA VAI E VEM 20 LITROS– lixeira cesto multiuso com tampa vai e vem, descarta papel, plastico, 20 litros. / JSN	UND	43,75	150,00	6.562,50
150	LIXEIRA EM ACO INOX COM PEDAL 12L – Lixeira em aco inox com pedal, redonda com capacidade pra 12 litros. Confeccionado em aco inoxidavel AISI 430 ferritico, com fundo em plastico ABS, Capacidade: 12L. / CLINK	UND	179,95	200,00	35.990,00
151	LUVA LATEX P - Confeccionada em latex, antiderrapante na palma e dedos e forrada com flocos de algodao. Indicada para protecao das maos contra detergentes, graxas e sujeiras leves. Cores sortidas, tamanho P. Embalagem com 1 par de luvas. / BETANIN	UND	7,70	150,00	1.155,00
152	LUVA LATEX M - Confeccionada em latex, antiderrapante na palma e dedos e forrada com flocos de algodao. Indicada para protecao das maos contra detergentes, graxas e sujeiras leves. Cores sortidas, tamanho M. Embalagem com 1 par de luvas. / BETANIN	UND	7,75	300,00	2.325,00
153	LUVA LATEX G - Confeccionada em latex, antiderrapante na palma e dedos e forrada com flocos de algodao. Indicada para protecao das maos contra detergentes, graxas e sujeiras leves. Cores sortidas, tamanho G. Embalagem com 1 par de luvas. / BETANIN	UNDS	7,70	150,00	1.155,00
154	MALETA PRIMEIROS SOCORROS - Maleta de Medicamentos para primeiros socorros medindo aproximadamente 27x19x19cm / BIMBO	UND	68,10	30,00	2.043,00
155	MARMITA ISOPOR 750 ML - marmitex redonda de isopor, kit tampa, Poliestireno Expandido (isopor). Biodegradavel. (Com certificacao para contato com alimentos) na cor branca, ideal para uso em cozinha, PCT COM 100 UNDS. / BOM APETITE	PCT	60,20	200,00	12.040,00
156	ORGANIZADOR PARA TALHER – Organizador p/ talheres plastico resistente transparente com tampa com no minimo 03 divisoria. / IMPORT	UND	30,35	20,00	607,00
157	PA DE LIXO HORIZONTAL PLASTICA - Parte coletora com 25 cm de abertura, para recolhimento de lixo na horizontal. Cabo em madeira com minimo 80 cm de comprimento, na posicao vertical, revestido em material plastico e com ponteira plastica e com orificio para pendurar. Similar a Marca Jeitosa. / 2M	UND	16,55	150,00	2.482,50
158	PA DE LIXO - Em aco, cabo em madeira com 60cm e pa com dimensoes minimas de 20 x 20cm. / COROLAR	UND	16,30	30,00	489,00
159	PA DE LIXO CANGURU PLASTICA - Tipo canguru, com cabo medindo 80cm. / NOVIÇA	UND	51,30	30,00	1.539,00
160	PALITO DE CHURRASCO – Palito tipo espeto, Super-resistentes, madeira reflorestada, PCT COM 100 UNDS. / PARANA	PCT	7,55	10,00	75,50
161	PALITO DE PICOLE – em madeira reflorestada, PCT COM 100 UNDS. / PARANÁ	PCT	7,15	10,00	71,50
162	PANELA DE PRESSAO 4,5 LTS - Material em aluminio polido, fechamento externo, asa baquelite, com dispositivo de seguranca valvula de silicone com capacidade para 4,5 litros / PANELUX	UND	104,20	10,00	1.042,00
163	PANELA DE PRESSAO 10 LTS - Material em aluminio polido, fechamento externo, asa baquelite, com dispositivo de seguranca valvula de silicone com capacidade para 10 litros / PANELUX	UND	249,90	20,00	4.998,00
164	PANO DE CHAO EM ALGODAO BRANCO - Algodao cru alvejado, medidas 40x60cm, com costuras laterais, alta absorcao de umidade, gramatura batida, peso minimo 160g, com bordas em overloque, na cor branco. / MAX CLEAN	UND	7,80	700,00	5.460,00
165	PANO DE CHAO EM ALGODAO AZULADO- Material 100% Algodao alvejado. Comprimento aproximado: 70 cm. Largura aproximada: 50cm. Pano de chao tipo saco azulado. / MAX CLEAN	UND	7,20	690,00	4.968,00
166	PANO DE PRATO - Atoalhado, na cor branca, 100% algodao, medindo no minimo 45x48cm. / SANTA MARGARIDA	UND	10,90	600,00	6.540,00
167	PENEIRA PLASTICA - resistente, com cabo, em nylon tamanho 15 cm. / SANREMO	UND	18,35	15,00	275,25
168	PENEIRA PLASTICA - resistente, com cabo, em nylon tamanho 7 cm. / SANREMO	UND	18,80	15,00	282,00
169	PLACA DE CORTE - Placa de polietileno para corte 30x50cm branca. / NEOFLAN	UND	44,00	15,00	660,00
170	POTE DE VIDRO - Para guarda de mantimentos (cafe e acucar), formato quadrado ou circular, capacidade aproximadamente de 1,5litro. / LYON	UND	35,00	60,00	2.100,00
171	POTE DE VIDRO - Pote de vidro, redondo, com tampa plastica 500ml. / LYON	UND	25,00	20,00	500,00
172	PRATO RASO DESCARTAVEL N 15 - Tamanho de 15 cm, na cor branca, PCT com 10 UNDs. / PRAFESTA	PCT	5,30	800,00	4.240,00
173	PRATO FUNDO DESCARTAVEL N 15 - Tamanho de 15 cm, na cor branca, PCT com 10 UNDs. / PRAFESTA	PCT	6,00	800,00	4.800,00
174	PRATO FUNDO DESCARTAVEL N 18 - Tamanho de 18 cm, na cor branca, PCT com 10 UNDs. / PRAFESTA	PCT	6,00	2.000,00	12.000,00
175	PRATO RASO REFEICAO DESCARTAVEL N 23 - Tamanho 23cm, na cor branca. PCT com 10 UNDs. / PRAFESTA	PCT	6,80	200,00	1.360,00
176	PRATO DE VIDRO FUNDO, prato de vidro fundo para refeicao. Diametro minimo de 25,5cm. / PRAFESTA	UND	13,30	500,00	6.650,00
177	PRATO DE VIDRO RASO, prato de vidro raso para refeicao. Diametro minimo de 25,5cm. / PRAFESTA	UND	13,94	400,00	5.576,00
178	PRENDEDOR DE ROUPA DE MADEIRA – prendedor de madeira, mola especial, super-resistente, melhor acabamento, maior durabilidade. PCT com 12 UNDs. / PARANÁ	PCT	5,00	20,00	100,00
179	RALADOR - Comum tres face em formato triangular, lamina em aco inox, lamina para ralo grosso, ralo medio, ralo fino, base em plastico resistente, com dimensoes de aproximadamente 20cmx9cmx9cm. / FRATELLI	UND	37,00	20,00	740,00
180	RODO 40 CM - Material resistente, com duas laminas paralelas de borracha natural fixadas em base de plastico rigido, medindo 40 cm, cabo de madeira revestida com plastico, medindo no minimo 1,20m. / NOVIÇA	UND	17,00	196,00	3.332,00
181	RODO 60 CM - Material resistente, com duas laminas paralelas de borracha natural fixadas em base de plastico rigido medindo 60 cm, cabo de madeira revestida com plastico, medindo no minimo 1,20m. / NOVIÇA	UND	31,00	200,00	6.200,00
182	RODO PARA PIA - Manual de polipropileno, master e borracha EVA, com cabo e alca para transporte. Dimensoes aproximadas de 2 x 16 x 15cm. Similar ao modelo Rodo para Pia Manual Santa Maria. / NOVIÇA	UND	9,00	40,00	360,00
183	TABUA DE CORTE - Para corte em plastico polipropileno com aproximadamente 50x30x6cm. / NEOFLAN	UND	61,00	40,00	2.440,00
184	TACHO 52 LITROS - Material em aluminio polido com capacidade de 52 litros. / SÃO PAULO	UND	248,00	10,00	2.480,00
185	TACHO 95 LITROS - Material em aluminio polido com capacidade de 95 litros. / SÃO PAULO	UND	350,00	5,00	1.750,00
186	TACHO PARA FRITURAS 7 LITROS - Tacho para fritura 100% aluminio, com pegadores laterais em aluminio reforcado, com capacidade para aproximadamente 7 litros. / SÃO PAULO	UND	106,00	10,00	1.060,00
187	VASSOURA CERDAS PALHAS - Material cerdas palha, comprimento das cerdas 35 cm, caracteristicas adicionais sem cabo, aplicacao limpeza em geral. / ARTESANAL	UND	6,60	150,00	990,00
188	VASSOURA DE ANCINHO - Usada para folha e grama, vassoura para corte de grama com cabo, 22 dentes com ferro de alta resistencia. / NOVIÇA	UND	63,10	50,00	3.155,00
189	VASSOURA DE NYLON - Cepa de polipropileno, aproximadamente (4 x 21,5 x 5) cm, fio de 12cm minimo, com 66 tufos contendo 40 cerdas por tufo, com cerdas 100% PET polipropileno, tipo plumada, cabo revestido de polipropileno medindo 120 cm, com gancho de polietileno de alta densidade, rosca de polietileno de baixa densidade. / NOVIÇA	UND	20,40	496,00	10.118,40
190	VASSOURA DE PELO - Cepa de polipropileno medindo no minimo 26 cm de	UND	18,00	200,00	3.600,00

	comprimento 5 cm de largura e cerdas sinteticas com 6 cm de altura, cabo revestido de polipropileno medindo 120 cm, com gancho de polietileno de alta densidade, rosca de polietileno de baixa densidade. Acima 150 tufos. / NOVIÇA				
191	VASSOURA DE PIACAVA - Cerdas duras cepo plastico. Dimensoes aproximadas: 26x5x10, 50cm, com cabo de madeira revestido com plastico, com aproximadamente 1,40m x 22mm. / NOVIÇA	UND	17,00	50,00	850,00
192	VASSOURA JARDIM - Material plastico em polipropileno especial, de alta resistencia, 18 dentes, cabo de madeira de 120 cm, fabricado com madeira de origem renovavel. Utilizada para recolher grama e folhas de um modo geral. / NOVIÇA	UND	28,98	10,00	289,80
193	XICARA COM PIRES 60 ML - Xicara para cafe com pires, em vidro, capacidade 60ml. / NADIR	UND	17,00	50,00	850,00
194	XICARA COM PIRES 200 ML - Xicara para cha com pires, em vidro, capacidade 200ml. / NADIR	UND	21,50	70,00	1.505,00
195	Conjunto com 2 (duas) lixeiras de 60 litros cada, fabricadas em plastico resistente, com suporte metalico em ferro com pintura anticorrosiva, tampas basculantes em plastico e parafusos de fixacao. As lixeiras deverao ser identificadas conforme a padronizacao: 1 (uma) lixeira na cor azul com a inscricao ?RECICLAVEL? e simbolo de reciclagem, e 1 (uma) lixeira na cor cinza com a inscricao ?NAO RECICLAVEL?, sendo a identificacao resistente a agua e intemperies. / ELO SOLUÇÕES	CJ	486,00	100,00	48.600,00
196	COLONIA INFANTIL - testada dermatologicamente acondicionado em frascos com no minimo 220ml. / XUXINHA	UND	20,75	50,00	1.037,50
197	Creme dental infantil em gel, sabor Tutti Frutti, sem fluor, acondicionado tubos plasticos com no minimo 100g / TANDY	UND	9,28	400,00	3.712,00
198	CREME PARA PENTEAR 300ML - desembaracante infantil sem enxague, testado dermatologicamente, com Bico Dosador acondicionado em frascos com no minimo 300ml. / SEDA	UND	16,10	100,00	1.610,00
199	ESCOVA DENTAL INFANTIL - com cerdas hipermacias, para massagear e limpar as gengivas e dentes. Embalado individualmente contendo todas essas descricoes gravado na embalagem. / TANDY	UND	7,90	500,00	3.950,00
200	FRALDA DESCARTAVEL TAM. G - Fraldas descartaveis com barreira anti- vazamento em gel super absorvente embalado em PCT plastico, com gravura na embalagem informando as caracteristicas do material, contendo no minimo 28 UNDs em cada PCT no tamanho G. / BABY SEC	UND	41,25	300,00	12.375,00
201	FRALDA DESCARTAVEL TAM. XG - Fraldas descartaveis com barreira anti-vazamento em gel super absorvente embalado em PCT plastico, com gravura na embalagem informando as caracteristicas do material, contendo no minimo 28 UNDs em cada PCT no tamanho XG. / BABY SEC	UND	40,55	300,00	12.165,00
202	PALITO DE DENTE - Super-resistentes, madeira reflorestada, indispensável na cozinha, embalagem pequena, CAIXINHA COM 100 UNIDADES. / PARANÁ	Caixa	3,35	200,00	670,00
203	PAPEL HIGIENICO FOLHA SIMPLES - Material 100% fibras vegetais, comprimento 30 metros, largura 10 cm, tipo picotado, folha simples, cor branca, macio e sem perfume. Fardo com 64 rolos. / STYLLUS	FARDO	98,00	440,00	43.120,00
204	PAPEL HIGIENICO FOLHA DUPLA- Material 100% fibras vegetais, comprimento 30 metros, largura 10 cm, tipo picotado, com folha dupla, cor branca, caracteristicas adicionais: tipo extra macio e sem perfume. De acordo com a ABNT NBR 15464-2. PCT COM 12 ROLOS, similar ao Personal Vip. / STYLLUS	PCT	32,00	345,00	11.040,00
205	PAPEL HIGIENICO 10CM X 500M - Papel higienico em rolo com 10cm x 500m (Largura x comprimento), folha simples, cor extra branco, fabricado em 100% celulose virgem. Aplicacao em dispense de papel higienico. Similar a JOFEL FS. Caixa com 8 rolos. / NOBRE	CAIXA	109,25	100,00	10.925,00
206	PAPEL TOALHA - Interfolhado, 2 dobras, folha simples, luxo branco, 100% celulose virgem, tam. 21x23cm, PCT com 900 folhas. / ELITE	PCT	25,55	320,00	8.176,00
207	PENTE - Pente de cabo confeccionado em material plastico resistente, medindo aproximadamente 205mm x 38mm e embalado individualmente. / DURÃO	UND	7,70	30,00	231,00
208	SHAMPOO INFANTIL - Shampoo infantil vitaminado com sua formula suave PH neutro para todos os tipos de cabelo, que nao irrite os olhos acondicionado em frascos plasticos com bico dosador e no minimo 500ml. Especificacoes constando no rotulo da embalagem. / NUTRIEX	UND	23,95	100,00	2.395,00
209	TOUCA DESCARTAVEL BRANCA- Que garante resistencia a umidade, a abrasao e a acao de fungos e bacterias, elevada inercia quimica, leveza, nao esteril atoxica, antialergica, nao inflamavel. Nao absorve liquidos (agua, corantes, sangue) e apresenta impermeabilidade de 80%. PCT COM 100 UNDS. / TALGE	PCT	22,00	250,00	5.500,00
R$ 1.228.835,70					

Por se tratar de contratação continuada o prazo de vigência é de **12 meses**, contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

Serra do Mel/RN, 16 de outubro de 2026.

Publicado por:
Flamarion Lucena da Silva
Código Identificador:B33B1BB7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
SETOR DE CONTRATOS CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 103/2026

Pelo presente instrumento, de um lado, **o MUNICÍPIO DE SERRA DO MEL/RN**, inscrito no CNPJ nº 12.755.971/0001-20, com sede na av. Antônio F de Oliveira, 51, Centro, Vila Brasília, Serra do Mel/RN,doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa **M.N.F. COMERCIO LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.022.139/0001-49. sediada à Rodovia BR 304, nº 150, KM 106, Sala 01, na Zona Rural, na cidade de Assu/RN, doravante designada CONTRATADA, conforme atos constitutivos da empresa, tudo registrado, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 19/2025, Processo Administrativo nº 32709/2025.

O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de expediente, destinados a suprir as necessidades das diversas secretarias e fundos municipais de Serra do Mel/RN.

Quantidade e especificação do objeto da contratação:

item	DESCRIÇÃO	UNID	VL. UNIT.	QTD	TOTAL
1	AGENDA EXECUTIVA com indice anual com no minimo 368 paginas / FORONI	UND	43,00	110,00	4.730,00
2	AGULHA PARA CROCHE EM ALUMINIO 100%. Pacote com 10 unidades. / CIRCULO	PCT	15,60	50,00	780,00
3	AGULHA DE COSTURA MANUAL 02-0, 86mm x 44mm. Pacote com	PCT	6,00	50,00	300,00

	10 unidades. / CIRCULO				
4	AGULHA DE COSTURA MANUAL 04-0, 76mm x 40mm. Pacote com 10 unidades. / CIRCULO	PCT	6,00	50,00	300,00
5	AGULHA DE COSTURA MANUAL 08-0, 69mm x 37mm. Pacote 10 unidades. / CIRCULO	PCT	6,00	50,00	300,00
6	AGULHA DE COSTURA MANUAL 06-0, 61mm x 34mm. Pacote com 10 unidades. / CIRCULO	PCT	6,00	50,00	300,00
7	Alfinete para mural caixa com 50 unidades em aco com cabecas em cores variadas coloridas para colagem em madeiras e murais. / CIRCULO	CX	11,00	15,00	165,00
8	Almofada para carimbo, tipo no 3, medindo 6,7x11,0 cm, recarregavel em estojo plastico e tampa de metal com entitamento azul. / REDEX	UND	15,00	129,00	1.935,00
9	Almofada para carimbo, tipo no 3, medindo 6,7x11,0 cm, recarregavel em estojo plastico e tampa de metal com entitamento preto. / REDEX	UND	15,00	87,00	1.305,00
10	Apagador para quadro branco, com base de plastico com dimensoes 143x50x28 mm, com feltro na parte superior. / LEONOURA	UND	15,00	30,00	450,00
11	APONTADOR DE LAPIS COM RESERVATORIO, lamina de aco temperado, medindo 60x150x24 mm / LEONOURA	UND	6,00	470,00	2.820,00
12	AVENTAL EMBORRACHADO INFANTIL PARA PINTURA / VOLK	UND	18,00	180,00	3.240,00
13	Baloes em latex, liso, tamanho no 6,5", cores variadas, 50 unidades na embalagem. / SÃO ROQUE	PCT	15,00	250,00	3.750,00
14	Baloes em latex, liso, tamanho no 7,0", cores variadas, 50 unidades na embalagem. / SÃO ROQUE	PCT	15,00	473,00	7.095,00
15	Baloes em letras metalizado/dourado 40 cm. / SÃO ROQUE	UND	8,00	175,00	1.400,00
16	Baloes metalizados em formato de coracao vermelho 45cm / SÃO ROQUE	UND	15,00	75,00	1.125,00
17	BANDEIRA OFICIAL DO ESTADO RIO GRANDE DO NORTE, fabricada em processo de estampa digital de alta resolucao, tecido euroflag 100% poliester composto por fio brilhoso de alta resistencia que proporciona cores mais vivas. Ideal para uso interno e externo. Di / SERIART	UND	340,00	18,00	6.120,00
18	BANDEIRA OFICIAL DO PAIS BRASIL, fabricada em processo de estampa digital de alta resolucao, tecido euroflag 100% poliester composto por fio brilhoso de alta resistencia que proporciona cores mais vivas. Ideal para uso interno e externo. Diferencial: * ba / SERIART	UND	340,00	18,00	6.120,00
19	Bandeirolas de plastico para festas juninas 20x33cm, pacote com 10 metros. / MAXFESTA	PCT	30,00	990,00	29.700,00
20	Bandeja em acrilico para papel - 2 em 1. / BF	UND	53,00	40,00	2.120,00
21	BARBANTE ESCOLAR CRU voltado para artesanato e uso de material escolar, descricao: no 04 com 50 metros. Variacao de 5%. / EUROROMA	Rolo	13,00	95,00	1.235,00
22	BARBANTE 100% ALGODAO cru com 50 metros. / EUROROMA	ROLO	13,00	43,00	559,00
23	BASTAO DE COLA QUENTE FINA para pistola a unidade / BF	UND	2,00	775,00	1.550,00
24	BASTAO DE COLA QUENTE GROSSA para pistola a unidade / BF	UND	5,00	620,00	3.100,00
25	BATERIA NOBREAK PARA RELOGIO DE PONTO DIGITAL / IDCLASS	UND	298,00	20,00	5.960,00
26	Bateria alcalina, 9 Volts, de longa duracao no tamanho padrao para aparelhos que requer alta drenagem de energia, 6LR61XA, conforme a Resolucao n°257 de 30/06/99, do CONAMA; norma ABNT 11175/90. / PANASONIC	UND	40,00	170,00	6.800,00
27	Bateria alcalina, de 1,5 Volts, de longa duracao no tamanho padrao para aparelhos que requer alta drenagem de energia, LR 44. / PANASONIC	UND	5,00	80,00	400,00
28	Bloco com 50 folhas para copia de cheque branca. / TAMOIO	UND	5,98	20,00	119,60
29	BLOCO COM 50 FOLHAS SERRILHADAS, capa: papel offset 120 g/m² e formato 150x205mm / TAMOIO	UND	9,00	200,00	1.800,00
30	Bloco de anotacoes autoadesivo 76x76 cores variadas. / 3M	UND	8,00	1.050,00	8.400,00
31	BOBINA PARA RELOGIO DE PONTO DIGITAL, ROLO MEDINDO 57x80 metros / DALMEC	ROLO	25,00	198,00	4.950,00
32	BOLA DE ISOPOR 50 MM / MULTCOLOR	UND	3,00	90,00	270,00
33	BOLA DE ISOPOR 60 MM / MULTCOLOR	UND	3,00	100,00	300,00
34	BOLAS DE BINGO PROFISSIONAL 01 a 75 (21mm): kit com 75 bolinhas de 01 a 75, letradas e numeradas para bingo globo No2 e No3 (B) – 01 ao 15(I) – 16 ao 30 (N) – 31 ao 45 (G) – 46 ao 60 (O) – 61 ao 75. Material da bolinha, madeira reciclada. Medida da bolinh / TRES REIS	UND	240,00	5,00	1.200,00
35	BORRACHA NATURAL, BICOLOR (vermelha e azul), chanfrada nas duas extremidades, isenta de substancia toxica, capaz de apagar totalmente a escrita sem borrar ou manchar o papel. Sendo a parte vermelha para apagar escrita a lapis e lapiseira e a parte azul ma / MERCUR	CX	59,00	99,00	5.841,00
36	BORRACHA BRANCA ESCOLAR, macia, tamanho 40, aproximadamente 2x4 cm. Caixa com 40 unidades. / LEONOURA	CX	40,00	84,00	3.360,00
37	Borracha branca ponteira para lapis grafite, em latex. Caixa com 100 unidades. / MERCUR	CX	55,00	90,00	4.950,00
38	Cabo extensao de tomadas, com 4 tomadas padrao novo cabo de 2metros, tensao de entrada 127V 1.270W 220V ~2.200W, selo INMETRO, desenvolvido em conformidade com a norma NBR 14136. / TRIPOLAR	UND	52,00	80,00	4.160,00
39	CADERNETA COM CAPA DURA e com folhas pautadas para anotacao de recados, formato: 12 x 152 mm, com 96 folhas, folhas internas: papel offset 63 G/M2, cor: preto, capa cartao triplex, contracapa: cartao duplex. (LxAxP): 11 x 16 x 1 CM/peso: 0,115Kg. / MAXIMA	UND	25,00	370,00	9.250,00
40	Caderno capa dura 10 materias universitario, bolsa plastica, com 120 folhas. Altura 23,5, largura 20,5cm, profundidade 2cm. / MAXIMA	UND	40,00	380,00	15.200,00
41	Caderno de desenho capa papelao 200x280 mm com 48 folhas. / MAXIMA	UND	12,00	480,00	5.760,00
42	CAIXA PARA ARQUIVO MORTO FACIL EM POLIPROPILENO com medidas 250x130x350mm / POLIBRAS	UND	15,00	1.645,00	24.675,00
43	Caixa para correspondencia 03 (tres) compartimentos em acrilico. / DELLO	UND	120,00	47,00	5.640,00
44	CALCULADORA DE MESA sem bobina 12 digitos, visor LCD com teclas de plastico em tamanho 10cm x 10cm, pequena. / FIX	UND	42,00	140,00	5.880,00
45	CALCULADORA - TIPO: MESA; sem bobina, numero de digitos: 12 digitos; visor: inclinacao regulavel; alimentacao: solar e bateria. Com porcentagem; controle de arredondamento e casas decimais; tecla para apagar ultimo digito entrado e de duplo zero; com medi / CASSIO	UND	60,00	85,00	5.100,00
46	CALCULADORA PORTATIL COM BOBINA, display para 12 digitos, velocidade de impressao de 1.6 linhas/seg, visor amplo, impressao em	UND	500,00	10,00	5.000,00

	1(uma) cor, teclado com memoria independente armazenada em buffer, teclas custo/ margem/ venda -tax+ e tax-, botao duplo zero, s / ELGIN				
47	CANETA ESFEROGRAFICA AZUL, corpo em poliestireno cristal, formato redondo, ponta em latao, esfera de tungstenio e com espessura de 1.00 mm na cor azul, tampa antiasfixante. Caixa com 50 unidades. / COMPACTOR	CX	54,00	170,00	9.180,00
48	CANETA ESFEROGRAFICA PRETA, corpo em poliestireno cristal, formato redondo, ponta em latao, esfera de tungstenio e com espessura de 1.00 mm na cor preta, tampa antiasfixante. Caixa com 50 unidades. / COMPACTOR	CX	54,00	120,00	6.480,00
49	CANETA ESFEROGRAFICA VERMELHA, corpo em poliestireno cristal, formato redondo, ponta em latao, esfera de tungstenio e com espessura de 1.00 mm na cor vermelha, tampa antiasfixante. Caixa com 50 unidades. / COMPACTOR	CX	60,00	80,00	4.800,00
50	Caneta marca texto, corpo plastico rigido opaco, ponta 3 a 5 mm, cores variadas e ponta indeformavel. Caixa com 12 unidades. / LEONOURA	CX	40,00	100,00	4.000,00
51	CANETA MARCADOR PERMANENTE PARA CD/DVD, ponta media em poliester, 2mm, na cor Azul, tampa da caneta na cor da tinta. / PILOT	UND	10,00	145,00	1.450,00
52	CARREGADOR PARA AA E AAA, acompanha 2 pilhas AA (2500mah) e 2 pilhas AAA (800mah) cycle blue que permanece com carga de 75% apos 1 ano de armazenamento. Carrega 4 pilhas AA ou 4 pilhas AAA de cada vez. Controle automatico para interrupcao da carga, tempor / KNUP	UND	174,00	50,00	8.700,00
53	CARTOLINA COMUM 140 GR/M², material de celulose vegetal, tamanho: 50 x 66 cm. Cores claras/ basicas: amarelo, azul, branco, rosa, verde ou similares. As quantidades de cada cor, serao definidas no envio da autorizacao de fornecimento. / JANDAIA	UND	2,20	2.535,00	5.577,00
54	CARTOLINA COLOR SET DUPLA FACE, fluorescente. Tamanho: 48x66 cm. As quantidades de cada cor, serao definidas no envio da autorizacao de fornecimento. / PREMIATTA	UND	3,00	3.127,00	9.381,00
55	CARTOLINA GUACHE As quantidades de cada cor, serao definidas no envio da autorizacao de fornecimento. / PREMIATTA	UND	3,50	1.282,00	4.487,00
56	Clips n° 01 galvanizado para papel com 100 unidades a caixa. / PAPEL FIX	CX	6,00	473,00	2.838,00
57	Clips n° 02 galvanizado para papel com 100 unidades a caixa. / PAPEL FIX	CX	6,00	459,00	2.754,00
58	Clips n° 3/0 galvanizado para papel com 50 unidades a caixa. / ACC	CX	6,00	400,00	2.400,00
59	Clips n° 4/0 galvanizado para papel com 50 unidades a caixa. / PAPEL FIX	CX	6,00	201,00	1.206,00
60	Clips n° 8/0 galvanizado para papel com 25 unidades a caixa. / ACC	CX	6,00	195,00	1.170,00
61	Cola bastao atoxica; frasco com 20 gramas caixa c/ 12 unidades. / LEONOURA	CX	40,00	9,00	360,00
62	Cola bastao atoxica; frasco com 40 gramas caixa c/ 12 unidades. / LEONOURA	CX	65,00	92,00	5.980,00
63	COLA BRANCA 90 GRAMAS: cola papel, madeira, tecido, couro, etc. 90 gramas. / KOALA	TUBO	6,00	135,00	810,00
64	COLA COLORIDA 23 GRAMAS, caixa com 06 cores. / ACRILEX	CX	14,00	197,00	2.758,00
65	Cola colorida, caixa com 04 cores. / ACRILEX	CX	12,00	189,00	2.268,00
66	COLA COM GLITTER 25 GRAMAS, cores variadas (caixa com 06 cores) / LEONOURA	CX	30,00	95,00	2.850,00
67	Cola de silicone liquida: cola isopor, papel, vidro, metal, tecido, madeira, espuma, uso artistico. 100 ml. / TEK	UND	15,00	133,00	1.995,00
68	COLA EPOXI/SIMILAR, com 100 gramas. / TEKBOND	UND	7,00	16,00	112,00
69	Cola instantanea 5 gramas. / TEKBOND	UND	10,00	95,00	950,00
70	COLA TIPO SIMILARES ARAL DITE de 24 mm / TEKBOND	UND	30,00	50,00	1.500,00
71	COLA DE CONTATO 75G. / BLISTER	UND	14,00	57,00	798,00
72	Colchonete infantil em espuma, revestido em napa 1,5x0,75x0,06m. / LUP´S	UND	117,00	100,00	11.700,00
73	Compasso para desenho, em material resistente plastico. / COMPACTOR	UND	12,00	70,00	840,00
74	Cordao para cracha, confeccionados com cordao de poliester e acabamento com acessorios de primeira linha. / MARES	UND	5,00	400,00	2.000,00
75	Corretivo liquido, em multiuso, p/ correcao de qualquer tipo de escrita, frasco com 18 ml, caixa com 12 unidades. / MERCUR	CX	34,90	96,00	3.350,40
76	CD-RW, MIDIA REGRAVAVEL, com capacidade de 4,7 GB, em embalagem individual, ESPECIFICACOES TECNICAS MINIMAS: - CD-RW, regravavel, virgem, gravacao a 12 x, ou superior, 700 MB dados / 80 minutos audio, lacrado em estojo plastico individual. - Capacidade par / ELGIN	UND	2,89	100,00	289,00
77	DAMA ESCOLAR JOGO DE MADEIRA com pecas plasticas 26x13x04 cm. / GGB	UND	29,00	95,00	2.755,00
78	Domino de alfabetizacao 28 pecas em MDF caixa de madeira. / CIABRINK	UND	41,00	45,00	1.845,00
79	Domino de cores e formatos 28 pecas em MDF caixa de madeira. / CIABRINK	UND	41,00	45,00	1.845,00
80	Domino padrao pecas plastica pequeno. / CIABRINK	UND	27,00	45,00	1.215,00
81	ELASTICO SUPER AMARELO, tipo liga para dinheiro, Pacote com 120 unidades. / MERCUR	PCT	8,00	160,00	1.280,00
82	Envelope papel madeira, tamanho (25x18com). / FORONI	UND	1,00	1.800,00	1.800,00
83	Envelope papel madeira, tamanho (34X24cm). / FORONI	UND	1,50	800,00	1.200,00
84	Envelope papel madeira, tamanho (41X31cm). / FORONI	UND	1,50	1.800,00	2.700,00
85	Envelope saco amarelo 24x34mm oficio. / FORONI	UND	1,20	1.600,00	1.920,00
86	Envelope saco amarelo 31x41mm. / FORONI	UND	1,80	450,00	810,00
87	Envelope saco branco 18x24 oficio. / FORONI	UND	1,00	450,00	450,00
88	Envelope saco branco 24x34 oficio. / FORONI	UND	1,00	1.210,00	1.210,00
89	ESCALA (FITA) METRICA material plastico medindo de 3 a 5 metros. / SEKICH	UND	7,00	149,00	1.043,00
90	Esquadros para desenho, em material plastico/similar. / CIS	UND	14,00	100,00	1.400,00
91	Estilete cabo plastico, rigido com lamina de aco de 18mm. / LEONOURA	UND	5,00	440,00	2.200,00
92	Estilete cabo plastico, rigido com lamina de aco de 9mm. / LEONOURA	UND	5,00	500,00	2.500,00
93	Estojo Escolar plastico. / LEONOURA	UND	25,00	470,00	11.750,00
94	FELTRO - caracteristica: liso, Composicao: feltro 100% poliester 190 g/m2, Comprimento 1 metro, largura: 1,40 m, cores variadas. / SANTA FÉ	METRO	50,00	169,50	8.475,00
95	FECHO DE VELCRO, conhecido como fecho de contato, e utilizado no fechamento de bolsos e braguilhas em roupas esportivas e tambem em equipamentos de protecao, equipamentos ortopedicos, artesanato e	METRO	8,00	190,00	1.520,00

	outros. Rolo com 1 metro. / SANTA FÉ				
96	Fita adesiva colorida 12x50. / 3M	UND	6,00	30,00	180,00
97	Fita adesiva gomada papel marrom 19x50. / 3M	UND	12,00	110,00	1.320,00
98	Fita adesiva gomada papel marrom 25x50. / 3M	UND	18,00	180,00	3.240,00
99	Fita adesiva gomada papel marrom 50x50. / 3M	UND	35,00	450,00	15.750,00
100	FITA ADESIVA nao transparente 12x40. / ADELBRAS	UND	4,00	40,00	160,00
101	Fita adesiva transparente 12x30. / ADELBRAS	UND	3,00	110,00	330,00
102	Fita adesiva transparente 19x50. / ADELBRAS	UND	5,00	100,00	500,00
103	Fita adesiva transparente larga 45x45. / 3M	UND	15,00	220,00	3.300,00
104	FITA CORRETIVA, de alta qualidade, na cor branca, tipo speedy, correcao a seco, micro tape, tampa twist protetora para a fita, medindo 4,2mm x 5 m, com mecanismo antitravamento, produto atoxico, secagem instantanea, cobertura de 100% da tinta em unica pas / MERCUR	UND	10,00	180,00	1.800,00
105	FITA DE CETIM 10mm cores diversas. / PROGRESSO	METRO	4,00	414,00	1.656,00
106	FITA DE CETIM 50mm cores diversas. / PROGRESSO	METRO	7,00	421,00	2.947,00
107	Fita dupla face 16x30. / ADELBRAS	UND	13,99	284,00	3.973,16
108	FITILHO DE PLASTICO branco ou verde peca com 300 gramas. / DUBFLEX	UND	5,00	100,00	500,00
109	FOLHA DE E.V.A 40X47cm simples cores sortidas. / DUBFLEX	UND	3,99	261,00	1.041,39
110	FOLHA DE E.V.A com glitter 40x60cm / TOK	UND	8,98	356,00	3.196,88
111	GALAO PASSA FITA facil falso 16mm 67% poliester, 33% polipropileno, largura 16mm, peca com 10 metros, cores sortidas. / GITEX	UND	10,00	5,00	50,00
112	GIZ DE CERA PEQUENO tipo bastao, caixa com 12 cores. / CELELEP	CX	6,00	358,00	2.148,00
113	Glitter em po diversas cores (caixa com 6 cores). / LANTERCOR	CX	7,00	77,00	539,00
114	Glitter escolar de 3 gramas cores variadas. / LANTERCOR	UND	2,00	297,00	594,00
115	Globo terrestre grande. / VMP	UND	220,00	10,00	2.200,00
116	GRAFITE PARA LAPISEIRA, 0.5MM, 2b, escrita macia, mima polimerizada de alta flexibilidade, para qualquer lapiseira. Traco preciso e facil de apagar. / LEONOURA	UND	5,00	100,00	500,00
117	GRAFITE PARA LAPISEIRA, 0.7MM, 2b, escrita macia, mima polimerizada de alta flexibilidade, para qualquer lapiseira. Traco preciso e facil de apagar. / LEONOURA	UND	4,99	95,00	474,05
118	GRAFITE PARA LAPISEIRA, 0.9MM, 2b, escrita macia, mima polimerizada de alta flexibilidade, para qualquer lapiseira. Traco preciso e facil de apagar. / LEONOURA	UND	4,99	95,00	474,05
119	GRAFITE PARA LAPISEIRA, 2.0MM, 2b, escrita macia, mima polimerizada de alta flexibilidade, para qualquer lapiseira. Traco preciso e facil de apagar. / LEONOURA	UND	6,00	90,00	540,00
120	GRAMPEADOR DE MESA MANUAL PARA 20 FOLHAS, estrutura metalica; 26/6, ate 20 folhas, LARGURA DE 11,4mm; altura de 14mm. / LEONOURA	UND	32,99	60,00	1.979,40
121	GRAMPEADOR DE MESA MANUAL PARA 30 FOLHAS, Estrutura metalica, para uso de grampos 26/6 grampear 30 folhas, em chapa de aco norma sae1010/820, com 1,0mm de espessura fosfatada e pintura eletrostatica, nas base para fechamento do grampo com duas posicoes (g / LEONOURA	UND	52,98	115,00	6.092,70
122	GRAMPEADOR DE MESA PARA 40 FOLHAS, estrutura metalica, semi- industrial para uso de grampos 23/23 grampear 40fls, de papel 75gr/m2 fabricado em chapa de aco norma sae1010/820, com 1,0mm de espessura fosfatada e pintura eletrostatica, nas base para fechamen / LEONOURA	UND	63,98	170,00	10.876,60
123	Grampeador profissional 100 folhas GW390, indicado para uso em escritorios, escolas, papelarias e graficas, onde o uso de grampeador profissional e constante. / LEONOURA	UND	127,99	90,00	11.519,10
124	Grampeador de parede 51-a/similar. / MTX	UND	176,00	40,00	7.040,00
125	Grampeador 09/10mm para 20 folhas. / MTX	UND	120,00	8,00	960,00
126	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6 MM, caixa com 5.000. Grampo grampeador, material metal, tratamento superficial niquelado / JOCAR	CX	14,00	98,00	1.372,00
127	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 09/10MM, caixa com 5.000 unidades. / JOCAR	CX	22,98	50,00	1.149,00
128	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 106/8 MM, caixa com 5.000 unidades. / JOCAR	CX	38,00	43,00	1.634,00
129	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 23/23 MM, caixa com 5.000 unidades. / JOCAR	CX	36,00	50,00	1.800,00
130	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 23/10 MM, caixa com 5.000 galvanizado / JOCAR	CX	43,88	22,00	965,36
131	Grampo de plastico estendido, cor branco, dimensoes: 300mm x 9mm x 112mm, PCT com 50 unidades. Com caracteristica similar a marca a Dello. / DELLO	PCT	30,00	80,00	2.400,00
132	Grampo fixa papel; trilho, para pasta suspensa; medindo 80mm; em polipropileno, apresentado em caixa com 50 unidades. / ACC	CX	25,00	20,00	500,00
133	Grampos encadernadores metalizados, caixa com 50 unidades, (lxaxp): 19 x 3 x 5 cm / peso: 0,270 kg. / ACC	CX	20,00	10,00	200,00
134	Jogo 5x1 domino- ludo-loto-dama. / IMPORT	UND	180,00	10,00	1.800,00
135	Jogo logico em madeira com 48 pecas, espessura 18 e 6 mm tamanho 20x20x10 cm. / IMPORT	UND	120,00	20,00	2.400,00
136	Jogo pedagogico infantil bloco de construcoes com 50 pecas em madeiras. / IMPORT	UND	36,00	50,00	1.800,00
137	Jogo pedagogico ludo. / PAIS E FILHOS	UND	70,00	50,00	3.500,00
138	LINHA DE COSTURA reta 100% poliester cores sortidas / CIRCULO	UND	9,00	100,00	900,00
139	LA PARA FELTRAGEM, rolo com 25 gramas / CIRCULO	ROLO	10,00	100,00	1.000,00
140	LAMINA PARA ESTILETE para estilete 18mm, com 10 unidades. / JOCAR	PCT	10,50	8,00	84,00
141	LAMINA PARA ESTILETE para estilete 9mm fino com 10 unidades. / JOCAR	PCT	8,00	10,00	80,00
142	LANTERNA ELETRICA, material aluminio, caracteristicas adicionais duas intensidades de luz, tipo lampada led, tipo bateria recarregavel, tensao nominal 110/220 v, quantidade lampadas 18 unidade / FOXLUZ	UND	80,00	49,00	3.920,00
143	LAPIS DE COR TAMANHO PEQUENO, caixa com 12 cores, produzido com madeira de reflorestamento. / LEONOURA	CX	5,00	480,00	2.400,00
144	LAPIS DE COR, NO FORMATO HEXAGONAL, medindo (175 x 6,9) mm (compr.x diam.) Minimo, e mina de 3mm diametro; atoxico nos limites conforme norma europeia en- 71s3; acondicionado em caixa com 12 cores. / LEONOURA	CX	10,00	168,00	1.680,00
145	Lapis grafite preto no 2/b. / LEONOURA	UND	3,88	300,00	1.164,00

146	Lapis grafite, corpo de madeira, na cor preta envernizada, no formato redondo, materia da carga grafite n° 2, medindo no minimo 170mm, nome do fabricante gravado no lapis, com identificacao do fornecedor na embalagem, caixa contendo 144 unidades. / LEONOURA	CX	80,00	24,00	1.920,00
147	Lapis hidrocor grande, caixa com 12 cores. / TOK	CX	15,00	252,00	3.780,00
148	LAPISEIRA 0,5MM, corpo de metal, em cores sortidas, com prendedor em metal, borracha apagador, ponta 0.5mm. / BIC	UND	20,00	100,00	2.000,00
149	LAPISEIRA 0,7MM, corpo de metal, em cores sortidas, com prendedor em metal, borracha apagador, ponta 0.7mm. / BIC	UND	18,00	100,00	1.800,00
150	LAPISEIRA 0,9MM, corpo de metal, em cores sortidas, com, prendedor em metal, borracha apagador, ponta 0.9mm. / BIC	UND	18,00	100,00	1.800,00
151	LAPISEIRA 2,0MM, corpo de metal, em cores sortidas, com, prendedor em metal, borracha apagador, ponta 2,0mm. / LEONOURA	UND	10,00	98,00	980,00
152	LINHA DE CROCHE 100% algodao, comprimento de 500m, 250m e 65m, 19g, cores sortidas / CIRCULO	UND	35,00	50,00	1.750,00
153	Livro atlas geografico escolar. / SIDGRAPH	UND	108,00	60,00	6.480,00
154	LIVRO DE ATAS 50 FOLHAS numeradas graficamente. / SIDGRAPH	UND	15,00	140,00	2.100,00
155	Livro de atas 100 folhas numeradas graficamente. / SIDGRAPH	UND	25,00	97,00	2.425,00
156	Livro de atas 200 folhas numeradas graficamente. / SIDGRAPH	UND	40,00	100,00	4.000,00
157	Livro de ponto mensal, medindo 220 x 33mm, capa pesando 125g/m2, revestida com papel off-set plastificado, pesando 90g/m2, em papel off-set com 100 folhas. / SIDGRAPH	UND	45,00	68,00	3.060,00
158	Livro de protocolo capa dura, com 100 folhas, impressas de ambos os lados de cada folha. / SIDGRAPH	UND	25,00	40,00	1.000,00
159	LIVRO REGISTRO DO EMPREGADOR, 100 FOLHAS internas papel off- set 56 gr/m2, numeradas, capa dura de papelao revestido em papel offset 120gr/m2, 315mm x 217mm, miolo 305mm x 211mm, caracteristica similar a marca Grafset. / SIDGRAPH	UND	25,00	50,00	1.250,00
160	LIVRO REGISTRO DO EMPREGADOR, 50 FOLHAS internas papel off-set 56 gr/m2, numeradas, capa dura de papelao revestido em papel offset 120gr/m2, 315mm x 217mm, miolo 305mm x 211mm, caracteristica similar a marca Grafset. / SÃO DOMINGOS	UND	20,00	10,00	200,00
161	170 - 0032235 - Papel cartao A4 com 25 folhas salmao, azul ceu e bege. / TOK	PCT	25,00	60,00	1.500,00
162	Papel celofane, cores variadas, medindo 80x80 cm. / TOK	UND	4,00	994,00	3.976,00
163	PAPEL FOTOGRAFICO AUTO ADESIVO A4. Papel glossy a prova de agua. Pacote com 100 folhas. / TOK	PCT	30,00	20,00	600,00
164	PAPEL CONTATO TRANSPARENTE. Papel Filme Adesivo, rolo 45 cm x 25 metros, Transparente. / PLAUITEC	ROLO	150,00	79,00	11.850,00
165	Papel laminado, pesando 63g/m2, medindo (59x49) cores sortidas, pacotes com 100 unidades. / CANSON	PCT	210,00	58,00	12.180,00
166	PAPEL MADEIRA, na cor ouro. Tam. 66x96cm. / CANSON	UND	2,00	468,00	936,00
167	PAPEL OFICIO A4 RECICLADO 210x297 75gr com 500 folhas reciclado. / CHAMEX	RESMA	40,00	328,00	13.120,00
168	PAPEL OFICIO A4, (210,0X297,0), gramatura de 75g/m², resmas plastificadas resistente a umidade. / REPORT	RESMA	38,50	1.365,00	52.552,50
169	PAPEL OFICIO PESO 60 FORMATO A4; medindo 210 x297mm; peso 60; branco, pacote com 500 folhas. / CHAMEX	PCT	100,00	13,00	1.300,00
170	Papel para embrulho marrom. / MULTCOLOR	UND	2,00	45,00	90,00
171	PAPEL PARA PRESENTE, em papel monolucido, de estampa e cores variadas, a folha (50x60) cm. / UGESSELE	UND	2,00	200,00	400,00
172	Papel pautado com 400 folhas. / ART FLOC	PCT	100,00	20,00	2.000,00
173	Papel seda, cores sortidos, medindo (50x70) cm, pesando 20g/m2. / FRAULA	UND	1,00	265,00	265,00
174	PASTA TIPO AZ, L/ESTREITA, largura 285mm, lombada 40 (lombo estreita), cor preta/cinza, prendedor interno ferragem removivel tipo dois furos, com visor lateral, caracteristicas adicionais revestidas dentro e fora. / DAC	UND	30,00	270,00	8.100,00
175	PASTA TIPO AZ, L/MEDIA, largura 285mm, lombada 40 (lombo media), cor preta/cinza, prendedor interno ferragem removivel tipo dois furos, com visor lateral, caracteristicas adicionais revestidas dentro e fora. / DAC	UND	30,00	300,00	9.000,00
176	PASTA TIPO AZ, L/LARGA, largura 285mm, lombada 40 (lombo larga), cor preta/cinza, prendedor interno ferragem removivel tipo dois furos, com visor lateral, caracteristicas adicionais revestidas dentro e fora. / DAC	UND	30,00	230,00	6.900,00
177	Pasta cartolina plastificada com grampo trilha. / DAC	UND	10,00	200,00	2.000,00
178	PASTA CATALOGO, Pasta Catalogo com 50 envelopes 0.12 micras 250 x 340 mm com 4 parafusos metal lombo 4 cm, Liso, na cor preta / DAC	UND	30,00	40,00	1.200,00
179	PASTA CLASSIFICADORA CARTAO DUPLO, grampo plastico, formato 350mmx230mm. Pastas Classificadora De Cartao 480g/m² Com Grampo Com Impressao, Similar a marca Polycart. / DELLO	UND	15,00	1.090,00	16.350,00
180	PASTA FINA COM ABA ELASTICO A4 polipropileno Oficio cores variadas / POLIBRAS	UND	8,00	670,00	5.360,00
181	Pasta de papelao com elastico tamanho oficio, 2cm 18 sortida. / POLIBRAS	UND	5,00	1.240,00	6.200,00
182	PASTA COM ABA 32MM PLASTICO transparente com elastico 32 mm / POLIBRAS	UND	8,00	160,00	1.280,00
183	PASTA COM ABA 35MM plastico transparente com elastico 35 mm / POLIBRAS	UND	10,00	300,00	3.000,00
184	PASTA COM ABA 55MM plastico transparente com elastico 55 mm / POLIBRAS	UND	15,00	230,00	3.450,00
185	Pasta suspensa cartao prensado, marmorizada, na cor parda, tipo pendular em forma de cabide; gramatura minima de 250g/m2; com grampo trilho em metal; tamanho oficio; visor em acetato, com etiqueta branca para identificacao. / FRAMA	UND	6,00	470,00	2.820,00
186	Percevejo latonado, para fixacao de papel em mural, acondicionado em caixa com 100 unidades. / BRW	CX	3,00	60,00	180,00
187	PERFURADOR DE PAPEL - 1 FURO, 10 FOLHAS, manual, em estrutura metalica, com capacidade para 10 folhas. / CIS	UND	15,00	40,00	600,00
188	PERFURADOR DE PAPEL - 2 FUROS, 20 FOLHAS, manual, em estrutura metalica, com capacidade para 20 folhas. Com 2 visadores, na cor preta. / CIS	UND	51,05	90,00	4.594,50
189	PERFURADOR DE PAPEL - 2 FUROS, 40 FOLHAS. Manual, ferro pintado, na cor preta, capacidade de perfuracao de 40 folhas, para furos redondos, com marginador indicativo e coletor removivel de sobras de papel. / CIS	UND	75,00	90,00	6.750,00
190	PERFURADOR DE PAPEL 2 FUROS, 60 FOLHAS, manual, medio, ferro pintado, na cor preta, capacidade de perfuracao de 60 folhas, para	UND	240,00	65,00	15.600,00

	furos redondos, com marginador indicativo e coletor removivel de sobras de papel. / CIS				
191	Pilha AA pequena com 4 unidades, ultra, longa duracao, embalagens com 04 unidades. / PANASONIC	PCT	18,00	20,00	360,00
192	Pilha AAA alcalina com 4 unidades. / PANASONIC	PCT	20,00	90,00	1.800,00
193	Pilha alcalina grande com 2 unidades. / PANASONIC	PCT	50,00	50,00	2.500,00
194	Pilha alcalina media com 2 unidades. / PANASONIC	PCT	43,00	50,00	2.150,00
195	Pilha para termometro AA pequena. / PANASONIC	UND	2,00	60,00	120,00
196	Pincel atomico material plastico ponta feltro redonda, na cor azul, preto e vermelho, tipo descartavel. / LEONOURA	UND	8,00	128,00	1.024,00
197	Pincel chato 281 no 02. / LEONOURA	UND	4,00	85,00	340,00
198	Pincel chato 281 no 04. / LEONOURA	UND	4,00	75,00	300,00
199	Pincel chato 281 no 06. / LEONOURA	UND	4,00	85,00	340,00
200	Pincel chato 281 no 08. / LEONOURA	UND	5,00	75,00	375,00
201	Pincel chato 281 no 10. / LEONOURA	UND	6,00	85,00	510,00
202	Pincel chato 281 no 14. / LEONOURA	UND	8,00	75,00	600,00
203	Pincel redondo n° 08. / LEONOURA	UND	7,20	35,00	252,00
204	Pincel redondo n° 10. / LEONOURA	UND	6,00	35,00	210,00
205	Pincel redondo n° 18. / LEONOURA	UND	45,00	83,00	3.735,00
206	Pincel rolico 308 no 1. / LEONOURA	UND	18,00	35,00	630,00
207	Pincel rolico 308 no 16. / LEONOURA	UND	4,00	100,00	400,00
208	Pistola de cola quente pequena, de termoplastico, medindo 14cm, para tensao de bivolt, para potencia de 40w. / BF	UND	40,00	67,00	2.680,00
209	Pistola de cola quente grande, de termoplastico, medindo 20cm, para tensao de bivolt, para potencia de 40w. / BF	UND	70,00	93,00	6.510,00
210	Placa de isopor 05 mm. / FRICALOR	UND	4,98	49,00	244,02
211	Placa de isopor 10 mm. / FRICALOR	UND	7,00	44,00	308,00
212	Placa de isopor 15 mm. / FRICALOR	UND	10,00	49,00	490,00
213	Placa de isopor 20 mm. / FRICALOR	UND	12,00	89,00	1.068,00
214	Placa de isopor 25 mm. / FRICALOR	UND	15,00	69,00	1.035,00
215	Placa de isopor 30 mm. / FRICALOR	UND	18,00	99,00	1.782,00
216	PORTA CANETA 3X1 em material acrilico ou transparente, aplicacao escritorio. / DELLO	UND	25,00	80,00	2.000,00
217	Porta carimbos, 06 lugares fume ou transparente. / DELLO	UND	15,00	12,00	180,00
218	Porta cracha em plastico transparente com peca metalica para fixacao, dimensao 8x5cm. / DELLO	UND	5,00	450,00	2.250,00
219	Porta fita adesiva em acrilico 15cm. / DELLO	UND	40,00	30,00	1.200,00
220	Prancheta portatil material papelao tamanho oficio. / WALLEU	UND	15,00	35,00	525,00
221	Prendedor de papel 25mm em ferro caixa com 12 unidades. / SUMIT	CX	12,00	29,00	348,00
222	Prendedor de papel 32mm em ferro caixa com 12 unidades. / SUMIT	CX	16,00	28,00	448,00
223	Prendedor de papel 41mm em ferro caixa com 12 unidades. / SUMIT	CX	30,00	28,00	840,00
224	QUADRO 2.00X1.00 BRANCO, com suporte para apagador, com moldura de aluminio. / STALO BAURÚ	UND	489,00	16,00	7.824,00
225	Quadro branco 120x200. / STALO BAURÚ	UND	297,00	20,00	5.940,00
226	Quadro branco 120x90. / STALO BAURÚ	UND	197,00	49,00	9.653,00
227	QUADRO BRANCO 70X100, de madeira forrado com formica branca, moldura de aluminio, dimensoes 70x100 cm. / STALO BAURÚ	UND	197,00	9,00	1.773,00
228	Quadro mural de aviso em madeira, forrado com feltro de cor verde, moldura em aluminio, dimensao 70x100cm. / STALO BAURÚ	UND	197,00	49,00	9.653,00
229	Quebra cabeca minimo de 100 pecas caixa em papelao. / PAIS E FILHOS	UND	70,00	19,00	1.330,00
230	REABASTECEDOR DE PINCEL AZUL para quadro branco 37 ml azul, caixa com 6 unidades. / COMPACTOR	CX	70,00	60,00	4.200,00
231	REABASTECEDOR DE PINCEL PRETO para quadro branco 37 ml preto, caixa com 6 unidades. / COMPACTOR	CX	70,00	10,00	700,00
232	REABASTECEDOR DE PINCEL VERMELHO para quadro branco 37 ml vermelho, caixa com 6 unidades. / COMPACTOR	CX	70,00	50,00	3.500,00
233	REABASTECEDOR DO PINCEL ATOMICO. Reabastecedor Marcador Atomico AZUL 37ml / REDEX	UND	20,00	45,00	900,00
234	REABASTECEDOR DO PINCEL ATOMICO. Reabastecedor Marcador Atomico PRETO 37ml / REDEX	UND	20,00	45,00	900,00
235	REGUA PLASTICA SIMPLES 30 CM TRANSPARENTE. / WALLEU	UND	5,00	453,00	2.265,00
236	Relogio de parede redondo preto fundo branco, analogico, material plastico, altura 0.6 cm, largura 42 cm, comprimento 41 cm. / QUARTZ	UND	80,00	20,00	1.600,00
237	RENDA GRIPIR COLORIDA 100% POLIESTER 4 metros x 3,5 centimetros / NYBC	UND	40,00	100,00	4.000,00
238	KIT TATAME 50CM X 50CM 10 mm bordas, com no minimo 12 placas / DECOR	UND	200,00	45,00	9.000,00
239	TECIDO CETIM DIVERSAS CORES EM METRO. / DOHLER	METRO	10,00	600,00	6.000,00
240	TECIDO DE CHITA 100% ALGODAO EM METRO / DOHLER	METRO	25,00	150,00	3.750,00
241	TELA PARA PINTURA 18X24CM. / GORTARTE	UND	15,00	18,00	270,00
242	TELA PARA PINTURA 30X40CM. / GORTARTE	UND	42,00	48,00	2.016,00
243	Tesoura de picotar 13,5 cm. / LEONOURA	UND	14,60	48,00	700,80
244	TESOURA ESCOLAR PONTA ARREDONDADA 13 CM de cores variadas / LEONOURA	UND	8,00	393,00	3.144,00
245	TESOURA MULTIUSO 21 CM em aco polipropileno 21 cm. / ORIGINAL	UND	17,98	113,00	2.031,74
246	TINTA PARA TECIDO 37ML, similar a Acrilex, cor variada / ACRILEX	UND	8,88	285,00	2.530,80
247	TINTA GUACHE 15ML, caixa com 6 cores similar acrilex / ACRILEX	CX	8,88	308,00	2.735,04
248	Tinta para almofada de carimbo azul 40 ml. / REDEX	UND	7,45	80,00	596,00
249	Tinta para almofada de carimbo preta 40 ml. / REDEX	UND	7,45	40,00	298,00
250	TINTA SPRAY 360 ML, Secagem Rapida, diversas cores. / TEKBOND	UND	40,00	40,00	1.600,00
251	TNT- tecido nao tecido cores diversas rolo com 50 metros. / GATE	ROLO	197,00	193,00	38.021,00
252	Xadrez escolar jogo de madeira com pecas plasticas 26x13x04 cm. / XALINGO	UND	197,00	40,00	7.880,00
253	Pasta com bolsa personalizada. Material Papel triplex medindo 31cmx45 (aberta) 21cmx30 cm (fechada). / DELLO	UND	1,98	1.000,00	1.980,00
VALOR TOTAL					**R$ 876.090,09**

Por se tratar de contratação continuada o prazo de vigência é de **12 meses**, contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

Serra do Mel/RN, 16 de outubro de 2026.

Publicado por:
Flamarion Lucena da Silva
Código Identificador:9CBB873B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 02011.000004/2026

CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2026**.**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ, COM SEDE NA AVENIDA FRANCISCO MARAL, CENTRO – TENENTE LEURENTINO CRUZ/RN - CEP: 59.3-000 **-CNPJ/MF**: **01.612.382/0001-77**.

CREDENCIADO: 60.296.187 MATHEUS DE MENEZES COSTA inscrito no CNPJ 60.296.187/0001-44 End. Rua MARIA OLINDINA DE ARAÚJO, 183, BAIRRO PARQUE DOURADO, CEP 59.380-000**.**
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE ARTISTAS PARA POSSÍVEIS E FUTURAS CONTRATAÇÕES, COM VISTAS A REALIZAREM APRESENTAÇÕES PÚBLICAS, DE MANEIRA PRESENCIAL, DURANTE OS EVENTOS E PROJETOS PROMOVIDOS OU APOIADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ/RN.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02.002	GABINETE DO PREFEITO
AÇÃO:	2004	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DO GABINETE
FUNÇÃO:	04	ADMINISTRAÇÃO
SUB-FUNÇÃO:	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA:	0100	Atividade de Apoio Administrativo
NATUREZA DE DESPESA:	3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS:	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02.004	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E RECURSOS HUMANOS
AÇÃO:	2011	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA
FUNÇÃO:	04	ADMINISTRAÇÃO
SUB-FUNÇÃO:	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA:	0100	Atividade de Apoio Administrativo
NATUREZA DE DESPESA:	3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS:	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02.005	SECRETARIA AGROP/MEIO AMB. ABAST. R. HIDRICOS
AÇÃO:	2024	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA
FUNÇÃO:	04	ADMINISTRAÇÃO
SUB-FUNÇÃO:	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA:	0100	Atividade de Apoio Administrativo
NATUREZA DE DESPESA:	3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS:	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02.006	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
AÇÃO:	2048	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA
FUNÇÃO:	12	EDUCAÇÃO
SUB-FUNÇÃO:	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA:	0100	Atividade de Apoio Administrativo
NATUREZA DE DESPESA:	3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS:	15001001	Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02.009	SECRETARIA DE OBRAS, HABITACAO E SERV. URBANOS
AÇÃO:	2090	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA
FUNÇÃO:	04	ADMINISTRAÇÃO
SUB-FUNÇÃO:	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA:	0100	Atividade de Apoio Administrativo
NATUREZA DE DESPESA:	3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS:	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02.010	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
AÇÃO:	2095	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA
FUNÇÃO:	27	DESPORTO E LAZER
SUB-FUNÇÃO:	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA:	0126	Atividade de Apoio Administrativo
NATUREZA DE DESPESA:	3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS:	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02.011	SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
AÇÃO:	2050	APOIO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS SOCIO CULTURAIS, ESPORTIVOS, RELIGIOSOS E TURISTICOS
FUNÇÃO:	23	COMERCIO E SERVIÇOS
SUB-FUNÇÃO:	695	TURISMO
PROGRAMA:	0103	Infra-estrutura Social
NATUREZA DE DESPESA:	3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS:	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02.011	SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
AÇÃO:	2107	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA
FUNÇÃO:	04	ADMINISTRAÇÃO
SUB-FUNÇÃO:	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA:	0100	Atividade de Apoio Administrativo
NATUREZA DE DESPESA:	3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS:	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	03.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CNPJ:12.233.412/0001-50
AÇÃO:	2118	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO FUNDO DE SAÚDE
FUNÇÃO:	10	SAÚDE
SUB-FUNÇÃO:	301	ATENÇÃO BÁSICA
PROGRAMA:	0100	Atividade de Apoio Administrativo
NATUREZA DE DESPESA:	3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS:	1500000	Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	03.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CNPJ:12.233.412/0001-50
AÇÃO:	2152	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
FUNÇÃO:	10	SAÚDE
SUB-FUNÇÃO:	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
PROGRAMA:	0113	Promoção, Prevenção e Vigilância a Saúde
NATUREZA DE DESPESA:	3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS:	15001002	Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	04.001	FUNDO MUN. DE A. SOCIAL CNPJ: 14.697.706/0001-69
AÇÃO:	1076	SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO
FUNÇÃO:	08	ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUB-FUNÇÃO:	241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO
PROGRAMA:	0103	Infra-estrutura Social
NATUREZA DE DESPESA:	3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS:	16600000	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	04.001	FUNDO MUN. DE A. SOCIAL CNPJ: 14.697.706/0001-69
AÇÃO:	2075	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
FUNÇÃO:	08	ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUB-FUNÇÃO:	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA:	0100	Atividade de Apoio Administrativo
NATUREZA DE DESPESA:	3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS:	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	04.001	FUNDO MUN. DE A. SOCIAL CNPJ: 14.697.706/0001-69
AÇÃO:	2163	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - EXTRA PORTARIA 751/2022
FUNÇÃO:	08	ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUB-FUNÇÃO:	244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
PROGRAMA:	0120	Atendimento a População Carente
NATUREZA DE DESPESA:	3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS:	16600000	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

VALOR GLOBAL: R$ 6.000,00 (seis mil reais).

VIGÊNCIA: Encerramento em 31/12/2026. nos termos do Art. 107 da Lei Federal n° 14.133/21.

Tenente Laurentino Cruz/RN, 16 de outubro de 2026.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA –
Prefeito

60.296.187 MATHEUS DE MENEZES COSTA –
Artista

Publicado por:
Franciel Rayedson Garcia de Macedo
Código Identificador:36F31B93

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
DECRETO MUNICIPAL Nº 218/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 218/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE TIBAU, A FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, NO VALOR DE R$ 45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS), PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA Nº 00742/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Tibau – Lidiane Marques da Costa, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Art. 55, XIV, da Lei Orgânica do Município de Tibau.

CONSIDERANDO a autorização para abertura de créditos adicionais, concedida pelos artigos 7º, da Lei Municipal nº 00742/2025, de 08 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, edição nº 3686, de 11 de dezembro de 2025, e

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Fiscal do Município de Tibau (Lei nº 00742/2025, de 08 de dezembro de 2025), a favor da **Secretaria Municipal de Cultura**, no valor de R$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), nos termos dos artigos, 40, 41, I e 42 da Lei Federal nº 4.320/64, destinado ao reforço de dotação orçamentária, conforme especificações a seguir:

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.020	Secretaria Municipal de Cultura				
Função	13	Cultura				
Subfunção	392	Difusão Cultural				
Programa	0011	Tibau – Onde o Sol Encontra o Mar				
Ação	2170	Manutenção das Ações de Eventos Culturais e Comemorativos do Município de Tibau				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte de Recurso	17040000	R$	45.000,00
Total do Crédito Suplementar (R$)						**45.000,00**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º deste Decreto são provenientes de **anulação parcial ou total de dotações orçamentárias**, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, conforme especificações a seguir:

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.014	Secretaria Municipal de Turismo				
Função	23	Comércio e Serviços				
Subfunção	695	Turismo				
Programa	0011	Tibau – Onde o Sol Encontra o Mar				
Ação	2073	Manutenção das Ações de Eventos Turísticos do Município de Tibau				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	17040000	R$	10.000,00
Valor da Anulação (R$)						**10.000,00**

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.014	Secretaria Municipal de Turismo				
Função	23	Comércio e Serviços				
Subfunção	695	Turismo				
Programa	0011	Tibau – Onde o Sol Encontra o Mar				
Ação	2073	Manutenção das Ações de Eventos Turísticos do Município de Tibau				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339039	Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	Fonte de Recurso	17040000	R$	35.000,00
Valor da Anulação (R$)						**35.000,00**
Total da Anulação (R$)						**45.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tibau/RN, em 19 de outubro de 2026

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:83D19C38

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
DECRETO MUNICIPAL Nº 219/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 219/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE TIBAU, A FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NO VALOR DE R$ 7.587,21 (SETE MIL, QUINHENTOS E OITENTA E SETE REAIS E VINTE E UM CENTAVOS), PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA Nº 00742/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Tibau – Lidiane Marques da Costa, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Art. 55, XIV, da Lei Orgânica do Município de Tibau.

CONSIDERANDO a autorização para abertura de créditos adicionais, concedida pelos artigos 7º, da Lei Municipal nº 00742/2025, de 08 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, edição nº 3686, de 11 de dezembro de 2025, e

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Fiscal do Município de Tibau (Lei nº 00742/2025, de 08 de dezembro de 2025), a favor da **Secretaria Municipal de Educação** no valor de R$ 7.587,21 (Sete mil, quinhentos e oitenta e sete reais e vinte e um centavos), nos termos dos artigos, 40, 41, I e 42 da Lei Federal nº 4.320/64, destinado ao reforço de dotação orçamentária, conforme especificações a seguir:

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.005	Secretaria Municipal de Educação				
Função	12	Educação				
Subfunção	306	Alimentação e Nutrição				
Programa	0003	Alimentação Escolar – Sabor de Futuro				
Ação	2025	Manutenção das Ações de Alimentação Escolar do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	15520000	R$	1.108,46
Valor do Crédito Suplementar (R$)						**1.108,46**

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.005	Secretaria Municipal de Educação				
Função	12	Educação				
Subfunção	306	Alimentação e Nutrição				
Programa	0003	Alimentação Escolar – Sabor de Futuro				
Ação	2026	Manutenção das Ações de Alimentação Escolar da Educação Infantil/Creche da Rede Municipal de Ensino				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	15520000	R$	2.335,00
Valor do Crédito Suplementar (R$)						**2.335,00**

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.005	Secretaria Municipal de Educação				
Função	12	Educação				
Subfunção	306	Alimentação e Nutrição				
Programa	0003	Alimentação Escolar – Sabor de Futuro				
Ação	2027	Manutenção das Ações de Alimentação Escolar da Educação Infantil/Pré-Escola da Rede de Ensino				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	15520000	R$	2.911,00
Valor do Crédito Suplementar (R$)						**2.911,00**

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.005	Secretaria Municipal de Educação				
Função	12	Educação				
Subfunção	306	Alimentação e Nutrição				
Programa	0003	Alimentação Escolar – Sabor de Futuro				
Ação	2028	Manutenção das Ações de Alimentação Escolar da Educação de Jovens e Adultos da Rede de Ensino				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	15520000	R$	783,75
Valor do Crédito Suplementar (R$)						**783,75**

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.005	Secretaria Municipal de Educação				
Função	12	Educação				
Subfunção	306	Alimentação e Nutrição				
Programa	0003	Alimentação Escolar – Sabor de Futuro				
Ação	2029	Manutenção das Ações de Alimentação Escolar da Educação Especial da Rede de Ensino				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	15520000	R$	429,00
Valor do Crédito Suplementar (R$)						**429,00**
Total do Crédito Suplementar (R$)						**7.587,21**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º deste Decreto são provenientes de "**Excesso de Arrecadação"**, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, conforme especificações a seguir:

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Excesso de Arrecadação	Agência: 4687-6 Conta:8550-2		Fonte de Recurso	15520000	R$	7.587,21
Valor d Excesso de Arrecadação (R$)						**7.587,21**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tibau/RN, em 19 de Outubro de 2026

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:7AAF0017

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
DECRETO MUNICIPAL Nº 220/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 220/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE TIBAU, A FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS), PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA Nº 00742/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Tibau – Lidiane Marques da Costa, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Art. 55, XIV, da Lei Orgânica do Município de Tibau.

CONSIDERANDO a autorização para abertura de créditos adicionais, concedida pelos artigos 7º, da Lei Municipal nº 00742/2025, de 08 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, edição nº 3686, de 11 de dezembro de 2025, e

D E C R E T A:
Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Fiscal do Município de Tibau (Lei nº 00742/2025, de 08 de dezembro de 2025), a favor da **Secretaria Municipal de Educação** no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais), nos termos dos artigos, 40, 41, I e 42 da Lei Federal nº 4.320/64, destinado ao reforço de dotação orçamentária, conforme especificações a seguir:

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.005	Secretaria Municipal de Educação				
Função	12	Educação				
Subfunção	306	Alimentação e Nutrição				
Programa	0003	Alimentação Escolar – Sabor de Futuro				
Ação	2025	Manutenção das Ações de Alimentação Escolar do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	15730000	R$	10.000,00
Valor do Crédito Suplementar (R$)						**10.000,00**

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.005	Secretaria Municipal de Educação				
Função	12	Educação				
Subfunção	306	Alimentação e Nutrição				
Programa	0003	Alimentação Escolar – Sabor de Futuro				
Ação	2026	Manutenção das Ações de Alimentação Escolar da Educação Infantil/Creche da Rede Municipal de Ensino				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	15730000	R$	5.000,00
Valor do Crédito Suplementar (R$)						**5.000,00**

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.005	Secretaria Municipal de Educação				
Função	12	Educação				
Subfunção	306	Alimentação e Nutrição				
Programa	0003	Alimentação Escolar – Sabor de Futuro				
Ação	2027	Manutenção das Ações de Alimentação Escolar da Educação Infantil/Pré-Escola da Rede de Ensino				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	15730000	R$	5.000,00
Valor do Crédito Suplementar (R$)						**5.000,00**
Total do Crédito Suplementar (R$)						**20.000,00**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º deste Decreto são provenientes de "**Anulação parcial ou total de dotação orçamentária"**, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, conforme especificações a seguir:

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.005	Secretaria Municipal de Educação				
Função	12	Educação				
Subfunção	361	Ensino Fundamental				
Programa	0005	Educa Tibau – Saber que Transforma				
Ação	1007	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para a Rede Municipal de Ensino Fundamental				
Natureza da Despesa	4	Despesas de Capital				
Grupo de Natureza de Despesa	44	Investimentos				
Modalidade de Aplicação	4490	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	449052	Equipamentos e Material Permanente	Fonte de Recurso	15730000	R$	10.000,00
Valor da Anulação (R$)						**10.000,00**

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.005	Secretaria Municipal de Educação				
Função	12	Educação				
Subfunção	365	Educação Infantil				
Programa	0005	Educa Tibau – Saber que Transforma				
Ação	1009	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para a Educação Infantil/Pré-Escola				
Natureza da Despesa	4	Despesas de Capital				
Grupo de Natureza de Despesa	44	Investimentos				
Modalidade de Aplicação	4490	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	449052	Equipamentos e Material Permanente	Fonte de Recurso	15730000	R$	10.000,00
Valor da Anulação (R$)						**10.000,00**
Total das Anulações (R$)						**20.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tibau/RN, em 19 de outubro de 2026

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:9192EC3C

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
DECRETO MUNICIPAL Nº 221/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 221/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE TIBAU, A FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NO VALOR DE R$ 35.000,00 (TRINTA E CINCO MIL REAIS), PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA Nº 00742/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Tibau – Lidiane Marques da Costa, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Art. 55, XIV, da Lei Orgânica do Município de Tibau.

CONSIDERANDO a autorização para abertura de créditos adicionais, concedida pelos artigos 7º, da Lei Municipal nº 00742/2025, de 08 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, edição nº 3686, de 11 de dezembro de 2025, e

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Fiscal do Município de Tibau (Lei nº 00742/2025, de 08 de dezembro de 2025), a favor da **Secretaria Municipal de Educação** no valor de R$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais), nos termos dos artigos, 40, 41, I e 42 da Lei Federal nº 4.320/64, destinado ao reforço de dotação orçamentária, conforme especificações a seguir:

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.005	Secretaria Municipal de Educação				
Função	12	Educação				
Subfunção	306	Alimentação e Nutrição				
Programa	0003	Alimentação Escolar – Sabor de Futuro				
Ação	2025	Manutenção das Ações de Alimentação Escolar do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	15500000	R$	15.000,00
Valor do Crédito Suplementar (R$)						**15.000,00**

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.005	Secretaria Municipal de Educação				
Função	12	Educação				
Subfunção	306	Alimentação e Nutrição				
Programa	0003	Alimentação Escolar – Sabor de Futuro				
Ação	2026	Manutenção das Ações de Alimentação Escolar da Educação Infantil/Creche da Rede Municipal de Ensino				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	15500000	R$	10.000,00
Valor do Crédito Suplementar (R$)						**10.000,00**

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.005	Secretaria Municipal de Educação				
Função	12	Educação				
Subfunção	306	Alimentação e Nutrição				
Programa	0003	Alimentação Escolar – Sabor de Futuro				
Ação	2027	Manutenção das Ações de Alimentação Escolar da Educação Infantil/Pré-Escola da Rede de Ensino				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	15500000	R$	10.000,00
Valor do Crédito Suplementar (R$)						**10.000,00**
Total do Crédito Suplementar (R$)						**35.000,00**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º deste Decreto são provenientes de "**Anulação parcial ou total de dotação orçamentária"**, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, conforme especificações a seguir:

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.005	Secretaria Municipal de Educação				
Função	12	Educação				
Subfunção	365	Educação Infantil				
Programa	0005	Educa Tibau – Saber que Transforma				
Ação	1181	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino				
Natureza da Despesa	4	Despesas de Capital				
Grupo de Natureza de Despesa	44	Investimentos				
Modalidade de Aplicação	4490	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	449039	Outros Serviços de Terceiros – P. Juríidca	Fonte de Recurso	15500000	R$	5.000,00
Valor da Anulação (R$)						**5.000,00**

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.005	Secretaria Municipal de Educação				
Função	12	Educação				
Subfunção	361	Ensino Fundamental				
Programa	0004	Caminho para o Saber – Transporte Escolar de Tibau				
Ação	2031	Manutenção das Ações de Transporte Escolar do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339039	Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	Fonte de Recurso	15500000	R$	10.000,00
Valor da Anulação (R$)						**10.000,00**

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.005	Secretaria Municipal de Educação				
Função	12	Educação				
Subfunção	361	Ensino Fundamental				
Programa	0005	Educa Tibau – Saber que Transforma				
Ação	2038	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	15500000	R$	10.000,00
Elemento de Despesa	339039	Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	Fonte de Recurso	15500000	R$	5.000,00
Valor da Anulação (R$)						**15.000,00**

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.005	Secretaria Municipal de Educação				
Função	12	Educação				
Subfunção	361	Ensino Fundamental				
Programa	0005	Educa Tibau – Saber que Transforma				
Ação	2039	Manutenção das Atividades da Educação Infantil/Creche da Rede Municipal de Ensino				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	15500000	R$	5.000,00
Valor da Anulação (R$)						**5.000,00**
Total das Anulações (R$)						**35.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tibau/RN, em 19 de outubro de 2026

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:A9827C63

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
DECRETO MUNICIPAL Nº 222/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 222/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE TIBAU, A FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NO VALOR DE R$ 33.000,00 (TRINTA E TRÊS MIL REAIS), PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA Nº 00742/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Tibau – Lidiane Marques da Costa, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Art. 55, XIV, da Lei Orgânica do Município de Tibau.

CONSIDERANDO a autorização para abertura de créditos adicionais, concedida pelos artigos 7º, da Lei Municipal nº 00742/2025, de 08 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, edição nº 3686, de 11 de dezembro de 2025, e

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Fiscal do Município de Tibau (Lei nº 00742/2025, de 08 de dezembro de 2025), a favor da **Secretaria Municipal de Educação** no valor de R$ 33.000,00 (Trinta e três mil reais), nos termos dos artigos, 40, 41, I e 42 da Lei Federal nº 4.320/64, destinado ao reforço de dotação orçamentária, conforme especificações a seguir:

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.005	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Função	12	EDUCAÇÃO				
Subfunção	361	ENSINO FUNDAMENTAL				
Programa	0005	EDUCA TIBAU - SABER QUE TRANSFORMA				
Ação	2038	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte de Recurso	150010001	R$	25.000,00
Valor do Crédito Suplementar (R$)						**25.000,00**

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.005	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Função	12	EDUCAÇÃO				
Subfunção	365	EDUCAÇÃO INFANTIL				
Programa	0005	EDUCA TIBAU - SABER QUE TRANSFORMA				
Ação	2039	Manutenção das Atividades da Educação Infantil/Creche da Rede Municipal de Ensino				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte de Recurso	15001001	R$	8.000,00
Valor do Crédito Suplementar (R$)						**8.000,00**
Total do Crédito Suplementar (R$)						**33.000,00**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º deste Decreto são provenientes de "**Anulação parcial ou total de dotação orçamentária"**, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, conforme especificações a seguir:

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.005	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Função	12	EDUCAÇÃO				
Subfunção	361	ENSINO FUNDAMENTAL				
Programa	0004	CAMINHO PARA O SABER - TRANSPORTE ESCOLAR DE TIBAU				
Ação	2031	Manutenção das Ações de Transporte Escolar do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	15001001	R$	2.000,00
Elemento de Despesa	339039	Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	Fonte de Recurso	15001001	R$	9.000,00
Valor da Anulação (R$)						**11.000,00**

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.005	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Função	12	EDUCAÇÃO				
Subfunção	361	ENSINO FUNDAMENTAL				
Programa	0005	EDUCA TIBAU - SABER QUE TRANSFORMA				
Ação	2038	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	15001001	R$	8.000,00
Valor da Anulação (R$)						**8.000,00**

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.005	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Função	12	EDUCAÇÃO				
Subfunção	365	EDUCAÇÃO INFANTIL				
Programa	0005	Educa Tibau – Saber que Transforma				
Ação	2039	Manutenção das Atividades da Educação Infantil/Creche da Rede Municipal de Ensino				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	15001001	R$	6.000,00
Valor da Anulação (R$)						**6.000,00**

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.005	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Função	12	EDUCAÇÃO				
Subfunção	365	EDUCAÇÃO INFANTIL				
Programa	0005	Educa Tibau – Saber que Transforma				
Ação	2040	Manutenção das Atividades da Educação Infantil/Pré-Escola da Rede Municipal de Ensino				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	15001001	R$	7.000,00
Elemento de Despesa	339036	Outros Serviços de Terceiros – P. Física	Fonte de Recurso	15001001	R$	1.000,00
Valor da Anulação (R$)						**8.000,00**
Total das Anulações (R$)						**33.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tibau/RN, em 19 de outubro de 2026

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:58546CBF

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
DECRETO MUNICIPAL Nº 223 /2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 223 /2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE TIBAU, A FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, NO VALOR DE R$ 110.000,00 (CENTO E DEZ MIL REAIS), PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA Nº 00742/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Tibau – Lidiane Marques da Costa, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Art. 55, XIV, da Lei Orgânica do Município de Tibau.

CONSIDERANDO a autorização para abertura de créditos adicionais, concedida pelos artigos 7º, da Lei Municipal nº 00742/2025, de 08 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, edição nº 3686, de 11 de dezembro de 2025,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Fiscal do Município de Tibau (Lei nº 00742/2025, de 08 de dezembro de 2025), a favor da **Secretaria Municipal de Esporte e Lazer**, no valor de R$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais), nos termos dos artigos, 40, 41, I e 42 da Lei Federal nº 4.320/64, destinado ao reforço de dotação orçamentária, conforme especificações a seguir:

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.015	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER				
Função	27	DESPORTO E LAZER				
Subfunção	812	DESPORTO COMUNITÁRIO				
Programa	0010	TIBAU EM MOVIMENTO - ESPORTE E LAZER PARA TODOS				
Ação	2085	Manutenção das Ações de Eventos Esportivos do Município de Tibau				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	17040000	R$	5.000,00
Elemento de Despesa	339032	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuíta	Fonte de Recurso	17040000	R$	10.000,00
Elemento de Despesa	339039	Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	Fonte de Recurso	17040000	R$	30.000,00
Valor do Crédito Suplementar (R$)						**45.000,00**

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.015	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER				
Função	27	DESPORTO E LAZER				
Subfunção	812	DESPORTO COMUNITÁRIO				
Programa	0010	TIBAU EM MOVIMENTO - ESPORTE E LAZER PARA TODOS				
Ação	2087	Manutenção de Ginásios Poliesportivos, Campo de Futebol e Arena Socity				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339039	Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	Fonte de Recurso	17040000	R$	65.000,00
Valor do Crédito Suplementar (R$)						**65.000,00**
Total do Crédito Suplementar (R$)						**110.000,00**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º deste Decreto são provenientes de **anulação parcial ou total de dotações orçamentárias**, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, conforme especificações a seguir:

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.002	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS				
Função	04	ADMINISTRAÇÃO				
Subfunção	123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA				
Programa	0002	GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU				
Ação	2013	Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria Municipal de Finanças				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339039	Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	Fonte de Recurso	17040000	R$	110.000,00
Total da Anulação (R$)						**110.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tibau/RN, em 19 de outubro de 2026

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:592D3F58

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
DECRETO MUNICIPAL Nº 224/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 224/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE TIBAU, A FAVOR DA SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO, NO VALOR DE R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS), PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA Nº 00742/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Tibau – Lidiane Marques da Costa, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Art. 55, XIV, da Lei Orgânica do Município de Tibau.

CONSIDERANDO a autorização para abertura de créditos adicionais, concedida pelos artigos 7º, da Lei Municipal nº 00742/2025, de 08 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, edição nº 3686, de 11 de dezembro de 2025, e

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Fiscal do Município de Tibau (Lei nº 00742/2025, de 08 de dezembro de 2025), a favor da **Secretaria do Gabinete do Prefeito**, no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), nos termos dos artigos, 40, 41, I e 42 da Lei Federal nº 4.320/64, destinado ao reforço de dotação orçamentária, conforme especificações a seguir:

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.001	Secretaria do Gabinete do Prefeito				
Função	04	Administração				
Subfunção	122	Administração Geral				
Programa	0002	Gestão Administrativa do Gabinete do Prefeito				
Ação	2009	Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria do Gabinete do Prefeito				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339039	Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	Fonte de Recurso	17040000	R$	40.000,00
Valor do Crédito Suplementar (R$)						**40.000,00**
Total do Crédito Suplementar (R$)						**40.000,00**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º deste Decreto são provenientes de **anulação parcial ou total de dotações orçamentárias**, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, conforme especificações a seguir:

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.014	Secretaria Municipal de Turismo				
Função	23	Comercio e Serviços				
Subfunção	695	Turismo				
Programa	0011	Tibau - Onde o Sol Encontra o Mar				
Ação	2073	Manutenção das Ações de Eventos Turísticos do Município de Tibau				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339039	Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	Fonte de Recurso	17040000	R$	40.000,00
Valor da Anulação (R$)						**40.000,00**
Total da Anulação (R$)						**40.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tibau/RN, em 19 de outubro de 2026

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:B9C42780

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
DECRETO MUNICIPAL Nº 225/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 225/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE TIBAU, A FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, NO VALOR DE R$ 38.000,00 (TRINTA E OITO MIL REAIS), PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA Nº 00742/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Tibau – Lidiane Marques da Costa, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Art. 55, XIV, da Lei Orgânica do Município de Tibau.

CONSIDERANDO a autorização para abertura de créditos adicionais, concedida pelos artigos 7º, da Lei Municipal nº 00742/2025, de 08 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, edição nº 3686, de 11 de dezembro de 2025, e

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Fiscal do Município de Tibau (Lei nº 00742/2025, de 08 de dezembro de 2025), a favor da **Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social**, no valor de R$ 38.000,00 (Trinta e oito mil reais), nos termos dos artigos, 40, 41, I e 42 da Lei Federal nº 4.320/64, destinado ao reforço de dotação orçamentária, conforme especificações a seguir:

4000 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária	04.001	Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social				
Função	08	Assistência Social				
Subfunção	122	Administração Geral				
Programa	0002	Gestão Inteligente e Transparente para o Futuro de Tibau				
Ação	2122	Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339015	Diárias - Militar	Fonte de Recurso	15000000	R$	8.000,00
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	15000000	R$	30.000,00
Valor do Crédito Suplementar (R$)						**38.000,00**
Total do Crédito Suplementar (R$)						**38.000,00**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º deste Decreto são provenientes de **anulação parcial ou total de dotações orçamentárias**, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, conforme especificações a seguir:

4000 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária	04.001	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSI				
Função	08	Assistência Social				
Subfunção	122	Administração Geral				
Programa	0002	Gestão Inteligente e Transparente para o Futuro de Tibau				
Ação	2111	Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria de Trabalho e Assistência Social				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	Fonte de Recurso	15000000	R$	2.000,00
Elemento de Despesa	339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	Fonte de Recurso	15000000	R$	2.000,00
Elemento de Despesa	339037	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	Fonte de Recurso	15000000	R$	7.000,00
Valor da Anulação (R$)						**11.000,00**

4000 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária	04.001	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSI				
Função	08	Assistência Social				
Subfunção	122	Administração Geral				
Programa	0002	Gestão Inteligente e Transparente para o Futuro de Tibau				
Ação	2122	Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte de Recurso	15000000	R$	25.000,00
Elemento de Despesa	339092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	Fonte de Recurso	15000000	R$	2.000,00
Valor da Anulação (R$)						**27.000,00**
Total das Anulações (R$)						**38.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tibau/RN, em 19 de Outubro de 2026

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:572D3E80

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
DECRETO MUNICIPAL Nº 226/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 226/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE TIBAU, A FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, NO VALOR DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA Nº 00742/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Tibau – Lidiane Marques da Costa, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Art. 55, XIV, da Lei Orgânica do Município de Tibau.

CONSIDERANDO a autorização para abertura de créditos adicionais, concedida pelos artigos 7º, da Lei Municipal nº 00742/2025, de 08 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, edição nº 3686, de 11 de dezembro de 2025, e

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Fiscal do Município de Tibau (Lei nº 00742/2025, de 11 de dezembro de 2025), a favor da **Secretaria Municipal de Administração e Planejamento**, no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais), termos dos artigos, 40, 41, I e 42 da Lei Federal nº 4.320/64, destinado ao reforço de dotação orçamentária, conforme especificações a seguir:
2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.003	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMEN				
Função	04	Administração				
Subfunção	122	Administração Geral				
Programa	0002	Gestão Inteligente e Transparente para o Futuro de Tibau				
Ação	2016	Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria de Administração e Planejamento				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	3	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	17040000	R$	10.000,00
Valor do Crédito Suplementar (R$)						**10.000,00**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º deste Decreto são provenientes de **anulação parcial ou total de dotações orçamentárias**, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, conforme especificações a seguir:

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.003	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMEN				
Função	04	Administração				
Subfunção	122	Administração Geral				
Programa	0002	Gestão Inteligente e Transparente para o Futuro				
Ação	2016	Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria de Administração e Planejamento				
Natureza da Despesa	3	DESPESAS CORRENTES				
Grupo de Natureza de Despesa	33	OUTRAS DESPESAS				
Modalidade de Aplicação	3390	APLICAÇÕES DIRETAS				
Elemento de Despesa	339037	Locação de Mão de Obra	Fonte de Recurso	17040000	R$	10.000,00
Valor da Anulação (R$)						**10.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tibau/RN, em 19 de Outubro de 2026

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:E9DDF91B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 013/ 2026

TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 013/ 2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA/RN, E A EMPRESA LEONEIDE MARIA DE MELO LTDA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO.

CONTRATANTE: Prefeitura Municípal de Upanema/RN, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.085.771/0001-30, com sede na Rua João Francisco, 90, Centro, CEP: 59.670-000, Upanema/RN, neste ato representado pela Secretária Municipal de Administração, Finanças e Planejamento ANTÔNIA KATIA MEDEIROS DA SILVA, CPF (MF) n.º 190.224.528-83; pelo Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente AISAMAQUE DALYTON FAGUNDES CONCEIÇÃO, portador do CPF (MF) n.º 057.418.774-00; pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto MARIA MARILENE DA CRUZ SILVA XAVIER portadora do CPF (MF) n.º 938.590.584-87; pelo Secretário Municipal de Secretário Municipal de Governo e Patrimônio PEDRO RAMON MENDONÇA FERNANDES portador do CPF (MF) n.º 083.881.504-99; pelo Secretário Municipal de Secretário Municipal de Turismo, Infraestrutura e Desenv. Urbano JOSÉ GIVANILSON ROCHA GONÇALVES portador do CPF (MF) n.º 969.633.284-04; pelo Secretário Municipal de Assistência Social JAKSON DIEGO DOS SANTOS BEZERRA portador do CPF (MF) n.º 017.023.084-80 e pela Secretária Municipal de Saúde MARIA GORETH SALES DE OLIVEIRA, CPF (MF) n.º 369.272.284-20.

CONTRATADO: LEONEIDE MARIA DE MELO LTDA, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 34.638.418/0001-40, estabelecido no Sítio Curral da Várzea, nº 500 – Galpão 1, Zona Rural, CEP: 59.670-000, Upanema/RN, representado pela Senhora LEONEIDE MARIA DE MELO, portadora do CPF (MF) n.º 081.567.024-92.

Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados, e celebram o presente contrato, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS NECESSÁRIOS À MANUTENÇÃO DA OPERACIONALIDADE DA FROTA do Município de Upanema/RN, incluindo o fornecimento de peças, lubrificantes, acessórios e demais insumos indispensáveis ao pleno funcionamento dos veículos, máquinas e equipamentos.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;

A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. A vigência da presente contratação será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de contratual ou documento equivalente. Podendo ser prorrogado por até 10 anos na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021, pois se enquadra como serviço contínuo, visto ser decorrente de necessidade permanente e/ou prolongada da Administração Pública Municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, prestação dos serviços, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo aos autos do processo.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

O presente TERMO DE CREDENCIAMENTO importa o VALOR TOTAL de **R$ 1.770.000,00 (um milhão, setecentos e setenta mil reais)** na forma disposta abaixo:

LOTE 01 – FORNECIMENTO DE PEÇAS - VEICULOS DE PEQUENO PORTE (LINHA LEVE E UTILITÁRIOS)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR ESTIMADO	DESCONTO OFERTADO
1	PEÇAS E ACESSÓRIOS (VEICULOS LINHA LEVE)	R$ 250.000,00	15%

LOTE 02 – FORNECIMENTO DE PEÇAS - VEICULOS PESADOS (ÔNIBUS E CAMINHÕES)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR ESTIMADO	DESCONTO OFERTADO
1	PEÇAS E ACESSÓRIOS (VEICULOS PESADOS)	R$ 400.000,00	10%

LOTE 03 – FORNECIMENTO DE PEÇAS - TRATORES E MÁQUINAS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR ESTIMADO	DESCONTO OFERTADO
1	PEÇAS E ACESSÓRIOS (MÁQUINAS E TRATORES)	R$ 500.000,00	10%

LOTE 09 – SERVIÇOS ELÉTRICOS (POR DEMANDA)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	VR. UNIT.	VR. ESTIMADO
1	SERVIÇOS ELÉTRICOS POR DEMANDA	H	R$ 100,00	R$ 50.000,00

LOTE 10 – SERVIÇOS DE TROCA DE ÓLEO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR ESTIMADO	DESCONTO OFERTADO
1	ÓLEO LUBRIFICANTE	R$ 200.000,00	10%
2	FILTRO LUBRIFICANTE	R$ 50.000,00	10%

LOTE 12 – SERVIÇOS DE MOTOR

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR ESTIMADO	DESCONTO OFERTADO
1	SERVIÇOS DE RETÍFICA	R$ 50.000,00	5%
2	SERVIÇO DE MOTOR	R$ 100.000,00	5%

LOTE 13 – SERVIÇOS DE INJEÇÃO MOTOR DIESEL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR ESTIMADO	DESCONTO OFERTADO
1	SERVIÇOS DE BICO INJETOR	R$ 50.000,00	5%
2	SERVIÇO DE BOMBA INJETORA	R$ 50.000,00	5%

LOTE 15 – SERVIÇOS DE GUINCHO (REBOQUE DE VEÍCULOS)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	VR. UNIT.	VR. ESTIMADO
1	SERVIÇOS DE GUINCHO (VEICULOS LINHA LEVE)	KM	R$ 4,50	R$ 70.000,00
2	SERVIÇOS DE GUINCHO (VEICULOS LINHA PESADA)	KM	R$ 8,50	
3	SERVIÇOS DE GUINCHO (MÁQUINAS E TRATORES)	KM	R$ 13,00	

Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

Os valores da remuneração fixa mensal e os valores unitários dos serviços previstos neste Termo de Referência poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

Para os lotes destinados ao fornecimento de peças, acessórios, lubrificantes e materiais correlatos, não haverá reajuste do percentual de desconto ofertado pelo credenciado, permanecendo este fixo durante toda a vigência do contrato e de suas eventuais prorrogações. Os preços das peças variarão conforme a atualização da tabela oficial do fabricante, distribuidor autorizado ou outra referência prevista neste Termo de Referência, aplicando-se, em qualquer hipótese, o desconto contratado.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Além das obrigações descritas no Termo de Referência, são obrigações do contratado:
O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Credenciamento e demais documentos que o vinculam, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
executar os serviços e fornecimentos nas condições fixadas neste Termo de Referência, no edital e nos instrumentos de contratação;
observar integralmente os valores e critérios padronizados definidos pela Administração;
atender às convocações da Administração dentro dos prazos estabelecidos;
apresentar orçamento detalhado antes da execução;
somente iniciar os serviços após autorização formal;
empregar materiais adequados e compatíveis;
refazer os serviços ou substituir materiais defeituosos no prazo de garantia;
manter o estabelecimento em condições adequadas de funcionamento;
manter todas as condições de habilitação e qualificação durante a vigência do credenciamento;
indicar responsável ou preposto para contato com a Administração;
registrar adequadamente as informações da execução nos meios definidos pela Administração;
responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros em razão da execução do objeto;
cumprir a legislação ambiental quanto ao descarte de resíduos, óleos, filtros, pneus e demais materiais;
não transferir a terceiros o objeto contratado sem autorização expressa da Administração;
Disponibilizar/cadastrar junto ao Município Contratante, e-mail e contato telefônico com aplicativo de mensagem, tipo WhatsApp, pelos quais receberão as ordens de serviços e/ou notificações por eventual descumprimento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

Por infração às normas legais e de credenciamento, obedecido ao artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, e demais normas aplicáveis, será descredenciado o concorrente que:
dar causa à inexecução parcial do contrato;
dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
dar causa à inexecução total do contrato;
deixar de entregar a documentação exigida para o credenciamento;

não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do credenciamento sem motivo justificado;
apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o credenciamento ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;
praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:
- advertência;
- multa;
- impedimento de licitar e contratar;
- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados:
a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para a Administração Pública;
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45,
§4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual
O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Indenizações e multas.
O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Unidade Gestora deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
UNIDADE ORCAMENTARIA:
02.003 - GABINETE DO PREFEITO
03.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PATRIMÔNIO
05.001 - SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
06.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
07.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
09.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INFRAESTRUTURA E DESENV. URBANO
AÇÃO:
2004 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO
2119 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR
2141 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PATRIMÔNIO
2142 - ADMINISTRAÇÃO DA GUARDA-MUNICIPAL
2144 - CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
2011 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
2067 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
2107 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2116 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
2120 – PROCADSUAS
2122 - BLOCO DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO
2155 - PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS – CRIANÇA FELIZ
1032 - AÇÕES PARA AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR
2015 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
2023 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL - PNATE/PETERN
2027 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MÉDIO - PNATE/PETERN
2036 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO INFANTIL - PNATE/PETERN
2134 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO – QSE
2093 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2104 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – MAC
2130 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE - APS
2062 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INFRAESTRUTURA E DESENV. URBANO
NATUREZA DA DESPESA:
3.3.90.39- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO
FONTE:
15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
17040000 - TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS
17060000 - TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO
16600000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS
16610000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
15001001 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
15730000 - ROYALTIES E PARTICIPAÇÃO ESPECIAL DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL VINCULADOS À EDUCAÇÃO - LEI Nº 12.858/2013
15530000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE) 15710000 - TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO
15500000 - TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO
15001002 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE.
16000000 - TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. do SUS prov. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE 26003130 - TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - EMENDAS PARLAMENTARES DE COMISSÃO
16003120 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA
26003120 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA
16003110 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS
26003110 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS
A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, Lei Municipal 190 de 2023, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES:

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela Lei Complementar Municipal n° 190, de 2023, e pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.
Em se tratando de contratação por inexigibilidade, o contrato e seus aditamentos deverão ser divulgados em 10 dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme o inciso II do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Upanema - Estado do Rio Grande do Norte para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.
Pelas partes é dito que aceitam o presente instrumento em todos os seus termos. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, do **PROCEDIMENTO AUXILIAR - CREDENCIAMENTO Nº 03/2026,** em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Upanema/RN, 14/10/2026.

ANTÔNIA KATIA MEDEIROS DA SILVA
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

AISAMAQUE DALYTON FAGUNDES CONCEIÇÃO
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

MARIA MARILENE DA CRUZ SILVA XAVIER
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto

PEDRO RAMON MENDONÇA FERNANDES
Secretário Municipal de Governo e Patrimônio

JOSÉ GIVANILSON ROCHA GONÇALVES
Secretário Municipal de Turismo, Infraestrutura e Desenv. Urbano

JAKSON DIEGO DOS SANTOS BEZERRA
Secretário Municipal de Assistência Social

MARIA GORETH SALES DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

Leoneide Maria De Melo LTDA / CNPJ: 34.638.418/0001-40
LEONEIDE MARIA DE MELO
CPF: 081.567.024-92
Credenciado/Contradado

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:
RG:

NOME:
CPF:
RG:

Publicado por:
Antonio Carlos Viana Balbino
Código Identificador:E0B5FAB1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

O **MUNICÍPIO DE VÁRZEA/RN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.168.940/0001-04, com sede na Rua Coronel Felipe Jorge, nº 20, Centro, Várzea/RN, neste ato representada pelo Senhor Getúlio Luciano Ribeiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 188.XXX.XXX-97, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na Fazenda Várzea, Zona Rural, Várzea/RN, CEP 59.185-000, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços, nº. 003/2026, decorrente do Processo Licitatório nº 021/2026, homologado em 15/10/2026, resolve registrar os preços da empresa abaixo qualificada, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo às condições previstas no Edital, no Termo de Referência e na proposta vencedora, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do regulamento municipal aplicável ao Sistema de Registro de Preços e às disposições desta Ata, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. DO OBJETO:

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de equipamentos e materiais de informática destinados ao atendimento das necessidades dos órgãos da Administração Municipal de Várzea/RN, conforme especificações, quantitativos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência, no Edital do Pregão Eletrônico nº 003/2026 e na proposta vencedora, os quais integram esta Ata, independentemente de transcrição.

1.2. O registro de preços não gera para a Administração obrigação de contratar, sendo facultada a realização de contratação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, nos termos do art. 83 da Lei nº 14.133/2021.

1.3. A existência de preços registrados implica compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas nesta Ata, observados os quantitativos máximos previstos no instrumento convocatório e as necessidades da Administração.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, os quantitativos, o fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta vencedora são os seguintes:

EMPRESA: ADRIANO DE ALEXANDRIA DE OLIVEIRA –ME
CNPJ/MF: 40.290.899/0001-49
ENDEREÇO: RUA CAMPO AZUL, 135, CASA 1, CAJUPIRANGA, PARNAMIRIM-RN, CEP: 59.156-850
TELEFONE: (84) 8812-9160
E-MAIL: adrianoalexandria@gmail.com
REPRESENTANTE LEGAL: ADRIANO DE ALEXANDRIA DE OLIVEIRA
RG: 002.550.398 SSP/RN
CPF/MF: 066.XXX.XXX-75

LOTE I – HARDWARE (AMPLA CONCORRÊNCIA)						
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.(R$)	V.TOTAL (R$)
1	MEMORIA RAM - APLICAÇÃO: DESKTOP - TIPO: DDR3 - CAPACIDADE: 8GB - FREQUÊNCIA: 1333MHZ A 2400MHZ	CEAMERE	UND	30	136,55	4.096,50
2	MEMORIA RAM - APLICAÇÃO: NOTEBOOK - TIPO: DDR3L - CAPACIDADE: 8GB - FREQUÊNCIA: 1333MHZ	CEAMERE	UND	30	136,55	4.096,50
3	MEMORIA RAM ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: - APLICAÇÃO: DESKTOP - TIPO: DDR4 - CAPACIDADE: 16 GB - FREQUÊNCIA: 2400 MHZ OU SUPERIOR	CEAMERE	UND	30	563,70	16.911,00
4	MEMORIA RAM ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: - APLICAÇÃO: DESKTOP - TIPO: DDR4 - CAPACIDADE: 8 GB - FREQUÊNCIA: 2400 MHZ OU SUPERIOR	CEAMERE	UND	30	403,99	12.119,70
5	MEMORIA RAM ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: - APLICAÇÃO: NOTEBOOK - TIPO: DDR4 - CAPACIDADE: 16 GB - FREQUÊNCIA: 2400 MHZ OU SUPERIOR	CEAMERE	UND	30	548,48	16.454,40
6	MEMORIA RAM ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: - APLICAÇÃO: NOTEBOOK - TIPO: DDR4 - CAPACIDADE: 8 GB - FREQUÊNCIA: 2400 MHZ OU SUPERIOR	CEAMERE	UND	30	403,99	12.119,70
7	ADAPTADOR DE REDE WIFI (USB) 400 MPBS NA BANDA DE 2,4 GHZ E 867 MBPS NA BANDA DE 5 GHZ) VELOCIDADE SEM FIO DA PRÓXIMA GERAÇÃO DE WI-FI - 802.11AC DUAL BAND WIRELESS - BANDA DE 2,4 GHZ E 5 GHZ PADRÃO DE CONEXÃO SEM FIO: 802.11N, 802.11B, 802.11G, 802.11AC	MERCUSYS	UND	20	173,13	3.462,60
8	PLACA DE VIDEO ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: - MEMORIA: 8GB DDR5 256 BITS OU SUPERIOR - SAÍDAS: 1 X DL-DVI-D, 1 X HDMI 2.0B, 1 X DISPLAY PORT 1.4 - INTERFACE: PCI EXPRESS 3.0 X16 - CORE CLOCK: 1200MHZ OU SUPERIOR - RESOLUÇÃO: 4096 X 2160 OU SUPERIOR - SOLUÇÃO TÉRMICA: DISSIPADOR DE CALOR COM VENTOINHA - A APRESENTAÇÃO DE CATALOGO DESTE ITEM PELOS CONCORRENTES SE FAZ NECESSÁRIO NA FASE DE LANCES DESTE CERTAME PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DE ATENDIMENTO A REQUISITOS. - GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES.	HUSKY	UND	10	1.388,83	13.888,30
9	PLACA MÃE ESPECIFICAÇÕES: - CPU: SUPORTE PARA PROCESSADORES INTEL DE 10A / 11A OU SUPERIOR GERAÇÃO CORE I9, I7, CORE I5 E CORE I3 / PENTIUM E CELERON SERIES NO SOCKET LGA1200 - CHIPSET: INTEL H410 OU SUPERIOR - MEMÓRIA: 2 X SOCKETS DIMM DDR4 SUPORTE ATE´ 64 GB - PROCESSADOR GRÁFICO INTEGRADO - SUPORTE INTEL HD GRAPHICS: 1 X D- SUB (VGA) 1 X HDMI - RESOLUÇÃO 4096 X 2160 (OU SUPERIOR) - ÁUDIO: ÁUDIO DE ALTA DEFINIÇÃO DE 7.1 CANAIS - LAN: GIGABIT 10/100/1000; CONECTOR RJ 45, COM LEDS INDICATIVOS - SLOTS DE EXPANSÃO: 1 SLOT PCI EXPRESS X16 3.0/2.0V 1 SLOT PCI EXPRESS X1 2.0/1.0V - ARMAZENAMENTO: 4 X PORTAS SATA 6GB/S / 1 SLOT M.2 - PORTAS USB: 6 USB 2.0 (4 INTERNAS E 2 NO PAINEL TRASEIRO) 4 USB 3.2 GEN 1 (2 INTERNAS E 2 NO PAINEL TRASEIRO) - PAINEL TRASEIRO: 1 PORTA RGB PARA VÍDEO TIPO VGA (D- SUB) 1 PORTA DIGITAL PARA VÍDEO TIPO HDMI 1 PORTA PARA REDE RJ45 2 PORTAS USB 2.0 2 PORTAS USB 3.2 GEN 1 3 JACKS PARA ÁUDIO REGULAGEM AUTOMÁTICA DO COOLER DA CPU/CHASSI - SEGURANÇA: FTPM2.0, SENHAS DE USUÁRIO, ADMINISTRADOR E HDD. - ARQUITETURA: FORMATO MATX. GARANTIA DE 1 ANO - A APRESENTAÇÃO DE CATALOGO DESTE ITEM PELOS CONCORRENTES SE FAZ NECESSÁRIO NA FASE DE LANCES DESTE CERTAME PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DE ATENDIMENTO A REQUISITOS. OBS: PADRAO GIGABYTE, ASUS OU SUPERIOR	ASUS	UND	10	683,67	6.836,70
10	PLACA MÃE ESPECIFICAÇÕES: - CPU: SUPORTE PARA PROCESSADORES INTEL DE 12A / 13A OU SUPERIOR GERAÇÃO CORE I9, I7, CORE I5 E CORE I3 / PENTIUM E CELERON SERIES NO SOCKET LGA1700 - CHIPSET: INTEL H610 OU SUPERIOR - MEMÓRIA: 2 X SOCKETS DIMM DDR4 SUPORTE ATE´ 64 GB - PROCESSADOR GRÁFICO INTEGRADO - SUPORTE INTEL HD GRAPHICS: 1 X D- SUB (VGA) 1 X HDMI - RESOLUÇÃO 4096 X 2160 (OU SUPERIOR) - ÁUDIO: ÁUDIO DE ALTA DEFINIÇÃO DE 7.1 CANAIS - LAN: GIGABIT 10/100/1000; CONECTOR RJ 45, COM LEDS INDICATIVOS - SLOTS DE EXPANSÃO: 1 SLOT	ASUS	UND	10	722,16	7.221,60

	PCI EXPRESS X16 3.0/2.0V 1 SLOT PCI EXPRESS X1 2.0/1.0V - ARMAZENAMENTO: 4 X PORTAS SATA 6GB/S / 1 SLOT M.2 - PORTAS USB: 6 USB 2.0 (4 INTERNAS E 2 NO PAINEL TRASEIRO) 4 USB 3.2 GEN 1 (2 INTERNAS E 2 NO PAINEL TRASEIRO) - PAINEL TRASEIRO: 1 PORTA RGB PARA VÍDEO TIPO VGA (D- SUB) 1 PORTA DIGITAL PARA VÍDEO TIPO HDMI 1 PORTA PARA REDE RJ45 2 PORTAS USB 2.0 2 PORTAS USB 3.2 GEN 1 3 JACKS PARA ÁUDIO REGULAGEM AUTOMÁTICA DO COOLER DA CPU/CHASSI - SEGURANÇA: FTPM2.0, SENHAS DE USUÁRIO, ADMINISTRADOR E HDD. - ARQUITETURA: FORMATO MATX. - GARANTIA DE 1 ANO - A APRESENTAÇÃO DE CATÁLOGO DESTE ITEM PELOS CONCORRENTES SE FAZ NECESSÁRIO NA FASE DE LANCES DESTE CERTAME PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DE ATENDIMENTO A REQUISITOS. OBS: PADRAO GIGABYTE, ASUS OU SUPERIOR					
11	PLACA MAE ESPECIFICAÇÕES: - CPU: SUPORTE PARA PROCESSADORES INTEL DE 8A / 9A OU SUPERIOR GERAÇÃO CORE I7, CORE I5 E CORE I3 / PENTIUM E CELERON SERIES NO SOCKET LGA1151 - CHIPSET: INTEL H310 OU SUPERIOR - MEMÓRIA: 2 X SOCKETS DIMM DDR4 SUPORTE ATE´ 64 GB - PROCESSADOR GRÁFICO INTEGRADO - SUPORTE INTEL HD GRAPHICS: 1 X D- SUB (VGA) 1 X HDMI - RESOLUÇÃO 4096 X 2160 (OU SUPERIOR) - ÁUDIO: CODEC REALTEK ALC662, 6 CANAIS DE ALTA DEFINIÇÃO - LAN: GIGABIT 10/100/1000; CONECTOR RJ 45, COM LEDS INDICATIVOS - SLOTS DE EXPANSÃO: 1 SLOT PCI EXPRESS X16 3.0/2.0V 1 SLOT PCI EXPRESS X1 2.0/1.0V - ARMAZENAMENTO: 4 X PORTAS SATA 6GB/S / 1 SLOT NVME - PORTAS USB: 6 USB 2.0 (4 INTERNAS E 2 NO PAINEL TRASEIRO) 4 USB 3.1 GEN 1 (2 INTERNAS E 2 NO PAINEL TRASEIRO) - PAINEL TRASEIRO: 1 PORTA RGB PARA VÍDEO TIPO VGA (D- SUB) 1 PORTA DIGITAL PARA VÍDEO TIPO HDMI 1 PORTA PARA REDE RJ45 2 PORTAS USB 2.0 2 PORTAS USB 3.1 GEN 1 3 JACKS PARA ÁUDIO - GERENCIAMENTO: FM, DMI, WOL, PXE, ASF, WOR BY PME REGULAGEM AUTOMÁTICA DO COOLER DA CPU/CHASSI - SEGURANÇA: FTPM2.0, SENHAS DE USUÁRIO, ADMINISTRADOR E HDD. - ARQUITETURA: FORMATO MATX. - GARANTIA DE 1 ANO - A APRESENTAÇÃO DE CATÁLOGO DESTE ITEM PELOS CONCORRENTES SE FAZ NECESSÁRIO NA FASE DE LANCES DESTE CERTAME PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DE ATENDIMENTO A REQUISITOS. OBS: PADRÃO GIGABYTE, ASUS OU SUPERIOR	ASUS	UND	10	521,81	5.218,10
12	PROCESSADOR ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: - PROCESSADOR CORE I3, I5 E I7 FREQUÊNCIA REAL DE CLOCK INTERNO MÍNIMA DE 3.0 GHZ; - NUMERO MÍNIMO DE NÚCLEOS DE PROCESSAMENTO 04 (QUATRO); - DEVE POSSUIR SUPORTE MÍNIMO A QUATRO THREADS - LGA 1151 - CACHE INTELIGENTE MÍNIMO 6 (SEIS) MB; - AJUSTE DINÂMICO DE CONSUMO DE ENERGIA ATRAVÉS DO CONTROLE DO CLOCK E VOLTAGEM DO PROCESSADOR COM BASE NA CARGA DE TRABALHO DA CPU; - KIT COOLER (DISSIPADOR E VENTILADOR) PRÓPRIO PARA O PROCESSADOR OFERTADO; - POSSUIR PROCESSADOR GRÁFICO; - POSSUIR SUPORTE 64 BITS;	INTEL	UND	20	230,33	4.606,60
13	PROCESSADOR ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: - PROCESSADOR CORE I3, I5 E I7 FREQUÊNCIA REAL DE CLOCK INTERNO MÍNIMA DE 4.0 GHZ; - NUMERO MÍNIMO DE NÚCLEOS DE PROCESSAMENTO 04 (QUATRO); - DEVE POSSUIR SUPORTE MÍNIMO A QUATRO THREADS - LGA 1200 - CACHE INTELIGENTE MÍNIMO 6 (SEIS) MB; - AJUSTE DINÂMICO DE CONSUMO DE ENERGIA ATRAVÉS DO CONTROLE DO CLOCK E VOLTAGEM DO PROCESSADOR COM BASE NA CARGA DE TRABALHO DA CPU; - KIT COOLER (DISSIPADOR E VENTILADOR) PRÓPRIO PARA O PROCESSADOR OFERTADO; - POSSUIR PROCESSADOR GRÁFICO; - POSSUIR SUPORTE 64 BITS;	INTEL	UND	20	747,74	14.954,80
14	PROCESSADOR ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: - PROCESSADOR CORE I3, I5 E I7 FREQUÊNCIA REAL DE CLOCK INTERNO MÍNIMA DE 4.0 GHZ; - NUMERO MÍNIMO DE NÚCLEOS DE PROCESSAMENTO 06 (SEIS); - DEVE POSSUIR SUPORTE MÍNIMO A DOZE THREADS - LGA 1200 - CACHE INTELIGENTE MÍNIMO 12 (DOZE) MB; - AJUSTE DINÂMICO DE CONSUMO DE ENERGIA ATRAVÉS DO CONTROLE DO CLOCK E VOLTAGEM DO PROCESSADOR COM BASE NA CARGA DE TRABALHO DA CPU; - KIT COOLER (DISSIPADOR E VENTILADOR) PRÓPRIO PARA O PROCESSADOR OFERTADO; - POSSUIR PROCESSADOR GRÁFICO; - POSSUIR SUPORTE 64 BITS;	INTEL	UND	20	1.023,80	20.476,00
15	SSD CAPACIDADE: 1TB INTERFACE: SATA TAMANHO: 2,5”	CEAMERE	UND	10	752,00	7.520,00
16	SSD CAPACIDADE: 256GB INTERFACE: NVME	CEAMERE	UND	20	400,43	8.008,60
17	SSD CAPACIDADE: 256GB INTERFACE: SATA TAMANHO: 2,5”	CEAMERE	UND	20	303,15	6.063,00
18	SSD CAPACIDADE: 512GB INTERFACE: NVME	CEAMERE	UND	20	641,51	12.830,20
19	SSD CAPACIDADE: 512GB INTERFACE: SATA TAMANHO: 2,5”	CEAMERE	UND	20	499,66	9.993,20
VALOR TOTAL ESTIMADO R$186.877,50 (*cento e oitenta e seis mil, oitocentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos).*						

LOTE III COMPUTADORES E TABLET
(AMPLA CONCORRÊNCIA)

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.(R$)	V.TOTAL (R$)
1	MICROCOMPUTADOR COMPLETO – INTEL CORE I3-10100, 8GB RAM, SSD SATA 256GB, MONITOR LED 19", TECLADO ABNT2 E MOUSE ÓPTICO COM FIO, WINDOWS 11 PRO E PACOTE OFFICE ORIGINAIS. REFERENCIA DE MARCAS: DELL, LENOVO OU HP, OU EQUIVALENTE/SIMILAR, DESDE QUE O EQUIPAMENTO ATENDA OU SUPERE INTEGRALMENTE AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, REQUISITOS DE DESEMPENHO, QUALIDADE, COMPATIBILIDADE E DURABILIDADE ESTABELECIDOS.	A2TECH	UND	10	2.564,67	25.646,70
2	MICROCOMPUTADOR COMPLETO – INTEL CORE I5-10400, 16GB RAM, SSD NVME 256GB, MONITOR LED 19", TECLADO ABNT2 E MOUSE ÓPTICO COM FIO, WINDOWS 11 PRO E PACOTE OFFICE ORIGINAIS. REFERENCIA DE MARCAS: DELL, LENOVO OU HP, OU EQUIVALENTE/SIMILAR, DESDE QUE O EQUIPAMENTO ATENDA OU SUPERE INTEGRALMENTE AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, REQUISITOS DE DESEMPENHO, QUALIDADE, COMPATIBILIDADE E DURABILIDADE ESTABELECIDOS.	A2TECH	UND	10	3.089,74	30.897,40
3	MICROCOMPUTADOR COMPLETO – INTEL CORE I5-10400, 8GB RAM, SSD NVME 256GB, MONITOR LED 19", TECLADO ABNT2 E MOUSE ÓPTICO COM FIO, WINDOWS 11 PRO E PACOTE OFFICE ORIGINAIS. REFERENCIA DE MARCAS: DELL, LENOVO OU HP, OU EQUIVALENTE/SIMILAR, DESDE QUE O EQUIPAMENTO ATENDA OU SUPERE INTEGRALMENTE AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, REQUISITOS DE DESEMPENHO, QUALIDADE, COMPATIBILIDADE E DURABILIDADE ESTABELECIDOS.	A2TECH	UND	10	3.066,32	30.663,20
4	NOTEBOOK COM PROCESSADOR INTEL CORE 3 100U, 8 GB DDR5, SSD 256 GB PCIE 4.0, TELA 15,3” WUXGA IPS ANTIRREFLEXO, WINDOWS 11, WI-FI 6, BLUETOOTH 5.3, USB-C, USB-A E HDMI. GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO.	LENOVO	UND	10	3.889,68	38.896,80
5	NOTEBOOK COM PROCESSADOR INTEL CORE I5-13450HX, 16 GB DDR5, SSD 512 GB PCIE 4.0, PLACA DE VÍDEO NVIDIA RTX 3050 6 GB, TELA 15,6” FULL HD IPS 144 HZ, WINDOWS 11, WI-FI 6, BLUETOOTH 5.2, HDMI 2.1, USB-C E RJ-45. GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO.	LENOVO	UND	2	6.085,35	12.170,70
6	TABLET: PROCESSADOR MEDIATEK HELIO G100-ULTRA, 8 GB RAM, 256 GB DE ARMAZENAMENTO, TELA 11” 2.5K (2560×1600) 90 HZ, BATERIA 9.000 MAH, WI-FI, BLUETOOTH 5.3, USB-C, 4 ALTO-FALANTES COM DOLBY ATMOS, CÂMERAS 8 MP E 5 MP. GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO.	XIAOMI	UND	15	1.881,68	28.225,20
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$166.500,00 (cento e sessenta e seis mil e quinhentos reais).						

2.2. Os quantitativos registrados correspondem aos quantitativos máximos previstos para o período de vigência da Ata, não constituindo obrigação da Administração de realizar a aquisição integral dos quantitativos registrados.
2.3. Os preços registrados deverão ser observados nas contratações decorrentes desta Ata, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas de alteração ou atualização dos preços.
2.4. A especificação completa dos itens deverá corresponder integralmente àquela constante do Termo de Referência e da proposta vencedora, prevalecendo, em caso de divergência, as especificações e condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos.

3. DO CADASTRO DE RESERVA
3.1. Será formado cadastro de reserva com os licitantes que aceitarem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, observada a ordem de classificação, bem como com aqueles que mantiverem sua proposta original, na forma do art. 82, § 5º, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.
3.2. O cadastro de reserva será utilizado nas hipóteses previstas na legislação e no instrumento convocatório, especialmente quando houver cancelamento do registro do fornecedor ou impossibilidade de contratação com o fornecedor originalmente registrado.
3.3. A convocação dos integrantes do cadastro de reserva observará a ordem de classificação e as condições estabelecidas no Edital e nesta Ata.

4. DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES
4.1. As contratações decorrentes desta Ata serão formalizadas mediante instrumento contratual, nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento equivalente admitido pela legislação, conforme o caso e de acordo com as condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e nesta Ata.
4.2. A contratação decorrente da Ata deverá observar os quantitativos disponíveis, os preços registrados e as condições estabelecidas no instrumento convocatório.
4.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar os quantitativos registrados, sendo as aquisições realizadas de acordo com a necessidade e disponibilidade administrativa e orçamentária.
4.4. O fornecedor registrado deverá atender às solicitações de fornecimento emitidas pelo órgão gerenciador ou pelos órgãos participantes, quando houver, observadas as condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e nesta Ata.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência desta Ata, os órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do procedimento de registro de preços poderão aderir à Ata, na condição de não participantes, observadas as disposições do art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e do regulamento aplicável.
5.2. A adesão prevista nesta Ata ficará condicionada à prévia consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor registrado, bem como ao cumprimento dos demais requisitos legais aplicáveis ao órgão ou entidade não participante.
5.3. No caso de adesão à presente Ata, gerenciada pelo Município de Várzea/RN, por órgão ou entidade da Administração Pública municipal, será observado o disposto no art. 86, § 3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, desde que o Sistema de Registro de Preços tenha sido formalizado mediante licitação.
5.4. As aquisições ou contratações adicionais decorrentes das adesões não poderão exceder, por órgão ou entidade não participante, a **50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados** para o órgão gerenciador e os órgãos participantes.
5.5. O quantitativo total decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro do quantitativo de cada item registrado** para o órgão gerenciador e os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.
5.6. As contratações decorrentes das adesões observarão as condições estabelecidas nesta Ata, no edital e nos demais documentos que integram o procedimento licitatório.
5.7. A adesão não constitui direito automático do órgão ou entidade não participante, ficando condicionada ao atendimento dos requisitos previstos na legislação, à disponibilidade dos quantitativos e às prévias consulta e aceitação previstas nesta cláusula.

6.DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1. O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.
6.2. A prorrogação da vigência da Ata dependerá de manifestação formal da Administração e da comprovação da manutenção da vantajosidade dos preços registrados.
6.3. O contrato decorrente da Ata terá sua vigência estabelecida no respectivo instrumento contratual, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.
6.4. A assinatura de eventual instrumento contratual decorrente desta Ata deverá ocorrer durante o prazo de vigência do registro de preços.
6.5. A prorrogação da Ata não implica, automaticamente, a prorrogação dos contratos dela decorrentes, os quais observarão as regras próprias de vigência previstas na Lei nº 14.133/2021.

7.DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, no Edital, no regulamento municipal e na Lei nº 14.133/2021.
7.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados:
I – em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;
II – em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou da superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
III – em decorrência de redução dos preços praticados no mercado, mediante procedimento de negociação e comprovação da compatibilidade dos novos preços;
IV – nas demais hipóteses admitidas pela legislação aplicável.
7.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor demonstrar a impossibilidade de cumprimento da obrigação pelo preço registrado, a Administração poderá instaurar procedimento de negociação, observados o contraditório, a ampla defesa e as disposições legais aplicáveis.
7.4. Caso a negociação não seja exitosa e o fornecedor não possa cumprir as obrigações assumidas, o registro poderá ser cancelado, observadas as disposições desta Ata e da legislação aplicável.
7.5. Na hipótese de redução dos preços praticados no mercado, a Administração poderá promover negociação com o fornecedor para adequação do preço registrado ao valor de mercado.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador, observados o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:
I – descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;
II – não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa razoável;
III – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
IV – sofrer sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando aplicada nas hipóteses legalmente previstas;
V – não cumprir as condições de fornecimento estabelecidas no Edital, no Termo de Referência ou nesta Ata;
VI – nas demais hipóteses previstas na legislação aplicável.
8.2. O cancelamento do registro será formalizado por ato da autoridade competente, devidamente motivado e juntado aos autos do processo administrativo.
8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, observada a ordem de classificação e as condições estabelecidas no Edital.

9.DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo órgão gerenciador, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses:
I – por razão de interesse público, devidamente fundamentada;
II – a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior, quando comprovadamente inviabilizar o cumprimento das obrigações;
III – quando o preço registrado se tornar superior ou inferior ao preço praticado no mercado e não houver êxito na negociação para adequação do preço;
IV – nas demais hipóteses previstas na legislação aplicável.
9.2. O cancelamento dos preços registrados não prejudicará as contratações já formalizadas, salvo nas hipóteses legalmente admitidas.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Constituem obrigações do órgão gerenciador:
I – gerenciar a presente Ata de Registro de Preços;
II – acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições estabelecidas nesta Ata;
III – promover as negociações necessárias para manutenção da vantajosidade dos preços registrados;
IV – comunicar ao fornecedor registrado as ocorrências relacionadas ao cumprimento da Ata;
V – aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento da Ata, quando de sua competência;
VI – manter os registros e documentos relacionados à execução da Ata nos autos do processo administrativo;
VII – adotar as providências necessárias à convocação dos integrantes do cadastro de reserva, quando cabível;
VIII – observar as demais obrigações previstas na Lei nº 14.133/2021, no Edital e no Termo de Referência.

11.DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

11.1. Constituem obrigações do fornecedor registrado:
I – cumprir integralmente as condições estabelecidas nesta Ata, no Edital, no Termo de Referência e na proposta vencedora;
II – fornecer os materiais de informática nas quantidades solicitadas e dentro dos prazos estabelecidos;
III – garantir que os produtos fornecidos atendam integralmente às especificações, padrões de qualidade e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência;
IV – substituir, às suas expensas, os produtos que apresentarem defeitos, vícios, avarias ou estiverem em desacordo com as especificações estabelecidas;
V – manter, durante a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
VI – comunicar imediatamente ao órgão gerenciador qualquer fato que possa comprometer ou impedir o cumprimento das obrigações assumidas;
VII – responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações decorrentes da execução do objeto;
VIII – observar as demais obrigações previstas na Lei nº 14.133/2021, no Edital, no Termo de Referência e nesta Ata.

12.DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO

12.1. A execução das contratações que vierem a ser firmadas com fundamento nesta Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada por servidor público designado pela Portaria nº 085/2026, na forma do disposto na Lei nº 14.133/2021, no âmbito de cada pedido de fornecimento individualizada dela decorrente.
12.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor registrado pela execução integral do objeto.
12.3. O fornecedor deverá prestar todos os esclarecimentos solicitados pela fiscalização e atender às determinações emitidas pela Administração, dentro dos prazos estabelecidos.

13. DAS PENALIDADES

13.1. O descumprimento das obrigações assumidas nesta Ata sujeitará o fornecedor às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, no Edital, no Termo de Referência e nos instrumentos de contratação dela decorrentes, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
13.2. Poderão ser aplicadas, conforme a natureza e a gravidade da conduta, observados os requisitos e limites estabelecidos na Lei nº 14.133/2021:
I – advertência;
II – multa;
III – impedimento de licitar e contratar;
IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
13.2.1. Os percentuais, hipóteses de incidência, bases de cálculo, critérios de dosimetria e demais condições para aplicação das multas serão aqueles estabelecidos no item 13 do Termo de Referência, que integra esta Ata para todos os efeitos.
13.2.2. O impedimento de licitar e contratar e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observarão as hipóteses, os prazos, os efeitos e as competências estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.
13.3. A aplicação das sanções observará o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à competência da autoridade, à instauração do processo administrativo, ao contraditório, à ampla defesa e à proporcionalidade da penalidade.
13.4. As sanções poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, quando cabível, observada a legislação aplicável.
13.5. As penalidades aplicadas não afastam a responsabilidade do fornecedor pelo ressarcimento integral dos danos causados à Administração Pública.
13.6. A condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte não implicará redução automática dos percentuais de multa ou das demais sanções previstas nesta Ata.

14.DAS CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO

14.1. As condições de fornecimento, incluindo prazos, locais e condições de entrega, recebimento, fiscalização, pagamento, obrigações das partes e demais requisitos para execução do objeto, serão aquelas estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e nas contratações decorrentes desta Ata.
14.2. O fornecedor deverá entregar os materiais de acordo com as especificações, quantitativos e condições estabelecidos pela Administração, não sendo admitidos produtos em desconformidade com o objeto registrado.
14.3. O recebimento dos produtos não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e adequação do objeto fornecido.

15.DO PAGAMENTO
15.1. O pagamento decorrente das contratações realizadas com fundamento nesta Ata será efetuado conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e no instrumento de contratação correspondente, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal e após o cumprimento das condições exigidas para a liquidação da despesa.
15.2. O pagamento será realizado de acordo com a efetiva entrega dos produtos e observada a ordem cronológica de pagamento, nos termos da legislação aplicável.
15.3. Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendência decorrente de obrigação contratual ou legal atribuível ao fornecedor, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

16.DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
16.1. As despesas decorrentes das futuras e eventuais contratações correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas nos respectivos instrumentos de contratação e nos orçamentos vigentes à época das contratações.
16.2. A indicação da dotação orçamentária deverá constar do instrumento de contratação correspondente, quando exigível, observadas as normas de execução orçamentária e financeira.
17.DA VINCULAÇÃO
17.1. Integram esta Ata, independentemente de transcrição:
I – o Edital do Pregão Eletrônico nº 003/2026;
II – o Termo de Referência;
III – a proposta vencedora;
IV – os demais documentos que integram o Processo Licitatório nº 021/2026, naquilo que forem aplicáveis.
17.2. Em caso de divergência entre esta Ata e os documentos que integram o processo, serão observadas as disposições do Edital e do Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação da legislação vigente.

18.DA PUBLICIDADE
18.1. A presente Ata será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, observados os prazos e as condições estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, bem como nos meios oficiais de publicidade adotados pelo Município, quando exigível.
18.2. A publicidade da Ata e dos atos dela decorrentes observará, ainda, as disposições da legislação de transparência e as normas aplicáveis do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

19.DO FORO
19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santo Antônio/RN para dirimir quaisquer questões decorrentes da presente Ata que não possam ser solucionadas administrativamente, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

20.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
20.1. A presente Ata constitui documento vinculativo e obrigacional entre o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, nos limites dos preços e quantitativos registrados.
20.2. A assinatura desta Ata não gera direito subjetivo à contratação em favor do fornecedor, ficando as contratações condicionadas às necessidades da Administração e ao cumprimento das condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e nesta Ata.
20.3. Os casos omissos serão solucionados de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, o regulamento municipal aplicável, o Edital, o Termo de Referência e demais normas pertinentes.
20.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em meio eletrônico e, depois de lida e achada em ordem, será assinada pelas partes, na forma da legislação aplicável.

Várzea/RN, 19 de Outubro de 2026.

Município De Várzea/RN
Órgão Gerenciador
GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Municipal

Adriano De Alexandria De Oliveira –ME
CNPJ/MF: 40.290.899/0001-49
Fornecedor Registrado
ADRIANO DE ALEXANDRIA DE OLIVEIRA
Representante Legal da Empresa

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:ED5DF5C6

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

O **MUNICÍPIO DE VÁRZEA/RN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.168.940/0001-04, com sede na Rua Coronel Felipe Jorge, nº 20, Centro, Várzea/RN, neste ato representada pelo Senhor Getúlio Luciano Ribeiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 188.XXX.XXX-97, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na Fazenda Várzea, Zona Rural, Várzea/RN, CEP 59.185-000, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços, nº. 003/2026, decorrente do Processo Licitatório nº 021/2026, homologado em 15/10/2026, resolve registrar os preços da empresa abaixo qualificada, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo às condições previstas no Edital, no Termo de Referência e na proposta vencedora, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do regulamento municipal aplicável ao Sistema de Registro de Preços e às disposições desta Ata, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1.DO OBJETO:

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de equipamentos e materiais de informática destinados ao atendimento das necessidades dos órgãos da Administração Municipal de Várzea/RN, conforme especificações, quantitativos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência, no Edital do Pregão Eletrônico nº 003/2026 e na proposta vencedora, os quais integram esta Ata, independentemente de transcrição.

1.2. O registro de preços não gera para a Administração obrigação de contratar, sendo facultada a realização de contratação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, nos termos do art. 83 da Lei nº 14.133/2021.

1.3. A existência de preços registrados implica compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas nesta Ata, observados os quantitativos máximos previstos no instrumento convocatório e as necessidades da Administração.

2.DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, os quantitativos, o fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta vencedora são os seguintes:

EMPRESA: R M S DA SILVA COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA
CNPJ/MF: 13.165.472/0001-46
ENDEREÇO: R PARQUE DUNAS DE NATAL, Nº 415, NOVA ESPERANCA, PARNAMIRIM-RN, CEP: 59.144-100
TELEFONE: (84) 3645-0591
E-MAIL: ff_distribuidora@yahoo.com.br
REPRESENTANTE LEGAL: RENATHA MAYARA SOBRINHA DA SILVA
RG: 3.078.062 SSP/RN
CPF/MF: 102.XXX.XXX-56

LOTE II PERIFÉRICOS (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS, NOS TERMOS DA LC Nº 123/2006)						
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANT.	VALOR. UNIT.(R$)	V. TOTAL(R$)
1	CABO EXTENSOR USB 2.0 AM- AF 2.5M ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: - COR: PRETA; - CABO EXTENSOR USB 2.0 COMPATÍVEL COM DISPOSITIVOS COM CONEXÃO A/B, COMO IMPRESSORAS, SCANNERS, ETC. - COMPRIMENTO DO CABO: 2,5 METROS.	EXBOM	UND	5	22,00	110,00
2	LEITOR DE CÓDIGO DE BARRAS LASER - CONEXÃO ATRAVÉS DE PORTA USB - DEVE LER CÓDIGOS DE BARRAS, BOLETOS BANCÁRIOS E NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS - FÁCIL INSTALAÇÃO (PLUG AND PLAY) - INDICAÇÃO DE LEITURA ATRAVÉS DE EMISSÃO DE LUZ OU SOM - TENSÃO DE ENTRADA 5VDC	TOMATE	UND	5	130,00	650,00
3	ASPIRADOR DE PÓ ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: - ASPIRADOR DE PÓ - JATEADOR DE AR - BICO SUBSTITUÍVEL - POSSUIR MÍNIMO DE 02 BICOS DE FORMA DIFERENTE - DIMENSÕES: 200 X 250 X 100 - COMPACTO PARA USO EM MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO DE TECNOLOGIA - POTENCIA NOMINAL 1300W - FUNCIONAR EM 220V	MASTER SUX	UND	2	470,00	940,00
4	CABO HDMI (M) X HDMI (M) 1,80M ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: - COMPATÍVEL COM PC, MACINTOSH, TV ´S, BLURAY E OUTROS DISPOSITIVOS HD - DEVE POSSUIR CONDUTORES HI-FLEX PARA GARANTIR MÁXIMA FLEXIBILIDADE - DEVE POSSUIR CONECTORES DE OURO 24K - PADRÃO HDMI 1.4 - COMPRIMENTO: 1,8M	EXBOM	UND	10	25,00	250,00
5	CABO HDMI (M) X HDMI (M) 3.0M ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: - COMPATÍVEL COM PC, MACINTOSH, TV ´S, BLURAY E OUTROS DISPOSITIVOS HD - DEVE POSSUIR CONDUTORES HI-FLEX PARA GARANTIR MÁXIMA FLEXIBILIDADE - PADRÃO HDMI 1.4 - COMPRIMENTO: 3M	EXBOM	UND	10	33,00	330,00
6	CABOS DE FORÇA PADRÃO BRASILEIRO ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: PADRÃO: CABO DE FORÇA NOVO PADRÃO 10A COMPRIMENTO: MÍNIMO 1 METRO VOLTAGEM MÁXIMA: 250V AC CORRENTE SUPORTADA: 10A	EXBOM	UND	10	16,00	160,00
7	CAIXA DE SOM ESPECIFICAÇÕES: - CONECTOR DE ENTRADA: USB - QUANTIDADE DE ALTO-FALANTES: 2 - POTÊNCIA DE 3W	KNUP	UND	10	40,00	400,00
8	ESTABILIZADOR 1000 VA, PARA EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COM ENTRADA BIVOLT AUTOMÁTICA (115/220 V) E SAÍDA 115 V, POTÊNCIA MÍNIMA DE 1.000 VA, 60 HZ, TECNOLOGIA TRUE RMS, MICROPROCESSADOR, FILTRO DE LINHA E MÍNIMO DE 06 TOMADAS PADRÃO NBR 14136. DEVE POSSUIR PROTEÇÕES CONTRA CURTO-CIRCUITO, SURTOS, SOBRECARGA, SUBTENSÃO, SOBRETENSÃO E SOBREAQUECIMENTO, COM INDICADORES DE FUNCIONAMENTO E AUTOTESTE. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. REFERÊNCIA: SMS, INTELBRAS, APC OU EQUIVALENTE/SUPERIOR.	TS SHARA	UND	10	480,00	4.800,00
9	ESTABILIZADOR 500VA BIVOLT - POTÊNCIA NOMINAL DE 500VA COM TECNOLOGIA MICROPROCESSADA FLASH DE MEDIÇÃO TRUE RMS E RENDIMENTO SUPERIOR A 92%. O MODELO CONTA COM ENTRADA BIVOLT AUTOMÁTICA (115V-220V) NA FREQUÊNCIA DE 50HZ OU 60HZ, SAÍDA FIXA DE 115V DISTRIBUÍDA EM 4 TOMADAS DE 10A NO PADRÃO NBR 14136, ALÉM DE GABINETE EM TERMOPLÁSTICO DE ENGENHARIA COM DIMENSÕES DE 17,4 CM DE ALTURA, 10,1 CM DE LARGURA, 12,2 CM DE PROFUNDIDADE E PESO DE 1,73 KG. INTEGRA FILTRO DE LINHA (RFI/EMI), FUSÍVEL EXTERNO COM UNIDADE RESERVA, AUTO DIAGNÓSTICO DE PARTIDA, PARTIDA COM CRUZAMENTO NO ZERO, PROTEÇÃO ELETRÔNICA CONTRA SUB/SOBRETENSÃO E ALERTAS POR SINALIZAÇÃO VISUAL EM LEDS E ALARME SONORO, TUDO COBERTO POR UMA GARANTIA DE FÁBRICA DE 4 ANOS.	TS SHARA	UND	10	200,00	2.000,00
10	FONTE APLICAÇÃO: DESKTOP POTENCIA: 200W PFC - ATIVO FORMATO ATX TENSÃO DE ENTRADA: BIV (110/220V) 1 CONECTOR ATX (24 PINOS - 20 +4 PINOS) 2 CONECTORES SATA ACOMPANHAR CABO DE FORÇA	BLUECASE	UND	10	120,00	1.200,00
11	FONTE APLICAÇÃO: DESKTOP POTENCIA: 350W POTENCIA REAL FORMATO ATX TENSÃO DE ENTRADA: BIV (110/220V) 1 CONECTOR	BLUECASE	UND	10	188,00	1.880,00

	ATX (24 PINOS - 20 +4 PINOS) 2 CONECTORES SATA PFC – ATIVO ACOMPANHAR CABO DE FORÇA					
12	FONTE APLICAÇÃO: DESKTOP POTENCIA: 500W POTENCIA REAL FORMATO ATX TENSÃO DE ENTRADA: BIV (110/220V) 1 CONECTOR ATX (24 PINOS - 20 +4 PINOS) 2 CONECTORES SATA PFC ATIVO	BLUECASE	UND	10	125,00	1.250,00
13	HD - EXTERNO CAPACIDADE: 1TB INTERFACE: MÍNIMO USB 3.0 APLICAÇÃO: BACKUPS E TRANSPORTE DE ARQUIVOS	TOSHIBA	UND	10	437,00	4.370,00
14	MONITOR ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: IMAGEM/TELA: - TIPO DE ILUMINAÇÃO: LED - DIMENSÕES DO PAINEL: 19,5 - ÁREA DE EXIBIÇÃO: MÍNIMO 400 X 230 - PROP. DA IMAGEM: 16: 9 - RESOLUÇÃO: MÍNIMO 1366 X 768 A 60 HZ - TEMPO DE RESPOSTA (TÍPICO): 5 MS - BRILHO: MÍNIMO 200 CD/M2 - CONTRASTE DINÂMICO: MÍNIMO 1.000.000: 1 - CORES DA TELA: 16,7 M CONECTIVIDADE - ENTRADA DE SINAL: VGA (ANALÓGICA), HDMI (DIGITAL, HDCP) - PRATICIDADE PARA O USUÁRIO: LIG/DESL - OUTRAS FACILIDADES: INSTALAÇÃO PADRÃO VESA (MÍNIMO 75 X 75MM) - COMPATIBILIDADE PLUG AND PLAY: DDC/CI, MAC OS X, SRGB, WINDOWS 7, WINDOWS 8, WINDOWS 10 E WINDOWS 11 OBS: PADRÃO PHILIPS, AOC, LG, SAMSUNG OU SUPERIOR	BLUECASE	UND	10	431,00	4.310,00
15	MONITOR ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: IMAGEM/TELA: - TIPO DE ILUMINAÇÃO: LED - DIMENSÕES DO PAINEL: 21,5" - PROP. DA IMAGEM: 16: 9 - RESOLUÇÃO: MÍNIMO 1366 X 768 A 60 HZ - TEMPO DE RESPOSTA (TÍPICO): 5 MS - BRILHO: MÍNIMO 200 CD/M2 - CONTRASTE DINÂMICO: MÍNIMO 1.000.000: 1 - CORES DA TELA: 16,7 M CONECTIVIDADE - ENTRADA DE SINAL: VGA (ANALÓGICA), HDMI (DIGITAL, HDCP) - PRATICIDADE PARA O USUÁRIO: LIG/DESL - OUTRAS FACILIDADES: INSTALAÇÃO PADRÃO VESA (MÍNIMO 75 X 75MM) - COMPATIBILIDADE PLUG AND PLAY: DDC/CI, MAC OS X, SRGB, WINDOWS 7, WINDOWS 8, WINDOWS 10 E WINDOWS 11 OBS: PADRÃO PHILIPS, AOC, LG, SAMSUNG OU SUPERIOR	BLUECASE	UND	20	425,00	8.500,00
16	MOUSE ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: - COR PREDOMINANTE: PRETO - PADRÃO: ÓPTICO - MÍNIMO 600DPI - POSSUIR 3 BOTÕES - POSSUIR SCROOL - CONEXÃO USB	MULTI	UND	50	26,00	1.300,00
17	MOUSE SEM FIO CORPORATIVO DE ALTO DESEMPENHO: CONEXÃO SEM FIO 2,4 GHZ POR RECEPTOR USB, ALCANCE MÍNIMO DE 10 METROS, SENSOR ÓPTICO DE ALTA PRECISÃO COM DPI AJUSTÁVEL ENTRE 800 E 1600 DPI OU SUPERIOR, PROPORCIONANDO RESPOSTA RÁPIDA E MOVIMENTOS PRECISOS. DEVE POSSUIR BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL COM CARREGAMENTO USB-C, NO MÍNIMO 4 BOTÕES, RODA DE ROLAGEM, DESIGN ERGONÔMICO E AMBIDESTRO, TECNOLOGIA PLUG AND PLAY E SISTEMA DE ECONOMIA DE ENERGIA. DEVE APRESENTAR ALTA DURABILIDADE, COM VIDA ÚTIL MÍNIMA DE 5 MILHÕES DE CLIQUES, COMPATIBILIDADE COM WINDOWS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	MULTI	UND	20	45,00	900,00
18	TECLADO COM FIO DE ALTO DESEMPENHO: PADRÃO ABNT2, COM NO MÍNIMO 107 TECLAS, CONEXÃO USB PLUG AND PLAY, CABO COM NO MÍNIMO 1,5 METRO, ESTRUTURA EM MATERIAL RESISTENTE, TECLAS MACIAS E SILENCIOSAS COM ALTA DURABILIDADE, RESISTÊNCIA A RESPINGOS DE LÍQUIDOS, TECLADO NUMÉRICO INTEGRADO, BASE ANTIDERRAPANTE E AJUSTE DE INCLINAÇÃO. COMPATÍVEL COM WINDOWS, LINUX E DEMAIS SISTEMAS OPERACIONAIS ATUAIS. DEVE SER ADEQUADO PARA USO CONTÍNUO EM AMBIENTE CORPORATIVO, PROPORCIONANDO CONFIABILIDADE, CONFORTO E DURABILIDADE.	MULTI	UND	25	52,00	1.300,00
19	TECLADO SEM FIO DE ALTO DESEMPENHO: PADRÃO ABNT2, MÍNIMO DE 107 TECLAS, TECLADO NUMÉRICO INTEGRADO, CONEXÃO SEM FIO 2,4 GHZ POR RECEPTOR USB, ALCANCE MÍNIMO DE 10 METROS, TECLAS MACIAS E SILENCIOSAS, ESTRUTURA RESISTENTE, ALTA DURABILIDADE E RESISTÊNCIA A RESPINGOS. DEVE POSSUIR BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL, COM CARREGAMENTO VIA USB-C, AUTONOMIA ADEQUADA PARA USO CONTÍNUO, INDICADOR DE CARGA E TECNOLOGIA PLUG AND PLAY. COMPATÍVEL COM WINDOWS E DEMAIS SISTEMAS OPERACIONAIS ATUAIS, DESTINADO AO USO CORPORATIVO E ADMINISTRATIVO.	MULTI	UND	20	110,00	2.200,00
20	PEN DRIVE ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: - CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO: 32GB - INTERFACE DE DADOS: USB 3.0 OU SUPERIOR - VELOCIDADE DE LEITURA: 100MB/S OU SUPERIOR - VELOCIDADE DE GRAVAÇÃO: 50MB/S OU SUPERIOR - COMPATÍVEL COM TV, NOTEBOOK, AUTORRÁDIOS, E OUTROS ELETRÔNICOS - ALÇA PARA UTILIZAÇÃO COMO CHAVEIRO - COMPATÍVEL COM MAC OS 9.0 OU SUPERIOR; WINDOWS 98 OU SUPERIORES OBS: PADRÃO ADATA, KINGSTON OU SUPERIOR - A APRESENTAÇÃO DE CATALOGO DESTE ITEM PELOS CONCORRENTES SE FAZ NECESSÁRIO NA FASE DE LANCES DESTE CERTAME PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DE ATENDIMENTO A REQUISITOS.	MULTI	UND	25	89,00	2.225,00
21	PEN DRIVE ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: - CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO: 64GB - INTERFACE DE DADOS: USB 3.0 OU SUPERIOR - VELOCIDADE DE LEITURA: 100MB/S OU SUPERIOR - VELOCIDADE DE GRAVAÇÃO: 50MB/S OU SUPERIOR - COMPATÍVEL COM TV, NOTEBOOK, AUTORRÁDIOS, E OUTROS ELETRÔNICOS - ALÇA PARA UTILIZAÇÃO COMO CHAVEIRO - COMPATÍVEL COM MAC OS 9.0 OU SUPERIOR; WINDOWS 98 OU SUPERIORES OBS: PADRÃO ADATA, KINGSTON OU SUPERIOR - A APRESENTAÇÃO DE CATALOGO DESTE ITEM PELOS CONCORRENTES SE FAZ NECESSÁRIO NA FASE DE LANCES DESTE CERTAME PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DE ATENDIMENTO A REQUISITOS.	MULTI	UND	25	77,00	1.925,00
VALOR TOTAL ESTIMADO:.....R$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais).						
LOTE IV -IMPRESSORAS E PROJETORES (AMPLA CONCORRÊNCIA)						
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANT	V. UNIT.(R$)	V. TOTAL(R$)
1	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER COM CARTUCHO DE TONER MONOCROMÁTICA - DE RENDIMENTO PARA ATÉ 25.000 PÁGINAS. COM PPM (PÁGINAS POR MINUTO) DE NO MÍNIMO 50 PÁGINAS POR MINUTO, COM DUPLEX AUTOMÁTICO (FRENTE E VERSO) NA IMPRESSÃO E NA CÓPIA, CONEXÃO EM REDE QUE PERMITE O COMPARTILHAMENTO COM VÁRIOS USUÁRIOS. CICLO MENSAL DE NO MÍNIMO 160.000 PÁGINAS. COM CAPACIDADE DE ALIMENTAÇÃO NA BANDEJA DE NO MÍNIMO 520 FOLHAS, CONECTIVIDADE: USB 2.0, ETHERNET, WI-FI, RESOLUÇÃO ÓTICA DE ATÉ 600 DPI, ADF: AUTOMÁTICO PARA 80 FOLHAS E COM GARANTIA DO FABRICANTE NACIONAL DE NO MÍNIMO DE 12 MESES	BROTHER 6912DW	UND	10	5.400,00	54.000,00
2	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER MONOCROMÁTICA, VELOCIDADE MÍNIMA 34PPM, FRENTE E VERSO AUTOMÁTICO, CONEXÃO HI-SPEED USB 2.0, WIRELESS, ETHERNET, WI-FI DIRECT. TONER DE RENDIMENTO ATÉ 2.600	BROTHER B765DW	UND	20	2.500,00	50.000,00
3	PROJETOR MULTIMÍDIA COM SUPORTE À RESOLUÇÃO 4K ULTRA HD (3840 × 2160), PROJEÇÃO DE IMAGEM DE ATÉ 150 POLEGADAS OU SUPERIOR, BRILHO MÍNIMO DE 3.000 LÚMENS, CONTRASTE MÍNIMO DE 10.000:1, TECNOLOGIA LED, DLP, LCD OU EQUIVALENTE, FOCO	VIEWSONIC LS700-4K LASER	UND	5	10.000,00	50.000,00

	MANUAL OU AUTOMÁTICO E CORREÇÃO TRAPEZOIDAL (KEYSTONE). DEVE POSSUIR WI-FI INTEGRADO PARA ESPELHAMENTO/TRANSMISSÃO DE CONTEÚDO DE SMARTPHONES, TABLETS E COMPUTADORES, ALÉM DE, NO MÍNIMO, 1 ENTRADA HDMI E 1 PORTA USB. COMPATÍVEL COM COMPUTADORES, NOTEBOOKS, TV BOX E CONSOLES DE VIDEOGAME, INCLUINDO XBOX E PLAYSTATION. DEVE POSSUIR ALTO-FALANTE INTEGRADO, CONTROLE REMOTO, ALIMENTAÇÃO BIVOLT AUTOMÁTICA 100–240 V, VIDA ÚTIL DA FONTE LUMINOSA MÍNIMA DE 20.000 HORAS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.					
4	ETIQUETADORA / ROTULADORA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: - IMPRESSORA PORTÁTIL DE ETIQUETAS - LARGURA DA ETIQUETA: DEVE ATINGIR 12MM - CORTADOR DA ETIQUETA: INTEGRADO PODENDO SER AUTOMÁTICO OU MANUAL - TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO: TRANSFERÊNCIA TÉRMICA - RESOLUÇÃO DA IMPRESSÃO: DEVE ATINGIR 180DPI - DEVE SUPORTAR IMPRESSÃO DE CÓDIGO DE BARRAS - ETIQUETAS DEVEM SUPORTAR CALOR, FRIO, AGUA, QUÍMICA E DESBOTAMENTO - A APRESENTAÇÃO DE CATALOGO DESTE ITEM PELOS CONCORRENTES SE FAZ NECESSÁRIO NA FASE DE LANCES DESTE CERTAME PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DE ATENDIMENTO A REQUISITOS	EPSON LABELWORKS LW-PX300	UND	10	400,00	4.000,00
5	PROJETOR MULTIMIDIA ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: - BRILHO: MÍNIMO 4500 ANSI LUMENS - ENTRADAS: VGA, USB (02 MÍNIMO), HDMI - TECNOLOGIA: LED - FOCO: FOCO MANUAL - CONTRASTE : 1000: 1 - RESOLUÇÃO: FULL HD (1920 X 1080) OU SUPERIOR - SUPORTE: VGA - ASPECTO: 16:9 - LÂMPADA: VIDA ÚTIL: 20.000 H (MÍNIMO) A APRESENTAÇÃO DE CATÁLOGO DESTE ITEM PELOS CONCORRENTES SE FAZ NECESSÁRIO NA FASE DE LANCES DESTE CERTAME PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DE ATENDIMENTO A REQUISITOS.	BNQ MH750	UND	5	2.800,00	14.000,00
6	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL TANQUE DE TINTA, VELOCIDADE MÍNIMA 33PPM EM PRETO E 20PPM EM CORES, FRENTE E VERSO AUTOMÁTICO, CONEXÃO USB 2.0, WI-FI DIRECT, ETHERNET, WIRELESS. RENDIMENTO MÉDIO DAS TINTAS 7.500 PÁGINAS PRETO E 6.000 PÁGINAS CORES	EPSON L6270	UND	20	2.300,00	46.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO:.....R$ 218.000,00 (duzentos e dezoito mil reais).						

2.2. Os quantitativos registrados correspondem aos quantitativos máximos previstos para o período de vigência da Ata, não constituindo obrigação da Administração de realizar a aquisição integral dos quantitativos registrados.
2.3. Os preços registrados deverão ser observados nas contratações decorrentes desta Ata, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas de alteração ou atualização dos preços.
2.4. A especificação completa dos itens deverá corresponder integralmente àquela constante do Termo de Referência e da proposta vencedora, prevalecendo, em caso de divergência, as especificações e condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos.

3. DO CADASTRO DE RESERVA
3.1. Será formado cadastro de reserva com os licitantes que aceitarem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, observada a ordem de classificação, bem como com aqueles que mantiverem sua proposta original, na forma do art. 82, § 5º, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.
3.2. O cadastro de reserva será utilizado nas hipóteses previstas na legislação e no instrumento convocatório, especialmente quando houver cancelamento do registro do fornecedor ou impossibilidade de contratação com o fornecedor originalmente registrado.
3.3. A convocação dos integrantes do cadastro de reserva observará a ordem de classificação e as condições estabelecidas no Edital e nesta Ata.

4. DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES
4.1. As contratações decorrentes desta Ata serão formalizadas mediante instrumento contratual, nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento equivalente admitido pela legislação, conforme o caso e de acordo com as condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e nesta Ata.
4.2. A contratação decorrente da Ata deverá observar os quantitativos disponíveis, os preços registrados e as condições estabelecidas no instrumento convocatório.
4.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar os quantitativos registrados, sendo as aquisições realizadas de acordo com a necessidade e disponibilidade administrativa e orçamentária.
4.4. O fornecedor registrado deverá atender às solicitações de fornecimento emitidas pelo órgão gerenciador ou pelos órgãos participantes, quando houver, observadas as condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e nesta Ata.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência desta Ata, os órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do procedimento de registro de preços poderão aderir à Ata, na condição de não participantes, observadas as disposições do art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e do regulamento aplicável.
5.2. A adesão prevista nesta Ata ficará condicionada à prévia consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor registrado, bem como ao cumprimento dos demais requisitos legais aplicáveis ao órgão ou entidade não participante.
5.3. No caso de adesão à presente Ata, gerenciada pelo Município de Várzea/RN, por órgão ou entidade da Administração Pública municipal, será observado o disposto no art. 86, § 3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, desde que o Sistema de Registro de Preços tenha sido formalizado mediante licitação.
5.4. As aquisições ou contratações adicionais decorrentes das adesões não poderão exceder, por órgão ou entidade não participante, a **50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados** para o órgão gerenciador e os órgãos participantes.
5.5. O quantitativo total decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro do quantitativo de cada item registrado** para o órgão gerenciador e os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.
5.6. As contratações decorrentes das adesões observarão as condições estabelecidas nesta Ata, no edital e nos demais documentos que integram o procedimento licitatório.
5.7. A adesão não constitui direito automático do órgão ou entidade não participante, ficando condicionada ao atendimento dos requisitos previstos na legislação, à disponibilidade dos quantitativos e às prévias consulta e aceitação previstas nesta cláusula.

6.DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1. O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano, contado a partir da data de sua assinatura**, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.
6.2. A prorrogação da vigência da Ata dependerá de manifestação formal da Administração e da comprovação da manutenção da vantajosidade dos preços registrados.

6.3. O contrato decorrente da Ata terá sua vigência estabelecida no respectivo instrumento contratual, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.
6.4. A assinatura de eventual instrumento contratual decorrente desta Ata deverá ocorrer durante o prazo de vigência do registro de preços.
6.5. A prorrogação da Ata não implica, automaticamente, a prorrogação dos contratos dela decorrentes, os quais observarão as regras próprias de vigência previstas na Lei nº 14.133/2021.

7.DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, no Edital, no regulamento municipal e na Lei nº 14.133/2021.
7.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados:
I – em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;
II – em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou da superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
III – em decorrência de redução dos preços praticados no mercado, mediante procedimento de negociação e comprovação da compatibilidade dos novos preços;
IV – nas demais hipóteses admitidas pela legislação aplicável.
7.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor demonstrar a impossibilidade de cumprimento da obrigação pelo preço registrado, a Administração poderá instaurar procedimento de negociação, observados o contraditório, a ampla defesa e as disposições legais aplicáveis.
7.4. Caso a negociação não seja exitosa e o fornecedor não possa cumprir as obrigações assumidas, o registro poderá ser cancelado, observadas as disposições desta Ata e da legislação aplicável.
7.5. Na hipótese de redução dos preços praticados no mercado, a Administração poderá promover negociação com o fornecedor para adequação do preço registrado ao valor de mercado.

8.DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR
8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador, observados o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:
I – descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;
II – não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa razoável;
III – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
IV – sofrer sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando aplicada nas hipóteses legalmente previstas;
V – não cumprir as condições de fornecimento estabelecidas no Edital, no Termo de Referência ou nesta Ata;
VI – nas demais hipóteses previstas na legislação aplicável.
8.2. O cancelamento do registro será formalizado por ato da autoridade competente, devidamente motivado e juntado aos autos do processo administrativo.
8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, observada a ordem de classificação e as condições estabelecidas no Edital.

9.DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo órgão gerenciador, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses:
I – por razão de interesse público, devidamente fundamentada;
II – a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior, quando comprovadamente inviabilizar o cumprimento das obrigações;
III – quando o preço registrado se tornar superior ou inferior ao preço praticado no mercado e não houver êxito na negociação para adequação do preço;
IV – nas demais hipóteses previstas na legislação aplicável.
9.2. O cancelamento dos preços registrados não prejudicará as contratações já formalizadas, salvo nas hipóteses legalmente admitidas.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR
10.1. Constituem obrigações do órgão gerenciador:
I – gerenciar a presente Ata de Registro de Preços;
II – acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições estabelecidas nesta Ata;
III – promover as negociações necessárias para manutenção da vantajosidade dos preços registrados;
IV – comunicar ao fornecedor registrado as ocorrências relacionadas ao cumprimento da Ata;
V – aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento da Ata, quando de sua competência;
VI – manter os registros e documentos relacionados à execução da Ata nos autos do processo administrativo;
VII – adotar as providências necessárias à convocação dos integrantes do cadastro de reserva, quando cabível;
VIII – observar as demais obrigações previstas na Lei nº 14.133/2021, no Edital e no Termo de Referência.

11.DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO
11.1. Constituem obrigações do fornecedor registrado:
I – cumprir integralmente as condições estabelecidas nesta Ata, no Edital, no Termo de Referência e na proposta vencedora;
II – fornecer os materiais de informática nas quantidades solicitadas e dentro dos prazos estabelecidos;
III – garantir que os produtos fornecidos atendam integralmente às especificações, padrões de qualidade e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência;
IV – substituir, às suas expensas, os produtos que apresentarem defeitos, vícios, avarias ou estiverem em desacordo com as especificações estabelecidas;
V – manter, durante a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
VI – comunicar imediatamente ao órgão gerenciador qualquer fato que possa comprometer ou impedir o cumprimento das obrigações assumidas;
VII – responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações decorrentes da execução do objeto;
VIII – observar as demais obrigações previstas na Lei nº 14.133/2021, no Edital, no Termo de Referência e nesta Ata.

12.DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO

12.1. A execução das contratações que vierem a ser firmadas com fundamento nesta Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada por servidor público designado pela Portaria nº 085/2026, na forma do disposto na Lei nº 14.133/2021, no âmbito de cada pedido de fornecimento individualizada dela decorrente.
12.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor registrado pela execução integral do objeto.
12.3. O fornecedor deverá prestar todos os esclarecimentos solicitados pela fiscalização e atender às determinações emitidas pela Administração, dentro dos prazos estabelecidos.

13. DAS PENALIDADES
13.1. O descumprimento das obrigações assumidas nesta Ata sujeitará o fornecedor às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, no Edital, no Termo de Referência e nos instrumentos de contratação dela decorrentes, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
13.2. Poderão ser aplicadas, conforme a natureza e a gravidade da conduta, observados os requisitos e limites estabelecidos na Lei nº 14.133/2021:
I – advertência;
II – multa;
III – impedimento de licitar e contratar;
IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
13.2.1. Os percentuais, hipóteses de incidência, bases de cálculo, critérios de dosimetria e demais condições para aplicação das multas serão aqueles estabelecidos no item 13 do Termo de Referência, que integra esta Ata para todos os efeitos.
13.2.2. O impedimento de licitar e contratar e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observarão as hipóteses, os prazos, os efeitos e as competências estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.
13.3. A aplicação das sanções observará o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à competência da autoridade, à instauração do processo administrativo, ao contraditório, à ampla defesa e à proporcionalidade da penalidade.
13.4. As sanções poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, quando cabível, observada a legislação aplicável.
13.5. As penalidades aplicadas não afastam a responsabilidade do fornecedor pelo ressarcimento integral dos danos causados à Administração Pública.
13.6. A condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte não implicará redução automática dos percentuais de multa ou das demais sanções previstas nesta Ata.

14.DAS CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO
14.1. As condições de fornecimento, incluindo prazos, locais e condições de entrega, recebimento, fiscalização, pagamento, obrigações das partes e demais requisitos para execução do objeto, serão aquelas estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e nas contratações decorrentes desta Ata.
14.2. O fornecedor deverá entregar os materiais de acordo com as especificações, quantitativos e condições estabelecidos pela Administração, não sendo admitidos produtos em desconformidade com o objeto registrado.
14.3. O recebimento dos produtos não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e adequação do objeto fornecido.

15.DO PAGAMENTO
15.1. O pagamento decorrente das contratações realizadas com fundamento nesta Ata será efetuado conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e no instrumento de contratação correspondente, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal e após o cumprimento das condições exigidas para a liquidação da despesa.
15.2. O pagamento será realizado de acordo com a efetiva entrega dos produtos e observada a ordem cronológica de pagamento, nos termos da legislação aplicável.
15.3. Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendência decorrente de obrigação contratual ou legal atribuível ao fornecedor, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

16.DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
16.1. As despesas decorrentes das futuras e eventuais contratações correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas nos respectivos instrumentos de contratação e nos orçamentos vigentes à época das contratações.
16.2. A indicação da dotação orçamentária deverá constar do instrumento de contratação correspondente, quando exigível, observadas as normas de execução orçamentária e financeira.

17.DA VINCULAÇÃO
17.1. Integram esta Ata, independentemente de transcrição:
I – o Edital do Pregão Eletrônico nº 003/2026;
II – o Termo de Referência;
III – a proposta vencedora;
IV – os demais documentos que integram o Processo Licitatório nº 021/2026, naquilo que forem aplicáveis.
17.2. Em caso de divergência entre esta Ata e os documentos que integram o processo, serão observadas as disposições do Edital e do Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação da legislação vigente.

18.DA PUBLICIDADE
18.1. A presente Ata será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, observados os prazos e as condições estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, bem como nos meios oficiais de publicidade adotados pelo Município, quando exigível.
18.2. A publicidade da Ata e dos atos dela decorrentes observará, ainda, as disposições da legislação de transparência e as normas aplicáveis do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

19.DO FORO
19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santo Antônio/RN para dirimir quaisquer questões decorrentes da presente Ata que não possam ser solucionadas administrativamente, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

20.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
20.1. A presente Ata constitui documento vinculativo e obrigacional entre o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, nos limites dos preços e quantitativos registrados.
20.2. A assinatura desta Ata não gera direito subjetivo à contratação em favor do fornecedor, ficando as contratações condicionadas às necessidades da Administração e ao cumprimento das condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e nesta Ata.

20.3. Os casos omissos serão solucionados de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, o regulamento municipal aplicável, o Edital, o Termo de Referência e demais normas pertinentes.
20.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em meio eletrônico e, depois de lida e achada em ordem, será assinada pelas partes, na forma da legislação aplicável.

Várzea/RN, 19 de Outubro de 2026.

Município de Várzea/RN
Órgão Gerenciador
GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Municipal

R M S Da Silva Comercio de Artigos Para Escritorio LTDA
CNPJ/MF: 13.165.472/0001-46
Fornecedor Registrado
RENATHA MAYARA SOBRINHA DA SILVA
Representante Legal da Empresa

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:8382E638



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

São João do Sabugi,09 de outubro de 2026
São João do Sabugi/2026

PREFEITO
Anibal Pereira de Araujo

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Kamila de Souza Morais

COORDENADORA PEDAGÓGICA
Dacineide Santos de Medeiros
Livanda Lopes de Morais

TECNICA ADMINISTRATIVA
Maria Gabriela de Souza Brito
Thaysla Freitas Soares

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Kamila de Souza Morais
Dacineide Santos de Medeiros
Livanda Lopes de Morais
Francineide de Medeiros Dias
Simone Nogueira de Araujo Brito
Maria do Céu de Medeiros Santana Azevedo
Claudete Medeiros

EQUIPE TÉCNICA

Maria Gabriela de Souza Brito
Thaysla Freitas Soares

SUMÁRIO
CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
CAPÍTULO II – DOS FUNDAMENTOS, PRINCÍPIOS E CONCEPÇÕES
CAPÍTULO III – DOS OBJETIVOS
CAPÍTULO IV – DO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL, DA EQUIDADE, DA INCLUSÃO E DA JUSTIÇA CURRICULAR
CAPÍTULO V – DA ORGANIZAÇÃO DA OFERTA EM TEMPO INTEGRAL
CAPÍTULO VI – DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
CAPÍTULO VII – DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPO INTEGRAL
CAPÍTULO VIII – DO ENSINO FUNDAMENTAL EM TEMPO INTEGRAL
CAPÍTULO IX – DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA
CAPÍTULO X – DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CAPÍTULO XI – DA ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL E DO TERRITÓRIO

CAPÍTULO XII – DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E DA FORMAÇÃO CONTINUADA
CAPÍTULO XIII – DA INFRAESTRUTURA, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E ACESSIBILIDADE
CAPÍTULO XIV – DO FINANCIAMENTO E DA SUSTENTABILIDADE
CAPÍTULO XV – DA GOVERNANÇA DA POLÍTICA
CAPÍTULO XVI – DO MONITORAMENTO, DA AVALIAÇÃO E DA AUTOAVALIAÇÃO
CAPÍTULO XVII – DA ADEQUAÇÃO DOS INSTRUMENTOS NORMATIVOS DA REDE
CAPÍTULO XVIII – DA IMPLEMENTAÇÃO, EXPANSÃO E TRANSIÇÃO
CAPÍTULO XIX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
ANEXO I – ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS EDUCATIVOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL
ANEXO II – MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS
ANEXO III – MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS
ANEXO IV – PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO
ANEXO V – REFERENCIAL DE INDICADORES

A Educação Integral por meio da Política de Escola em Tempo Integral da rede municipal de ensino de São João do Sabugi – RN, entende é uma concepção que compreende que a educação deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural e se constitui como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais. É uma proposta contemporânea porque, alinhada as demandas do século XXI, tem como foco a formação de sujeitos críticos, autônomos e responsáveis consigo mesmos e com o mundo. Essa educação é inclusiva porque reconhece a singularidade dos sujeitos, suas múltiplas identidades e se sustenta na construção da pertinência do projeto educativo para todos e todas.

A Educação em tempo integral é uma proposta alinhada com a noção de sustentabilidade porque se compromete com processos educativos contextualizados e com a interação permanente entre o que se aprende e o que se pratica. Promove a equidade ao reconhecer o direito de todos e todas de aprender e acessar oportunidades educativas diferenciadas e diversificadas a partir da interação com múltiplas linguagens, recursos, espaços, saberes e agentes, condição fundamental para o enfrentamento das desigualdades educacionais. Nesse sentido a intersetorialidade em políticas públicas é um desafio, mas, no âmbito da Educação Integral, é condição necessária para seu êxito.

Como concepção, a proposta de Educação Integral é pensar um currículo que atenda o ser humano na sua totalidade para que eles se envolvam como protagonista defendendo as causas sociais, reflitam e busquem alternativas como garantia de direito frente a uma educação humanizada e com equidade, deve ser assumida por todos os agentes envolvidos no processo formativo das crianças, jovens e adultos. Nesse contexto, a escola se converte em um espaço essencial para assegurar que todos e todas tenham garantida uma formação integral. Ela assume o papel de articuladora das diversas experiências educativas que os alunos podem viver dentro e fora dela, a partir de uma intencionalidade clara que favoreça as aprendizagens importantes para o seu desenvolvimento integral, implementado, pela rede municipal de ensino de São João do Sabugi/RN por meio da oferta da Educação em Tempo Integral a qual prevê a permanência do aluno no mínimo 7h por dia na escola. Em geral, as escolas em tempo integral oferecem estudos orientados, oficinas complementares de educação cultural, artística, desportiva, saúde entre outros, para os estudantes que são matriculados com uma carga horária mais extensa. A mesma é um modelo de ensino que não consiste apenas em passar mais tempo na escola, consiste em desenvolver todas as dimensões do estudante: intelectual, física, emocional, social e cultural, onde que com mais tempo disponível na escola, é possível trabalhar a educação uma forma mais ampla e eficiente, visto propor a integração de diferentes áreas do conhecimento com propostas interdisciplinares e temas contemporâneos, estabelecendo relações mais estreitas entre o aprendizado e o cotidiano dos estudantes

Considerando que o ensino em tempo integral vai muito além de otimizar as horas disponíveis, ampliando o tempo que os alunos passam na escola, esta modalidade de ensino visa à formação e ao desenvolvimento global dos estudantes durante a Educação Básica, conforme nos ampara a Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de São João do Sabugi/RN, a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, compreendida como política pública educacional permanente, orientada pela garantia do direito à educação, pelo desenvolvimento integral dos estudantes, pela equidade, pela inclusão, pela justiça curricular e pela qualidade social da educação.

Art. 2º A Política abrange, observadas as normas específicas de cada etapa e modalidade, a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, podendo ser ampliada progressivamente conforme planejamento da rede, disponibilidade orçamentária, capacidade de atendimento e condições de qualidade.

Art. 3º A Educação Integral em Tempo Integral será desenvolvida mediante ampliação qualificada da jornada escolar, com intencionalidade pedagógica, integração curricular, diversificação das experiências educativas e articulação entre escola, família, território e políticas públicas.

Art. 4º Para fins desta Política, considera-se Educação Integral a concepção educacional que reconhece os estudantes em sua multidimensionalidade e busca seu desenvolvimento cognitivo, físico, emocional, social, ético, cultural, político e ambiental.

Art. 5º Considera-se jornada em tempo integral aquela com, no mínimo, 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, nos termos da legislação nacional vigente, preferencialmente em turno único, sempre que as condições da rede permitirem.

CAPÍTULO II – DOS FUNDAMENTOS, PRINCÍPIOS E CONCEPÇÕES

Art. 6º A Política Municipal fundamenta-se na educação como direito social, dever do Estado e da família e compromisso compartilhado entre poder público, comunidade escolar e sociedade.

Art. 7º São princípios da Política:

desenvolvimento integral e formação humana integral;

acesso, permanência, participação, aprendizagem e conclusão com qualidade e equidade;

justiça curricular e garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento;

gestão democrática e participação social;
respeito à diversidade humana, cultural, territorial, étnico-racial, religiosa e linguística, sem discriminação;
educação inclusiva e eliminação de barreiras;
articulação intersetorial e integração com o território;
valorização dos profissionais da educação e formação continuada;
sustentabilidade socioambiental e cidadania;
integração entre conhecimentos científicos, saberes comunitários, cultura, arte, esporte, tecnologia e práticas sociais;
avaliação formativa da aprendizagem e monitoramento permanente da política;
transparência, responsabilidade pública e uso pedagógico e socialmente responsável dos recursos.

Art. 8º A Política reconhece que a ampliação da jornada somente produzirá efeitos educacionais quando acompanhada de currículo integrado, práticas pedagógicas qualificadas, condições adequadas de infraestrutura, alimentação, transporte, acessibilidade, profissionais e acompanhamento das aprendizagens.

CAPÍTULO III – DOS OBJETIVOS

Art. 9º São objetivos gerais da Política:
garantir o direito à Educação Integral em Tempo Integral com qualidade social;
promover o desenvolvimento integral de todos os estudantes;
reduzir desigualdades educacionais e ampliar oportunidades educativas;
assegurar justiça curricular e acesso equitativo aos conhecimentos, linguagens, culturas e experiências;
fortalecer a aprendizagem, a permanência, a frequência e a trajetória escolar;
articular políticas de educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, meio ambiente e demais áreas necessárias;
fortalecer a participação dos estudantes, profissionais, famílias e comunidade;
promover formação continuada e condições de trabalho adequadas aos profissionais;
qualificar a gestão, o planejamento, o monitoramento e a avaliação da política.

Art. 10. A expansão da oferta deverá considerar diagnóstico territorial, demanda educacional, vulnerabilidades, condições de infraestrutura, disponibilidade de profissionais, alimentação e transporte, garantindo que a expansão não ocorra em detrimento da qualidade.

CAPÍTULO IV – DO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL, DA EQUIDADE, DA INCLUSÃO E DA JUSTIÇA CURRICULAR

Art. 11. O desenvolvimento integral será promovido por experiências que articulem conhecimentos, habilidades, atitudes, valores, relações sociais, expressão corporal, cultura, arte, esporte, tecnologia, ciência, cidadania e sustentabilidade.

Art. 12. A equidade orientará o planejamento, a distribuição de recursos, a expansão das matrículas, a organização curricular e as estratégias de acompanhamento, com atenção prioritária às desigualdades que afetam estudantes em situação de vulnerabilidade.

Art. 13. A justiça curricular será compreendida como compromisso com a garantia de acesso, participação e aprendizagem de todos, com currículo contextualizado, inclusivo, relevante e socialmente referenciado.

Art. 14. A Política observará ações específicas para estudantes negros, indígenas, quilombolas, do campo, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com defasagem idade-ano, público da Educação Especial e demais grupos que enfrentem barreiras de acesso, permanência e aprendizagem, respeitadas as especificidades de cada contexto.

Art. 15. A Rede Municipal assegurará educação das relações étnico-raciais e ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, nos termos das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, articulados ao currículo e às práticas pedagógicas.

CAPÍTULO V – DA ORGANIZAÇÃO DA OFERTA EM TEMPO INTEGRAL

Art. 16. A oferta em tempo integral será organizada com jornada mínima de 35 (trinta e cinco) horas semanais, correspondente a, no mínimo, 7 (sete) horas diárias, em atividades escolares e educativas com intencionalidade pedagógica.

Art. 17. A jornada compreenderá atividades curriculares, projetos integradores, acompanhamento pedagógico, práticas de leitura e escrita, matemática, ciência, cultura, arte, esporte, tecnologia, educação ambiental, cidadania e outras experiências previstas no Projeto Político-Pedagógico.

Art. 18. Os tempos de alimentação, acolhimento, higiene, descanso, deslocamento e transição serão planejados de acordo com a etapa e a idade dos estudantes, preservando seu caráter educativo, o bem-estar e a dignidade.

Art. 19. A organização poderá ocorrer em turno único ou em outra configuração pedagogicamente adequada, desde que assegurados os requisitos legais de jornada, continuidade, qualidade e intencionalidade pedagógica.

Art. 20. A matrícula em tempo integral observará critérios públicos e transparentes definidos pela Secretaria Municipal de Educação, com prioridade às situações de maior vulnerabilidade quando houver insuficiência de vagas.

CAPÍTULO VI – DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Art. 21. O currículo da Educação Integral em Tempo Integral será integrado, interdisciplinar e contextualizado, articulando os componentes curriculares, os campos de experiências, os saberes dos estudantes e das comunidades e as oportunidades educativas do território.

Art. 22. A organização curricular observará a BNCC, o Documento Curricular do Rio Grande do Norte, as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do sistema de ensino, sem prejuízo da parte de enriquecimento e integração curricular definida pela rede.

Art. 23. São referências metodológicas da Política: pedagogias participativas; investigação; resolução de problemas; projetos integradores; leitura e produção de textos; práticas científicas e tecnológicas; experiências artísticas e culturais; práticas esportivas; atividades de recomposição e aprofundamento; e estratégias de protagonismo estudantil.

Art. 24. A abordagem pedagógica adotada pelas escolas deverá estar explicitada no PPP e articulada às concepções da rede, garantindo coerência entre currículo, planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional.

Art. 25. A avaliação da aprendizagem será processual, formativa, diagnóstica e inclusiva, utilizando instrumentos diversificados e servindo à tomada de decisões pedagógicas e à garantia da aprendizagem.

CAPÍTULO VII – DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPO INTEGRAL

Art. 26. A Educação Infantil em Tempo Integral será organizada a partir das interações e brincadeiras, dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento e dos campos de experiências definidos nas normas nacionais.

Art. 27. Serão assegurados os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, articulados às experiências de cuidado, educação, alimentação, higiene, repouso, literatura, música, movimento, artes, linguagem, natureza e relações sociais.

Art. 28. A organização dos tempos e espaços respeitará os ritmos, as necessidades e as características das crianças, evitando escolarização precoce e fragmentação indevida das experiências.

CAPÍTULO VIII – DO ENSINO FUNDAMENTAL EM TEMPO INTEGRAL

Art. 29. O Ensino Fundamental em Tempo Integral será organizado de modo a assegurar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento previstos nas normas curriculares, integrando formação geral, acompanhamento pedagógico e experiências educativas diversificadas.

Art. 30. A jornada poderá incluir, entre outras, atividades de aprofundamento em Língua Portuguesa e Matemática, estudo orientado, iniciação científica, educação ambiental, práticas esportivas, arte e cultura, tecnologia e cultura digital, leitura, produção textual, projetos integradores e protagonismo estudantil.

Art. 31. A recomposição e o aprofundamento das aprendizagens deverão integrar o planejamento pedagógico, com acompanhamento individualizado quando necessário, sem estigmatização dos estudantes.

CAPÍTULO IX – DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Art. 32. A Educação Especial será assegurada na perspectiva inclusiva, garantindo matrícula, participação, aprendizagem, acessibilidade e permanência dos estudantes público-alvo da Educação Especial nas classes comuns, com os apoios necessários.

Art. 33. A Rede assegurará, conforme a necessidade e a legislação aplicável, Atendimento Educacional Especializado, recursos de acessibilidade, tecnologia assistiva, materiais adaptados e profissionais de apoio escolar, quando cabíveis.

Art. 34. A oferta em tempo integral deverá considerar as necessidades específicas de cada estudante, articulando escola, família, AEE e serviços da rede de proteção, sem reduzir o direito de participação do estudante nas experiências curriculares.

Art. 35. A eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas, tecnológicas, atitudinais e institucionais será responsabilidade permanente da gestão da política.

CAPÍTULO X – DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Art. 36. A gestão da Educação Integral em Tempo Integral observará os princípios da gestão democrática, da participação, da transparência e do controle social.

Art. 37. A elaboração, execução, acompanhamento e avaliação do PPP e das ações da escola contarão com a participação dos profissionais, estudantes, famílias, conselhos escolares e comunidade local.

Art. 38. Serão assegurados mecanismos de escuta dos estudantes, inclusive crianças pequenas, de acordo com sua idade e desenvolvimento, em decisões que afetem sua rotina, aprendizagem e bem-estar.

Art. 39. Os Conselhos Escolares ou órgãos equivalentes participarão do acompanhamento das ações, dos resultados e da aplicação dos recursos vinculados à política, observadas as normas do sistema municipal.

CAPÍTULO XI – DA ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL E DO TERRITÓRIO

Art. 40. A Secretaria Municipal de Educação promoverá articulação permanente com as políticas de saúde, assistência social, cultura, esporte, meio ambiente, proteção da criança e do adolescente, direitos humanos e outras áreas pertinentes.

Art. 41. A escola será compreendida como parte do território educativo, podendo utilizar espaços comunitários e estabelecer articulações institucionais, respeitadas as normas de segurança, responsabilidade, proteção integral e formalização aplicáveis.

Art. 42. A articulação intersetorial terá como finalidades ampliar oportunidades educativas, prevenir abandono e evasão, apoiar a permanência, fortalecer a proteção social e enfrentar desigualdades.

CAPÍTULO XII – DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Art. 43. A implementação da Política contará com profissionais em número e condições adequadas ao funcionamento da oferta, observadas a legislação educacional, os planos de carreira e as normas municipais.

Art. 44. A formação continuada será permanente e alinhada às concepções da Educação Integral, ao currículo integrado, à inclusão, à equidade, à avaliação formativa, à cultura digital, à gestão democrática e às necessidades identificadas no monitoramento.

Art. 45. A Secretaria organizará plano de formação continuada da rede e incentivará que cada unidade escolar mantenha plano de formação interna articulado ao PPP.

Art. 46. Serão garantidos, nos termos da legislação, tempos de planejamento, trabalho colaborativo, estudo, acompanhamento pedagógico e avaliação do trabalho educativo.

CAPÍTULO XIII – DA INFRAESTRUTURA, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E ACESSIBILIDADE

Art. 47. A expansão do tempo integral deverá ser acompanhada de condições adequadas de infraestrutura, mobiliário, água potável, saneamento, energia, alimentação, higiene, acessibilidade, conectividade, espaços de convivência, biblioteca ou acervo de leitura, esporte, cultura e atividades pedagógicas.

Art. 48. A alimentação escolar será planejada de acordo com as normas do Programa Nacional de Alimentação Escolar e com as necessidades nutricionais dos estudantes, observando os tempos ampliados de permanência.

Art. 49. O transporte escolar deverá ser organizado de modo a garantir acesso, segurança, regularidade e compatibilidade com a jornada em tempo integral, observada a legislação.

Art. 50. As escolas deverão avançar progressivamente na eliminação de barreiras e na adoção de princípios de acessibilidade e desenho universal.

CAPÍTULO XIV – DO FINANCIAMENTO E DA SUSTENTABILIDADE

Art. 51. A implementação da Política será financiada com recursos públicos destinados à educação, observadas as disposições constitucionais, legais e orçamentárias aplicáveis.

Art. 52. Constituem fontes possíveis de financiamento, conforme a legislação: recursos próprios do Município; Fundeb; transferências constitucionais e legais; assistência financeira da União, inclusive no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral; alimentação escolar; transporte escolar; convênios, termos de colaboração e outros instrumentos legalmente admitidos.
Art. 53. O planejamento orçamentário deverá considerar os custos associados à ampliação da jornada, incluindo pessoal, formação, alimentação, transporte, infraestrutura, acessibilidade, materiais pedagógicos, tecnologia, manutenção e monitoramento.
Art. 54. A aplicação dos recursos observará transparência, finalidade pública, equidade territorial e prioridades educacionais definidas no planejamento da rede.

CAPÍTULO XV – DA GOVERNANÇA DA POLÍTICA

Art. 55. A governança da Política será compartilhada entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares, os órgãos de participação social, o Conselho de Educação competente e demais setores públicos envolvidos.
Art. 56. Compete à Secretaria Municipal de Educação: coordenar a política; elaborar planos de expansão; prestar apoio técnico; organizar formação; acompanhar matrículas e frequência; articular financiamento; monitorar indicadores; apoiar as escolas; e promover avaliação periódica.
Art. 57. Compete às unidades escolares: incorporar a política ao PPP; organizar a jornada; garantir práticas curriculares integradas; acompanhar aprendizagem e frequência; realizar autoavaliação; promover participação social; e elaborar relatórios institucionais periódicos.
Art. 58. A Secretaria poderá instituir Comissão Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, com representação técnica e participação social, para apoiar planejamento, acompanhamento, avaliação e revisão da política.
Art. 59. A Comissão, quando instituída, deverá produzir relatório anual com análise de acesso, permanência, aprendizagem, equidade, infraestrutura, profissionais, financiamento, participação e resultados da política.

CAPÍTULO XVI – DO MONITORAMENTO, DA AVALIAÇÃO E DA AUTOAVALIAÇÃO

Art. 60. O monitoramento da Política será contínuo, participativo e orientado por indicadores quantitativos e qualitativos.
Art. 61. A avaliação considerará, entre outros: perfil do alunado; matrículas; frequência; abandono; aprendizagem; trajetória escolar; infraestrutura; recursos pedagógicos; formação e valorização profissional; práticas curriculares e pedagógicas; articulação intersetorial; participação e governança democrática; bem-estar e engajamento dos estudantes.
Art. 62. As unidades escolares realizarão autoavaliação institucional periódica e encaminharão relatório à Secretaria Municipal de Educação.
Art. 63. Os resultados do monitoramento serão utilizados para revisão do planejamento, correção de desigualdades, definição de prioridades orçamentárias e aperfeiçoamento das práticas.
Art. 64. A avaliação da Política observará os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Integral em Tempo Integral e poderá utilizar a escala de implementação prevista na regulamentação nacional: inexistente, em desenvolvimento e consolidado.

CAPÍTULO XVII – DA ADEQUAÇÃO DOS INSTRUMENTOS NORMATIVOS DA REDE

Art. 65. A Rede Municipal revisará e atualizará os atos e instrumentos que regulamentam a Educação Integral em Tempo Integral, incluindo resoluções, portarias, instruções normativas, orientações pedagógicas, diretrizes curriculares, regimentos escolares, PPPs, matrizes curriculares, calendários e demais instrumentos congêneres.
Art. 66. Os instrumentos das unidades escolares deverão ser compatibilizados com esta Política e com as normas nacionais e do sistema de ensino.
Art. 67. A adequação deverá observar o prazo nacional vigente e será acompanhada pela Secretaria Municipal de Educação, com apreciação do Conselho de Educação competente quando exigida pela legislação.

CAPÍTULO XVIII – DA IMPLEMENTAÇÃO, EXPANSÃO E TRANSIÇÃO

Art. 68. A implementação será progressiva e orientada por diagnóstico da rede, capacidade de atendimento, condições de qualidade e equidade e disponibilidade orçamentária.
Art. 69. A Secretaria Municipal de Educação elaborará ou atualizará Plano de Implementação e Expansão, contendo diagnóstico, metas, cronograma, responsabilidades, recursos, indicadores e mecanismos de avaliação.
Art. 70. A expansão deverá priorizar, sempre que possível, escolas e territórios com maiores desigualdades educacionais e sociais, sem prejuízo da universalização progressiva da política.
Art. 71. Os instrumentos da rede deverão ser revisados de forma articulada, evitando incompatibilidades entre a Política, o PPP, o Regimento, as matrizes, o calendário e as normas de matrícula.
Art. 72. O calendário escolar deverá assegurar os dias de efetivo trabalho escolar exigidos pela LDB e organizar os tempos ampliados de forma compatível com a etapa, o transporte, a alimentação e o bem-estar dos estudantes.

CAPÍTULO XIX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 73. Esta Política será submetida à apreciação do Conselho de Educação competente e, após sua aprovação, instituída pelo ato normativo municipal cabível.
Art. 74. A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir orientações complementares necessárias à execução desta Política, desde que compatíveis com a legislação e com o ato normativo que a instituir.
Art. 75. O ato municipal que instituir esta Política deverá estabelecer a relação com o Decreto Municipal nº 6.582, de 9 de abril de 2024, definindo expressamente sua manutenção, alteração ou revogação, conforme análise jurídica e normativa municipal.
Art. 76. A Política será revisada periodicamente e sempre que houver alteração relevante da legislação nacional, estadual ou municipal que repercuta sobre a Educação Integral em Tempo Integral.
Art. 77. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, ouvido o Conselho de Educação competente quando a matéria envolver competência normativa.
Art. 78. Esta Política entra em vigor na data definida pelo ato normativo municipal que a instituir.

ANEXO I – ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS EDUCATIVOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil em Tempo Integral será organizada com, no mínimo, 35 (trinta e cinco) horas semanais e 1.400 (mil e quatrocentas) horas anuais, considerando 200 dias letivos, sem transformar os tempos de cuidado em componentes curriculares fragmentados.

Dimensão/tempo educativo	Referência de organização semanal	Observações
Interações e brincadeiras nos campos de experiências	25 h	Integração dos cinco campos de experiências e dos direitos de aprendizagem.
Literatura, oralidade e múltiplas linguagens	2 h	Vivências integradas ao currículo, sem antecipação inadequada da escolarização.

Corpo, movimento, música, arte e expressão	2 h	Experiências corporais, artísticas e culturais.
Natureza, território, investigação e sustentabilidade	2 h	Exploração do ambiente e experiências investigativas.
Projetos e experiências integradoras	2 h	Projetos contextualizados e participação das crianças.
Acolhimento, alimentação, higiene, descanso e transições	2 h	Organizados como parte da rotina educativa e do cuidado integral.
TOTAL	35 h	Mínimo de 7 horas diárias, em 5 dias por semana.

ANEXO II – MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS

A matriz abaixo reorganiza a proposta original para assegurar 35 horas semanais e 1.400 horas anuais, considerando 200 dias letivos. A distribuição anual corresponde a 40 semanas de referência.

Área/Componente	Horas semanais	Horas anuais
Língua Portuguesa	5	200
Arte	2	80
Educação Física	2	80
Matemática	5	200
Ciências	3	120
História	2	80
Geografia	2	80
Ensino Religioso, quando ofertado nos termos da legislação do sistema	1	40
Subtotal – componentes curriculares	22	880
Acompanhamento pedagógico e recomposição em Língua Portuguesa	2	80
Acompanhamento pedagógico e recomposição em Matemática	2	80
Esporte, lazer e práticas corporais	2	80
Arte, cultura e iniciação musical	1	40
Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade	1	40
Estudo orientado e projeto integrador	5	200
Subtotal – integração e enriquecimento curricular	13	520
TOTAL	35	1.400

Observação: a distribuição definitiva dos componentes e atividades deverá ser compatibilizada com as normas curriculares do sistema municipal e com a organização da hora-aula adotada pela rede. O quadro utiliza horas semanais e anuais para evitar a confusão entre hora-aula e hora-relógio.

ANEXO III – MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS

Área/Componente	Horas semanais	Horas anuais
Língua Portuguesa	4	160
Língua Inglesa	2	80
Arte	2	80
Educação Física	2	80
Matemática	4	160
Ciências	4	160
História	3	120
Geografia	3	120
Ensino Religioso, quando ofertado nos termos da legislação do sistema	1	40
Subtotal – componentes curriculares	25	1.000
Acompanhamento pedagógico e recomposição em Língua Portuguesa	2	80
Acompanhamento pedagógico e recomposição em Matemática	2	80
Práticas esportivas e recreativas	2	80
Arte, cultura e iniciação musical	1	40
Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade	1	40
Estudo orientado, projetos integradores, cultura digital e protagonismo	2	80
TOTAL	35	1.400

A distribuição acima corrige a inconsistência da matriz anterior, na qual os componentes indicados não totalizavam as 25 horas semanais declaradas. A organização final deverá ser incorporada ao documento curricular e ao PPP de cada escola.

ANEXO IV – PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO

Eixo	Ação prioritária	Responsável principal	Periodicidade
Governança	Instituir/atualizar instância municipal de acompanhamento da política	Secretaria de Educação	2026
Normatização	Revisar atos, PPPs, regimentos, matrizes e orientações	Secretaria + escolas + Conselho competente	Até 31/10/2026 e revisão contínua
Diagnóstico	Mapear demanda, vulnerabilidades, infraestrutura e profissionais	Secretaria de Educação	Anual
Currículo	Revisar documentos curriculares e práticas integradas	Secretaria + escolas	Anual
Formação	Executar plano de formação continuada	Secretaria + escolas	Contínua
Infraestrutura	Plano de adequação de espaços, acessibilidade e conectividade	Município/Secretaria	Plurianual
Alimentação	Adequar oferta à jornada ampliada	Secretaria + setor de alimentação escolar	Contínua
Transporte	Compatibilizar rotas e horários com a jornada integral	Município/Secretaria	Anual

Busca ativa	Acompanhar frequência e prevenir abandono	Escolas + rede intersetorial	Contínua
Avaliação	Autoavaliação institucional e relatório anual	Escolas	Anual
Política pública	Relatório municipal de monitoramento	Secretaria/Comissão	Anual
Revisão	Revisar a Política conforme legislação e evidências	Secretaria + Conselho	Periódica

ANEXO V – REFERENCIAL DE INDICADORES

Dimensão	**Indicadores sugeridos**
Acesso e equidade	percentual de matrículas em tempo integral; distribuição territorial; atendimento de estudantes em vulnerabilidade; inclusão do público da Educação Especial.
Permanência	frequência; abandono; transferência; busca ativa; acompanhamento de trajetórias.
Aprendizagem	resultados internos; avaliações externas; alfabetização; recomposição; progressão e conclusão.
Currículo e práticas	integração curricular; projetos; atividades culturais, esportivas, científicas e tecnológicas; participação estudantil.
Profissionais	formação continuada; planejamento colaborativo; condições de trabalho; estabilidade e composição das equipes.
Infraestrutura	acessibilidade; água; saneamento; alimentação; espaços pedagógicos; conectividade; segurança.
Intersetorialidade	ações articuladas com saúde, assistência, cultura, esporte e proteção social.
Gestão democrática	participação de estudantes, famílias e profissionais; funcionamento de conselhos; escuta e transparência.
Financiamento	execução orçamentária; recursos por estudante; investimentos em infraestrutura, pessoal e materiais.
Bem-estar	escuta dos estudantes; clima escolar; convivência; proteção e segurança.
Autoavaliação	situação de implementação: inexistente, em desenvolvimento ou consolidado.

ANEXO VI – MATRIZES CURRICULARES COMPLETA

MATRIZ CURRICULAR
EDUCAÇÃO INFANTIL - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL CRECHE E PRÉ-ESCOLA

DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	**CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS**	**CARGA HORÁRIA / AMPLIADA**	
		SEMANAL	**ANUAL**
Conviver Brincar Participar Explorar Expressar Conhecer-se	Eu, outro e nós Corpo, gestos e movimentos. Traços, sons, cores e formas. Escuta, fala, pensamento e imaginação. Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.	20h/a	800h
PARTE DIVERSIFICADA DA EDUCAÇÃO INFANTIL		**CARGA HORÁRIA / AMPLIADA**	
		SEMANAL	**ANUAL**
Orientação alimentar, higiene e hora de descanso.		1h	40h
Musicalização		1h	40h
Literatura infantil / Contação de História		3h	120h
Recreação.		4h	160h
Linguagem oral e escrita		4h	160h
Jogos pedagógicos		2h	80h
TOTAL		**15h**	**600h**

MATRIZ CURRICULAR – ANOS INICIAIS
ENSINO FUNDAMENTAL - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

	ÁREA DO CONHECIMENTO	**COMPONENTES CURRICULARES**	**1º Ano**		**2º Ano**		**3º Ano**		**4º Ano**		**5º Ano**	
			S	**A**	**S**	**A**	**S**	**A**	**S**	**A**	**S**	**A**
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR	**LINGUAGENS**	Língua Portuguesa	05	200	05	200	05	200	05	200	05	200
		Língua Inglesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Arte	02	80	02	80	02	80	02	80	02	80
		Educação Física	02	80	02	80	02	80	02	80	02	80
	MATEMÁTICA	Matemática	05	200	05	200	05	200	05	200	05	200
	CIÊNCIAS DA NATUREZA	Ciências	04	160	04	160	04	160	04	160	04	160
	CIÊNCIAS HUMANA	História	03	120	03	120	03	120	03	120	03	120
		Geografia	03	120	03	120	03	120	03	120	03	120
	ENSINO RELIGIOSO	Ensino Religioso	01	40	01	40	01	40	01	40	01	40
TOTAL SEMANAL / ANUAL DE HORAS-AULAS DA BASE NACIONAL CURRICULAR			**25**	**1000**	**25**	**1000**	**25**	**1000**	**25**	**1000**	**25**	**1000**
PARTE DIVERSIFICADA	**COMPONENTE CURRICULAR**	**ATIVIDADE**										
	ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO	Língua Portuguesa	04	160	04	160	04	160	04	160	04	160
		Matemática	04	160	04	160	04	160	04	160	04	160
	ESPORTE E LAZER	Práticas Esportivas e Recreativa	04	160	04	160	04	160	04	160	04	160
	ARTE E CULTURA	Iniciação Musical	03	120	03	120	03	120	03	120	03	120

	EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE	Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL SEMANAL/ANUAL DE HORAS – AULA DA PARTE DIVERSIFICADA			**15**	**600**	**15**	**600**	**15**	**600**	**15**	**600**	**15**	**600**
TOTAL DE HORAS-AULA			**40**	**1600**	**40**	**1600**	**40**	**1600**	**40**	**1600**	**40**	**1600**

LEGENDA: S – Semana A - Anual

MATRIZ CURRICULAR – ANOS FINAIS
ENSINO FUNDAMENTAL - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

			6º Ano		**7º Ano**		**8º Ano**		**9º Ano**	
			S	**A**	**S**	**A**	**S**	**A**	**S**	**A**
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR	**LINGUAGENS**	Língua Portuguesa	04	160	04	160	04	160	04	160
		Língua Inglesa	02	80	02	80	02	80	02	80
		Arte	02	80	02	80	02	80	02	80
		Educação Física	02	80	02	80	02	80	02	80
	MATEMÁTICA	Matemática	04	160	04	160	04	160	04	160
	CIÊNCIAS DA NATUREZA	Ciências	04	160	04	160	04	160	04	160
	CIÊNCIAS HUMANA	História	04	160	04	160	02	160	02	160
		Geografia	02	80	02	80	04	80	04	80
	ENSINO RELIGIOSO	Ensino Religioso	01	40	01	40	01	40	01	40
TOTAL SEMANAL / ANUAL DE HORAS-AULAS DA BASE NACIONAL CURRICULAR			**25**	**1000**	**25**	**1000**	**25**	**1000**	**25**	**1000**
PARTE DIVERSIFICADA	**COMPONENTE CURRICULAR**	**ATIVIDADE**								
	ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO	Língua Portuguesa	04	160	04	160	04	160	04	160
		Matemática	04	160	04	160	04	160	04	160
	ESPORTE E LAZER	Práticas Esportivas e Recreativas	03	120	03	120	03	120	03	120
	ARTE E CULTURA	Iniciação Musical	02	80	02	80	02	80	02	80
	EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE	Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade	02	80	02	80	02	80	02	80
TOTAL SEMANAL/ANUAL DE HORAS – AULA DA PARTE DIVERSIFICADA			**15**	**600**	**15**	**600**	**15**	**600**	**15**	**600**
TOTAL DE HORAS-AULA			**40**	**1600**	**40**	**1600**	**40**	**1600**	**40**	**1600**

LEGENDA: S – Semana A - Anual

REFERÊNCIAS NORMATIVAS E BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.
BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.
BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.
BRASIL. Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023. Institui o Programa Escola em Tempo Integral.
BRASIL. Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026. Aprova o Plano Nacional de Educação.
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC.
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025..
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 4, de 14 de julho de 2026.
RIO GRANDE DO NORTE. Documento Curricular do Estado do Rio Grande do Norte.
SÃO JOÃO DO SABUGI/RN. Decreto nº 6.582, de 9 de abril de 2024, conforme referência constante da versão-base da Política.
SÃO JOÃO DO SABUGI/RN. Plano Municipal de Educação, Lei Municipal nº 694/2015, conforme referência constante da versão-base, a ser compatibilizado com o novo PNE e com a legislação municipal vigente.
UNESCO. Relatórios e referenciais internacionais pertinentes à educação integral, utilizados como apoio conceitual, sem substituição das normas nacionais.

KAMILA DE SOUZA MORAIS
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Hertha Adalgiza Azevêdo Araújo
Código Identificador:B70A2964